COLEÇÃO **PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

LIVRO I
PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO

ORGANIZADORAS

VIVIAN URQUIDI
MARGARIDA NEPOMUCENO
MAYRA COAN LAGO
JOANA DE FÁTIMA RODRIGUES
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
SABRINA RODRIGUES

FAPESP

PROLAM editora

COLEÇÃO
PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AMÉRICA LATINA:
PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO

LIVRO I

PROLAM
editora

Copyright © 2019 dos organizadores e autores dos textos

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas críticas da américa latina [livro eletrônico] : pensamento social, político e econômico / organização Vivian Urquidi ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : PROLAM/USP, 2019.
4.456 KB ; PDF

Bibliografia
Vários colaboradores
ISBN 978-85-88376-02-1

1. America Latina - Civilização 2. Antropologia - América Latina 3. Direito - Aspectos políticos 4. Economia - América Latina 5. História 6. Pensamento político I. Urquidi, Vivian.

20-47127 CDD-320.5

Índices para catálogo sistemático:
1. Pensamento político : Ciência política 320.5 Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FICHA TÉCNICA

Coleção Pensar América Latina e o Caribe
Livro I – *Perspectivas críticas da América Latina: pensamento social, político e econômico*
Arte da capa: Camila Antunes Madeira da Silva
Projeto e Edição Gráfica: Editora Terceira Margem

ISBN: 978-85-88376-02-1
DOI: 10.29327/524240
E-book gratuito e de livre circulação.
Proibida a venda e seu uso com fins comerciais.

Organizadoras
Vivian Urquidi
Margarida Nepomuceno
Mayra Coan Lago
Joana de Fátima Rodrigues
Rita de Cássia Marques Lima de Castro
Sabrina Rodrigues

Instituição realizadora
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP

Coordenação do PROLAM/USP
Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (FFLCH/PROLAM/USP) - Coordenador
Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves – ECA/PROLAM/USP – Vice-Coordenadora

Instituições apoiadoras
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (PrPG)

Instituições parceiras
Encontro de Pesquisadores da América Latina – PROLAM-EPAL/USP
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP)
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)
Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)
Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)
Instituto de Relações Internacionais (IRI/USP)
Memorial da América Latina
Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP)
Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP)
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani (FE/ PROLAM-USP)
Alexandre Fuccille (UNESP; Santiago Dantas)
Amalia Ines Geraiges de Lemos (PROLAM/FFLCH-/USP)
Amaury Patrick Gremaud (FEARP/ PROLAM-USP)
Ana Elisa Thomazella Gazzola (Santiago Dantas)
Ana Hoffmann (UNIFESP)
Ana Paula Joaquim (UERR)
Beatriz Walid de Magalhães Naddi (IRI-USP)
Bela Feldman-Bianco (IFCH-UNICAMP)
Bruna Muriel Fuscaldo (UFABC)
Caio Boucinhas (FAU-Anhanguera)
Camilla Geraldello (DCP/USP)
Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESP-SP)
Carolina de Roig Catini (FE/ UNICAMP)
Caroline Cotta de Mello Freitas (FESPSP)
Catalina Gonzalez Zambrano (CEBRAP/FFLCH-USP)
Claudinei Cássio de Rezende (PUCSP)
Cremilda Celeste de Araujo Medina (ECA/USP)
Cristiane Kerches da Silva Leite (EACH/USP)
Cristina Nunez-Madrazo (Universidad Veracruzana/México)
Daniel Pereira Andrade (EAESP/FGV)
Deivison Nkosi Mendes Faustino (UNIFESP)
Dennis de Oliveira (ECA/PROLAM-USP)
Dilma de Mello (ECA/PROLAM-USP)
Edgard Monforte Merlo (FEARP/ PROLAM-USP)
Eduardo Saad Diniz (FDRP/PROLAM -USP)
Eliel Waldwogel Cardoso (FSA)
Elis Crokidakis Castro (UNESA)
Fabiana Oliveira (PROLAM-USP)
Flávia Loss de Araújo (UMC)
Flávia Rios (UFF)
Guillermo Arias Beatón (Cátedra L.S. Vygotski /U. de Havana/Cuba)
Horacio Gutiérrez (FFLCH/USP)
Iara Machado (PROLAM/USP)
Igor Fuser (CECS/UFABC)
Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP)
Isadora de Andrade Guerreiro (FAU / USP)
Ivana Denise Grehs (UNESA)
Janice Gonçalves (UDESC)
Joana de Fátima Rodrigues (Unifesp)
Júlio Suzuki (PROLAM/USP)
Karina Fernandes (USP / UNIVESP)
Karina Lilia Pasquariello Mariano (UNESP/Santiago Dantas)
Laura Janina Hosiasson (FFLCH-USP)
Lisbeth Rebollo Gonçalves (ECA/ PROLAM-USP)
Luciana Rosa (UNIFESP)
Lucilene Cury (PROLAM/ECA-USP)
Luiz Antonio Dias (PUCSP / UNISA)
Manoela Rossineti Rufinoni (EFLCH-UNIFESP)
Márcio Bobik Braga (FEARP/ PROLAM)
Maria Amélia Devitte Ferreira D´Azevedo Leite (FIAM-FAAM)
Maria Cristina Cacciamali (FEA/ PROLAM-USP)
Maria de Fátima Souza da Silveira (FFLCH-USP)
María de Lourdes García Vázquez (LAHAS – UNAM/México)
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (PROLAM/USP)
Maria Sabina Uribarren (MP/USP-UNIP)
Marilene Proença Rebello de Sousa (PROLAM/IP-USP)
Marília-Marie Goulart (ECA/USP)
Mayra Coan Lago (USP/ FSA)
Murilo Gaspardo (UNESP)
Orlando de Barros (UERJ)
Osvaldo Coggiola (FFLCH/ PROLAM-USP)
Paulo Cesar Garcez Marins (MP/USP)
Pedro Chadaverian (UNIFESP/ UFABC)
Pedro Ortiz (Cásper Líbero e Belas Artes)
Rafael Lopes de Sousa (UNISA)
Regiane Nitsch Bressan (UNIFESP e REPRI)
Renato Braz Oliveira de Seixas (PROLAM/EACH-USP)
Renato Sztutman (FFLCH/USP)
Ricardo Neves Streich (História Social-USP)
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)
Salvador Schavelzon (UNIFESP)
Sedi Hirano (FFLCH/PROLAM-USP)
Simone Rocha Abreu (FALC/UFMS)
Sylvia Adriana Dobry (FIAM-FAAM)
Thiago Mourelle (UFF/Arquivo Nacional)
Úrsula Dias Peres (PROLAM/EACH-USP)
Vanessa C. G. Teixeira (UNESP)
Victor Gabriel Rodriguez (FDRP/ PROLAM-USP)
Vitor Stuart de Pieri (Geografia/ UNICAMP)
Vivian Urquidi (EACH/PROLAM-USP)
Wagner Tadeu Iglecias (PROLAM/ EACH-USP)
Waldo Sanchez Lao (ENAH/México e PROLAM-USP)
Wladimir Mejía Ayala (UPTC/ Colômbia)
Yanet Aguilera Viruéz Franklin de Matos (UNIFESP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09
Introdução 18

PARTE 1: Capitalismo periférico e Estado 26

O pensamento cepalino e a análise marxista latino-americana
Onofre Alves Portella 27
A teoria da dependência: um estudo da vertente Weberiana e da vertente Marxista
Diana Chaukat Chaib e *Vicente Alves Toledo* 37
Discutindo o Estado: as contribuições de Cardoso e Ianni ao debate do marxismo acadêmico (1960-1980)
Luís Gustavo Dutra Barcelos e *Leonardo Granato* 51
Diagnósticos de atraso e saídas institucionais na formação de Estados periféricos
Lidiane Rezende Vieira 63
A questão da dependência na obra de Octavio Ianni (1966-1974)
Leonardo Octavio Belinelli Brito 76
América Latina desde dentro ou desde o centro? Encontro divergente entre a teoria marxista da dependência e a análise sistema-mundo
Georgette Ramirez Kuri 90
Populismo y primer peronismo: las revisiones historiográficas de los años setenta y ochenta, su aportes y controversias
María Mercedes Prol 102
Entre a técnica e a política: os economistas liberais nas ditaduras militares da Argentina e do Chile
Marcos Taroco Resende 113
O Estado latino-americano na atual fase do imperialismo
Rodrigo de Paula Abi-Ramia 128
Nacionalismos conservadores na América do Sul e o avanço das políticas neoliberais
Roberto Rondon 141
O estruturalismo, a teoria Marxista da dependência e a questão ambiental: breves considerações
Gustavo da Costa Meyer 149
Desenvolvimentismo ou dependência? Uma análise acerca dos problemas e possibilidades dos "neodesenvolvimentismos" sob a ótica da teoria Marxista da dependência
Vinicius Rezende Carretoni Vaz 163

A natureza do conflito ou o conflito sobre a natureza: uma análise "ecológica" sobre o caso TIPNIS
Bruna Muriel Huertas Fuscaldo 176

PARTE 2: Pensar a integração latino-americana e a política externa dos Estados.187

A CEPAL e o cooperativismo latino-americano: uma abordagem histórica
Jacqueline A. Haffner, Adriano Pires de Almeida e André Viana 188
O regionalismo latino-americano a partir da década de 1950: a ótica de Briceño-Ruiz
Armstrong Pereira da Silva 205
A teoria da autonomia e as políticas externas latino-americanas
Fábio Santino Bussmann 217
Desenvolvimento regional: Sentidos e práticas em disputa
Leandro Fontes Corrêa e *Regina Claudia Laisner* 231
La integración político-estratégica de América Latina en tres niveles: del Estado y la pluriversalidad regional, a la des-fragmentación
Armando Javier Garcia Gutierrez 243
Integração regional como epistemologia do sul
Carolina Albuquerque Silva 258
Produção de conhecimento autônomo e original sobre o regionalismo na América Latina
Erico Massoli Ticianel Pereira 270
Pensamiento latinoamericano para la integración. Perspectivas y debates en una época de crisis
Daniele Benzi e *Marco Narea*.....283
Pensamento neoconservador e a política externa brasileira: um novo olhar para a América do Sul
Enrique Carlos Natalino e *Luis Fernando Baracho* 290

PARTE 3: Herança colonial: A complexidade nos conceitos de nação, classe e raça. 309

O processo de reconstrução e abertura do Estado peruano (1883-1890)
Paulo Cesar Rebello de Oliveira 310
A polêmica vida Manuel González Prada (1844-1918)
Ruth Cavalcante 317
A etnização da luta de classes em Clóvis Moura e José Carlos Mariátegui
Marcelo Martins Silva 329
Discursos sobre a democracia racial em Cuba e no Brasil: tramas de gênero, raça e sexualidade (1933-1978)
Giselle Cristina dos Anjos Santos 340

Paulo Freire: los debates sobre la liberación
Inés Fernãndez Mouján 351
Colonialidad del poder e historia global. Cuestiones abiertas para el pensamiento crítico latinoamericano del siglo XXI
Daniele Benzi 365
Raça e racismo como desafios ao pensamento social latino-americano contemporâneo: reflexões e apontamentos
Caroline Cotta de Mello Freitas 375
Colonialidade do poder à brasileira e os sentidos sociais da escola privada paulistana
Adriana Santiago Rosa Dantas 385
Educação, identidade e humanismo na América Latina
Vanderlei Barbosa e Jefferson da Costa Moreira.....400
Candombe: La apropriácion de un pasado
Nadia Ayelén Medail 414
Do deslocamento venezuelano à filosofia de Achille Mbembe: reconhecimento de uma vida como vida humana
Mônica Peralli Broti 428

PARTE 4: Revolução, libertação e emancipação 439

Emancipação social na América Latina: pistas para o processo de libertação das condições de opressão
Leandro Alves Lopes 440
"O dever de todo revolucionário é fazer a revolução": Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)
Luiz Gabriel R. Locks e *Nashla Dahás* 454
Revoluções e contrarrevoluções interrompidas na América Latina: reflexões a partir da obra de Florestan Fernandes
Maria de Fátima Souza da Silveira 467

PARTE 5: Perspectivas outras para as Questões pendentes na América Latina .. 476

O século XXI pensa o século XVI, em torno à historiografía da forma urbana latino-americana e sua participação no processo de mundialização da modernidade capitalista
Andrés Oliver Barragán.....477
A psicologia política de Agustín Álvarez, pensador argentino, autor de South América - Historia natural de la Razón, de 1894
José Cristovan de Góes 492
A trajetória de Theodoro Sampaio no contexto da história da geociência na América Latina
Ademir Pereira dos Santos e *Rosa Matilde Pimpão Carlos* 504

Diálogo científico brasileiro com a América Latina através do rural na relação com o urbano
Alex Medeiros Santos, Vinnie M. L. Ramos e *Cristina M. Macêdo de Alencar* 518
América Latina: a política do urbano no contexto do neopopulismo democrático e a negação das políticas sociais
Margarita Maria Lara Neves 531
Políticas públicas e caracterizações da pobreza na América Latina
Carlos Alberto Bello 542
As *think tanks* liberais no Brasil enquanto aparelhos privados de hegemonia: formação de intelectuais orgânicos e atuação nas instituições de educação e ciência
Evandro Coggo Cristofoletti 555
Por uma filosofia intersemiótica enquanto teoria da linguagem como semiótica primeira da filosofia latino-americana caribenha
Edivaldo José Bortoleto e Ivan Luís Schwengber 570
O papel da memória coletiva e unidade nacional na construção da identidade latino-americana do sujeito brasileiro
Letícia Cestari Matui e *Paula da Costa Souza* 585

Apresentação

Vivian Urquidi
Programa de Pós-graduação Integração da América Latina
Universidade de São Paulo

A **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** foi concebida em 2019 por pesquisadoras do *Programa de Pós-graduação Integração da América Latina* (PROLAM) para reunir artigos de autores que estudam o rico pensamento teórico contemporâneo sobre a América Latina.

PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE defronta o desafio de conceber a região sob o pressuposto da integração regional e da difícil articulação interna de cada sociedade e cultura que compõem esta região do continente. É apostar num projeto epistêmico que supere as divisões internas e locais para produzir interpretações críticas, conhecimento comparado e localizado a partir das realidades diversas dos povos latino-americanos, irmanados pela experiência contemporânea da dependência no sistema mundo e pelas cicatrizes do legado colonial. Por isso, **PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** é uma tarefa intelectual e urgente dos pesquisadores que estão preocupados com as questões pendentes da América Latina, com os processos seculares que interrompem os desdobramentos das suas histórias de luta e a realização das suas potencialidades econômicas, políticas, sociais e culturais. Isto é, suas virtualidades civilizatórias.

A **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** se inspira nos objetivos e propósitos do *Programa de Pós-graduação Integração da América Latina* (PROLAM), um projeto da Universidade de São Paulo que busca formar especialistas sobre a região com saberes nas diversas áreas de conhecimento das ciências sociais e humanidades. Nessa esteira, a **Coleção** reúne as pesquisas, interpretações e análises de autores de longa trajetória intelectual e outros jovens estudiosos que atuam em universidades e instituições de pesquisa da América Latina e do mundo afora.

Desse modo, a **Coleção** que se publica pela **Editora PROLAM** vem aportar com mais uma ação para as tarefas de produção, promoção e divulgação de conhecimentos sobre a região e quer assim fazer jus aos Congressos, Simpósios e Debates organizados pelo PROLAM. E quer somar-se à *Brazilian Journal of Latin American Studies* (publicação regular do PROLAM) como um dos meios em que os pensadores latinoamericanistas possam publicar suas obras.

Os estudos apresentados na **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** estão organizados em cinco livros harmonizados com as linhas de pesquisa e de atuação do PROLAM.

O primeiro livro desta **Coleção** foi intitulado ***Perspectivas críticas da América Latina: pensamento social, político e econômico***. Nesta obra se apresentam interpretações, sistematizações e críticas a grandes autores ou paradigmas explicativos das principais questões latino-americanas desde o século XVI até o século XXI. Trata-se de análises sobre pensadores que discutem o Capitalismo Periférico mediante as principais matrizes explicativas e teorias sobre o papel do Estado, o comportamento das elites ou as tarefas revolucionárias. A integração da América Latina e da política externa dos países da região é analisada a partir dos autores e das perspectivas que explicam a posição da região no cenário internacional. A integração social traz análises sobre pensadores que trabalham o conceito de classes sociais como categoria central ou articulada às relações raciais e ao legado colonial. Para isto, a hegemonia, a cultura e a emancipação, como se pode ver, são conceitos centrais dos projetos políticos. Finalmente, neste livro inclui-se também uma série de artigos sobre as lutas sociais, sejam ações mais espontâneas e localizadas, sejam movimentos políticos e sociais mais orgânicos ou luta insurgente.

As grandes questões pendentes da América Latina são assim ampla e diversamente analisadas neste livro. As perspectivas são do campo da sociologia, da antropologia, das ciências políticas, das relações internacionais e do campo da economia. E há também estudos sobre pensadores no âmbito da psicologia, geografia, história e da pedagogia.

O segundo livro é o maior da Coleção. Foi organizado sob o título ***Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política***, e junta quatro volumes no livro. Aqui, se incluíram análises sobre as crises políticas e econômicas contemporâneas e sobre os fatores geradores de desigualdade social, além de um debate sobre as demandas por justiça social. Ainda, apresentam-se de modo comparativo projetos políticos de inclusão social e desenvolvimento, bem como se incluem experiências específicas de luta política, seja pela via armada ou pelo caminho político da mobilização social contra o capital ou contra as formas locais e contemporâneas dos poderes coloniais.

A diversidade de temáticas impôs que este livro fosse dividido em vários volumes. O primeiro volume do Livro II, intitulado ***Direitos: Estado e Sociedade***, aborda a relação tensa entre o Estado e a sociedade na luta pela garantia de direitos humanos. Parte fundamental deste volume é composto por capítulos sobre as ditaduras e os Estados de exceção na América Latina e a luta pela justiça de transição. O segundo volume do Livro II, denominado ***Sociedade em Movimento***, trata da memória dos povos vulneráveis, dos oprimidos e expulsos das suas terras, dos migrantes em êxodo político ou pela pobreza. Recolhe também a experiência das lutas sociais ora dos

movimentos localizados em setores rurais, bairros e periferias, ora da luta armada mais ou menos generalizada. Já o terceiro volume deste Livro, ***Políticas Públicas e Igualdade Social***, recolhe criticamente as experiências de autogestão ou gestão participativa, popular e democrática. Em estudos de caso sobre os processos educativos nos diversos níveis de formação do sujeito analisam-se tanto as instâncias criativas e libertadoras da pedagogia, quanto os dispositivos de reprodução social. Ainda neste volume dedicado às políticas públicas, uma série de artigos reúne experiências de gestão urbana e de planejamento nas cidades de interior e nas metrópoles latino-americanas compondo um bloco de trabalhos necessários sobre gestão, urbanismo e planejamento. A última parte deste volume trata por outro lado de temáticas ineludíveis no debate das políticas sociais, quais sejam a saúde e as políticas distributivas. Nestes capítulos, os autores discutem a centralidade do Estado, ora como garantidor das políticas, ora como instância intervencionista e assistencialista, ora como instituição que limita o desenvolvimento desregrado das transações privadas do mercado.

Complementando o livro ***Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política***, o quarto volume foi intitulado ***Trabalho e Economia.*** Aqui se selecionaram obras que abordam de modo diverso questões centrais do trabalho, do emprego e da renda. Os estudos são focalizados mas também há debates teóricos e macroeconômicos sobre mercado e neoliberalismo.

Para o terceiro livro da **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE,** as obras escolhidas tratam das ***Questões Contemporâneas das Relações Internacionais na América Latina: Política Externa, Tensões e Cooperações Internacionais***. As duas temáticas que organizam esta obra – a política externa e cooperação internacional – apresentam casos de diversos países da região, como México, Chile, Argentina, Cuba, Bolívia e Brasil, e há um espaço especial reservado para interpretações sobre a política externa chinesa na região.

O quarto livro da **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**, foi organizado com trabalhos de análises no campo da cultura, críticas de arte e estudos no campo dinâmico da comunicação e da produção cultural. Trata-se do livro ***Atores, Fazeres e Políticas Culturais na América Latina: Comunicação e Cultura*** em cujas páginas se recolheram as diversas esferas da produção cultural, ora como patrimônio e memória, ora como representação, prática e expressão artística. O livro reservou uma seção especial para a arte dos povos indígenas e a criatividade contestadora dos jovens, misturando assim elementos das linguagens tradicionais e midiáticas, das novas formas de fazer arte, de se comunicar ou se expressar. Ao mesmo tempo, o livro fez questão de trazer artigos especializados sobre crítica da arte com análises de autores canonizados e das estéticas emergentes. Finalmente, um último eixo do livro fará dialogar a arte com a educação como dispositivo para a cidadania e a formação dos jovens.

Finalmente, a cooperação internacional na educação, saúde, tecnologia e desenvolvimento finalizam a Coleção com a apresentação do quinto livro denominado ***Novos e Velhos Sentidos da Integração da América Latina: Práticas e Desafios***. Nele encontram-se reflexões sobre a implementação das políticas de integração regional por Blocos como o MERCOSUL, a UNASUL, a Comunidade Andina e a Aliança para o Pacífico, além de perspectivas atuais sobre a integração da pan-amazônia ou o diálogo entre os Blocos regionais e a União Europeia. Nesse cenário, os desafios da integração regional são elucidados a partir da economia e da aposta no desenvolvimento da infraestrutura regional; da harmonização normativa e fiscal e da necessidade de resolução de conflitos e tensões entre estados vizinhos. Duas perspectivas menos comuns são agregadas neste livro: o movimento da sociedade civil na ação de integração regional, e o papel da cultura nas relações internacionais.

Desse modo, a partir de cinco livros tematicamente organizados, a **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** transforma-se num conjunto de reflexões sobre a região nas diversas áreas das ciências sociais, das humanidades e das artes, como síntese do projeto intelectual dos novos pensadores latino-americanistas.

Por que produzir este livro pela *Editora PROLAM*? Porque desde o nascimento, há mais de 30 anos, do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, o PROLAM vem sendo um espaço privilegiado de produção de reflexões, conhecimento e pensamento acadêmico sobre a América Latina e o Caribe.

Quando em 1989 nasceu o PROLAM, com o propósito de formar quadros especializados sobre a região, os pesquisadores e estudiosos do Brasil – da mesma forma que outros países latino-americanos que acabavam de atravessar por experiências autoritárias – foram impelidos a pensar as encruzilhadas e os novos desafios das arenas democráticas: crise inflacionária e soluções neoliberais em cenários de novas conflitividades sociais e políticas. O Consenso de Washington impôs reformas estruturais comuns às nascentes democracias latino-americanas: enxugamento do aparato estatal via privatizações, desregulação de mercados e flexibilização da legislação trabalhista, além de descentralização administrativa.

O impacto na sociedade não demorou em ser sentido: observou-se um aumento de desemprego e de empobrecimento, enquanto as instâncias tradicionais de organização das resistências, principalmente dos sindicatos, foram progressivamente sendo desmontadas. Finalmente, as lutas sociais se cristalizaram na proliferação de movimentos sociais de diversas conformações, como os de bairro pela educação e saúde, em que novos sujeitos sociais passaram a interpelar a arena democrática, ou como os das minorias étnicas e de gênero. O cenário institucional se viu então invadido por novos conflitos sociais sob a forma de luta partidária, de organizações e grupos de pressão para reformas constitucionais e ampliação de direitos.

As novas contendas políticas exigiram também das instituições acadêmicas novas respostas. O retorno à democracia se apresentava assim como um marco constitutivo de realidades políticas e sociais que impuseram rupturas com os projetos políticos de outrora, bem como com as narrativas explicativas das grandes problemáticas latino-americanas da dependência, da revolução, da organização social e da integração.

Sabe-se que nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil produziu uma valiosa obra no campo crítico de conhecimento sobre a América Latina. Que a necessidade de constituir projetos políticos e intelectuais de transformação revolucionária articulou em vários centros acadêmicos os trabalhos de economistas, cientistas sociais e políticos. No Brasil, as universidades públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro foram as grandes instituições que favoreceram a recepção do melhor pensamento crítico sobre a região latino-americana.

Destes centros de pesquisa, surgiram as bases teóricas para reinterpretar a situação de dependência econômica e política da região, para logo em seguida irradiar suas críticas no campo do marxismo às teorias sobre a divisão internacional do trabalho no sistema mundo capitalista.

Naquele período também, mas fora das universidades e junto aos setores populares e nas comunidades de base dos setores urbanos e rurais, se formulava a praxe revolucionária da pedagogia da libertação, estreitamente vinculada com as vertentes filosóficas e teológicas da *igreja dos pobres*.

Foi um rico e promissor período de produção de pensamento e de ação política com objetivos de transformação radical da social que, no entanto, foi interrompido, como se sabe, pela precipitação de golpes cívico-militares. Apesar do golpe de estado no Paraguai em 1954, foi no Brasil que se iniciou em 1964 um período sombrio que logo se espalhou por outros países da região em movimento articulado e que se consolidou na década seguinte em ditaduras.

A repressão política e o recrudescimento do Estado de exceção contra militantes, sindicalistas, políticos e intelectuais empurraram para o exílio o mais brilhante quadro de pensadores dos projetos políticos e intelectuais da América Latina. No caso do Brasil, foram forçados ao exílio Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Paulo Freire, Emir Sader entre outros intelectuais.

Alguns estudiosos da região inicialmente foram acolhidos na Argentina e no Uruguai, mas logo se exilaram nos centros de pesquisa do Chile em tempos de Allende. O golpe de Pinochet os empurrou para novo êxodo rumo ao México, ao Canadá ou à Europa ...

Os núcleos de pesquisa e pensamento sobre a realidade brasileira e latino-americana foram assim disseminados ou desmantelados.

O fato é que o retorno progressivo à vida democrática não implicou necessariamente o retorno destes pensadores a seus centros de produção de conhecimento no Brasil.

E os que retornaram, a partir da década de 1980, se defrontaram com novas tarefas intelectuais da democracia partidária e dos novos desafios de uma sociedade que, sem ter superado as pendências do passado, agora trazia novas questões a partir de novos atores políticos e sociais.

No caso do Brasil, o pensamento crítico brasileiro da década de 1990 se viu envolvido predominantemente por preocupações internas, relegando a conjuntura latino-americana para os projetos institucionais de integração regional. Na USP e na UnB, na região central do país, se incentivou a formação de programas de pós-graduação especializados em integração da América Latina, como o PROLAM da USP e o Centro de Estudos Comparados (CEPPAC) da UnB.

O foco na integração regional foi a tendência que se manteve no Brasil até o início do século XXI, quando a dinâmica de lutas sociais e políticas gradualmente foram envolvendo a esfera pública e institucional com ares de *maré vermelha*, modo pelo qual foram designados os governos progressistas que introduziram reformas mais ou menos profundas de cunho social e democrático. A guinada à esquerda alcançou mais de 350 milhões de pessoas na maior parte dos países sul-americanos: Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e inclusive Chile.

Como consequência, se observou um renovado interesse intelectual e político de cunho latino-americanista nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil, ávidos por compreender e acompanhar as transformações regionais.

Assim, no umbral do século XXI, as instituições acadêmicas no Brasil viram explodir centros e grupos de pesquisa interdisciplinares, especializados em estudos sobre a América Latina. O eixo da produção do conhecimento sobre a América Latina, outrora concentrado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sente agora a interpelação de uma jovem universidade com missão latino-americanista, a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) no sul do país, criada em 2010.

Muito embora este crescimento tenha sido excepcional, é possível afirmar que no Brasil ainda há uma demanda crescente de pesquisadores e estudiosos sobre a América Latina que não encontram espaços ou interlocutores dentro do país para debater suas preocupações intelectuais. Enquanto no cenário internacional[1] há vários eventos especializados sobre a América Latina, com perspectivas interdisciplinares e importante

1. Alguns eventos internacionais têm sido especialmente relevantes para congregar interdisciplinarmente pesquisadores latino-americanistas: o congresso da ***LASA - Latin American Studies Association***, do ***Clacso - Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales*** e o ***Congresso Internacional de Americanistas - ICA***. Há também eventos em áreas disciplinares como o da ***Associação Latino-americana de Sociologia-ALAS***, o da ***Associação Latino-americana de Ciências Políticas - ALACIP***, a ***Associação Latino-americana de Informação e Comunicação-ALAIC*** e a ***Asociación de Historiadores Latinoamericanistas y del Caribe*** -ADHILAC, com uma Sessão Brasil que anualmente se reúne.

presença dos pesquisadores da região, no Brasil os eventos sobre a América Latina e o Caribe são limitados e nem sempre atravessam as diversas áreas de conhecimento das ciências sociais, das humanidades e das artes. Alguns eventos que merecem especial destaque porque versam especificamente sobre a América Latina, embora com foco disciplinar, é o encontro internacional da ***Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas – ANPHLAC*** que a cada dois anos e desde 1994 tem congregado pesquisadores latino-americanistas.

Outros espaços de reunião de pesquisadores, desta vez no campo das artes, são o ***Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina***, com edições públicas anuais desde 2010, e o ***Colóquio de Arte e Cinema na América Latina - COCAAL***, criado em 2013 com eventos até 2019 também anuais.

No PROLAM, encontros mensais reúnem mesas de pesquisadores latino-americanistas desde 2013 em torno do ***Encontro de Pesquisadores sobre a América Latina***- EPAL, mas os eventos mais importantes desta instituição são os Simpósios Internacionais Pensar e Repensar a América Latina (2014, 2016 e 2019). Em 2020, no cenário do confinamento iniciou-se o ***PROLAM Debates***, no sistema de seminários online (*webinars)*, com convidados de diversos países da América Latina.

A Universidade Federal da Integração Latino-americana teve um papel central nos últimos anos, na organização de eventos especializados sobre a América Latina. Um dos eventos é o ***Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura***, organizado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, em parceria com o Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História – ILAACH, e que agrega o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos – PPG-IELA, o Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP, e o Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPG-ICAL.

O ***Congresso Internacional América Latina e Interculturalidade*** e o ***Seminário de Bilinguismo*** também são eventos de relevância organizados pelos grupos de pesquisa Construções Socioculturais da Tríplice Fronteira, pelo Grupo de Linguagem, Política e Cidadania e pelo Curso de Letras da UNILA.

Um dos eventos de maior relevância no Brasil, o encontro anual da **ANPOCS** (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais) merece ser nomeado especificamente pela promoção recente de mesas e seminários específicos sobre a América Latina.

Uma análise superficial dos anais da **ANPOCS** desde sua origem em 1977 permite ver que desde a origem houve trabalhos e estudos dirigidos para a América Latina, mas não havia no evento grupos ou seminários específicos sobre a região, a não ser de modo muito episódico.

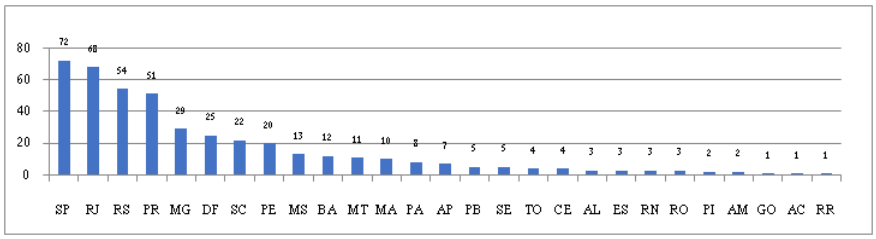
Esta posição, entretanto, tem progressivamente mudado desde 2015, ano a partir do qual passaram regularmente a ser aprovadas propostas de *Grupos de Trabalho* e

Seminários Temáticos específicos sobre a América Latina e, mesmo que com frequência menor, têm sido organizadas também Mesas Redondas ou Fóruns especializados.

Com a frequência de todos estes eventos, está mais do que justificada pois a necessidade de uma **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE.**

Em levantamento inicial realizado em 2018 nos Grupos de Pesquisa registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa[2] no Brasil, na plataforma do CNPq, observou-se que até dezembro de 2018, existiam 549 Grupos de Pesquisa cadastrados (Gráfico 1) com temáticas sobre a América Latina, em centros distribuídos por todos os estados da Federação.

Gráfico 1: Grupos de Pesquisa sobre a América Latina por Estados em 2018



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018

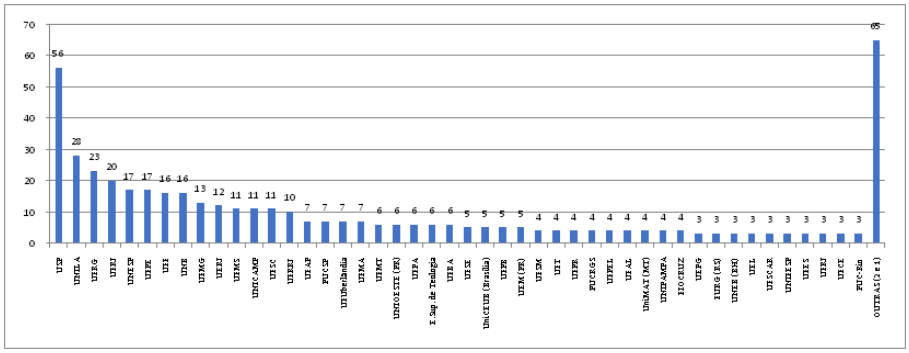
O gráfico indica que até 2018 os estudos e as pesquisas sobre a América Latina estão presentes em todo o país, muito embora São Paulo e a região Sudeste ainda concentrem o maior volume de produção de pensamento sobre a América Latina, principalmente na USP (como vemos no Gráfico 2).

Já neste ano de 2018 é possível observar que surgem com destaque os trabalhos produzidos num novo território acadêmico, na região Sul do país pelo impulso da UNILA, uma jovem e promissora instituição federal para os estudos latino-americanos.

Num recorte que delimita os grupos de pesquisa apenas nas três primeiras áreas de produção de conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes), observa-se o claro predomínio da USP. No total de 385 GPs, a Universidade de São Paulo hospedava até final de 2018, 56 Grupos de Pesquisa sobre a região, com estudos em que a América Latina seria o objeto central ou o *locus* dos objetos trabalhados.

2. Informação acessível em: http://lattes.cnpq.br/web/dgp

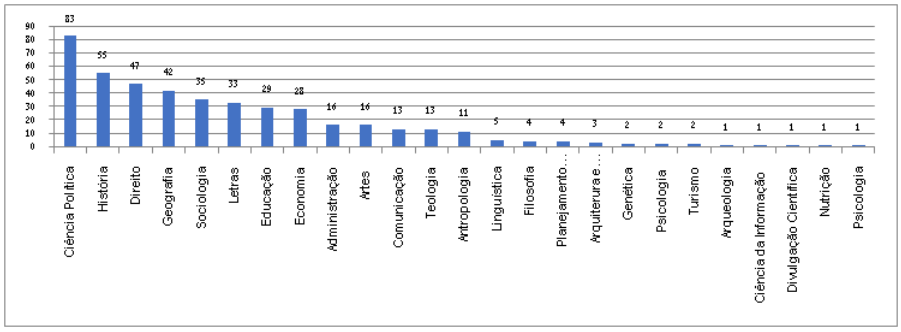
Gráfico 2: Instituições com Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq sobre a AL nas áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes (2018)



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018.

De fato, América Latina é objeto de estudo nas diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, bem como das Exatas e da Terra, das Ciências da Saúde, além das Engenharias. Considerando apenas o campo das Ciências Sociais e Humanidades, observa-se um predomínio de trabalhos em Ciência Política e de história (Gráfico 3). Aparece com importante destaque, porém, a área de Ciências Jurídicas (Direito) na terceira posição:

Gráfico 3: Predomínio de Áreas de atuação dos GP sobre a América Latina (2018)



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018.

Em suma, os dados indicam que há um claro interesse no Brasil por produzir conhecimento sobre a América Latina e colocá-lo em diálogo com os saberes produzidos no resto do continente. Faz-se por isso necessário articular tais análises, interpretações, estudos de caso e comparativos na **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE.**

Convidamos os leitores a desfrutarem deste trabalho!

Introdução

O livro *Perspectivas críticas da América Latina: pensamento social, político e econômico* oferece importantes discussões e reflexões acerca de diversos temas candentes das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, como desigualdade, colonialismo, dependência, desenvolvimento, autoritarismo, ditadura, democracia, (neo)conservadorismo, gênero, raça e racismo, entre muitos outros, com perspectiva teórico-metodológicas variadas, mas que tem em comum o olhar crítico e latino-americanista.

Os 58 autores, de áreas do conhecimento e instituições distintas, realizaram importantes discussões tomando o subcontinente ou estudos de casos que possibilitam uma maior compreensão destas questões complexas na nossa região. Distribuímos as discussões do livro em cinco partes mais amplas, que serão apresentadas a seguir, a fim de aproximarmos os autores e suas temáticas.

Parte 1: Capitalismo Periférico e Estado

Nesta parte figuram os capítulos que trataram, fundamentalmente, de variadas vertentes do pensamento político latino-americano especialmente relacionado ao Estado. Em *O pensamento cepalino e a análise marxista latino-americana*, Onofre Alves Portella Junior investiga a relação entre o 'pensamento cepalino' e a vertente marxista latino-americana por meio de uma análise comparativa entre o estruturalismo cepalino e diversas obras representativas do pensamento marxista dos anos 1960 e 1970.

Diana Chaukat Chaib e Vicente Alves Toledo dão continuidade as discussões de teóricos em *A teoria da dependência: um estudo da vertente Weberiana e da vertente Marxista*, em que analisam duas das principais vertentes da Teoria da Dependência: a weberiana, representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a marxista com Rui Mauro Marini.

A questão da orientação marxista é aprofundada no capítulo *Discutindo o Estado: as contribuições de Cardoso e Ianni ao debate do marxismo acadêmico (1960-1980)* de Luís Gustavo Dutra Barcelos e Leonardo Granato. Nele, os autores discutem as contribuições de Fernando Henrique Cardoso e de Octavio Ianni ao debate marxista, mais especificamente para a teoria crítica do Estado, durante as décadas de 1960 e 1980.

Ainda refletindo sobre o Estado, mas sob uma perspectiva distinta e uma metodologia histórico-conceitual, Lidiane Rezende Vieira em *Diagnósticos de atraso e saídas institucionais na formação de Estados periféricos*, analisa a formação dos Estados nacionais na América Latina, especialmente na Argentina, Brasil e Chile apresentando as percepções, os diagnósticos de atraso e as saídas institucionais propostas por teóricos centrais e de grupos opostos deste período, como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi na Argentina, Aureliano Cândido de Tavares Bastos e José Paulino Soares de Sousa no Brasil e José Victorino Lastarria e Mariano Egaña Fabres no Chile.

Leonardo Octavio Belinelli Brito retoma a discussão da dependência em *A questão da dependência na obra de Octavio Ianni (1966-1974)* onde apresenta uma pesquisa inicial a respeito da noção de "dependência" na obra de Octavio Ianni a partir da análise de quatro obras – *O colapso do populismo no Brasil* (1966), *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1971), *Sociologia da sociologia latino-americana* (1971), *Imperialismo na América Latina* (1974) – a fim de delinear a especificidade deste conceito na obra do sociólogo brasileiro.

Continuando as discussões sobre a dependência, mas sob outra perspectiva, Georgette Ramirez Kuri, em *América Latina desde dentro ou desde o centro? Encontro divergente entre a teoria marxista da dependência e a análise sistema-mundo*, realiza uma discussão crítica a respeito da utilização da análise do sistema-mundo para pensar a América Latina, contrastando com a Teoria Marxista da Dependência e apontando aspectos importantes que estão ausentes na análise do sistema-mundo e que podem contribuir para o desenvolvimento de uma epistemologia crítica desde e para a América Latina.

Os capítulos de María Mercedes Prol e de Marcos Taroco Resende dão continuidade às reflexões sobre o pensamento político acerca do Estado, mas focalizam casos específicos. Em *Populismo y primer peronismo: las revisiones historiográficas de los años setenta y ochenta, sus aportes y controversias*, María Mercedes Prol, apresenta as distintas leituras e interpretações que sociólogos, politólogos e historiadores realizaram durante as décadas de 1970 e 1980 a respeito do primeiro peronismo, evidenciando a dimensão historiográfica e política dos autores que enquadraram este período.

Marcos Taroco Resende, em *Entre a técnica e a política: os economistas liberais nas ditaduras militares da Argentina e do Chile*, compara a formulação das políticas econômicas e seus resultados a partir da avaliação da participação dos economistas Martínez de Hoz (Ministro da Economia) e Sérgio de Castro (Chicago Boy e Ministro da Economia e Fazenda) nos governos ditatoriais da Argentina (1976-1983) e do Chile (1973-1990), respectivamente.

Rodrigo de Paula Abi-Ramia retoma a questão da dependência em *O Estado latino-americano na atual fase do imperialismo*, a partir da discussão do papel do Estado dependente latino-americano na atual fase do imperialismo definido por Virgínia Fontes

como "Capital-Imperialismo" apresentando as especificidades da nova etapa de acordo com distintas perspectivas e abordagens.

Roberto Rondon, em *Nacionalismos conservadores na América do Sul e o avanço das políticas neoliberais*, a partir dos conceitos de "nacionalismo oligárquico" e "nacionalismo revolucionário" do argentino Jorge Splimbergo e das análises de Manuel Ugarte e Juan José Arregui analisa a apropriação dos símbolos nacionais pelas oligarquias latino-americanas como uma maneira de se perpetuar no poder.

Os capítulos de Gustavo da Costa Meyer e Vinicius Rezende Carretoni retomam as reflexões da dependência com abordagens distintas. Em *O estruturalismo, a teoria Marxista da dependência e a questão ambiental: breves considerações*, Gustavo da Costa Meyer, explora divergências e convergências entre abordagens da Teoria Marxista da Dependência que a analisam a questão ambiental sob o viés da economia capitalista no Brasil. Já Vinicius Rezende Carretoni Vaz, em *Desenvolvimentismo ou dependência? Uma análise acerca dos problemas e possibilidades dos 'neodesenvolvimentismos' sob a ótica da teoria Marxista da dependência*", discute as concepções de desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 2000, com a ascensão de lideranças progressistas na América Latina.

Bruna Muriel Huertas Fuscaldo finaliza a primeira parte do livro com o capítulo *A natureza do conflito ou o conflito sobre a natureza: uma análise "ecológica" sobre o caso TIPNIS*. Nele a autora analisa as dificuldades do cumprimento do "caráter ecológico" da normativa constitucional no pós-constituinte que foi evidenciado pela incorporação do *Buen Vivir*. Esta é realizada a partir do estudo do conflito envolvendo o projeto governamental de construção da estrada que atravessa o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure na Bolívia (TIPNIS), uma área de produção e conservação de recursos naturais, além de espaço de reprodução social e cultural das comunidades indígenas e camponesas.

Parte 2: Pensar a integração latino-americana e a política externa dos Estados

Nesta parte incluímos os capítulos que refletem sobre questões que envolvem a integração latino-americana e a política externa dos Estados. Jacqueline A. Haffner, Adriano Pires de Almeida e André Viana iniciam a reflexão com o capítulo *A CEPAL e o cooperativismo latino-americano: uma abordagem histórica*, onde analisam as principais perspectivas do cooperativismo latino-americano em publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) entre 1948 e 2015.

Armstrong Pereira da Silva, em *O regionalismo latino-americano a partir da década de 1950: A ótica de Briceño-Ruiz*, discorre sobre o fenômeno do regionalismo a partir da segunda metade do século XX, amparado nas reflexões de regionalismo autonômico de Briceño-Ruiz, considerando-o também como uma estratégia política dos Estados latino-americanos que buscavam alterar a sua inserção na nova ordem mundial emergente.

Em *A teoria da autonomia e as políticas externas latino-americanas*, Fábio Santino Bussmann, testa a Teoria da Autonomia de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig mediante em os momentos autônomos da Políticas Externas Latino-Americanas (PELA), mais especificamente na Política Externa Independente (PEI) do governo de Jânio Quadros.

Desenvolvimento regional: sentidos e práticas em disputa, Leandro Fontes Corrêa e Regina Claudia Laisner, discorrem sobre a disputa em torno do conceito de desenvolvimento regional e destacam as políticas comprometidas com a perspectiva, entre 2003 e 2007, para apontar se os acontecimentos mais recentes em alguns países da América Latina, como no Brasil, colocam o modelo em risco.

Armando Javier Garcia Gutierrez, em *La integración político-estratégica de América Latina en tres niveles: del Estado y la pluriversalidad regional, a la des-fragmentación*, aborda a centralidade política dos processos de integração na América Latina, pensando o papel central dos Estados na identificação, coordenação e construção de um projeto político-estratégico sistêmico na região. Ao mesmo tempo, ele pondera sobre o conceito de des-fragmentação para perceber se as características atuais de uma integração como a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) representam um primeiro esforço institucional materializando esta perspectiva teórica nos processos de integração da América Latina.

Dando continuidade às reflexões sobre a integração regional, Carolina Albuquerque Silva, em *Integração regional como epistemologia do sul*, identifica as características principais do regionalismo autonomista surgido na América Latina e no Caribe nos anos 2000 (ALBA, UNASUL, CELAC) a fim de contribuir para a compreensão dos processos de integração em curso na região.

Erico Massoli Ticianel Pereira, em *Produção de conhecimento autônomo e original sobre o regionalismo na América Latina*, também aborda o regionalismo, mas mapeando as mais relevantes comunidades científicas que formularam pensamento que orientou o debate científico e governamental sobre o regionalismo na região. Com isso, explicitou a evolução histórica de conceitos, valorizou a produção de conhecimento na região e deu visibilidade ao mapeamento de agentes, instituições e redes de produção de conhecimento.

Daniele Benzi e Marco Narea, em *Pensamiento latinoamericano para la integración. Perspectivas y debates en una época de crisis*, abordam a questão do pensamento tratando da proposta e das questões abertas possibilitadas o pensamento latino-americano para a integração (PLI), especialmente na época que eles identificam como de retrocesso e refluxo do regionalismo na América Latina.

Em *Pensamento neoconservador e a política externa brasileira: um novo olhar para a América do Sul*, Enrique Carlos Natalino e Luis Fernando Barcho, analisam a influência do pensamento neoconservador latino-americano e brasileiro para a conformação das linhas de ação da política externa brasileira, especialmente a partir das eleições presidenciais de 2018.

Parte 3 - Herança Colonial: a complexidade nos conceitos de nação, classe e raça

Esta abarca textos que abordaram questões relacionadas à nação, classe e raça na região durante os séculos XIX e XX. Paulo Cesar Rebello de Oliveira abre a parte com o capítulo *O processo de reconstrução e abertura do Estado peruano (1883-1890)*, em que apresenta como e em que medida as ações pessoais e em conjunto dos governos peruanos no pós-Guerra do Pacífico influenciaram na formação do Estado nacional e sua economia entre 1883 a 1890.

Em *A polêmica vida de Manuel González Prada (1844-1918)*, Ruth Cavalcante reflete sobre a biografia de Manuel González Prada, um dos mais respeitados intérpretes da realidade peruana que vivenciou a Guerra do Pacífico observando como o intelectual pensou o lugar do indígena na sociedade peruana no processo de construção de identidade nacional.

Marcelo Martins da Silva, em *A etnização da luta de classes em Clóvis Moura e José Carlos Mariátegui*, continua a reflexão sobre a realidade peruana, mas em perspectiva comparativa com o Brasil, tratando das especificidades das classes trabalhadoras brasileiras e peruanas na concepção do brasileiro Clóvis Moura e do peruano José Carlos Mariátegui.

Em *Discursos sobre a democracia racial em Cuba e no Brasil: Tramas de gênero, raça e sexualidade (1933-1978)*, Giselle Cristina dos Anjos Santos, discute as representações de gênero, raça, sexualidade e mestiçagem presentes nos discursos sobre democracia racial, utilizando as obras do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1890-1987) e do etnólogo cubano Fernando Ortiz (1881-1969), em particular os livros *Casa grande e senzala* (1933) e *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1940).

Inés Fernãndez Mouján, em *Paulo Freire: los debates sobre la liberación*, discorre sobre a vida e obra de Paulo Freire, observando especialmente como ele assume a tradição crítica ao colonialismo e ao racismo. Ela também aborda o diálogo que o autor estabeleceu com James Cone, um dos mentores da teologia de libertação negra.

Em *Colonialidad del poder e historia global. Cuestiones abiertas para el pensamiento crítico latinoamericano del siglo XXI*, Daniele Benzi, defende que os ensaios de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder, a partir da década de 1990, representam o ápice e o esforço de síntese mais original realizado até hoje sobre os principais aspectos e temas da teoria social crítica produzida na América Latina e no Caribe.

Caroline Cotta de Mello Freitas, em *Raça e racismo como desafios ao pensamento social latino-americano contemporâneo: reflexões e apontamentos*, discute como as reivindicações por representatividade de parcelas das populações historicamente silenciadas e por políticas públicas de reparação, por exemplo, constituem ponto fundamental para luta emancipatória no Brasil e na Bolívia.

Em *Colonialidade do poder à brasileira e os sentidos sociais da escola privada paulistana*, Adriana Santiago Rosa Dantas, investiga a expansão das escolas privadas na periferia leste da cidade de São Paulo utilizando a conceituação da colonialidade do poder do sociólogo peruano Anibal Quijano.

Vanderlei Barbosa e Jefferson da Costa Moreira, em *Educação, identidade e humanismo na América Latina*, continuam a reflexão sobre educação a fim de compreender a educação contemporânea em um viés latino-americano. Para lograr o objetivo, utilizam os livros *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal* de Pierre Dardot e Christian Laval e *Frieza Burguesa e Educação: a frieza como mal-estar moral da cultura burguesa na educação* de Andreas Gruschka.

Em *Candombe: la apropiación de un pasado*, Nadia Ayelén Medail demonstra que a prática de origem afrouruguaia é tomada como própria para preencher as lacunas que a história oficial argentina provocou. Finalizando a parte, Mônica Pralli Broti, em *Do deslocamento venezuelano à filosofia de Achille Mbembe: Reconhecimento de uma vida como vida humana*, articula a obra Necropolítica (2018) do filósofo e cientista social Achille Mbembe e as novas formas de existência social que os imigrantes venezuelanos são submetidos ao deixarem o país de origem e buscarem ou receberem refúgio no Brasil.

Parte 4 - Revolução, Libertação e Emancipação

Nesta parte os capítulos tratam das discussões teóricas e ações práticas sobre revolução, emancipação e libertação. Leandro Alves Lopes, em *Emancipação social na América Latina: Pistas para o processo de libertação das condições de opressão*, inicia refletindo sobre aspectos do pensamento teológico, filosófico, antropológico, psicológico e pedagógico que buscam aprofundar o conceito de libertação, especialmente a partir das contribuições de Dussel, Freire, Ribeiro, Martín-Baró e Gutiérrez.

Luiz Gabriel R. Locks e Nashla Dahás, em *O dever de todo revolucionário é fazer a revolução: Carlos Marighella e a organização latino-americana de solidariedade (OLAS)*, discutem a participação de Carlos Marighella na Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana-Cuba, em julho-agosto de 1967.

Encerrando a parte, Maria de Fátima Souza da Silveira, em *Revoluções e contrar-revoluções interrompidas na América Latina: Reflexões a partir da obra de Florestan Fernandes*, analisa os processos sociais revolucionários que, segundo Orlando Fals Borda (Colômbia) e Florestan Fernandes (Brasil), ficaram interrompidos ou foram paralisados nas sociedades latino-americanas, com destaque para os processos de independências, abolição dos regimes escravocratas/coloniais e revoluções democráticas.

Parte V - Perspectivas outras para as questões pendentes na América Latina

A última parte do livro aborda outras questões importantes na América Latina que versam sobre produção de conhecimento, psicologia política, geociências e políticas públicas. Andrés Oliver Barragán, em *O século XXI pensa o século XVI, em torno à historiografia da forma urbana latino-americana e sua participação no processo de mundialização da modernidade capitalista*, revisa a teoria de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço, chamando a atenção à necessidade de incluir no seu desenvolvimento uma perspectiva latino-americanista.

Em *A psicologia política de Agustín Álvarez, pensador argentino, autor de South América – História Natural de la Razón, de 1894*, José Cristovan de Góes analisa a vida e a obra supracitada de Agustín Álvarez cuja narrativa é construída a partir de um estudo da razão, diferenciando a razão natural da razão experimentada ou educada.

Ademir Pereira dos Santos e Rosa Matilde Pimpão Carlos, em *A trajetória de Theodoro Sampaio no contexto da história da geociência na América Latina*, abordam a obra do engenheiro civil Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), que atuou como geógrafo, cartógrafo, historiador, etnógrafo, arquiteto e urbanista, no contexto da história das Geociência na América Latina.

Alex Medeiros Santos, Vinnie Mayana Lima Ramos e Cristina Maria Macêdo de Alencar, em *Diálogo científico brasileiro com a América Latina através do rural na relação com o urbano*, apresentam a evolução das publicações científicas na América latina tomando como norte as relações entre rural e urbano, campo e cidade, com meio ambiente e desenvolvimento socioambiental.

Em *América Latina: a política do urbano no contexto do neopopulismo democrático e a negação das políticas sociais*, Margarita Maria Lara Neves apresenta uma abordagem analítica da cidadania em crise dos povos latino-americanos, orientada pela negação do direito à cidade no âmbito de regimes democráticos populistas e viciados, alienados da construção de interesses de parte de coletivos sociais que detenham perspectivas concretas de empoderamento para acompanhar a formulação e implantação de políticas e programas sociais.

Carlos A. Bello, em *Políticas públicas e caracterizações da pobreza na América Latina*, discute como a fundamentação das variadas propostas de políticas contra a pobreza poderia estar articulada a diversas caracterizações da pobreza visando produzir uma perspectiva analítica para tais políticas, especialmente para o Brasil.

Em *As think tanks liberais no Brasil enquanto aparelhos privados de hegemonia: formação de intelectuais orgânicos e atuação nas instituições de educação e ciência*, Evandro Coggo Cristofoletti, utiliza referenciais gramscianos de hegemonia e intelectuais orgânicos para investigar as estratégias de atuação das chamadas think tanks liberais no Brasil.

Edivaldo José Bortoleto e Ivan Luís Schwengber, em *Por uma filosofia intersemiótica enquanto teoria da linguagem como semiótica primeira da filosofia latino-americana caribenha*, apresentam a América Latina Caribenha como um continente complexo porque tanto em sua natureza quanto em sua cultura se apresenta de forma exuberante e dinâmica e, também, singular porque é um território de pluralidades de linguagens: visual, auditiva, olfativa, degustativa e táctil. Com isso, fazem uma interlocução com a Filosofia Intersemiótica formulada por Charles Sanders Peirce para buscar articulações possíveis na complexidade e singularidade no continente supracitado.

Em *O papel da memória coletiva e unidade nacional na construção da identidade latino-americana do sujeito brasileiro*, Letícia Cestari Matui e Paula da Costa Souza, refletem sobre questões que permeiam a percepção do brasileiro acerca da identidade latino-americana, tomando como princípio aquilo que consolida as noções de identidade nacional e, consequentemente, o imaginário coletivo.

Desejamos boa leitura a todos (as) e esperamos que este livro contribua para a ampliação das variadas integrações entre os latino-americanos e latino-americanistas por meio da formação de grupos de trabalho, publicações conjuntas e eventos, em geral, e das reflexões acadêmicas sobre o pensamento social, político e econômico, considerando, em particular, suas potencialidades e desafios.

ORGANIZADORAS

PARTE I

CAPITALISMO PERIFÉRICO E ESTADO

O pensamento cepalino e a análise marxista latino-americana

Onofre Alves Portella Junior*

Introdução

Desenvolvimento, em largo entendimento, é dos temas mais presentes na produção intelectual latino-americana; permeia as Ciências Sociais, particularmente a Economia, ora de maneira direta, como objeto de análise propriamente, ora de maneira indireta, pelas grandes áreas de intersecção com conceitos que lhe são próximos – 'dependência' e 'hegemonia', por exemplo – ou, também, por sua relação com mecanismos ideológicos próprios do processo de dominação, chegando mesmo, em alguns casos, a confundir-se com eles.

Esta recorrência, se por um lado, sinaliza a não superação da condição de "não desenvolvido", por outro, indica a enorme diversidade na construção teórica do conceito e na própria categorização de 'desenvolvimento'. Conjugando distintos planos e referenciais teóricos, com diferentes perspectivas de observação política, a conceituação e categorização de 'desenvolvimento' se estrutura de maneira ampla, representando, como decorrência, diferentes níveis de comprometimento com a transformação do real.

A análise econômica desenvolvida na América Latina decorre, grosso modo, diretamente das matrizes que alicerçam a evolução das teorias econômicas: a matriz neoclássica/ liberal, a keynesiana e a marxista. As especificidades históricas locais remetem o pensamento econômico latino-americano – basicamente o das matrizes keynesiana e marxista – à investigação das razões que impedem o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina.

A matriz keynesiana é identificada à política desenvolvimentista, industrialista que, na década de 40, contrapõe-se à matriz liberal, que representava, em grandes linhas, os interesses do setor agrário que, na época, já não era o setor que capitaneava a acumulação capitalista. A questão então colocada, assim, não é se a região deveria industrializar-se ou não, mas qual a melhor alternativa para que este objetivo fosse atingido.

* Doutorando no PROLAM/USP. Professor na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec) e nas Faculdades Integradas Rio Branco. E-mail: onofre.portella@gmail.com

Mesmo à esquerda, na matriz marxista, a via desenvolvimentista é bem vista; na análise dos Partidos Comunistas – na época, hegemônicos em relação ao pensamento de esquerda – as relações sociais de produção no campo são de caráter semifeudal ou pré-capitalista, o que implica na necessidade de uma aliança entre a classe trabalhadora e o capital nacional, para que uma revolução, de caráter nacional-democrático, seja realizada. Esta revolução burguesa é entendida como etapa absolutamente necessária à revolução socialista.

A lógica dessa tese era a de que, as relações sociais semifeudais de produção, articuladas com o capital internacional, limitavam o desenvolvimento das forças produtivas que, assim, precisariam, num primeiro momento, se libertar das limitações impostas por essas relações, para atingir seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, as burguesias nacionais seriam uma aliada das classes trabalhadoras, já que o rompimento dessa dependência externa significaria a liberação das forças produtivas para seu pleno desenvolvimento o que, evidentemente, era interesse das burguesias nacionais. Com relação à origem dessa tese, diz Lapa (1980):

> As propostas programáticas da III Internacional Comunista (março de 1919) foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como modelo único para a América Latina pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevidéu para o continente o seu programa teórico e de ação.
>
> Dessa maneira, verifica-se, portanto, que o debate científico sobre Modo de Produção surgiu no bojo de um contexto político-ideológico, monopolizado, de certa maneira, pelo Partido Comunista do Brasil, embora não necessariamente pelos seus primeiros intelectuais. (Lapa, 1980, p. 11)

É importante situar, de forma mais ampla, a hegemonia dos Partidos Comunistas no campo do pensamento de esquerda, no período considerado neste projeto. Michael Löwy (2012) segmenta a história do marxismo na América Latina em três períodos: o primeiro é àquele que abrange, basicamente, os anos de 1920 até meados dos anos 1930. É um marxismo revolucionário; a natureza da transformação proposta é fundamentalmente socialista, apesar de elementos como democracia e anti-imperialismo estarem presentes. A obra de Mariátegui e a Insurreição salvadorenha de 1932, são os principais ícones desse período. A contribuição de Mariátegui, notoriamente, extrapola em muito a função de representação desse primeiro período; nas palavras de André Kaysel (2012):

> Jose Carlos Mariátegui (1894-1930), cuja apropriação do materialismo histórico como método crítico para apreender o real teria lhe possibilitado produzir interpretações originais das realidades de seu país e da região. Mais do que isso, creio que se possa dizer que há um consenso de que Mariátegui foi o principal autor marxista de toda a América Latina. (Kaysel, 2012, p. 53)

O segundo período é, justamente, o período no qual os Partidos Comunistas detêm a hegemonia do pensamento de esquerda; vai de meados dos anos 1930 até 1959. É nominado como período stalinista, no qual a interpretação soviética de marxismo e a decorrente proposta de ação para a América Latina segue aquela, já vista, do Bureau Sul Americana da Internacional Comunista, qual seja: para a América Latina avançar em direção ao socialismo, era imperativo uma revolução de caráter liberal-burguês; só então, a perspectiva socialista poderia ser colocada, interpretação que ficou conhecida como revolução por etapas. O terceiro período é o da diversificação e revitalização do pensamento marxista, já que liberto das limitações presentes no período anterior. É um período em que a produção teórica e a prática revolucionária são intensas e extremamente ricas.

Com relação aos Partidos Comunistas latinos americanos, hegemônicos no segundo período, eles são formados já no primeiro período. Segundo Claudia Wasserman (2010):

> A Revolução Russa inspirou a formação dos partidos comunistas do México (1919), de Cuba (1925), do Brasil (1922), da Bolivia (1928), do Panamá (1930) e da Venezuela (1931), que tiveram origem em organizações anarquistas ou foram frutos da cisão com os partidos socialistas já existentes e filiados à II Internacional Socialista, como a Argentina (1896) ou o Chile (1912). (Wassrman, 2010, p.26)

A autora não cita, mas, pela sua importância, é interessante registrar que o Partido Comunista do Uruguai é fundado em 1912 como dissidência do Partido Socialista, aderindo à III Internacional Comunista.

Evidentemente, com relação ao segundo período – importante referência para nosso estudo – a hegemonia da interpretação "etapista" não significa, sob nenhuma hipótese, a ausência de outras interpretações, pelo contrário. No entanto, o processo de construção da hegemonia desta interpretação submete todas as demais.

Exemplo de questionamentos à interpretação dominante é dado por Löwy (2012):

> Um dos problemas que serviu como ponto de partida para o questionamento do modelo eurocêntrico (stalinista) foi a questão das etapas históricas do desenvolvimento econômico na América Latina. Ao analisar a estrutura das relações produtivas, vários investigadores marxistas das décadas de 1940 e 1950, como Caio Prado Junior, Sergio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu. (Löwy, 2012, p. 12)

Assim, considerando-se a produção teórica de alguns importantes autores, questionamentos à interpretação hegemônica eram realizados, mas só a partir dos anos 1960 estes questionamentos encontraram condições de se desenvolver como prática e ação política.

Retomando a abordagem desenvolvimentista, ela experimenta um fantástico desenvolvimento teórico e aprofundamento analítico a partir do trabalho desenvolvido

pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) do qual, inclusive, decorrem planos de governo nos quais o papel do Estado no planejamento econômico é bastante relevante.

É a partir deste amplo e rico quadro referencial, que o caráter da análise cepalina é discutido e relativizado por importantes autores.

A Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) foi criada em 1948 e é uma das cinco comissões regionais criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e está entre as três criadas no período imediatamente pós-guerra. Além da CEPAL, foram criadas, em 1947, a Comissão Econômica para a Europa (UNECE) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP)

Presidida em sua fundação pelo economista argentino Raul Prebisch, tinha por missão, "o estudar" a América Latina, objetivando que o continente superasse sua condição de atraso. De orientação keynesiana – que, aliás, é adotada em todo o mundo ocidental com, inclusive, a reconstrução da Europa acontecendo de acordo com essas bases teóricas – os estudos da CEPAL partiam da premissa de que o subdesenvolvimento, como fenômeno específico, exigiria um esforço teórico autônomo para sua compreensão. Nas palavras de Rodriguez:

> As contribuições da CEPAL não negam a existência de condições de atraso de diversos tipos nas sociedades de menor desenvolvimento, mas não associam a sua problemática a um mero estado de atraso. Elas a enfocam num elevado grau de abstração. Fundamentalmente, examinam as transformações que ocorrem na estrutura da produção material durante o processo de industrialização das economias definidas como periféricas. As contribuições cepalinas conseguem sistematizar as características da estrutura produtiva da periferia, estabelecem os requisitos para uma transformação bem proporcionada da mesma, oferecem uma réplica dos desajustes e incongruências que surgem espontaneamente entre seus diversos setores e ramos de atividade e descrevem como a sua transformação é condicionada e influenciada pelas relações comerciais com o centro. (Rodriguez, 1981, p. 21)

O modelo Clássico (ou Neoclássico) de Comércio Internacional que, em grandes linhas, prega que os países devem se especializar na produção daqueles produtos em que têm maior produtividade, comparativamente aos outros países, é fortemente criticada pelas análises cepalinas que identificam uma "deterioração dos termos de troca" que, de acordo com essas análises, é uma das principais razões para nosso atraso; daí a proposta de uma política de substituição das importações e a decorrente industrialização das nações. O pensamento cepalino foi largamente utilizado como base para políticas econômicas nesse período.

Vale notar, no entanto, que essa posição da CEPAL, relativa à teoria neoclássica do comércio internacional ou, em outras palavras, relativa à defesa da industrialização substitutiva das importações, não significava uma perspectiva contraria ao livre comércio. Como observa Márcio Bobik Braga (2008), particularmente sobre Raul Prebisch:

> Raul Prebisch, ao contrário do que muitos pensam, jamais foi contra o livre comércio. O seu argumento centrava-se na estrutura produtiva estabelecida a partir de um sistema de divisão internacional do trabalho e os canais de transmissão do progresso técnico, favoráveis às economias industrializadas. Ao considerar esse sistema como prejudicial à América Latina, propôs a industrialização como alternativa. Mas a industrialização substitutiva de importações não seria o objetivo final das propostas, mas um passo anterior a um projeto maior: o aumento da participação da América Latina no comércio mundial de manufaturas. (Braga, 2008, p. 77)

No início dos anos 70, o sociólogo Francisco de Oliveira, formula critica contundente a esse pensamento. Nas palavras de Mantega (1978):

> Entre os ensaios publicados no Brasil nos primórdios dos anos 70 a Crítica à Razão Dualista" de Francisco de Oliveira teve grande repercussão. Insistindo na necessidade de uma completa ruptura com o "modelo Cepal", Francisco de Oliveira alertava para o fato de que: "No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor 'atrasado' e um setor 'moderno', não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia". No plano da pratica, continuava Francisco de Oliveira, "a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento não pode deixar de ser radical. Curiosa, mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos anos, que contribuiu para a não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo: a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?" (...) A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara". (Mantega, 1978, p. 26)

Nas palavras do próprio Francisco de Oliveira:

> O "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "transito", portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo; as economias pré-industriais foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (Oliveira, 2003, p. 32)

A contribuição cepalina, no entanto, não é percebida somente na amplitude da oposição entre o caráter "histórico / temporal" e o "inerente ao modo de produção capitalista" do fenômeno "subdesenvolvimento". Fernando Novais atribui um importante e determinante papel às formulações cepalinas que está além dessa dicotomia; é relativa ao próprio processo de desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina:

> Parece claro que, nos últimos anos, na América Latina, vem ocorrendo um florescimento de um marxismo mais criativo e crítico, em contraposição ao esquematismo e dogmatismo tradicionais. Penso, assim, que uma futura história do marxismo na América Latina vai apontar essas duas fases, bem como o diálogo com a chamada "economia cepalina" como ponto de renovação. A discussão e crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que o "pensamento cepalino" situa-se frente ao marxismo latino-americano como, *mutatis mutandis*, a economia política clássica estava para a gênese do marxismo. (Novais, 1986, p. 24)

O salto de qualidade representado pelo pensamento cepalino e a "pobreza" da análise marxista, mesmo que não atribuindo à CEPAL a função de revitalização da análise marxista, é também citado por Sola (1998):

> A doutrina da Cepal introduzia um salto de qualidade enorme em relação ao discurso nacionalista preexistente em três sentidos. Primeiramente: oferecia uma análise global da economia brasileira (assim como da economia latino-americana) como formação histórica típica, com base em uma teoria econômica que buscava explicar a natureza específica das economias capitalistas retardatárias ou em desenvolvimento. Em segundo lugar, apoiava-se em uma análise concreta e precisa da dinâmica e forma de operação do sistema econômico com vistas a identificar suas tendências estruturais, condição, por sua vez, para reverter os efeitos indesejados do "desenvolvimento espontâneo" através de estratégias de planejamento. Finalmente. A Cepal oferecia um discurso alternativo, um terceiro caminho entre doutrinas do liberalismo econômico tanto quanto do marxismo brasileiro. A pobreza teórica deste último, além das razões estritamente políticas, explica por que não poderia converter-se em moeda corrente nos círculos oficiais. (Sola, 1998, p. 63)

Claro que outros importantes eventos concorrem para essa renovação do pensamento marxista latino americano e, nesse sentido, devem ser considerados na análise da função desempenhada pela CEPAL.

Fundamental para a evolução do movimento comunista internacional é a realização, em Fevereiro de 1956, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em que, o então secretário geral do partido, Nikita Khrushchov, faz as denúncias sobre o período stalinista. Este evento implica, principalmente na década seguinte, em uma série de cisões no movimento comunista internacional, com a gradativa superação da tese da revolução burguesa de caráter nacional.

Hobsbawm (2002), assim se refere à importância do XX Congresso do PCUS:

> Existem dois "dez dias que abalaram o mundo" na história do movimento revolucionário do século passado: os da Revolução de Outubro, descritos no livro de John Reed com esse título, e o XX Congresso do partido Comunista soviético (14-25 de fevereiro de 1956). Ambos a dividem repentina e irrevogavelmente em "antes" e "depois". Não posso imaginar nenhum acontecimento comparável na história de qualquer movimento ideológico ou político importante. Em poucas palavras, a Revolução de Outubro criou um movimento comunista internacional; o XX congresso o destruiu. (Hobsbawm, 2002, p. 226)

Outro evento que deve ser adicionado a esse quadro é a própria Revolução Cubana, que apresentou à esquerda latino americana, novas e contundentes alternativas de ação e luta políticas.

Finalmente, também é claro que todas essas influências têm uma função catalizadora nas transformações estruturais observas. Nas palavras de José Paulo Neto:

> O "marxismo-leninismo" de raiz stalinista é implodido na América Latina entre a segunda metade dos anos 1950 e inicios dos 1960, tendo por deflagradores o XX Congresso do PCUS e a Revolução Cubana. Estes dois eventos, porém, foram apenas detonadores: a crise (pode-se dizer: a implosão) do marxismo-leninismo stalinizado no subcontinente não foi um processo engendrado por condicionantes externas; estas tão somente permitiram e fomentaram a sua deflagração. Nele, essenciais foram as determinações endógenas: entre outras, as modificações nas estruturas produtivas, as novas inserções na divisão internacional do trabalho, as alterações nas estruturas de classes e as reconfigurações dos aparatos políticos e ideológicos das classes dominantes. (Neto, S/D, p. 11)

Objetivos

O objetivo básico da presente proposta de trabalho é, justamente, considerando-se essas diferentes percepções sobre a CEPAL, investigar a relação entre o "pensamento cepalino", em seus aspectos estruturais, e a "análise marxista latino americana revitalizada". Identificar, considerando-se a imensa diversidade de orientações do pensamento marxista deste período (anos 1960 e 1970) quais elementos indicam pertinência nessa relação e em quais categorizações, comparativamente às do estruturalismo cepalino.

Metodologia

A metodologia para essa investigação, nesse primeiro momento, será comparativa: obras referenciais sobre o estruturalismo cepalino *vis a vis* a análise de obras, também referencias, da fase de renovação do pensamento marxista. A abordagem, assim, será essencialmente bibliográfica, não excluindo, evidentemente, a possibilidade de entrevistas com conhecedores do tema.

Como proposta inicial, as obras *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal* e *O Estruturalismo Latino-Americano*, ambas de Octavio Rodrigues, pelo exame das contribuições analíticas e exposição dos posicionamentos metodológicos da Cepal, funcionariam como a referência do estruturalismo cepalino.

Selecionar os autores marxistas da "fase renovada do marxismo latino americano", que comporiam o outro termo da análise, é tarefa bem mais árdua. Baseando-se ainda, mas não somente, no texto de José Paulo Neto (Neto s/d), tem-se como sugestão inicial: *Problemas de la revolución continental* (1962), de Rodney Arismendi, (1913-1989); *Marx y América Latina* (1980), de José Aricó (1931-1991); *História de la*

nación latino-americana (1968), de Jorge Abelardo Ramos (1921-1994); *Evolución económica de la Banda Oriental* (1967-1969), de Lucia Sala de Tourón (1925-2006), A Revolução brasileira (1966), de Caio Prado Junior (1907-1990), (*Feudalismo y capitalismo em América Latina* (1971), de Ernesto Laclau (1935); *Dialética da Dependência* (1973), de Ruy Mauro Marini (1932-1997); *Nacionalismo y capitalismo em Perú* (1971), de Anibal Quijano (1928-2018), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes (1920-1995*), Dependencia y cambio social* (1970), de Teotônio dos Santos (1936-2018).

A seleção das obras desse período de renovação do pensamento marxista deve, obrigatoriamente, contemplar toda a diversidade que caracteriza o pensamento marxista. Particularmente importante será considerar o direcionamento teórico dos autores dentro do universo marxista que, por vezes, é determinante no caráter da análise. A dispersão geográfica dos autores e obras também deve ser considerada; tanto por buscar uma ideia de representatividade continental, como para abranger análises de cunho regional, mas que tenham um alcance teórico maior.

Definido, desta forma, o *corpus* do trabalho, os textos serão analisados intrinsicamente, tendo em vista os elementos de interesse para configurarmos e agruparmos estes textos de acordo com suas diferentes linhas interpretativas, categorização analítica e das consequentes, perspectivas políticas e econômicas.

Essa análise, esperasse, permitirá a identificação e contraposição entre as produções marxista e cepalina do período.

Referências

AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. (orgs). *História das Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BAMBIRRA, V. *O Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, Insular, 2012.

BENOIT, H. O Programa de Transição de Trotsky e a América. In: *Revista Critica Marxista* nº 18. Campinas: Revan, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro; o ciclo econômico do desenvolvimento*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAGA, M. Raul Prebisch e o Livre Comércio: as Origens do Pensamento Econômico estruturalista. In: *Cadernos PROLAM/USP*, v. 7, nº 13, p. 76-99, 1 dez. 2008.

COUTINHO, M. C. Incursões Marxistas. In: *Revista Estudos Avançados* – USP nº 41, 2001.

DONGHI, T. H. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

_____. GLADE, W., THORP, R. *et al. Historia económica de América Latina*. Barcelona: Editorial Critica, 2002.

DORIA, C. A. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

FRANK, G. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo. In: *Revista Brasiliense*, jan. /fev. 1964.

FURTADO, C. *A Economia Latino-Americana*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, E. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KAYSEL, A. Nação e (ou) socialismo: Mariátegui, Haya de la Torre e a Internacional Comunista. In: *Cadernos PROLAM/USP*, v. 11, nº 20, p. 52-71, 1 jun. 2012.

LAPA, J.R.A. (org). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

LÖWY, M. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, M. (Org.) *O Marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/ Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

_____. Moraes, M. *A Economia Política Brasileira em questão*. São Paulo: Aparte, 1978.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINEZ, P. H. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico – Caio Prado Jr*. São Paulo: Edusp, 2008.

MARTINS, C. E. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo Tardio*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, M. G.; PIRES, M.C. (orgs). *Formação Econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE, 2012.

NETO, J. P. *Nota sobre o marxismo na América Latina*. http://marxismo 21.org. Acesso em 24/ 09/ 2018.

NOVAIS, F. A. Caio Prado Junior na historiografia brasileira *in* MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Orgs.). *Inteligência Brasileira***.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JR. C. *Evolução Política do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *História Econômica do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

REIS, D. A. Entre Reforma e revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M. e DEL ROIO, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil***, v**ol 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil 1*. 9ª ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RODRIGUEZ, O. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROIO, M. D. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. In: *Revista Critica Marxista* nº 18. Campinas: Revan, 2004.

SADER, E.; SANTOS, T dos (coords); MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S. (orgs)**.** *A América Latina e os desafios da globalização***.** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SILVA, L. O. Feudalismo, Capital Mercantil, Colonização in MORAES, J. Q. e DEL ROIO, M. (Orgs.). In: *História do Marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____ e LEAL, M. Os Trotskismos no Brasil: 1966 – 2000. In: RIDENTI, M. e REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

WASSERMAN, C. A esquerda na América Latina durante os século XX e XXI: Periodização e Debates. In: *Revista Diálogos*, vol. 14, nº 1. p. 19-38, 2010.

WILLIAMSON, E. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012.

ZAMBÓN, H. *Introductión al pensamento económico*. Buenos Aires: Macchi, 2001.

A teoria da dependência: um estudo da vertente Weberiana e da vertente Marxista

Diana Chaukat Chaib*
Vicente Alves Toledo**

Introdução

As discussões dos anos 1960 sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento giravam em torno da influência da participação do capital estrangeiro nas economias dos países periféricos: os investimentos externos seriam responsáveis por dinamizar as economias ou construir um obstáculo ao crescimento desses países? Essa indagação se evidencia no círculo vicioso de Gunnar Myrdal. De um lado as economias subdesenvolvidas necessitavam de investimentos não oferecidos pela iniciativa privada, enquanto do outro lado, a política de importação de bens e serviços, empréstimos para criação de infraestrutura e atração do capital estrangeiro acarretaria em um endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, o que agravaria a dependência externa (Machado, 1999).

Nesse cenário, surge a Teoria da Dependência na América Latina buscando compreender e explicar as características do desenvolvimento socioeconômico dessa região no período entre 1930 e 1945 (Dos Santos, 2000). O contexto era, sobretudo, a síntese da superação do Processo de Substituição de Importações na América Latina com a internacionalização do comércio mundial guiado pela hegemonia norte-americana (Amaral, 2012). Essa corrente se propunha a tentar compreender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países periféricos como um sistema que criava e ampliava as desigualdades entre termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de modo que a economia de certos países estava condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (Duarte, 2007).

Além disso, o objetivo da Teoria da Dependência era compreender e analisar os impactos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países periféricos. É como considerar que a explicação dos fenômenos mais gerais a nível mundial fosse responsabilidade da teoria do imperialismo, à medida que, o entendimento de como esses fenômenos impactam a estrutura social, econômica e política interna dos países

* Mestranda em Economia, Universidade Federal de Alfenas, chaib.diana@gmail.com
** Mestrando em Economia, Universidade Federal de Alfenas, vicenteatoledo@gmail.com

periféricos, seria cargo da Teoria da Dependência (Amaral, 2012). Em outras palavras, o exposto é que o objetivo dos teóricos do imperialismo se concentra na análise das alterações ocorridas no sistema capitalista em geral e o propósito da Teoria da Dependência gira em torno de verificar a forma na qual a lógica imperialista se refletia na periferia.

Isso posto, pode-se considerar que a teoria da dependência surgiu diante de duas necessidades: complementar às teses clássicas da teoria do imperialismo, e estabelecer uma crítica à teoria de desenvolvimento da teoria cepalina (Amaral, 2012). A partir dessa base teórica, o objetivo principal deste trabalho é analisar a Teoria da Dependência segundo a vertente Weberiana e a vertente Marxista. A primeira foi difundida por Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso, enquanto esta última apresenta Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos como principais expoentes.

Teoria Weberiana da dependência

A vertente de Cardoso e Faletto constitui-se de uma crítica às teorias sobre o desenvolvimento, sobretudo a perspectiva da CEPAL. Para Amaral (2012), o que motivou o pensamento dos autores em relação ao tema foi o fracasso do projeto de desenvolvimento nacional por meio do Processo de Substituição de Importações idealizado pela CEPAL entre 1940 e 1950.

Para efeito dos estudos dos autores dessa vertente, a ideia de desenvolvimento em oposição a de subdesenvolvimento, ou ainda como sinônimo de "crescimento" não satisfaz as análises (Duarte, 2015). Ao tratar da vertente marxista, na próxima seção, veremos que este é um ponto comum entre as duas correntes. Nesse sentido, Cardoso e Faletto (2011) acreditavam que para a construção de um conceito genérico de desenvolvimento seria necessário estudar, de antemão, as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também em relação aos países desenvolvidos, já que a particularidade histórica do subdesenvolvimento nasce, em especial, da relação entre sociedades periféricas e centrais.

Assim, torna-se necessário redefinir a ideia de subdesenvolvimento considerando sua especificidade no contexto histórico, colocando em dúvida ainda as questões que a apresentam como um possível "modelo" de ordenação de variáveis econômicas e sociais. Para tanto, seria preciso distinguir a situação dos países "sem desenvolvimento" e os "subdesenvolvidos" e, posteriormente, diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento a partir das relações que esses países mantêm com os centros econômicos e politicamente hegemônicos (Cardoso; Faletto, 2011).

Os autores definem que a ideia de "sem desenvolvimento" alude, no contexto histórico, à situação dos povos e economias que não mantém relação de mercado com os países

industrializados. Já o "subdesenvolvimento" representa a formação do sistema produtivo que, também no âmbito histórico, propõe uma distinção fundamental de que a vinculação das economias dos países periféricos ao mercado mundial verifica-se em termos "coloniais", enquanto em outras economias nas mesmas condições estão relacionadas a "sociedades coloniais" (Cardoso; Faletto, 2011).

Ainda que seja possível estabelecer essa distinção, o fato é que, em todo caso, essa situação de subdesenvolvimento se produz historicamente no momento em que a expansão do capitalismo comercial e industrial vincula a um mesmo mercado economias que, além de apresentarem graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura do sistema capitalista. Assim, os autores consideram que a diferença entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não se resume a uma simples diferença na etapa ou estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição na estrutura internacional de produção e distribuição.

Essa ideia propõe, segundo Cardoso e Faletto (2011), uma estrutura definida de relações de dominação. Assim, o conceito de subdesenvolvimento quando se refere a estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e predomínio do setor externo sobre o interno, é insuficiente.

Essa perspectiva resulta no reconhecimento de que exista, no plano político social, um tipo de dependência nas situações dessas economias e esse processo se iniciou em um contexto histórico de expansão das economias dos países capitalistas. Em particular, essa dependência implica, no âmbito social, em uma forma de dominação que se manifesta por meio de uma série de características no modo de atuação e na orientação dos produtores e consumidores. Nos casos extremos, essa situação propõe que as decisões afetam a produção ou o que o consumo de uma economia sejam tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (Cardoso; Faletto, 2011).

Em virtude dessa argumentação, a ideia de "economias centrais" e "economias periféricas" pode parecer mais abundante em significação social do que o esquema de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, já que pode-se incorporar a noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção global. Entretanto, Cardoso e Faletto (2011) ressaltam que não seria correto substituir os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento por economia "central" e "periférica", uma vez que esses conceitos se referem a dimensões e significados teóricos distintos.

A noção de dependência se refere diretamente às condições de funcionamento do sistema econômico e político, evidenciando o vínculo existente entre ambos, tanto no plano interno dos países como no plano externo. O subdesenvolvimento define um grau de diferenciação do sistema produtivo, porém sem acentuar as pautas de controle

das decisões de produção e consumo, internamente ou externamente. Já as ideias de "centro" e "periferia" destacam funções das economias subdesenvolvidas no âmbito do mercado mundial, sem considerar os fatores políticos-sociais que a situação de dependência implica (Cardoso; Faletto, 2011).

O fato é que uma sociedade pode transformar seu sistema produtivo sem que se constituam de forma autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. O caso do Brasil e da Argentina é um exemplo disso já que quando terminaram o PSI e iniciaram a produção de bens de capital alcançaram um determinado grau de maturidade econômica, inclusive no que tange a questão da distribuição de renda.

Por outro lado, uma sociedade nacional pode ter autonomia de decisões sem que o sistema produtivo e os mecanismos de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos ou a países periféricos em processo de desenvolvimento. Isso acontece quando um país rompe os vínculos que o ligam a um determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (Cardoso; Faletto, 2011).

Dessa maneira, para interpretar o processo de desenvolvimento é necessário compreender que não existe um nexo imediato entre a distinção do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão. Logo, as análises devem definir não só os graus de diferenciação estrutural das economias em fase de transição mas também o modo por meio do qual atingiu historicamente essa integração. Ao partir de uma interpretação global de desenvolvimento, os argumentos baseados em reações do mercado se tornam insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico (Cardoso; Faletto, 2011). Vale considerar então que os autores se propuseram a investigar, nesse particular, as características das sociedades nacionais que expressam relações com o cenário externo.

Cardoso e Faletto (2011) afirmam ainda que não se pode discutir com precisão o processo de desenvolvimento de um ângulo puramente econômico quando o objetivo proposto é compreender a formação de economias nacionais. Por conseguinte, é insuficiente analisar o comportamento de variáveis dependentes dos fatores estruturais e do processo histórico de mudança. Para que modelos econômicos com essas variáveis possam ser significantes na análise desse processo, devem considerar o contexto global com aspectos sociais e econômicos.

Em suma, nos primeiros capítulos, ao considerar então a "situação de dependência" na análise do desenvolvimento da América Latina, o que se pretendia colocar em evidência na obra dos autores é que o modo de integração das economias no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país com os grupos externos.

Nos capítulos seguintes, os autores focaram em mostrar, entre outros fatores, quais as forças sociais e orientações ideológicas que se manifestam na nova "situação do desenvolvimento". O marco fundamental desse processo é o fato que a integração de economias industriais-periféricas ao mercado mundial assume significados distintos daqueles assumidos pela integração das economias agroexportadoras ao mercado internacional.

Cardoso e Faletto (2011) apontam que a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá nesse novo modelo, por meio de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; mas também por meio dos investimentos industriais diretos originados das economias centrais nos novos mercados nacionais. Isso se confirma nas análises sobre o financiamento externo da América Latina que evidenciam que os investimentos estrangeiros se orientam de forma crescente para o setor manufatureiro, indicando ainda que esse fluxo se dê por meio de investimentos privados e por intermédio de um grupo muito reduzido de empresas.

Dessa maneira, é válido pontuar algumas considerações finais sobre os itens tratados na obra. O esforço principal feito pelos autores centrou em uma reconsideração dos problemas do "desenvolvimento econômico" partindo de uma perspectiva de interpretação que foca na natureza política dos processos de transformação econômica. Procurou-se ainda evidenciar que o contexto histórico no qual se dão as transformações econômicas é essencial para compreender o significado desse processo, tal como para a análise de seus limites estruturais e das condições que o tornam viável. Cardoso e Faletto (2011), baseados nesses conceitos, tornaram evidentes ainda as limitações dos esquemas relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países da América Latina.

O reconhecimento dessa ideia levou os autores a elaborar uma crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica e valorizar a noção de dependência, como um instrumento teórico que possibilita tanto a acentuação de aspectos econômicos do subdesenvolvimento como os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, em um cenário de dependência nacional.

Por outro lado, através dessa crítica, os autores retomaram a tradição no pensamento político. Nas palavras dos autores: "(...) não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro". Isso significa que essa relação se torna viável por intermédio de uma rede de interesses que ligam um grupo a outro. Dessa forma, é necessário determinar a forma que essas relações assumem em cada situação de dependência, tornando evidente como o Estado, Classe e Produção se relacionam.

A proposta dos autores foi formular um esquema de interpretação com destaque na dinâmica da política entre os grupos sociais e as classes, no interior de cada país. Além disso, objetivaram dar maior importância às opções ideológicas e às alternativas que o movimento da história apresentava em cada situação em particular. Junto a isso, os autores atentaram nas variações no modo de relacionamento das economias dos países considerados periféricos com as economias desenvolvidas, mostrando que esses modos distintos criavam teias de relações políticas que, ao unir economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, moldavam formas diferentes de desenvolvimento em cada país.

Teoria Marxista da dependência

Essa vertente surge, particularmente, como uma crítica a ideia tradicional de que a condição de subdesenvolvimento representa necessariamente a ausência de desenvolvimento. Ideia que se assemelha ao pensamento da corrente anteriormente apresentada. A Teoria Marxista da Dependência apresenta a noção de que, ainda que ambas as situações econômicas sejam ideias antagônicas, devem ser entendidas como complementares, isto é, aspectos diferentes de um processo universal: o capitalismo. O desenvolvimento não é interpretado como uma ideia positivista que remete, necessariamente, ao progresso, em outras palavras, um mecanismo de deixar uma "situação ruim" em busca de uma melhor. O desenvolvimento, na verdade, é considerado, por esta vertente de pensamento, como uma questão de processualidade, trazendo à tona a forma como o capitalismo processa suas leis dialeticamente. Dessa maneira, o subdesenvolvimento não deve ser considerado como uma condição primária de um processo evolutivo. Tal como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, as ideias de centro e periferia também são tidas como elementos opostos de uma mesma unidade dialética.

Feito estes esclarecimentos, vale considerar ainda que o fenômeno da dependência não se resume a exploração de um Estado frente a outro. A unidade de análise não é o Estado e sim o capital, ao passo que se trata de capitais em distintos lugares atuando como capitais (Carcanholo, 2013). Dessa forma, os estudos dessa vertente têm o seu foco no capital e nas relações sociais que se definem por distintas formas de inserção social no cenário capitalista. A dependência se dá por meio de distintas formas na estrutura interna social, ideológica e política, não se restringindo somente ao campo externo, podendo ser definida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente dependentes que sofre modificações nas relações de produção. Essas modificações são dadas, entre outros fatores, pela transformação da mais-valia absoluta na mais-valia relativa, por meio de uma ampliação da capacidade de produção. Nas palavras de Carcanholo (2008), podemos definir a dependência como uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a

que está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada à expansão dos países centrais. De acordo com o autor, essa condição representaria então, uma subordinação eterna, mas com manifestações internas nos arranjos social, político e ideológico (Carcanholo, 2008).

Marini (2000) observa que, sendo correto afirmar que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas incide sobre as formas mais embrionárias, também se torna certo que o desenvolvimento de determinada sociedade, ainda que insuficiente, torne mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. Nas palavras de Marx (2013): "a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco". Isso implica que, a categoria mais simples pode expressar simultaneamente as relações dominantes de um todo não desenvolvido e as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações tais que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido de uma categoria mais concreta (Marini, 2000).

Desse modo, as categorias marxistas devem ser aplicadas na identificação desse elemento. Em particular, essas categorias não devem simplesmente substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam e é por isso que a análise precisa ponderá-las, sem que isso implique no rompimento com o fio do raciocínio marxista (Marini, 2000).

Em suma, o autor da vertente marxista buscou, em um primeiro momento, deixar evidente a relevância de estudar o funcionamento do capitalismo em sua formação mais inicial, isto é, em economias como os países da América Latina, para que posteriormente seja buscado entender o funcionamento das economias em estágios mais avançados. Além disso, o autor atentou para o fato de que a categoria mais simples é capaz de expressar relações dominantes e relações subordinadas. Diante disso, vale definir o processo de troca desigual.

A troca desigual

O processo de transformação da mais-valia absoluta na mais-valia relativa nos países industriais, tratado anteriormente, é compreendido então como uma forma de exploração do trabalho que, baseada na mudança das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização da força de trabalho. Diante disso, Marini (2000) considera como essencial que sejam esclarecidos os conceitos de mais-valia relativa e o de produtividade. Uma maior produtividade do trabalho não garante, por si só, um aumento na mais-valia relativa. Um aumento na capacidade produtiva implica na ideia de que o trabalhador está criando mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. É isso que induz o capitalista individual à busca incessante de aumento de produtividade, uma vez que isso ocasiona uma redução no valor individual de sua mercadoria em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia ainda maior do que a de seus competidores, em outras palavras, uma mais-valia extraordinária.

Nesse sentido, essa ideia de mais-valia extraordinária acarreta em uma mudança da divisão geral da mais-valia entre os capitalistas, deixando, todavia, inalterado o grau de exploração do trabalho na economia. Se o mecanismo que permite o aumento da produtividade se estende para as demais empresas, tornando uniforme a taxa de produtividade, isso não acarreta na elevação da taxa de mais-valia. O que aumenta é apenas a massa de produtos, sem causar uma variação no seu valor ou uma diminuição da unidade de produto proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho. O resultado seria justamente o contrário do incremento da mais-valia, sua diminuição. Isso se explica porque, na verdade, o que determina a taxa de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, uma relação entre o tempo de trabalho excedente (quando o operário está produzindo mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (quando o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, o que é equivalente ao seu salário). Uma alteração nessa proporção, favorecendo o capitalista, aumentando o trabalho excedente sobre o necessário, é capaz de modificar a taxa de mais-valia. Para tanto, a redução do valor social das mercadorias deve refletir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Dessa forma, o autor conclui que a taxa de mais-valia relativa está relacionada, essencialmente, à desvalorização dos bens-salário, para o que colabora, no geral, a produtividade do trabalho.

Marini (2000) evidencia que esse esclarecimento é de fundamental importância para que se possa compreender de que forma a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na mais-valia relativa. Anteriormente, o autor havia considerado que uma das funções atribuídas a essa região foi a de prover os países industriais dos alimentos demandados pelo crescimento da classe operária. Esse processo de oferta mundial de alimentos, que contou com a contribuição dos países dessa região, foi um importante elemento que incentivou a confiança dos países industriais no comércio exterior no que diz respeito a suas necessidades de meios de subsistência. O resultado dessa oferta foi a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, permitindo que o incremento da produtividade seja refletido em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, diante dessa incorporação do mercado mundial, a América Latina representa um importante papel no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Nesse contexto, antes de esclarecer quais foram as condições internas de produção que permitiram à América Latina cumprir o papel descrito acima, o autor atenta ao fato de que não é só na economia que a dependência latino-americana se faz contraditória mas também na sua participação no modo de produção capitalista nos países industriais. Isso se deve ao fato de que, um aumento na produtividade do trabalho implica em um consumo mais que proporcional de matérias primas. A

proporção que esse aumento na capacidade produtiva é acompanhado de uma maior mais-valia relativa, o que se observa é uma diminuição do valor do capital variável frente ao valor do capital constante, em outras palavras, aumenta-se a composição-valor do capital. Dessa maneira, o que é apropriado pelo capitalista não é a mais-valia que se é produzida, mas a parte desta que corresponde ao lucro. Como a parcela do lucro é dada sobre o total do capital envolvido no processo de produção, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser uma elevação do valor do capital constante empregado para produzi-la e, consequentemente, uma queda da taxa de lucro (Marini, 2000).

Essa controvérsia, segundo Marini (2000), crucial para a acumulação capitalista, é evidenciada na contraposição de diversos mecanismos que se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, compensando a queda na taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma diminuição no valor do capital constante. Nesse segundo elemento, o que chama atenção é a oferta mundial de matérias primas industriais que se apresenta como contraponto a oferta mundial de alimentos. Tal como ocorre nesta, é diante do aumento da massa de produtos cada vez mais baratos no cenário internacional, que a América Latina alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais e contribui para que sejam superados os obstáculos que a essência contraditória da acumulação de capital cria para essa expansão. Todavia, o autor afirma que é preciso atentar para o fato de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido seguido da queda dos preços desses produtos. Isso evidencia que, nas palavras de Marini (2000): "a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários". Assim sendo, vale questionar quais as razões de ocorrência desse fenômeno e por quais motivos esse fenômeno não representou um desestímulo para que a América Latina fosse incorporada ao comércio internacional.

Na verdade, à proporção que o mercado mundial ganha contornos mais desenvolvidos, a exploração internacional que se reflete na reprodução de relações econômicas propagam e ampliam o atraso e a debilidade desses Estados. Assim, observa-se o mesmo fenômeno recorrente no interior das economias industriais que gira em torno do uso da força para submeter os trabalhadores ao império do capital diminuir à medida que se iniciam mecanismos econômicos que concretizam essa subordinação. O autor mostra ainda que essa expansão do mercado mundial é a base da divisão internacional do trabalho, tanto nas nações industriais como nas não industriais, porém a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. Esse desenvolvimento das relações abre espaço para uma melhor aplicação da lei do valor, mas, por outro lado, cria condições para que diversos mecanismos de capital tentem burlá-la.

Na teoria, o comércio de mercadorias equivale a troca de equivalentes, na qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. No campo da prática, existem mecanismos distintos que possibilitam transferências de valor, que se refletem na forma como os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias são fixados. Na primeira suposição, as transferências equivalem a aplicações específicas das leis de troca; enquanto no segundo, são adotados mais claramente a essência de transgressão dessas leis (Marini, 2000).

Assim sendo, a economia de um país pode apresentar preços de produção inferiores aos preços do concorrente, devido a uma maior produtividade do trabalho, sem que para isso, seja necessário diminuir os preços de mercado. Para o país favorecido, isso representa um lucro extraordinário. É natural que esse fenômeno seja recorrente no cenário da concorrência entre nações industriais e menos nas nações que produzem essencialmente bens primários, uma vez que, entre as primeiras nações as leis capitalistas da troca são exercidas mais plenamente do que entre as segundas (Marini, 2000).

No caso das transações de economias que trocam distintas classes de mercadoria, como manufaturas e matérias primas, o fato de que algumas produzem bens que não sejam produzidos por outras, possibilita que essas nações vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, o que configura uma troca desigual. Segundo o autor:

> Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (Marini, 2000, p. 121).

Nesse sentido, Carcanholo (2013) afirma que essa é uma característica da situação de dependente. Em outras palavras, pode-se dizer que essa situação é caracterizada pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas sim nas economias centrais, integrando então a dinâmica de acumulação de capital das economias centrais e não das economias dependentes. Assim sendo, é esse o processo de transferência de mais valor que ficou conhecido como troca desigual.

De acordo com Marini (2000), diante desse mecanismo de transferência de valor que se baseia na produtividade, é possível identificar, no nível das relações internacionais, um mecanismo de compensação. Esse mecanismo se refere ao incremento de valor trocado, pela nação desfavorecida e pode ser verificado tanto no plano de troca de

produtos similares quanto a produtos originados em esferas distintas de produção. Para Carcanholo (2013), esta segunda possibilidade, que leva em consideração capitais distintos produzindo uma mesma mercadoria com diferentes graus de produtividade, implica que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, seguindo o tempo de trabalho socialmente despendido na produção, os capitais que apresentam produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado apropriando-se, assim, de uma mais-valia maior do que aquela que eles mesmos produziram: a mais-valia extraordinária.

Diante disso tem-se que, o aumento da massa de valor produzida implica, necessariamente, em uma maior exploração da força de trabalho, ora pelo aumento de sua intensidade, ora pela ampliação da jornada de trabalho. Ambos contribuem para aumentar a massa de valor e, consequentemente, aumentar a quantidade de dinheiro obtida por meio da troca. É esse o ponto que esclarece a ideia de que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção (Marini, 2000).

No geral, o que se vê é que as nações desfavorecidas por essa troca não buscam uma correção do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar uma parte da renda gerada pelo comércio por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Ou seja, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia gerada mediante a exploração de trabalho no interior de cada país. Nesse sentido, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia que opera na nação desfavorecida, e se apresenta como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro (Marini, 2000).

Portanto, até esse ponto da análise tem-se que é necessário compreender a condição de dependente das nações periféricas como um desdobramento natural da lógica de funcionamento da economia capitalista, e esse pensamento faz menção ainda a necessidade de entender o desenvolvimento adotando um sentido de processualidade, isto é, como as leis de funcionamento de determinada nação se manifestam em uma trajetória linear de tempo. Além de analisar quais foram os mecanismos de integração da América Latina ao mercado mundial, Marini desenvolveu a noção de troca desigual, evidenciando nesse processo de transferência de valor reflexos como a superexploração do trabalho, tanto pelo aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade e arrocho salarial. Dessa maneira, esse mecanismo de transferência de valor no plano do comércio mundial e a remessa de (mais) valor para os países centrais são considerados componentes estruturais da dependência.

Carcanholo (2013) considera que, Ruy Mauro Marini ao desenvolver essa ideia de troca desigual no cenário do comércio mundial, faz referência a três mecanismos que se referem a níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. Um primeiro nível, admitindo que distintos capitais produzem uma mesma mercadoria apresentando

diferentes graus de produtividade, envolve a noção de que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Já que a mercadoria é vendida seguindo o tempo de trabalho necessário, os capitais com produtividade elevada vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, assim, de uma mais-valia além daquela que eles mesmos produziram, definida como a mais-valia extraordinária. Dessa maneira, nesse nível de abstração mais elevado, tem-se que as economias compostas de capitais com produtividade abaixo da média mundial tendem a produzir mais valor do que conseguem se apropriar. Esse desnível na produtividade permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes que é apropriada e acumulada nas economias centrais.

Um segundo mecanismo se dá em termos de um nível de abstração menor nas trocas do comércio. De acordo com Marx (2013), quando se considera a concorrência entre diferentes esferas de produção, tem-se o surgimento de um lucro extraordinário para os setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Como os capitais das economias dependentes tendem a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes que será apropriada pelos capitais nas economias centrais. Marini relaciona esse mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição do capital pelos capitais operantes nas economias centrais (Carcanholo, 2013).

Todavia, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado. Por esse meio se dá um terceiro mecanismo de transferência de valor. Quando um capital tem um grau de monopólio isso permite que este mantenha, temporariamente, volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam acima dos preços de produção, esses capitais tendem a se apropriar de um lucro acima do médio, em outras palavras, um valor apropriado além do que aquele que foi produzido por esses capitais (Carcanholo, 2013).

Carcanholo (2013) entende que a junção desses três mecanismos no plano do comércio mundial – a troca desigual, nos termos de Marini – definem, como dito, o componente estrutural da dependência. Economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média, também tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Em suma, pode-se assim considerar a transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional – troca desigual – e a remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamentos de juros, transferência de capital) como os elementos que definem os condicionantes estruturais da dependência.

No geral, considera-se que a situação de dependente se caracteriza pelo fato do mais valor produzido nessa economia não é apropriado nela, mas sim nas economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação destas. Esse processo de transferência de valor foi o que ficou conhecido como troca desigual. Além disso, a transferência de valores dos países dependentes para países centrais é o processo responsável pela superexploração dos trabalhadores desses países, ao passo que, ao terem seus lucros desviados no plano de comércio internacional, os capitalistas dos países dependentes acabam por extrair parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada dos trabalhadores não remunerada. Dessa maneira, a transferência de valor assume papel fundamental na condição de dependência dos países da América Latina analisados, uma vez que, é devido a ela que tais países não conseguem se desenvolver plenamente.

Referências

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, nº 2, 2008.

_____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência The current critical retrieval of the marxist theory of dependence. In: *Trabalho*, v. 11, nº 1, p. 191-205, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. *Teoría de la dependencia. Balance y perspectivas.* México, Plaza y Janés, 2000.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: *V Colóquio Internacional Marx e Engels,* Campinas, UNICAMP, 2007.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista *et al*. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina.In: *Estudos avançados*, v. 13, nº 35, p. 199-215, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Editora Vozes Ltda, 2000.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx*; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Discutindo o Estado: as contribuições de Cardoso e Ianni ao debate do marxismo acadêmico (1960-1980)

Luís Gustavo Dutra Barcelos*
Leonardo Granato**

Introdução

Ao buscar compreender as especificidades do Estado capitalista na América Latina, e no intuito de atingir uma maior cientificidade dos estudos sobre o político na atualidade, faz-se necessário recorrer as relevantes elaborações que cientistas da nossa região já expuseram no passado. Assim, nos debruçando nas contribuições de intelectuais, propomos, neste trabalho, focar no debate sobre o Estado travado por cientistas sociais marxistas no Brasil nas décadas de 60 e 80, na segunda metade do século XX, época na qual a própria teoria política marxista protagonizava importantes discussões.

Como parte do projeto de pesquisa "O Estado no pensamento social latino-americano: Perspectivas clássicas e contemporâneas" (UFRGS-CNPq), este trabalho se insere numa discussão maior que trata sobre os impactos da 'crise europeia do marxismo' na América Latina (Cortés, 2014). Busca-se contribuir, dessa forma, ao explorar as compreensões de alguns dos intelectuais que desenvolveram conceitos importantes sobre o Estado latino-americano, possibilitando ver quais foram as metodologias adotadas, seus deslocamentos e suas influências posteriores na própria realidade política e social.

Através de uma pesquisa e análise bibliográficas, apoiadas no método materialista histórico-dialético, busca-se trabalhar sobre as principais noções de autores como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre Estado, enquanto elaborações que faziam parte das discussões do marxismo acadêmico, desenvolvidas entre a década de 1960 a 1980 no Brasil, período esse em que o materialismo histórico dialético ganhou seu primeiro grupo de pesquisa universitário. Em decorrência da crise que passava o marxismo interpretado pelos Partidos Comunistas stalinistas europeus (decorrente do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, onde os crimes e perseguições de Stalin foram revelados), o marxismo era rediscutido

* Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da UFRGS, lgdbarcelos@gmail.com
** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, leonardo.granato@ufrgs.br

na Europa, fazendo com que os debates que haviam por lá reverberassem entre os intelectuais latinos-americanos.

> De qualquer forma, em todo o subcontinente, depois do XX Congresso do PCUS e da Revolução Cubana, os partidos comunistas nunca mais foram os mesmos. Entre outras modificações, pôs-se um dado de realidade fundamental: estes partidos (aí incluídos os de raiz trotskista, aos quais, compreensivelmente, o XX Congresso forneceu boa munição) deixaram de ser a instância privilegiada do pensamento marxista, da sua produção/expressão/legitimação. (...) Em poucas palavras: os partidos comunistas deixaram efetivamente de ter uma espécie de monopólio do marxismo, seja na sua divulgação, seja na sua utilização. Outras agências (movimentos sociais, universidades, institutos de pesquisa etc.) passaram a intervir de modo novo na elaboração marxista. O resultado imediato desse processo foi uma notável renovação do marxismo no subcontinente (Netto, 2012, p. 5).

O presente trabalho está organizado em duas grandes partes, além desta introdução e das conclusões. Na primeira seção, são efetuadas uma séria de considerações relativas às principais noções do político-Estado no pensamento marxista. Na segunda seção, são trabalhadas as noções de Estado e os debates relativos à temática de Cardoso e Ianni.

Considerações iniciais

O grupo que inaugura o marxismo acadêmico brasileiro foi o Grupo do Capital da Universidade de São Paulo (USP), com encontros que começaram a serem frequentes a partir de 1958 e que tinham como objetivo, além de estudar as principais obras de Karl Marx (1818-1883), introduzir a metodologia histórico-social para desvendar o porquê da má condição de vida que se encontrava o brasileiro, como também o porquê da economia ainda presa as relações coloniais de exportação de *commodities* e importação de mercadorias com alto valor agregado.

A tarefa do grupo, com a presença de notórios intelectuais como Francisco Weffort, Arthur Gianotti, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso não era pequena. Por um lado, contrapunha os nacional-desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que viam o problema do país marcado pelo atraso do desenvolvimento tecnológico no setor agrário, e que a industrialização do país daria fim a esse "atraso". Por outro, este grupo apresentava uma nova metodologia nas Ciências Sociais brasileiras, essa, até então, marcada pelo método empírico dedutivo tão presente na Universidade Federal de Minas Gerais, assim como enfrentava o dogmatismo do Partido Comunista Brasileiro.

> A configuração e identidade desse grupo de intelectuais ocorreu em confronto com o estrutural funcionalismo e a análise empírica, fundamentada na sociologia norte-americana. Decorrente dessa postura, eles estabelecem um distanciamento crítico com os teóricos do partido comunista, basicamente contra a visão nacional-desenvolvimentista.

> Em suas análises sociais, preocupam-se com os movimentos sociais, as lutas e o nível de consciência das classes sociais. De certa maneira, enfatizam os sujeitos nos processos sociais, um enfoque que advém da perspectiva ontológica que desenvolvem de sua abordagem marxista (Silva, 1997, p. 90).

O avanço e as grandes contribuições do grupo do Capital foram, como podemos ver relatado na obra de Silva, tirar os véus liberais e dogmáticos que atravessavam a produção intelectual para explicar a condição social do país. Dessa forma, colocando a luta de classes e consciência de classe como central, foi defendido pelo grupo que o capitalismo no Brasil não deriva do feudalismo, como propagava a maioria do Partido Comunista Brasileiro e sim do escravismo moderno, já inserido na divisão internacional do trabalho desde o século XVIII (Silva, 2003, p. 35).

Foi compreendido pelo grupo que a produção agrícola que marcava majoritariamente a produção de mercadorias no Brasil, durante a década de 1950, não era fruto do seu atraso no campo, nem tampouco pela incapacidade por parte dos administradores que estavam a frente do Estado. Pelo contrário, a produção de mercadorias com pouco valor agregado era funcional e parte de uma estrutura dominante do capitalismo internacional, onde manteria a relação colonial, das "metrópoles", países que passaram pela industrialização antes da consolidação do capitalismo monopolista, como bem descreve Silva ao analisar o desenvolvimento da base metodológica do grupo (Silva, 2003, p. 43).

Seguindo a lógica que as relações de troca presentes na época colonial se manteriam mesmo após a total introdução do Brasil no mercado capitalista, os acadêmicos partilhavam da conclusão que os países imperialistas se manteriam produzindo mercadorias industrializadas e tecnológicas, concentrando a acumulação capitalista nesses países, e consequentemente dando a esses o posto de dominantes politicamente, enquanto os países que foram colonizados, além de ficarem concentrados na produção e exportação de matérias primas, ficariam refém da compra de produtos industrializados, tendo como consequência sua subordinação política aos países industrializados (Silva, 2003, p. 74).

Das discussões metodológicas feitas no grupo do Capital emergiram teorias inéditas sobre a consciência de classe do proletariado brasileiro. Como vemos na obra de Silva (2003), os membros do grupo chegaram à conclusão que a construção da consciência histórica social da classe trabalhadora no Brasil, ao decorrer de uma melhora do poder de compra, surgiria de um contexto em que esses trabalhadores, ex-camponeses, estariam numa situação de melhora da sua condição de vida, e não de resistência ao processo de proletarização, como foi na Inglaterra no século XVIII. Esses intelectuais veriam, então, que pela origem social do operariado brasileiro, fruto de estar num momento que a proletarização aumentou (a curto prazo) seu poder de compra, ter-se-ia uma orientação política muito mais heterogênea do que verdadeiramente de classe (Silva, 2003, p. 71).

Decorrente do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e o consequente aumento da repressão aos críticos do regime, o grupo do Capital da USP terá seu fim em 1965. No entanto, a produção por parte dos intelectuais se manterá, principalmente, através do Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), coordenado por Florestan Fernandes. Por sua vez, como analisou Lahuerta, outro momento de impacto foi o representado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1969, que aposentou compulsoriamente vários dos intelectuais marxistas que fizeram parte do grupo. A partir daí se desenvolve o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), surgido em 1969 com a notável liderança de Cardoso, enquanto Ianni foi gradativamente se distanciando politicamente do referido Centro até se afastar por completo, como expresso por Lahuerta:

> A projeção obtida pelo Cebrap, a condição de "exilado", a "aposentadoria" precoce, permitiram que se criasse uma aura mítica não só em torno do intelectual Fernando Henrique, mas também da figura do intelectual em geral. De tal modo, que muitas atitudes tomadas para defender as condições básicas necessárias ao trabalho intelectual foram interpretadas pela juventude universitária e pela oposição como expressivas da resistência de esquerda contra o obscurantismo cultural da ditadura (...) Essa condição possibilita ao Cebrap exercer um papel diretivo na elaboração intelectual que terá fortes reflexos na cultura política do período e que garantirá a Fernando Henrique Cardoso uma condição de intelectual que lidera intelectuais, sem precedentes na história do país. Tal condição afortunada, com o auto-exílio de Florestan Fernandes durante os anos 70, torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico (Lahuerta, 2001, p. 4).

É ao decorrer do desenvolvimento do Cebrap quando surgirá as principais diferenças entre os antigos membros do grupo de estudo, principalmente no relativo ao estudo do Estado e a política, a partir concepção materialista histórica dialética. Polêmica derivado do próprio fato da falta de desenvolvimento da teoria sobre o Estado por parte do idealizador da metodologia, como expresso por Codato e Perissinotto:

> Em um momento determinado de seu ambicioso projeto intelectual, Marx declarou a intenção de redigir um livro que abordasse o tema do Estado (...). Esse livro nunca foi escrito e tudo o que se pode dizer acerca desse assunto devê-lo selo a partir de passagens esparsas e notas fragmentadas, retiradas de ensaios diversos e desiguais, tanto na forma como no conteúdo (...) (Codato; Perissinoto, 2011, p. 64).

Karl Marx que não elaborou obras evidenciando as engrenagens do Estado capitalista, como fez com as raízes econômicas do sistema, fez críticas ao idealismo hegeliano que contribuíram de forma essencial para o desenvolvimento de uma teoria do político do marxismo no século XX. Críticas essas que estiveram presentes em seu livro "Crítica da Filosofia do Direito em Hegel". Como é explicado por Arias (2018), será nessa obra onde Marx defende que diferente da forma concebida por Hegel, o Estado não é expressão da reconciliação dos interesses contrapostos dos indivíduos, nem tampouco uma sujeição voluntária dos indivíduos a uma autoridade suprema a fim de alcançar o bem comum,

como expressou o filósofo idealista na obra "Princípios da Filosofia do Direito", mas pelo contrário, o Estado é a concretização dos interesses opostos dos sujeitos que possibilita uma ideia específica de liberdade, sendo esse o ponto de partida para a construção da teoria marxista acerca do Estado moderno (Arias, 2018).

Dessa forma, o que basearia a manutenção do método materialista histórico dialético para interpretar as instituições do Estado moderno seria a visão exposta pelo revolucionário na "Introdução da Crítica a Economia Política", onde Marx desenvolve que os processos jurídicos políticos não devem ser concebidos como realidade pré-definidas de forma isoladas, mas sim, entendendo esses processos como parte da maneira como uma sociedade se organiza na hora de transformar a natureza (Arias, 2018). Das diversas interpretações que tentaram utilizar a metodologia marxista para abordar o Estado capitalista no século passado, a partir da divisão feita por Nicos Poulantzas em "Poder Político e Classes Sociais", podemos destacar três vertentes dentro desse campo: os estruturalistas, os históricos voluntaristas e os economicistas (Poulantzas, 197, p. 60).

Os economicistas foram aqueles que passaram a reduzir toda a explicação dos fenômenos jurídico-políticos ao campo econômico: poder-se-ia a partir daí derivar todo campo "superestrutural" de uma época a partir dos interesses da classe economicamente dominante. Já a corrente histórica voluntarista, vertente teórica desenvolvida por George Lukács em "História e Consciência de Classe", acaba concebendo todo o campo jurídico-político de uma sociedade como expressão da consciência, da vontade e do interesse da classe dominante em um determinado período histórico: assim, no caso da sociedade capitalista, todo campo superestrutural do capitalismo é derivado da consciência e os interesses da burguesia (Poulantzas, 1977, p. 62).

Já o estruturalismo marxista, desenvolvido por autores como Althusser e Poulantzas, acaba dando entendimento à outra conclusão sobre a relação entre estrutura e superestrutura na sociedade capitalista. Ainda que enxergando a dominação que a burguesia exercerá nessa época, derivado da característica do meio de produção capitalista ter como precedente da sua existência a separação dos homens e das mulheres dos seus meios de produção próprios e a partir daí vendendo sua força de trabalho teoricamente de forma individual na forma de mercadoria, vela-se a divisão de classe que a sociedade está dividida, a partir daí, dando aparência que a sociedade é transpassada por indivíduos livres em competição e que o Estado, assim como a política, corresponde a vontade da maioria dos indivíduos.

Essa individualização do humano, própria do modo de produção capitalista (Marx, 1956, p. 606-607), fará com que se torne possível uma jamais vista "autonomia relativa" do Estado e da política frente as forças produtivas, onde a superestrutura de uma sociedade não será um espelho das vontades da classe dominante e sim, a superestrutura entrará em contradições em uma série de momentos em relação à

estrutura, onde se possibilitará produzir políticas e leis que não sejam do interesse imediato da classe que está no poder.

Pela leitura de Batista (2018), podemos compreender que autonomia relativa do Estado, defendida pelos estruturalistas marxistas, tem sua forma relativa pelo fato que no momento em que o modo de produção capitalista tem como condição *sine qua non* a individualização dos trabalhadores e a mercantilização das relações de troca, o Estado atuará sempre dentro dessa lógica, garantindo o direito da propriedade, seja da compra e venda da força de trabalho, como dos próprios bens que os indivíduos possuírem, mantendo então, a ordem da relação de troca nessa sociedade (Batista, 2018). Percebe-se, então, que será essa metodologia que possibilitará pesquisar o Estado como instituição no momento em que indivíduos com pretensões próprias podem estar a frente dele, no mesmo tempo que esse Estado, justamente por estar numa sociedade formado por seres humanos que passaram pelo processo de individualização, as reivindicações, valores, normais e leis estarão sempre dentro da lógica capitalista de produção e reprodução.

> Por autonomia relativa deste tipo de Estado, entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações de bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. Esta expressão encontra-se nos clássicos do marxismo designando o funcionamento do Estado em geral no caso em que as forças políticas presentes estão 'prontas a equilibrar-se'. Emprego-o, aqui, em um sentido simultaneamente mais amplo e mais estreito, para designar um funcionamento específico do Estado capitalista. Espero, por isso mesmo, marcar nitidamente a distância que separa esta concepção do Estado de uma concepção simplista e vulgarizada, que vê no Estado o utensílio ou o instrumento da classe dominante. Trata-se pois de apreender o funcionamento específico do tipo capitalista do Estado relativa aos tipos de Estado precedentes, e demonstrar que a concepção do Estado em geral como simples utensílio ou instrumento da classe dominante, errônea na sua própria generalidade, se revela particularmente inapta para apreender o funcionamento do Estado capitalista (Poulantzas, 1977, p. 252).

Na década de 1960 através da revista inglesa *New Left Review* que o debate da teoria marxista do político ganhará mais uma vez notoriedade através da polêmica entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas (Carnoy, 1988, p. 129). O último defendendo a abordagem já expressa da autonomia relativa do Estado frente as relações materiais de produção, enquanto Miliband retomará a abordagem historicista e economicista, reduzindo o Estado na sociedade capitalista e suas instituições como mero instrumento de dominação da burguesia, aonde a classe dominante exprimirá todas suas vontades e interesses.

As discussões em Cardoso e Ianni

Será, então, como fruto dessa discussão abordada na seção anterior, que os antigos membros do grupo do Capital da USP, especialmente Ianni e Cardoso, produzirão

uma rica discussão acerca do Estado capitalista no Brasil. É verdade que irá se produzir também concordâncias entre os pensadores, como quando em 1965 ambos opinaram que o Estado no Brasil era um Estado populista, e que tinha o papel principal de mistificar sua natureza de classe, como também teria o papel constante de manter a acumulação do capital da burguesia (Silva, 2003, p. 78).

No entanto, da forma como os pensadores veriam o regime iniciado após o golpe militar de 1964 é que as diferenças passaram a serem fundamentais. Cardoso, e um outro membro do grupo, Arthur Gianotti, influenciados pela abordagem de Poulantzas passam a caracterizar o regime brasileiro como burocrático autoritário, deixando espaço para reflexões sobre a possibilidade de conquistas por dentro do Estado, como exemplificado pelos autores no referido momento histórico ao Estado mesmo autoritário promover a industrialização e o desenvolvimento econômico. Nesse momento, rompe-se com a epistemologia instrumentalista, hegemônica na análise sobre o Estado entre os marxistas brasileiros até então.

Da mesma forma que Cardoso aproxima-se da visão do Estado como autonomia relativa em relação ao econômico por além de revisar o conceito de imperialismo em Lenin, ao ver que durante a década de 1960 uma série de países latino-americanos através da intervenção do Estado na economia (o Estado nesse momento tornando-se núcleo central legislador e investidor da sociedade) se industrializam e deixam de ser dependentes da tecnologia e consequentemente da política dos países antes dominantes, como a teoria leninista havia elaborado:

> O que eu estou afirmando é que há diferentes formas de dependência na América Latina, e que em algumas delas o desenvolvimento produz uma mudança no poder interno, substituindo o poder dos antigos grupos oligárquicos e reforçando tipos mais "modernos" de controle político. Neste sentido, as ditaduras atuais da América Latina, mesmo quando baseadas em poder militar, não expressam, em virtude de restrições puramente estruturais, uma forma de dominação tradicional e antidesenvolvimentista ou anticapitalismo moderno (Cardoso, 1972, p. 202.).

Cardoso, em "Modelo Político Brasileiro", também expressa um novo funcionamento do Estado no capitalismo industrial de massas, que pela quantidade de códigos, informações e burocracia que essa instituição teria que fornecer à sociedade civil, um grupo de "técnicos", em sua maioria oriundos de concursos públicos e de diversas classes sociais que estariam a frente do Estado, não representando assim, interesses da classe dominante a curto ou médio prazo (Cardoso, 1973, p. 91).

Podemos ver, então, que a interpretação feita por Cardoso (1973), que compreendendo o golpe militar de 1964 como a passagem de um regime democrático corporativo para um regime militar autoritário corporativo, era a de que o poder do Estado concentrar-se-ia tanto nas Forças Armadas como na burocracia pública. Nesses agentes que se garantiria a autonomia das forças políticas, em razão de que essa

"tecnoburocracia" não representar simplesmente, em curto ou médio prazo, os interesses da classe dominante:

> As linhas de redefinição do sistema de poder são dadas pela corporação internacional e pelo Estado, que passa a estimular nos grupos sociais um estilo de participação política corporativo-profissional. Estes traços são mais evidentes nos países onde a modernização do aparelho do Estado se efetivou permitindo o controle da burocracia civil pela burocracia militar, num contexto de desenvolvimento dependente estimulado pelas empresas internacionais, como no Brasil e na Argentina. Neste caso, a político de tipo democrático-representativa através da qual se manifestava a ação da burguesia e das classes médias (e também, em curtos períodos, do próprio povo), cedeu lugar a um estilo de política autoritária e de tipo burocrático, que muitas vezes é falsamente interpretada como se o Estado, fortalecido, passasse a se opor à burguesia. "Falsamente" porque a opção autoritário-burocrática, se bem que contrarie frequentemente interesses privados, assegura as condições de acumulação do capital e da apropriação privada dos meios de produção (Cardoso, 1973, p. 46).

Esses regimes existentes na América Latina sob o tipo autoritário burocrático, nas palavras de Cardoso, pois o pensador via esses regimes como ainda permitidores dos núcleos opositores na sociedade civil, era permitido ainda um "pluralismo pervertido", comprovando que quem tinha o controle do Estado não tinha ainda o controle sobre toda a sociedade. Podemos ver através dos escritos de Silva que foi o pensador uspiano que verá que a burocratização do Estado na época enquanto escrevia (1973), como algo parte natural da sociedade industrial de massas, este feito motivado pela tecnocratização da sociedade, enquanto o autoritarismo estaria no "DNA" do Estado na sociedade brasileira (Silva, 2003, p. 75).

Não foram todos, no entanto, que seguiram os passos de Cardoso e Gianotti, e passaram a defender as forças políticas sobre as estruturais, como a própria autonomia do político. Como foi o caso de Ianni (1973), mesmo analisando objetos como movimentos sociais, greves e Estado, manteve-se firme à perspectiva histórico-estrutural, própria do marxismo. O acadêmico, então, ao contrário de Cardoso, defende em sua obra "O colapso do populismo no Brasil" que a ditadura é a síntese da vitória do capitalismo dependente, ou em outras palavras, do capital imperialista (Ianni, 1968). Embora, para Ianni, as ditaduras na América Latina não eram simplesmente militares (Ianni, 1968, p. 144).

Esses setores, segundo o autor, apenas estariam no poder representando a burguesia e cumprindo o papel de refrear qualquer movimento revolucionário. Como Ianni também defendeu, na interpretação de Silva (2003), que no capitalismo periférico haveria uma constante tensão entre socialismo ou fascismo, caracterizada muitas vezes como "catastrofista", isso porque Cardoso argumenta que mediante os interesses de classe seria possível um desenvolvimento econômico mesmo na periferia, em conjunto com a dependência (Silva, 2003, p. 135). Vai ser então na obra já citada que Ianni defenderá a

existência de uma cultura fascista presente no Estado brasileiro, o qual teria a tarefa de eliminar qualquer movimento de independência de classe por parte da classe trabalhadora:

> A qualificação de fascista foi decorrente das manifestações políticas, culturais e ideológicas, criadas durante o período do populismo, terem sido destruídas pelas mãos do autoritarismo, assim, "[...] [e]m nome da 'purificação' (ou modernização) do sistema político-econômico brasileiro, cri[ou]- se uma cultura do fascismo (Ianni *apud* Brito, 2016, p. 178-179).

É visto que Ianni, durante a década de 1970 passa a entrar em confronto com as elaborações principalmente de Cardoso, não vendo como possível e estratégico a utilização do Estado como forma de aumento das conquistas sociais. Ianni continua então com a concepção que o Estado na sociedade capitalista deve ser destruído, coerente com as elaborações de Lenin em "O Estado e a Revolução", o acadêmico mantém a argumentação que a classe operária detém um papel-chave no processo de passagem do "Estado burguês" para um Estado socialista.

Para Ianni, então, além da classe operária ser ainda a única classe produtora de mais-valia na sociedade capitalista, ainda é ela a única classe com a capacidade revolucionária, faltando apenas consciência de classe para passar de classe em si (proletariado alienado) para classe para si (proletariado consciente, apropriado da teoria socialista revolucionária e organizado num partido político operário).

> Para que possa pôr em prática a sua condição revolucionária, no entanto, a classe operária precisa apropriar-se da teoria da revolução socialista e organizar-se num partido político operário, independente dos partidos das outras classes sociais. (...) O partido não é apenas o instrumento de luta, mas também o ambiente no qual eles podem elaborar e reelaborar as suas experiências reais de vida. E no partido que se socializa a experiência dos operários, enquanto classe social. (Ianni, 1982, p.81-82).

Nos anos 1970, já consolidado o deslocamento dos estudos dos ex membros do grupo do Capital para a sociedade civil e democracia como consequência da aproximação dos intelectuais com a teoria gramsciniana, os acadêmicos passarão a disputar a "hegemonia na sociedade civil", seja pela via partidária institucional ou através da luta operaria. Ianni, Weffort e Cardoso, além de adotarem conceitos inegavelmente gramscinianos para dar mais foco à sociedade civil, passarão a serem sujeitos políticos importantes na transição do período autoritário que o Brasil passava à democracia (Lahuerta, 2001, p. 7).

Essa influência pode ser vista como reflexo da ausência de outros sujeitos que se propusessem a olhar o Estado brasileiro de uma perspectiva crítica, derivado do "autoexílio" de Florestan Fernandes e da "lacuna" intelectual política deixada ou pela escolha de parte da esquerda ir à luta armada e assim levando a morte de parcela importante da geração da esquerda socialista, abriu-se brechas para Cardoso se tornar uma liderança intelectual e política no final da década de 1970.

Conclusão

As mobilizações sociais no final da década de 70, contrariando o regime presente no Brasil, com a greve operária do ABC (1978) como grande exemplo desse momento, marcariam para Ianni (1980) a reafirmação que o proletariado industrial não estava se vendo satisfeito como uma futura democracia exclusiva para a classe média ou burguesa (Silva, 2003), mas na defesa de uma democracia de base onde o operário teria voz e voto, aparecendo como sujeito político ao promover uma transformação "de baixo para cima" privilegiando a sociedade civil como arena da luta de classes.

A existência desses levantes na sociedade civil e especificamente no operariado, produzirá também outras leituras por parte dos pensadores sociais, como será o caso de Weffort que, olhando para as mobilizações, via um fortalecimento da crise de hegemonia aberto no país, onde nem a hegemonia conservadora como a popular havia se consolidado (Silva, 2003, p. 169). Cardoso, que via com pessimismo as mobilizações sociais que percorriam o final da década de 1970, defende que o que estaria em curso no Estado brasileiro a partir de 1974, não seria mais o regime de tipo militar, passando assim, através dos técnicos, políticos e administradores do Estado, o regime se tornando um regime do grande capital e que buscaria a hegemonia (com sucesso), hegemonia "oligopólico-autoritária" na sociedade civil. Justamente por esse pessimismo quanto a sociedade civil, Cardoso girou-se quase completamente de sua atividade política para o campo democrático liberal, encontrando no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) seu primeiro partido.

Cardoso, então, ao observar que o capitalismo estaria se desenvolvendo no país a partir da associação da burguesia nacional com a burguesia estrangeira e pelo impulso causado pela intervenção do Estado, abandona a abordagem da autonomia relativa do Estado frente as relações de trabalho para a completa autonomia do Estado e suas instituições. O pesquisador, como compara Silva (2003) passa a se aproximar de como Laclau (1986) concebe as dimensões políticas, resumidas a relações puramente de cooperação e conflito, afastando-se da compreensão marxista por abstrair os conflitos antagônicos de classe em suas elaborações e substituindo os conflitos de contradições pelos conflitos de interesses, além de dar cada vez mais autonomia às questões políticas sobe os conflitos de classe. O intelectual conclui então que o Estado não estaria necessariamente sob controle de alguma classe, mas era um espaço privilegiado de disputa quanto à produção e à reprodução das ideologias.

Com exceção de Ianni, conceitos como imperialismo foram se deslocando para capitalismo dependente; o proletariado, para trabalhador de maneira mais genérica. Luta de classes, para conflito, negociação e lutas sociais. Democracia não se contrapunha a socialismo, e este sem adjetivo (nem burguesia, nem proletário) expressando a pluralidade do social (Silva, 2003, p. 177).

Pela concepção desenvolvida por Cardoso sobre o Estado, podemos concluir que o autor passa por duas fases de deslocamento teórico. O primeiro, dentro do materialismo histórico dialético, se aproxima das ideias de Poulantzas ao desenvolver a ideia da autonomia relativa do Estado frente as relações de trabalho predominantes no capitalismo, o mesmo não acontecendo a partir de 1974, que ao autor ver o Estado e suas instituições com total autonomia, rompe com o materialismo se aproximando da abordagem idealista, própria de Hegel sobre as relações jurídicas políticas, tendo uma vida política coerente com essa concepção, em 1974 escrevendo o Manual do Eleitor do MDB e buscando canais de negociação por dentro do Estado para a transformação da sociedade.

Octavio Ianni, dentro do período estudado, manteve-se a par do marxismo revolucionário, embora defendendo a abordagem instrumentalista, o que praticamente impossibilita o desenvolvimento de uma metodologia cientista social para abordar as instituições, continuou defendendo que a única forma de se promover o desenvolvimento dos interesses históricos da classe trabalhadora seria a partir de uma revolução socialista com um partido revolucionário de vanguarda a sua frente.

Referências

ARIAS, Juan Camilo. *Marx y la crítica materialista al concepto del Estado en Hegel. Observatório del Estado Latino-Americano*, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/odela/2018/08/13/marx-y-la-critica-materialista-al-concepto-del-estado-en-hegel/. Acesso em: 03 de jun. 2019.

BATISTA, Ian. Entre o *contrato e a dominação: entendimento sobre o Estado capitalista. Observatório del Estado Latino-Americano*, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/odela/2018/07/10/entre-o-contrato-e-a-dominacao-entendimentos-sobre-o-estado-capitalista/. Acesso em: 03 de jun. 2019.

BRITO, J. G. de. *Estado e desenvolvimento no pensamento de Octavio Ianni*. Perspectivas, São Paulo, v. 48, p. 155-181, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *O modelo político brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro; 1973.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 2ª ed., Campinas: Papirus, 1988.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

CORTÉS, M. *Contactos y diferencias: la "crisis del marxismo" en América Latina y Europa. Cuadernos Americanos, México*, nº 148, p. 139-163, 2014.

IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, nº 2, p. 41-47, 1986.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In*: Cadernos AEL: tempo de ditadura*, Campinas, v. 8, nº 14/15, p. 53-96, 2001.

MARX, Karl. *Das Kapital*, v. 1. Berlim: Dietz, 1956.

NETTO, José Paulo. *Nota sobre o marxismo na América Latina*. Novos Temas, Salvador/São Paulo, nº 5/6, p. 43-60, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SILVA, L. F. da. *A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo de "O Capital"*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 3, p.71-86, 1997.

_____. *Pensamento social brasileiro: Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e Mentes, 2003.

Diagnósticos de atraso e saídas institucionais na formação de Estados periféricos*

Lidiane Rezende Vieira**

Introdução

Como agenda de pesquisa, os estudos sobre "formação do Estado" passaram por um período de baixa visibilidade, contudo, nas últimas décadas, o interesse pelo campo ampliou-se (Spruyt, 2007). Esta pesquisa une-se a este movimento com o objetivo de, partindo de uma metodologia histórico-conceitual, analisar a formação dos Estados nacionais na América latina, especialmente os casos de Argentina, Brasil e Chile, a fim de estudar as estratégias políticas de construção estatal na periferia. Deste recorte resultam questões importantes, como a tentativa de compreender o nível de influência que a condição periférica acarreta nas trajetórias da consolidação do aparato estatal, assim como das decisões a respeito dos sistemas políticos – monarquia e república – e os reflexos desse cenário nas linguagens e ações políticas.

Analisar comparativamente os três países nos possibilita verificar de que maneira uma Monarquia e uma República unitária, Brasil e Chile respectivamente, e uma República federativa, Argentina, mobilizam conceitos e estratégias políticas a fim de erigir o Estado Nacional diante da condição periférica. A proposta é estudá-los para discernir os condicionantes internos e externos destas trajetórias, isto é, evitando narrativas que retratam os Estados latino-americanos como desvios das trajetórias cêntricas. Sendo assim, o eixo desta pesquisa é analisar a compreensão que a elite periférica constrói a respeito da relação que possui com os países cêntricos, vínculo que influi em diagnósticos de "atraso" e "descompasso".

Por isso a importância de métodos que sejam capazes de extrair das obras da época representações e significados mais fiéis possíveis. Compreender os autores em seus contextos nos permite trazê-los ao centro do debate e derivar desta decisão o reconhecimento da produção feita para além das fronteiras dos países cêntricos. Esta percepção metodológica e epistemológica nos permite evidenciar que a condição periférica não é uma particularidade de um país, que poderia ser justificada por padrões

---

* Este artigo é parte integrante de tese de doutorado em fase de elaboração.

** Doutoranda em Ciência Política no Iesp-Uerj (CNPq), pesquisadora do grupo de Pensamento Político Brasileiro e Teoria Política, Beemote e do LEMEP, ambos sediados no IESP. E-mail: lidianerevieira@gamil.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7358862050255037

culturais, mas característica de um processo de desenvolvimento político via colonização. Portanto, assimilar esta dinâmica nos habilita a enxergar a história da formação estatal da América Latina de maneira diversa do que o convencional olhar que parte da Europa e dos Estados Unidos, replicando neste espaço os formatos novamente importados.

Formação de Estados Modernos no Centro

Compreender que o Estado é um construto político fruto da história (Pomer, 1986) nos possibilita lançar luz sobre as trajetórias de formação estatal extraindo do olhar tendências naturalizantes e, por conseguinte, deterministas no tocante aos percursos do desenvolvimento político. Em outras palavras, os distintos surgimentos de Estados ao longo dos séculos não se tratam de anomalia de determinada experiência, mas de acomodações aos dilemas da história e às realidades circunstanciais com suas respectivas condições materiais. Portanto, mesmo que para fins de exercício teórico, evitaremos concepções que reduzam fenômenos políticos a cópias fracassadas de um original superior, do contrário, partiremos de uma concepção que os analise como realidade local contingente a fim de evitar definições pela ausência.

Alcançar este objetivo exige distância de narrativas que elegem as trajetórias dos países cêntricos como parâmetros universais de modernização, substituindo-as por reflexões preocupadas em pensar a partir das necessidades e particularidades do contexto latino-americano. A busca por um estudo historicamente situado (Mannheim, 1976; Guerreiro Ramos, 1983; Skocpol, 1985; Tilly, 2006) possibilita a construção de alicerces fortes, a partir dos quais é possível sustentar análises de longo prazo sem que estas tenham maior compromisso com o percurso de outras nações. É fato inerente ao acontecimento histórico o vínculo a uma *posição situacional, espacial e temporal*, impossibilitando a repetição e, portanto, a absolutização de padrões. Decorre desta condição a garantia de que a partir de uma leitura contextualista seja possível extrair da história compreensões robustas a respeito da formação de Estados Nacionais na periferia.

Como consequência da valorização do percurso histórico, rejeitamos o olhar do desvio, do diagnóstico negativo a respeito do desenvolvimento político que se vale da exclusão ao sentenciar "ainda não" aos resultados da periferia diante das trajetórias cêntricas. O esforço e contribuição estão na tarefa de distinguir os caminhos compreendendo a dinâmica da formação estatal latino-americana a fim de suspender os imperativos do dever ser. No entanto, a busca pela elevação dos percursos periféricos ao status que lhes é devido, como evento original que foi, não pode prescindir do entendimento a respeito da influência que os processos de formação estatal que antecederam os latino-americanos acarretaram na autopercepção de mundo das elites ibéricas e, portanto, de seus projetos de nação.

Dessa forma, analisar o percurso histórico europeu contribui para a compreensão do erigir do Estado Moderno, que se tornou farol a ser seguido pelos países periféricos. Embora a centralidade dessa agenda de pesquisa seja reformular o olhar epistemológico direcionado à periferia, para tanto também é necessário ajustar os diagnósticos sobre os acontecimentos no centro, especialmente na dimensão de sua capacidade de universalização. Sendo assim, os eventos históricos apresentados de maneira sistemática a seguir são, na realidade, eventos particulares e locais que devido a geopolítica do poder global estabelecida tornaram-se parâmetro de modernização. Em resumo, essas trajetórias podem ser identificadas a partir de três etapas sucessivas: 1. Instauração autoritária da autoridade; 2. Abertura da ordem estatal às relações de mercado e a uma competição política; 3. Progressiva extensão da participação política ao maior número (Lynch, 2014). Importante ressaltar que as mudanças e as continuidades em regimes políticos não são fenômenos de antítese, mas lados da mesma moeda (Morlino, 1980), sendo assim entre estes tipos ideais há períodos de transição que costumam acentuar as fragilidades, já que há aumento de forças contestatórias ao status quo, seja pelo envelhecimento das instituições ou pelo apelo a maior participação política em contrapartida aos que resistem à mudanças, causado instabilidade ao sistema (Huntington, 1975, p. 17). Estas fases do desenvolvimento político não constituem projeções do dever ser de um Estado, logo não se pretendem instrumentos de aferição de níveis de qualidade. Pelo contrário, trata-se de estrutura decorrente das experiências históricas que se repetiram, guardadas as particularidades de cada localidade, construindo uma tendência.

Tendo como objetivo central o estudo da consolidação de Estados modernos na periferia, este arquétipo contribui para a pesquisa em dois níveis: Tanto em uma dimensão abstrata correspondente a construção de um imaginário de progresso civilizatório, que reputava às nações mais desenvolvidas o lugar da modernidade. Como um enfoque histórico, que permite comparar os percursos com a finalidade de ressaltar o impacto da condição periférica na formação institucional da América do Sul, mais especificamente Argentina, Brasil e Chile. Lembrando que estas distinções não se pretendem depreciativas, isto é, retratar os Estados latino americanos como desvios das trajetórias europeias citadas, do contrário a proposta é estudá-los para discernir os condicionantes internos e externos destas trajetórias. Portanto, o eixo desta pesquisa é analisar a compreensão que a elite periférica constrói a respeito da relação que possui com os países cêntricos, que acabam por gerar diagnósticos de "atraso" e "descompasso", que trataremos nas seções seguintes.

Diante deste quadro do desenvolvimento político dos Estados nacionais em comparação os acontecimentos históricos, é notório que, apesar das etapas se fazerem representar nos percursos, eles "não o fizeram ao mesmo tempo nem na mesma velocidade" (Lynch, 2014, p. 29). Deriva deste diagnóstico de descompasso a

compreensão de que estabelecido o caminho ideal da modernização as dinâmicas de dominação política, econômica e cultural entre metrópoles e colônias, centro e periferia imputaram ao grupo dominado um padrão de desenvolvimento político exterior às contingências locais. As ex-colônias ibéricas haviam iniciado seu processo de erigir Estados nacionais séculos depois, diante da Inglaterra e da França com arcabouço estatal consolidado, mas impulsionadas a acelerar o processo, justapor etapas para atingir o futuro de paz e liberdade prometido pelo paradigma liberal dos oitocentos.

Impactos da condição periférica

De origem europeia, o Estado moderno passou por tentativas de replicação em outros continentes iniciadas por meio dos processos de colonização. Transferido para outras culturas, o arcabouço institucional como uma estrutura rígida não se adaptava às culturas locais, mas exigia delas acomodação. Estava imposto aos países colonizados a tarefa de duplicar a experiência e os resultados já alcançados pelos colonizadores. Nesta dinâmica mimética, os países possuidores de maior desenvolvimento econômico e político transformam-se em alvos a serem alcançados. As longas trajetórias, com mudanças paulatinas, foram exportadas como um pacote instantâneo de edificação do Estado. Como guias para um futuro de liberdade e paz, as trajetórias cêntricas eram o caminho e as ideologias políticas as ferramentas para alcançá-lo.

Com o objetivo de compreender o processo de construção dos Estados Latinos, faz-se necessário evidenciar os laços estabelecidos entre centro e periferia. Esta distinção radica-se no curso político institucional dos países, isto é, os periféricos são aqueles que, possuindo um passado de experiência colonial ibérica experimentaram a construção do Estado à luz dos países centrais, que são aqueles que haviam iniciado anteriormente os processos de construção estatal e mantinham um ritmo acelerado, como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Estas trajetórias e, por conseguinte, as produções intelectuais a elas vinculadas tornaram-se referências do caminho a ser seguido nas antigas colônias ibéricas, isto é, eram exemplos de estratégias para alcançar o Estado moderno e civilizado. Sendo assim, a elite latina em sua percepção de diferenciação dos países centrais tanto no aspecto temporal, o atraso, como espacial, lugar geograficamente distante do centro, construiu uma identidade nacional contaminada pela subalternidade diante do que consideravam mais importante e superior (Lynch, 2013), embora esta condição não os limitasse a mera reprodução.

Portanto, é preciso considerar que a formação dos Estados posteriores foi amplamente afetada pela pressão externa, especialmente no campo econômico, e por uma cronologia comprimida diante de tarefas antes realizadas no longo prazo. Para além da compreensão de que pairava no imaginário da elite ibérica a construção de Estados à luz da experiência da Europa Ocidental, e por isso a pressa de chegar até o próprio futuro que se fazia presente naqueles países, reunir estes dois movimentos é imprescindível para o

entendimento da dinâmica do período. Embora fosse cedo demais para falar em globalização, nos termos que hoje conhecemos, as relações de exploração, especialmente no período colonial da América do Sul, produziram impactos diretos, profundos e permanentes na trajetória dos países subalternizados.

Resulta desta relação subjugada dos processos políticos a contaminação da produção intelectual por uma concepção de mundo externa e civilizatória, nas palavras de Euclides da Cunha sobre o Brasil, seria uma nação construída a partir de uma teoria política (Cunha, 1999, p. 149). Podemos estender este efeito para os demais países do sul da América, compreendendo que a força motriz condutora da ação política não estava restrita às demandas do processo político local, de dentro para dentro, mas era impulsionada de dentro para fora condicionando a formação do Estado a partir da expectativa em alcançar a modernidade nos termos cêntricos. Tal impacto possui uma outra dimensão, de fora para dentro, que acaba por potencializar a primeira, a geografia do poder comandada pelos países centrais em seu próprio favor. Na condição de potências econômicas estes países difundiram e estabeleceram sua perspectiva histórica e dominação como hegemônicas, movimento que permeia mentes e instituições. O impacto pode ser observado nas esferas social, cultural, política e econômica, seja com a inserção da lógica da escravidão; a replicação dos modos de vida; a busca por importação das instituições; e também pelo controle do mercado de produção e consumo pautados pelo interesse dos países cêntricos.

A condição de colônia que havia sido há pouco superada rompeu a subjugação no plano das instituições, mas a assimetria negativa para os Estados recém-criados permanecia no sentido político, econômico e no domínio cultural. É desta distorção entre o arcabouço das instituições, que garantia autonomia, e o seus conteúdos práticos, que os mantinham vinculados às potências, que nasce um debate central no Pensamento Político latino americano, o da contraposição entre o Real e o legal, isto é, a cultura política "made in Europe" (Viana, 1973, p. 19). Percorrer este caminho impunha à periferia a marca da disjunção entre a norma jurídica e as práticas políticas, sendo assim o processo de construção do Estado nacional e, por conseguinte, da sociedade, demonstra de forma evidente o constante esforço em transformar as ações a partir dos padrões da norma jurídica de origem estrangeira. Sendo a ordem civilizatória importada de contexto distinto, os costumes passam a ser entendidos como empecilho ao progresso da ilustração, que deve se justapor ao dever ser externo.

Enquanto a modernidade fazia-se sentir no imaginário, as condições materiais e sociais desajustavam-se deste padrão, situação que impulsiona os diagnósticos de atraso e a crescente urgência por modernizar o país. Diante desta auto compreensão que as nações periféricas forjaram, apresentamos uma ressalva de suma importância para as escolhas teórico metodológicas deste trabalho. É preciso diferenciar a autorrepresentação dos atores políticos contemporâneos à construção do Estado e os diagnósticos posteriores

de que o "atraso" e o "descompasso" de nossa trajetória poderiam ser explicados por nossa cultura ou pelo ambiente político "impróprio" para ideias liberais. A busca constante por peculiaridades que pudessem ter poder explicativo a respeito do processo de formação estatal latino-americano não pode ser satisfeita, já que a hibridez dos movimentos de continuidades e mudanças não estão restritos ao hemisfério sul, mas é uma característica das rupturas históricas (Palti, 2014, p. 29). Em outras palavras, os países não possuem em sua natureza atributos que possam ser classificados como um gérmen periférico. Tal juízo passa a ser possível quando do encontro entre a realidade local e as demandas criadas durante a experiência concreta de outros ambientes. As trajetórias cêntricas, possuindo domínio político sobre a periferia, impõe os novos padrões transformando a realidade do país em um atestado de seu atraso.

Construção de Diagnósticos de atraso

Com o objetivo de compreender estes processos de desenvolvimento estatal na periferia e analisar as recepções e aclimatação das correntes políticas, utilizaremos autores centrais para o debate em cada país como norte para reconstrução do contexto político estudado. Os personagens clássicos escolhidos representam, de maneira generalista, grupos políticos díspares em suas concepções a respeito da formação do Estado Nacional, dito de outra maneira, os três pares de autores disputam, cada qual em seu país, projetos políticos de nação. Sendo o século XIX conhecido pela polarização da disputa política entre liberais e conservadores, embora a escolha dos autores tenha levado em conta esta distribuição ideológica, a pesquisa não tem por objetivo contrastar os dois campos como unidade de análise primordial. Em outras palavras, mais importante do que o embate entre as estratégias liberais e conservadoras é a compreensão das saídas políticas para o atestado do atraso que permeiavam o ambiente. Também é preciso lembrar que o paradigma ideológico do século XIX era o liberal, portanto, ambos os grupos partiam de concepções cunhadas dentro da linguagem política do liberalismo para conceber seus princípios políticos, isto é, "o liberalismo foi como uma igreja acolhedora que abraçava diversas congregações que podiam ser moderadas-conservadoras, de posição intermediária e radicais em termos ideológicos, assim como aristocráticas, de classe média e populares em termos sociais" (Collier *apud* García, 2007, p. XII).

Para fins de estabelecer um quadro geral dos posicionamentos políticos à época nossos autores, suspendendo neste momento as nuances e particularidades das trajetórias individuais, podem ser identificados a partir de dois grandes grupos representados por pares de conceitos como: Liberais e Conservadores; Federalistas e Unitaristas; Descentralizadores e Centralizadores, para citar alguns. Um ponto de partida interessante para diferenciar estas duas correntes é averiguar as respectivas concepções de Estado. O grupo conservador, representado por Mariano Egaña, Visconde do Uruguai e Juan

Alberdi, entende o Estado como portador do "interesse público" de forma que é dever dele adequar certos interesses individuais em prol da garantia do interesse geral. Dito de outra maneira, esta corrente passa a pensar os direitos individuais não a partir da esfera individual, mas como "parte de um instrumento da pacificação e da construção do Estado-nação", isto é, a individualidade é passível de ser mitigada em prol de fins superiores (Coser, 2011, p. 200). Este pensamento encontra apoio em um diagnóstico social de fragilidade, onde a tutela do Estado se faz essencial, do contrário o egoísmo transformar-se-ia no guia das ações comprometendo bens coletivos. Daí resulta uma narrativa do processo histórico que encontra na centralização e corporificação da autoridade estatal o caminho para a civilização, já que, seria através do Estado forte que as populações alijadas, especialmente as do campo que era considerado o lugar da barbárie, seriam atingidas pelos direitos civis (Lynch, 2009, p.154).

Tributários de uma matriz do liberalismo anglo-saxão, no tocante à valorização do indivíduo, o grupo liberal (Domingo Faustino Sarmiento, Aureliano Cândido de Tavares Bastos, e José Victorino Lastarria) partia, portanto, da defesa da garantia da liberdade individual. Nos respectivos períodos de consolidação do Estado eram as forças centralizadoras que ocupavam o governo dos países, portanto o discurso liberal mobilizado tem seu ponto de partida de um lócus de oposição e contestação da ordem vigente. O Estado em sua expressão centralizadora era alvo de críticas dos liberais por entenderem que a expansão deste coibia o direito da liberdade individual, desta forma defendiam um Estado mais atenuado que exercesse a função de "garantidor das expansões dos interesses individuais, e dessa expansão viria a liberdade (Coser, 2014, p. 315). Portanto, mais importante do que a forma de governo, seria a maneira pela qual este se organiza, sendo o ideal um Estado que intervenha e regule menos a sociedade.

Antes de passar aos diagnósticos políticos de nossos autores a respeito do atraso algumas ressalvas são importantes no tocante aos limites das interpretações. Em primeiro lugar, a condição periférica não constituía um discurso de reivindicação, mas um diagnóstico negativo a respeito do desenvolvimento político. Portanto, seria um equívoco vincular à produção dos autores uma identificação positiva com a periferia ou até mesmo uma reflexão pós-colonial *avant la lettre*, do contrário o que sustenta a percepção é uma expectativa por assemelhar-se ao padrão cêntrico. Daí deriva o segundo ponto que é o cuidado para que não haja romantização da condição periférica por parte do analista, isto é, estudar este período enfatizando esta perspectiva não tem por objetivo consolidar uma superioridade das circunstâncias locais, mas averiguar os impactos desta no processo de consolidação do Estado e das estratégias políticas. Portanto não se trata de um exercício de deslocamento da hierarquia, retirando o centro do topo da pirâmide para que o periferia possa ocupá-lo, de outra forma a proposta é reduzir os impactos da assimetria à medida que enquanto valorização a

produção periférica ao status de dignidade que lhe cabe, também esvaziamos a superioridade cêntrica em sua concepção de universalidade ao entendê-la como fruto de reflexões historicamente situadas. Por fim, tratando-se de geografia de poder e, portanto, de lugar de onde partem as produções que são consideradas mais ou menos relevantes, não é possível ignorar a dimensão cêntrica dos autores periféricos. Enquanto diante dos países desenvolvidos podemos localizá-los à margem, dentro de seus próprios ambientes ocupavam lugar de privilégio e prestígio, visto que as elites concentravam a produção de conhecimento considerado à época relevante para os rumos do país de maneira mais desigual no século XIX.

Voltando à contribuição de nossos autores a respeito da condição periférica e entendida as respectivas localizações no espectro político da época, passamos a apresentar uma tendência interessante que o estudo dos diagnósticos nos apresentou, percepção que expõe a vivência de cada nacionalidade mais do que as orientações individuais. Ao analisar as produções dos seis autores a partir de um recorte por Estados de origem foi possível cruzar os diagnósticos de atraso com o processo de estabilização estatal e perceber a forte correlação entre este ponto. Isto nos possibilita organizar os três países com base nos percalços e tempo para alcançar a estabilidade, que são proporcionais a percepção de atraso na literatura, começando com o Chile que levou menos tempo na construção do Estado e possui menores efeitos na produção intelectual sobre a condição periférica, depois o Brasil e por último a Argentina. Isto é, a depender do processo de formação encontramos propensão a narrativas que potencializam ou suavizam o impacto da condição periférica. Embora todos tenham passado por momento de instabilidade política, seja após as guerras de independência no caso das ex-colônias espanholas, ou no período regencial, no caso brasileiro, a intensidade e a duração deste processo influencia a percepção de atraso e distanciamento da realidade dos países cêntricos.

Conhecido pela análise dicotômica entre o lugar da civilização e o da barbárie, Sarmiento é um instrumento interessante para compreender esta percepção do atraso. Ainda no início de *"Facundo"* o autor já apresenta uma observação da América do Sul pelo viés da ausência, afirmando fazer falta um Tocqueville que pudesse mostrar para a Europa este novo modo de ser sem antecedentes, tarefa que não poderia ser feito por locais, já que lhes faltam instrução filosófica e histórica (Sarmiento, 1961, p. 12). Apesar da busca constante por validação da vivência nacional perpassar a obra, há também reconhecimento de que os movimentos, especialmente os de emancipação, derivaram-se de origem externa, seja europeia ou estadunidense, juntamente a esta característica está a condição que distanciava as cidades argentinas tanto do mundo moderno europeu, como da *campaña pastora,* lugar da barbárie:

> Em toda a América foram os mesmos, nascidos da mesma ordem, a saber: o movimento das ideias europeias. A América age assim porque agem assim todos os povos. [...] Mas o que preciso notar para meu objeto é que a revolução, exceto em seu símbolo

> exterior, independência do Rei, só era interessante e inteligível para as cidades argentinas, estranha e sem prestígio para os campos. Nas cidades havia livros, ideias, espírito municipal, juízes, direitos, leis, educação, todos os pontos de contato e comunidade que temos com os europeus; havia uma base de organização, incompleta, atrasada, se quiser; mas precisamente porque era incompleta, porque não estava a altura do que já se sabia que podia chegar, se adotava a revolução com entusiasmo", sendo esta condição o motivo para a revolução. Para os campos a revolução era um problema; submeter-se a autoridade do rei era agradável, por quanto era submeter-se a autoridade. (Ibidem, p.65).

De maneira mais elaborada e explícita Alberdi discorre sobre o processo de formação negando a importação completa de constituições e sistemas, já que "Nações em formação, como as nossas, não devem ter exigências que pertençam a outras já formadas" (Alberdi, 1994, p. 31). Tal argumentação carrega consigo a compreensão do mecanismo da importação como estratégia de modernização, mas também do descompasso dela decorrente visto que o desenvolvimento político entre o centro e a periferia estão em estágios diferentes. Interessante perceber que o diagnóstico da perpetuação da dependência vem acompanhando pela estratégia da originalidade a fim de que houvesse *harmonia* entre o projeto e as necessidades do país, uma dinâmica autônoma entre "fatos, homens e coisas":

> A Constituição que não é original é má porque, devendo ser a expressão de uma combinação especial de fatos, de homens e de coisas, deve oferecer essencialmente a originalidade que afeta essa combinação no país que tem de constituir-se. Se a Constituição argentina poderia ser extravagante por não se assemelhar às constituições dos países mais livres e civilizados, haveria maior extravagância ao pretender reger qualquer governo constitucional pelo sistema que prevalece nos Estados Unidos ou na Inglaterra, que são os países mais civilizados e mais livre. A originalidade constitucional é a única coisa a que se pode aspirar sem falsa modéstia ou pretensão: ela não é como a originalidade nas belas-artes. Não consiste em uma novidade superior a todas as perfeições conhecidas, mas a idoneidade para o caso especial em que deva ter aplicação. (Ibidem, 1994, p. 32)

Seguindo o mesmo padrão de argumentação, a respeito do questionamento da importação completa de instituições, visto que as circunstâncias locais não espelham as "nações mais livres e civilizadas", Visconde do Uruguai considera o Brasil "principiantes de ontem" (Uruguai, 2002, p. 423). Também está presente na obra do autor as noções de aceleração do tempo e do privilégio de ser inserido depois, usufruindo das conquistas das lutas prévias. Por outro lado, esta condição temporal possui o viés negativo da avalanche de mudanças sem que previamente houvesse uma "educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários" (Ibidem, p. 429). Diante destas condições o autor é categórico em sugerir o afastamento de toda estratégia política que se limite à teoria, colocando de lado tudo aquilo que é "mui raramente praticável" e agindo segundo as circunstâncias:

> Quando as garantias que formam uma Constituição foram conquistadas e introduzidas pouco a pouco com o tempo, como na Inglaterra, vão-se elas, também pouco a pouco e com o tempo, firmando no espírito e hábitos da população. Porém no meio de um país atrasado, como estava o Brasil quando sacudiu o jugo da metrópole, se lança repentinamente uma Constituição como a nossa, não é possível que funcione logo bem, não por culpa deste ou daquele, mas por culpa de todos. [...] Não estavam removidas, como por encanto, todas as dificuldades que inevitavelmente devia encontrar um país imenso, quase deserto, privado de comunicações [...] e que não estava preparado pela educação e hábitos para o regime prático constitucional. (Ibidem, p.453).

Jovem e radicado em um período posterior a Uruguai, Tavares Bastos diagnosticava a cultura ibérica como fadada a centralização político-administrativa, ao estatismo econômico e à tutela do indivíduo, portanto era necessária uma política inspirada no exemplo estadunidense que permitisse superar o atraso colonial e criar uma sociedade de mercado, tornando o Brasil uma sociedade autenticamente liberal. Porém, analisando a experiência descentralizadora da Regência, embora entusiasta do *self-government,* encontra uma visão desarmoniosa entre a aspiração de aproximar-se do padrão cêntrico e a realidade nacional, já que os reformadores estavam inspirados pela prosperidade dos EUA, mas "não viram as diferenças profundas que distinguiam e distinguem os dois países" (Tavares Bastos, 1976, p.42). A antecipação da organização política à social promoveu disjunção ao ponto de Tavares Bastos afirmar que o círculo vicioso da revolução, anarquia, despotismo e novamente revolução parecia condenar os povos de raça latina, visto que ainda não haviam experimentado a liberdade (Ibidem, p.43), que seria o único caminho para superar a *ausência histórica de educação*:

> Negam ao país aptidão para governar-se por si, e o condenam por isso à tutela do governo. É pretender que adquiramos as qualidades e virtudes cívicas, que certamente nos faltam, sob a ação estragadora de um regime de educação política que justamente gera e perpetua os vícios opostos. (Tavares Bastos, 1996, p.33)

É muito interessante como a narrativa ganha novas dimensões quando inserirmos os autores chilenos na análise. Naturais de um país republicano que em pouco tempo alcançou a estabilidade, os chilenos possuem maior inclinação para uma relação de menor distinção e maior aproximação e reconhecimento com os países cêntricos. Segundo Lastarria, a Europa e a América, embora possuam condições sociais distintas, assemelham-se nas tradições, sentimentos, costumes e no objetivo social, a propagação da civilização (Lastarria, p. 9). Este tipo de narrativa de aproximação do Chile à civilização é recorrente ao longo da obra, mas também abre espaço para a reivindicação do reconhecimento por parte dos países cêntrico deste status moderno. Isto é, o autor reafirma a condição de progresso da América, de herança europeia, e justifica a ausência de um retorno europeu na falta de conhecimento por parte deles, que acabam por ver os americanos em um *nível inferior,* ou seja, "A América conhece a Europa, a estuda sem cessar, a segue passo a passo e a imita como seu modelo, mas a Europa não conhece a

América" (Lastarria, p. 9). Portanto, pulsa a reivindicação a respeito do descrédito que a Inglaterra teria para com os rumos possíveis da República americana, já que "tem mais interesse em estudar nossos vulcões que nossas sociedades":

> "[...] Não, a República não cabe na cabeça de um bom inglês, e por isso a nação inteira olha com desdém a seus filhos da América, e não consegue conceber que na América espanhola podem organizar-se repúblicas duradouras. Para que se dariam seus estadistas o trabalho de estudar nossos povos e conhecê-los? Somos em seu conceito simples nacionalidades anárquicas, que temos uma vida efêmera, e que estamos destinados a servir de pasto a um grande império" (Ibidem p.45).

Jurista renomado, Mariano Egaña expõe este mesmo incômodo a respeito do reconhecimento externo da nacionalidade chilena, em especial por ter sido representante em Londres para fins da chancela da independência. Em cartas durante a missão, Egaña relatava com indignação o tratamento depreciativo recebido em terras europeias, ao ponto de afirmar ser tratado como "tribos de selvagens da África" (Egaña *apud* García, 2007, p.46). Esta revolta que pode parecer simples simboliza os dois lados da construção da identidade da elite do Chile, por um lado temos a diferenciação à um outro, os africanos, que considerava inferior, ao mesmo tempo que a raiz da indignação está em ser tratado como diferente por aquele que gostaria de ser tratado como igual, os ingleses. Outro aspecto que fundamenta estas distinções é o fato do autor pensar o Chile como algo independente dos demais países hispano-americanos. Os momentos de desordem são amplamente criticados pelo correspondente que identifica a causa na rápida transformação da monarquia para a república e a ausência de virtude, isto é, "um país sem experiência a respeito e sem população preparada" (Ibidem, p.51). O diagnóstico de atraso aparece, de outra maneira, atrelado às convulsões sociais pós-independência, devido ausência de um governo centralizador e não diretamente da condição periférica, sobre isso o autor afirma:

> "Chile perdeu quanto pode perder um povo, e de seus males, alguns são irreparáveis (...) o deixaram porém atrasado como que em cinquenta anos. No exterior, o descrédito, o desprezo que atraiu, esta primeira impressão contrária que formaram todos os povos da Europa, e que não é fácil apagar em muitos anos; no interior a ruína total da moral pública ; o atraso da educação; o povo ter se habituado a não ter instituições; as raízes que os princípios anárquicos deixaram..." (Ibidem, p.56).

Atentar para a condição periférica como uma perspectiva de auto representação dos autores e, portanto, das linguagens, estratégias e projetos mobilizados para fins de modernização de seus países possui, pelo menos, um impacto duplo. Altera tanto os entendimentos dos usos dos conceitos básicos da ideologia paradigmática do período, o liberalismo, ambientado nas circunstâncias latinas, revisitando interpretações consolidadas. Como também afeta a própria constituição do campo de pesquisa ao resgatar os autores concedendo a eles dignidade e valorizando suas produções de

conhecimento ao retirar o estigma de conhecimento inferiorizado e mimético das produções cêntricas. Quando entendemos a condição periférica como um fator balizador das decisões políticas dos autores conseguimos depurar das importações e dos descompassos as contribuições resultantes da aplicação às circunstâncias locais.

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994

COSER, Ivo. Federal/Federalismo. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.) *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. O debate entre centralizadores e federalistas do século XIX: A trama dos conceitos. In: *Revista brasileira de ciências sociais,* vol. 26 n° 76, Junho/2011.

CUNHA, Euclides da. Da independência à República. In: *À margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCÍA, Enrique Brahm. *Mariano Egaña: Derecho y Politica em la fundación de la Republica Conservadora*. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2007.

HUNTINGTON, P. Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

IBARRA, Ana Carolina. Autonomía e independência em la crisis del ordem virreinal. In: *Mito y realidade de la "cultura política latinoamericana*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2010.

LASTARRIA, José Victorino. *Don Diego Portales, juicio histórico*. Santiago, Imprenta del Correo, 1861.

_____. La America. Editorial-América: Madrid, 1867.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/Liberalismo In: FERES JÚNIOR, João. (Org.) *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Por que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). In: *Dados, v*ol. 56, nº 4, 2013, pp.727 a 767.

_____. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930).* São Paulo: Alameda, 2014.

MANNHEIM, Karl [1929]. *Ideologia e utopia*. 3ª ed. Rio, Zahar. (II. Ideologia e utopia; IV: A mentalidade utópica), 1976.

MORLINO, Leonardo. *Como cambian los regimenes politicos. Instrumentos de análisis*. Trad. José Juan González Encinar. Madrid : Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

PALTI, Elías J. *¿Las ideias furea de lugar? Estudios y debates em torno a la historia político-intelectual latinoamercana.* Buenos Aires: Prometeo Livros, 2014.

POMER, Léon. *O surgimento das nações: o pode rpolítico: a natureza histórica do Estado: os estados nacionais*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980.* Brasília, Editora UnB, 1983.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (org.) *Bringing the state back in. Cambridge*. Cambridge University Press, 1985, pp. 3-43.

SARMIENTO, D. F. *Correspondencia entre Sarmiento y Lastarría*. 1844-1888. Buenos Aires: 1954, p. 37 Apud BEIRED. A carta é de 1852.

_____. *Facundo: Civilización y Barbarie. Coleccion Hispanica*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1961.

SPRUYT, Hendrik. War, trade, and state formation. In: *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edited by Carles Boix and Susan C. Stokes. NY: Oxford University Press, 2007.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *A Província: um estudo sobre a descentralização no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.

TILLY, Charles. How and why history matters. In: GOODWIN, Robert & TILLY, Charles (org.). *The Oxford Handbook of contextual politics*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

URUGUAI, visconde do. *Ensaios sobre o direito administrativo*. Organização, introdução e nota de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editara Paz e Terra, 1973.

A questão da dependência na obra de Octavio Ianni (1966-1974)

Leonardo Octavio Belinelli Brito*

Introdução

Octavio Ianni costuma ser lembrado como um dos componentes da Escola Sociológica Paulista (Bastos, 2002), designação pela qual ficaram conhecidos aqueles pesquisadores que fizeram suas carreiras em torno da figura de Florestan Fernandes, líder da então Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFLC-USP). Sinais inequívocos desse pertencimento são os resultados das pesquisas que, em parceria com Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim Moreira, promoveu entre 1955 e 1960 no sul do Brasil sobre a questão racial, cujos resultados são *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), escrito em coautoria com Cardoso, e *Metamorfoses do escravo*, sua tese de doutorado defendida em 1961 e publicada em formato de livro no ano seguinte.

No caso desta última obra, salta aos olhos a influência do marxismo em sua composição – elemento ausente em *Cor e mobilidade em Florianópolis* –, o que se explica pela participação de Ianni no Seminário Marx, grupo de estudos que reuniu, entre 1958 e 1964, jovens professores e alunos da FFLC-USP com o objetivo de ler *O capital* de Karl Marx e outras que pudessem iluminá-la a partir de um prisma intelectualmente mais exigente, segundo os padrões acadêmicos em vias de estabelecimento. (Rodrigues, 2011). Embora muitos de seus participantes destaquem a dimensão acadêmica desse empreendimento, não parece haver muitas dúvidas de que, ainda que em sentido amplo, a conjuntura política do período colaborava para essa radicalização epistemológica que se desdobraria, como veremos a seguir, no plano político.

No âmbito nacional, o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi marcado pelo renhido embate entre forças políticas nacionalistas, entre as quais se destacavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e as forças liberais, representadas pela atuação política e midiática da União Democrática Nacional (UDN). As disputas travadas entre os grupos – entre as quais se destacam a campanha "O petróleo é nosso!", que culminaria na fundação da Petrobrás (1953) e a disputa em torno da Lei de Lucros Extraordinárias – resultou no suicídio de Vargas,

* Doutor em Ciência Política, Universidade de São Paulo. E-mail: belinelli.leonardo@gmail.com

em 1954. Um novo capítulo do conflito ocorreu por ocasião da posse de Juscelino Kubitschek (PSD) em 1955, momento em que se tentou um golpe de Estado, organizado especialmente pela UDN, frustrado devido à organização das forças militares lideradas pelo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott. Problema similar aconteceria quando da renúncia de Jânio Quadros (UDN) em 25 de agosto de 1961. Seu vice-presidente era João Goulart (PTB), ex-ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. Como se sabe, o conflito entre os favoráveis e os contrários à posse de Goulart foi resolvido pela instalação do parlamentarismo no país a partir de 30 de agosto de 1961, o que permitiu que Goulart assumisse a presidência uma semana depois.

No contexto internacional, a situação também era agitada. Além do conflito político e ideológico da Guerra Fria, responsável pela reorganização geopolítica mundial do período, é preciso observar a importância da vitória da Revolução Cubana (1959) sobre o contexto político e intelectual da América Latina (Portantiero, 1991). A partir dela, os militantes e pensadores de esquerda ganhavam argumentos para questionar a estratégia nacionalista dos partidos comunistas da região, que acreditavam na necessidade de uma revolução burguesa, conduzida pela aliança do operariado industrial e das burguesias nacionais latino-americanas contra as elites agrárias e as forças imperialistas, como condição prévia para uma revolução socialista. Outro fator decisivo para o questionamento da preponderância ideológica soviética sobre a esquerda latino-americana, sem dúvida, foi o discurso "Sobre o culto à personalidade e suas consequências" (1956), de Nikita Khrushchov durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Nesse cenário político crítico, e diante dessa inflexão de alguns dos principais assistentes da Cadeira de Sociologia I em direção ao marxismo e a preocupações contemporâneas, Florestan Fernandes liderou uma reorientação temática nas pesquisas do grupo. O marco institucional dessa mudança de rumo foi a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) em novembro de 1961. O objetivo da instituição era investigar o estágio do desenvolvimento em que o país se encontrava e quais os principais obstáculos enfrentados nesse processo. Como destaca Wagner Romão, "a constituição do CESIT representa o momento em que aquele grupo de sociólogos paulistas, recém-saídos de uma derrota política contundente – a da Campanha de Defesa da Escola Pública – armavam-se para o debate público dos principais dilemas nacionais." (Romão, 2006, p. 94).

Os primeiros projetos do CESIT partilhavam do diagnóstico do desenvolvimento brasileiro então defendido por Florestan Fernandes, segundo o qual as características culturais da sociedade brasileira se mostravam incompatíveis com as exigências do processo de modernização do país. No projeto *A empresa industrial em São Paulo*, encontramos a amplitude da pesquisa proposta pelo CESIT. É nesse contexto que os sociólogos uspianos produziram os diagnósticos críticos a respeito da realidade brasileira dos anos 1960.

A primeira formulação sobre a dependência estrutural

Em 1968, Octavio Ianni lançou *O colapso do populismo*, livro que "rapidamente tornou-se uma referência obrigatória entre todos os que se dedicavam a elaborar uma visão crítica sobre o período que a ditadura militar viera encerrar e sobre as alternativas que se abriam." (Reis, 2001, p. 349). Além disso, o livro de Ianni teve "papel chave na consolidação da hegemonia do conceito de *populismo* [...]" (idem, ibidem – grifo do original). Sem negar essas afirmações, cumpre observar que só é possível compreender as formulações contidas em *O colapso do populismo* se tivermos em mente a inserção acadêmica de seu autor.

A primeira formulação da categoria populismo nos trabalhos dos cientistas sociais uspianos apareceu na coletânea *Política e Revolução Social no Brasil* (1965), livro organizado pelo próprio Ianni com a participação de Gabriel Cohn, Paul Singer e Francisco Weffort, que nele publicou o artigo "Política de Massas", originalmente escrito em 1963. A formulação de Weffort logo teve ressonâncias. Ainda como manuscrito, tornou-se uma referência para a elaboração da livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, originalmente defendida em 1963, como foi recepcionada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1968) e, claro, em *O colapso do populismo*. No mesmo ano de lançamento desse livro, Weffort defendeu sua tese de doutorado sobre o tema.

Dito isso, menos aparente é a vinculação dessa categoria com a categoria de dependência. Em parte, isso se explica pelo fato de que não a encontramos na primeira formulação de Weffort, nem na tese de livre-docência de Cardoso, sua primeira recepção. Porém, esse vínculo torna-se íntimo a partir da tese de doutorado de Weffort, em que lemos que "nas condições vividas por uma sociedade de formação agrária e *dependente* na etapa de crise das estruturas agrárias e de desenvolvimento urbano e industrial, os setores das classes urbanas, formado por ascensão social mais do que por decadência, tendem a reconhecer como legítimas as regras do jogo vigente no quadro social e político do qual começam a participar." (Weffort, 1968, p. 132 – grifo nosso)[1]. Uma relação análoga já havia aparecido em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, texto em que se formula a ideia de um "populismo desenvolvimentista". É nessa reorientação teórica do conceito de populismo que devemos localizar os argumentos de Ianni em *O colapso do populismo*, pois, como ele mesmo alerta, "no conjunto, analiso a natureza da *dependência estrutural* com a qual se debate o povo brasileiro." (Ianni, 1975 [1968], p. 2 – grifo do original). A subordinação da problemática do populismo ao problema do desenvolvimento aparece na própria

1. Posteriormente, Weffort se afastará da teoria da dependência a partir de 1970, ano em que redige o artigo "Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?" para o II Seminário latino-americano para el Desarrollo da FLACSO-UNESO, ocorrido em Santiago do Chile.

estruturação do livro, em que a parte dedicada à discussão sobre a forma política vigente no período entre 1945-1964 – a parte II, intitulada "Populismo e Nacionalismo" – é antecedida pela discussão a respeito dos sentidos do desenvolvimento brasileiro – a parte I, denominada "Política e Desenvolvimento".

Nesse livro, o surgimento do período populista é entendido a partir do conflito entre dois modelos de desenvolvimento sucessores do "modelo exportador" vigente na Primeira República. De um lado, havia o "modelo de substituição de importações", também chamado pelo autor de "modelo getuliano" de desenvolvimento, cuja característica elementar era promover uma "combinação positiva e dinâmica" dos interesses agrários com os próprios dos setores industriais a partir do privilegiamento do mercado interno. Consequentemente, promovia uma reconfiguração das relações externas, como revelava a política externa independente, como também na "sociedade tradicional", uma vez que era baseado na "política de massas" e no "dirigismo estatal", características que lhe possibilitava promover rupturas gradativas, porém indispensáveis, aos seus desdobramentos. Em suma, esse modelo "implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma" e tinha seus elementos "consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945". (Cf. Ianni, 1975 [1968], p. 54). Rivalizando com esse modelo de desenvolvimento, surgiu o "modelo internacionalista" ou de "associação ampla", assim chamado pela sua defesa da internacionalização do setor industrial, nos moldes do setor agrícola brasileiro. Para Ianni, esse modelo seria uma espécie atualização do modelo exportador vigente na Primeira República. A implantação desse modelo exigiria a "liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política. É uma combinação nova entre os setores agrário e industrial, no âmbito da reprodução ampliada do capital." (idem, p. 55). Esse será o modelo vigente na Ditadura Militar inaugurada com o golpe de março de 1964.

É no trecho em que se propõe a desvendar os sentidos políticos e econômicos do regime de 1964 que Ianni mobiliza o conceito de dependência estrutural pela primeira vez. Apesar do título do capítulo X ser "A Dependência Estrutural", o conceito não é claramente definido, nem empregado, nele – embora seja utilizado, na "Conclusão" do livro. Salvo melhor interpretação, esse fato revela uma primeira aproximação do autor com a discussão que se tornava tão comum aos sociólogos latino-americanos do período. Outro sinal disso é que, embora o conceito de imperialismo seja usado no capítulo que conclui o livro, a sue conexão com o conceito de "dependência" não é claramente formulado. A forma pela qual Ianni decidiu se aproximar desse conceito manifesta-se na caracterização *empírica* da situação política e econômica inaugurada com a derrubada de João Goulart. Ao fazê-la, Ianni destaca as determinações econômicas do processo político que levou os militares ao poder.

Segundo a análise encontrada em *O colapso do populismo*, a industrialização brasileira ingressou, já durante o governo Juscelino Kubitschek, em um momento no qual seriam requeridas novas medidas políticas e econômicas para seu aprofundamento. Do ponto de vista conservador, tais medidas convergiriam para a "reformulação e eliminação das defesas que *permitiram ou favoreceram a criação e a expansão do setor industrial, na época da política de substituição de importações*." (idem, p. 154 – grifo nosso). Uma vez que se tratava de buscar a sofisticação técnica exigida por essa nova fase da industrialização, esse ponto de vista afirmava a necessidade de *associação com as organizações e empresas multinacionais*, detentoras desse *know how*. O resultado seria a reconfiguração do modo pelo qual a economia brasileira se inseria no mundo. Esse ponto de vista se fortaleceu com a falta de "condições" do "povo brasileiro" em promover as rupturas exigidas para o aprofundamento do "modelo getuliano" de desenvolvimento ou para a instalação do "modelo socialista" – que, segundo Ianni, foi possível "em várias ocasiões críticas, no período entre 1914 e 1964" (idem, p. 155). Ao contrário do que querem fazer crer algumas leituras (Cf. Reis, 2001, Vianna, 1999), segundo as quais a "teoria do populismo" dos sociólogos paulistas representaria uma condenação *in totum* do nacionalismo de então, Ianni chega a reconhecer que, "os movimentos de massas, a democracia populista, o nacionalismo e o dirigismo estatal foram elementos concretos e, às vezes, efetivos nessa direção [do socialismo]. O modelo getuliano de desenvolvimento envolvia o aprofundamento das rupturas estruturais." (Ianni, 1975, p. 155).

Diante desse cenário, prevaleceu o modelo de desenvolvimento associado, inscrito na era dos "oligopólios multinacionais', na qual se entrelaçam com mais vigor os planos político, econômico e *militar*. Não é difícil ver nessa argumentação de Ianni algo também presente na livre-docência de Fernando Henrique Cardoso: a tese de que a era do capitalismo monopolista – tal como formulada pelo debate marxista sobre o imperialismo, do qual participaram Rudolf Hilferding, Vladimir Lênin, Nikolai Bukharin, Rosa Luxemburgo entre outros, e depois atualizado pelo neomarxismo norte-americano de Paul Baran e Paul Sweezy – é marcada pela crise de acumulação, razão pela qual ela precisaria da repressão estatal para ser alavancada.

O governo de Humberto de Alencar Castello Branco, ao promover o que Ianni chamou de "doutrina da reversão de expectativas" – isto é, recusar os objetivos o "desenvolvimento econômico autônomo" e a política externa independente –, teria colocado em ação uma "*doutrina da interdependência*" (cf. idem, p. 173 – grifo do original).

Dependência estrutural e imperialismo

Nos anos seguintes, Ianni desdobrará a perspectiva avançada em *O colapso do populismo* em diferentes sentidos. Esses desdobramentos são encontrados em *Estado*

e Planejamento Econômico no Brasil (1971), um produto, ao mesmo tempo, das "primeiras pesquisas sobre o planejamento estatal no país no então recém-fundado Cebrap" e do aprofundamento da perspectiva desenvolvida desde o período do CESIT (cf. Segatto e Segatto, 2009, p. 7).

Em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, o conceito de populismo "praticamente desaparece, ou, quando surge na exposição, é de forma lateral" (Segatto e Segatto, 2009, p.11) em detrimento da análise do papel do Estado brasileiro na economia do país entre 1930 e 1970. Essa diminuição do papel do conceito de populismo é menos surpreendente do que parece quando recordamos que a sua utilização estava subordinada à problemática do desenvolvimento, que se mantém nesse livro de 1971. Talvez se possa afirmar que as mudanças essenciais do livro de 1968 para o de 1971 são duas: a) no último, prevalece o ângulo do Estado, enquanto no primeiro esse ponto de vista não é predominante; b) em boa medida, porque *Estado e planejamento do Brasil* enfatiza a crescente importância do Estado na economia brasileira, mesmo em momentos que se supunham mais liberais, o que não acontece em *O colapso do populismo*.

Porém, talvez o livro mais representativo da agenda teórica que Ianni perseguiria nos anos seguintes seja a coletânea *Sociologia da sociologia latino-americana*, também publicada em 1971. Nela, Ianni sinaliza claramente uma inflexão crítica em relação ao que chamava de "sociologia acadêmica" (Oliveira, 2011), identificada com a sociologia da modernização então prevalecente, e uma aproximação com aquela que denominava de "sociologia crítica", na qual a problemática dependência estrutural ganha notável centralidade. Simbólico disso é o texto "A sociologia da dependência", único inédito da coletânea, no qual discutirá o potencial cognitivo do conceito de dependência.

Não é à toa, portanto, que o artigo comece fazendo um balanço das discussões latino-americanas a respeito do imperialismo, campo teórico no qual Ianni situará a sua discussão a respeito da dependência. Nele, é argumentado que até então a discussão a respeito da dependência na América Latina não tinha sido suficientemente profunda, limitando-se a referências a obras clássicas sobre o imperialismo (cf. Ianni, 1971, p. 163), o que teria relação com as condições políticas e intelectuais prevalecentes na região: por um lado, os partidos políticos de esquerda não disporiam de "de quadros teóricos suficientes para desenvolver o debate"; por outro, "o imperialismo sempre foi assunto proibido em universidades, editoras, revistas e jornais latino-americanos não ligados diretamente com os movimentos e partidos políticos de esquerda." (idem, p. 164). Ora, essas condições também explicariam a razão pela qual a dependência teria se tornado uma categoria tão difundida, pois, no caso dos marxistas, ela se tornou um 'recurso semântico' para tornar possível a discussão e o estudo da "problemática do imperialismo" em universidades, editoras, revistas e jornais." (idem, p. 164); por sua vez, para os não-marxistas, tratava-se de uma "alternativa semântica nova [...] não

proibida" para discutir os obstáculos e distorções do capitalismo no subcontinente. As razões para os conteúdos diferentes desse conceito seriam *políticas*. Enquanto a dependência latino-americana, para os marxistas, seria uma "perspectiva do proletariado urbano e rural" que demandaria a "possibilidade do socialismo" para os não-marxistas ela seria fundada na "perspectiva do Estado-Nação" e apostaria na "possibilidade do *capitalismo nacional*" (cf. idem, p. 165 – grifo do original).

Cabe destacar que essas disputas políticas eram *historicamente situadas.* Ianni identificará nos efeitos do esgotamento das industrializações por "substituição de importações" na América Latina os motivos para a emergência da problemática da dependência, uma vez que elas teriam revelado sua incapacidade em promover a emancipação econômica imaginada (idem, p.167 – grifos nossos). A crescente participação dos Estados latino-americanos nas economias de seus países, em verdade, teriam gerado melhores condições para a reprodução do capital. Ao se debruçarem sobre essa questão, sociólogos latino-americanos marxistas e não-marxistas teriam se deparado com a dimensão internacionalizante do capitalismo e, em especial, do "desenvolvimento desigual e combinado" do qual ele se vale no seu processo reprodutivo (cf. idem, p. 169).

Na disputa teórica e política sobre o conceito de dependência, Ianni não hesita em tomar lado. De acordo com o autor, os teóricos que adotam a "perspectiva do Estado-Nação" acabariam por "*toma*[r] *por homogêneo o que é essencialmente diversificado, heterogêneo. Mais que isso, toma por homogêneo o que é pleno de antagonismos*." (idem, p. 177 – grifo nosso). Ora, aqui podemos perceber aquela disposição de *crítica da ideologia* – no caso, a nacionalista – que marca a disposição do marxismo uspiano formulado nas leituras semanais de Marx das quais Ianni fez parte (BRITO, 2019). Para Ianni, heterogeneidade da cultura nacional seria derivada, especialmente, das diferentes posições sociais ocupadas por cada classe no processo de reprodução material da sociedade, por sua vez inserido na dinâmica globalizante do capitalismo. Por isso, Ianni argumenta que o aprofundamento a respeito da problemática da dependência latino-americana estaria em condições de aprofundar a "problemática do imperialismo".

> Pouco a pouco, as relações, processos e estruturas envolvidos no imperialismo são focalizados a partir da *perspectiva do país dependente,* ou subordinado. Neste caso, o que está em causa é a exportação do *excedente* econômico. Em alguns casos, no entanto, as relações e estruturas são focalizadas a partir da *perspectiva do proletariado do país dependente.* Neste caso, o que este em jogo é a produção e repartição da mais-valia. (Ianni, 1971, p. 164-5, grifos do original).

Para Ianni, a relação de dependência seria produzida a partir de dois processos econômicos típicos do imperialismo, tal como desenvolvido por Vladimir Lenin (2012): a concentração e a centralização de capital. O conceito de concentração de capital diria respeito ao processo de investimento de capital, próprio ou alheio, em uma mesma

empresa ou grupo econômico com vistas à sua expansão e/ou diferenciação; já o conceito de centralização do capital se vincularia ao processo de absorção de empresas por outras empresas, que se tornariam, assim, maiores. Em jogo, está, como se percebe, o processo de *monopolização* do capitalismo.

Quando há um processo de intercâmbio econômico entre países economicamente muito desiguais, o resultado seria a criação de laços de interdependência e complementaridade entre eles. Ou seja: o país mais desenvolvido seria responsável pela produção e comércio de bens com valor agregado mais alto, enquanto o inverso ocorreria com o país dependente. As complexas mediações envolvidas nessa relação configuram o que Ianni chama de "processos e estruturas de dominação (imperialistas) e subordinação (de dependência)." (idem, p. 179-180). Por outro lado, essas mediações envolvem disputas, reciprocidade, acomodação, antagonismo e tensões das classes sociais (e de outros grupos) envolvidas.

Ao afirmar que os "conceitos imperialismo-dependência [...] são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Um produz o outro; e os dois se produzem e reproduzem um ao outro" (idem, ibidem), Ianni acaba por sugerir que o desenvolvimento da teoria da dependência é uma contribuição à teoria do imperialismo por promover um novo ponto de vista sobre o problema, o ângulo periférico. No plano da análise concreta, esse ângulo renovado permitiria tentar compreender o processo de *internalização* das relações imperialistas nas sociedades dependentes.

Cultura e dependência

Em sua análise sobre a dependência estrutural, Ianni dispensa grande atenção ao papel desempenhado pelo que ele denominava "dependência cultural", categoria que se refere aos "produtos ideológicos e científicos (nos países dependentes) das relações, processos e estruturas *imperialistas*." (idem, p.173 – grifo nosso). A dependência cultural resultaria, em verdade, no alinhamento da "visão de mundo dominante no país subordinado" àquela dominante no país imperialista. Não se trata de mera "dependência ideológica", mas sim daquilo que Ianni designará como "cultura da dependência", esfera especialmente importante para compreender "*o modo pelo qual se dá a metamorfose do imperialismo em dependência estrutural, e vice-versa*." (idem, p.173 – grifo nosso). De passagem, note-se que esse é o ângulo que permite que Ianni faça uma recuperação da tradição do pensamento social latino-americano anterior, a qual havia se debruçado sobre esse problema, com destaque para, a obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui, ao seu ver uma das poucas que "contribuíram para uma compreensão original das condições e consequências da atividade imperialista em países da América Latina." (idem, p.164)

No plano da contemporaneidade, esse ponto de vista será desenvolvido em *Imperialismo na América Latina* (1974), livro em que aprofunda sua discussão sobre

a relação entre dependência estrutural e imperialismo a partir da discussão sobre a diplomacia e sobre as relações entre Estado das nações dependentes e as empresas multinacionais. Destacando fortemente o papel desempenhado pelos interesses dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, Ianni procura articular três níveis analíticos: o alinhamento político-militar" das nações dependentes junto à "nação dominante" – revelado, por exemplo, pela adoção de suas "doutrinas geopolíticas de divisão do mundo em áreas de influência e segurança"– pela "alienação cultural", processo pelo qual os meios de comunicação de massa dos países subalternos são controlados ou manipulados pelos países dominantes por meio de tradução e produção de revistas, livros, filmes, programas de televisão e pela própria "criação ou a reformulação de instituição de nível governamental" (cf. Ianni, 1988 [1974], p. 145).

Ponto culminante de sua teoria da dependência estrutural, *Imperialismo na América Latina* revela claramente o intuito de Ianni em promover uma complementação crítica em relação às teorias clássicas do imperialismo. Segundo ele, "a análise do imperialismo não se tornará completa enquanto não se conhecerem também as suas manifestações no interior da sociedade subordinada", razão pela qual "este ensaio pode ser considerado também *uma contribuição para a interpretação do imperialismo, a partir da perspectiva dos países subordinados*." (idem, p. 146 – grifo nosso). Embora críticas, as teorias clássicas do imperialismo, adotavam perspectivas próprias aos países centrais, o que impossibilitaria a compreensão adequada sobre os vínculos entre as transformações dos países dependentes e as relações imperialistas, como também não permitia o entendimento dos processos políticos e culturais internos a eles. Ademais, também não possibilitaria colocar em questão a forma pela qual o país imperialista se "aliena" no país dependente.

É na esteira dessa perspectiva que Ianni destacará que as discussões mais recentes sobre a dependência ultrapassam os níveis econômico e político, aqueles aos quais se prendiam as abordagens clássicas sobre o imperialismo, para incorporar a dimensão *cultural* das relações dependentes (cf. idem, p. 156).

> Em casos extremos, as condições sociais e culturais de dependência provocam o comprometimento da própria personalidade de pessoas e grupos de pessoas, no país subordinado. A situação de dependência estrutural certamente cria ambiguidades e incongruências, gerando certos tipos de inautenticidades e duplicidades. Os valores culturais e os padrões de comportamento social duplicam-se e tornam-se contraditórios. E também ocorre um certo tipo de divórcio entre o pensamento e a ação. Assim, os antagonismos políticos e econômicos (isto é, os antagonismos entre as classes sociais) transfiguram-se em contradições culturais (axiológicas) (idem, p. 159)

O que está em jogo nessa análise de Ianni é a procura por demonstrar que a "dependência estrutural permeia todo o sistema social do país subordinado." (idem, p. 165).

Esse argumento será desdobrado na coletânea *Imperialismo e cultura* (1976), na qual se destaca o ensaio "A Indústria Cultural do Imperialismo", escrito em 1974, mas até então inédito. Os demais ensaios desenvolvem análises sobre o papel desempenhado pelos Estados Unidos na geopolítica internacional. Dos três, dois deles foram escritos em 1968 e o último, que trata da crise de hegemonia dos Estados Unidos, em 1974. Destaco essas informações para salientar que a composição do livro não desautoriza a ideia de que a perspectiva de Ianni a respeito da dependência estrutural passou a enfatizar cada vez mais a dimensão cultural do problema, a qual estaria vinculada diretamente ao processo de reprodução da sociabilidade capitalista.

> Para compreender como a cultura capitalista se insere nas relações imperialistas e de dependência, é indispensável que comecemos por reconhecer que *essa cultura é um elemento essencial à reprodução das relações capitalistas, em escala nacional e internacional. A produção dessas relações implica na reprodução de ideias, valores, princípios e doutrinas. As forças produtivas e as relações de produção, ou as relações de apropriação econômica e dominação política não se encadeiam, reproduzem e expandem se não se expressam em ideias, valores, princípios e doutrinas (ou formas de pensar), organizados segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção.* (Ianni, 1988 [1976], p. 13 – grifo nosso)

Essa perspectiva materialista a respeito da cultura permite que Ianni estabeleça um vínculo íntimo com a política, instância na qual as decisões-chave para a reprodução do existente seriam tomadas[2]. "Eficácia, competitividade, sentido de tempo, espírito prático, *achievement, performance*, neutralidade afetiva, ascetismo, racionalidade e muitos outros são os valores da ideologia burguesa que aparecem nas relações que organizam tanto a produção material como a espiritual." (idem, p. 30). Ou seja: a cultura produzida a partir das determinações capitalistas permitiria a *generalização* dos valores convenientes à reprodução desse modo de produção. (Cf. idem, p. 33). O que é particularmente interessante na argumentação de Ianni é a tentativa de especificação da relação entre cultura e política naquilo que denomina da "política cultural imperialista". Ou seja: embora a cultura seja um plano fundamental na reprodução da ordem capitalista, Ianni se esforça para identificar o papel que ela desempenha na reprodução do *imperialismo.* Também nesse sentido o ensaio a "A indústria cultural do imperialismo" pode ser tomado como ponto importante da reflexão de Ianni sobre o assunto, pois nele se conjugam reflexões sobre os papéis políticos da cultura com o militarismo, tema-chave da reflexão de Ianni sobre o imperialismo.

Com efeito, desde antes de *Imperialismo na América Latina*, Ianni enfatiza o papel desempenhado pelos interesses norte-americanos na reformulação política, econômica e cultural pela qual passou a América Latina desde o fim da Segunda

2. Essa tese filia Ianni ao marxismo uspiano forjado no Seminário Marx, que se caracterizou por dar especial ênfase à política na reprodução da sociedade (Brito, 2019)

Guerra Mundial. Em especial, Ianni enfatiza o peso que as relações diplomáticas com os Estados Unidos tiveram nesse processo – daí a utilização de conceitos como "diplomacia total", que diz respeito ao fato de que "os governantes dos Estados Unidos passaram a dedicar substanciais recursos materiais, organizatórios e intelectuais à sua política cultural internacional." (idem, p.39). No ensaio de 1974, Ianni identifica como a cultura mercantilizada produzida nos Estados Unidos, ou patrocinada por ele, tem o papel de manter os laços atados com os países latino-americanos. Claro que essas políticas culturais eram complementadas por negócios efetivos, como estímulo à industrialização, e políticas de segurança, como o projeto *Camelot* (1963).

É também bastante sugestivo que Ianni termine seu ensaio com uma seção denominada "Contradições do pensamento imperialista", na qual se dedica a analisar a *forma de pensar* do "pensamento imperialista" responsável por articular o discurso econômico, político e cultural conveniente à dominação norte-americana. Em primeiro lugar, Ianni reconhece que a "dominação imperialista" norte-americana se divide em frações distintas, com estilos diferentes de dominação – como revelaria o conflito político interno. O mesmo ocorreria nos países latino-americanos, em que as elites também se dividiriam em grupos diferentes. Ademais, o próprio processo de internacionalização da produção capitalista traria novas formas de tensão e conflitos. Porém, o cerne da análise de Ianni é a sugestão de que "a própria cultura do imperialismo é incapaz de interpretar, de forma adequada, as condições reais de sua dominação." (idem, p. 66). Isso porque ensejaria uma forma de pensar tecnocrática e a fim do que Ianni chama de "fetichismo tecnológico", no qual perseveraria uma razão instrumental que estimularia a violência sobre as "populações e culturas nos países dependentes em que surgem lutas pela emancipação econômica e política." (idem, p.71). Ao acentuar os conflitos, o pensamento imperialista daria força aos seus algozes, as forças sociais em busca de emancipação. Por essa razão, Ianni identificará, ainda em *Imperialismo e cultura*, a crise da hegemonia norte-americana.

Considerações finais

Nesse texto, buscamos mapear, de modo sintético, a interpretação desenvolvida por Octavio Ianni a respeito do que denominava de "dependência estrutural" da América Latina. Se a sua primeira reflexão sobre o tema aparecia no contexto da explicação do golpe militar de 1964 no Brasil, tal como encontramos em *O colapso do populismo*, o seu desenvolvimento extrapolou esse quadro.

Em suas obras seguintes, Ianni entendia que a análise da dependência estrutural latino-americana deveria resultar no desenvolvimento da teoria do imperialismo. Em especial, isso se deve ao fato de que a teoria da dependência estaria em condições de oferecer um novo ponto de vista para a teoria do imperialismo, em geral articuladas a partir do ponto de vista dos países imperialistas. O ponto de vista dependente – isto é,

periférico – poderia colaborar para trazer à tona novos elementos e desdobramentos do imperialismo. Sintoma disso é a importância que Ianni confere ao papel desempenhado pela cultura nas relações imperialistas – elemento, ao seu ver, alheio às teorias clássicas do imperialismo, normalmente centradas em fatores econômicos e políticos. O sociólogo uspiano passa a enfatizar cada vez mais o nexo entre cultura e política, especialmente revelador do modo pelo qual os Estados Unidos exerceriam sua hegemonia imperialista sobre a América Latina desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, cumpre observar que, de certo ângulo interpretativo, é questionável a ideia de Ianni segundo a qual a problemática da dependência teria emergido nas ciências sociais latino-americanas em razão do fracasso das estratégias de desenvolvimento associadas ao nacionalismo e ao internacionalismo (Ianni, 1988 [1974], p. 136). Ora, embora se possa dizer que a industrialização latino-americana não cumpriu as promessas de equalização social que seus defensores pretendiam, uma das razões pelas quais a temática da dependência tornou-se popular entre os teóricos latino-americanos, é fato que, do ponto de vista produtivo, o capitalismo avançou tremendamente no subcontinente – como o próprio Ianni reconheceu (Ianni, 1971, p. 167). Ou seja: do ponto de vista da acumulação, tanto o "modelo getuliano" como o "modelo internacionalista" implantado pela ditadura militar foram muito bem-sucedidos (Oliveira, 2011 [1972]). Uma certa linha de análise poderia sugerir que a interpretação de Ianni sobre a dependência estrutural tinha dificuldade de explicar como era possível a conjugação do desenvolvimento e da dependência, como indicada, empiricamente, o período do chamado "milagre econômico".

Entretanto, há outra maneira de interpretar a explicação de Ianni, pois poderíamos imaginar que a sua tese a respeito do fracasso dos modelos de desenvolvimento a partir de 1930 diz respeito ao processo de integração social da classe trabalhadora brasileira. Nesse caso, o paralelo a ser feito seria com as classes trabalhadoras dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, nos quais "o padrão de vida se elevou tanto, incluindo também amplas camadas da população, que o interesse na emancipação da sociedade não pode mais ser imediatamente articulado em expressões econômicas." (Habermas, 2013, p. 352). Desse ângulo, a análise de Ianni poderia ser aproximada à desenvolvida por Francisco de Oliveira (2011 [1972]) e Paul Singer (1976 [1972]), seus colegas de CEBRAP, críticos da hipótese lançada por Fernando Henrique Cardoso, em 1971, sobre a dimensão redistributiva do "milagre econômico" (Cardoso, 1973 [1971]).

Referências

BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002* (volume IV). São Paulo: Sumaré. 2002.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. *Tese (Doutorado em Ciência Política)*. Universidade de São Paulo. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: CARDOSO, F.H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: DIFEL. 1976 [1971].

HABERMAS, Jürgen. *Teoria e práxis.* São Paulo: Unesp, 2013 [1978].

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975 [1967].

_____.*Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

_____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988 [1974].

_____.*Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes. 1976.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2009 [1971].

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo; Expressão Popular. 2012.

OLIVEIRA, Douglas Felício Silva de Oliveira. A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social. *Dissertação (Mestrado em Sociologia)*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2011 [1972].

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In HOBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo* – volume 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp.333-358.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978). *Tese (Doutorado em História Social)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

SEGATTO, Catarina Ianni e SEGATTO, José Antonio. Apresentação. In: IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2009.

SINGER, Paul. O "milagre brasileiro": causas e consequências. In: SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976 [1972].

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e as interpretações do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. vol.1, nº 53, pp.33-47. Março de 1999.

WEFFORT, Francisco. Classes populares e Política (Contribuição ao estudo do "populismo"). *Tese de doutorado em Política*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1968.

América Latina desde dentro ou desde o centro? Encontro divergente entre a teoria marxista da dependência e a análise sistema-mundo

Georgette Ramirez Kuri*

América Latina desde dentro ou desde o centro?

Foi a partir da fundação da comissão econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na pós-guerra que se desenvolveu propriamente o pensamento econômico latino-americano, buscando documentar a dinâmica regional e gerar um diagnóstico dos problemas comuns que impediam aos países da região saírem do *subdesenvolvimento* e alcançarem às economias do "primeiro mundo". A primeira descoberta foi que, contrário às promessas do livre comércio da teoria econômica clássica europeia, nas economias latino-americanas apresentava-se uma *deterioração dos termos de intercâmbio* no comercio internacional, resultado do desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos expressado nos índices de crescimento e da inflação[1].

Além dessa deterioração, provou-se que existem restrições externas por parte das economias centrais e pressões do comércio internacional que colocam à região em uma situação de *Capitalismo periférico*[2], desde o qual se inserem no sistema capitalista mundial mediante relações desiguais e assimétricas que aprofundam a condição de subdesenvolvimento. É assim que surge a noção *centro-periferia* como uma relação explicativa do papel que a América Latina joga na "economia-mundo" e do funcionamento diferenciado do capitalismo na região com respeito da Europa e dos Estados Unidos.

---

* Mestre e doutoranda em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM. Atualmente faz uma estância doutoral de pesquisa no Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe (IEALC) na Universidade Autônoma de Buenos Aires, UBA. Email: georgette_kuri@hotmail.com

1. Foi o economista argentino Raúl Prebisch quem criticou a teoria económica clássica europeia, principalmente o keynesianismo e os princípios livre-cambistas, demonstrando que nas economias da América Latina não se cumpriam, pelo contrário, apresentava-se a deterioração dos termos de intercâmbio como constante estrutural.
2. Raúl Prebisch, Capitalismo periférico: crisis y transformación, México: Fundo de Cultura Econômica, 1981.

Logo do intercâmbio desigual achado pelos economistas cepalinos[3] na esfera da circulação comercial, a teoria marxista conduziu o problema à esfera da produção em termos da lei do valor, mediante a categoria da *superexploração da força de trabalho* como mecanismo de compensação à transferência do valor das economias periféricas para as economias centrais ocasionada pela tendência decrescente da taxa de lucro, contradição fundamental da lógica capitalista. Especificamente, a teoria marxista da dependência (TMD)[4] tem explicado que a inserção da América Latina na economia mundial em tanto produtores de matérias-primas e alimentos, possibilitou a instauração do capitalismo como modo de produção hegemônico na escala mundial, em quanto que os centros capitalistas conformaram-se como produtores mundiais de manufaturas.

Tal processo gerou reestruturações econômicas, políticas e territoriais que consolidaram o Estado moderno e a especialização produtiva na escala mundial, por meio da divisão internacional do trabalho que integrou subordinadamente as economias periféricas às economias centrais. A maior consequência disso foi a possibilidade de mudar o eixo de acumulação da exploração do trabalhador ao aumento da produtividade, situação que elevou a composição do valor, mas decresceu a taxa de lucro levando ao capital a ativar mecanismos de compensação para contrapesá-la. Para América Latina, isso significou aumentar a massa de produtos para a exportação pois vendiam-se cada vez mais baratos no mercado mundial gerando uma perda de ingressos e levando às economias da região a procurar mais-valor na produção interna mediante a superexploração da força de trabalho[5].

Assim, com a superexploração como mecanismo de compensação na América Latina começa a particular forma do capitalismo latino-americano mediante relações de dependência respeito ao sistema mundial, prescindindo do consumo das massas trabalhadoras porque a produção regional destina-se principalmente ao mercado externo. Gera-se, então, a *cisão nas fases do ciclo do capital* nas economias latino-americanas,

3. Chamamos "cepalinos" a aqueles economistas da CEPAL que fizeram contribuições transcendentes à compreensão da região, sobre tudo no momento mais álgido do pensamento econômico latino-americano (décadas 1960-70), como Celso Furtado, Aníbal Pinto, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz.

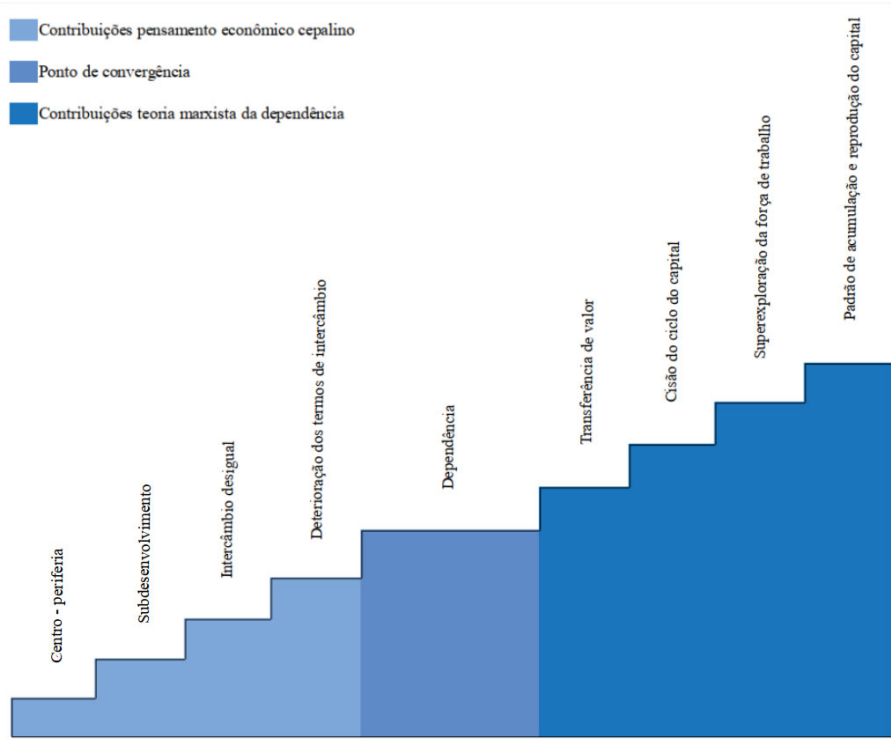
4. A teoria marxista da dependência recolheu as principais aportações cepalinas, mas desprendeu-se durante a discussão sobre a dependência quando Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Maria Conceição Tavares e Teothônio dos Santos interpretaram a relação da América Latina respeito da economia mundial capitalista desde a abordagem marxista. Assim, inaugurou-se a TMD como a vertente mais radical do pensamento econômico latino-americano somando-se à tradição crítica da região, concentrada no grupo de trabalho sobre as relações de dependência na América Latina, existente no período 1968-1973 no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da mesma CEPAL.

5. As noções transferência de valor, superexploração da forca de trabalho, cisão do ciclo do capital e padrão de acumulação e reprodução do capital, tem sido desenvolvidas pela MTD, principalmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Adrián Sotelo, Jaime Osorio, Carla Ferreira, Mathias Seibel, Nildo Ouriques e Marisa Amaral. Veja-se a bibliografia referida.

demonstrando empiricamente que o modo de produção capitalista consolida-se de maneira diferenciada em tempos e espaços específicos. Mesmo que o sistema capitalista mundial seja uma totalidade sob uma lógica geral, adquire dinâmicas histórico-espaciais particulares segundo as determinações existentes em cada formação social.

Tanto a relação centro-periferia quanto a dependência são propostas conceptuais para pensar a América Latina desde uma perspectiva interna, contribuindo à consolidação do pensamento crítico latino-americano que continua desenvolvendo-se em nossas sociedades procurando a integração do diagnóstico e da análise, além das visões dominantes e das abordagens predominantes nas ciências sociais e nos estudos latino-americanos. É nesse sentido que a TMD aposta pelo *padrão de acumulação e reprodução do capital* como critério de periodização – porém de espacialização – para fazer análise de conjuntura da América Latina, tanto na escala regional como na escala nacional para compreender historicamente as formações sociais latino-americanas em suas particularidades dentro do contexto mundial capitalista.

Quadro 1: Transcurso histórico das noções conceptuais latino-americanas[6]



6. Esquema sintético de elaboração própria, como todos os quadros expostos no presente texto.

Encontro divergente entre a teoria marxista da dependência e a análise sistema-mundo

A teoria marxista da dependência (TMD) e a análise sistema-mundo são duas aproximações cujas origens históricas e alcances interpretativos são diferentes. A primeira começou a desenvolver-se nos anos sessenta nas entranhas da América Latina com o objetivo de explicar a interiorização da lógica capitalista nas economias da região, em tanto que a segunda surgiu nos Estados Unidos durante a década seguinte sob a conceição do sistema-mundo como perspetiva histórica de longa duração para interpretar o capitalismo mundial. É claro que são propostas que estudam diferentes escalas do espaço social e consideram dimensões diferenciadas no tempo histórico: a TMD parte das escalas nacional e regional em sua relação com escalas espaciais mais amplas, privilegiando o tempo conjuntural e de curta duração; em tanto que o sistema-mundo centra-se na escala global priorizando o tempo de longa duração.

Outra questão divergente entre tais propostas analíticas é a interpretação geral que cada uma possui sobre a América Latina: por uma parte, a TMD posiciona-se dentro do debate marxista latino-americano assumindo o imperialismo em tanto fase superior do capitalismo mundial com o qual nossas economias relacionam-se mediante a dependência. Na contramão, o sistema-mundo refere-se à América Latina como colônia dentro do império hegemônico dos Estados Unidos, assumindo que somente tem existido uma classe de capitalismo na longa história da economia-mundo. Nesse ponto, se desdobram mais duas diferenças metodológicas e interpretativas respeito da articulação espacial e temporal da América Latina com a história mundial, expostas em seguida:

- **Articulação no espaço: a escala como mediação**

A relevância de aprofundar na análise social mediante a incorporação da dimensão espacial radica na possibilidade de integrar as diferentes escalas nas quais manifestam-se os processos da realidade histórica mundial, aproximando a lupa quando seja preciso revisar detalhadamente aspetos a escalas reduzidas – como a nacional ou as locais – nos prazos temporais que demandem determos para elucidar sua vinculação com as escalas mais amplas do espaço – como a regional e a mundial –. Tal consideração toma especial relevância nos estudos que se propõem a América Latina como objeto histórico, sendo que *a priori* ela supõe relações entre escalas, pelo menos entre a escala nacional dos países que a conformam e a escala regional que ela é conjuntamente, além de sua relação com a economia capitalista mundial.

Quando a proposta wallersteiniana formula que o capitalismo é uma totalidade em si mesma, sem particularidades que a integrem, sobre-dimensiona uma parte do espaço social – a escala mundial – respeito das outras escalas que o integram. Na nossa perspectiva, isso nega o acontecer histórico das distintas formações sociais do mundo,

ocultando as hierarquias que estruturam o sistema mundial ao subsumi-las à única "classe" de capitalismo que a análise sistema-mundo considera como existente ao longo da história. Desde essa abordagem, gera-se um viés na interpretação do lugar histórico da América Latina e outras regiões periféricas na economia capitalista mundial, sendo que as encaixa em uma só "estrutura planetária", negando a existência de formas particulares de capitalismo e de Estado, determinadas historicamente ao interior das sociedades periféricas.

Assim, fetichiza-se o espaço social onde as relações ocorrem conformando a estrutura capitalista a través do tempo, na qual – indubitavelmente – o Estado tem jogado um papel central, desde a formação das fronteiras territoriais e as economias nacionais até a permanência e transformação das civilizações e sociedades atualmente. Tal relação histórica entre as sociedades e seu espaço tem sido mediada pelo Estado, razão pela qual ele não pode ser substituído pela "economia mundo" como sugere a proposta wallersteiniana, pois forma parte da história global. Inclusive, o historiador Fernand Braudel – autor do conceito *economia mundo* – reconhecia o Estado como peça fundamental na Geo-história (relação sociedade-espaço) em tanto substrato material do processo civilizatório.

Sendo o Estado nacional uma escala do capitalismo mundial com o qual se relaciona, a ampla unidade analítica wallersteiniana é insuficiente ao deixar fora os diferentes níveis de abstração que requerem-se para abranger uma problemática tão ampla e extensa como o sistema-mundo. Mesmo quando a análise sistema-mundo não considere as contradições intrínsecas à lógica do capital em geral que põe em funcionamento a economia mundial, elas acontecem no espaço social através do tempo histórico: manifestam-se em escalas espaciais diferenciadas e durante momentos históricos específicos, tomando formas particulares sob a mesma lógica geral que o capital impõe.

Nesse sentido, tanto as economias – centrais ou periféricas – como os Estados – imperialistas ou dependentes – são concreções históricas de múltiplas determinações, consolidadas mediante as formações socioeconômicas desde que o modo de produção capitalista instaurou-se como hegemônico. Frente a tal realidade histórica, a análise sistema-mundo propõe considerar a relação centro-periferia, mas seu próprio corpus teórico impede superar a visão euro-céntrica desde a qual aborda a economia-mundo[7]. Ao contrário, a proposta da TMD sugere abordar o particular das economias latino-americanas e o universal do capitalismo mundial, mediante uma metodologia dialética

7. A proposta wallersteiniana aborda a noção centro-periferia desde o centro, buscando insertar os processos da periferia na história universal mediante o binômio império-colônia mas sem reparar nas relações assimétricas que centro-periferia significam. Assim, usa a aportação teórica cepalina, mas afastada do contexto histórico que lhe corresponde. Nesse mesmo sentido, uma caraterística conhecida da análise sistema-mundo é a substituição da categoria analítica clássica "Estado" por "economia-mundo", omitindo a escala nacional da análise.

que permita relacioná-las no tempo e no espaço, e insistindo na posição central do Estado no processo histórico em questão.

Quando a análise sistema-mundo retira o Estado como agente histórico e categoria analítica, contribui à *fetichização* do *Estado* invisibilizando as relações sociais que o mesmo Estado contém e das quais é expressão, assim como o espaço social onde os acontecimentos históricos tem lugar. Assim, apresenta-se uma *dupla fetichização*, do Estado e do espaço, que faz não questionar porque os acontecimentos históricos ocorrem em um lugar determinado e não em outros, e quais são os fatores e processos que fazem que tal lugar seja assim determinado. É nesse sentido que a TMD assume o Estado como espaço político da luta de classes, seja no interior ou exterior do território nacional, assim como nas pugnas entre as classes dominantes das diferentes sociedades capitalistas do mundo, tentando explicar a maneira em que se conforma o sistema mundial capitalista estabelecendo relações inter-estatais desiguais que conduzem a formas de capitalismo diferenciadas dentro da totalidade capitalista e, por tanto, a formas particulares de Estado na periferia e no centro.

Quadro 2: Comparação entre a teoria marxista da dependência e a análise sistema-mundo

	Teoria marxista da dependência TMD	**Análise sistema-mundo**
Origem epistemológica	Ciência social latino-americana	Historiografia anglo-americana
Relação centro-periferia	Dependência – imperialismo	Colônia – império-mundo
Relação temporal	Articulação entre a conjuntura e a longa duração	Introdução dos prazos curtos e médios na longa duração
Mediação temporal	Padrão de acumulação e reprodução do capital	
Relação espacial	Articulação entre as escalas nacional, regional e mundial	Introdução das escalas mais locais na grão escala global
Mediação espacial	Espaço capitalístico	
Relação Estado	Agente histórico central na lógica do capital	Unidade de análise substituível por "sistema-mundo"

Foi nesse processo de consolidação do capitalismo como sistema mundial que o Estado conformou-se como produto do território nacional mas em permanente transformação, estabelecendo relações sociais no seu próprio espaço – delimitado material e historicamente – e além dele por sua permanência a escalas mais amplas do espaço mundial. Assim, o espaço foi adquirindo sua funcionalidade logística e instrumental para a reprodução capitalista e sua articulação com o Estado, tomando a forma do

espaço capitalístico, definido por Henri Lefebvre como a forma da articulação entre o capital e o Estado no espaço, mediante seu modo e produção.[8]

É precisamente aqui que temos a gênese do Estado moderno capitalista produtor de contradições sociais e espaciais, assim como suas duas principais funções: reproduzir a acumulação do capital e mediar tais contradições na sociedade e no espaço mediante seus instrumentos de poder político. Então, ao espaço capitalístico ser expressão material da articulação capital-Estado, produz duas hierarquias, a social e a espacial, desde as quais vai expandindo-se para todas as escalas conforme o modo de produção capitalista torna-se predominante, deixando ao Estado a tarefa de regular seu espaço político no interior das fronteiras territoriais e respeito das relações externas inter-estatais.

• Articulação no tempo: a conjuntura como mediação

O principal inconveniente do sobredimensionamento da *longa duração* na análise social é que dificulta ou impossibilita a articulação com as temporalidades mais aceleradas e – pelo tanto – mais cortas na abordagem de questões particulares cuja concreção acota-se às escalas menos amplas no espaço e às periodicidades menos extensas no tempo, como é o caso dos processos conjunturais da América Latina como região do mundo. Ainda quando a proposta wallersteiniana propõe recuperar o tempo social braudeliano integrando seus prazos – periodismo ou de curta duração, tempo de conjuntura e a longa duração ou tempo de estrutura –, praticamente sobre-dimensiona o tempo histórico de longa duração em suas interpretações, provavelmente devido a que contextualiza-se na tradição estadunidense intelectual e cultural – tanto de historiografia como da ciência social – alheia às abordagens latino-americanas que buscam responder às problemáticas aqui existentes.

Tal situação derivou então em recepções e -por tanto- interpretações diferenciadas da concepção *longue durée* do Fernand Braudel, em relação a duas formas de fazer e escrever a história; por uma parte, aquela da América anglo-saxã – na qual inscreve-se a proposta do Imannuel Wallerstein – que procura explicar os processos históricos de qualquer parte do mundo desde o sistema-mundo e a longa duração dos quinhentos anos. Por outro lado, a proposta da América Latina que assume a longa duração como uma enorme contribuição ao pensamento crítico latino-americano que se desenvolve na região desde a década 1960 e desde o qual continua-se analisando nossa realidade social em vias de transformá-la.

8. Henri Lefevre, *De l'État, Les contradictions de l'État modern*, tomo IV, Union générale d'éditions, Paris, 1978. Concordamos com o conceito do "espaço capitalístico" por considerá-lo parte da teoria marxista mais avançada respeito do Estado e do espaço, desenvolvida por esse filósofo francês.

É justamente nesse contexto que a TMD tem proposto atender a análise de conjuntura nas formações sociais latino-americanas mediante o *padrão de acumulação e reprodução do capital* como critério de periodização temporal para articular a análise conjuntural e a longa duração dialeticamente, em vias de "identificar as rupturas que cortam a longa duração em sequencias sucessivas, e os desfases cronológicos entre regiões e meios sociais diferentes"[9] (Aymard, 2018:67) como o sugere a aproximação braudeliana, partindo da pluralidade dos tempos e suas interações.

São vários os autores que tem trabalhado o padrão de acumulação e reprodução do capital no pensamento crítico latino-americano, tanto na parte teórica – Jaime Osorio, Mathias Seibel, Marisa Amaral – como nos estudos empíricos – Adrián Sotelo, Carla Ferreira, Nildo Ouriques – a maioria deles adscrevem-se à TMD, porém tem outros autores marxistas latino-americanos que tem contribuído à noção, como José Valenzuela Feijóo e Néstor Kohan.

Um padrão de acumulação e reprodução do capital é a forma particular que toma o modo de produção capitalista no processo da divisão internacional do trabalho, expressado territorialmente em temporalidades e espaços sociais específicos, determinados historicamente pelo curso da economia do capital, da política do Estado e da luta de classes sociais. Seguindo a Osorio (2014:87), o padrão se reproduz mediante os seguintes processos fundamentais: "a) em termos dos valores de uso nos quais encarna o valor, b) das caraterísticas que apresentam as esferas da produção e da circulação e dos vínculos que estabelecem, c) dos processos de subordinação e dependência dos capitais locais frente aos capitais das economias imperialistas".

Temos, então, que das contradições da economia capitalista mundial, resultam consequências estruturais e conjunturais em cada espaço social e momento histórico específico que podem ser estudadas mediante o padrão de reprodução do capital, atendendo a capacidade de resposta explicativa que a acelerada realidade cambiante exige à análise social. Em palavras de Sotelo (2014:47) é um critério que da conta das "mudanças mais significativas e relevantes no contexto das contradições da economia global porque é o suporte material das transformações ao longo prazo da economia mundial, da sociedade contemporânea e dos processos produtivos da riqueza social."

O padrão aqui exposto contribui à compreensão da forma particular de Estado mediante a qual o capital estabelece as relações de exploração e dominação nas sociedades dependentes, diferenciadas daquelas das economias imperialistas, como são a superexploração da forca de trabalho e a cisão do ciclo do capital. Assim, hoje pode-se assumir que na América Latina estamos sob uma legalidade particular que

9. As citações feitas no texto são traduções próprias de sua publicação original em espanhol. Veja-se a bibliografia completa ao final do artigo.

implica tanto uma forma particular do capitalismo como uma forma particular do Estado nas margens da dependência. É desde essa realidade que nos relacionamos articuladamente com a economia mundial capitalista, atravessando as diferentes escalas do espaço – local, regional, continental, global – e em interação com as diferentes temporalidades históricas – periódica, conjuntural, de longa duração –.

Dessa maneira, a proposta da TMD é utilizar o padrão como ferramenta analítica para acotar espacial e temporalmente a realidade latino-americana e pensar a articulação dos processos nacionais e regionais no século e meio de capitalismo que tem transcorrido aqui, a partir da seguinte periodização:

Quadro 3: Periodização regional para a análise conjuntural da América Latina

Período histórico	Padrão de acumulação e reprodução do capital	
1850 – 1930	Padrão primário exportador de 1ª. Geração	
1930 – 1945	Etapa transitória	
1945 – 1975	Padrão industrial para o mercado interno	a) Fase interiorizada e autônoma (1945-1955) b) Fase diversificada (1955-1975)
1975 – 1982	Etapa transitória	
1982 – 2008	Padrão neoliberal de especialização produtiva	a) Fase secundário-exportadora de manufaturas b) Fase primário-exportadora de 2ª. Geração
2008 – 2019	Etapa transitória	

Fontes: Adrián Sotelo (2014) e Jaime Osorio (2014).

A elaboração dessa tabela é um esforço por convergir os seguintes pontos em comum desde a TMD:

- O modo de produção capitalista na América Latina tem seu ponto de partida em meados do século XIX, com a consolidação dos Estados nacionais e a predominância das relações capitalistas de produção nessas sociedades.
- As economias dependentes latino-americanas tem se caraterizado por apresentar padrões exportadores de acumulação e reprodução de capital, exceto nos trinta anos do padrão industrial subdividido em duas fases, resultante do processo de substituição de importações no período da pós-guerra nos países das economias centrais.

- Com o processo de mundialização -ou valorização do capital a escala mundial- na década 1980, abre-se passo ao padrão neoliberal de especialização produtiva no qual as economias latino-americanas se reprimarizam (com algumas exceções).
- A partir da crise estrutural capitalista detonada em 2008 pelo declive do setor monopólico financeiro nas economias centrai, assim como o considerável ingresso da China como parceiro comercial de vários países na região, as economias dependentes latino-americanas entram em uma fase transitória que se mantém atualmente.

Assim, a TMD propõe fazer análise de conjuntura para cada formação social – escala nacional – considerando o padrão de acumulação e reprodução do capital como periodização geral latino-americana – escala regional – para compreender sua relação com a economia capitalista – escala mundial –, mesmo que estará sujeito permanentemente à prova da realidade, dando ou não validez para responder as principais problemáticas que a lógica capitalista vai impondo nas sociedades.

Reflexões finais

Precisamos pensar nossa própria realidade a partir das epistemologias desenvolvidas dentro da América Latina, tanto desde as questões históricas quanto daquelas teóricas. Uma primeira tarefa é integrar os diferentes níveis da análise espaciais, temporais e sociais, para o qual a escala espacial, a conjuntura e o padrão de acumulação e reprodução do capital são mediações entre o sistema capitalista mundial e as formações sociais latino-americanas, que oferecem uma maneira analítica de articular, por um lado, as escalas nacional e regional com a escala mundial, e pelo outro, articular o tempo conjuntural na longa duração nos estudos sobre a América Latina.

Neste sentido, o Estado é um agente histórico que tem permanecido, ainda na América Latina, em uma temporalidade de longa duração e em uma espacialidade de ampla escala, apresentando grão dinamismo nas duas dimensões pelo qual requer estudo e análise central e transversal nos processos históricos regionais. Porém, é preciso ampliar nossos marcos teóricos e não reduzi-los a um só parâmetro geral, repensando então – de maneira crítica – a origem histórica e teórica da relação centro-periferia que emergiu das entranhas do pensamento latino-americano para explicar nosso lugar histórico como periferia e desde ela.

Como podemos deduzir, para abranger explicativamente a acelerada e cambiante realidade latino-americana, inclusive a economia mundo em conjunto, é preciso fazermos mais perguntas e não menos, que nos conduzam a pensar os fatos transcendentes que vão acontecendo internamente nas escalas nacional e local, assim como sua relação com escalas do espaço mais amplas, por exemplo, a regional e mundial. Isso, nos aproximaria a compreender dialeticamente nossas problemáticas históricas, do geral ao particular e ao avesso.

Cabe concluir que, desde a interpretação da ampla escala e do longo prazo da análise sistema-mundo, a América Latina sumiria em tanto problema teórico pois não teria um lugar histórico na única classe de capitalismo que – segundo a proposta wallersteiniana – tem existido faz cinco mil anos atrás. Nesse caso, o capitalismo latino-americano faria parte da economia mundial sem determinações históricas particulares e sua existência só teria sentido em tanto parte da grão história universal interpretada desde o centro. Pelo contrário, a TMD propõe elementos teóricos e analíticos para abordar os estudos da América Latina desde uma perspetiva crítica dentro do mesmo pensamento latino-americano, no meio da crise de paradigmas que experimentamos desde finais do século XX e até hoje.

Referências

AGUIRRE, Carlos. Braudel in *Latin America and the U.S.*: A Different Reception. Review (Fernand Braudel Center) Braudel and the U.S.: Interlocuteurs valables?, v. 24, nº 1, p.25-46, 2001.

AYMARD, Maurice. La larga duración hoy. Balance de medio siglo (1958-2008). CALDERÓN, Georgina (Coord.). *Territorialidades múltiples*. Tiempo, espacio y pensamientos críticos. Cidade do México: UNAM, Faculdade de Filosofia e Letras, p. 49-78, 2018.

BEIGEL, Fernanda. *Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DOS SANTOS, Theotonio. *La Teoría de la Dependencia. Un balance histórico. Los retos de la Globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos*, Caracas, v. I, UNESCO, 1998.

FEIJÓO, J. V. *¿Qué es un patrón de acumulación?. Economía de los 80*. Cidade do México: UNAM, 1990.

GUNDER FRANK, André; HILLS, Barry K. *El sistema mundo de los 5000 años. Una introducción interdisciplinar*. The World. System. Five Hundred Years or Five Thousand?. Londres, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *De l'État IV. Les contradictions de l'État modern*, tomo IV. ed. 1018. Paris: Union Générale d'éditions, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era, 1974.

_____. *Las raíces del pensamiento latinoamericano*. Disponível em <www.marini-escritos.unam.mx/086_pensamiento_latinoamericano.html>

_____. *Sobre el patrón de acumulación de capital en Chile*. Cuadernos CIDAMO, Cidade do México, nº 7, 1982.

MEIRELES, Monika. *La teoría marxista de la dependencia hoy: recuperación y cercanía con el análisis del Sistema Mundo*. Soberanía monetaria, desarrollo y pensamiento económico latinoamericano: enseñanzas de la dolarización ecuatoriana. Primeira edição. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigações Econômicas, p.160-170, 2016.

OSORIO, Jaime. El sistema-mundo de Wallerstein y su transformación. Una lectura crítica. In: *Revista Argumentos*, Cidade do México, ano 28, nº 77, UAM-X, ene./abr., 2015.

_____. *Patrón de reproducción de capital. Estado, reproducción de capital y lucha de clases*. La unidad económica/política del capital. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigações Econômicas, p. 83-108, 2014.

SOTELO, Adrián. L*a teoría del sistema mundial y de la dependencia: ¿convergencia o divergencia*?. América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI, Ciudad de México: Plaza y Valdéz, p. 143-157, 2005.

_____. *México (re)cargado. Dependencia, neoliberalismo y crisis*. México: Ítaca-UNAM, Facultade de Ciências Políticas e Sociais, p. 47-55, 2014.

WALLERSTEIN, *Immanuel. Análisis del sistema-mundo*. Una introducción, Cidade do México: Siglo XXI editores, 2005.

Populismo y primer peronismo: las revisiones historiográficas de los años setenta y ochenta, sus aportes y controversias

María Mercedes Prol*

Introducción

Hace aproximadamente veinte años atrás, un antropólogo, Federico Neiburg, propuso reconstruir el prisma con que políticos y figuras con repercusión en el campo intelectual y académico interpretaron, en el inmediato posperonismo, al peronismo (1945-1955). Resaltó que quienes emprendieron esta tarea lo hicieron con la creencia de que conocer la composición y la lógica política del nuevo fenómeno iniciado en la posguerra, significaba comprender los dilemas que presentaba en Argentina la articulación entre sociedad, economía y política, y permitía efectuar proyecciones a futuro. En otras palabras, para todos los actores involucrados en esa interpretación, entender al peronismo –y al antiperonismo– era reconocer los problemas políticos de la nación (Neiburg, 1994).

Como se dijo, el debate y la producción de sentidos en el ámbito académico en torno al primer peronismo comenzó a mediados de los años cincuenta, durante la autodenominada Revolución Libertadora, que derrocó al gobierno constitucional de Juan Perón, y no cesó, continuó hasta la actualidad. Conocer el peronismo fue y es conocer la Argentina de mediados del siglo XX, durante los sucesivos gobiernos peronistas que siguieron a la experiencia clásica –tercer gobierno peronista/menemismo/kirchnerismo- se ampliaron las preguntas en torno al significado del/los peronismo/s. Hubo coyunturas claves, con producciones más prolíficas y lecturas que renovaron representaciones y sentidos, ello estuvo ligado a los interrogantes y los problemas del presente que historiadores, sociólogos, politólogos y ensayistas intentaron resolver, y a sus inscripciones teóricas y tradiciones políticas.

Esta ponencia recupera la propuesta del antropólogo arriba mencionado, procura reconocer las representaciones y los sentidos en torno al primer peronismo que se generaron en coyunturas políticas específicas, la década del setenta y la que correspondió a la transición democrática en Argentina. Porque en esas décadas, en el ámbito académico-universitario de izquierda, cobraron vigencia, para designar a esta

* Doctora en Historia, Universidad Nacional de Rosario, Universidad Nacional de Entre Ríos. E-mail: mercedesprol@gmail.com

experiencia, los conceptos *nacional-popular* y *populismo,* que no eran nuevos, fueron aportes de análisis previos, pero se le otorgaron distintos sentidos. Las interpretaciones que seleccioné no sólo dicen sobre el sujeto político peronismo sino también sobre las luchas políticas que se libraron en la coyuntura desde donde se formularon las explicaciones del pasado[1].

Comprensiones en torno a lo nacional-popular: clase obrera, movimiento e ideología

Parto de la idea de que los estudios sociológicos sobre el primer peronismo, que circularon en el campo académico argentino y que fueron producidos por intelectuales de la heterogénea izquierda argentina -izquierda marxista e izquierda nacional- en los tempranos años setenta, no se sumaron a una discusión teórica en torno al populismo, tampoco pusieron énfasis en definir los alcances explicativos del concepto sobre esa experiencia política concreta. En otras palabras, no se discutió qué hace a una experiencia populista y por qué el peronismo lo era. Esos análisis fueron críticos de la sociología de la modernización y de los trabajos que hoy se denominan clásicos sobre populismo, e hicieron foco en el primer peronismo para comprender la especificidad de la dimensión nacional y popular del fenómeno, sus actores, sus demandas y las lógicas de construcción política. Explicar esa dimensión resultó crucial para entender los atributos del peronismo en tanto agente potencial del cambio hacia el socialismo y el socialismo nacional. Las interpretaciones estuvieron atravesadas por las inscripciones teóricas de los investigadores y por los proyectos de cambio de la coyuntura y sus estrategias políticas.

En 1971 apareció un libro titulado *Estudios sobre los orígenes del peronismo* cuyos autores fueron Miguel Murmis y Juan Carlos Portantiero (1971). Este libro intervino en el mundo académico con otras producciones sobre el tema. En un reportaje efectuado en el año 2004, Murmis sostuvo que en aquel momento el libro no tuvo demasiada trascendencia porque su posición de brindar una explicación científica del peronismo frente a la que barajó el antiperonismo y a la de la izquierda peronista no entusiasmó a nadie[2]. No obstante, es posible sostener que marcó un eje de debate. Hoy se lo considera un clásico y podemos decir que ese impacto se agudizó por la calidad de la explicación y porque sus autores ocuparon un lugar destacado en la reconstrucción de la universidad durante la transición democrática, desde 1984 en adelante. Ambas figuras habían formado

1. Con este tipo de trabajo se corren ciertos riesgos: la selección de textos representativos del problema puede ser sesgada; y, a veces, se extrema la incidencia académica y política que determinados textos tuvieron en la coyuntura en la que se produjeron. Aclaro que los trabajos escogidos no agotaron las producciones en torno al peronismo, sí presentaron una forma de comprender al primer peronismo que perduró en el tiempo.
2. *Página 12*, 12/06/2004. pagina12.com.ar/diario/suplementos/libros/10-1108-2004-06-13.html

parte de la modernización de la Universidad de Buenos Aires, iniciada en 1956, que se vio interrumpida por el golpe militar de junio de 1966. Y transitaron también por espacios ligados a la universidad tales como el Instituto Torcuato Di Tella. Portantiero integró el grupo de intelectuales que los investigadores denominaron *gramscianos argentinos,* abandonaron el Partido Comunista de la Argentina e hicieron un trabajo de relectura del marxismo (Burgos, 2004; Núñez, 2011, 2018).[3]

El clima político e intelectual de comienzos de la década del setenta distaba del que había cobijado aquella modernización universitaria amparada en el imaginario del desarrollo. La radicalización política de los jóvenes, las transformaciones en la Iglesia Católica a partir del Concilio Vaticano II, la emergencia de nuevas corrientes sindicales, como la CGT de los Argentinos y los sindicatos clasistas, más los fenómenos de rebelión popular protagonizados por distintos actores, en los azos, Rosariazo, Cordobazo, Viborazo, la aparición de la guerrilla urbana, y las posibilidades del retorno de Juan Perón a Argentina, fueron indicadores del cambio[4]. Para 1971 a esto se sumaba la centralidad que el peronismo de izquierda fue adquiriendo progresivamente en el ámbito universitario, esa centralidad se había manifestado previamente en la constitución de las *Cátedras Nacionales*[5]. Y luego en 1973 en el proyecto de la Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires (Friedemann, 2017).

En ese clima político e intelectual se volvió a discutir el significado que había tenido el peronismo en la sociedad y la política argentina. Como se sabe, Murmis y Portantiero efectuaron un análisis sociológico de los orígenes del peronismo que se convirtió en un aporte a la teoría social y a la comprensión del fenómeno desde el marxismo, un marxismo revisitado con lecturas de Antonio Gramsci. Lo hicieron con rigor científico y, al mismo tiempo, el trabajo contuvo un discurso a tono con los debates políticos, la constitución de lo nacional y popular, sus actores, sus identidades e indirectamente la capacidad de transformación social contenida en aquella experiencia,

3. Portantiero formó parte del grupo de jóvenes al que los investigadores denominaron *gramscianos argentinos*. El grupo puso en marcha entre 1963 y 1983 varios emprendimientos editoriales, entre ellos las revistas *Pasado y Presente*, *Controversia*, y algunos integraron *Punto de Vista*. Desde allí bregaron por la renovación del marxismo, Portantiero formó parte a principios de los '70 de las Cátedras marxistas. También ingresaron a agrupaciones guerrilleras. Para comienzos de la década del '70, el grupo consideró que el agente de cambio era el proletariado fabril y discutió en torno a las posibles articulaciones entre peronismo y socialismo. (Burgos, 2004). El itinerario intelectual del grupo *Pasado y Presente* fue estudiado por Juan Manuel Núñez. (Núñez, 2011). Sobre el surgimiento de una nueva izquierda en Argentina (Terán, 1992).

4. A estos sucesos locales se suman acontecimientos internacionales más globales, como los procesos de descolonización del Tercer Mundo, y las movilizaciones estudiantiles más significativas en Europa, Asia y otros países latinoamericanos, entre ellas el mayo francés.

5. Desde las Cátedras se delineó un proyecto de universidad que algunos investigadores consideran cuajó unos años después, durante el gobierno de Héctor J. Cámpora y el rectorado de Rodolfo Puiggrós en la Universidad de Buenos Aires. (Friedemann, 2017).

y sus límites. Como sus autores señalaron, se trató de un análisis que dio cuenta de una arista del fenómeno, la que consideraron más significativa para sus propósitos. Para estos, el peronismo constituyó un proyecto nacional y popular que se gestó en el marco de una crisis de dominación, estuvo sustentado por una alianza tácita, que se sustanció a mediados de los años '40, entre un sector del Ejército, con el coronel Perón a la cabeza, una fracción de la burguesía industrial y la clase trabajadora industrial que se expresó mediante sus organizaciones sindicales. Fue el resultado de transformaciones estructurales de la economía, un crecimiento industrial que comenzó a mediados de la década del treinta pero adquirió mayor dimensión durante la Segunda Guerra Mundial. En ese marco, la clase obrera industrial rechazó las consecuencias del crecimiento capitalista y, con sus organizaciones, decidió sumarse a la política social emprendida por Perón desde la Secretaría de Trabajo y Previsión, porque los dirigentes obreros vieron en ese proyecto la incorporación de demandas antiguas y postergadas. Esa adhesión fue conciente, se inscribió en la tradición de las luchas obreras del pasado y del reformismo obrero. *Estudios*… trasunta un reencuentro entre un pensamiento de izquierda marxista que se reinventaba aggiornándose y una de las expresiones posibles del peronismo.

Por supuesto, este no fue el único trabajo académico sobre los orígenes del peronismo, estos últimos abundaron a lo largo de toda la década del setenta. No obstante, elijo *Estudios* …, lo uso para armar la idea, porque sus autores abrieron un abanico con diversos contrapuntos que tradujeron el mapa de producciones, supuestos y posiciones ideológicas del contexto: mostraron los límites explicativos de la sociología sobre el populismo latinoamericano (Di Tella, 1965), los déficits de la propuesta de Gino Germani en su trabajo *Política y Sociedad en una época de transición* (Germani, 1962)[6]; y observaron críticamente las interpretaciones en torno a lo nacional popular de la heterogénea izquierda nacional que circulaban con matices en las *Cátedras Nacionales,* y por fuera del ámbito universitario.

Respecto al primer y segundo contrapunto, los autores mencionados emparentaron las explicaciones sobre peronismo como populismo con las ofrecidas por la sociología de la modernización. Ambas versiones consideraban al peronismo resultado de una anomalía en el comportamiento de las masas trabajadoras urbanas desorganizadas y con cultura tradicional, que producto de una acelerada industrialización no llegaron a integrarse al sistema político, y quedaron disponibles para ser manipuladas por una elite militar antiliberal y nacionalista que se instaló en el gobierno en 1943. Consideraron que fue una experiencia reformista, que bregó por un tipo de ciudadanía social en el marco de un movimiento popular de corte autoritario (dictadura y totalitarismo son

6. La primera versión de *La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo* de Gino Germani fue publicada por el Colegio Libre de Estudios Superiores en 1956, luego introducida en *Política y Sociedad en una época de Transición* de 1962.

los conceptos de Germani, nacionalismo popular y debilidad de la clase obrera, los de Di Tella)[7]. Por lo tanto, a la comprensión del peronismo como un fenómeno autoritario, con un comportamiento heterónomo de las masas, tal como Germani lo había descripto, Murmis y Portantiero contrapusieron con base empírica la acción racional y autónoma de la clase obrera organizada. Una clase que adquirió homogeneidad por haber estado sometida a un proceso de crecimiento sin redistribución de ingresos. Más allá de la validez empírica, y de los marcos de análisis, las caracterizaciones estuvieron ligadas a las posiciones políticas y los proyectos políticos de transformación. Para los primeros, embanderados en un fuerte antiperonismo analítico que marcó la caracterización, el cenit fue el desarrollo y un tipo específico de democracia: la liberal de partidos o pluralista, como forma de superación de un populismo reformista y autoritario. En cambio, para los segundos, el cenit estaba en la revolución socialista. De la dependencia no se salía con desarrollo socioeconómico y cultural y con una democracia liberal, sino con una acción revolucionaria en un proyecto nacional, cuya composición y modalidad estaba en discusión. La transformación debía venir de la mano de la acción de la clase obrera urbana, las experiencias históricas marcaban los alcances y los límites del cambio[8].

La experiencia de las *Cátedras Nacionales* se extendió en la UBA entre los años 1967 y 1973, en las carreras de Sociología y Letras, de la Facultad de Filosofía y Letras, y en Ciencias Económicas. Algunas de ellas se armaron sobre materias de la currícula y otras fueron cátedras paralelas a las establecidas en el plan de estudios vigente por aquellos años. No es mi interés detenerme en su constitución, tampoco en su contenido específico, ya que han sido ampliamente estudiadas. Sólo menciono que reunió a figuras de distintas procedencias, católicos postconciliares, nacionalistas, peronistas radicalizados, y sectores que provinieron de la izquierda marxista y confluyeron en el peronismo. Sus programas de estudio introdujeron en el ámbito académico un conjunto de debates políticos que se dieron a lo largo de la década del sesenta por fuera de ese espacio. Uno de los temas aglutinantes fue el de los factores históricos y actuales de la dependencia y los caminos y estrategias para la liberación nacional. Hubo sectores que sostuvieron que la comprensión de la dependencia y la liberación nacional podían procesarse con los elementos que otorgaba el propio peronismo, y recurrieron a los libros de Perón, que había adoptado algunas visiones

7. Para Torcuato Di Tella el problema político de la Argentina residía en que los partidos políticos no representaban intereses de clases como ocurría en las sociedades desarrolladas. El peronismo fue una muestra de ese desfasaje y constituía un obstáculo para el desarrollo político democrático en Argentina.

8. Quienes han analizado las estrategias políticas de cambio planteadas por los gramscianos prueban que en el peronismo vieron una posibilidad y un límite para el cambio. Para potenciar las posibilidades era necesario una organización de vanguardia que dentro del movimiento actuara como dinamizador, aconsejara y evitara la irrupción de particularismos y la militarización de la lucha. (Burgos, op cit; Núñez, op. cit).

de la izquierda nacional, a John William Cooke, y a las explicaciones de los ensayos de la heterogénea izquierda nacional: Arturo Jauretche, Juan José Hernández Arregui, Jorge Abelardo Ramos, entre otros (Burgos, 2004; González, 2000; Friedemann, 2017, Jozami, 2018)[9]. Y otros que pujaron por efectuar lecturas más diversas que incluían al marxismo, pero aquellos que admitían al marxismo discutieron qué tipo de marxismo. Las *Cátedras Nacionales* y las marxistas compartieron lecturas y debates, allí también se discutió el lugar de la lucha armada en el proceso de liberación nacional.

Como mencionamos más arriba, *Estudios*... estableció también un contrapunto con la lectura de las *Cátedras* y con sus producciones. En ellas, por supuesto, ocupó un lugar destacado el análisis del peronismo, al que ciertos grupos consideraron como realización histórica de lo nacional popular, una experiencia democrática y revolucionaria que desarmó la dominación oligárquica. Fue un punto de coincidencia que abrió otras disputas. Los ensayos históricos y sociológicos de la izquierda nacional enfatizaron que el potencial revolucionario del peronismo provino de los jóvenes obreros que migraron del interior del país y trajeron consigo una experiencia autóctona criolla inserta en luchas ancentrales (Jauretche, 1957). En la versión de Jorge A. Ramos este agente fue uno de los actores del campo nacional que se articuló a otro, un sector del ejército, que tuvo un proyecto nacionalista, antiimperialista, industrialista y distribucionista, opuesto a la oligarquía europeizante y a la oligarquía nacionalista. El ejército suplantó a la débil burguesía nacional, y logró integrar al pueblo en la nación. A esa alianza se sumó un sector del radicalismo yrigoyenista. Para Ramos la revolución nacional democrática del peronismo contuvo la forma de un frente nacional antiimperialista (Ramos, 1957). No hubo uniformidad, pero buena parte de quienes integraron las *Cátedras*, rescataron aggionardas las versiones de los ensayos políticos de peronistas y peronistas críticos que vieron luz a fines de los años cincuenta. Para alguno de ellos, no para todos, si se consideraba al peronismo como fenómeno emancipador, y se lo elegía como espacio de participación no se podía apostar a una estrategia clasista porque el peronismo no llevaba eso en sus entrañas.

Los estudios de Roberto Carri (1967) abonaron el debate en torno a las interpretaciones, este se acercó a algunos planteos de izquierda nacional y rechazó otros. Carri concibió al peronismo como un movimiento de liberación nacional y si bien observó que el movimiento nacional no se agotaba en la clase obrera y sus organizaciones, acentuó de forma positiva el rol de un tipo específico de sindicalismo, el sindicalismo de Estado. 1943 fue un año bisagra en la relación entre el sindicalismo y el Estado en cuanto a la organización institucional que dio fuerza al movimiento. Pero también porque allí se produjo una articulación entre los dirigentes sindicales que se afirmaron en un posición

9. Las *Cátedras Nacionales* tuvieron una intensa producción editorial, allí surgieron una serie de revistas entre ellas *Envido* y *Antropología del Tercer Mundo*. (Ghilini,2015; Friedemann, 2017)

nacionalista y los jóvenes migrantes que provinieron del interior del país, que tuvieron esa posición, a la que sumaron un respecto por la tradición montonera. Con esa emotividad se forjó la concepción nacional-popular que el peronismo expresó. El movimiento sindical no perdió su autonomía cuando integró el Estado peronista sino que se consolidó.

Vuelvo sobre una idea, los intelectuales de izquierda tanto marxistas en revisión como los cercanos al izquierda nacional que abordaron el peronismo no tuvieron como propósito emitir consideraciones teóricas sobre su relación con el populismo. Esa operación no los atrajo, Murmis y Portantiero en *Estudios*... se dedicaron a discutir los estudios clásicos, demostraron que aquellos dieron una calificación negativa a los fenómenos que consideraron populismo, marcaron un déficit en la conducta de los actores, una anomia o aberración las masas que se desplazaron a las ciudades y que carecieron de experiencia sindical y política, su integración tardía al sistema político careció de un marco normativo institucional y ello constituía el drama político de Argentina. Los clásicos en aquel momento mostraron absoluta confianza en el desarrollo -como superación de la dependencia- y la democracia liberal como norma de la política. Mientras que los que surgieron de las *Cátedras* pendularon entre el carácter movimientista que contuvo variadas identidades comulgantes con un nacionalismo diverso, los jóvenes migrantes con raíces en las montoneras federales combativas del proyecto unitario que insuflaron su experiencia autóctona, y el rol del sindicalismo de Estado.

El debate teórico y conceptual sobre populismo cobró vigor recién en la segunda mitad de la década del setenta, a raíz de la intervención efectuada por Ernesto Laclau en su libro *Ideología y Política en la Teoría Marxista (1978, edición en español)*. Este fue un texto fundante, porque propuso pensar al populismo desde otro registro, que estaba en boga en los debates teóricos y políticos del marxismo: el ideológico/ discursivo. Intervino a su modo, y en una coyuntura distinta, en la polémica en torno al contenido clasista o movimientista del populismo. En una coyuntura distinta a la de principios de los años setenta porque Argentina atravesó desde 1976 una dictadura militar, y las preguntas eran otras, estuvieron mediadas por el fracaso de las estrategias de liberación nacional y el porqué de la tragedia argentina.[10]

Su análisis se inscribió en la teoría marxista y se entroncó con una tradición política argentina, la de la izquierda nacional, recuperó selectivamente la versión que Jorge Abelardo Ramos produjo sobre el peronismo, y revitalizó algunos de sus contenidos (Jozami, 2018). Laclau realizó una crítica a la sociología de la modernización y a los trabajos clásicos sobre el populismo (Germani, 1962 y Di Tella, 1965), al marxismo

10. Ernesto Laclau revisó sus posiciones teóricas en distintos trabajos que siguieron a este y hoy son referencias para explicar el populismo. Aquí sólo menciono este trabajo porque se inscribe en el problema que propongo.

más determinista, a los autores de *Estudios....* sin mencionarlos y, junto con ello, a algunas posiciones que emanaron de lo producido en las *Cátedras Nacionales*. Para este autor, la clase no debió ser un problema en el estudio sobre el populismo, porque en el nivel ideológico y político las clases existen bajo la forma de articulación y no de reducción. El populismo no es un momento específico del tránsito a la modernización en países en desarrollo, sino un momento contingente, un tipo de discurso político que contiene una peculiar forma de articulación de interpelaciones *popular democráticas* que son antagónicas al bloque de poder, en este caso a la hegemonía oligárquica. El peronismo es populismo, en su emergencia se articularon de una manera particular interpelaciones antiliberales, nacionalistas, industrialistas, antiimperialistas, populares, y democráticas. La aparición de estos discursos debe situarse en la década del '30, sólo alcanzaron una articulación específica a mediados de los años cuarenta y en un contexto de antagonismos políticos. En dicha articulación ocupó un lugar destacado el cambio en las ideologías obreras, dejaron el reduccionismo clasista y el liberalismo e incorporaron un socialismo populista.

La articulación populista reintrodujo el concepto *pueblo*, lo combinó con otras interpelaciones y, al mismo tiempo, desarticuló *liberalismo y democracia*, apropiándose de esta última interpelación que adquirió un sentido renovado. Aunque el elemento estatal no es un componente en el análisis, Laclau retomó otras conceptualizaciones de la izquierda nacional para caracterizar al peronismo, bonapartismo fue una de ellas. Los límites de la explosividad potencial del populismo peronista estuvieron en que el peronismo llevó adelante un proyecto que atendía los intereses de los empresarios nacionales. Si bien, el objetivo expreso de su intervención fue contribuir al debate teórico circunscripto al campo marxista, y al populismo se puede decir que su intervención no estuvo desligada del debate político de la izquierda argentina, del post peronismo setentista. Cuando afirmó que las identidades populares no se reducen a las identidades de clase, Laclau hizo una crítica a quienes defendieron una estrategia de clase como vector del cambio, sin comprender el carácter global de las identidades del populismo peronista, ni los límites. Y pensó a futuro un posible horizonte democrático, que estaban discutiendo distintos grupos intelectuales.

Otras lecturas del peronismo en la transición democrática. Al rescate de los clásicos

El eje de indagación sobre el peronismo cambió a principios de los años ochenta, en la etapa terminal de la dictadura militar, y durante la transición democrática en Argentina. En los textos están implícitas las preguntas en torno a los por qué del fracaso de los proyectos setentistas y de la tragedia argentina: la dictadura militar. A la vez que se esbozaron interrogantes por las alternativas de construcción de un orden democrático en el futuro. El trabajo de Laclau puede pensarse en esa clave, y también algunas

respuestas o análisis críticos que vieron luz a raíz de su escrito. Emilio De Ípola elaboró un análisis crítico sobre la propuesta teórica de Laclau en torno al populismo y al peronismo en *Ideología y Discurso Populista (1981).* Este sostiene que el texto de Laclau tiene también un objetivo político: explicar el por qué de la derrota de determinadas estrategias hacia el socialismo de las izquierdas latinoamericanas. De Ípola no establece una controversia teórica en torno a la ideología y el discurso como campo de realización de la política populista, sólo marca los límites del registro. Concibe que los discursos no son inmanentes, hay un hiato entre el momento de producción de las interpelaciones y el de constitución de individuos en sujetos políticos, porque conforme a este autor esa constitución se produce en la recepción de los discursos, allí se completa la acción de identificación. Es una arista ausente en la propuesta de Laclau y es la artista que indica las discrepancias en los proyectos populistas.

De Ípola mencionó que se puede rescatar la idea de que las ideologías obreras se modificaron en los años treinta y que el nuevo proletariado fue popular democrático y no clasista. Pero para éste el peronismo albergó al menos dos tipos de populismos: un populismo obrero, proyecto del socialismo y del sindicalismo que fue plasmado en la puesta en marcha del Partido Laborista, a fines de 1945, y el populismo peronista que fue el proyecto de Perón y la burguesía nacional, el primero de esos proyectos fue eclipsado por el de Perón. De Ípola enfatizó en que el líder del peronismo controló, desde que asumió la presidencia de la Nación, a la CGT y al Partido Peronista. Y en las condiciones de producción de la estatalidad peronista, que para este autor arrasó la autonomía del movimiento obrero.

El eje de la búsqueda de constitución de lo nacional/popular en el peronismo, tal como había sido pensado a comienzos de los años setenta se esfumó, recién el kirchnerismo lo revitalizó y resignificó cuando recuperó la memoria militante setentista como valor positivo del peronismo. No obstante, a principios de los años ‘80 en el ámbito académico despuntó una creación de sentido sobre la producción de hegemonía del peronismo que se mantuvo en casi todos los estudios que se produjeron en la transición democrática: la pérdida de autonomía de los actores del movimiento a partir del ascenso de Perón a la presidencia de la Nación, y una estatalidad que obturó la construcción de las diversas identidades peronistas.

Durante la transición democrática se realizaron en el campo académico muchos análisis sobre el peronismo que tuvieron esa premisa, explícita o implícita, sólo me detengo en dos porque me parece que son representativos del debate de la transición sobre el peronismo. Uno es *El peronismo y sus espejos* de De Ípola (1988) y el otro es *Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo (1987)*, de Juan Carlos Torre, ambos dejaron marcas de interpretación recogidas a posteriori, los retomo por dos decisiones: acudieron a un clásico para explicar los orígenes del peronismo, revalorizaron el análisis de Gino Germani; e insistieron en la pérdida de autonomía del movimiento obrero en un proyecto de corte estatal y autoritario.

En 1988, en *El peronismo y sus espejos,* De Ípola hizo un balance crítico de los estudios sobre el peronismo, donde destacó la superioridad de la interpretación de Germani por sobre la de Ramos y su justa supervivencia. Por supuesto, ni este autor ni Torre hicieron suyo el planteo de Germani sobre la manipulación de las masas populares, interesa reconocer qué rescataron de su interpretación, por qué retornó un clásico del antiperonismo analítico que se distanció del sentido común antiperonista. Ambos recuperaron selectivamente la operación histórica, una lectura de la crisis del '30, lo que heredó el peronismo y cómo construyó sobre lo que heredó. ¿Qué heredó el peronismo de la Argentina de los años treinta?, las transformaciones estructurales, la industrialización sustitutiva de importaciones, la centralidad de las masas obreras urbanas, demandas sociales insatisfechas, las dimensiones y heterogeneidad de las culturas políticas tradicionales y urbanas, la crisis de representación de los partidos políticos tradicionales, inmersos en el juego político que planteó la década infame. Y una forma de movilización de las masas obreras que se convirtió en heterónoma. ¿Cómo construyó?. Ya sea en el caso del balance de los estudios (De Ípola) o en el de la relación entre Estado/sindicatos (Torre), la demostración de la pérdida de autonomía del movimiento obrero cuando ingresó al Estado peronista, estuvo basada en la disolución del Partido Laborista y la configuración del Partido Peronista. Así, en sus cosmovisiones la potencialidad de los actores sociales quedó presa de una lógica de construcción de poder desde las instituciones estatales que se impuso a la dinámica de movilización originaria. La pregunta fue por lo orígenes, sin embargo las hipótesis se trazaron sobre lo que sus trabajos no analizaron finalmente: las condiciones de construcción de estatalidad o de un orden político supuesto. Partieron de la idea de que esa construcción dejó cesante el proyecto fundador, o en el proyecto fundador yacía en germen la imposición. Pero esta afirmación no fue demostrada.

Esta premisa en torno a la construcción de estatalidad permeó en casi todas las producciones que marcaron el campo universitario académico, recién a fines de los '90 comenzaron los estudios sobre el Estado peronista, la sociabilidad y el Partido Peronista que pusieron en discusión esos supuestos.

Referências

BURGOS, Raúl. *Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente,* Buenos Aires, Siglo XXI, 2004.

CARRI, Roberto. *Obras Completas. Tomo 1,* Buenos Aires, Ediciones de la Biblioteca Nacional, 2015

DE ÍPOLA, Emilio. *Ideología y discurso populista*, México, Plaza y Valdés, 1987.

_____. *Investigaciones políticas,* Buenos Aires, Nueva Visión, 1988.

DI TELLA, Torcuato. Populismo y reforma en América Latina. En: *Desarrollo Económico,* Vol. 4, n° 16, abril-junio, 1965.

FRIEDEMANN, Sergio. De las Cátedras Nacionales (1967-1971) a la Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires (1973-1974). Experiencias configuradoras de institucionalidad universitaria, *Sociohistórica*, nº 39, e 026, 1er. Semestre de 2017.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición,* Buenos Aires, Editorial Paidós, 1962.

GONZÁLEZ, Horacio. *Historia crítica de la sociología argentina*, Buenos Aires, Editorial Colihue, 2000.

GHILINI, Anabela. *Las Cátedras Nacionales y su despliegue editorial: revistas, libros y publicaciones,* Jornadas de Ciencias Sociales de la UBA, Buenos Aires, 2015.

JAURETCHE, Arturo. *Los profetas del odio,* Montevideo, Ediciones Trafac, 1957.

JOZAMI, Eduardo. El populismo después de Laclau. En: CAROZZI, Silvana; DÁVILO, Beatriz, GIANI, Juan José (comps.), *Populismo: razones y pasiones,* Rosario, Paso de los Libres, 2019.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista. Capitalismo, fascismo, populismo,* Editorial Siglo XXI, 1978.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo,* Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.

NEIBURG, Federico. *Los intelectuales y la invención del peronismo. Estudios de antropología social y cultural, Buenos Aires, Alianza, 1998.*

NÚÑEZ, Juan Manuel. El itinerario intelectual del grupo Pasado y Presente: de la revolución a la democracia (1963-1983). *Tesis de Maestría de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Rosario, agosto de 2011.

_____. El populismo peronista en los gramscianos argentinos. En: CAROZZI, Silvana; DÁVILO, Beatriz, GIANI, Juan José (comps.), *Populismo: razones y pasiones,* Rosario, Paso de los Libres, 2019.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Revolución y Contrarevolución en la Argentina. La era del peronismo*, Buenos Aires, Senado de la Nación, 2006.

TORRE, Juan Carlos. Interpretando (una vez más) los orígines del peronismo. En: *Desarrollo Económico*, Volumen 28, n° 112, Buenos Aires, Enero-marzo de 1989.

Entre a técnica e a política: os economistas liberais nas ditaduras militares da Argentina e do Chile*

Marcos Taroco Resende**

Introdução

Nos estudos sobre os modelos de desenvolvimento da América Latina no século XX é comum encontrar na literatura, a periodização mais ou menos delimitada entre modelo de desenvolvimento industrializante liderado pelo Estado entre 1930 e meados de 1980, a partir do qual se iniciou outro modelo no qual a regra é a retirada do Estado das diversas áreas da sociedade, e em especial da esfera produtiva, apostando no mercado como a mais desejável, porque eficiente na organização da sociedade (Bielschowsky, 2000). Este quadro mais geral não considera as trajetórias nacionais específicas, como por exemplo, de que, Brasil e México avançaram mais no processo de industrialização do que Argentina e Chile, e que estes instauraram experiências neoliberais precocemente, antecipando a generalização dessas políticas para a economia mundial, e em particular para os países da América Latina (Ramos, 1989; Ffrench-Davis, Muñoz, Palma, 2009). É nas trajetórias nacionais, que iremos nos concentrar, neste trabalho, na análise da política econômica das ditaduras militares de Chile (1973-1982) e Argentina (1976-1982).

Neste sentido, se depreende as perguntas norteadoras da pesquisa: Quais são as semelhanças e diferenças da elaboração, execução e os resultados da política econômica? Como entendê-las a partir da participação de seus protagonistas – os economistas como tecnocratas e de suas disputas no seio da decisão governamental? O objetivo geral é analisar e comparar a elaboração, execução e resultados das políticas econômicas dos

* O trabalho foi realizado sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Pereira Silva, doutor pelo programa de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP e Professor Adjunto no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG, Campus-Varginha). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Bolsista CAPES do Mestrado em Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). http://lattes.cnpq.br/3844928819735081. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, pelo qual agradecemos.

regimes militares do Chile e da Argentina, articulando-as com a participação dos economistas nos governos, e suas disputas internas no âmbito do processo decisório. O trabalho visa contribuir para os campos da história econômica e da histórica do pensamento econômico, pela combinação de um enfoque comparativo com o enfoque da participação dos economistas no governo e suas disputas, e os condicionantes políticos para a política econômica, dimensões não muito recuperadas na literatura tradicional.

A estrutura do artigo está dividida em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, revisa-se a literatura das políticas econômicas dos casos estudados. Na segunda se analisa a documentação primária à luz dos conflitos de política econômica, assim como uma síntese dos resultados do trabalho e seus limites.

As políticas econômicas dos regimes militares do Chile (1973-1982) e Argentina (1976-1982)

A tecnocracia a frente das questões econômicas do regime, que elaborou esse projeto, ficou a cargo de um grupo de economistas que ficaram conhecidos como "*Chicago boys*"[1]. Estes economistas elaboraram o *Programa de Desarrollo Económico* (conhecido com *El Ladrillo*), o qual foi implementado pelo General Augusto Pinochet (De Castro, 1992). Ramos (1989) divide em três fases o período entre 1973 a 1982, adotada neste trabalho. Em sua periodização a primeira fase se estende do golpe (setembro de 1973) a junho de 1976, a segunda de junho de 1976 a meados de 1981 e a terceira, entre meados de 1981 até 1983.

Na primeira fase, a política econômica do regime militar priorizou a estabilização macroeconômica em seus problemas mais imediatos, pautando suas medidas primeiramente no problema da hiperinflação – que alcançou 700% quando anualizada a taxa média mensal nos últimos quatro meses da Unidade Popular (Foxley, 1982; Ffrench-Davis, 2003), e da existência de mercados negros em função da escassez gerada pelo controle de preços do governo de deposto (Angell, 2000; Ffrench-Davis, 2003; Ramos, 1977, 1989). O diagnóstico monetarista se baseava na noção de que a inflação era de demanda (ocasionada pela expansão monetária) e em função do déficit fiscal. A escassez dos mercados foi resolvida pelo fim dos controles sobre os preços. Como primeiro resultado do *overshoot*[2], teve-se o endurecimento das expectativas inflacionárias, que resultou em uma inflação ao nível de 590% ao fim do primeiro ano de aplicação do modelo (Ffrench-Davis, 2003). A liberalização abrupta de preços aliado às políticas

1. Esses economistas fizeram pós-graduação em economia na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, através de um convênio firmado entre a referida universidade com a Universidade Católica do Chile em 1955, a partir de quando passaram por um rigoroso treinamento em ciência econômica, e tiveram como docentes várias personalidades monetaristas da época, tais como Milton Friedman e Arnold Harberger (Valdés, 1995; Fuentes; Valdeavellano, 2015).
2. Ramos (1977).

monetária e fiscal restritivas, corroeu os salários reais e consequentemente a atividade econômica – os salários reais em 1975 eram 62,9% do valor de 1970 (Foxley, 1982, p. 5; Angell, 2002, p.299; Ffrench-Davis, 2003, p. 38). A recessão produziu aumentos progressivos na taxa de desemprego[3].

Na segunda metade de 1976 foi iniciada a segunda fase da política econômica da ditadura e a economia chilena obteve os melhores indicadores macroeconômicos sob o regime de exceção (Ramos, 1989). A principal variável escolhida para efetuar o controle inflacionário foi a taxa de câmbio. No início da experiência monetarista, o peso chileno sofreu depreciação para contornar o déficit em conta corrente e manter o poder de compra real da moeda[4]. Como resultado dessa nova estratégia utilizando o câmbio e as tarifas públicas, houve uma redução sistemática da taxa de inflação, de uma média de 300% no triênio anterior para 91,7% em 1977 e 40,2% em 1978, 35% entre 1979 e 1980 e 19,7% em 1981 (Yáñez, 1984). Outro aspecto caracterizador da segunda fase foi de forte crescimento econômico. A redução da inflação aliada a forte entrada de capitais externos atraídos pelas taxas de juros reais altas contribuíram para o aumento dos salários reais e da produção, recuperando o crescimento econômico em taxas elevadas do PIB (Foxley, 1982; Ramos, 1989; Ffrench-Davis, 2003).

Na terceira fase (meados de 1981 até 1983) a fragilidade da estratégia econômica do governo foi exposta, com a economia deteriorando-se profundamente. Em primeiro lugar, a redução das tarifas externas e valorização da moeda barateava as importações e desestimulava as exportações, com a consequente deterioração da balança comercial e da conta corrente, a medida que essa dinâmica ficava altamente dependente do fluxo de capitais estrangeiros. Em segundo lugar, em função do distanciamento entre as taxas de inflação interna e externa e também das taxas de juros reais domésticas e internacionais os desequilíbrios do balanço de pagamentos e do endividamento externo foram potencializados, levando a economia à crise econômica (Ramos, 1989). A estabilização inflacionária ocasionou graves efeitos no equilíbrio externo levando a maior recessão da América Latina à época, acarretando em diversas quebras de empresas do setor agrícola, industrial e de construção (Ffrench-Davis, 2003).

3. De um nível de 9% em 1974 para 16,3% em 1976. Quando se inclui nesta cifra o Programa de Emprego Mínimo (PEM)4, implementado pelo governo em 1975, a taxa de desemprego (desempregados mais o PEM como proporção da força de trabalho) passa de 9,2% em 1974 para 21% em 19765 (Foxley, 1982, p. 24).

4. Na nova estratégia contra a inflação, foi instituído um regime de desvalorizações de acordo com a inflação passada (*crowling peg passivo*), e que em 1978 passou a ser a taxas inferiores à inflação passada (*crowling peg ativo*), incorrendo em um constante atraso cambial, até que o câmbio foi fixado em 1979, adotando o enfoque monetário do balanço de pagamentos. A proposição subjacente ao enfoque monetário do balanço de pagamentos é que em uma economia aberta, sem déficit fiscal (eliminado neste ano no Chile) e com a taxa de câmbio fixo, deveria haver uma convergência entre as taxas de inflação interna e externa e também entre as taxas de juros (Angell, 2002; Ffrench-Davis, 1984; Ferrer, 2004).

Contraditoriamente ao discurso neoliberal, a intervenção do Estado chileno freou o colapso financeiro[5].

Após o golpe de 24 de março de 1976, José Alfredo Martínez de Hoz foi escolhido estrategicamente para o Ministério da Economia, que gozava de grande prestígio frente aos setores liberais e também no exterior com os círculos financeiros internacionais. (Canitrot, 1980). Assim como no caso chileno, Ramos (1989) divide a gestão da política macroeconômica do regime militar argentino em três fases. A primeira entre abril de 1976 e maio de 1978, a segunda entre maio de 1978 e inícios de 1981, e a terceira a partir de 1981 até 1983. Na primeira fase (os dois primeiros anos), a política econômica concentrou-se no controle de salários e num câmbio real externo desvalorizado. Tais medidas propunham a melhora no balanço de pagamentos através da elevação dos preços relativos dos produtos agropecuários e o controle inflacionário no curto prazo. A política anti-inflacionária do governo, de inspiração ortodoxa, combinou congelamento dos salários nominais por três meses e um forte ataque contra a organização dos trabalhadores através da intervenção direta nos sindicatos, dissolução da CGT, suspensão das atividades sindicais e direito de greve, reformas da *Ley de Contratos de Trabajo*, etc.. (Rapoport, 2000; Torre; Riz, 2002; Ferrer, 2004).

Por outro lado, o déficit público sofreu diminuição pela metade, situando em torno de 8,4% do PIB no final de 1976 (Torre; Riz, 2002, p. 129). Apesar disso, diversos autores, como Torre e Riz (2002), Ramos (1989), Canitrot (1980) enfatizam como particularidade o fato de que na experiência argentina, houve certo pragmatismo e hesitação na redução da inversão pública, para evitar uma elevada queda no nível da atividade econômica tal como ocorreu no Chile, o que teria contribuído para manutenção dos níveis da taxa de desemprego em média a 5% em todo o período, com mínima no período da segunda fase, menor que 3% ao ano (Ramos, 1989).

Na segunda fase (1978-1981) houve uma mudança do enfoque estabilizador, da política monetária restritiva implantada na fase anterior para um enfoque na balança de pagamentos (monetarismo de economia aberta) que levou a uma crescente valorização real da taxa de câmbio, que por outro lado aumentou a vulnerabilidade da economia, abrindo caminho para a crise[6] (CAnitrt, 1980; Ramos, 1989). Conforme

5. Os indicadores macroeconômicos apresentados por Ramos (*op. cit.*, p. 34) sinalizam a magnitude da recessão, uma queda de 15,7% no PIB *per capita* e a taxa de desemprego com os programas de emergência incluídos subiu ao nível de 30%.

6. A reforma financeira foi colocada em prática em julho de 1977, mas é aqui explicada conjuntamente na segunda fase devido a sua importância, e relação com a liberalização comercial como pontos centrais do modelo econômico argentino, conforme vários trabalhos tais como Canitrot (1980), Rapoport (2000), Ferrer (2004,2016). Conforme, Ramos (1989) adverte, os objetivos de políticas de estabilização e reformas estruturais se confundem temporalmente durante as três fases. O tratamento dessas questões no que Ramos (1989) chamou de "segunda fase" se justifica em primeiro lugar para fins expositivos e também porque é possível observar um grau de complementaridade entre esses três campos de medidas.

Ferrer (2004, p. 305) a abertura se desenvolveu em duas partes: a primeira flexibilização dos investimentos estrangeiros, em pé de igualdade com o nacional e em segundo lugar uma série de medidas. Houve redução tarifária das exportações não tradicionais e rebaixamento de tarifas sobre produtos manufaturados da média de 90% para 50% entre 1976 e 1978, e na segunda fase foi intensificada de um nível médio de 50% para 35% em 1981 e 20% em 1984 (Ramos, 1989, p. 52-54). A reforma financeira visava substituir o esquema de financiamento "industrialista", imperante no modelo de industrialização argentina antes de 1976, por um esquema "eficientista" nas denominações usadas por Canitrot (1980). A reforma financeira se mostrou débil para alcançar seus objetivos. O programa básico, a convergência entre as taxas de juros internas e externas também não ocorreu, embora tenha sido instituída a liberdade de movimentação de capitais.

Em 1977 a inflação anual estava num nível de 180%. A política monetária restritiva não alcançava os efeitos esperados de forma rápida. Assim, Martínez de Hoz alterou em algum grau o diagnóstico do problema inflacionário, passando a conceber a inflação como resultante das expectativas dos agentes econômicos, que adotavam medidas defensivas em um cenário de incerteza. Peça central, na nova estratégia a política cambial implementada a partir de dezembro de 1978 na administração do câmbio ficou conhecida como *tablita*. A nova estratégia dentro do enfoque monetário do balanço de pagamentos desacelerou tardiamente do processo inflacionário, para 175% em 1978, 160% em 1979 e 100% em 1980 (Ramos; 1989). Apesar da desaceleração, nos anos do regime militar a inflação ficou sistematicamente acima dos 100% e não houve convergência com a taxa de inflação internacional, o que contrasta com os resultados nessa matéria na experiência chilena[7] (CEPAL; INDEC *apud* Rapoport, 2000, p. 796).

Na terceira fase, os desequilíbrios do setor externo explodem na Argentina. A crise na balança de pagamentos e o comprometimento da solvência do sistema financeiro argentino são explicados pelo autor por duas razões. Primeiramente, a valorização cambial causou a perda de mercados internos e externos para muitas empresas, ocasionando déficits na conta corrente. Segundo, em função do risco cambial atrelado a esses déficits, optou-se pelo aumento da taxa de juros real em 1981, que já vinha permanecendo em níveis altos nessa segunda fase, causando maiores custos financeiros para as empresas.

7. No que se refere ao crescimento econômico, no total a taxa de crescimento média do PIB no período de 1976 a 1983 foi, na ordem de -0,6. No subperíodo entre 1975-1980 foi 1,9%. É menor mesmo se compararmos com outros períodos históricos de pouco crescimento, por exemplo, entre 1970 e 1975 o PIB cresceu 2,9% (CEPAL, 1984, p.145-146). Assim como no Chile, na segunda fase, quando implementou-se a nova política cambial, o crescimento econômico foi um pouco mais expressivo. (Ramos, 1989). Em 1979, (com a entrada de capitais) e 1980 o PIB cresceu respectivamente 7,1% e 1,4% (CEPAL, 1981, p.120-121).

Assim, a reduzida credibilidade da política cambial do regime e os citados desequilíbrios macroeconômicos incentivaram a fuga de capitais com a pressão nas reservas internacionais obrigaram o governo a incorrer em desvalorizações cambiais em uma magnitude que quintuplicou o câmbio durante o ano de 1981 (Torre; Riz, 2002; Ramos, 1989).

Política econômica e os economistas em conflito: os planos econômicos e as declarações públicas

Passa-se agora a sistematização dos principais aspectos da política econômica dos dois regimes militares, quando se considera as declarações efetuadas a partir do desenrolar dos acontecimentos. Elas não são analisadas em si mesmo, mas também relacionadas com os planos econômicos de cada país, e ainda relacionada com aspectos gerais da bibliografia referente às disputas entre economistas nos regimes.

Os problemas enfatizados tanto pelos ministros da Economia e Fazenda chilenos, respectivamente, General Rolando González (1978) e Contra-Almirante Lorenzo Gotuzzo (1978a), quanto de Martínez de Hoz (2016b; 2016i), mais imediatos de ambas economias eram a inflação e o déficit orçamentário, o déficit do balanço de pagamentos, o controle generalizado de preços, mercados negros de produtos (decorrente do desabastecimento no Chile) e de divisas (Argentina). Mas paralelamente as reformas econômicas e institucionais já entravam nas pautas do governo. No Chile desde os primeiros meses de governo estiveram no horizonte dos ministros, mesmo no período em que o militar Lorenzo Gotuzzo esteve no Ministério da Fazenda, o que sugere um grau de importância e influência do *El Ladrillo*, que foi conhecido antecipadamente, no modo de planejar as medidas econômicas, mesmo quando os *Chicago boys* não haviam se consolidado no governo. A abertura comercial e a reforma da previdência parecem ser a prioridade desde o início do governo Pinochet. Na Argentina, a ênfase maior refere-se à questão do sistema financeiro, mas medidas em direção a abertura comercial e a questões trabalhistas foram aplicadas. As privatizações avançaram mais no caso chileno com um considerável número de privatizações, do que na Argentina, que se limitou a realizar basicamente a "reprivatização" e a privatização periférica, com grandes problemas para avançar (Martínez de Hoz, 2016c, 2016d).

Um tema caro ás experiências é a inflação. Apesar de um diagnóstico comum nos planos econômicos, que se diferenciava pelo tratamento de choque para o Chile e gradual para a Argentina, a documentação destoa do diagnóstico e da estratégia anunciada inicialmente. A análise dos planos econômicos indicou que ambas as experiências compartilhavam do mesmo diagnóstico inicial, mas diferenciaram pelo tratamento: de choque para o Chile e gradual para a Argentina. A análise da documentação relativa às declarações públicas indica novos elementos. De maneira geral, em 1973 e 1974,

estabilização da inflação é percebida como gradual, preocupada com custos sociais em relação a renda, produção e emprego. Este é um ponto interessante, já que o gradualismo estava relacionado ao fracasso no plano econômico chileno. É somente quando do anúncio do *Programa de Recuperación Económica,* anunciado por Jorge Cauas, e em um contexto de crise internacional, que se realiza uma mudança rumo a uma maior radicalidade em matéria de estabilização, combinando o instrumento de redução do déficit fiscal com a valorização real da taxa de câmbio (Cauas, 1978a, 1978b). Essa maior radicalidade foi exacerbada nos discursos de Sérgio de Castro, ao substituir o ministro no fim de 1976, que levou em prosseguimento a política cambial como estratégia anti-inflacionária, culminando na sua fixação total no fim da década. Na Argentina, as mudanças em comparação com o próprio diagnóstico inicial foi mais brusca, mas não no sentido contrário, mas acentuando os tons pragmáticos da política que já era considerada gradual. No início, o tratamento da inflação era gradual, visando compatibilizar com a reativação econômica do país (Martínez de Hoz, 2016f). Em 1977 Martínez de Hoz surpreendeu com a "trégua de preços", na qual cobrava aos empresários um esforço no sentido de que em período temporário não aumentasse os preços dos produtos (Martínez de Hoz, 2016e). Por fim, o governo argentino também deixou o câmbio se valorizar em termos reais para produzir uma redução do ritmo inflacionário, o que não ocorreu.

Os custos suportados pelo governo em relação aos setores produtivos e a sociedade em geral é outro assunto que pode ser tratado a partir da documentação de declarações. Dentre medidas destaca-se que entre 1973 e 1974 a inversão pública aumentou e outras medidas paliativas para os setores mais pobres, como a antecipação de pagamentos de salários, inclusão de bonificação, auxílio desemprego, um programa de emprego mínimo, etc... (Gotuzzo, 1978b). Em 1975, a estratégia foi mudada com contornos mais brutais no tratamento da inflação, e uma das primeiras expressões disso foi a diminuição dos investimentos públicos e outras mudanças no setor estatal da economia. Sérgio de Castro, em seus discursos, passou a enfatizar mais os sacrifícios necessários, e que o setor privado deveria absorvê-los. Inclusive pela diminuição da inversão pública. No caso argentino, os custos não eram toleráveis em termos de desemprego e descenso da atividade econômica, e várias declarações do Ministro da Fazenda convocava os empresários a não demitir e ou utilizava de instrumentos, como a inversão pública, para não permitir o aumento do desemprego massivo (Martínez de Hoz, 2016i). Em várias ocasiões também prezou-se pela combinação de combate a inflação e aumento da atividade econômica. Em termos de emprego e inversão pública, Martínez de Hoz externaliza como articulador, dois sinais, provavelmente para agradar determinados setores da sociedade, como os militares e os críticos. Esta certa "vacilação" se reflete primeiramente na inversão pública, ora declarando que os imperativos legais e os herdados em relação as obras não concluídas da gestão do governo anterior não

permitiram a redução (Martínez de Hoz, 2016f), ora anunciando projetos de longo prazo de inversão pública[8] (Martínez de Hoz, 2016j).

A estratégia de crescimento presente nos planos econômicos em ambos os casos eram orientadas para os setores primário-exportadores principalmente a agricultura e a mineração. Porém, embora buscasse a mesma orientação exportadora, o caso argentino era mais pragmático em relação ao setor industrial e ao mercado interno (com uma crítica menos amena em relação ao processo de substituição de importações) (Martínez de Hoz, 1981), diferenciando do caso chileno, em que até mesmo o setor industrial deveria se submeter apenas a uma lógica exportadora e especializada nos produtores que gozavam de vantagens comparativas (De Castro, 1992). Nas declarações públicas, a análise se mantém para o Chile, até mesmo na fase em que os ministros militares permanecem no governo, a estratégia exportadora dos setores, contra o esgotado modelo de substituição de importações é visualizada (Gotuzzo, 1978a). Todavia, Martínez de Hoz novamente emite sinais diversos na questão da estratégia de desenvolvimento. Em certos discursos, na fase final de sua gestão, entre 1978 e 1981, possibilita o entendimento de uma ruptura total, aos modos como ocorreu no Chile, enfatizando a limitação do mercado interno (Martínez de Hoz, 2016i), mas em outros momentos, o mercado interno é justificado e exaltado pela contribuição à reativação econômica, assim como projetos industriais implementados pelo Estado, e outras medidas de estímulo à indústria conectada com o mercado interno (Martínez de Hoz, 2016h). Em relação ao relacionamento com os setores produtivos, as respostas às críticas são abertas pelos economistas chilenos, e em especial dos *Chicago boys*, que além de criticar o passado desenvolvimentista do país atrelado a influência dos grupos industriais e dos sindicatos, prezam pela submissão dos grupos organizados pela disciplina ao combate da inflação e à reestruturação produtiva do país, absorvendo os custos necessários. Na experiência Argentina, no início do regime militar Martínez de Hoz preza pela interlocução com os diversos setores da economia, e em especial com o setor de sua origem social, a agricultura (Martínez de Hoz, 2016f). Com os empresários do setor e também da indústria, inicialmente cobra esforços, mas na forma de "pactos sociais". Porém com o desenvolvimento da política econômica, passa a enfrentar críticas de modo mais aberto, em especial a partir de 1978 – quando da mudança da estratégia anti-inflacionária e do progresso maior da abertura comercial, oportunidade que tenta passar um discurso de disciplina, agora pela via mais de eficiência produtiva dos setores industriais, e também na agricultura, que deveria aceitar as condições e dificuldades concorrência dos mercados internacionais (Martínez de Hoz, 2016j, 2016d).

8. De igual maneira, ao mesmo tempo em que discursa se defendendo das críticas quanto à diminuição do funcionalismo (Martínez de Hoz, 2016f), afirma que o processo não seguiu pela situação de recessão do país, e ainda pontua como positivo as baixas taxas de desemprego vigentes no país, ao contrário do Chile, que a inflação abaixou, mas as taxas de desemprego eram elevadas (Martínez de Hoz, 2016j).

Para os fins do trabalho, cabe relacionar a documentação com a literatura referente aos economistas. No trabalho de Loureiro (1997)[9] a "[...] tecnocracia é entendida como o poder de tomar decisões de matéria econômica, atribuído por governantes e especialistas, em função basicamente de sua competência técnica" e o poder tecnocrático quando essas decisões não são alvos de questionamentos por partes dos grupos e da sociedade, ou seja, quando o técnico não presta constas, como o é normalmente em regimes autoritários (Loureiro, 1997, p. 16).

Para o caso chileno, nos interessa apontar preliminarmente com base nos estudos de Fontaine Aldunate (1988) e Valdés (1995) e em documentação primária aspectos que a bibliografia normalmente não menciona ou deixa como passivo na análise da política econômica. Especificamente nos referimos a respeito das disputas entre dois tipos de enfoque no início do governo, que mostram que os *Chicago boys* não eram hegemônicos desde o início da ditadura militar. Em uma primeira fase de 1973 e 1975, os *Chicago boys* compartilharam espaço no governo com outros economistas e profissionais que não necessariamente tinham as mesmas posições sobre a política econômica. Nesta fase a política econômica envolveu medidas mais gradualistas, da qual os *Chicago boys* eram contrários, e um dos principais representantes do gradualismo era um engenheiro chamado Rául Sáez, que ocupou o cargo de Ministro da Coordenação Econômica e Desenvolvimento. A partir de 1975, Jorge Cauas (um economista formado na Universidade de Columbia), com o apoio dos *Chicago boys*, é que instaura-se o chamado tratamento de choque da inflação com a aprovação do *Programa de Recuperación Económica* e a perspectiva gradualista é derrotada, com a saída de Rául Sáez do governo. A partir de 1975 inaugura-se uma fase de expansão da influência dos *Chicago boys* para os principais cargos em relação ao comando da economia, implementando as políticas econômicas radicais.

Por outro lado, é notório nos trabalhos de Heredia (2004) e Canelo (2008) que na Argentina a política econômica era pressionada de um lado pelos vetos dos militares, que enfatizavam a necessidade de não haver recessão e aumento das taxas de desemprego, e por extensão não deveria haver diminuição do gasto público e dos investimentos estatais (isto é explicitado mesmo nas análises usuais da política econômica) e de outro havia uma divisão entre os economistas do campo liberal, os liberais tradicionais, que

9. O livro de Loureiro (1997), apesar de se concentrar no caso brasileiro, que não é objeto de estudo desse trabalho, constitui-se uma das obras importantes em termos teóricos para a pesquisa. Pela revisão de literatura, a autora aponta uma diferença marcante entre dois grupos de países no tocante a atuação dos economistas. O primeiro são os países de democracias ocidentais com estabilidade democrática, casos em que os economistas nestes países atuam como funcionários de carreira e assessores econômicos do governo. O segundo grupo de países são aqueles que possuem tradição autoritária, com democracias menos estáveis ou em processo de consolidação democrática, como é o caso dos países da América Latina, quando a forma de participação dos economistas engloba além das anteriores, mais uma específica, a de dirigentes políticos, recrutados a partir de critérios pessoais e critérios técnicos.

enfatizam a necessidade de um ajuste duro em conformidade com as promessas de início de governo e os liberais tecnocratas. É nesta margem estreita que se deu a política econômica do período.

Na Argentina, as análises de Heredia (2004) e Canelo (2008) podem elucidar outros comportamentos encontrados na documentação primária. Tendo este marco analítico, os resultados parciais parecem corresponder a análise das autoras. Antes de expor as razões cabe ressaltar que esses resultados foram inferidos a partir da análise apenas pelo movimento da política econômica, expressado pelos discursos de Martínez de Hoz. Desta forma, as "vacilações" e a maior firmeza ao final do mandato, encontradas em seus discursos podem ser devido ao embate, ou mesmo à ascendência adquirida pelo ministro entre esses grupos. Assim, a manutenção de baixos níveis de desemprego e a consideração pela combinação de combate a inflação podem estar condicionados aos militares e aos grupos nacionalistas. Por outro lado, os sinais diversos a respeito de redução gradual do déficit público e dos investimentos públicos podem ser entendidos por certa influência e críticas dos liberais tradicionais, militares e também dos tecnocratas. A não redução brusca do déficit público e o aumento dos projetos estatais de obras públicas pode se relacionar com os limites estreitos impostos pelos militares. O pequeno avanço das privatizações também pode ser um sinal de veto militar. De outro lado, a manutenção do discurso de diminuição dos gastos com as empresas estatais, assim como a exaltação do enfrentamento das causas tradicionais da inflação satisfazia as demandas dos liberais tradicionais. Ademais, a direção final de seu mandato, pela defesa explícita da valorização real da taxa de câmbio e do aprofundamento do programa econômico[10], e afastamento dos tons conciliatórios pode significar a influência maior dos tecnocratas.

Considerações finais

A principal sugestão do trabalho é que equipes econômicas não eram monolíticas, e tinham em seu seio intensos conflitos entre economistas e profissionais que dirigiam a economia, e os *Chicago boys* tiveram maior capacidade de superar outros profissionais e projetos alternativos de política econômica, ou mesmo criar alianças com outros grupos civis, enquanto Martínez de Hoz enfrentou e se movimentou institucionalmente para tentar contornar um campo hostil em relação aos militares, aos liberais tradicionais e na gestão política do interior do seu próprio gabinete.

10. Como reação a esse novo plano, diversos representantes do liberalismo tradicional (*Consejo Empresário Argentino*, *Sociedad Rural Argentina*, e Alvaro Alsogaray) endureceram suas posições em relação ao governo a partir das críticas sobre o tamanho do Estado, as consequências para o balanço de pagamentos da sobrevalorização cambial e a perda da rentabilidade das empresas.

Isto nos remete a uma segundo aspecto, de que os economistas não apenas ficaram em seus gabinetes preocupados essencialmente com a tomada de decisões de acordo com critérios puramente técnicos. Na verdade, havia movimentações em busca do processo decisório, para imprimir a ele uma determinada orientação. Assim, por exemplo, os *Chicago boys* tiveram capacidade institucional e política para passar por diversos espaços sociais e institucionais, se movimentando política e institucionalmente dentro e fora do aparato estatal chileno buscando legitimidade para superar resistências de outros economistas e profissionais que não compartilhavam das convicções monetaristas e minar alternativas, conseguindo através da conquista dos principais cargos da política econômica e da sua influência externa, imprimir políticas econômicas radicais. No caso da Argentina, Martínez de Hoz compartilhava do mesmo senso de dirigente político, tentando se movimentar nas arenas institucionais do Estado recheadas de vetos e iniciativas contrárias dos militares, gerir o debate realizado dentro dos seus meios sociais fora do governo com representantes do liberalismo tradicional, e por fim a correlação de forças entre diferentes visões de economistas, e solucionando impasses.

Referências

Fontes primárias

BANCO CENTRAL DE CHILE. *Indicadores económicos y sociales de Chile: 1960-2000*. Santiago, Departamento Publicaciones de la Gerencia de Investigación Económica 2001.

BARAONA, P. A**.** Compromiso de Erradicar la Extrema Pobreza**.** El Mercúrio. 14 de abril de 1977. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

CAUAS, J**.** El Programa de Recuperación Económica del Gobierno. 24 abr. 1975 In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

_____. Exposición del Ministro da Hacienda, Sr Jorge Cauas. 29 jul. 1976. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

_____. Instrucciones para La Reduccion Del Gasto Público. 2 maio 1975 In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.

CEPAL. *Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe*. NU, Santiago de Chile, vários números.

DE CASTRO, S. *El Ladrillo: Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

_____. *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública*. Jul. 1981. Santiago: Dirección de Presupuestos, 1981.

GONZÁLEZ, R. Las Primeras tres Etapas Económicas del Gobierno. La Prensa 28 set. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

GOTUZZO, L. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública. Out. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

_____. Tenemos un Camino muy Difícil que Recorrer. Canal 13**.** 12 Out. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

LÉNIZ, F.; GOTUZZO, L. Exposición *de* los Ministros de Economía y Hacienda. 13 jun. 1974. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978, p.65-86.

MARTÍNEZ DE HOZ, J.A. Discurso en al acto Aniversario de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires sobre el programa de inversión pública a mediano plazo. 11 ago. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016a, p.349-355.

_____. Discurso en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires. 28 jul. 1976. MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016b, p.42-47.

_____. Discurso pronunciado en la Camera Argentina de Comercio sobre la función subsidiaria del Estado, la descentralización y la apertura de la economía. 21 nov. 1979. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016c, p.612-619.

_____. Mensaje a todo el país por radiotelefonía y televisión, anunciando medidas de profundización y ajuste del plan económico. 20 dez. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016d, p. 442-541.

_____. Mensaje por la cadena nacional de radiotelefonía y televisión, convocando al esfuerzo solidario de todos los argentinos. 8 mar. 1977. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economia 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016e, p.127-136.

_____. Mensaje a todo país por radiotelefonía y televisión, sobre le ejecución del programa económico en 1976 y las perspectivas para 1977. 23 dez. *1976.* In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016f, p. 109-114.

_____. Palabras pronunciadas por el Sr Ministro de Economía, Dr. José A. Martínez de Hoz, en el mensaje dirigido al país al finalizar su gestión de cinco años al frente de la cartera a su cargo. 12 mar. 1981. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/ 29 de marzo de 1981.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016g, p.951-964.

_____. Política Agropecuaria Argentina. 27 jun. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016h, p.28-30.

_____. Política de Precios. 12 abr. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/ 29 de marzo de 1981.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016i, p.16-18.

_____. Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina. In: PALACIO DEHEZA, C. *El plan Martínez de Hoz y la economía argentina*, Buenos Aires, Corregidor, 1981, p. 346-384.

_____. Reportaje efectuado en el programa "Análisis a fondo", canal 9, sobre política cambiaria y otros temas de actualidad. 20 mar. 1979. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016j, p.475-478.

Bibliografia

ANGELL, A. Chile, 1958-c. 1990 (cap. 6) In: BETHELL, Leslie (org). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*, Barcelona, Crítica,vol. 15, 2002, p. 255-213.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução geral. In: _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 11-29.

CANELO, P. Las dos almas del Proceso: Nacionalistas y liberales durante la última dictadura militar Argentina (1976-1981). *Páginas (Rosario): Revista Digital de la Escuela de Historia*, v. 1, nº 1, 2008, p. 69-85.

CANITROT, A. La disciplina como objetivo de la política económica. Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976. *Desarrollo económico*, 1980, p. 453-475.

CÓRTAZAR, R; MARSHALL, J. *Indice de precios al consumidor en Chile: 1970-1980*. Colección de Estudios CIEPLAN 4, 1980, p. 159-201.

FERRER, A. *La economia argentina: desde sus origines hasta principios del siglo XXI*. Fondo de Cultura Económica, 3ª ed., 2004.

FFRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Tercera Edición aumentada y actualizada. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

FFRENCH-DAVIS, R.; MUÑOZ, O. ; PALMA, J.G. As economias latino-americanas (1950-1990). In: BETHELL, L. (Org.). *A América Latina após 1930*, São Paulo, EDUSP, v. VI, 2005, p. 129-228.

FONTAINE ALDUNATE, Arturo. Los economistas y el presidente Pinochet. *Santiago: Zig-Zag*, 1988.

FOXLEY, A. Towards a Free Market Economy: Chile 1974-1979. *Journal of Development Economies* 10(1), 1982, p. 3-30.

HEREDIA, M. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI*, v. 197, 2004.

RAMOS, J. Inflación persistente, inflación reprimada e hiperestanflación. Lecciones de inflación y estabilización en Chile. *Cuadernos de Economía*, nº 43, 1977, p.65-108.

RAMOS, J. *Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina, 1974-1983*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

RAPOPORT, M. La dictadura militar y la crisis económica (1976-1983). In: _____. *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000, p. 727-851

TORRE, J.C; RIZ, L. Argentina 1946-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (org). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*. Barcelona, Crítica, vol. 15, 2002, p. 60-155.

VALDÉS, J. G. *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile*. Cambridge UniversityPress, 1995.

YÁÑEZ, J. *Nota técnica: Índice de Precios al Consumidor*. Universidad de Chile, Departamento de Economia, vol. 11, p. 117-118.

O Estado latino-americano na atual fase do imperialismo

Rodrigo de Paula Abi-Ramia*

Introdução

Buscamos neste trabalho, através de uma revisão bibliográfica, apresentar uma discussão acerca do papel do Estado dependente latino-americano no Capital-Imperialismo. A partir do entendimento das especificidades do sistema capitalista contemporâneo e do papel do Estado dependente na manutenção deste sistema, busca-se apreender as modificações ocorridas tanto no imperialismo como nos Estados na contemporaneidade.

Partimos do pressuposto que o sistema capitalista se modifica no fim do século XIX para alcançar a etapa imperialista e que o papel dos Estados nacionais acompanha essas modificações buscando manter seu papel essencial na acumulação de capital. Entendemos ainda que o sistema imperialista vem se modificando na contemporaneidade, impulsionado pelas dinâmicas exacerbadas do capitalismo, que se mostra crescentemente concentrado e financeirizado. Estes pressupostos nos levam à hipótese de que o Estado deve passar por modificações para manter seu papel central no sistema imperialista, bem como no próprio processo de acumulação. Enfim, entendendo que o Estado Dependente e o Central têm papéis específicos no sistema imperialista chegamos a hipótese central deste trabalho que é a de que o Estado dependente se modifica para manter seu papel específico. Buscamos então identificar algumas destas mudanças e entender a renovada posição do Estado dependente no capitalismo contemporâneo.

Uma concepção errônea do papel estatal, ou a aceitação dogmática de teorias que (ainda que válidas) podem encontrar-se hoje desatualizadas, não permitem a apreensão do capitalismo atual corretamente e tampouco das especificidades do capitalismo dependente. Essa apreensão se mostra sempre efêmera e necessitada de atualizações conforme se renova o capitalismo. Um melhor entendimento da ação estatal é a única base possível para a reflexão e proposição quanto às inúmeras problemáticas que acompanham esse sistema global, uma vez que tem papel central na manutenção e expansão do capitalismo, apesar do forte discurso acerca da diminuição dos Estados.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana; PPGICAL-UNILA. E-mail: rodrigo.abiramia@gmail.com.

Buscamos no primeiro tópico uma discussão do conceito de imperialismo, o qual iniciamos com as teorias pioneiras que versavam sobre a temática, principalmente a perspectiva de Lênin. Entendemos que esta possui maior poder explicativo para a compreensão do imperialismo de sua época e do atual. Adentramos na teoria do Capital-Imperialismo de Fontes, buscando identificar as modificações atuais que segundo a autora fariam com que o sistema especificado por Lênin se encontrasse já em uma nova etapa.

No tópico subsequente apresentamos uma discussão acerca do Estado dependente, que acreditamos ter um papel específico no sistema imperialista. Aqui adicionamos mais um recorte em nossa análise. Procuramos especificar o Estado no capitalismo dependente, e aquilo que o caracteriza. Em suma buscamos conceitualizar a questão estatal e da dependência desde uma perspectiva marxista e latino-americana.

Finalmente no terceiro tópico, partindo da estruturação conceitual que buscamos nos anteriores intentamos especificar o papel peculiar do Estado dependente no sistema Capital-Imperialista a partir dos recortes propostos (Estado central/dependente; Imperialismo/Capital-Imperialismo). Com o entendimento desta nova fase da economia mundial buscamos compreender as modificações que foram imputadas ao aparato estatal dependente e o papel que este assume (ou mantém) centralmente na manutenção e reprodução interna e internacional do capital-imperialismo.

Imperialismo e Capital-Imperialismo

A própria determinação do conceito de imperialismo é fruto de um rico debate, que surge de uma percepção generalizada de que o capitalismo vinha passando, no fim do século XIX, por uma modificação estrutural. Estaria nascendo uma dinâmica própria que não correspondia àquela que estava presente até então, ainda que tivesse sido gestada a partir dela. O imperialismo surgia da livre-concorrência e a subvertia. Gera-se um amplo debate acerca de sua definição que ganha força dentro do marxismo (sem se limitar a este). A visão que se tornou mais clássica é a de Lênin, segundo o qual o Imperialismo seria marcado por cinco fatores principais:

> 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (Lênin, 1917, p. 43).

A análise do autor aborda o imperialismo como fase do sistema capitalista, em oposição a outras leituras que o entendiam enquanto política[1]. Essa visão contudo não trataria o imperialismo apenas como uma fase alcançada por um país específico onde o capitalismo avançara no sentido da monopolização. Esse raciocínio é verdadeiro, porém não abarca a ideia de totalidade do sistema como o proposto por Lênin. Quando os países centrais chegam à etapa imperialista subvertem todo o sistema capitalista global, que adentra também uma nova fase, uma fase imperialista. Para Lênin, o imperialismo se daria como "condição de fase histórica do próprio capitalismo ou de movimento do mesmo em sua totalidade, e não como elemento daquele movimento ou parte daquela totalidade." (Gouvêa, 2016, p. 39).

Lênin percebe o movimento de concentração e centralização econômicas, em torno do capital financeiro (definido pelo autor como a união entre o capital industrial e bancário), que vem a abarcar inúmeros setores da economia global. Criam-se os grandes monopólios (assim chamados por Lênin) que passam a extrapolar as fronteiras nacionais não mais através de exportações de produtos manufaturados, mas sim de capitais. Este tipo de exportação busca valorizar o capital no exterior com o fim de transferir de volta valores para seus proprietários. Assim "a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas." (Lênin, 1917, p. 40).

Surge uma mudança qualitativa no próprio processo de subalternização das economias de capitalismo menos avançado, que diferente da era colonial não se veriam mais subordinadas diretamente pela força. Ainda que a coerção militar, bélica, mantenha um papel central na manutenção do sistema imperialista a subordinação no capitalismo passa a se dar essencialmente pelo próprio sistema econômico. Criam-se "formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática." (Lênin, 1917, p. 41).

O sistema imperialista que se gestava também criava uma crescente tensão entre as potências imperialistas. Ao acumular tamanha quantia de capital os monopólios passavam a expandir-se e os países imperialistas passam a competir entre si por regiões de influência para a atuação de seu capital que disputariam através de conflitos armados. Esta visão comprova-se quando as potências europeias se envolvem em duas guerras mundiais. Os conflitos interimperialistas são suspendidos por conta da possibilidade de destruição mútua criada pela tecnologia nuclear, porém, o atrito e

1. Atente-se que numa visão do Imperialismo como política este poderia ser modificado a partir do aparato estatal. Na visão do imperialismo enquanto fase do capitalismo apenas a superação do próprio capitalismo poderia pôr um fim a este sistema.

concorrência se mantiveram. Ainda que a dominação passasse a se dar através do sistema econômico cabia aos Estados manter e expandir as áreas para a atuação de seu capital, tensionando as relações interestatais.

As modificações estruturais dadas no imperialismo global com o fim da Guerra Fria e o advento do neoliberalismo parecem engendrar a multiplicação de obras acerca da temática. Dentre as concepções contemporâneas, reivindicamos como marco teórico a obra de Virgínia Fontes, que em *O Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010) apresenta uma análise profunda e bem fundamentada acerca das atualidades do imperialismo. A autora busca apreender as especificidades do sistema atual, marcado sobremaneira pela financeirização da economia e a migração de capitais da esfera produtiva em direção à financeira, onde buscam a idealizada valorização fora no processo produtivo (o que, na prática, não pode ser possível). A partir da Segunda Guerra Mundial haveria a gestação do Capital-Imperialismo. O conflito armado entre as grandes potências deveria ser interrompido, pelo perigo de destruição mútua e pela ameaça do bloco socialista. Os EUA (agora a superpotência capitalista) necessitavam de uma nova forma de aplicar os capitais acumulados em sua economia no período da guerra. A violência imperialista ao redor do mundo se manteve, na busca pela partilha do mundo entre os capitais monopolistas.

> A expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lenin. Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. (Fontes, 2010, p. 14).

Ainda que suas bases remontem ao fim da Segunda Guerra Mundial, essas modificações vieram a tona mais claramente (e se aceleraram) a partir da globalização neoliberal e das perspectivas de *fim da história* que se multiplicaram com o fim da Guerra Fria. O capitalismo se encontraria numa fase de supremacia absoluta do capital rentista, portador de juros. Este, não podendo valorizar-se por si próprio se utiliza do capitalista industrial para ser aplicado ao processo produtivo, em forma de empréstimo dinherário. Assim torna-se o próprio capital-dinheiro uma mercadoria, cujo preço é medido pelos juros. Neste processo o capitalista industrial necessitará extrair a mais-valia no processo produtivo de forma redobrada para pagar de volta os juros (proporcionando assim a valorização do capital rentista) e acumular para si próprio objetivando acumular a tal ponto que possa também se descolar da esfera produtiva e explorar o capital enquanto mercadoria. Ainda que esta dinâmica não seja nova no capitalismo, na contemporaneidade a lógica do capital financeiro passa a ter a supremacia no processo de acumulação. (Fontes, 2010).

O novo sistema busca reconfigurar as economias de modo a permitir a acumulação de forma cada vez mais rápida através de expropriações sempre crescentes e maior liberdade do capital. Essa possibilidade refreava-se pelo perigo que representava o bloco comunista durante a Guerra Fria e seu possível apelo ideológico. Com o fim da ameaça comunista as expropriações crescem em todos os rincões do planeta (centro e periferia) como se vem percebendo desde a ascensão neoliberal e principalmente em momentos de crises capitalistas. A possibilidade de uma nova revolução ao estilo bolchevique se mostra reduzida e desde a queda do muro de Berlim o neoliberalismo é tido de fato como único modelo possível de organização econômica. Assim se cria espaço para a exacerbação das desigualdades inerentes ao capitalismo e o recrudescimento das expropriações de terras e de direitos.

Deve-se apontar que, ainda que as economias estejam se financeirizando, o próprio crescimento do capital financeiro exige que se mantenham os setores produtivos, já que é através do processo produtivo que se pode criar mais-valor. O capital não pode valorizar-se apenas na esfera rentista/bancária ainda que por vezes passe esta percepção, de forma que não existe de fato uma oposição entre capital bancário e produtivo, mas um entrelaçamento de ambos (como apontava Lênin (1917)). O discurso de enxugamento estatal presente a partir dos projetos neoliberais, se apresenta apenas no que concerne aos direitos estabelecidos e historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Os setores que podem ser utilizados para a acumulação privada vem sendo transferidos da esfera pública para a privada, sem que isso, contudo, signifique efetivamente uma diminuição da presença estatal em outros setores. Essas transferências feitas no âmbito do Estado demonstram sua centralidade como mantenedor das estruturas econômicas capitalistas, além de garantidor e promotor das expropriações. Na atualidade do Capital-Imperialismo o Estado tem duas atribuições essenciais segundo Fontes (2010), que seriam a preservação da liberdade internacional do capital, que deve buscar sua valorização aonde encontre as melhores possibilidades, concomitantemente à manutenção da classe trabalhadora limitada a sua localidade de origem, impossibilitada de buscar melhores condições de assalariamento em outras regiões.

O processo de expansão interminável do capitalismo exige dos Estados Imperialistas a manutenção de outros neste sistema sem maiores questionamentos. Os Estados que não seguem suas determinações essenciais devem ser coagidos a encaixarem-se. Deste modo o Estado norte-americano mantém e expande sua presença e atuação global, no formato militar e/ou econômico. Percebe-se o forte atrito interestatal nas regiões ricas em matérias-primas, justamente pela importância de dominação dessas áreas e expansão de zonas de atuação econômica pelos Estados centrais. Manter países dependentes inseridos nas premissas capital-imperialistas é de grande importância para a manutenção deste sistema e principalmente aqueles ricos em matérias primas, que possam ser exploradas livremente (inevitavelmente pelas grandes multinacionais

sediadas nos países centrais). A partir da fase imperialista então "A concorrência assumia, é claro, a forma de concorrência não só entre capitais, mas também entre Estados". (Corrêa, 2012, p. 58) Ainda que na atualidade essa concorrência se dê pautada pela presença de uma superpotência hegemônica globalmente a concorrência ela continua presente.

Estado Dependente

O debate em torno do Estado no capitalismo dependente busca apreender as especificidades dos papéis estatais específicos no sistema global polarizado. Primeiramente deve ser apontado que não entendemos capitalismo dependente como atrasado ou insuficiente, mas sim um capitalismo de estruturas específicas gestadas a partir do desenvolvimento capitalista dos países centrais (e sua chegada à etapa imperialista). Nas Palavras de Bambirra:

> O capitalismo na América latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (Bambirra, 2013, p. 33)

Essa dinâmica centro-periferia afeta as estruturas estatais que acabam por se adaptar a seu papel no processo de acumulação capitalista não se tratando, contudo, de outro Estado. De fato entendemos que as atribuições sistêmicas do Estado dependente são distintas das do central, justificando sua análise de em separado, ainda que como parte de uma totalidade que seria o Estado capitalista. Assim, se pode "falar de um Estado capitalista dependente, na medida em que a dependência se expressa também na dimensão política, e o Estado, nos países dependentes, exerce um papel fundamental na reprodução desta relação". (Bichir, 2017, p. 52) Demonstrando um formato diferente, porém, partindo da mesma estrutura, o Estado Dependente cria internamente processos advindos de sua subordinação econômica e política que devem ser considerados. Assim, deve-se levar em conta que existe

> uma estrutura comum a todos os Estados capitalistas. Tal argumento, contudo, não pretende negar ou ocultar a existência de diferenças significativas entre os Estados dos países dominantes e os Estados dos países dominados, mas sim se contrapor à ideia de que o Estado capitalista dependente possui uma estrutura particular e de que seria necessária, portanto, uma teoria do Estado capitalista dependente. (Bichir, 2017, p. 42)

Jaime Osório (2014) aponta sobre o estado dependente duas peculiaridades definidoras, que seriam a subsoberania e a superexploração da força de trabalho. A primeira seria criada pela profunda interligação das elites político-econômicas com o

capital internacional, gerando uma soberania condicionada aos interesses deste capital, que se interliga e subalterniza os países periféricos. Todavia isso "não impediu o exercício do poder político das classes dominantes de tais países a fim de impulsionar seus projetos, justamente porque estas classes possuem fortes laços com os interesses das classes dominantes do mundo central". (Bichir, 2017 p. 52)

A superexploração seria a constante violação do valor real da força de trabalho, liberando parcelas cada vez maiores de capital para a acumulação das burguesias internas e internacionais. O processo de estabelecimento do mercado interno nas economias dependentes fica limitado com a entrada das multinacionais nestas economias, visando uma produção barata para a exportação. Dessa forma o crescimento do setor industrial não está necessariamente atrelado ao crescimento do poder de compra das populações no capitalismo dependente. Esse fator possibilita que a força de trabalho seja remunerada abaixo de seu próprio valor e o setor industrial mantenha seu processo em expansão. Por outro lado essa violação se torna necessária como compensação pela drenagem do valor criado nas economias periféricas em direção às centrais, através de mecanismos como as remessas de lucros, juros da dívida, etc.. Enfim a estrutura extremamente desigual gestada neste processo acaba por reduzir "o campo das classes dominantes para estabelecer modalidades de domínio sustentadas em formas estáveis de consenso, o que explica a instabilidade democrática na região latino-americana" (Bichir, 2017, p. 51-52). Além disso, cria a constante necessidade de violência e coerção policial como forma de controle social por parte do Estado.

A partir da penetração do capital internacional na economia dependente (e a associação com o capital destes países) percebemos um crescente poder de decisão do primeiro na política do segundo. O capital sediado nos Estados dependentes, em geral abandonou projetos de desenvolvimento autônomo e passou a atuar em defesa dos interesses do grande capital forâneo. Criam-se as bases para um maior poder político do capital estrangeiro, já que agora seus interesses são engajados pelas burguesias internas, que já ocupam o aparato estatal. A industrialização na América Latina deu-se em grande parte a partir da entrada de empresas transnacionais norte-americanas e europeias. Esse processo limitou a soberania nacional, impossibilitando os questionamentos ao *status quo.* Essa associação, também chamada de "integração imperialista dos sistemas de produção" é fator fundamental do período de hegemonia norte-americana já que a dependência assume um novo modelo e a própria industrialização não promoverá uma superação desta condição (como havia sido pensado até então) mas sim sua reprodução. (Marini, 2012, p. 35).

Estado dependente no Capital-Imperialismo

Nesta fase capital-imperialista as expropriações ganham grande velocidade de forma a acelerar a rotação do capital e possibilitar seu retorno à esfera financeira o mais

rápido possível. Nota-se que o capital busca se valorizar independente de empresas, proprietários, etc. O processo de acumulação se torna cada vez mais apressado moldando de acordo com a lógica do capital financeiro todo o processo produtivo. Nos países dependentes o Estado se encontra numa posição mais abertamente repressiva de modo a manter as estruturas sociais intocadas. Deve-se destacar mais uma vez que os interesses imperialistas não se dão como força externa aos países dependentes, mas se reproduzem desde dentro das estruturas econômicas e políticas destes países. O Estado se mostra aqui mais presente como mantenedor das expropriações, além de um agente expropriador. Busca-se ininterruptamente uma compensação das transferências de valor que mantenham a acumulação da burguesia sediada em seu território. A atuação estatal vai no sentido de manter o processo de acumulação interno sem enfrentar a drenagem de capitais ou o sistema internacional que o subalterniza. Ainda que a reestruturação neoliberal incida também sobre os países centrais e suas classes trabalhadoras em forma de expropriações, é nos países dependentes que o capital-imperialismo recrudesce as já polarizadas estruturas sociais com mais força.

> O uso da violência aberta foi aqui massivo, através principalmente da implantação de ditaduras que exterminaram uma parcela importante de militantes daquela geração, favoreceram expropriações massivas de terras, impulsionaram o avanço do capital sobre as fronteiras agrícolas e a formação de gigantescos contingentes populacionais totalmente dependentes do mercado, sem que isso significasse direito ou acesso ao mercado de trabalho formal (Fontes, 2010, p. 207).

O discurso muito presente no neoliberalismo em torno da diminuição do Estado apresenta-se como necessidade econômica, sempre revendo suas próprias bases e buscando expropriar sempre mais dos setores que podem ser utilizados para a acumulação privada. O chamado enxugamento estatal se dá em geral como expropriação de direitos da população, através de cortes de investimentos, reformas previdenciárias ou trabalhistas, que possibilitem maiores margens de lucros para o capital. A redefinição dos Estados dependentes se deu também no sentido de aumentar a liberdade do capital e diminuir a possibilidades de movimentação da classe trabalhadora. Mecanismos como o da dívida pública que distribui parcela da arrecadação estatal para o sistema bancário, requerem o aparato do Estado como entidade plasmadora (e legitimadora) da expropriação de recursos da classe trabalhadora para as classes altas e o sistema financeiro nacional e internacional. Longe de um mecanismo meramente externo

> o capital-imperialismo já se espraiava tentacularmente, passando a constituir interesses diretos no interior de alguns países secundários, de maneira ainda mais extremadamente desigual. Nestes, o capital-imperialismo implanta-se localmente, enraizando-se na vida social, econômica e cultural. (Fontes, 2010, p. 208).

A reestruturação econômica global com base num crescente poder do capital financeiro tornou necessário que os Estados dependentes se transformassem no intuito

de criar as bases para a chegada do capital financeirizado e rentista e sua valorização apressada. "A aparência de redução da importância dos Estados [...] rapidamente revelou-se como a redefinição de seu papel para atuar num conjunto cada dia mais complexo de investimentos transnacionais." (Fontes 2010, p. 208). Se percebe a partir dos Estados as reformas necessárias que permitiram a entrada em grande escala dos investimentos em carteira, além do fomento ao capital financeiro cá sediado[2]. Entendendo que o setor produtivo não está isolado do financeiro, (e no capital-imperialismo é a lógica financeira que comanda o processo de desenvolvimento e acumulação capitalista) o crescimento do setor financeiro, muito mais acelerado que a produção[3] demonstra a redefinição a partir (principalmente) da década de 1990 do modelo econômico da América Latina. Essa redefinição se mostra no processo de reprimarização da pauta exportadora do continente, maneira conveniente ao modelo financeirizado atual. (Amaral, 2012, p. 126) As expropriações e a reversão do modelo econômico ocasionam forte diminuição do mercado consumidor (percebido desde as ditaduras militares), e justamente por isso tornam necessário um crescente aparato coercitivo para manter a retirada de direitos políticos e sociais. O enxugamento enfim se dá na forma de expropriação, conjugada a uma reconfiguração (e não diminuição) estatal. (Fontes, 2010)

Na década de 1960 as ditaduras militares foram as responsáveis pela reestruturação econômica inicial de uma série de países na América Latina, permitindo a integração das indústrias nacionais ao capital estrangeiro e a desarticulação da resistência. Já na década de 1990 os Estados latino-americanos, agora redemocratizados, trabalharam pelas reformas necessárias à ascensão da lógica financeira como forma principal de acumulação buscando também limitar cada vez mais as possibilidades de acesso ao aparato estatal. Dessa forma independente do grupo que chegasse ao poder a partir de então as premissas do capital-imperialismo não seriam modificadas *de facto*. Passa assim por uma "generalização da redução da democracia ao parâmetro acionário – e sua imposição – no conjunto dos países, para adequar-se ao formato da representação de interesses acionistas e para habilitar a captura do conjunto dos recursos disponíveis em cada país". (Fontes, 2010, p. 208)

Algumas burguesias dependentes (como a brasileira) encontram-se numa posição que lhes permite, através da superexploração da força de trabalho manter a acumulação interna apesar das transferências de valor até certo ponto que se tornam capazes de expandir seu capital ao exterior. Nas palavras de Fontes "algumas burguesias secundárias,

2. Neste sentido destaca-se o crescimento dos fundos de pensão, que criou grande capacidade de acumulação de capital, além de possibilitar a liberação de parte dos salários da classe trabalhadora para a esfera financeira, como aponta Fontes (2010, p. 336).

3. Paulani apresenta uma importante contribuição no entendimento desta questão em A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil (2009).

com apoio estatal, impulsionam na atualidade processos de internacionalização de capitais a partir de suas próprias bases locais, mesmo incorporando significativa presença de capitais forâneos." (Fontes, 2010, p. 206) Todavia o país não deixa de estar submetido à dinâmica imperialista que aqui se dá de forma peculiar, por sua posição intermediária. No Brasil estão sediados capitais (ainda que mesclados com estrangeiros) que também reproduzem o processo de aplicação externa em busca de lucros na esfera financeira ou produtiva. A busca pelo controle de matérias-primas no continente existe na figura de grandes transnacionais brasileiras, em geral, do setor primário. O Estado neste caso tem papel fulcral, já que é com seu suporte (em forma de financiamentos, acordos políticos, etc..) que se possibilita esse processo. Busca-se ademais mais uma forma de compensação do envio de remessas aos países centrais sem questionar este sistema, através da recepção de transferências de valor da vizinhança.

Considerações finais

Percebemos que o sistema capital-imperialista é marcado pelo poder do capital portador de juros e sua penetração no aparato estatal. O Estado neste sistema teria duas atribuições principais ao nível sistêmico, a manutenção da liberdade internacional do capital, e a limitação da classe trabalhadora a seu Estado de origem (Fontes, 2010). Ainda que esse papel seja exercido internamente as dinâmicas são sistêmicas. Aquele Estado que não se apresenta efetivo nessas funções será encarado como pária. Internamente seu papel se mantém central nas expropriações, e no controle policial da população que permita a continuidade do processo de acumulação de capital sem sobressaltos. As expropriações permitem também a acumulação das burguesias dependentes concomitantemente às transferências de valor, fator fundamental ao imperialismo a partir da integração da indústria dependente ao capital estrangeiro. Os Estados dependentes que melhor cumprirem suas funções terão maior acesso ao capital internacional que se busca valorizar naqueles Estados que promovam as melhores condições de lucratividade (i.e. permitam maior exploração do trabalhador e maior liberdade do capital, bem como expropriações que liberem valor a ser acumulado). Se mantém assim o que Souza aponta como uma das funções essenciais do Estado dependente, qual seja: "[...] garantir as condições internas necessárias à reprodução das formas de dominação-subordinação imperialista" (Souza, 1995, p. 142 *apud* Bichir, 2017, p. 44) .

Retornando ao nível sistêmico (não desvencilhado do local) entendemos que as duas atribuições colocadas por Fontes como essenciais ao Estado seriam a manutenção da liberdade do capital e a limitação da classe trabalhadora. Em consonância, as especificidades apontadas por Osório como próprias ao Estado no capitalismo dependente seriam a subsoberania e a superexploração da força de trabalho. Desta forma podemos inferir que o Estado dependente no capital-imperialismo e mais especificamente a partir do neoliberalismo tem sua dependência exacerbada conforme reconfigura seu processo produtivo.

Com a ascensão do capital financeiro é exigido do Estado dependente que se torne cada vez mais permissivo a sua liberalização em larga escala, permitindo a entrada e saída dos fluxos de capital que vem se valorizar de maneira cada vez mais veloz. Sua entrada limita cada vez mais a soberania dos Estados dependentes, uma vez que os interesses internacionais estão mais presentes nos aparatos estatais e subordinam sempre mais o capital nacional. A soberania limitada dos estados dependentes se mostra clara com o estreitamento de possibilidades de intervenção econômica na atualidade. Mesmo durante os governos progressistas que foram taxados de intervencionistas ou neodesenvolvimentistas se percebe a limitação das possibilidades de intervenção ou regulação econômica pelo Estado se comparado aos processos desenvolvimentistas das décadas de 1940-1960. Não apontamos que esta condição não exista também nos Estados centrais, todavia é nos dependentes que o Estado seria mais necessário ao desenvolvimento capitalista, e justamente estes se tornam cada vez mais ausente.

Por outro lado ao agir para manter a classe trabalhadora limitada a suas fronteiras reforça a possibilidade da superexploração da força de trabalho, uma vez que os exércitos industriais de reservas, (que permitem o rebaixamento ilimitado dos proventos) estão impedidos de migrar para regiões com melhores condições de remuneração. Esse diferencial cria a possibilidade para o capital internacional de maiores margens de valorização, já que poderá produzir nos países dependentes com baixíssimos custos relacionados a força de trabalho ao mesmo tempo que a liberdade do capital permite que seja acumulado nos países centrais, de onde são provenientes em sua maioria, indo e vindo conforme as condições de valorização, sempre retornando contudo à esfera financeira.

Assim inferimos que ao se manter nos marcos do que Fontes determina como principais atribuições do Estado, com as especificidades da dependência, os Estados dependentes acabam por reproduzir de forma ampliada sua própria dependência. Isso se dá ao limitar sua soberania, deixando-se penetrar crescentemente pelo capital financeiro internacional (e em busca dele), e manter a possibilidade de superexploração, ao conter sua classe trabalhadora atuando concomitantemente no aumento da população disponível ao mercado através das expropriações de terras. Mantendo os diferenciais de produtividade e assalariamento concomitantemente à liberdade de capital os Estados dependentes mantêm, em suma, as transferências de valor em direção aos países centrais, movimento essencial da dependência.

Além disso, deve ser apontado que as burguesias nos países "intermediários" posicionam-se de forma a extrair mais-valia internacionalmente, com o amparo de seus respectivos Estados nacionais. Buscam-se transferências de valor de suas vizinhanças para compensar a drenagem de seus próprios recursos para as economias centrais, sem, contudo questionar o sistema. Nesse caso o Estado é essencial ainda para amparar a internacionalização de seu capital. Atua também na reprodução da

dependência em escala regional, ao exportar seu capital e as premissas do capital financeiro para a vizinhança.

O terror de Estado presente na América Latina durante o período ditatorial possibilitou a expropriação de direitos e a reprodução interna do Capital-Imperialismo, sem uma oposição viável. A partir da década de 1990 cresce o discurso da diminuição do Estado, em que este se ausenta de obrigações históricas e direitos adquiridos em prol da acumulação privada. Através de privatizações, reformas trabalhistas e previdenciárias o Estado atua no sentido de expropriar do patrimônio público o que pode ser utilizado para a acumulação privada. Ao mesmo tempo, cristaliza suas estruturas internas para evitar mudanças efetivas (que coloquem em risco a adesão destes Estados à globalização neoliberal) através de uma democracia superficial e um aparato técnico embebido da ideologia hegemônica. Enquanto em discurso se investe reiteradamente no infinito corte de gastos a estrutura estatal não pode diminuir de fato e aumenta para manter as expropriações, a acumulação e a liberdade global do capital, além do controle social, feito através do poderoso e crescente aparato coercitivo/policial. O papel essencial do Estado dependente no capital-imperialismo se mantêm não apesar do discurso da diminuição estatal, mas justamente na internalização deste discurso de contingenciamento nas próprias estruturas do Estado. Dessa forma as expropriações e a lógica financeira de acumulação se colocam como necessárias e irremediáveis a partir da reconfiguração estatal para promovê-las. Se mostra central o papel do Estado dependente na manutenção e reprodução do capital-imperialismo em suas contradições, e consequentemente na reprodução ampliada de sua própria dependência.

Referências

AMARAL, M. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo, 147f. *Tese (Doutorado em Economia)* - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

BICHIR, M. A Questão do Estado na Teoria Marxista da dependência, 205f. *Tese (Doutorado em Ciência Política)* - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

CORRÊA, H. Teorias do Imperialismo no Século XXI: (In) Adequações do Debate no Marxismo, 247f. *Tese (Doutorado em Economia)* - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOUVÊA, M. Imperialismo e método: Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia, 279f. *Tese (Doutorado em Economia Política Internacional)* - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LÊNIN, V. 1917 *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/661/>. Acesso em 15 de maio de 2019.

LUCE, M. *O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente*. Crítica Marxista, São Paulo, v. 36, p. 129-141, 2013.

MARINI, R. *A acumulaçào capitalista mundial e o subimperialismo*. Outubro, [s.l.], nº 20, p. 27-70, jan. 2012.

OSORIO, J. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, L. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, nº 66, p. 25-39, 2009.

Nacionalismos conservadores na América do Sul e o avanço das políticas neoliberais

Roberto Rondon*

Nos últimos anos temos assistido em vários países da América do Sul, o renascimento de movimentos que adotam as cores e os símbolos dos diversos países da região em manifestações políticas, geralmente contrárias as pautas dos governos populares de centro-esquerda que predominaram na região nas duas primeiras décadas do século XXI. As bandeiras verde-amarelas no Brasil que encheram as ruas durante as manifestações pela derrubada da presidenta Dilma Roussef; os "panuelos" azuis e brancos das manifestações "antiaborto" e das perseguições à senadora Cristina Kirchner na Argentina; as bandeiras uruguaias nas manifestações dos latifundiários orientais, denominados de "auto convocados", o nascimento de grupos como o "Movimento Social Patriota", no Chile, são exemplos desse fenômeno que tem levado aos ataques e ao enfraquecimento das forças progressistas em nosso continente.

Esses grupos se levantam contra o que acusam ser "a ameaça do comunismo, do bolivarianismo e do multiculturalismo" que, segundo eles, assombram nossos países desde as últimas décadas e foram patrocinadas pelos governos populares com políticas de alinhamento sul-sul, e que ameaçam a soberania e os valores nacionais de cada país.

Como forma de defesa dos "valores tradicionais" e "símbolos nacionais", esses neonacionalistas defendem um fortalecimento nas políticas de violência, com a alteração de códigos legais que visam retroceder em relação às mudanças que tivemos no campo da legislação como a seguridade e os direitos sociais dos mais pobres, mulheres, negros, lgbt's e povos originários; da ação policial de repressão aos grupos e movimentos identificados por eles como "inimigos" desses princípios, como os recentes casos de Marielle Franco, no Brasil e Santiago Maldonado, na Argentina.

Fundamentados em sua pretensa superioridade econômica, intelectual e moral sobre o restante dos diversos grupos que formam a nossa população, constroem uma imagem de país onde as pessoas reais que negam as fantasias colonizadas que estabelecem sobre si mesmas são acusadas de atrapalhar o desenvolvimento pleno de nossos países, ou seja, alcançar os modelos econômicos e sociais dos países do

* Doutor em Fundamentos da Educaçao. Professor da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rondon.roberto@uol.com.br

Norte. Com isso, nossos nacionalistas inspirados nos valores neoliberais estadunidenses, procuram desestruturar e abafar as vozes diversas e dissonantes que vem das favelas brasileiras ao "Valle Encantado", aos pés dos Andes, reproduzindo seus valores por todos os cantos, desde as professoras primárias das Escolas Rurais até os Presidentes dos Bancos Centrais. (Arregui, 2019, p. 7)

Como afirmou o atual vice-presidente do Brasil, retomando uma ideia forte no imaginário de nossa elite para justificar o nosso "atraso" em relação às nações imperialistas: "o Brasil "herdou a cultura de privilégios dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos".[1]

Para romper essa lógica, nossos medianos nacionalistas defendem a abertura comercial e um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a Europa Ocidental, considerados como os grandes parceiros e exemplos a serem seguidos no campo econômico e político. Afinal, como disse o atual presidente da Argentina, Mauricio Macri, "na América do Sul somos todos descendentes de europeus", portanto nada mais natural do que seguir nossa "vocação" de celeiro do mundo e comprador de produtos industrializados.[2]

O que vemos então, são pessoas que, vestindo as cores de suas bandeiras e cantando os hinos pátrios, ao mesmo tempo, moram em "lofts", almoçam em fast foods, teclam nos seus iphones e se embelezam nas "barber shops" ou nos "hair style", para depois passear com seus "pets" ou tomar um "brunch", num cofee shop da moda.

Nas palavras de Arregui(2019, 6):

> Essa consciência de classe da oligarquia se fortalece através de entrecruzamentos diversos, nos "night clubs", nas partidas de pólo, na Sociedade Rural, na banca, mediante o entretenimento racional e calculado dos contratos matrimoniais que concentram em poucas mãos, mediante os latifúndios, interpretados familiar e juridicamente pela fusão dos sobrenomes, seu poder material sobre o país."

Esse colonialismo, apontado nos exemplos acima, mascara as ações de construção de uma pseudo identidade nacional reivindicada como uma totalidade que englobaria a todos os habitantes do país dentro de um só modelo, aquele eternamente importado do Império, negando a nossa particular construção histórica cheia de contradições, pluraridades étnicas e culturais, e que, como toda pretensa totalidade, encobre as divisões e singularidades vivas dos diversos grupos humanos que compõe essa cultura nacional, pois, como afirma Arregui, "o ser nacional não é uno, mas múltiplo". (Arregui, 1971, p. 12)

1.https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-a-indolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689. Acesso em 10 de março de 2019.

2. https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Macri-e-seu-sistema-predador-muito-alem-da-simples-corrupcao/45/39253. Acesso em 10 de março de 2019.

Se tomamos como exemplo as manifestações pró impeachment da presidenta Dilma Roussef, veremos que, segundo pesquisa realizada pelo DataFolha em 2016, na cidade de São Paulo, o perfil dos manifestantes apontava que a maioria era composta por homens (57%) brancos (77%), com nível superior (77%) e renda superior a 5 salários mínimos (69%).[3]

O que se assiste de fato é o fortalecimento por parte da classe média dos mais tradicionais discursos e práticas de nossas oligarquias, que acompanham nossas sociedades desde os processos de independência no século XIX, quando da formação balcanizada da América hispânica, ou do Império Brasileiro.

> "O tradicionalismo das oligarquias da terra consiste em sacramentar as tradições religiosas, patriarcais, etc, como instrumentos de sua opressão de classe. Este nacionalismo cultural é a contradança da servidão transoceânica". (Arregui, 1971, p. 159)

Mas como se dá esse fenômeno onde os interesses de classe são maquiados de interesses nacionais ou de uma suposta cultura superior a ser implantada nos países dos "atrasados" iberoamericanos?

Um dos lugares mais fecundos para desenvolver essas práticas ideológicas é o terreno da moral. Afinal, como bem demonstra Spilimbergo, a oligarquia para impor seu projeto de nação precisa de aliados nas demais classes para implantá-lo. Por isso a necessidade de condenar as práticas e costumes das classes populares, dos grupos que não compartilham desse projeto identitário e das políticas públicas implantadas por governos que não se submeteram totalmente aos projetos do Império. Os discursos em defesa da moral (e nisso tem as igrejas, das quais falaremos abaixo, como aliadas) e da luta contra a corrupção são exemplos vivos desse mecanismo.

> Não obstante, o recurso obtém resultados imediatos e inflama o coração de certos setores da pequena burguesia: tem estas sua lista de agravos contra o movimento das massas, justo alguns, filhos da miopia e do ressentimento. A propaganda oligárquica mobiliza este setor social como uma tropa de choque, atrás de bandeiras especiais como 'moralizar', 'restaurar as liberdades' etc. O resultado está à vista: conquistado o poder, lutam no conglomerado heterogêneo classes e setores para lidar com a situação. E, por uma lógica inflexível, ela cai nas mãos de quem trabalhou para si, enquanto se movem para o chão as forças que praticaram a alienação como conduta sistemática. (Spilimbergo, 2019, s/p.)

Spilimbergo ainda nos chama a atenção para o fato de que

> a predisposição da pequena burguesia em absorver a propaganda moralista surge suas próprias condições de existência. Trata-se, no geral, de uma classe desligada do esqueleto de toda a sociedade: a produção[...] Sem experiência concreta das causas e condicionantes reais, tende a substituir a consideração objetiva dos fenômenos por 'sistemas' ideais. À sociologia antepõe a especulação ética. (Spilimbergo, 2019, s/p.)

3. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml. Acesso em 10 de março de 2019.

Não é coincidência que a análise do autor argentino tenha vários pontos em comum com o artigo "O moralismo e a alienação das classes médias", publicada na revista brasileira "Cadernos do Nosso Tempo" e atribuída à Hélio Jaguaribe. Ambos os textos abordam respectivamente os enfrentamentos que levaram à queda de Peron (Splimbergo) e Vargas (Jaguaribe) na metade do século XX.

Diz Hélio Jaguaribe:

> As campanhas de moralização são um fenômeno tipicamente pequeno-burguês. A pequeno burguesia, sobretudo a partir da mecanização do capitalismo, é a classe que manobra os meios de produção sem ter a propriedade deles. O que caracteriza a classe média é seu status. O pequeno burguês é um proletário com status assemelhado ao do burguês. Essa dependência para com o status constitui psicosocialmente um poderoso condicionamento para uma visão idealista de mundo, no sentido marxista do termo. Em outras palavras, constitui um estímulo para acreditar que a vontade é o fundamento único do ser. As coisas são isso ou são aquilo porque alguém assim as quis. Assim sendo; as coisas serão boas ou más conforme sejam o produto de uma vontade honesta e esclarecida, ou de seu oposto. Tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimentos serem bons ou maus. Tal é o fundamento do moralismo. (Jaguaribe, 2019, s/p.)

Perón, Getúlio, Jango, Allende e mais recentemente Cristina, Lula, Dilma, Sendic e Correa, todos vítimas do mesmo cântico de nossas oligarquias levados às ruas pela classe média e repercutidos nos bairros pobres.

Esse "neomoralismo 2.0", apesar de suas fortes raízes históricas na profunda desigualdade de classes do nosso continente, ganha uma nova roupagem com as alterações no modo de produção implantadas pelo neoliberalismo nas últimas décadas, desde a experiência chilena da ditadura de Pinochet, pois ocorre a constituição de uma nova subjetividade produzida a partir de valores como o individualismo, a competição e a meritocracia. A lógica do mercado torna-se então a formadora e reguladora da vida social com forte impacto nas construções e hábitos culturais de nosso povo.

Os bens públicos deixam de ser percebidos como construções e conquistas históricas da sociedade e passam a ser vistos e avaliados a partir de critérios como a lucratividade e funcionalidade, podendo ser vendidos, fechados, ou simplesmente abandonados senão interessarem aos agentes especuladores do mercado.

Os espaços públicos de cuidado, convivência e formação como praças, ruas, escolas e unidades de saúde passam a ser preteridos em relação aos espaços privados, pois esses se adéquam mais às exigências da classe média, por permitir a sensação de distinção perante os outros grupos sociais econômica ou simbolicamente inferiores, justificados no discurso meritocrático do tipo "eu posso pagar, eu mereço", ou "é particular, é melhor".

A competição e o individualismo instaurados como princípios antropológicos em nossas sociedades se choca profundamente com uma experiência coletiva de outras concepções originárias que vem de nossos ancestrais e que fundamentam a cultura iberoamericana, principalmente nas cidades menores de nosso continente, onde esses vínculos têm uma força muito maior. Isso desloca os sujeitos de seus lugares de existência e desintegra os vínculos sociais. Até hábitos mais básicos como a alimentação, parte importante da construção coletiva dos sujeitos e desses ritos coletivos, são substituídos pelos "self services" ou fastfoods, onde cada um monta seu prato ou seu "combo" e come solitário e rapidamente para retornar ao trabalho ou ao tédio de uma vida já sem sentido.

Os mais pobres, que tiveram sua vida alterada nas últimas décadas por ações governamentais em grande parte dos países do cone sul, que propiciaram uma maior seguridade econômica, acesso aos bens de consumo, melhoria nos níveis de instrução e implementação de políticas de renda mínima, são culpabilizados pelas "crises" econômicas do capital, pois os "cidadãos de bem" tem que trabalhar mais para poderem ter acesso aos bens de consumo e sustentarem essas pessoas que: "mantidas pelo governo, não querem fazer nada", entenda-se com isso, trabalhar de maneira precarizada para as classes médias e as elites. As políticas afirmativas para negros, mulheres e lgbt's, por exemplo, são criticadas por atacarem o sagrado princípio da meritocracia e abalarem a harmonia da sociedade brasileira ao criar uma lógica do "nós contra eles", além de querer destruir a sagrada família patriarcal brasileira.

A revolta de nossa classe média também é despertada por outro fator que sensibiliza os seus corações e mentes: a corrupção. Esse fenômeno é atribuído ao mau funcionamento do Estado, ou a um vício privado de algum agente público, geralmente dos governos chamados depreciativamente de "populistas" (inclusive por parte da intelectualidade colonizada, de esquerda ou direita) que então se tornam alvos da fúria justiceira dessa classe e de seus representantes, de maneira espetacularizada pelas empresas de comunicação.

Mascara-se com isso um princípio central do sistema capitalista de que "a corrupção é o traço típico de todo Estado burguês, por que a sociedade capitalista, baseada na competição, impele ao enriquecimento privado, não à solidariedade social." (Spilimbergo, 2019)

Cria-se um clima de "caça às bruxas", levando à perseguição e ao descrédito dos grandes partidos, dos movimentos sociais e outras formas coletivas e organizadas de fazer política, o que tem levado à eleição de projetos de poder totalitários e à direita, que reforçam as ações neoliberais em nosso continente, levando a um fenômeno já denunciado por Hélio Jaguaribe.

> Ao investirem sobre os governantes, sob o fundamento de que são viciosos e maus, e ao se proporem, a substituí-los por outros, as classes médias, ipso facto, deixam intactas as condições mesmas em virtude das quais elas se encontram material e espiritualmente desajustadas. Por esse motivo, o moralismo só tem sentido para os que o manipulam taticamente, ou seja, para aqueles que, estando realmente interessados em manter a situação vigente, ou seja, no fundo, um determinado regime socioeconômico de produção, pretendem obter melhores condições de usufruição de seus privilégios, ou assegurar a manutenção dos existentes. (Jaguaribe, 2019, s/p.)

Começam a ser produzidos, por todo o continente, heróis justiceiros que, assim como nos desenhos juvenis estadunidenses, salvarão a Nação desses vilões e serão aclamados pelos indignados cidadãos "de bem".

Seus novos personagens vão desde agentes individuais que personalizam os valores civilizados e modernos do mercado neoliberal, como Maurício Macri, na Argentina; assim como àqueles que incorporam os discursos mais tradicionais do patriarcado latinoamericano e que atendem aos anseios moralistas de nossos nacionalistas, como os casos exemplares de Fabrício Alvarado, na Costa Rica; Jimmy Morales, na Guatemala; e Jair Bolsonaro, no Brasil.

Outro aliado importante nessas mudanças para reforçar a repetição da estrutura de classes é o fortalecimento das religiões neopentecostais em toda a América Latina. Baseadas na Teologia da Prosperidade, corrente teológica criada nos Estados Unidos no início do século XX, mas que se expandiu nos anos de 1980 com o advento dos televangelistas (durante o governo Reagan) que espalhou essa nova religiosidade por todo o mundo.

Se as questões anteriores tocam mais às camadas médias de nossos país, esse atinge principalmente os mais pobres, onde aquele discurso se amplia, pois ganha um importante aliado num continente marcado pela forte presença do cristianismo. Essas novas igrejas, em nome da defesa do que eles chamam de "valores cristãos", praticam uma prática de ataques às manifestações populares como as religiões dos povos originários ou dos afrodescendentes; condenam as conquistas das mulheres e grupos LGBT's, como o casamento igualitário ou o direito ao aborto; apóiam as políticas de violência como a redução da maioridade penal e o armamento da população; atacam as escolas e universidades com movimentos como o "Escola sem partido" ou "Com mis hijos no te metas", criando grupos de enfrentamento às ações de docentes e gestores, inibindo a liberdade de pensamento e criação nessas instituições.

Como afirma de maneira entusiástica o jornalista Claudir Franciatto, em artigo publicado no site do "Instituto Liberal", os pastores evangélicos "estão trazendo para o Brasil – sorrateira e imperceptivelmente – certo "espírito anglo-saxão" de coragem, desbravamento, atitude individual positiva, que forjou uma nação como os Estados Unidos, e nos faltava." (Franciatto, 2019, s/p.)

Para Gabatz,

> Trata-se de uma religiosidade que afirma os valores da sociedade de consumo e oferece a promessa de integração na sua dinâmica de atração. Nessas promessas, os valores são reproduzidos numa perspectiva de solução individual, confirmando a prerrogativa de separação do indivíduo das redes de integração (Gabatz, 2019, p. 144)

O que ocorre então é a substituição de toda uma teologia latinoamericana, construída a partir dos anos de 1960, que buscava uma construção coletiva, baseada na organização da Igreja a partir das comunidades e que incorporava as tradições de nosso continente em suas práticas e rituais, como as missas "criollas" e "sertanejas", produzindo uma identidade dos "excluídos", e que esteve presente em boa parte dos movimentos sociais e de esquerda durante as ditaduras civis-militares que se espalharam pelo continente durante aquele período. Note-se que o esfacelamento dessa ação teológica foi patrocinado dentro da Igreja Católica por parte de seus próprios líderes, como os papas João Paulo II e Bento XVI, como forma de enfrentamento a uma pretensa ideologia marxista dentro desses movimentos. Com isso, como afirma ironicamente Frei Betto, a Igreja Católica fez a opção preferencial pelos pobres e os pobres pelos neopentescostais, mais adequados, como apontamos ao modo de vida hegemônico de nossos tempos. (Betto, 2019) A ligação Deus/Nação sobre as bênçãos do pensamento neoliberal alcança então sua plenitude.

Numa fórmula contraditória, os discursos religiosos apoiam-se na bandeira da liberdade e da democracia para construir um argumento totalitário de que a vontade e os valores da maioria branca, cristã e conservadora devem prevalecer sobre as "anomalias" defendidas pelas minorias ora condenadas. Invertem o discurso e acusam de tirania e ditadores justamente os que lutavam pela ampliação dos direitos e pelo reconhecimento da diversidade em nossas sociedades. Constroem o mito de um paraíso perdido, onde e quando nossa sociedade era feliz, sob as benção de Deus, e acusam-se os que divergem de serem responsáveis por toda a crise que assola o país.

Professores são chamados de "doutrinadores", artistas de "pedófilos e corrompidos", mulheres militantes de "feminazis" e "mal amadas", gays e lésbicas devem buscar se curar de sua "doença", desenhos infantis e materiais didáticos são acusados de propagar o mal para nossas crianças. O cidadão comum é imbuído agora de uma missão divina de salvar a sociedade das influências perversas do "inimigo" e defender o "reino de Deus", sob as ordens de seus líderes que vociferam nos púlpitos, televisões, redes sociais, mas também nos espaços institucionais, principalmente nos poderes Legislativo e Judiciário, mas, mais recentemente, também no Executivo.

Como afirmava o slogan do candidato eleito para Presidente do Brasil, "Deus acima de todos", entendendo "Deus" como a expressão de todos os valores da oligarquia "criolla" patriarcal, transformados agora em "valores da sociedade".

Por último, mas não menos importante, é que todas essas ações reforçam as políticas estadunidenses em nosso continente. Privatizações, abertura de mercados sem restrições, alinhamento político dos governantes, reforço da postura subalterna de nossos países como exportadores de matérias primas (commodities, na linguagem colonial), apologia dos valores neoliberais e do mercado, mudanças nos hábitos e tradições a partir de ideologias do Império produzem uma expansão do poderio real e simbólico dos Estados Unidos sobre as outras nações, desde a Bolsa de Valores ao modo como as pessoas comem, oram ou vivem.

Referências

ARREGUI, Hernandez. *O que é o ser nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

BETTO, Frei. *Porque fizemos opção pelos pobres (e eles pelo neopenteconstalismo...)*?. Disponível em: https://diplomatique.org.br/por-que-fizemos-opcao-pelos-pobres-e-eles-pelo-neopentecostalismo/. Acesso em 20 de março de 2019.

FRANCIATTO, Claudir. *O liberalismo e a teologia da prosperidade*. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/o-liberalismo-e-teologia-da-prosperidade/. Acesso em 10 de março de 2019.

GABATZ, Celso. *O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil: aspectos de uma identidade religiosida e social na contemporaneidade*. 2017. 171 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2017.

JAGUARIBE, Hélio. O moralismo e a alienação das classes médias. In: SCHWARTZMAN, *Simon. O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Disponível em: https://archive.org/stream/1979PensamentoNacionalista/1979Pensamento_Nacionalista_djvu.txt. Acesso em 10 de março de 2019

SPILIMBERGO, Jorge. *Nacionalismo oligárguico y nacionalismo revolucionário*. Buenos Aires: Editorial Amerindia, 1956. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/spilimbergo/1950s/spilimbergo-1956-nacionalismo-oligarquico.pdf . Acesso em 20 de março de 2019.

.

O estruturalismo, a teoria Marxista da dependência e a questão ambiental: breves considerações

Gustavo da Costa Meyer*

Introdução

Ao longo do século XX, foram desenvolvidas muitas teorias que buscavam explicar o fato de, historicamente, principalmente após a Revolução Industrial, um grupo de países terem se estabelecido e serem considerados "desenvolvidos" ou "centrais" enquanto outro grupo de países, a grande maioria inclusive, serem considerados "subdesenvolvidos" ou periféricos.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento foi interpretado a partir de diversos conceitos, visto, em geral, como etapa rumo ao desenvolvimento, ou, principalmente pela corrente estruturalista latino-americana, visto como processo histórico autônomo com origem a partir da expansão do núcleo capitalista, tendo-se uma economia mundial dividida em centro e periferia com desafios específicos para os países subdesenvolvidos. Tendo-se como meta a superação do subdesenvolvimento com a aceleração do desenvolvimento capitalista, o subdesenvolvimento foi visto, principalmente, a partir da ótica da dificuldade da acumulação de capital e da pouca sofisticação de sua matriz produtiva, baseada na exportação de bens primários.

Nessa linha, diversas estratégias foram pensadas tendo como eixo comum a necessidade do planejamento e ação estatal, a superação da dificuldade da acumulação de capital com vistas a industrialização/expansão da capacidade produtiva e uma consequente mudança do centro dinâmico interno, buscando-se uma reinserção qualitativa na divisão internacional do trabalho. Além disso, principalmente através dos estruturalistas latino-americanos, também foram pensadas diversas reformas estruturais que atacassem a questão da concentração de renda e outros problemas sociais.

Portanto, durante boa parte do século XX, o desenvolvimento aparece ligado ao industrialismo, podendo ainda ter outros elementos importantes associados, como o nacionalismo e o intervencionismo pró-crescimento econômico. Nesse período também são desenvolvidos os principais pressupostos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), com críticas acerca dos limites de tais correntes desenvolvimentistas. A

* Doutorando em Ciências na Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: gustavocmeyer@gmail.com

partir da década de 1960, incluindo-se as publicações dos estruturalistas latino-americanos, há a inserção de objetivos sociais e da dimensão ambiental à discussão do desenvolvimento, complexificando ainda mais tal debate.

No Brasil, de acordo com Schincariol (2013), muitas abordagens buscaram analisar a relação entre a questão ambiental e o desenvolvimento, a partir das diversas óticas descritas anteriormente, ou mesmo negando que a economia capitalista possa resolver os problemas ambientais. Neste artigo em específico nosso objetivo é o de apresentar e apontar divergências e convergências entre duas relevantes abordagens que analisam a questão ambiental sob o viés da economia capitalista, buscando, de formas diferenciadas, uma relação com arcabouço teórico proporcionado pelos teóricos do desenvolvimento. Nesse sentido, nossa intenção é a de explorar tais visões que dão uma importância diferenciada para o construto teórico tanto dos estruturalistas como também e, principalmente, das linhas teóricas críticas a corrente estruturalista/cepalina, como a Teoria Marxista da Dependência, resgatando a importância de tais correntes teóricas no trato da relação entre desenvolvimento e questão ambiental.

Assim, com vistas a alcançar tal objetivo, no caminho metodológico deste artigo buscaremos explorar de maneira genérica algumas das ideias dos teóricos desenvolvimentistas, principalmente a partir da ótica crítica da Teoria Marxista da Dependência, apresentando alguns dos conceitos, como o de deterioração dos termos de troca e superexploração do trabalho, que serão utilizados posteriormente na tentativa de relação com a questão ambiental.

Estruturalismo e TMD: algumas linhas gerais

De acordo com Sampaio Jr. (2012, p. 673), o desenvolvimentismo "é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento". Assim, historicamente, o que chamaremos aqui de velho desenvolvimentismo surge por conta da inadequação teórico-metodológica da teoria econômica convencional para tratar da questão específica da existência e persistência do subdesenvolvimento, tornando-se necessária a busca de novos caminhos e abordagens.

Nesse sentido, na década de 1950, no contexto histórico de surgimento das principais teses da teoria do desenvolvimento, surge, entre economistas latino-americanos, o chamado estruturalismo econômico, sendo o "Manifesto Latino-americano", escrito por Raúl Prebisch, o marco da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do pensamento estruturalista cepalino. O estruturalismo teve como objetivo principal, segundo Furtado (1967), pôr em evidência a importância dos parâmetros não-econômicos dos modelos macroeconômicos – p.e, regime de propriedade da

terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, entre outros. Furtado destaca a importância de tal fato principalmente no caso de economias subdesenvolvidas, as quais são heterogêneas em termos sociais e tecnológicos.

De forma complementar, Sampaio Jr. (2012) aponta que a busca do "velho desenvolvimentismo" estruturalista/cepalino, era pela criação das bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o desenvolvimento capitalista, na busca, portanto, pela "utopia" de um capitalismo domesticado, voltado para a supressão das necessidades da sociedade nacional. Nesse sentido, ainda de acordo com o mesmo autor, era preciso enfrentar a principal problemática impeditiva para o controle dos fins e dos meios do desenvolvimento do capitalismo nacional: a perpetuação da dupla articulação problemática da dependência externa e da desigualdade extrema entre as classes sociais.

Na América Latina, uma das principais contribuições teóricas da CEPAL foi a crítica a chamada teoria das vantagens comparativas, a qual, basicamente, defende "a especialização dos países segundo a dotação de fatores de produção, ou seja, os países com elevada concentração de capital deveriam centrar-se na produção industrial, ao passo que aqueles abundantes em terra e trabalho, na produção agrícola" (Baruto, 2015, p.13). De acordo com Furtado (1967) e outros teóricos estruturalistas, a chamada deterioração dos termos de troca observada no comércio internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apontava para os problemas da especialização produtiva preconizada pela teoria das vantagens comparativas.

Assim, frente a tal processo, os teóricos estruturalistas defendiam a ampla industrialização, através de um processo de substituição de importações, de forma que os países latino-americanos passassem a produzir internamente aquilo que antes necessitavam importar, buscando equilibrar a balança de pagamentos. Ruy Mauro Marini (1973, p. 19), um dos teóricos da TMD, aponta que "foi sobre essa base [deslocamento do centro de gravidade da oferta externa de bens manufaturados de consumo para a produção interna] que prosperaram, na década de 1950, as diferentes correntes chamadas desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana tivessem origem na insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer".

Dessa forma, Baruto (2015), com base em Marini (1973) e em outros teóricos da TMD, aponta que a CEPAL, ainda que tenha conseguido ir muito além das clássicas teorias do desenvolvimento, manteve-se fiel à ideia de que com medidas econômicas adequadas aplicadas ao comércio internacional, seria possível aos países subdesenvolvidos chegarem ao desenvolvimento capitalista pleno. Todavia, a crise do desenvolvimentismo nos anos 1960, de acordo com Baruto (2015) foi um reflexo da incapacidade de se reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento nos chamados países

subdesenvolvidos, onde mesmo aqueles países com altas taxas de crescimento econômico encontravam-se restringidos pela profundidade da sua dependência econômica e política à economia internacional, não conseguindo uma inserção na divisão internacional do trabalho em outro patamar.

De acordo com Marini, o processo de industrialização na América Latina assumirá características específicas, levando-se em consideração as bases criadas pela economia de exportação, com a atrofia do mercado interno e a consequente superexploração do trabalhador, nunca chegando a "conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países" (Marini, 1973, p.19).

Marini aponta que, diferentemente da chamada economia capitalista clássica, onde a formação do mercado interno se dá como contrapartida do processo de acumulação do capital, nas economias dos países subdesenvolvidos há uma separação entre a esfera da produção e do consumo, visto que a economia exportadora independe do mercado interno para realizar sua produção, voltada para o circuito do comércio exterior, exercendo, assim, uma forte compressão sobre o consumo individual do trabalhador, o que acarretaria a criação de uma indústria frágil, que só se amplia mediante a ação de fatores externos, como no período entre guerras, com o fechamento parcial do acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação, pressionando pela criação de indústrias para atender tal camada, com a produção de bens supérfluos.

De acordo com Marini, o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos acaba por reproduzir, dessa forma, o modo de circulação da economia exportadora, com a acumulação de capital se baseando na superexploração do trabalhador. Todavia, na industrialização já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que ocorre, e sim a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, com a produção industrial latino-americana, voltada para as camadas altas da sociedade, estando dissociada das condições de salário próprias dos trabalhadores. Marini aponta que, mesmo em determinada altura do processo, quando a oferta industrial coincide em linhas gerais com a demanda existente, o que na economia capitalista clássica levaria a necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, com os bens supérfluos se convertendo em bens de consumo popular, nas economias subdesenvolvidas dependentes leva a outros tipos de adaptações que mantem a atrofia do mercado interno, como:

> A ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais- valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias. O segundo movimento tenderia, normalmente, a provocar uma mudança qualitativa na base da acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados. Se agisse sozinho, levaria ao deslocamento do eixo da acumulação, da exploração do trabalhador para o aumento da capacidade produtiva do trabalho. Entretanto, é

> parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios: este supõe, de fato, o incremento das rendas que recebem ditos setores, rendas que, como sabemos, são derivadas da mais-valia e, em consequência, da compressão do nível salarial dos trabalhadores. A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará no longo prazo no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial. Esse mecanismo é o recurso à tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. (Marini, 1973, p. 22)

Com o avanço do processo de industrialização latino-americana, há a alteração, portanto, da composição de suas importações, com a redução da importação de bens de consumo e sua substituição por matérias primas e bens de capital destinados para a indústria, através da importação de capital estrangeiro por meio de financiamentos diretos na indústria. Dada a abundância do capital acumulado a nível mundial após 1950, o qual buscava algum tipo de aplicação externa, a indústria desenvolvida nos países periféricos, tendo como base uma superexploração do trabalhador, mostrava grandes possibilidades de lucro. Além disso, os países desenvolvidos buscavam criar mercado para suas indústrias pesadas, as quais se desenvolveram amplamente no mesmo período, e buscavam também exportar bens de capital que, dado o grande avanço técnico do período, já estavam obsoletos antes mesmo de terem sido completamente amortizados:

> A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (Marini, 1973, p. 24)

Dessa forma, resumidamente, apesar de o Brasil e de outros países latino-americanos terem conseguido se industrializar e mesmo diversificarem sua matriz produtiva, tal fato pouco alterou a principal problemática impeditiva para o controle dos fins e dos meios do desenvolvimento do capitalismo nacional: a perpetuação da dupla articulação problemática da dependência externa e da desigualdade extrema entre as classes sociais.

Segundo Sampaio Jr. (2012), o ciclo de golpes militares na América Latina, que se iniciam em 1964 e terminam em 1973, instauram ditaduras do grande capital no continente, consolidando o regime do capital na América Latina como um capitalismo dependente, definindo a dupla articulação já citada como características fundamentais do processo de acumulação do capital no continente. Assim, tal conjuntura contrarrevolucionária mina as possibilidades práticas da teoria desenvolvimentista.

Com a profunda revisão da teoria estruturalista latino-americana após o processo de contrarrevolução, a dupla articulação é naturalizada, buscando-se harmonizar as

contradições impostas por ela ao processo de desenvolvimento capitalista. Assim, o imperialismo é deixado de ser visto como um empecilho, com o capital internacional tornando-se condição fundamental do próprio desenvolvimento capitalista nacional; a integração social também deixa de ser vista como problema fundamental ao processo de incorporação da modernização técnica, tornando-se resíduo marginal da dinâmica capitalista no continente. Sampaio Jr. (2012, p. 677) aponta que "ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento".

O estruturalismo e a questão ambiental

Neste tópico, seguindo-se a estrutura proposta, apresentaremos e destacaremos divergências e convergências entre duas abordagens que analisam a questão ambiental sob o viés da economia capitalista, buscando, de formas diferenciadas, uma relação com arcabouço teórico proporcionado pelos teóricos do desenvolvimento e pela TMD, apresentado anteriormente.

Capitalismo Ético e Verde

Na linha de pesquisa dos coletivos de pensamento que buscam redefinir a noção de Desenvolvimento Sustentável, no Brasil, podemos citar aquelas correntes que problematizam a questão do crescimento econômico em sua relação com a dimensão socioambiental, sem, no entanto, romperem de forma radical com o sistema econômico e político posto. Entre os autores nessa linha de pensamento, pode-se citar José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

A noção de Desenvolvimento Sustentável de Veiga e Abramovay tem como uma de suas bases as ideias de Amartya Sen, como se pode notar a partir de Abramovay (2010), o qual aponta que o "desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas" (p. 97).

Nesse sentido**,** no livro "*Muito além da Economia Verde*", Abramovay discorre acerca da possibilidade de mudanças sociais significativas no interior do sistema capitalista, incluindo a discussão de resoluções para as problemáticas socioambientais. O autor critica, à luz da sociedade em rede atual, aqueles que imputam ao capitalismo o que ele chama de "natureza eterna e imutável" (Abramovay, 2012, p. 130). O autor critica a separação estanque que comumente é feita entre Estado, mercado e sociedade civil; para ele, tais relações são muito mais complexas e podem caminhar em direção ao que o autor denomina de uma "nova economia".

Abramovay aponta, assim, a necessidade de uma nova economia para o avanço do processo de desenvolvimento, todavia, destaca que esse é um ponto comum entre diferentes atores sociais (empresas, governos, instituições multilaterais, entre outros); para tais atores sociais, em sua grande maioria, uma nova economia passa, normalmente, pelo aumento na oferta de bens e serviços, sendo que o aumento no consumo, por essa lógica, permitiria a satisfação das necessidades básicas daqueles bilhões que ainda vivem em situação de pobreza extrema; a resposta passaria, então, pelo aumento do crescimento econômico, o que favoreceria a criação de empregos, a coesão social, a arrecadação de impostos e a possibilidade de expandir a oferta de bens e serviços públicos e privados. Abramovay discorda dessa visão do que seria uma nova economia, e aponta dois problemas básicos com tal lógica exposta.

Um desses problemas é o fato básico de que o crescimento econômico ilimitado (crescimento incessante da produção e do consumo) não pode se dar devido a limitantes ecossistêmicos à expansão do processo produtivo. O segundo problema, de acordo com o autor, é que a capacidade real da economia erradicar a pobreza tem sido limitada até o momento, tendo atingido seu limite pela fórmula econômica exposta anteriormente.

O autor acredita que é possível orientar o processo econômico em uma direção que não seja a do crescimento econômico ilimitado, através da pressão crescente, exercida por políticas públicas e por outras forças sociais, na gestão privada e no modo como os indivíduos relacionam-se com a questão do consumo; desse modo, seriam possíveis alterações nos sistemas administrativos e nas cadeias de valor das empresas.

Abramovay e outros autores consideram que a transição para uma nova economia, que não seja pautada pela fórmula clássica do crescimento econômico, orienta-se por duas mudanças fundamentais: a primeira referente a relação entre sociedade e natureza e a segunda referente a questão entre economia e ética. No que tange a relação entre sociedade e natureza, o autor chama a atenção para dois pontos importantes: o primeiro é com relação a questão do reconhecimento dos limites ecossistêmicos na definição de possibilidades para o processo de desenvolvimento, com uma critica direta a noção corrente de que o desenvolvimento tecnológico pode superar tais limites; o segundo ponto importante para o autor, na relação entre sociedade e natureza, é a inovação.

Para Abramovay (2012), a inovação deve andar junto com a questão dos limites ecossistêmicos, traduzindo-se pelo melhoramento de como se obter e se transformar "a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade" (p. 18). A inovação, no sentido posto, não deve ser confundida com o aumento generalizado na produtividade, com produzir mais com menos trabalho e capital; assim, a criatividade deveria ser estimulada em direção a obtenção de "bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, energia e da própria biodiversidade" (Abramovay, 2012, p. 19).

Abramovay e Veiga apontam, então, que a transição para uma nova economia necessita da emergência de um metabolismo social que garanta a permanência e regeneração dos chamados serviços ambientais. Para isso, a questão do limite/inovação deve se apoiar em uma mudança na relação entre economia e ética, visto que um novo metabolismo social é incompatível com o pensamento corrente de que o objetivo da economia é o de promover o crescimento incessante da produção e do consumo; o propósito da economia deve ser revisto e alterado, colocando-se a ética no centro da vida econômica, insistindo-se nos fins humanos de produção e utilização da riqueza.

Percebe-se assim, que no pensamento de Abramovay e de outros autores existe a tentativa de construção teórica do que seria "colocar a economia em seu lugar", ou então de retirar o seu domínio em uma hierarquia de dimensões, colocando-a a serviço do bem-estar dos indivíduos e da sociedade (e considerando seu efeito no estado dos ecossistemas), e não o contrário, o crescimento econômico por si só, ou para si mesmo. E o autor coloca, expressamente, que tal questão não deve ser encarada pelo monopólio do Estado sobre as decisões do setor privado e nem pela abolição dos mercados, e sim "no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo" (Abramovay, 2012, p. 22). Como fator importante de intervenção nas decisões empresariais, na visão de Abramovay, aparece o fortalecimento da participação da sociedade civil, e da cooperação social de maneira mais geral, que poderia ser potencializado com base em instrumentos de custo reduzido funcionando em rede, atuando como alternativas descentralizadas de controle social e indo para além desse propósito.

Abramovay e Veiga (2014) apontam, assim, que uma nova economia questiona o tradicional pilar científico e político com o qual se avalia o uso dos recursos sociais: o crescimento econômico; coloca-se em questão a finalidade e o sentido do processo econômico. Abramovay coloca que, apesar da importância da continuidade de expansão das ofertas de bens e serviços para se preencher as necessidades dos ainda bilhões que se encontram em situação de pobreza, não é possível, dado o que o que foi exposto, que tal objetivo seja alcançado tendo-se o crescimento econômico como resposta genérica.

Para o autor, países que alcançaram certo nível de prosperidade e bem-estar deveriam abertamente renunciar ao crescimento econômico, objetivando o decrescimento, permitindo que "a resposta ao desemprego não esteja no aumento da produção, e sim na capacidade de converter a elevação da produtividade em mais lazer, mais vida comunitária e maior contribuição das economias locais" (Abramovay, 2012, p. 27); no caso de nações consideradas "subdesenvolvidas", estas deveriam dirigir sua macropolítica econômica não para o crescimento econômico em geral, mas sim para bens e serviços que garantam algo mais que o emprego, como o respeito à manutenção e regeneração dos serviços ambientais, mantendo-se políticas de transferência de renda, importantes no combate à miséria e na redução da desigualdade.

Em síntese, nota-se que para o redirecionamento do processo de desenvolvimento, Abramovay, principalmente, caracteriza o que seria a base para uma nova economia, pautada por mudanças nas relações entre sociedade e natureza e entre economia e ética. O autor também destaca que tal redirecionamento é possível dentro de uma ordem econômica capitalista, criticando aqueles que elaboram proposições de "caminhos alternativos", com base em uma análise estrutural do processo de acumulação do capital. Assim, com relação ao estruturalismo, nota-se presente também a ideia de uma espécie de capitalismo domesticado, voltado para o bem-estar da sociedade nacional, mas que garanta a permanência e regeneração dos chamados serviços ambientais. Diferindo das teorias do desenvolvimento, no entanto, percebe-se que nesta visão apresentada o eixo do planejamento das ações desloca-se do Estado, de caráter mais centralizado, para a sociedade civil, que seria de caráter mais descentralizado, a quem caberia direcionar o crescimento econômico para atividades de menor impacto ambiental.

Notas críticas ao capitalismo ético e verde

De certa forma percebe-se também que as ideias apresentadas parecem ignorar alguns conceitos importantes, discutidos pelos teóricos do desenvolvimento, relativos à realidade do subdesenvolvimento. Para Schincariol (2013, p. 109), Veiga, por exemplo, se insere no espectro de autores que deixam de lado "a análise de classes, geopolítica, e uma distinção entre diferentes arranjos sociais e produtivos", acreditando na capacidade de autocorreção das economias capitalistas desde que aplicadas mudanças institucionais corretas.

Schincariol (2013) busca, assim, relacionar conceitos estruturalistas com uma análise ambiental, na tentativa de debater alguns aspectos do crescimento econômico brasileiro recente. Nesse sentido, o autor aponta, primeiramente, que o comportamento da economia brasileira na última década (2000-2010) não abandonou a teoria das vantagens comparativas, continuando, conforme outras fases de sua história, extremamente dependente de sua base biofísica, visto que "as atividades diretamente dependentes dos recursos naturais na composição setorial do produto interno bruto ainda comporiam (...) o setor mais dinâmico da indústria como um todo, com expansão relativa menor dos setores manufatureiros" (Schincariol , 2013, p. 111). Nesse sentido, conforme apontava a análise estruturalista, a produtividade e a competitividade dos setores industriais existentes no Brasil se daria com base em uma oferta ampla de recursos naturais não precificados adequadamente, fator que não incentivaria o aumento de produtividade via intensificação de capital e desenvolvimento tecnológico autônomo, e sim o aprofundamento de um modelo de especialização agrícola-industrial sob forte estímulo externo. Remetendo-se aos pioneiros da economia do desenvolvimento, o autor destaca que:

> A noção de um centro que demanda bens primários e uma periferia que compre industrializados continua válida para o Brasil. (...) A diferença do atual para o antigo modelo seria o mero deslocamento do eixo determinante – sendo ele agora a China. Como chamava insistentemente atenção Celso Furtado, o centro do problema reside na operação dos grupos econômicos, [oligopólios], que operam transnacionalmente. (...) No Brasil, a política econômica está sancionando a atuação de tais oligopólios. Isto se reflete, por exemplo: (...) (II) no alto impacto ambiental da extração de commodities e crescente escassez; (III) no privilégio de fontes de energia não renováveis e que condenariam o país ao arcaísmo em sua estrutura tecnológica e energética e à hipertrofia em sua estrutura produtiva (Schincariol , 2013, pp. 113-114)

Conforme apontam Pinto e Cintra (2018), a estrutura produtiva da América Latina, quando se moveu, foi em direção do aprofundamento da especialização produtiva e da desindustrialização. Ainda de acordo com os mesmos autores, o Brasil, por exemplo, de 2000 para 2013 passa a exportar mais produtos primários do que manufaturados.

Pinto e Cintra (2018, p. 174) também apontam que tal redução da participação da indústria de transformação na América Latina bem como a reprimarização de sua pauta exportadora "foi em decorrência da maior presença econômica (comércio, investimento direto e crédito) chinesa na região, que afetou de forma diferenciada os países, gerando complementaridades e também rivalidades".

Assim, para Schincariol (2013), uma grande contribuição da abordagem ecológica para o estruturalismo seria a consideração de que o conceito de deterioração dos termos de troca não deve restringir-se somente a valores monetários, visto que tal deterioração é ampliada através da não computação dos custos socioambientais da produção nos preços, ocorrendo a transferência invisível de ganhos ainda maiores para a economia global. Com o modelo das vantagens comparativas sendo não só avesso, como pensavam os estruturalistas, a uma estratégia nacional pensada para as atuais gerações, como também para as gerações futuras, tal cenário, para o autor, deveria desencadear uma postura mais agressiva do Brasil no cenário externo, buscando-se, no mínimo, uma compensação dos custos socioambientais invisivelmente transferidos para o exterior, os quais poderiam gerar divisas a serem investidas em programas voltados a outro tipo de desenvolvimento nacional.

O cenário de dependência e transnacionalização da economia brasileira tornam difícil, para o autor, a aplicação de políticas de desenvolvimento socioambiental, visto que "o poder do Estado Nacional refletiria em última instância o poder dos oligopólios locais internacionais, com dificuldade da atuação de movimentos da sociedade civil não comprometidos com tais interesses" (Schincariol , 2013, p. 124). Não haveria, assim, qualquer interesse das empresas transnacionais em uma política de desenvolvimento socioambiental, dado o caráter oligopolizado da economia brasileira, com uma padrão concentrado de demanda do mercado, voltado para as altas esferas, conforme já fora apontado pelos estruturalistas, e dado uma ampla oferta de recursos

naturais com custos reduzidos. A adoção de uma agenda socioambiental levaria a um encarecimento da produção e a queda dos lucros das empresas transnacionais.

De acordo com Schincariol, tal contexto, de dependência e transnacionalização, com a manutenção da superexploração do trabalho, torna inócuas políticas que estimulem uma produção "sustentável", sem buscar modificações estruturais profundas na forma de produção e consumo da economia brasileira em sua inserção no mercado externo. Em um claro diálogo com os estruturalistas, Schincariol (2013) aponta para a necessidade de uma reorientação da balança comercial brasileira, com uma menor concentração no mercado de bens de luxo, diminuindo-se assim os gastos com importações, e um direcionamento da produção para o mercado local, conforme as necessidades básicas dos assalariados brasileiros. Tal processo traria grandes ganhos ambientais, pela diminuição da necessidade de exportação de bens primários, dada a queda das necessidades de importações. Com isso, seria possível a inversão de recursos levando-se em consideração as necessidades coletivas básicas dos assalariados, fugindo-se da individualização do padrão de consumo com concentração de rendimentos.

Percebe-se que tal proposta de desenvolvimento socioambiental nada mais é do que, assim como fizeram alguns dos autores estruturalistas latino-americanos, buscar soluções para o problema da concentração de renda e da carência na oferta pública de bens e serviços sociais para a maior parte da população brasileira. Somente rearranjos institucionais, como propugnam Abramovay e Veiga, sem se destacar os problemas estruturais nacionais, em sua relação com a economia internacional, são insuficientes para a proposição de uma agenda socioambiental. Nesse sentido, Fagnani *et. al*. (s/n) também apontam para um modelo de desenvolvimento em que a distribuição de renda e o investimento social sejam os impulsionadores do crescimento econômico e da modernização da estrutura produtiva, direcionando, assim, tal crescimento econômico para a solução de problemas históricos da sociedade brasileira, nos setores da mobilidade urbana, do saneamento básico, da habitação popular, da saúde, da educação, entre outros, buscando-se fugir da perpetuação no país de um modelo acumulativo que, baseado em uma suposta vocação natural, tem levado ao desgaste de nossa base biofísica e a manutenção e ampliação da concentração de renda, algo "discrepante com a vanguarda dos padrões tecnológicos mundiais e sua aplicação ao consumo e produção" (Schincariol , 2013, p. 126).

Para tal redirecionamento, evidentemente, de acordo com Schincariol, seria necessária a busca de uma maior regulação da atuação dos oligopólios através, aqui concordando com Abramovay e Veiga, de um aumento da participação da sociedade civil no que tange às decisões referentes ao direcionamento do crescimento econômico.

Considerações Finais

Este artigo teve como principal objetivo o de apresentar e apontar divergências e convergências entre duas abordagens que analisam a questão ambiental sob o viés da economia capitalista, buscando, de formas diferenciadas, uma relação com arcabouço teórico proporcionado pelos chamados teóricos do desenvolvimento.

Nesse sentido, a visão de Abramovay e Veiga, em síntese, aponta para a necessidade de uma nova relação entre sociedade e natureza, e entre economia ética, relacionado a uma ideia geral existente no estruturalismo, de um capitalismo domesticado. Nesse sentido, consideram a necessidade do reconhecimento dos limites ecossistêmicos na definição de possibilidades para o processo de desenvolvimento, sendo necessário, de maneira geral, a transição para uma nova economia, crítica ao crescimento econômico em si mesmo, e colocando como eixo central os fins humanos de produção e utilização da riqueza. Assim, os autores propugnam a necessidade dos países considerados desenvolvidos abrirem mão do crescimento econômico, buscando o decrescimento; enquanto os países subdesenvolvidos deveriam direcionar o crescimento econômico para bens e serviços que garantam, além da geração de emprego e renda, a manutenção e regeneração de suas bases biofísicas. Para tais propósitos, os autores defendem um controle social descentralizado, com o fortalecimento da participação da sociedade civil e da cooperação social de maneira mais geral, através de diferentes possíveis rearranjos institucionais.

Schincariol, ao trabalhar a relação entre a questão ambiental com alguns conceitos centrais dos teóricos do desenvolvimento na análise da questão do subdesenvolvimento, acrescenta uma importante camada de leitura estrutural e geopolítica na análise construída por Abramovay e Veiga, apontando para onde o modelo acumulativo atual deveria ser reorientado. Nesse sentido, Schincariol destaca principalmente a ideia de que a manutenção do modelo centro-periferia, com a adoção da teoria das vantagens comparativas, além da desvantagem dos termos de troca em valores monetários, como destacavam os estruturalistas, também trazem prejuízos em termos socioambientais, com a adoção de um modelo acumulativo que se aprofundou na industrialização baseada na extração de recursos naturais, sem, no mínimo, buscar uma compensação no comércio internacional por tal extração. Schincariol concorda com Abramovay e Veiga quanto a necessidade de fortalecimento da atuação da sociedade civil, todavia, Schincariol aponta as dificuldades estruturais para qualquer tentativa de solução aos problemas expostos, como a estrutura oligopolizada e transnacionalizada da economia brasileira, a dependência externa, e a concentração de renda.

Dessa forma, Schincariol retoma a análise dos estruturalistas com relação aos problemas do processo de industrialização latino-americano, com dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias na separação entre a esfera alta e a esfera

baixa da circulação no interior mesmo da economia, com a produção industrial latino--americana, voltada para as camadas altas da sociedade, estando dissociada das condições de salário próprias dos trabalhadores. Portanto, uma agenda socioambiental deveria se voltar a uma reorientação da balança comercial brasileira, com uma menor concentração no mercado de bens de luxo, diminuindo-se assim os gastos com importações, com grandes ganhos ambientais, pela diminuição da necessidade de exportação de bens primários, e um direcionamento da produção para o mercado local, conforme as necessidades básicas coletivas (e não individuais) dos assalariados brasileiros, apontando para um modelo de desenvolvimento em que a distribuição de renda e o investimento social sejam os impulsionadores do crescimento econômico.

Portanto, uma proposta de desenvolvimento que respeitasse os limites ecossistêmicos, na visão dos autores trabalhados, nada mais seria do que retomar, com algumas alterações importantes, parte das contribuições dos estruturalistas, de mudanças na estrutura produtiva e de reformas estruturais. Todavia, como se viu anteriormente, a partir dos apontamentos de Marini e de Sampaio Jr., tais propostas esbarram em dificuldades de ordem política, ao não considerar de forma expressiva o conflito capital-trabalho.

Além disso, evidentemente, ao se analisar os problemas socioambientais em termos globais, com um olhar mais amplo sobre a totalidade do sistema econômico, as soluções propostas parecem ser parciais, de caráter apenas nacional.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil*? Novos Estudos. São Paulo, nº 87, p. 97-113, 2010.

_____. *Muito além da economia verde.* São Paulo: Editora Abril, 2012.

BARUCO, G. C. C. América Latina: pensamento social e aprofundamento da inserção dependente no capitalismo contemporâneo. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, p. 10-33, 2015.

FAGNANI, E. *et. al*. Desenvolvimento social e estrutura produtiva. In: *Projeto Brasil Popular: caderno de debates 3*. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Caderno-de-Deabtes-3_ProjetoBrasilPopular-1.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, ([1967] 1977).

MARINI, R. M. "Dialética da dependência" em Traspadini, R.; Stedile, J. P. (orgs), Ruy Mauro Marini – Vida e obra, São Paulo: Expressão Popular, ([1973] 2011). Disponível em: <https://goo.gl/51K12E>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. Ascensão da China e América Latina: estratégias de internacionalização, recursos naturais e limites políticos e econômicos ao desenvolvimento. In: BRANDÃO, C.A (org). *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano.* Contraponto Editora, p 153-194, 2018.

SAMPAIO JR. P. A. *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 112, p. 672-688, 2012.

SCHINCARIOL, V. E. *Acumulação de capital e economia ecológica*. São Paulo: LCTE Editora, 2013.

VEIGA, J. E. *O âmago da sustentabilidade*. Estudos Avançados. São Paulo, 2014.

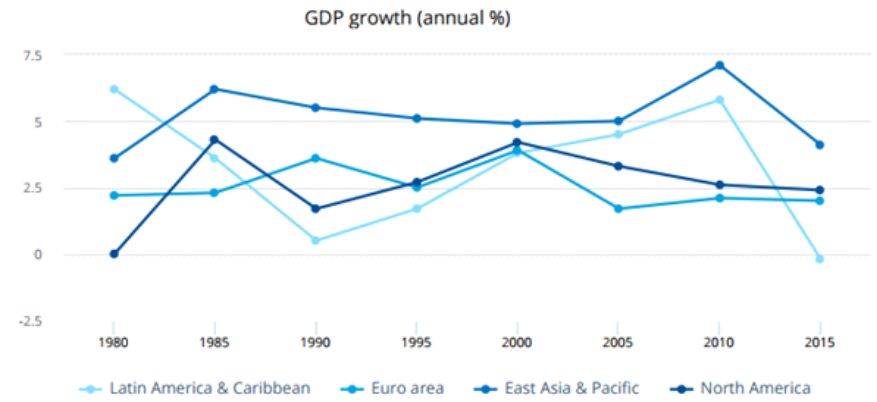
Desenvolvimentismo ou dependência? Uma análise acerca dos problemas e possibilidades dos "neodesenvolvimentismos" sob a ótica da teoria Marxista da dependência

Vinicius Rezende Carretoni Vaz*

Introdução

O debate acerca das concepções de desenvolvimento principalmente a partir da década de 2000, com a ascensão de lideranças progressistas na América Latina, retornou à pauta. Isto porque desde meados da década de 80, e sobretudo, na década de 1990, grande parte dos países latino-americanos vinham apresentando um baixo rendimento econômico e uma condição social sofrível, com enormes graus de desemprego, miséria e desigualdade social de um lado, e regressão produtiva e desindustrialização de outro.

O cenário passa a sinalizar mudanças a partir da década de 2000, com melhorias nos índices sociais e econômicos, a América Latina passa a manifestar um crescimento em seu Produto Interno Bruto (PIB) maior, inclusive, do que regiões centrais como a zona do Euro:



Source: World Development Indicators

A "onda rosa" (Saad-Filho, 2016) trouxe consigo a esperança desenvolvimentista de que os países latino-americanos finalmente adotassem políticas para o progresso técnico e aumento da competitividade no mercado internacional, abandonando a macroeconomia ortodoxa e posteriormente, perdendo as características de um continente exportador de *commodities* e de dominação rentista.

Não necessariamente ocorreria o retorno das políticas propostas pelo desenvolvimentismo clássico, como o modelo de substituição de importações para completar o processo de industrialização, ou a consolidação das forças produtivas nacionais sem participação externa. Contudo, o "neodesenvolvimentismo[1]", restaura a tese de que é possível que os países latino-americanos dessem um salto econômico que trouxesse a ruptura com a dependência, o subdesenvolvimento ou saíssem da "armadilha da renda média" dentro do regime capitalista (Bresser-Pereira, 2014).

Contrariamente e esta corrente, diversos intelectuais marxistas afirmam que o neodesenvolvimentismo teria estratégias políticas e econômicas que abandonariam os alicerces essenciais do desenvolvimentismo clássico, sendo um "desenvolvimentismo às avessas" (Gonçalves, 2013), ou até mesmo que o neodesenvolvimentismo seria impossível, tendo em vista que as bases do neoliberalismo seriam insuperáveis no regime capitalista periférico podendo somente fazer com que as nações latino-americanas transitassem de um regime "neoliberal integral" para um "neoliberalismo restringido" (no caso do neodesenvolvimentismo brasileiro, por exemplo) (Alves & Corsi, 2010).

Anteriormente ao debate se as novas estratégias desenvolvimentistas são capazes ou não de produzir resultados semelhantes ao desenvolvimentismo clássico, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), nas figuras de Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Vania Bambirra, por exemplo, se propunha já na década de 60 a evidenciar os limites do desenvolvimentismo clássico, bem como do próprio capitalismo para os países latino-americanos. Trabalhos como "Subdesenvolvimento e Revolução", "Dialética da Dependência" e "O Capitalismo Dependente Latino-Americano" analisam criticamente os limites do desenvolvimentismo como caminho para uma ruptura com a dependência e com o subdesenvolvimento.

O presente trabalho tem como proposta resgatar os teóricos da dependência e discutir as transformações estratégicas que o pensamento desenvolvimentista promoveu desde sua formulação clássica para então averiguarmos os novos paradigmas propostos

1. Optamos pelo prefixo "neo" para diferenciar as correntes desenvolvimentistas contemporâneas, ou "novas" do desenvolvimentismo clássico, sendo uma interpretação que integra o "neodesenvolvimentismo" proposto por Armando Boito Jr (2007) bem como outras correntes, como o Novo-desenvolvimentismo" proposto por Bresser-Pereira (2010) e o Social-desenvolvimentismo. Esta gama de correntes teóricas que estão sendo tratadas como "neodesenvolvimentismo" não necessariamente é homogênea, como mostraremos a seguir.

pelo neodesenvolvimentismo e se de fato esta teoria apresenta limites ainda mais profundos que sua forma clássica.

O estruturalismo latino-americano

Inicialmente, o desenvolvimentismo surge como síntese do pensamento estruturalista latino-americano, que tem como seu maior expoente a Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL). Constituída em 1948, por uma Assembleia das Nações Unidas de 1947, a organização é oriunda de queixas da América Latina acerca da falta de acesso aos benefícios do Plano Marshall, plano que se propunha a reconstruir a Europa no pós-guerra, mantendo sua competitividade e preponderância econômica, enquanto a América Latina permanecia no "terceiro mundo".

A CEPAL foi pensada não como uma instituição acadêmica, mas como um órgão de políticas públicas, planejadora e formuladora de políticas que superariam as deficiências técnicas que os Estados latino-americanos apresentavam, inclusive no campo da programação e sistematização de tendências e índices econômicos. O pensamento cepalino veio superar o "vácuo teórico" que existia e explicar o fenômeno do crescimento através das estruturas econômicas, sociais e produtivas na América Latina, fundando assim uma teoria do desenvolvimento.

> Na CEPAL o argumento ganhou contundência logo nos textos inaugurais, Por que foi acompanhado da tese da tendência à deterioração dos termos de troca, que afrontava postulado Liberal das virtudes do comércio internacional Livre. Ao contrário do que se prometia a teoria das vantagens comparativas, durante o século 20 a maior lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais não estava motivado o encarecimento dos primeiros com relação aos últimos." (Bielschowsky, 2000, p. 28)

A Cepal é a responsável então, pela criação de um método autenticamente latino-americano de se pensar o desenvolvimento, que se propõe com influências keynesianas e schumpeterianas, dar respostas à luz da própria realidade latino-americana.

Surge então o método estruturalista latino-americano, que através do "enfoque histórico estruturalista" e se apropriando do clássico método indutivo (Bielschowsky, 1999) se aproxima do objeto buscando interpretá-lo através de relações histórico-comparativas, para compreensão da formação diacrônica e desigual da economia mundial bem como na propagação do progresso técnico. Ademais, se propõe a analisar os reflexos econômicos de uma estrutura político-social que apresentaria "fatores não-econômicos", como o regime de terras, dominação estrangeira da economia e da exclusão de parte da população que não estaria integrada à economia de mercado (Costa, 2012).

Grandes desafios eram colocados sob esta instituição, que iniciou seu trabalho com uma equipe extremamente reduzida, inicialmente havia Celso Furtado, do Brasil, Jorge Alcázar, da Bolívia, Raúl Rey Alvarez e Alizón Garcia da Argentina, Jose Rose,

do Peru, Francisco Aquino, de El Salvador, Regino Boti, de Cuba e o chileno Bruno Leuschner. Mas em fevereiro de 1949, chega Raúl Prebisch, que na época era considerado o único economista de renome na América Latina, ex-dirigente do Banco Central da Argentina.

Este seria responsável pelos marcos iniciais do pensamento estruturalista latino-americano, pois ao analisar a economia Argentina, constata que os preços dos produtos primários, que sustentam boa parte da economia latino-americana, Prebisch observou como as economias agrário-exportadoras saíam prejudicadas no comércio internacional, tendo diversos impactos macroeconômicos como veremos posteriormente. Criou-se então a necessidade de superação de "leis gerais" para analisar a condição específica da América Latina.

Através da crítica acerca do comércio internacional, o pensamento cepalino demonstra que a teoria neoclássica das vantagens comparativas equivocava-se dado o fato de que a produtividade era essencialmente mais elevada nos países com estrutura produtiva preponderantemente industrial (Prebisch R. 1949; Furtado C. 1965).

Era necessário, portanto, a superação da dicotomia centro x periferia e o fim da reprodução do ciclo de pobreza presente nos países subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento não é então uma etapa antecessora do desenvolvimento que seria alcançado como um ciclo "natural". O subdesenvolvimento é caracterizado como uma condição específica que poderia ser superada com o desenvolvimento industrial, aliado a ampliação do mercado interno através de uma estratégia traçada com o protagonismo do Estado e não deixando a economia à mercê das forças do mercado como afirmavam os neoclássicos.

Bielchowsky (1995) sintetiza muito bem o papel do desenvolvimentismo brasileiro, que tem semelhanças com a estratégia dos outros países latino-americanos:

> Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:
> a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
> b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
> c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
> d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (Bielchowsky R., 1995. P.7)

A consolidação destas políticas econômicas traria, na interpretação estruturalista, o fortalecimento de uma burguesia nacional autônoma que cumpria um papel crucial de construção das nações latino-americanas capazes de resistir as forças da burguesia internacional.

Esta seria a grande polêmica que permearia o debate entre o estruturalismo cepalino e a Teoria Marxista da Dependência. A teoria Marxista da dependência, apesar de concordar que os produtos produzidos na América Latina sofram uma "deterioração nos termos de troca" nega a possibilidade das burguesias nacionais latino-americanas levarem a cabo um projeto que rompa com a dependência, não só por conta de sua submissão econômica, como também por conta da submissão política. Vania Bambirra, ao discutir *"a integração monopolística mundial e suas consequências na América Latina*" afirma:

> Essa submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista. Se tivesse sido possível que o processo de industrialização seguisse seu curso autonomamente, mas mantendo o capitalismo, as burguesias nacionais seguramente teriam preferido essa alternativa e atuado em função dela. Pode-se dizer até mesmo que o tentaram sempre que possível, através das políticas de cunho nacionalista de alguns governos, cujo resultado foi um profundo fracasso, pois, de fato, essa alternativa não era uma alternativa real." (Bambirra V. 2010, p.145)

A corrente desenvolvimentista equivocava-se ao supor que os problemas econômicos e sociais latino-americanos têm como origem "a insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer" (Marini, 2005, p. 160) A dependência não seria uma *anomalia* do capitalismo latino-americano, e sim parte essencial do capitalismo internacional que só pode ser compreendido contemplando o sistema em sua totalidade (Marini, 2005).

Visto que seria inviável superar a troca desigual, a possibilidade dada às burguesias nacionais da América Latina seria de aumentar a exploração do trabalhador, através da superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho seria pautada em três mecanismos: (I) aumento da intensidade do trabalho; (II) aumento da jornada de trabalho e; (III) expropriação de parte do fundo necessário de consumo do operário para repor sua força de trabalho, ou seja, remunerar o trabalhador abaixo de seu valor. (Marini, 2005).

Como consequência da superexploração do trabalho, o ciclo que o capital tende a reproduzir, impossibilita a consolidação de um mercado interno nos países dependentes, parte essencial para o desenvolvimento nacional segundo o pensamento cepalino:

> A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (Marini, 2005 p. 157)

Em alguns períodos específicos foi possível o aumento da participação da indústria nos países latino-americanos. Não obstante, não é possível afirmar que algum país latino-americano se consolidou enquanto uma economia industrial. A industrialização ocorrida principalmente entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, embora tenha dado origem a um moderno parque industrial (ao menos no México, Brasil e Argentina) foi incapaz de estender-se ao mercado interno.

> A causa fundamental deste fracasso se deve, em última instância, à impossibilidade da indústria se sobrepor ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde seus primeiros passos. Suprindo a demanda criada pelas classes ricas e utilizando tecnologia importada dos países centrais – cuja principal característica é poupar mão de obra, a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar os salários no seu nível mais baixo. Em contrapartida, o crescimento do mercado era extremamente lento, compensado apenas com a alta constante dos preços, isto é, com a inflação. (Marini, 2013, p.60).

A Estagnação Latino-americana

Se até os anos 50 a industrialização passou a ocorrer em um ritmo acelerado na América Latina, após os golpes militares, ocorreu a associação das burguesias nacionais com a burguesia internacional. E posteriormente ao início da década de 70, a estagnação e a crise econômica passaram a assolar o Continente. Um dos motivos é que a crise da década de 70, que iniciou como uma crise preponderantemente dos países centrais, mas apresentou como saída o enrijecimento do imperialismo e da dependência dos países periféricos.

Isto se deu através da dependência financeira. Os países centrais na época, principalmente os EUA, tinham aplicado uma política denominada de "reciclagem dos petrodólares", uma operação de rendibilização dos capitais provenientes do setor petrolífero, onde os grandes bancos organizados ofereceram empréstimos para países dependentes e economicamente subordinados. Diversos países contraíram empréstimos a juros variáveis indexados ao dólar entre 1975-1979.

A partir deste ano, Paul Volcker, presidente da Federal Reserve, aumentou simultaneamente a taxa de juros e o dólar. François Chesnais (2012) defende que apesar destas políticas não visarem os países de terceiro mundo, tiveram reflexos brutais em suas respectivas economias:

> Não visavam em especial os países do terceiro mundo, mas foi para eles que as consequências foram, de imediato, mais dramáticas. A multiplicação por três e até por quatro das taxas de juro a que as quantias pedidas de empréstimos tiveram de ser reembolsadas precipitou a crise da dívida do terceiro mundo , cujo primeiro episódio se desenrolou no México, em 1982. A dívida deu origem, ao longo da década de 1980, às negociações referidas mais acima, que conduziram ao seu escalonamento no tempo, em condições segundos as quais não podia nem devia ser alguma vez reembolsada totalmente, mas sim prolongada ano após ano.

> Para os países que se haviam endividado, a drenagem imposta pelo serviço da dívida conduziu, no melhor dos casos, a uma década perdida. No plano interno, teve efeitos muito graves para as camadas sociais dominadas; recriou ou acentuou a dependência externa. (Chesnais, 2012, pp. 46-47)

Assim sendo, os países que contraíram estas dívidas, e a classe trabalhadora que sofreu com diversos arrochos salariais e em seus direitos sociais, foram os setores que pagaram pela crise dos países centrais. Por outro lado, o que se observa é que estas políticas não resolveram o problema de absorção do excedente de capital, muito pelo contrário, se utilizaram do crédito e da ampliação do mercado financeiro para deslocar a lucratividade do campo produtivo para um campo financeiro.

A consequência foi um capitalismo globalizado, financeirizado, e marcado principalmente pelas sucessivas crises econômicas a nível mundial e em países específicos, seguido de diversos *boom's* especulativos de crédito.

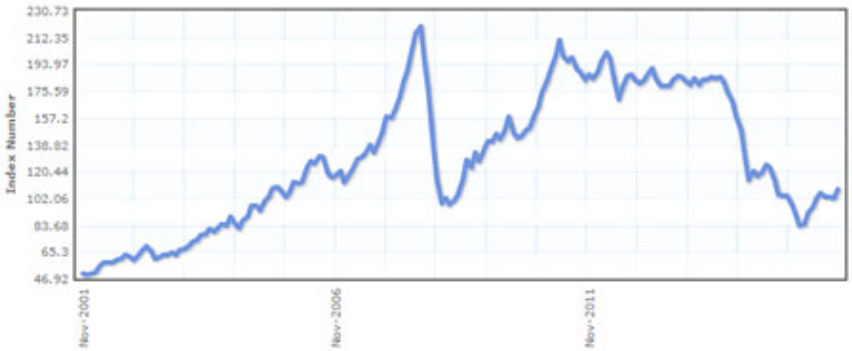
O pensamento ortodoxo, alinhado no Consenso de Washington, passou então a dominar a economia política latino-americana, que neste período vivenciou uma longa estagnação econômica.

O neodesenvolvimentismo em pauta

Somente na década de 2000 o neoliberalismo seria questionado a partir da ascensão de diversas lideranças progressistas no Continente. Inicialmente constata-se uma melhoria nos índices de crescimento do PIB e índices sociais em grande parte dos países latino-americanos. O crescimento ocorrido na época (como vimos no gráfico I) demonstra uma nova tendência para a América Latina.

Porém, é possível afirmar que este crescimento tem como origem políticas pensadas pelos Estados? Inicialmente o que ocorre é resultado do aumento da demanda de produtos agrícolas por parte dos países asiáticos, principalmente da China, como podemos observar os preços das commodities no gráfico II:

Commoditie Price Index (2005 = 100)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Independente do fato de que a estabilização econômica tenha sido reflexo de forças externas, uma das correntes neodesenvolvimentistas, intitulada "social-desenvolvimentismo", mesmo que recentemente formulada, defende que é possível alcançar um novo patamar de desenvolvimento através das políticas sociais e de distribuição de renda:

> As reflexões envolvendo o social-desenvolvimentismo são ainda fragmentadas e com menor inserção acadêmica, tendo resultado em grande medida de debates partidários e políticas de governo. Sua ideia chave é a definição do social como eixo do desenvolvimento, ou seja, propõe-se uma inversão de prioridades relativamente ao velho e ao novo-desenvolvimentismo nos quais o desenvolvimento das forças produtivas era o principal objetivo a alcançar. (Carneiro, 2012, p.773).

Não obstante, apesar da iniciativa partir deu ma "inversão de prioridades", ela só teve uma margem de atuação adequada para proporcionar mudanças na realidade social brasileira por conta da conjuntura econômica favorável, podendo assim dinamizar a economia, porém, o próprio Ricardo Carneiro (2012) previa a perda de intensidade do projeto caso a dependência externa não diminuísse:

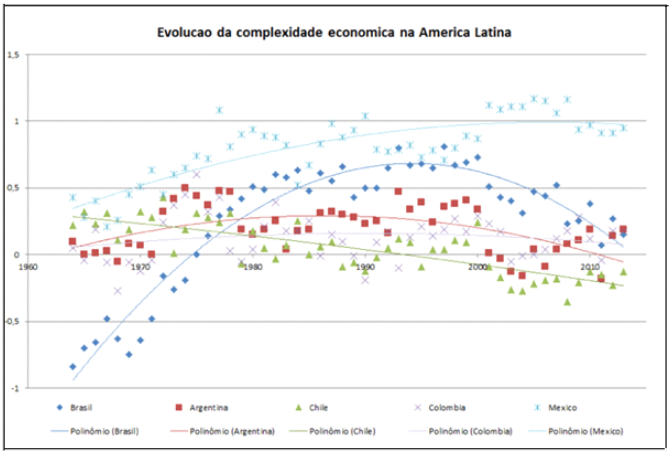
> [...] a estratégia proposta acima pode dinamizar a economia por um período considerável, mas fatalmente perderá impulso com o passar do tempo. Ela, com certeza, terá de ser completada ou secundada por outros eixos dinâmicos, em particular, o do investimento autônomo. A ampliação da infraestrutura e suas cadeias produtivas é uma das fontes dinamizadoras. Há claramente uma demanda reprimida por infraestrutura econômica e social no Brasil e sua ampliação irá constituir-se em elemento autônomo adicional do crescimento em razão das indivisibilidades deste setor – como, aliás, ocorreu nos momentos de aceleração do crescimento durante o nacional-desenvolvimentismo (Carneiro, 2012, p.775).

Este fenômeno do progressismo latino-americano foi forjado em determinações específicas, e sua viabilidade se dá em uma conjuntura econômica específica e que dificilmente surge. A capacidade de desenvolvimento do mercado interno, em um momento que a deterioração dos termos de troca parecem mas brandos também não significa maior desenvolvimento das forças produtivas, muito pelo contrário, o que ocorre é a tendência do desequilíbrio da balança comercial através do aumento do consumo de produtos importados, como ocorreu no caso brasileiro e argentino, por exemplo:

> A luz do que foi discutido e da experiência recente do desenvolvimento brasileiro, a estratégia social-desenvol-vimentista compreende quatro eixos distintos e necessariamente complementares, mas que vêm sendo imple-mentados com diferentes graus de prioridade e maturação: i) a melhoria da distribuição da renda; ii) a ampliação da infraestrutura econômica e social; iii) a reindustrialização via adensamento de cadeias; iv) a expansão do setor ba-seado em recursos naturais (Carneiro, 2012, p.776).

Com essa afirmação, compreende-se que o processo de industrialização como a política de remediação da balança comercial, e não como uma estratégia para superação da deterioração dos termos de troca, geração de empregos ou superação da "superexploração do trabalho" ou da dependência produtiva. Consequentemente, não de se espantar que os recursos públicos sejam justamente a origem possível do financiamento ao desenvolvimento social. Por conta disto, Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012) passa a denominar o social-desenvolvimentismo enquanto "o desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado"

No entanto, a literatura neodesenvolvimentista, mais especificamente as teses "novo-desenvolvimentistas" demonstram uma relativa preocupação com o fato do crescimento econômico latino-americano estar ocorrendo aliado a perda de complexidade tecnológica, ou seja, reprimarização da economia, como mostra os estudos de Paulo Gala (2017):



O novo-desenvolvimentismo retorna à pauta para propor, sob novas formas, o protagonismo do Estado para ascensão ao desenvolvimento das forças produtivas e superação da "armadilha da renda média" e do modelo exportados de *commodities*. A teoria novo-desenvolvimentista, forjada por intelectuais estruturalistas, keynesianos e pós-keynesianos, que se propõem a formular uma nova estratégia de desenvolvimento para a América Latina. Dentre os principais teóricos desta corrente temos Bresser-Pereira, que acredita na necessidade de retomar a industrialização, porém, não da mesma forma que o desenvolvimentismo clássico, e sim inspirado nas experiências asiáticas:

> O novo desenvolvimentismo é um "terceiro discurso" entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. É a alternativa à ortodoxia convencional que vem se desenvolvendo na América Latina desde o início dos anos 2000, com a participação de economistas keynesianos e economistas do desenvolvimento. Suas propostas são predominantemente macroeconômicas e derivam de uma "macroeconomia

> estruturalista do desenvolvimento" que está sendo definida por economistas críticos latinoamericanos, tendo como parâmetro a experiência asiática. (Bresser-Pereira, 2010ª, p.17)

Esta teoria apresentaria grandes diferenças para com o desenvolvimentismo clássico conforme mostra o quadro I:

O antigo e o novo desenvolvimentismos

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1. A industrialização é baseada na substituição de importações.	1. Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte.
2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3. A política industrial é central.	3. A política industrial é subsidiária.
4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	4. Rejeição dos déficits fiscais.
5. Relativa complacência com a inflação.	5. Sem complacência com a inflação.

Fonte: Bresser-Pereira (2010a, p.22)

Se o papel do Estado já no fim do desenvolvimentismo havia diminuído por conta da associação com a burguesia internacional, no novo-desenvolvimentismo, seu papel passa por somente controlar os cinco preços macroeconômicos: a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários, a taxa de inflação e a taxa de lucro. Por outro lado, o que observamos é que este controle dos preços macroeconômicos, ainda que apresentando limites, é uma proposta ainda mais distante da ortodoxia do que o próprio "social desenvolvimentismo", pois neutralizaria a "doença holandesa"[2].

Porém, na literatura crítica marxista observamos a pouca clareza acerca da forma na qual se daria o desenvolvimento do mercado interno:

> O grande ausente na literatura novo-desenvolvimentista é a ênfase na ampliação do mercado interno, um dos mais destacados pilares do estruturalismo cepalino. Essa ausência é contraposta pelo realce dado ao comércio externo e à competitividade internacional. Essa abordagem aproxima o novo-desenvolvimentismo do pensamen-

2. A doença holandesa é um conceito criado por Corden e Neary (1982) que tem este nome por conta do descobrimento de gás natural na Holanda nos anos 1960. Com ele, o florim se apreciou e a indústria moderna tornou-se menos competitiva, recebendo menos moeda local por dólar exportado, trazendo a desindustrialização.

> neoestruturalista presente na literatura da Cepal nos anos 1990, sendo justificada pela emergência de uma nova revolução tecnológica e da globalização. (Morais & Saad-Filho 2011, p. 515).

Outro marxista que analisa criticamente as duas correntes do neodesnevolvimentismo é Reinaldo Gonçalves (2012), que ao utilizar a teoria do capitalismo dependente, defende que as teses do novo-desenvolvimentismo continuam alinhadas com a ideologia proposta pelo Consenso de Washington e pelo Banco Mundial na década de 1980, que limita a atuação política do novo-desenvolvimentismo para o campo macroeconômico. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo tem como motor do desenvolvimento a absorção interna, ou seja, a relação de consumo, investimento e gasto público, o novo-desenvolvimentismo tem como eixo do crescimento a expansão das exportações, relacionando assim a exportação com o crescimento da renda (Gonçalves, 2012). Outro ponto seria o abandono do protecionismo e da política indiscriminadamente industrializante por parte do novo-desenvolvimentismo, retirando a preferência que o nacional-desenvolvimentismo teria pelo capital nacional e pelo protagonismo do Estado e não resolvendo a questão da "vulnerabilidade estrutural externa".

Por fim, ao ignorar os conflitos entre classe sociais, ou até mesmo as frações internas das classes dominantes, o novo-desenvolvimentismo se centralizaria no campo liberal:

> baixa propensão a políticas setoriais; liberalização comercial; ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto; minimização da função alocativa do estado (investimento, políticas setoriais e planejamento); incorporação da função distributiva do estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do estado); e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal) (Gonçalves, 2012, p. 18).

Ao que tudo indica, apesar dos limites apresentados pelo desenvolvimentismo clássico, o neodesenvolvimentismo surge com limites ainda maiores, ora abandonando a importância da consolidação do mercado interno, ora abandonando a política industrial.

> *El neodesarrollismo apostó por enésima vez al comportamiento productivo de la burguesía, olvidando los reflejos que ha perfeccionado este sector para fugar capitales, remarcar precios y desinvertir. Las expectativas que todos los gobiernos depositaron en esa franja siempre concluyeron en estruendosas decepciones*. (Katz, C. 2015, p. 234).

Referências

ALVES, G. P.; CORSI, F. L. Precarização do trabalho e nova precariedade salarial no Brasil na década de 2000. Da tessitura da redundância à intermitência da contingência salarial. In: TOLEDO, E. de la G.; NEFFA, J. C. *Trabajo y modelos pnoductivos em America Latina*: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: Clacso, 2010.

BAMBIRRA V. *O Capitalismo Dependente Latino Americano*, 3ª ed., Florianópolis, ed Insular, 2013.

BASTOS, P. P. Z. *A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. economia e sociedade*, 2012.

BIELCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOITO JÚNIOR, A. Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba nº 28 p. 57-73, jun., 2007.

BRESSER-PEREIRA L C, *As Três Interpretações da Dependência*. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez., 2010.

_____. *Do antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Escola de Economia de São Paulo, Texto para discussão 274, novembro, 2010a.

_____. *A Construção Política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo Editora 34, 2014.

CARNEIRO, R. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. Econ. soc. Campinas, v. 21, nº spe, p. 749-778, Dec., 2012.

CHESNAIS F. *As dívidas ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas.* Ed. Temas e Debates, Lisboa, 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo*. Textos para Discussão, nº 206, 2012.

Furtado, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1965.

GALA P. A. *América Latina não conseguiu completar o salto dos produtos simples para os produtos complexos* disponível em: http://www.paulogala.com.br/a-america-latina-nao-conseguiu-dar-o-salto-dos-produtos-simples-para-os-produtos-complexos/

GONÇALVES R. *Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*. Serviço Social & Sociedade, 112, 637-671, 2012.

_____. *Desenvolvimento às Avessas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Ed. LTC Rio de Janeiro, 2013.

KATZ, C. *¿Qué es el neodesarrollismo? Una visión crítica. Argentina y Brasil*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 122, p. 224-249, abr./jun., 2015.

MARINI R. M. *Dialética da Dependência*. TRANSPADINI, Roberta; Stedile J. P. (org.). 2ª ed., Expressão Popular. São Paulo, 2005.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução* 5ª ed., Florianópolis: Insular, 2013.

MORAIS L. & SAAD-FILHO, Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. In: *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

PREBISCH, R. Estudo econômico da América Latina. In: R. Bielschowsky, eds, *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. São Paulo: Cepal/Cofecon/ Record 1949.

_____. *Dialética do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SAAD-FILHO A. *Avanços, Contradições e Limite dos Governos Petistas*. Crítica Marxista, nº 42, p. 171-177, 2016.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A.. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. *En publicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía.* Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2007.

A natureza do conflito ou o conflito sobre a natureza: uma análise "ecológica" sobre o caso TIPNIS

Bruna Muriel Huertas Fuscaldo*

Introdução

A eleição de Evo Morales pelo Movimento ao Socialismo/MAS em 2005 na Bolívia se deu após intensas manifestações sociais contra o neoliberalismo lideradas por movimentos camponeses e indígenas. Desembocou na abertura de um processo constituinte do qual fizeram parte os povos e as nações indígenas que, mediante as suas organizações, participaram do processo coletivo de escritura de uma nova contratualidade social que, entre outras coisas, visava o estabelecimento dos princípios da Plurinacionalidade, uma nova organização político-burocrática do Estado, que deveria abarcar a diversidade étnica, social, cultural, política, epistêmica existente no país andino.

Além disso, o Buen Vivir foi estabelecido como princípio organizador da economia do Estado Plurinacional. Economia, essa, definida como uma economia plural, a ser regida pelos princípios ancestrais da solidariedade, reciprocidade e complementaridade. (Bolívia, 2009, Artigos 311 e 306). Esses princípios estruturam o modo de vida dos ayllus, a estrutura social agrícola fundamental do modo de vida indígena dos Andes (Fundo Indígena, 2005), e também estão presentes nas lógicas produtivas indígenas das terras baixas, amazônicas, que possuem outras formas de organização territorial, econômica e política, assim como outras formas de vivenciar a passagem do tempo e de interpretar a natureza.

O Estado Plurinacional boliviano, portanto, fundamentado em uma economia plural, deveria estabelecer, fomentar e proteger essas formas produtivas outras, não capitalistas. No entanto, as normativas legais estabelecidas com o horizonte da plurinacionalidade não foram respeitadas em sua plenitude no período do pós-constituinte. O emblemático conflito do TIPNIS, na Bolívia, exemplifica esse processo de desconstitucionalização. O conflito entre o governo de Evo Morales e determinados setores das organizações sociais que o haviam apoiado, em especial setores dos

* Universidade Federal do ABC – UFABC. E-mail: bruna.muriel@ufabc.edu.br

movimentos indígenas das terras baixas e organizações ecologistas e ambientalistas, está relacionado à construção de uma estrada que conectará as localidades do departamento de Beni ao departamento de Cochabamba, atravessando o Territorio Indígena y Parque Nacional IsiboroSécure (TIPNIS).

O Tipnis

Localizado entre os departamentos de Cochabamba e Beni nas terras baixas bolivianas, o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure, TIPNIS é um dos 189 territórios titulados pela constituição de 2009 como Território Indígena Originário Camponês (TIOC). Conforme apontam os artigos 269, 290 e 298 da Constituição da Bolívia (2009), os TIOC compreendem áreas de produção, aproveitamento e conservação dos recursos naturais e, simultaneamente, são espaços de reprodução social, espiritual e cultural das comunidades indígenas originárias e camponesas. Três povos indígenas – os mojeños trinitários, os yuracarés e os chimanes – se organizam ao redor de 63 comunidades, divididas ao longo de 1.236.296 hectares de área.

O projeto viário no TIPNIS articula-se com os interesses dos camponeses colonizadores que ali vivem e que respaldam o modelo de desenvolvimento do MAS para aquela região. Para além dos mojeños trinitários, os yuracarés e os chimanes, o TIPNIS é habitado, em uma área ao sul do parque conhecida como o Polígono Sete, por camponeses e por mineiros que migraram do *altiplano* andino a partir da década de 1950 durante a colonização, como ficou conhecido este processo de ocupação das terras baixas. Tratou-se de uma resposta tanto não oficial à pobreza estrutural do altiplano, com processos migratórios espontâneos das populações rurais que já não viam outra possibilidade de sobrevivência nos Andes, quanto uma resposta oficial, pelas políticas migratórias governamentais. A "Marcha para o Oriente", foi exatamente esta política estatal de ocupação das terras baixas criada após a revolução nacionalista de 1952 com o intuito de, por um lado, ocupar as terras amazônicas e chaqueñas para a consolidação de uma agroindústria exportadora na região de Santa Cruz e, por outro, resolver o problema do empobrecimento agrário do campesinato andino.

Uma vez adaptada a folha de coca às condições climáticas favoráveis da região, os colonizadores passam a ser grandes produtores, em detrimento de outros produtos agrícolas. No plano legal, a coca é produzida para fins medicinais e para o *acullico*, o ato ancestral de mascar a folha. No plano ilegal, uma parte do cultivo serve de matéria-prima à cadeia produtiva internacional do narcotráfico. Na década de 1990 a região do Chapare foi considerada, pela força internacional de luta contra o narcotráfico, uma área de comercialização conectada à rota internacional de drogas. É, em grande medida, da resistência às políticas intervencionistas e violadoras dos direitos humanos, conduzidas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a USAID, e que tinham por objetivo eliminar a produção da folha de coca na região do

Chapare, que desponta o movimento cocaleiro liderado por Evo Morales. Os colonizadores, em geral, e os cocaleiros, mais especificamente, a principal base eleitoral do presidente boliviano.

Em 1965, como forma de proteção ambiental e possibilidade de refúgio para os indígenas cujos modos de vida eram impactados negativamente pelo processo migratório na zona do Chapare, a área foi demarcada como Parque Nacional. Diante do avanço da colonização, as comunidades indígenas se organizaram, mobilização que propiciou o nascimento, na década de 1990, da Sub Central Indígena Isiboro Sécure, com o objetivo de reunir os três povos indígenas, representá-los diante do Estado e exigir que o *status* de parque nacional avançasse para o reconhecimento da região como território indígena, garantindo o direito de propriedade coletiva. Com esse intuito, as organizações indígenas das terras baixas realizam a Primeira Marcha Indígena de Trinidad a La Paz, em 1990, saindo vitoriosos. O TIPNIS passou a ter a dupla condição, ou seja, reconhecido tanto como área protegida – mediante o Decreto Lei 07401 de 1965 – quanto por território indígena, mediante o Decreto Supremo 22.619, de 1990. Também estabeleceu a *línea roja*, uma linha demarcatória que pretende evitar novos assentamentos de colonizadores no território indígena.

A I Marcha dos Indígenas das Terras baixas foi realizada no contexto internacional de aprovação da Convenção 169 da OIT (1989), sendo a subscrição do Estado boliviano um de seus resultados, assim como a reforma constitucional que introduziu a figura jurídica de propriedade coletiva denominada Terra Comunitária de Origem (TCO). O TIPNIS tornou-se, a partir daí, território indígena reconhecido pelo Estado como TCO, em benefício dos povos indígenas yuracares, chimanes e mojeños trinitários. No entanto, na carta constitucional de 2009, o termo TCO foi substituído por Território Indígena Originário Camponês, TIOC. Ao passo que o primeiro destacava o caráter de propriedade coletiva do território indígena, o mais recente admitiu a propriedade individual da terra e incorporou os camponeses colonizadores. Essa mudança é significativa e está no cerne do conflito entre indígenas e colonizadores, uma vez que como TIOC estes podem participar das decisões sobre a construção da estrada. Isso dá aos colonizadores mais espaço para fazerem valer os seus interesses na região, coincidindo, por sua vez, com os objetivos governamentais de construção da estrada (Paz, 2012; Moraes, 2014).

Os colonizadores – em grande parte cocaleiros protagonistas das mobilizações que levam o MAS ao poder, sua base eleitoral – estão organizados ao redor do Conselho Indígena do Sul, o CONISUR, que compõe com as sub-centrais indígenas do TIPNIS e do Sécureas três organizações políticas que representam o TIPNIS, favoráveis à construção da estrada. No entanto, a legitimidade do CONISUR é questionada pelos movimentos indígenas, que reconhecem o Polígono Sete – onde habita a maior parte dos colonizadores – como Parque Nacional, mas não como território indígena, portanto,

não deveria possuir os mesmos direitos de propriedade e de ocupação do território garantidos aos mojeños trinitários, aos yuracarés e os chimanes. A controvérsia sobre se os colonizadores do Polígono Sete devem ou não opinar sobre os projetos de desenvolvimento que envolvem o TIPNIS está no cerne do conflito atual sobre a construção da estrada (Moraes, 2014).

Apesar de os colonizadores serem, por vezes, considerados indígenas por possuírem origens étnicas ancestrais quéchua e aymara – como a maior parte dos camponeses que vive no altiplano – o que, inclusive, permitiu que o presidente Evo Morales ficasse conhecido no plano internacional como o primeiro presidente indígena da história, no TIPNIS a identidade indígena é construída, em grande parte, em oposição a eles. Que possuem, de fato, lógicas produtivas e modos de vida distintos daquelas que predominam entre os indígenas que habitavam a região antes de sua chegada (Paz, 2012; Moraes, 2014).

O fato de ser um TIOC reconhecido pela constituição confere ao parque e às populações que o habitam uma série de faculdades e proteções, entre as quais o direito de aplicar as normas e estruturas políticas e administrativas próprias as suas culturas, dispor do direito coletivo à terra, ao uso e ao aproveitamento dos recursos naturais renováveis, nas condições determinadas pela lei. Em caso de exploração dos recursos naturais não renováveis, está garantida a participação dos habitantes nos benefícios da exploração. Possuem, ainda, o direito à consulta prévia e informada, no caso de projetos de desenvolvimento que afetem seus territórios e modos de vida (Bolívia, 2009).

O Conflito

Diante do anúncio do projeto viário, a CIDOB oposicionista, encabeçou a VIII Marcha dos Indígenas das Terras Baixas, em 2011, para manifestar a oposição dos indígenas das terras baixas à construção da estrada. Conforme o presidente da Subcentral Indígena do Sécure (TIPNIS), Emilio Noza, a manifestação foi, primeiramente, bloqueada por camponeses aliados ao governo e, depois, violentamente reprimida pela policia política, no que ficou conhecido como o Massacre da Chaparina, episódio lembrado como "[...] um recuerdo de mucho dolor que uno no puede olvidar jamás"[1]. A violenta reação da polícia chocou os movimentos indígenas de toda a América Latina, assim como a opinião pública nacional e internacional, quando as fotos dos indígenas presos, machucados e amordaçados estamparam as manchetes dos jornais. Apesar do conflito, a marcha terminou com a entrada triunfal dos indígenas

1. Entrevista pessoal realizada em 6 de julho de 2015, na sede da CIDOB,em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. A Subcentral Indígena do Sécure (TIPNIS) representa 22 comunidades indígenas margeadas pelo rio Sécure, ao norte do TIPNIS. Na parte sul do parque encontra-se a Subcentral do TIPNIS, que representa as comunidades dos rios Isiboro e Ichoa.

das terras baixas na cidade de La Paz, tendo como resultado a aprovação pelo governo Morales de uma lei que assegura a intangibilidade do parque.

No mesmo ano, uma contramarcha foi organizada pelos colonizadores favoráveis à obra viária. Destaca-se que, a partir do contato com os colonizadores, algumas famílias indígenas deixaram a economia étnica própria da região e, hoje, estão focadas na produção da folha de coca (Paz, 2012). Esses indígenas, favoráveis à construção da estrada, incrementaram a marcha organizada pela CONISUR. Como resultado, foi promulgada a lei que ordena a realização de um processo de consulta às comunidades indígenas campesinas originárias, possibilitando a reconsideração da intangibilidade recém-aprovada. Diante do modo como a consulta estava sendo levada a cabo, em 2012 as organizações indígenas das terras baixas organizaram uma nova marcha, denunciando a estratégia governista. Segundo os marchistas, longe de ser prévia – como estipulado pelo Constituição (Bolívia, 2009) e pela Convenção 169 (OIT, 1989), a consulta estava sendo realizada *a posteriori*. Isso porque a construção da estrada estaria aprovada desde 2007, e em 2011 a Assembleia Legislativa havia autorizado o ingresso no parque de equipamento para as obras, bem como o crédito outorgado pelo BNDES para a sua realização.

Durante a conversa com representantes da CIDOB oposicionista e da Subcentral Indígena do TIPNIS[2], os líderes indígenas confirmaram que as medidas de consulta exigidas pela normativa nacional e internacional não estavam sendo realizadas e que a compra de votos era sistemática. Comentaram sobre a pressão exercida pelos supostos consultores, afirmando que apenas as comunidades favoráveis à estrada seriam beneficiadas com projetos sociais governamentais. E garantiram que, sem a estrada, as políticas de saneamento, educação e saúde seriam inviabilizadas. Daí a consulta ser considerada por analistas e observadores como uma "tramposa disyuntiva entre desarrollo y carretera versus pobreza e intangibilidade" (Schavelzon, 2015, p. 51).

Apesar das denúncias, em dezembro de 2012 o governo anunciou que o projeto viário havia sido aprovado por 82% das 69 comunidades do TIPNIS. O anúncio em si já revelava o não cumprimento dos direitos garantidos pela Constituição. Ainda que a consulta houvesse sido realizada em conformidade com os parâmetros nacionais e internacionais, o fato do governo ignorar o posicionamento de 11 comunidades e resolver a questão por maioria absoluta expressa o descaso com o procedimento de busca pelo consenso (Schavelzon, 2015), previsto pela justiça indígena consuetudinária. Supostamente, o Estado plurinacional deveria levar em consideração os critérios locais de justiça, no caso TIPNIS, já que o pluralismo jurídico é reconhecido constitucionalmente.

2. Depoimento concedido durante visita pessoal realizada à sede da CIDOB, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, em 6 de julho de 2015. É importante destacar que a sede visitada foi opositora a Evo Morales, já que a CIDOB, como outras organizações sociais bolivianas, está dividida entre um setor opositor e um setor favorável ao governo, possuindo duas sedes físicas, duas lideranças etc.

O governo iniciou, então, uma forte campanha contra as lideranças indígenas do TIPNIS, acusando-as de graves delitos – como associação à venda de madeira ilegal. As denúncias e difamações fomentaram a divisão e a desmobilização das organizações indígenas das terras baixas. Nas alegações governamentais, a paralisação das atividades de exploração de hidrocarbonetos na região deixaria 600 mil idosos e 1,8 milhões de estudantes sem auxílios provenientes de programas sociais, como a renda dignidade para os anciãos e o bônus escolar Juancito Pinto, evidenciando a articulação entre extrativismo e as políticas sociais, que é própria ao neoextrativismo progressista. E afirmaram que a postura dos oposicionistas ao projeto viário correspondia a apenas 5% do total dos indígenas bolivianos– sendo os indígenas do TIPNIS manipulados por ONG estrangeiras e imperialistas, nas palavras de Linera (2011) –, não podendo, por isso, se sobressair diante das necessidades dos outros 62%, que seriam os verdadeiros protagonistas do processo de câmbio no país, em especial os quéchuas e os aymara. Finalmente, argumentaram que a estrada era condição para o desenvolvimento regional e nacional, para as políticas públicas de saúde e educação e para a integração geopolítica do país (Paz, 2012; Moraes, 2014; Schavelzon, 2015).

A associação entre os camponeses colonizadores com o projeto governamental de construção da estrada tornou mais poderosa a tendência do Estado assumir como seu dever a imposição do desenvolvimento às comunidades indígenas das terras baixas, ainda que sob sua resistência (Prada, 2012). Embora o governo tenha sua parcela de razão, ao afirmar que seria injusto colocar o impasse no TIPNIS como um enfrentamento entre indígenas e não indígenas (Schavelzon, 2015), fato é que o conflito colocou em causa os interesses contrapostos das populações que habitam o parque e a tensão entre os indígenas e os colonizadores gerada pela convivência entre dois modos de vida e duas formas distintas de ocupação do território (Paz, 2012), que se desdobram em diferentes perspectivas de vida plena e de formas de lidar e interpretar a natureza: aqueles relacionados às formas ancestrais indígenas e aqueles que subjazem os projetos desenvolvimentistas próprios do projeto civilizatório da modernidade ocidental capitalista, impostos paulatinamente desde os primórdios da colonização.

Embora possuam origens étnicas quéchua e aymara, os colonizadores têm formas de ocupação do território e de organização econômica bastante diferentes da economia comunitária ancestral presente nos ayllus andinos. Os colonizadores possuem pretensões de expansão e lucro mediante, por um lado, da monetarização e mercantilização da sua economia e, por outro, da expansão da circulação de mão de obra (Paz, 2012). O destino da produção são os mercados regionais e nacionais. O uso e aproveitamento do bosque são individuais e, entre os elementos que compõem o ecossistema local, prioriza-se a terra. Esta é considerada propriedade privada e aqueles que não a possuem, vendem a sua mão de obra. O bosque é convertido em terra cultivável para a comercialização, sendo altos os índices de desmatamento. Ao passo que entre os

indígenas o território é considerado a Loma Santa, a terra prometida, entre os colonizadores não há essa relação de sacralização. A estrada lhes é funcional; ao favorecer o transporte de seus produtos para outras regiões da Bolívia, aumenta o potencial mercantil de sua produção.

Já a economia étnica dos indígenas do TIPNIS fundamenta-se na produção de subsistência, respondendo às necessidades das famílias e não às demandas do mercado. As atividades produtivas dos indígenas yuracarés, chumanes y moxeños trinitário do TIPNIS, tal qual a base produtiva e reprodutiva de diversas comunidades indígenas amazônicas, giram em torno da caça, da pesca, da agricultura e da coleta de alimentos. Ainda que entre os indígenas do TIPNIS existam projetos que os articulem a circuitos econômicos regionais, nacionais e globais, como a produção e a venda de chocolate ou o turismo ecológico, eles não rompem com a propriedade coletiva da terra, que caracteriza a economia étnica local e é eixo fundamental do controle político dos indígenas sobre o território. Não está orientada para o acúmulo e o lucro, e não há exploração de mão de obra alheia. Os bosques e as áreas de cultivo são propriedade comunitária, e seu uso, acesso e aproveitamento dependem de uma gestão coletiva do território (Paz, 2012).

Nessa perspectiva, a estrada projeta as comunidades indígenas a certas relações mercantis que não correspondem à lógica da produção autóctone, afetando exatamente o controle territorial ainda existente. Entre outras razões, por dividir o parque em dois, por colocar em risco a biodiversidade e por criar a acessibilidade em uma região praticamente inabitada, onde o controle e a proteção territorial e ambiental se dão, justamente, pela sua difícil acessibilidade. E estrada traz os colonizadores, "[...] trae la producción de hoja de coca, trae la individualización y parcelación de los bienes del bosque" (Paz, 2012, p. 7), o que leva ao enfraquecimento do controle político dos indígenas sobre o território, tal qual ocorreu no Polígono Sete. Ali, a perda constante e sistemática do controle político territorial dos indígenas se reverteu a favor dos produtores de coca. Um processo ainda mais possível de ocorrer agora que "[...] em palabras de los indígenas [...]", os cocaleiros "[...] tienen un presidente" (Paz, 2012, p. 7). O filósofo e sociólogo boliviano Raúl Prada (2012, p. 34) afirma:

> *Para los pueblos indígenas el TIPNIS es la loma santa; para los ecologistas es el corazón de la producción del agua, de los ciclos de agua de las zonas del TIPNIS y de las regiones colindan-tes. Para la Constitución es una TCO, un territorio indígena y parque, donde cohabitan las comunidades indígenas de tres pueblos amazónicos, yuracarés, chimanes y moxeños, los mismos que gozan derechos colectivos, consagrados por la Constitución. El conflicto del TIPNIS se ha convertido en el centro de los de-bates y en la batalla crucial en defensa de la Madre Tierra, de la Constitución y del proceso. Lo que vaya a ocurrir depende de la capacidad de resistencia de las comunidades de la TCO del TIPNIS, también de la violencia que es capaz de ejercer el Gobierno*.

Considera-se que a constituição boliviana aprovada em 2009 traz em si a crítica a monocultura produtividade capitalista e da temporalidade linear e progressiva que lhe é intrínseca, e desde o plano normativo representa um esforço de construção de uma sociedade ecológica. Para além do sentido de construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada, faz-se referência à construção de uma nova forma de sociabilidade onde predomina a ecologia das produtividades e a das temporalidades[3]. No entanto, o conflito envolvendo o TIPNIS demonstra que os limites da implementação, na prática, daquilo que estava previsto no texto constitucional.

Os avanços normativos e a inquestionável melhoria na qualidade de vida da população mais marginalizada da Bolívia após o início da gestão de Morales, não significou a incorporação das demandas dos indígenas das terras baixas em relação à manutenção de seus modos de vida, suas formas econômicas e temporalidades específicas. Respeitar o modo de vida das comunidades indígenas amazônicas significaria, por exemplo, respeitar as atividades produtivas pautadas na economia comunitária, na qual estão presentes os princípios de solidariedade e reciprocidade, intimamente relacionadas aos ritmos biovegetativos dos ecossistemas existentes no parque, que se dão de formas não depredatórias e com constante preocupação com a reposição dos bosques.

Todas as dimensões da vida social, política, econômica e ritualística, dentro de uma concepção cíclica, estão adequadas ao modo como as condições de reprodução da vida são repostas a partir da circularidade das estações. Entre os indígenas do TIPNIS, há um profundo conhecimento sobre os ciclos da natureza, com os quais os movimentos da vida social estão sincronizados. O conjunto de elementos que conformam o bosque – terra, animais, frutos, água – possuem um sentido de articulação geral (Paz, 2012; Tapia, 2007). Estão presentes outras lógicas produtivas, temporais, e outros saberes que não aqueles que caracterizam a modernidade ocidental hegemônica.

3. Essa discussão será aprofundada em um artigo que está em fase de elaboração.

Referências

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº2366 de 20 de maio de 2015. Establece las medidas para el aprovechamiento de los recursos hidrocarburíferos en todo el territorio nacional. *Diário Oficial da Bolívia*, La Paz, 20 de maio de 2015. Disponível em: <http://portal.osce.gob.pe/osce/content/decretos-supremos>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Decreto Lei nº 300 de 15 de outubro de 2012. Estabelece a Lei Marco da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o VivirBién. *Diário Oficial da Bolívia*, La Paz, 15 out. 2012. Edição 0431, p.1. Disponível em: <http://www.planificacion.gob.bo/sites/folders/marcolegal/Ley%20N%C2%B0%20300%20MARCO%20DE%20LA%20MADRE%20TIERRA.pdf>. Acesso em 22 dez. 2013.

_____. Decreto Supremo nº676 de 20 de out. 2010. Modificael Artículo 2 del Decreto Supremo Nº 29130, de 13 de mayo de 2007, modificado por Decreto Supremo Nº 29226, de 9 de agosto de 2007.*Diário Oficial da Bolívia*, La Paz, 20 de out. de 2010. Disponível em: <http://portal.osce.gob.pe/osce/content/decretos-supremos>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Constituição. *Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia*, de 07 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=469>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. Decreto Supremo nº 29272, de 02 de set. de 2007. Estabelece o Plano Nacional de Desenvolvimento Bolívia Digna, Soberana, Produtiva e Democrática para o VivirBien de Responsabilidade do Ministério de Planejamento e Desenvolvimento. *Gaceta Oficial de Bolívia*, La Paz, 03 de set. de 2007a, pp. 01-06. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.planificacion.gob.bo%2Fsites%2Ffolders%2Fmarcolegal%2F29272_ds.pdf&ei=ryn3U7KNGYnH0QXn54CIAw&usg=AFQjCNFK7Dz_JA1zEEaBzair47OaW6qeUA&bvm=bv.73612305,bs.1,d.bGE>. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. Decreto Supremo nº29130 de 13 de mai. 2007. Decreta elReglamento de áreas reservadas a favor de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. *Gaceta Oficial de Bolívia,* La Paz, 14 de mai. de 2007b. Disponível em: <http://portal.osce.gob.pe/osce/content/decretos-supremos>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Decreto Supremo nº28701 de 1 mai. 2006. Heroesdelchaco. Decreta la nacionalización de los recursos hidrocarburífero en Bolívia.*Gaceta Oficial de Bolívia,*La Paz, 1 mai. 2006. Disponível em: <http://portal.osce.gob.pe/osce/content/decretos-supremos>. Acesso em: 07 dez. 2013.

_____. Ley de la Reforma Educativa nº 1565, del 7 de julio de 1994.*Gaceta Oficial de Bolívia*, La Paz,7 jul. de 1994.Disponível em:<http://www.oei.es/quipu/legislacion_educativa.htm>. Acesso em: 24 nov.2013.

COLECTIVO DE INTELECTUALES LATINOAMERICANOS. Sr. Alvaro García Linera: la crítica intelectual no se combate a fuerza de censura. *Rebelión*, s/p. La Paz, 13 ago.2015. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=202193>. Acesso em 24 set.2015.

CUSICANQUI, Silvia R. *Ch'ixinakaxutxiwa.* Una reflexión sobre prácticas ydiscursos descolonizadores. Buenos Aires: Retazos-Tinta Limón, 2010.

EL TIEMPO. Correa calificó la marcha de derrota.*El Tiempo*, Quito, 13 mar. 2012, p.1. Disponível em: http://www.eltiempo.com.ec/noticias-cuenca/93419-correa-califica-a-marcha-de-derrota/>. Acesso em: 29 out. 2014.

FUNDO INDÍGENA. Desarrollo con indentidad. In: _____. *Programa de formación de líderes indígenas de la Comunidad Andina.*La Paz: Banco Mundial / Fundo Indígena, 2005. pp. 97-124.

GUTIÉRREZ, Ricardo. El Gobierno Boliviano ameza con explusar a cuatro ONGs críticas. *El País*, La Paz, s/p, 18 ago. 2015. Disponível em:<http://internacional.elpais.com/internacional/2015/08/18/actualidad/1439856355_636776.html>. Acesso em: 25 set. 2015.

LINERA, Álvaro García. ONGs mentem e camuflam seu ativismo político e reacinário sob o mando de atividade não governamental, s/p. La Paz, 19 ago. 2015. Disponível em: <http://mercosulcplp.blogspot.com.br/2015/08/alvaro-garcia-linera-responde-sobre.html>. Acesso em 24 set.2015.

_____. Las tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso de cambio. La Paz: Luxemburg, 2011.

MORAES, Renata Alburqueque. *Desenvolvimento e VivirBien*. O caso do território indígena e parque nacional Isiboro Sécure (Bolívia). Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15610/1/2014_RenataAlbuquerqueMoraes.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

OIT. *Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*, Genebra, 1989. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/international_ labour_ standards/ pub/convencao%20169_2011_292.pdf>. Acesso em: 02 out. 2011.

PAZ, Sarela. Dos actores, dos modos de vida y un sector social en ascenso: los colonizadores. *El TIPNIS en el centro del interés global*. Centro de Documentación

e Información de Bolívia, CEDIB, pp.1-10, 2012. Disponivel em: <http://www.cedib.org/post_type_titulares/el-tipnis-en-el-centro-del-interes-global-bolpress-4-9-2012>.Acesso em: 13 dez. 2014.

PRADA, Raúl. Horizontes delVivierBien. XV CONFERENCIA DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 15, 2012, São Francisco. *Anais* XV Conferência da Associação de Estudos Latino-americanos. São Francisco: LASA, 2012. pp. 01-13. Disponível em: <http://www.praxisenamericalatina.org/4-12/horizontes.html>. Acesso em: 23 mar. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo:* para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 78, pp. 03-46, abr. 2007a.

SCHAVELZON, Salvador. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir, dos conceptos constituyentes en formación leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyente*. Quito: Abya Ayala, 2015.

PARTE II

PENSAR A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E A POLÍTICA DOS ESTADOS

A CEPAL e o cooperativismo latino-americano: uma abordagem histórica

Jacqueline A. Haffner*
Adriano Pires de Almeida**
André Viana***

Introdução

O cooperativismo tem grande relevância como um meio de desenvolvimento econômico regional, através da geração de renda à população, o cooperativismo tem origem no século XIX, quando em 1843, vinte e oito tecelões que se encontravam desempregados uniram suas economias para a organização de um armazém cooperativo na cidade de Rochdale – distrito de Lancashire, localizado na região metropolitana de Manchester, na Inglaterra – dando origem a um documento chamado "*The Rochdale Pioneers Rules, 1844*", com a descrição dos princípios para a gestão de uma sociedade cooperativa (*Rochdale Pioneers Museum*, 2017, tradução nossa), cujos preceitos foram utilizados como embasamento para a criação de organizações que se enquadrariam no conceito de crescimento econômico e solidariedade, previstos no cooperativismo.

Esta realidade é comum em vários países, e as experiências cooperativistas não são diferentes na América Latina, pois ao longo do tempo estas experiências foram bem sucedidas, uma vez que dezenas de empresas cooperativas foram listadas entre as empresas – de cinco ramos de atividades econômicas diferentes (Agropecuário, Crédito, Saúde, Consumo e Transporte) – que obtiveram melhor desempenho no ano de 2015, demonstrando suas capacidades de competividade, geração de renda e, sobretudo, a promoção do desenvolvimento local segundo coloca a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 2016.

Assim como o cooperativismo representa uma alternativa no combate à precarização do trabalho e desenvolvimento econômico, na década de 1940, surgiu a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o intuito de coordenar ações que possam reforçar as relações econômicas dos países da região entre si e também com o mundo. A CEPAL abarca em seus estudos o cooperativismo na América Latina como sendo um fundamento importante para o desenvolvimento.

* UFRGS. Email: Jacqueline.haffner@ufrgs.br
** PUC-Goias. Email: adriano.piresrj@gmail.com
***Feevale. E-mail: viana-andre@outlook.com

Em função disso, o tema proposto neste artigo remete aos estudos das ações voltadas ao cooperativismo latino-americano abordadas nas publicações da CEPAL. Para tanto, tem-se como objetivo geral: analisar as principais perspectivas sobre o cooperativismo latino-americano em publicações desenvolvidas pela CEPAL no período entre 1948 e 2015, identificados em seu portal *online*[1]. Além disso, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: apresentar os conceitos e principais dados históricos sobre o cooperativismo, sobretudo na América Latina; identificar através dos estudos cepalinos as principais ações e/ou direcionamentos a respeito do cooperativismo.

A hipótese deste trabalho é a de que o cooperativismo pode auxiliar o desenvolvimento da América Latina, sobretudo, por proporcionar elementos importantes que podem promover o desenvolvimento local, a equidade ea integração regional.

O cooperativismo na América Latina: Panoramahistórico

Nessa seção, busca-se desenvolver um relato a respeito dos principais dados históricos sobre o cooperativismo na América Latina e sua importância como alternativa à competitividade global.

O cooperativismo é uma prática que busca dar alternativas a precarização do emprego e, desse modo, resolver determinados problemas sociais através da cooperação, idealizada por sujeitos que se responsabilizariam pela gestão da produção e da comercialização, com direitos e deveres iguais sobre os bens produzidos. Além disso, conforme ressaltado por Viana e Haffner (2015), o cooperativismo tem como objetivo se tornar uma alternativa, tendo em vista a importância de seus princípios e valores (apresentados no quadro 1).

1. O portal http://www.cepal.org, disponibiliza o repositório digital da instituição.

A *International Co-operative Alliance* (ICA) destaca os princípios cooperativos:

Quadro 1: Princípios cooperativos segundo a ICA

Princípio	Práticas Cooperativas
Adesão livre e voluntária.	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa discriminação.
Gestão democrática.	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis perante a sociedade. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e cooperativas em outros níveis são também organizadas de maneira democrática.
Participação econômica dos membros.	Os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou todas as seguintes finalidades: desenvolver a cooperativa, possivelmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; aos sócios na proporção das suas transações com a cooperativa; e, apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
Autonomiae independência.	As cooperativas são organizações autônomas, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou levantar capital de fontes externas, o fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
Educação, formação e informação.	As cooperativas promovem a educação e formação dos seus membros, dos representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam o público em geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
Cooperação entre cooperativas.	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
Preocupação com a comunidade.	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Adaptado de ICA (2016)

Na América Latina, a influência do cooperativismo no desenvolvimento econômico e também na melhoria das relações entre os países da região tem sido gradualmente ampliada a partir da segunda metade do século XIX (Mora, 2012a, tradução nossa). No caso da América do Sul, é importante mencionar que desde 1895, a Argentina já contava com a presença de cooperativas em seu território. Dentre as cooperativas argentinas destaca-se a cooperativa *El Hogar Obrero* (EHO) criada oficialmente em 30 de Julho de 1905 com o propósito de solucionar o problema "*de la vivienda obrera*", ou seja, trata-se de uma cooperativa de habitação que constrói e financia casas para os associados (EHO, 2016).

No caso brasileiro, a experiência inicial sobre o cooperativismo surgiu no estado de Minas Gerais em 1889 por meio da criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Desenvolvendo atividades análogas a da Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos da cidade inglesa de Manchester, a Sociedade Cooperativa de Ouro Preto expandiu suas atividades em todo o estado mineiro e posteriormente para os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (OCB, 2016).Além isso, em 1892 foi criada no município de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa do setor agropecuário do país, a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli* (MDIC, 2015).

A partir de uma iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt surgiu, em 1902, as primeiras cooperativas de crédito no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, os produtores agropecuários gaúchos – sob a influência da imigração alemã e italiana que trouxe consigo a cultura do trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias – desenvolveram as primeiras cooperativas do meio rural da região sul do país (OCB, 2016), em um processo similar ao argentino.

O quadro 2, a seguir, apresenta um panorama histórico das origens do cooperativismo em alguns países da América Latina:

Quadro 2: Panorama histórico do Cooperativismo em alguns países da América Latina

País	Período	Modelo Cooperativista
Argentina.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Organizadas a partir de atendimento às necessidades de imigrantes europeus, que organizaram suas atividades de forma associativa, antes de 1900 já havia 56 cooperativas no país, envolvendo diversos segmentos.
Bolívia.	A partir da crise financeira mundial de 1929 e um acontecimento interno, "*La Guerra del Chaco*" (1932-1935).	Os ex-combatentes da *Guerra del Chaco* tiveram que começar a gerir as primeiras organizações cooperativas, por alternativa de trabalho e renda nas regiões, até a Revolução Nacional, em 1952. Após isso, a Reforma Agrária de 1953 modificou significativamente os motivos para sua criação.
Brasil.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O cooperativismo no Brasil teve grande influência dos imigrantes alemães, italianos e japoneses, que trouxeram experiências de seus países de origem, que já tinha embasamento no cooperativismo em diversos setores.
Chile.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Originalmente, as iniciativas foram espontâneas da classe de operários e posteriormente, o Estado, os Sindicatos, a classe média e a Igreja Católica influenciaram o desenvolvimento do cooperativismo.
Costa Rica.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	Surgem como alternativas às necessidades e dificuldades de setores específicos afetados pelas crises econômicas, sobretudo, as áreas agrícolas.
Cuba.	Iniciam as atividades na metade do Século XX.	Na década de 1960, existiam no país cerca de 602 cooperativas de trabalhadores agrícolas, principalmente nos setores da cana de açúcar, com cerca de 120 mil associados. Atualmente, são cerca de 2500 cooperativas entre os setores de crédito e serviços.
Equador.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	As organizações cooperativas equatorianas estavam integradas a setores da burguesia vinculadas ao partido liberal e imigrantes anarquistas e socialistas.
Honduras.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O cooperativismo do país nasce de esforços individuais, mas em 1923, ganha na constituição da República um apoio do Estado.
México.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	A influência foi devida às imigrações, e também em publicações de livros, revistas e notícias provenientes da Europa. Em razão da Revolução Mexicana de 1910, algumas cooperativas mantiveram-se unidas em torno do chamado "Centro Mútuo Cooperativo do México".
República Dominicana.	Iniciam as atividades na metade do Século XX.	Surgem as primeiras cooperativas de crédito, com o intuito de organização social e empresarial. Embora muitas tenham desaparecido, ainda hoje, existem as maiores cooperativas do país neste segmento.
Uruguai.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	O modelo cooperativista está vinculado às origens de movimentos sociais, em particular às associações, sindicatos e organizações de trabalhadores, seguindo o modelo europeu de Rochdale.
Venezuela.	Iniciam as atividades no final do Século XIX.	São reconhecidas as experiências associativas e experiências de autogestão nas comunidades indígenas e campesinas, e já na década de 1958 estabeleceram uma legislação específica, copiada integralmente da Lei das Cooperativas Francesa, de 1867.

Fonte: Adaptado de Mora (2012b, p. 47-52)

O quadro 2 destaca que os avanços na implantação do cooperativismo na América Latina se deram por meio das imigrações europeia no Século XIX e que as motivações para a criação das cooperativas foram afetadas por limitações de igualdade e respeito

e pela busca de outras formas de geração de renda. Assim, entre outros indícios, observa-se que as cooperativas fazem parte da história dos países da região (Mora, 2012a, tradução nossa).

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontavam que até 2012 existiam na América Latina cerca de 13.000 cooperativas filiadas à Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que elas representavam a geração de trabalho e renda para aproximadamente 335.000 pessoas. Além disso, a OIT destaca que ainda há uma carência de estudos necessários para compor uma base adequada de dados estatísticos sobre estas dimensões do movimento cooperativista na região.

Ao abordar as relações de trabalho, Carleial (2010) ressalta que os países com menor desenvolvimento relativo, tendo em vista que buscam atrair investimentos estrangeiros diretos, sofrem uma maior fragilização e que para mostrarem-se competitivos eles reduzem os direitos sociais em vigor. É neste sentido que este trabalho entende que o cooperativismo é uma alternativa de princípios norteadores capazes de auxiliar na geração de trabalho e renda e desenvolvimento das regiões.

Em suma, pode-se afirmar que o cooperativismo na América Latina foi desenvolvendo-se gradualmente, segundo diferentes influências, mas sempre com o enfoque na geração de emprego e na inclusão social de grupos minoritários na sociedade latino-americana.

2.1. As formas de atuação e as organizações para o cooperativismo

O cooperativismo, como regem seus princípios, busca organismos de integração que possam auxiliar adequadamente as cooperativas de cada região e embora alguns países possuam melhor interelação de pesquisas que outros, o objetivo desta subseção é demostrar quais são as organizações que auxiliam o cooperativismo em cada um dos países selecionados.

São muitos os benefícios amparados no modelo cooperativista, destaca a OIT (2012), entre eles estão a geração de empregos direitos e indiretos, a criação de mecanismos de ajuda mútua e proteção social, o acesso a produtos financeiros para pessoas que estão excluídas do sistema tradicional e também a possibilidade de acesso ao mercado exportador para os produtores, entre outros. A OIT (2012) declara, ainda, a existência de estimativas que colocam que em todo o mundo, cerca de um bilhão de homens e mulheres são membros de cooperativas, gerando cerca de 100 milhões de empregos.

Em praticamente todos os países da América Latina existem organizações que auxiliam na coordenação de ações para promover o cooperativismo como meio de auxiliar na perenidade das cooperativas e também em sua organização social. A importância destas entidades é muito grande, pois é por meio delas que as possibilidades de estudos, de levantamento de dados e de realizar análise das ações que possam

garantir a sustentabilidade das cooperativas frentes às demandas das regiões onde estão localizadas se tornam possíveis. A seguir, o Quadro 3 apresenta as principais organizações em alguns dos países da América Latina.

Quadro 3: Panorama histórico do Cooperativismo em alguns países da América Latina

Argentina	Existem duas confederações: a Confederação Inter Cooperativa Agropecuária Cooperativa Limitada (CONINAGRO) que representa as cooperativas agropecuárias e de outros setores, como seguro e saúde. A segunda é a Confederação de Cooperativas da Argentina (COOPERAR), como intuito de trabalhar junto ao Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES)
Bolívia	CONCOBOL, é a confederação que representa o setor, mas tem uma fraca integração que afeta diretamente o desenvolvimento de alguns setores cooperativos do país
Brasil	A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) é o principal organismo do cooperativismo no país, juntamente com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOP), que é o órgão do governo
Chile	Confederação Geral de Cooperativas do Chile (CONFECOOP) como um organismo para o setor cooperativo, porém, atualmente ainda tem carência de funcionamento e reconhecimento institucional. O Departamento Nacional de Cooperativas (DECOOP) é o responsável pela promoção do setor
Colômbia	Confederação das Cooperativas da Colômbia (CONFECOOP) é o organismo de integração que representa o setor frente às instituições públicas e a Superintendência de Economia Solidária é o organismo público de promoção do setor que inclui as cooperativas
Costa Rica	Existe uma Lei que estabelece o Conselho Nacional de Cooperativas (CONACOOP) que é organismo nacional do setor. O Instituto Nacional de Fomento Cooperativo (INFOCOOP) é o instituto público de promoção e desenvolvimento cooperativo
Equador	Não tem um organismo de integração nacional, mas sim um Escritório Nacional de Cooperativas (DINACOOP), que é responsável pela representação do setor no país
Honduras	Confederação Hondurenha de Cooperativas (CHC) e também a Federação de Cooperativas de Poupança e Crédito (FACACH). O Instituo Hondurenho de Cooperativas (IHDECOOP) é o organismo de promoção ao cooperativismo
México	Confederação Nacional de Cooperativas de Atividades Diversas (CNC) e também a confederação de cooperativas financeiras. Também a Comissão Nacional Bancária e Valores (CNBV) também está encarregada de estudar a lei das cooperativas no país
República Dominicana	Conselho Nacional de Cooperativas (CONACOOP) que é o organismo de integração e também o Instituto de Desenvolvimento e Crédito Cooperativo (IDECOOP);
Uruguai	Confederação Uruguai de Cooperativas (CUDECOOP) que é o organismo que representa o setor, e também o Instituto Nacional de Cooperativismo (INACOOP) que é o organismo do Estado
Venezuela	Conta com um organismo de integração cooperativista, é a Superintendência Nacional de Cooperativas (SUNACOOP) que também atua como o mecanismo de promoção ao setor

Fonte: Adaptado de Mora (2012b, tradução nossa)

Cabe ressaltar que não foram encontrados dados desta catalogação que referenciassem de modo específico a promoção do trabalho cooperativo em Cuba, porém, identifica-se que a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), promove os interesses sociais e econômicos dos pequenos agricultores privados cubanos que conta com 3.800 cooperativas, das quais 1.155 são cooperativas de produção agropecuária e o restante, da área de serviços e crédito (CUBA EDUCA, 2016, tradução nossa).

A CEPAL a as ações para o desenvolvimento

A importância do pensamento cepalino para o tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento deu-se visto o esforço e a necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em fases distintas de subdesenvolvimento. Essa necessidade aproximou a economia de um estudo comparativo de problemas similares, no campo abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, conhecido como análise econômica do método histórico (Furtado, 1961).

Essa análise induziu o pensamento a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos, ao se realizar a identificação progressiva do que é específico de cada estrutura e que serviria de base para uma tipologia das estruturas. O estruturalismo original, criado em outras disciplinas das ciências sociais, se caracteriza por ser um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Na análise econômica cepalina, o estruturalismo é essencialmente orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas (Furtado, 1961; Bielschowsky, 2000).

Combinados a análise econômica do método histórico mais o enfoque estrutural dos problemas econômicos, tem-se a síntese do pensamento histórico-estrutural, que fundamenta os estudos da CEPAL. O método histórico-estruturalista, eminentemente indutivo, se beneficiou da formulação analítica da teoria do subdesenvolvimento periférico de Prebisch e tem fundamentação teórica independente, autônoma, elaborada para pensar a América Latina a partir da América Latina (Furtado, 1961; Bielschowsky, 2000).

Os esforços desenvolvimentistas latino-americanos no pós-Segunda Guerra foram influenciados e conduzidos pelo arcabouço teórico, autônomo e normativo da CEPAL, que assume a industrialização como padrão de desenvolvimento e principal forma de se equiparar com o nível de vida dos países desenvolvidos – devido a seu papel determinante na geração e difusão do progresso técnico na economia.

A compreensão do pensamento da CEPAL passa pelo entendimento de que, desde seu princípio, o progresso técnico mostra-se determinante para o desenvolvimento socioeconômico e é causa primeira da dicotomia centro-periferia. A indústria se apresenta como um setor considerado imprescindível ao desenvolvimento econômico. Isso ocorre devido a sua dinamicidade, poder de encadeamento para frente e para traz, que propicia a difusão do progresso técnico, geração de empregos, assim como alívio à tendência estrutural de estrangulamento do balanço de pagamentos e redução da vulnerabilidade externa.

Ao se conceituar desenvolvimento econômico, a CEPAL o apresenta como resultado da introdução de fatores de produção que possibilitam o aumento da produtividade do trabalho e que seguem um padrão de competitividade representado pela técnica moderna. O aumento da produtividade se alcança através da incorporação dos frutos do progresso

técnico ao trabalho, daí se observa o papel determinante do progresso técnico no desenvolvimento econômico (Furtado, 1961).

Tratando-se de incorporação dos frutos do progresso técnico, a indústria representa um setor mais intensivo em capital, assim destaca-se por apresentar elevada produtividade do trabalho, se comparado a outros setores da economia. Os aumentos de produtividade, permitidos principalmente pelo caráter intensivo em capital da indústria, decorrem da inserção de técnicas produtivas que vem se aperfeiçoando em um processo contínuo de progresso tecnológico (Furtado, 1961).

Conceituado desenvolvimento, o subdesenvolvimento não pode ser considerado uma etapa anterior nas transformações estruturais de um país. Subdesenvolvimento e desenvolvimento não são estágios que se sucedem, mas sim o resultado de um processo desigual de geração e difusão do progresso da técnica na coletividade mundial (Furtado, 1961).

Da relação concomitante existente entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, Prebisch (1949) diferencia a economia mundial entre países de centro (que são os países desenvolvidos) e países de periferia (que são os países subdesenvolvidos), e caracteriza a posição subordinada dos países periféricos, dentre eles os latino-americanos e caribenhos, em relação aos países de centro. Tal posição subordinada deriva da incapacidade da periferia de reter os frutos do progresso técnico ou da capacidade dos países centrais não apenas de reter os frutos do progresso técnico como também de se apropriarem de parte dos poucos frutos do progresso técnico gerados na periferia.

A teoria econômica, de cunho liberal, que prepondera na região estabelece que se os países seguissem suas vocações produtivas, por meio da especialização em setores onde têm vantagens comparativas sobre os outros países, os frutos do progresso técnico, existente nos centros industriais, iriam transbordar e se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, chegando inclusive à periferia por intermédio do livre comércio internacional (Prebisch, 1949).

Neste sentido, a troca internacional geraria uma igualdade de desenvolvimento econômico mediante o intercâmbio, onde os países de produção primária conseguiriam participação nos resultados do progresso técnico e não precisariam industrializar-se. Contudo, empiricamente, não é o que se verifica no cenário mundial, vide as enfáticas diferenças existentes entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Persistentemente, os países centrais desenvolviam mecanismos para proteger seus preços e assim manter os frutos do progresso técnico, inclusive capturando parte deste gerado na periferia. Na visão cepalina, a industrialização dos países primário-exportadores faria com que, visto sua menor produtividade, perdessem os benefícios do intercâmbio internacional e ficassem fadados ao subdesenvolvimento (Prebisch, 1949).

Deste modo, a deterioração dos termos de intercâmbio, ou dos termos de troca, ocorria devido à existência de uma rigidez à baixa de preços, salários e lucros, existentes

nos países centrais, ao excesso de mão de obra alocada no setor primário nos países periféricos, e à demanda inelástica dos bens primários. Se somados, estes aspectos desenham uma situação na qual, frente a aumentos de produtividade, estes não são repassados aos preços praticados nos países centrais, diferente do que ocorre nos países periféricos. Nestes termos, gera-se um desequilíbrio na equivalência entre a compra de manufaturados e a venda de produtos primários, na qual cada vez mais é necessária a venda de uma quantidade maior de produtos primários para aquisição da mesma quantidade (ou de uma quantidade menor) de produtos manufaturados. Desta forma, se qualifica a transferência dos frutos do progresso técnico ao centro por parte da periferia, que se evidencia nos diferenciais observados em vários indicadores econômicos, nas condições de bem-estar social, assim como nos diferenciais da renda *per capita* e força de capitalização.

Neste sentido, o progresso técnico, tal como sua geração e difusão, é determinante primeiro da condição do desenvolvimento ou subdesenvolvimento das economias mundiais ao longo da evolução do pensamento cepalino, mas a concepção acerca das estruturas que envolvem o progresso técnico também evoluiu com esse pensamento. Nos primeiros anos da CEPAL, esse pensamento determina o desenvolvimento e o subdesenvolvimento através das condições em que seus frutos são gerados e difundidos, e a industrialização é a forma de dinamizar tal geração e difusão para a superação do atraso da periferia.

Tendo em vista os princípios da CEPAL e sua atuação contemporânea, o desenvolvimento, através da equidade é uma meta importante de sua configuração e nesse sentido, o cooperativismo tem muita aderência à ideia central de produzir equidade através do desenvolvimento sustentável. Em função disso, na seção seguinte, serão apresentados dados retirados das publicações da CEPAL a respeito do cooperativismo na América Latina.

Cooperativismo na CEPAL

Ao pesquisar o repositório digital da CEPAL, disponível o endereço eletrônico <http://repositorio.cepal.org/>, buscou-se identificar as publicações acerca do cooperativismo na América Latina. A coleta de dados ocorreu em 2016 e foi utilizada a opção busca avançada, na qual foi utilizada a palavra-chave "cooperativismo" no espaço "*work area*", a fim de refinar a busca por resultados com conteúdos com essa temática.

Assim, ao analisar os dados obtidos, optou-se em dividir os resultados em cinco categorias, a saber: mapeamento das publicações por idioma, quantidade de publicações a cada década, regiões citadas pelas publicações, principais enfoques abarcados e tipos de documentos publicados.

Categoria 1 –Mapeamento das publicações por idioma: nesta etapa, foi necessário identificar nas publicações, quais foram os idiomas das produções, com o intuito de identificar as origens das pesquisas. Conforme a Tabela 1, percebe-se que somente encontraram-se publicações em espanhol (101) e inglês (1), sendo que a publicação em inglês foi uma tradução de um dos textos em espanhol.

Tabela 1 - Idiomas das publicações com a palavra "cooperativismo"

IDIOMA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Espanhol	101
Inglês (tradução do espanhol)	1
TOTAL	**102**

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 2 - Quantidade de publicações a cada década: percebe-se, a partir da Tabela 2, que o número de publicações acerca do cooperativismo, inicia na CEPAL, a partir da década de 1980, conforme ressaltado por Bielschowsky (2009, tradução nossa). Nota-se que é este o período em que a organização passa a se preocupar com questões macroeconômicas, em razão do endividamento dos países periféricos, o que comprova efetivamente a importância do cooperativismo como um meio de geração de trabalho e renda.

Tabela 2 - Publicações da CEPAL a cada década sobre o cooperativismo

DÉCADA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
1980-1989	10
1990-1999	18
2000-2009	66
2010-2016	7
TOTAL	**101**

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 3 –Regiões citadas pelas publicações: nesta categoria a distribuição das regiões citadas nas publicações da instituição é apresentada na tabela 3:

Tabela 3 - Regiões citadas pelas publicações sobre o cooperativismo

REGIÕES	NÚMERO DE CITAÇÕES
Alemanha	1
América Central	4
América Latina	42
América Latina e Caribe	11
Argentina	7
Belize	2
Bolívia	3
Brasil	17
Região do Caribe	1
Chile	10
Colômbia	5
Costa Rica	3
Cuba	1
Equador	4
El Salvador	4
Espanha	1
Estados Unidos	2
Europa	4
Guatemala	3
Honduras	3
Japão	1
México	8
Nicarágua	4
Paraguai	2
Peru	1
Uruguai	1
Venezuela	3
Total de paises ou regiões	28

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Na tabela 3, foram apresentados 28 países ou regiões. Embora sejam citados quase todos os países da região aparecem na amostragem 5 países que não pertencem à América Latina, sendo eles: Alemanha; Estados Unidos; Espanha; Europa e Japão.

Categoria 4 –Principais enfoques abarcados: a Tabela 4 apresenta 11 temas principais abordados entre as publicações que versavam sobre o tema cooperativismo. Ao analisá-los, percebe-se que dois temas se destacaram: desenvolvimento social e desenvolvimento econômico de modo que eles foram citados 47 e 35 vezes, respectivamente. No entanto, há diversos outros assuntos importantes, que comprovam, segundo Bielschowsky (2009, tradução nossa), as mudanças no enfoque da CEPAL ao longo das últimas décadas e a notoriedade de discussões da esfera social contemporânea, como assuntos de gênero, citados 14 vezes.

Tabela 4 - Principais temas abarcados nos artigos sobre o cooperativismo

PRINCIPAIS TEMAS	NÚMERO DE CITAÇÕES
Assuntos de Gênero	14
Comércio Internacional e Integração	8
Desenvolvimento econômico	35
Desenvolvimento produtivo e empresarial	1
Desenvolvimento Social	47
Desenvolvimento sustentável e assentamentos	9
Estatísticas	21
Recursos naturais e infraestrutura	11
Planejamento e desenvolvimento	14
População e desenvolvimento	9
Produção, produtividade e gerenciamento	1
Total de temas	**11**

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016)

Categoria 5 –Tipos de documentos publicados: nesta categoria, optou-se em avaliar os tipos de documentos produzidos sobre o tema cooperativismo. Nesta categoria verificou-se a produção de 101 séries e de 1 projeto e pesquisa, catalogada posteriormente em uma das séries identificadas anteriormente, conforme pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 - Tipos de documentos sobre o cooperativismo

TIPOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS
Séries	101
Projetos e pesquisas – compilados em uma das séries.	1
Total	102

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2016).

Como uma síntese dos resultados pesquisados nestas 5 categorias, acredita-se que por meio desta coleta de dados foi possível verificar a relevância do cooperativismo nos estudos da CEPAL, pois sua representação foi significativa como foi apresentado anteriormente. A atualização do pensamento da CEPAL na década e 1990, visando adaptá-lo à nova realidade de abertura comercial, fez com que o cooperativismo conquistasse um espaço de discussão por meio da publicação de diversos artigos, ensaios e pesquisas empíricas em diversas regiões e setores.

Portanto, o cooperativismo mantem-se como um meio alterativo ao esgotamento do sistema capitalista atual e, ao mesmo tempo, provoca o empoderamento de classes de trabalhadores, de mulheres, de movimentos sociais, de portadores de deficiência, entre outros, por meio da geração de trabalho e renda. Assim, após esse breve relato sobre o cooperativismo e as pesquisas da área que foram relacionadas pela CEPAL, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

Conclusão

Inicialmente, para desenvolver este tema, acreditava-se que embora existam inúmeras publicações acerca do cooperativismo, torna-se importante um estudo acerca da relação deste movimento com maior proximidade no contexto latino-americano e ainda, contextualizar por meio de uma importante organização, que há mais de seis décadas busca coordenar ações para o desenvolvimento da região.

A hipótese proposta para este estudo é verdadeira, pois por meio dapesquisa, comprova-se que o cooperativismo pode auxiliar no desenvolvimento econômico por proporcionar elementos importantes que promovem o desenvolvimento local e da integração regional e também por ser um tema relevante para os estudos cepalinos.

No entanto, ressalva-se que pela característica deste artigo, a limitação ocorre porque não foi possível desenvolver um aprofundamento teórico a respeito dos

conceitos abarcados em cada um dos 102 trabalhos identificados, pois mesmo não sendo um objetivo do estudo, torna-se uma curiosidade epistemológica em razão da discussão produzida até o momento.

Portanto, o tema deste artigo não esgota-se, mas contraditoriamente, cria uma expectativa de trabalho futuro, na qual busca-se a necessidade de compilar os dados da pesquisa encontradas e então, compor de fato, o que pode ser considerado "pensamento da CEPAL sobre o cooperativismo".

Comtempla-se, também, que este estudo integra uma pesquisa mais ampla que tem o intuito de investigar a coordenação das ações para o desenvolvimento do cooperativismo na América Latina na contemporaneidade, e ambiciona contribuir na discussão a respeito da busca pela equidade nas relações de trabalho e ressalta a a busca da autonomia dos sujeitos a partir de perspectivas associativas e, ao mesmo tempo, a promoção do desenvolvimento local, frente às demandas globais.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Compilado por Ricardo Bielschowsky. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. Disponible: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/2007-sesenta-anos-la-cepal-textos-seleccionados-decenio-1998-2008>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. p. 126-157. In: *Sociologias*, - Vol. 1, nº 1 (jan/jun. 1999) – Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007 - Quadrimestral.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA – CEPAL. *Sobre a CEPAL*. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/about>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. *Digital Repository*. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/discover?query=cooperativismo&scope=11362/20&filtertype_0=work&filtertype_1=work&filter_0=cooperativismo&filter_relational_operator_1=contains&filter_1=&filter_relational_operator_0=notequals&filtertype=language&filter_relational_operator=equals&filter=es >. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. *Cooperativismo latinoamericano: antecedentes y perspectivas*. Libros de la CEPAL, Santiago. 1989. Disponível em: http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/12573/P12573.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom.xslt> Acesso em: 24 jul. 2016

CUBA EDUCA – Portal Educativo Cubano. *Asociación nacional de agricultores pequeños*. Disponível: http://www.cubaeduca.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=4019&Itemid=153>. Acesso em: 24 jul. 2016.

EL HOGAR OBRERO – EHO. *Historia*. Disponível em: <http://www.eho.org.ar/historia >. Acesso em: 24 jul. 16.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. Desenvolvimento econômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva histórica. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007, São Leopoldo RS. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. p. 1-12. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jacqueline%20Haffner.pdf> . Acesso em: 20 jul 2016.

ICA - *International Co-operative Alliance*. *Co-operative Principles***.** Disponível em: <http://ica.coop/en/what-co-operative>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MDIC (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS). *Cooperativismo*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/297>. Acesso em: 16 maio 2015.

MOGROVEJO, Rodrigo; MORA, Alberto; VANHUYNEGEM, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina*: *Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible*. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012. Disponível em: < http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 3 Jul. 2016.

MORA, Alberto. *Visión histórica del movimiento cooperativo en América Latina*. p. 87-124. In: Mogrovejo, Rodrigo; Mora, Alberto & Vanhuynegem, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible.* La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012b. Disponível em: < http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2016.

_____. Panorama actual del movimiento cooperativo en América Latina. p. 29-86. In: Mogrovejo, Rodrigo; Mora, Alberto & Vanhuynegem, Philippe, Eds. *El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible*. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012a. Disponível em: < http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/wcms_188087.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2016.

OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. *Conceitos e Princípios*. Disponível em: < http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *OIT destaca necessidade de apoiar desenvolvimento das cooperativas na América Latina*. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-destaca-necessidade-de-apoiar-desenvolvimento-das-cooperativas-na-america-latina> Acesso em: 4 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. *Movimento livre da influência do Estado*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 23 Jul. 2016.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. *Primeira instituição financeira cooperativa chega à Avenida Paulista, com agência do Sicredi*. Disponível em: http://cooperativismodecredito.coop.br/2016/05/primeira-instituicao-financeira-cooperativa-chega-a-avenida-paulista-com-agencia-do-sicredi/. Acesso em: 24 jul. 2016.

VIANA, André Luciano; HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. A internacionalização do cooperativismo brasileiro: A relação entre o trabalho contemporâneo e o desenvolvimento econômico. In*: I Congresso Latinoamericano de teoria social*, 2015. Disponível em: http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2015/05/Programa-I-Congreso-Latinoamericano-de-Teor%C3%ADa-Social.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins; PINHEIRO, Andrea Mattos. *Cooperativismo passo a passo*. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

O regionalismo latino-americano na década de 1950: a ótica de Briceño-Ruiz

Armstrong Pereira da Silva*

Introdução

O estudo da história dos processos de regionalismo estabelecidos na América Latina, a partir de meados do século XX, mostra-nos uma permanente disputa teórico-prática entre modelos de integração, de cooperação, de desenvolvimento e visões de mundo. Político-economicamente, ora sobressaiu-se um estilo de inserção internacional aberto, pautado em uma visão de mundo, economicamente, liberal e em um modelo de desenvolvimento *hacia afuera*; ora prevaleceu-se uma inserção internacional fechada; fundamentada em uma visão de mundo protecionista e em um modelo de desenvolvimento *hacia adientro* (Briceño Ruiz, 2012; Paikin, Perrotta, Porcelli, 2016).

Essa disputa de forças contraditórias, resiliente na história latino-americana desde o século XIX, têm se manifestado sincrônica e diacronicamente[1] no interior de cada processo regionalista latino-americano, sobretudo, a partir de 1950 (Dabéne, 2009; Vazquez, 2011). Contudo, apesar de tamanha complexidade, tal fenômeno vem sendo interpretado de forma extremamente simplista, sintetizado ora no marco dos conceitos do regionalismo fechado *versus* o abeto; ora via perspectiva do velho *versus* o novo regionalismo europeu.

Apesar de usuais no *mainstream*, essas conceituações pecam ao partirem de uma de uma ontologia, epistemologia e metodologia não-latina para analisar os processos regionalistas latinos, via uma lógica binária (sim ou não) e antagônica (sim *versus* não) do regionalismo latino-americano que negligencia as continuidades em detrimento das rupturas[2], a resiliência das forças histórica e, sobretudo, a política em detrimento da economia.

---

* Mestrando do programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: armstron3@hotmail.com.

1."De forma sincrônica: Em diversos momentos da história, concebidos individualmente, estas forças contraditórias têm se enfrentado, impondo-se determinados modelos. [...] De maneira diacrônica: No interior de cada processo de integração, o estudo de longa duração nos mostra que, em diversas etapas, houve o triunfo conjuntural (nunca absoluto) de algumas visões em disputa" (Vazquez, 2011, p. 166).

2. O RLA é uma construção histórica em permanente construção e contestação, com continuidades e rupturas, que não morreu e não fracassou (Perrotta; Porcelli, 2016, Da Silva, 2019). As iniciativa de

Partindo desta crítica, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o regionalismo latino-americano, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, especialmente, na década de 1950. Buscar-se-á retratá-lo como algo além de uma mera estratagema econômica de integração regional a partir do conceito de Regionalismo autonômico cunhado por Briceño-Ruiz (o qual, como o próprio nome sugere é enxergado, epistemologicamente, como um fenômeno que buscou a autonomia política e o desenvolvimento econômico) .

A justificativa para esse ensaio partiu dos seguintes aspectos: em primeiro lugar, Briceño-Ruiz é um autor da América Latina (venezuelano) que inovou ao apresentar a história do regionalismo latino-americano, em uma larga duração, em contraposição crítica ao espectro eurocentrista, baseado no "velho" e no "novo" regionalismo europeu, e ao ponto de vista economicista, fundamentado nas noções de "fechado" e "aberto". Em segundo lugar e, em decorrência disso, foi ele propôs a adjetivação "regionalismo autonômico" que, apesar de inovadora, ainda precisa ser reivindicada pelos latino-americano para caracterizar tal processo.

Indo nesta direção, este trabalho compila as principais categorias forjadas por esse autor para compreender o fenômeno de 1950 apresentando, na primeira seção, o conceito genérico de "Regionalismo Internacional" (RI), assim como, os desdobramentos dessa categoria para a compreensão do regionalismo latino-americano.

Após ter apresentado esse marco teórico internacional-regional do regionalismo, elucidamos a categoria do regionalismo autonômico, em termos históricos e cronológicos, enfocando sobretudo na caracterização da fase do regionalismo voluntarista, hegemônica durante toda a década de 1950.

O regionalismo internacional e o regionalismo latino-americano

De acordo com Briceño-Ruiz (2013a, 2013b), o Regionalismo Internacional (RI) consiste em um conjunto de iniciativas de integração bem como de cooperação política e/ou econômica, concretizadas em âmbitos espaciais delimitados do Sistema Internacional – denominadas de macrorregiões ou regiões internacionais.

Em uma analogia matemática, o RI pode ser compreendido a partir da equação: RI = {Integração econômica (IE) + Integração Política (IP) + Cooperação Econômica (CE) + Cooperação Política (CP)}, ou tal como sintetiza a seguinte figura:

IE, IP. CE, CP "se configuram e reconfiguram, com o passar do tempo, dando conta da sua resiliência ou capacidade de adaptação frente à situações que se apresentam como críticas ou problemáticas" (Perrotta; Porcelli, 2016, p.54, tradução nossa). Diante deles, portanto, "se observam ruptura e continuidades entres os projetos de integração regional que se dão entre um e outro momento: ideias, normas e valores e interesses "velhos" convivem – com maior ou menor intensidade – com ideias, normas, valores e interesses "novos" (Perrotta; Porcelli, 2016, p. 54, tradução nossa)

Figura 1 - Analogia matemática do RI

$$RI = IE + IP + CE + CP$$

Fonte: eleboração própria

Nesse aspecto, o RI pode se desenvolver a partir de formas tradicionais de integração econômica, isto é, via evolução de uma Área de Preferência Tarifária (APT) para uma Zona de Livre Comércio (ZLC), de uma ZLC para uma União Aduaneira (UA), de uma UA para um Mercado Comum (MC) até atingir o patamar de União Econômica e Monetária (UEM) nos moldes conceituados por Balassa (1964).

Ademais, para Briceño-Ruiz (2013a), o RI também é capaz de florescer (em conjunto e/ou paralelamente) ao estabelecimento de uma IP (ou seja, por meio de instituições regionais com graus de supranacionalidade tal como ocorre, hoje em dia, na União Europeia).

Não obstante, o RI ainda pode ser concebido através de CEs (nas áreas do desenvolvimento, da energia e da infraestrutura, por exemplo) bem como por meio de CPs (no sentido de estabelecer instâncias e mecanismos de coordenação intergovernamentais) (Briceño-Ruiz, 2013a).

Diante desta macro conceituação do RI, derivam-se uma série de regionalismo(s) que, para Briceño-Ruiz (2013), variam de acordo com as características endógenas de cada região bem como são condicionados pelas variáveis conjunturais e estruturais da Ordem Internacional vigente.

Levando em conta o recorte macrorregional da América Latina, o Regionalismo Latino-Americano (RLA) consiste em um conjunto de iniciativas de integração bem como de cooperação política e econômica, historicamente fundamentadas em torno de duas ideias centrais: a União para a Autonomia Política (UAP) e a União para o Desenvolvimento Econômico (UDE) (Briceño-Ruiz, 2012).

Para esse autor, a UAP, compreendida como "uma busca por maior liberdade frente às potências extra-regionais" (Briceño-Ruiz, 2012, p. 27, tradução nossa), em associação com a UDE, assimilada como "a busca pela diversificação da estrutura produtiva regional" (Briceño-Ruiz, 2012, p. 27, tradução nossa), constituem um "acumulado histórico"[3] do pensamento regionalista latino-americano, resiliente nas propostas de IE, de IP, de CE e de CP do século XIX ao XXI (Briceño-Ruiz, 2012).

3. Essa expressão foi cunhada por Cervo (2008) ao defender que a busca pelo desenvolvimento econômico consiste em um "acumulado histórico" da política externa brasileira, isto é, um fundamento basilar. Neste trabalho fazemos uma analogia direta a ele defendendo, a partir do aporte teórico-interpretativo de Briceño-Ruiz, que a autonomia política e o desenvolvimento econômico constituem o acumulado histórico do pensamento e *práxis* do regionalismo latino-americano.

Nesse aspecto, tal como o RI, o RLA pode ser compreendido matematicamente a partir da equação: RLA = (IE + IP + CE + CP). Contudo, ele também deve ser analisado por meio da sua peculiaridade histórica, a citar: a UAP e a UDE - tal como sintetiza a figura 2:

Figura 2 - Analogia matemática do RLA

$$RLA = (IE + IP + CE + CP) = (UAP + UDE)$$

Fonte: elaboração própia

Para Briceño-Ruiz (2012), apesar desse binômio (UAP + UDE) ser complementário, se assumimos uma perspectiva de larga duração, houve períodos em que – por conta de uma série de condicionantes estruturais internos, internacionais e regionais – uma constante histórica tornou-se mais hegemônica do que a outra.

Cronologicamente, de 1810 (no marco dos processos de luta pela a independência política) até meados do século XX, a UAP tornou-se a constante histórica preponderante – por conta do medo da recolonização espanhola, do rearranjo de forças da Santa Aliança e, posteriormente, do imperialismo norte-americano (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2017; Briceño-Ruiz, 2014a, 2014b; Da Silva, 2019). Esses condicionantes da conjuntura interna, internacional e regional fizeram com que os idealizadores políticos (tais como: Simón Bolívar, San Martín e Francisco Miranda) enxergassem na autonomia política uma estratégia para assegurar "uma maior liberdade frente às potências extra-regionais" (Briceño-Ruiz, 2012, p. 27, tradução nossa)[4].

Porém, a partir de meados do século XX, aproximando-se de 1950, a UDE ascendeu enquanto prática hegemônica e somou-se aos debates da UAP do centenário anterior inaugurando novas estratégias para o RLA. Nesse momento, produziu-se uma síntese histórica entre as distintas vertentes do pensamento regionalista latino-americano sobre a autonomia política e o desenvolvimento econômico, onde, nas palavras de Briceño-Ruiz (2012, p. 38, tradução nossa):

> [Se iniciou], então, uma nova etapa do pensamento integracionista latino-americano, na qual as ideias ou pré-teorizações da integração começam a serem complementadas, ao menos a partir da economia, por uma nova concepção teórica do regionalismo latino-americano.

4. O eixo da UAP foi melhor desenvolvimento nas obras: Briceño-Ruiz; Simonoff (2017), Briceño-Ruiz (2014a), (2014b) 2 onde ele, em conjunto com Simonoff, teoriza incluindo as contribuições de Puig e Jaguribe ao longo do centenário XX. Da Silva (2019) também construiu um ensaio onde buscou mapear o pensamento latino-americano da união para a autonomia política, contudo, no recorte do século XIX a princípios do XX.

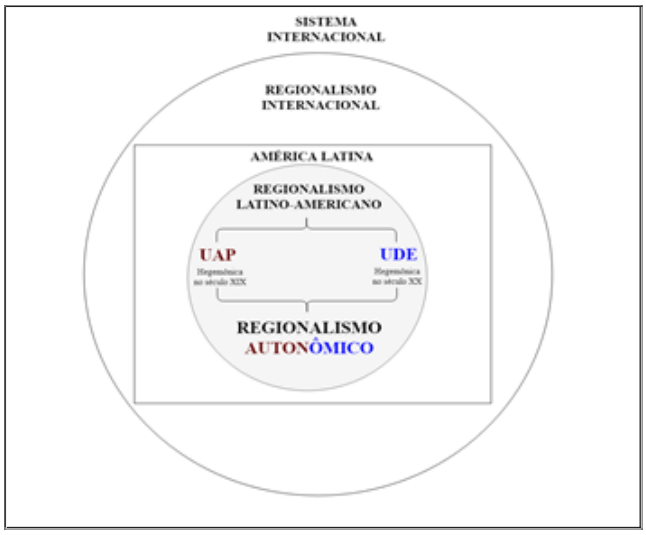
Para Puntigliano (2012), relevância dessa conjuntura, inaugurada a partir de meados do século XX, teve "uma expressão sem precedentes tanto na criação de organizações e ações político-econômicas como no que tange à elaboração teórica" (Puntigliano, 2012, p. 80, tradução nossa). Tal fenômeno, sintetizado por Briceño-Ruiz a partir do conceito de regionalismo autonômico (2007), teria representado: (1) o "ponto de chegada" (leia: ápice) de um conjunto de transformações latino-americanas ocorridas na *longue durée* do século XIX e início do XX; (2) mais também o "ponto de partida" para a compreensão do RLA a partir de meados do centenário XX e princípios do XXI.

Após refletido sobre o RI e o RLA, na seção seguinte, adentrarmos no conceito de regionalismo autonômico, formulado por Briceño-Ruiz (2011), ressaltando os seus aspectos gerais, sua cronologia e suas especificidades na década de 1950.

Regionalismo autonômico

De acordo com a adjetivação de Briceño Ruiz (2011), o Regionalismo Autonômico (R.Auto) representou um marco para o RLA na medida em que pela primeira vez ficou clarividente e balanceada a simbiose entre o acumulado histórico da busca pela a autonomia política e pelo o desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, tal como o RI e o RLA, ele pode ser compreendido a partir da analogia matemática: R. AUTO = (IE + IP + CE + CP) = (UAP + UDE), conforme ilustra a seguinte figura:

Figura 3 - Regionalismo autonômico



Fonte: elaboração própia

No R.AUTO, a UAP passou a ser associada ao pleno controle dos "centros de decisões"[5] econômicas, políticas, sociais, culturais, energéticas e ambientais. Em simbiose, a UDE foi assimilada como sendo a diversificação da estrutura produtiva regional a partir de um processo endógeno (*hacia dentro*), orquestrado pelo Estado via a política racional de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e planificação (Briceño-Ruiz, 2007).

Diante dessa conceituação, para Perrotta (2012), o R.Auto. teria sido marcado por quatro rasgos centrais. Em primeiro lugar, o Estado manteve o rol da condução da política da integração, regulou e articulou as relações sociais e mercantis desse processo. Em segundo, o esquema de integração comercial que se aspirou chegar foi o do MC – isto é: destinado à livre circulação de bens, pessoas e capitais. Em terceiro lugar, a IR baseou-se em uma estratagema gradual que levou em conta as assimetrias buscando atenuá-las por meio de políticas de compensação (as quais incluíam prazos maiores, exceções aos programas de liberalização ou destinar recursos financeiros). Por fim, no R.Auto. os arranjos institucionais almejavam graus de supranacionalidade estabelecendo uma arquitetura jurídica e institucional que incluiria órgãos decisórios os quais respondiam ao interesse regional (não exclusivamente nacional).

Contudo, para Briceño-Ruiz (2011), apesar do R.AUTO ter partilhado dessas características gerais, ele não foi monolítico. Em termos cronológicos, tal fenômeno teria sido marcado por um período de auge e de declínio – sintetizados, respectivamente, na etapa voluntarista e na fase revisionista do regionalismo de meados do século XX – tal como ilustra a seguinte figura:

5. O conceito de "centro de decisão econômica" foi uma chave-interpretativa deixada por Furtado, presente, sobretudo nas suas obras *A pré-revolução brasileira* (1962) e em *Teoria Política do desenvolvimento* (1969). Em um esforço de formalização teórica, Sombra Saraiva (2015, p. 6) sintetizou esse conceito como sendo: "expressão da capacidade de uma sociedade de ter domínio sobre as atividades industriais e suas técnicas e processos produtivos associados [...] de modo que se encontre em condições de ter controle sobre o próprio desenvolvimento econômico". Neste trabalho ampliamos o entendimento deste conceito para além do econômico, ou seja, no tocante ao pleno controle das nuances políticas, culturais, sociais e ambientais.

Figura 4 - Fases do Regionalismo autonômico

Fonte: elaboração própria

Nesse apecto, após refletido sumariamente sobre o conceito de R.Auto, na seção seguinte, adentraremos, cronologicamente, nas especificidades das suas etapas – com ênfase especial na década de 1950 (recorte temporal deste trabalho).

O voluntarismo e o revisionismo do regionalismo autonômico

O período voluntarista do R.Auto compreendeu, temporalmente, a fase de auge deste fenômeno que iniciou-se, historicamente, a partir das iniciativas bilaterais da década de 1950 e estendeu-se até 1969 com a criação do Pacto Andino (Briceño-Ruiz, 2011).

Do ponto vista teórico, ele foi lastreado pelas as contribuições estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) a qual (só na temática da IR) realizou oito conferências, dois períodos de sessões do Comitê de Comércio, duas reuniões do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, duas reuniões do Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais, duas reuniões de consulta sobre política comercial com a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e duas com países da região Grã-Colômbia, além de vários contatos do Secretariado executivo com as entidades corporativas, de classe e a burocracia estatal dos países envolvidos nos debates sobre a formação do Mercado Regional entre 1948 e 1960 (Dálio, 2016).

Em termos conjunturais, de acordo com Rosenthal (1993), a ascensão do voluntarismo deve ser vista como um produto da realidade acentuada após – 1945, a qual encontrou eco teórico nas interpretações estruturalistas cepalinas (sobretudo de Prebisch) bem como respaldo prático nos processos de industrialização iniciados na América Latina em decorrência da crise dos anos trinta e das duas guerras mundiais.

Noutra palavras, o R.Auto teria emergido e chegado no seu ápice, em meados do século XX, como uma resposta regional à uma conjuntura internacional, extremamente complexa, marcada pelo cenário de:

1. Rivalidade Leste-Oeste (LxO): isto é pelo início da Guerra Fria, pela bipolarização da ordem internacional, pela segregação ideológica do mundo entre o Primeiro Mundo (lastreado pelos EUA), o Segundo (encabeçado pela URSS) e Terceiro (representando a Periferia), assim como, pelo direcionamento da agenda global para os assuntos securitários em detrimento dos econômicos.

2. Cooperação Norte-Norte (N+N): caracterizada por uma Ordem Internacional lastreada pela a hegemonia norte-americana, favorável à cooperação multilateral entre os centros desenvolvidos por meio do arranjo institucional construído no marco histórico de Bretton Woods (via Padrão dólar-ouro, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas e Banco Mundial).

3. Insatisfação Sul-Norte (S-N): Evidenciada pelo descontentamento sistematizado do Terceiro Mundo quanto ao seu *status quo* desprivilegiado na ordem internacional pós-1945 e pela ascensão de uma "retórica terceiro-mundista" que utilizava do contexto da guerra fria – especificamente do imaginário que associava a pobreza a uma maior propensão ao comunismo – para barganhar ajuda internacional.

4. Crescente articulação Sul-Sul (S+S): onde o "Sul Global" uniu-se para barganhar, ao seu favor, o regime emergido após a Segunda Guerra Mundial – culminando no Movimento dos Países Não Alinhado (MPNA).

Somado a essas variáveis internacionais de rivalidade ExO, de cooperação N+N, de articulação S+S, de insatisfação SxN, o R.Auto teria sido propiciado por uma cenário regional de mudanças: econômicas, sociais, políticas, culturais, teóricas, acadêmicas e institucionais – em gestação durante as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão.

A conjuntura regional, diante e dentro desse cenário sistêmico, era de:

a) Mudanças na estrutura econômica (catalisadas pela crise do setor agroexportador e pelo crescimento de uma industrialização compulsória).

b) Complexificação social (onde o crescimento da industrialização aumentou o êxodo rural e a urbanização fortalecendo a burguesia industrial bem como o proletariado latino-americano).

c) Alteração na estrutura político-governamental (a burguesia industrial e o proletariado passaram a lutar por espaço na arena política questionando Estado oligárquico-primário-exportador.

d) Ascensão de uma "Geopolítica Nacionalista" (isto é, uma confluência de governos nacionalistas[6], proclives a uma industrialização conduzida de forma racional pelo Estado (Puntigliano, 2012)).

e) Otimismo generalizado dentro das ciências sociais latino-americanas (marcado: (1) pela tentativa intelectual de criar uma ciência social endógena a partir de categorias próprias da realidade regional e do questionamento sistemático da produção científica europeia e norte-americana (Dos Santos, 1994); (2) pela ascensão das técnicas de planificação; (3) pelas influências de tendências mundiais como o behaviorismo; (4) pelo declínio do poder explicativo da doutrina liberal. (5) e pelo surgimento da disciplina do desenvolvimento encabeçada na América Latina pela Cepal.

Tais fatores teriam propiciado o auge do R.Auto, no seu período voluntarista, concretizado em iniciativas como a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960.

Contudo, na virada da década de 1960 para 1970, os arranjos inaugurados nesse período esgotaram-se, introduzindo a fase do RAUTO conhecida como o período revisionista. Cronologicamente, ela se iniciou no marco da celebração do Pacto Andino, em 1969, e estendeu-se até o decênio de 1980 com a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALALC) – no auspício do cenário de deflagração da dívida regional (Briceño-Ruiz, 2007). Para Rosenthal (1993) e Briceño-Ruiz (2011), em oposição ao período voluntarista, o revisionismo deve ser visto como o declínio do R. Auto, produto das limitações do estado intervencionista, da industrialização protecionista bem como da integração econômica proposta na etapa anterior de meados do século XX. Do ponto de vista teórico, portanto, ela foi associada ao início da mudança de paradigma da Cepal enquanto comissão propositora de trabalhos *policy-oriented* aos *policy-makers* latino-americanos e como um processo prévio à instauração do Regionalismo Aberto, hegemônico durante toda a década de 1990 (Dálio, 2016; Moraes, 1995; Da Silva, 2017).

Considerações Finais

Conforme vimos ao longo deste ensaio, para Briceño-Ruiz, o RI se traduz em iniciativas de IE, IP, CE, CP – dentro das macrorregiões do sistema internacional. No caso específico da América Latina, o RLA tradicionalmente girou em torno das especificidades históricas da UAP e da UDE (indo além das definições convencionais do RI).

6. No México, Lázaro Cárdenas (1934-40). Na Argentina, Perón (1946-55). No Brasil, Vargas (1930-45/1951-54). No Chile, Carlos Ibáñez del Campo (1927-31/1952-58). Na Bolívia, Paz Estenssoro (1952-64).

Esses acumulados históricos, resilientes desde o século XIX, entraram em uma perfeita simbiose inaugurando, na década de 1950, o fenômeno do R.Auto que, como o próprio nome sugere, teve como objetivo barganhar autonomia política em associação ao desenvolvimento econômico. Em termos cronológicos, ele foi marcado por duas fases (ascensão e declínio), cuja a primeira iniciou na década de 1950 e estendeu-se até o fim dos anos 60 e, a segunda, iniciou em 1969 e aprofundou-se na década de 1980.

Nesse sentido, para Briceño-Ruiz (2011), na primeira fase - denominada de período voluntarista – ficou-se nítido que o R.Auto, em seu auge, constituiu uma escolha política (antes mesmo de ser econômica) que buscou pelo o desenvolvimento "sem relegar" a autonomia política no marco da Ordem Internacional emergida após a Segunda Guerra.

Nesse sentido, em concordância com Briceño-Ruiz, defendemos, portanto, que esse processo não deve ser categorizado como "regionalismo Fechado" porque ele não se reduziu ao econômico – tal como prega o economicismo reinante na América Latina, sobretudo, após o conceito de "regionalismo aberto" introduzido pela Cepal em 1990. Mas também, ele não deve ser enquadrado como "velho Regionalismo" – tal como estrategicamente faz o mainstream norte-americano e europeu.

Apesar do R.Auto ser contemporâneo ao europeu, ele não é uma simples derivação deste último. Ele representou um fenômeno novo, em uma conjuntura brevemente nova na história América Latina, isto é, em um contexto internacional de rivalidade ExO, de cooperação N+N, de articulação S+S, de insatisfação SxN.

Tal conjuntura internacional interferiu bem como foi interferida pela realidade regional latino-americana catalisando um processo complexo de mudanças: econômicas, sociais, políticas, culturais, teóricas, acadêmicas e institucionais. Por sua vez, a realidade regional – marcada pela conjuntura de: crescimento da industrialização, enfraquecimento da burguesia primário-exportadora, fortalecimento da burguesia industrial e do proletariado, geopolítica nacionalista (associada a um ambiente teórico-institucional de crise do poder explicativo da doutrina liberal) – favoreceu a ascensão da busca pelo desenvolvimento capitalista enquanto perspectiva teórica e práxis Estatal favorecendo, assim, o auge do R.Auto na década de 1950.

Referências

BALASSA, Bela. *The Theory of Economic Integration*; versión castellana: Teoría de la Integración Económica, 1964.

BRICEÑO-RUIZ, José. Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, v. 9, nº 18, p. 9-41, 2014a.

_____. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. *Estudios Internacionales* (Santiago), v. 45, nº 175, p. 9-39, 2013.b

_____. *Integración latinoamericana y caribeña: política y economía*. Fondo de Cultura Económica, 2012.

_____. *La integración regional en América Latina y el Caribe: procesos históricos y realidades comparadas*. Publ. Vicerrectorado Académico, Univ. de Los Andes, 2007.

_____. Los congresos hispanoamericanos en el siglo XIX: identidad, amenazas externas e intereses en la construcción del regionalismo. In: *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, núm. 118, enero-abril de 2014b, pp. 131-170.

_____. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. In: *Relações Internacionais: olhares cruzados. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão*, 2013a.

BRICEÑO-RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. In: *Estudios internacionales* (Santiago), v. 49, nº 186, p. 39-89, 2017.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. Editora Saraiva, 2008.

DA SILVA, Armstrong Pereira da. *O velho regionalismo da Cepal*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

_____. O regionalismo e o pensamento latino-americano da união para a autonomia política. In: *Revista Espirales*, v. 2, nº 3, p. 101-125, 2019.

DABÈNE, Olivier. *The politics of regional integration in Latin America: theoretical and comparative explorations*. Springer, 2009.

DALIO, Danilo José. Integração econômica na América Latina: a CEPAL e a construção de uma consciência integracionista. In: *Encontro da pós da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*, 2016. p. 1-35.

DOS SANTOS, Theotonio *et al*. La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. In: *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio dos Santos*, p. 93-151, 1998.

MORAES, Reginaldo; FURTADO, Celso. *O Subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL***.** 1995.

PAIKIN, Damián; PERROTA, Daniela e PORCELLI, Emanuel. Pensamiento latino-americano para la integración. In: *Crítica y Emancipación*, (15): 49-80, primer semestre de 2016.

PERROTTA, Daniela Vanesa. La integración regional en la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado: del Mexa al Arcu-Sur, 1998-2008. 2012. *Dissertação de Mestrado*. Buenos Aires: FLACSO. Sede Académica Argentina.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. Tres vertientes del pensamiento regionalista en Latinoamérica. In: RUIZ, José Briceño;PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. Casas (Ed.). *Integración latinoamericana y caribeña: Política y economía*. Madrid: Fundo de Cultura Económica, 2012. p. 79-105.

ROSENTHAL, Gert. Treinta años de integración en América Latina: un examen crítico. In: *Estudios Internacionales*, p. 74-88, 1993.

SOMBRA SARAIVA, José Flavio. El concepto de autonomía decisoria en la política exterior brasileña: una creación propia del lugar de Brasil en el mundo. In: *Briceño Ruíz, José y Simonoff, Alejandro, Integración y Cooperación en América Latina. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires, Biblos, p. 221-242, 2015.

VÁZQUEZ, Mariana. El Mercosur social. Cambio político y nueva identidad para el proceso de integración regional en América del Sur. In*: Mercosur*, v. 20, p. 165-185, 2011.

A teoria da autonomia e as políticas externas latino-americanas

Fábio Santino Bussmann*

Introdução

Esse artigo analisa o poder explicativo da Teoria da Autonomia de Hélio Jaguaribe (1979; 2017 [1969]) e Juan Carlos Puig (1980, 1984, 1986), em relação aos momentos indubitavelmente autônomos das Políticas Externas Latino-Americanas (PELA), assim considerados de forma consensual, mesmo que com diferenças, por estudiosos renomados da PELA (Cervo, 2008a, 2008b; Cervo; Bueno, 2010; Merke, 2008; Pinheiro, 2004; Vizentini, 2005), tais como, o primeiro e segundo governos Perón e o de Frondizi, na argentina; e a Política Externa Independente (PEI), o Governo Geisel e o primeiro Governo Lula, no Brasil.

Nesse sentido, deve-se notar que as linhas de análise da PELA e da PEB hoje em vigor que se referem a esse fenômeno têm reduzido poder explicativo. Essa limitação se mostra nos autores que ressignificaram o que se entende por autonomia, por meio da adjetivação do conceito e sua associação com teorias do mainstream das Relações Internacionais. Esse processo é iniciado por Gelson Fonseca (1998), que formula o conceito de *autonomia pela participação* de Gelson Fonseca (1998), definido como o objetivo de influenciar regimes internacionais mediante a aderência a eles (Fonseca, 1998, p. 368-369), e ligado à afirmação de que "as expressões de autonomia variam histórica e espacialmente, segundo interesses e posições de poder" (Fonseca, 1998, p. 361) e de "a busca por autonomia é um objetivo para qualquer diplomacia" (Fonseca, 1998, p. 361). Essa concepção de autonomia faz que o conceito perca seu contraste com o de dependência, já que não se vislumbra a possibilidade de uma política externa ser dependente e não se atribui à autonomia o caráter de reação a uma situação de dependência estrutural em países periféricos, mas à defesa de interesses variáveis a partir posições de poder também cambiantes, tal como o faz a política externa de qualquer Estado, segundo, principalmente, a Escola Realista das Relações Internacionais.

O mesmo é feito por Russell e Tokatlian (2003) mediante a formulação do conceito de autonomia relacional que se define como "o poder [de um país] de participar e influenciar efetivamente questões internacionais..."[1] (Russel; Tokaltian 2003, p. 16).

* Mestre em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: santinobussmann@gmail.com

1. Todas as citações diretas de Russell e Tokatlian (2002) são traduções do original em inglês.

Esse conceito está inserido em uma crítica profunda dos autores em relação ao pensamento autonomista de Jaguaribe e Puig e a adoção explícita de uma ontologia de *mainstream* das Relações Internacionais (Russel; Tokaltian 2003), abandonando, assim, o contraste do conceito de autonomia com o de dependência.

Ainda, Pinheiro (2004) adota o conceito de autonomia de Fonseca (1998) e liga os diferentes tipos de autonomia à "busca de recursos de poder", dentro de uma visão realista e anárquica do sistema internacional (Pinheiro, 2004, p. 7-9, 66-68). A autora, dessa forma, também desvincula o conceito de autonomia do de dependência.

Há, contudo, também movimentação intelectual no sentido de reaproximar o conceito de autonomia do seu contexto teórico original. Assim, os estudos de Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011) se distanciam do entendimento da autonomia dentro de uma visão de mundo realista. Eles defendem que o conceito de autonomia deva ser entendido em contraposição ao de dependência (Vigevani; Cepaluni, 2011, p. 34) e dentro de uma ontologia onde alguns Estados são mais autônomos que outros (Vigevani; Cepaluni, 2011, p. 24), funcionalmente desiguais, portanto, e inseridos, em consequência, em uma estrutura internacional predominantemente hierárquica. O conceito de *autonomia pela diversificação* dos autores é coerente com essa visão de mundo. O objetivo de política externa no âmbito do conceito seria "[…] reduzir as assimetrias e aumentar a capacidade de barganha internacional do país em suas relações com países mais poderosos" (Vigevani; Cepaluni, 2011, p. 36), por meio de alianças com outros países do Sul global (Vigevani; Cepaluni, 2011, p. 36), uma forma, portanto, de amenizar os efeitos de uma hierarquia entre Norte e Sul globais, mediante a cooperação com outros países do Sul. Mostra-se conflituoso com essa visão de mundo, entretanto, a aceitação pelos autores, também, do conceito de *autonomia pela participação* de Gelson Fonseca (1998), que, como visto, perde o contraponto com o conceito de dependência e se aproxima de uma ontologia realista, de forma que também não se coadunam à visão, dos próprios autores, de uma estrutura internacional hierarquizada, entre Norte e Sul globais.

Posição também eclética é apresentada por Letícia Pinheiro e Maria Regina Soares de Lima (2018). Nesse texto, evidencia-se uma relativa mudança de posição da primeira autora, já que se afirma que o conceito de autonomia é indissociável dos conceitos de dependência e de hierarquia internacional de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig (Pinheiro; Lima, 2018, p. 4-8), e se faz crítica ao conceito de *autonomia pela participação* de Fonseca (1998), mostrando que ele se assemelha a uma política externa aquiescente ou dependente (Pinheiro; Lima, 2018, p. 10-13). A proposta analítica das autoras a partir do resgate do pensamento de Jaguaribe e Puig não deixa, todavia, de emparelhar os conceitos de autonomia e de dependência, ou aquiescência, a conceitos de teorias do *mainstream* das Relações Internacional, particularmente o Realismo. Assim, momentos

da PEB vistos pelas autoras como de aquiescência, ou de dependência, são também vistos como de *bandwagoning,* em termos materiais e de prestígio ou *soft power*, no escopo imaterial (Pinheiro; Lima, 2018, p. 12-13) ao mesmo tempo que a política externa altiva e ativa dos governos Lula é vista, como autônoma e, simultaneamente, como o movimento de endurecer o *soft power* do país (Pinheiro; Lima, 2018, p. 18).

O problema dessa heterodoxia, é que se mantem uma aproximação do pensamento da autonomia a uma ontologia de *mainstream* das Relações Internacionais que o contradiz em pressupostos fundamentais, sendo o conflito mais importante o fato de que esta visão de mundo *mainstream* não enxerga a problemática da autonomia ou da falta dela, acoplando esse conceito ao de soberania jurídico-formal (Tickner, 2013), considerando os Estados como iguais em termos de soberania e, portanto, também, em relação a sua autonomia, além de pressupor que esses atores sempre estão à busca de interesses próprios.

Entende-se, por outro lado, que a Teoria da Autonomia de Hélio Jaguaribe (1979; 2017 [1969]) e Juan Carlos Puig (1980, 1984, 1986), aceita em seus conceitos fundamentais, por completo, e em todas as suas consequências, possui, em abstrato, poder explicativo maior para os momentos considerados autônomos da PELA que os arranjos conceituais sobre autonomia até aqui apresentados, justamente por terem uma visão estrutural-hierárquica do cenário internacional – imperialismo e dependência internacionais –, pela qual a falta de autonomia dos Estados periféricos recebe explicação estrutural e onde a busca de autonomia pela política externa tem o sentido de superação dessa realidade estrutural.

Essa vantagem explicativa vista em abstrato não é suficiente, entretanto, para afirmar que a Teoria da Autonomia têm, de fato, maior capacidade de explicar os momentos considerados autônomos da PELA, já que não se sabe qual a necessidade teórico-conceitual que revelam as evidências empíricas desses momentos históricos, podendo estas confirmarem a utilidade incrementada do uso da Teoria da Autonomia, ou não. No caso negativo, os arranjos conceituais atualmente em voga poderiam ser considerados mais adequados no estudo dos momentos autônomos da PELA.

Procedeu-se, portanto, ao "estudo de caso de teste de teoria" (Lijphart, 1971; Bennet; Elman, 2006), do pensamento de Jaguaribe (1979; 2017 [1969]) e Puig, mediante o estudo da Política Externa Independente (PEI) do governo Jânio Quadros (1961), a qual se considera representativa desses momentos autônomos da PELA. Essa representatividade se deve aos fatos de ela ser considerada consensualmente como autônoma, mesmo que de formas diferentes, pelos grandes estudiosos da PELA (Cervo, 2008b, 2008b; Cervo, Bueno, 2010; Pinheiro, 2004; Vizentini, 1999, 2005), e de indicar, já em seu nome, que a independência, a autonomia, ou a soberania *de*

facto[2] do Estado é vista explicitamente como um problema e não como um pressuposto pelos atores da política externa.

O "estudo de caso de teste de teoria", tal como o defendem Bennet e Elman (2006), deve ser estruturado em torno do objetivo teórico/conceitual em questão e focado nas dimensões de análise que derivam desse objetivo. Com o intuito de assim proceder, optou-se, complementarmente, pelo método da "análise de conteúdo" (Piñuel, 2002; Bardin, 2011), cuja técnica de criação de categorias a partir das quais se deve codificar documentos primários se alinha com a necessidade de estrutura e foco acima identificadas, já que as categorias e contra-categorias criadas refletem as dimensões a serem estudados, tanto no sentido de confirmar como no de rejeitar empiricamente determinada teoria[3]. Com esse enfoque, 14 documentos primários produzidos pelos principais atores da PEI do governo Jânio Quadros[4] são, aqui, analisados. O meio tecnológico auxiliar dessa tarefa foi o programa de pesquisa Nvivo.

Autonomia: Teoria e operacionalização

A estrutura de dominação e dependência: uma estrutura internacional hierárquica

Decidiu-se, nessa pesquisa, denominar de dominação a contraparte do conceito de dependência, já que o sentido daquele termo é capaz de abarcar tanto o que Puig (1986, p. 54) chama de "critérios supremos de repartição" quanto o que Jaguaribe (1979 p. 95) descreve como "sistema intra-imperial". Como a designação desses conceitos indica, trata-se, aqui, de definições e explicações, não sobre, estritamente, o ator que domina, mas sobre a estrutura de dominação na visão de cada um dos autores.

---

2. Soberania *de facto* e autonomia são considerados como sinônimos nesse trabalho, porque ambos os termos remetem a aspectos de independência de um país que vão mais além da formalidade jurídica.
3. Por questão de espaço serão apresentados, no estudo de caso, apenas os trechos codificados em categorias que prevaleceram na análise. As categorias que acabaram por representar trechos em número minoritário e que não entraram em conflito com os trechos encontrados em quantidade majoritária, foram aqui omitidas.
4. Esses documentos são o *Discurso de posse do presidente Jânio Quadro*; *o Discurso do presidente Jânio Quadros veiculado pela "Voz do Brasil*; o *Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco*, a *Entrevista do ministro Afonso Arinos aÌ imprensa, a Mensagem presidencial ao Congresso Nacional*; o *Comunicado sobre o cancelamento das credenciais dos representantes da Lituânia, Letônia e Estônia*; *a Informação sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária*; o *Memorando sobre a situação de Cuba*; *Trechos de comunicado sobre a posição brasileira em assuntos atuais de politica internacional*; *Trechos de audiência do ministro Afonso Arinos na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados*; *o Discurso do ministro Afonso Arinos no banquete oferecido ao embaixador dos Estados Unidos, Adlai Stevenson*; *o Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil aÌ Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados*; *Trechos de exposição do ministro Afonso Arinos na Câmara dos Deputados*; *e o Artigo - Nova politica externa do Brasil*, de Jânio Quadros. Todos esses compilados na obra de Alberto da Costa Franco (2017).

Para Puig os critérios supremos de repartição são os que regem as condutas da comunidade internacional e constituem, assim, um regime internacional baseado na divisão de funções normativas *de facto* entre os membros dessa comunidade (Puig, 1986, p. 54). Assim, repartidores supremos e recipientes formariam um regime estratificado, no qual os primeiros são os que decidem, que impõem potência e impotência em nível global, enquanto os segundos são os que obedecem, espontaneamente ou por imposição, a essas decisões (Puig, 1980, p. 148; 1984, p. 54). Para Puig, repartidores e recipientes internacionais podem ser Estados e também atores transnacionais (Puig, 1984, p. 54).

Assim, para Puig, decorre desse cenário de dominação também um de dependência, que em seu extremo seria a dependência para colonial, situação na qual um país é formalmente soberano, mas cujo governo e grupos detentores de poder efetivo são dependentes da estrutura de poder de outro Estado (Puig, 1984, p. 55). Assim, o Estado dependente ingressaria nos circuitos internacionais em condições similares a uma colônia, possuindo soberania formal, mas não tendo projeto de país próprio (Puig, 1984, p. 55-56).

Em Jaguaribe (1979 p. 95), o conceito de "sistema intra-imperial" implica a prevaleceria de uma "assimetria estrutural" entre o centro e a periferia (Jaguaribe, 1979, p. 94). O sistema intra-imperial americano seria o grande exemplo desse imperialismo estrutural e *de facto* – ou, em outras palavras, uma estrutura internacional estratificada –, já que as relações de dominação não se dão formalmente (Jaguaribe, 1979, p. 94). Assim, nesse sistema, as ligações entre o centro e a periferia apareceriam como consensuais ou espontâneas (Jaguaribe, 1979, p. 94), apesar de a dominação entre essas regiões ter caráter profundo – estrutural – e ocorrer em todos os planos da realidade social, do cultural ao político (Jaguaribe, 1979, p. 94).

Essa assimetria estrutural seria advinda da "...absoluta superioridade econômico-tecnológica e político-militar dos EUA..." (Jaguaribe, 1979, p. 95). O autor descreve detalhadamente os mecanismos informais pelos quais essa dominação do centro, privada e pública, operam nos sistemas sociais da periferia – estes compostos por subsistemas com insumos, funções e produtos próprios. Assim, resumidamente, os Estados periféricos, adotariam insumos tecno-científicos provenientes do centro, esses com sentido utilitário e a serviço das elites dos países centrais e dos seus agentes locais, os governos periféricos. (Jaguaribe, 1979, p. 114-117). Esses valores utilitários acabariam por enfraquecer a legitimidade do subsistema político e o valor da integração social do subsistema participacional de um país periférico.

Ainda, um segundo mecanismo afetaria, cumulativamente, o subsistema político (Jaguaribe, 1979, p. 117). Esse teria como produto social importante a defesa do Estado, a qual todavia, na era nuclear, se torna débil para os países que não detêm armas nucleares e os que as têm, mas não em quantidade suficiente para um *second*

strike, fazendo com que esses países sejam estruturalmente dependentes de alianças militares com países com capacidade de *second strike*, para não ficarem totalmente vulneráveis, em termos de segurança, a outras potências nucleares (Jaguaribe, 1979, p. 92-94, 112; 2017 [1969] p. 70) Assim, nesses Estados periféricos, o subsistema político deixa de produzir, além da descrita ordenação interna (legitimidade e integração social), a função de defesa externa (Jaguaribe, 1979, p. 116).

Assim, nas sociedades periféricas, encontra-se uma crise continuada dos Estados nacionais, já que esses tendem a perder seu sentido de projeto coletivo e de nação, passando a ser apenas "...um território e um mercado, determinados de fora para dentro..." (Jaguaribe, 1979, p. 116), com a possibilidade de autonomia inviabilizada de antemão (Jaguaribe, 1979, p. 115-116). Em outras palavras, Jaguaribe (1979) afirma que o próprio desejo de autonomia da periferia tende a ser esvaziado pela dinâmica da assimetria estrutural.

A dependência é, em Jaguaribe (1979), a outra face da descrita dominação. Para o autor brasileiro (Jaguaribe, 1979, p. 93; 1986, p. 34-37), a soberania nominal dos países periféricos, incluindo a possessão de governo próprio e status de interlocutores independentes ante outros atores internacionais, não altera o fato de que esses Estados "... dependem, dentro de diversas modalidades de controle, de decisões e atores que lhes são externos..." (Jaguaribe, 1979, p. 93). Ainda, esse controle não seria levado a cabo pela coerção, "...mas aceito pelas elites locais em troca de diversas vantagens de classe." (Jaguaribe, 1979, p. 94) e, como se viu acima, em função do próprio esvaziamento, pela estrutura assimétrica, do sentido de coletividade do Estado periférico. A "ficção jurídica" da soberania dos países periféricos seria mantida, todavia, pelo interesse dos países centrais de impedir movimentos migratórios livres da periferia ao centro e de não ter o ônus de problemas administrativos internos dos Estados dependentes (Jaguaribe, 1979, p. 93-94).

Desse modo, pode-se ver que apesar de Puig e Jaguaribe convergirem ao explicitar o caráter informal e estrutural da dominação e dependência internacional, eles diferem quanto às dimensões pelas quais esta se operacionaliza. Puig acredita que a dominação se dá por meio da organização estratificada de uma comunidade internacional em relação aos regimes internacionais, enquanto Jaguaribe argumenta que ela opera a partir das variáveis político-econômica e político-militar. Ambos os pontos de vista são complementares, todavia, já que o resultado para ambos é o mesmo: o esvaziamento do projeto de país e, portanto, do próprio desejo de autonomia nos Estados periféricos. Pode-se ver, assim, a estrutura de dominação ocorrendo por meio de todas as três dimensões: político-econômica, político-legal e político-militar.

Autonomia

Puig e Jaguaribe, todavia, não enxergam as forças estruturais como deterministas no sentido de possibilitarem apenas agências que com ela confluam. O conceito de autonomia[5] desenvolvidos por ambos os autores, demonstra como eles não excluíam a possibilidade de ação que contrariasse os condicionamentos estruturais.

Para os dois pensadores, autonomia significa liberdade decisória e de ação dos atores e agências de determinado Estado, segundo suas próprias perspectivas e interesses (Jaguaribe, 2017 [1969] p. 24; Puig, 1980, p. 148). Para entender o sentido peculiar desse conceito e perceber como se dá sua aplicação à política externa é preciso, ainda, ir mais além dessa definição básica. Nesse sentido o modelo de ação autônomo, no que diz respeito à política externa, resume-se para Puig (1980) na busca pelos países do Sul de serem construtores e não apenas receptores de normas internacional e por uma justiça social internacional. Já para Jaguaribe esse tipo de política externa deveria promover o desenvolvimento econômico endógeno, tal qual o desenvolvimentismo originário dos estudos da CEPAL, e a criação de um sistema independente e moderno de segurança nacional (Jaguaribe, 2017 [1969] p. 65-70).

É importante observar, assim que, para Jaguaribe e Puig, a autonomia é uma alternativa à dependência e reação à dominação estrutural internacional. Como se pode ver, ambos concebem a autonomia em política externa como uma ação contestadora justamente das dimensões que eles veem como originárias da estrutura de dominação e dependência: os aspectos político-econômico e político-militar em Jaguaribe e a variável político-legal em Puig.

As dimensões conceituais e categorias analíticas da estrutura internacional hierárquica e da política externa autônoma

Goertz (2005) acredita que a maioria dos conceitos possuem 2 níveis: a sua definição básica e as suas dimensões, sendo que o uso do conceito para analise qualitativa, de realidades empíricas – casos – deve-se dar no último nível. O autor (Goertz, 2005, p. 30), também observa que a maioria dos conceitos são postulados, nas teorias por eles compostas, apenas no nível da definição básica, cabendo ao pesquisador estabelecer as

5. No recorte, para os fins dessa pesquisa, feito da Teoria da Autonomia e aqui apresentado, atentou-se em manter as explicações essenciais da teoria e os conceitos que seriam de fato usados na análise empírica. Desse modo, não foi incluída a exposição dos requisitos, habilitacionais e executórios, da autonomia, já que se parte do pressuposto que os formuladores da PEI reconheciam a capacidade do país de ter uma política externa autônoma e, por isso, não se procedeu à análise de se o país cumpria tais requisitos. Também não se achou necessário apresentar os vários tipos de autonomia presentes na teoria, nem os diferentes tipos de primazia e de dependência, já que não é a validade dessas categorias específicas que se pretende testar, mas, sim, a relação entre os conceitos básicos da teoria.

dimensões. É isso que se fará, aqui, com os conceitos de estrutura internacional hierárquica e de política externa autônoma de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig.

Ainda, como se decidiu analisar os textos primários da Política Externa Independente de Jânio Quadros pela análise de conteúdo, foi indispensável criar categorias de codificação de textos que refletissem de forma fiel as dimensões da Teoria da Autonomia e dos seus conceitos.

Como se pode observar, a estrutura internacional hierárquica, no pensamento de Jaguaribe e Puig, é explicada as por três fatores – ou variáveis – independentes: a dependência tecno-científica, a debilidade estrutural em termos de segurança dos países que não tem capacidade de *second strike* e a estratificação normativa da comunidade internacional, as quais acabam por gerar o esvaziamento do sentido de nação e de interesse nacional nos Estados periféricos. Coerentemente, para os autores, é a busca pela superação estrutural desses dois fatores, mediante o desenvolvimentismo, o estabelecimento de um sistema moderno e independente de segurança e a inserção desses Estados como construtores das normas internacionais, o que caracteriza a política externa de um país periférico como autônoma.

Pode-se ver, assim, que três temas abrangem tanto as variáveis da estrutura internacional hierárquica como da política externa autônoma: a dependência tecno-científica e o desenvolvimentismo estão no campo político-econômico, a debilidade estrutural em termos de segurança dos países periféricos e o estabelecimento de um sistema moderno e independente de segurança pertencem à esfera político-militar, e a estratificação normativa da comunidade internacional e a inserção dos Estados periféricos como construtores das normas internacionais fazem parte da temática político-econômica. A partir desse entendimento, criou-se a categoria de *temática* de análise, subdivida nas três esferas apresentadas.

Ainda, o próprio fato de haver uma separação dual, no patamar da teoria de Jaguaribe e Puig, – um conceito que qualifica o cenário internacional (e transnacional) como estrutural e hierárquico, e outro que traz o modelo do que seria uma política externa autônoma – faz perceber que a Teoria da Autonomia se refere tanto à estrutura internacional como à agência externa de um Estado periférico. Fez-se, assim, uma diferenciação entre trechos que trazem, por parte dos atores da PEI, diagnósticos do ambiente internacional e transacional (e doméstico no que se relacione a questões também externas) e os que representam intenções de ação externa do país relativas a esses diagnósticos situacionais, o que está englobado na categoria *tipo de referência*.

Dessa forma, em relação às dimensões do conceito de autonomia, como essa se dirige à superação das três variáveis temáticas independentes que provocam o caráter estratificado da estrutura internacional, entende-se que para considerar uma política externa como autônoma, essa precisa ter, tanto no patamar político-econômico quanto

no político-militar e político-legal, objetivos ou posições[6] finais. Isso quer dizer que não se pode atribuir a qualidade de autônoma a uma política externa que abranja essas variáveis temáticas, mas que nelas apresente apenas meios, estratégias, para alcançar outros objetivos quaisquer. Aqui surge, assim, a categoria de *grau de prioridade*, que permite codificar se um trecho corresponde a uma estratégia ou a um objetivo/posição de política externa.

Tendo em mente, adicionalmente, que a visão do ambiente internacional se refere, e a agência estatal se dirige, a uma ontologia estrutural-hierárquica, na Teoria da Autonomia, só é possível qualificar, no patamar empírico, como autônoma uma política externa que procure mudar a posição do país na hierarquia estrutural internacional, o que pressupõe que essa política externa seja concebida dentro de um entendimento, por parte de seus formuladores e atores, também estrutural-hierárquico do cenário internacional. Por esses motivos, criou-se a categoria de análise de *profundidade*, pela qual se verificará se os trechos analisados relativos aos diagnósticos ou à agência da PEI se referem ou dirigem, respectivamente, à questões vistas como advindas da agência de atores externos, de conjunturas (configuração eventual do ambiente internacional), de uma estrutura não-hierarquizada – internacional anárquica[7], no campo político-militar e político-legal; visão de mundo aparentada à teoria liberal das vantagens comparativas na esfera político-econômica –, ou de uma estrutura internacional hierárquica – de dominação e dependência – em todas essas dimensões.

O Caso da Política Externa Independente de Jânio Quadros

Político-militar

No que diz respeito aos diagnósticos no campo político-militar, diz-se que "para o governo brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um superestado, é mais do que a soma de seus Estados membros…" (Franco, 2007, p. 51) e que essa organização "…não foi feita para ser utilizada […] para a expansão de qualquer um dos blocos da Guerra Fria (Franco, 2007, p. 51). Essa deveria servir, sim, no campo político-militar "…para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos [e] permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos…" (Franco,

6. A palavra posição foi incluída aqui porque se verificou que algumas reações dos atores da PEI não se apresentam, nos textos analisados, como anúncios de um objetivo a ser realizado, mas que se iniciam e se encerram na própria enunciação, sem prever ações para além da própria tomada de posição discursiva.

7. O conceito de estrutura internacional anárquica é entendido, aqui, tal como formulado de forma seminal por Waltz (1979), como ausência de governo mundial e a consequente igualdade funcional entre os Estados (Waltz, 1979, p.102, 104-106). Waltz (1979), todavia, desenvolve o argumento da igualdade funcional com foco na dimensão político-militar, tendo sido necessário, nesse texto, estabelecer seu paralelo na dimensão político-econômica.

2007, p. 51-52). Complementarmente a essa visão da ONU, os atores da PEI, dão status superior, em termos de segurança, ao princípio da não-intervenção. Assim, "a paz mundial é fundada na autodeterminação de todos os povos" (Franco, 2007, p. 75) e "o elemento garantidor da autodeterminação é o princípio da não-intervenção" (Franco, 2007, p. 75).

Existe, nesses trechos, uma percepção de que a ONU não representa apenas uma soma dos Estados, que ela pode assumir, portanto, funções, que a simples coexistência entre os Estados não permitiria. Ainda, deve ser dada ênfase, aqui, à percepção da necessidade de "proteção dos menos fortes" e de "garantia de aplicação do princípio de autodeterminação dos povos", e ao reconhecimento da realidade de expansão de ambos os blocos, o que coloca a questão da soberania dos Estados menores como algo a ser protegido por um poder maior e, por isso, não como um pressuposto da coexistência entre os Estados, mas como algo sob ameaça perene.

Desse modo, pode se ver uma percepção peculiar dos atores da PEI em relação o sistema internacional, entre Norte e Sul globais. A percepção do predomínio da expansão constante de determinados Estados – as superpotências – às custas da soberania dos estados do Sul marca uma visão estratificada da estrutura internacional entre Norte e Sul, em termos de segurança. Esse ponto de vista se coaduna, em termos gerais com a Teoria da autonomia, apesar de não identificar especificamente, como em Jaguaribe, a capacidade de *second strike* nuclear como causa dessa hierarquia estrutural, mas apenas a intervenção sistemática do Norte em relação ao Sul global. Esse entendimento, todavia, é compatível com a visão de Jaguaribe, já que as superpotências são intervencionistas e são, ao mesmo tempo, os países com a capacidade de *second strike*, a qual poderia ser vista como possibilitadora do intervencionismo sem risco de retaliação por parte dos países do Sul, que em sua maioria são possuem capacidade de *second strike.*

Encontra-se, também, o objetivo/posição brasileira de evitar intervenções militares do Norte global no Brasil e no Sul global como um todo. Assim, "...estamos tentando dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da autodeterminação e da não-intervenção, e são esses os princípios que nos guiam em relação às Américas, assim como ao resto do mundo" (Franco, 2007, p. 150). Em relação a um caso concreto, se diz que "[...] teremos – em face de Cuba, como de qualquer outro problema – de, respeitados os princípios em que nos colocamos, impedir a agressão contra esse país, não colaborar na agressão direta contra esse país, porque não queremos resolver nenhum problema através desse tipo intervenção" (Franco, 2007, p. 86). Isso confirma a visão de mundo de uma estrutura internacional estratificada no âmbito político-militar nas relações Norte-Sul, com, também, a correspondente intransigência no tocante à intervenções militares.

Como se pode ver, nenhum desses enunciados, tal como nenhuma outra parte dos documentos analisados, revela a disposição de aumentar o poder militar do Brasil, como esperado pelo modelo de ação externa autônoma da Teoria da Autonomia, mas sim de tentar barrar a dominação político-militar, expressa em intervenções militares sistemáticas do Norte no Sul global, mediante à afirmação insistente dos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Essa posição brasileira, todavia, significa a vontade de combater as consequências político-militares da hierarquia internacional *de facto*, o que conflui, em termos gerais, com a Teoria da Autonomia.

Político-legal

Se obteve na categoria político-legal codificações que fazem referência a diagnósticos que se aproximam do que conceitualmente chamamos de estrutura estratificada. Assim, é reconhecido que a soberania brasileira ainda está em consolidação (Franco, 2007, p. 32), que "[a] soberania de um Estado jovem como o Brasil não se limita, hoje, à sua exclusão da influência política de outra autoridade, especialmente de outro Estado" (Franco, 2007, p. 34). Ainda, no âmbito da OEA, merece destaque a afirmações de que "a não-intervenção se opõe tanto à dominação econômica quanto à dominação ideológica" (Franco, 2007, p. 75). Há, aqui, o reconhecimento de que a soberania formal não basta a um Estado como o Brasil, que a autodeterminação não está garantida de antemão no sistema internacional, mas ameaçada constantemente por diversos tipos de dominação e intervenção – também econômica e ideológica.

Esse reconhecimento é avesso á ideia de estrutura anárquica internacional, já que essa presume a igualdade funcional entre os Estados (Waltz, 1979, p. 102, 104-106) e, portanto, também, a soberania *de facto* entre eles. Têm-se, assim, uma ontologia dos atores da PEI onde alguns atores internacionais são sujeitos da falta sistemática, mesmo que não absoluta, de soberania de outros Estados, e que, esses sujeitos, portanto, seriam hiper-funcionais, tendo essa habilidade de obstruir sistematicamente a soberania de outros, enquanto esses outros atores seriam hipo-funcionais, não conseguindo exercer todas as funções de um Estado soberano.

Visão, portanto, que se alinha com um conceito de estrutura internacional estratificada e, assim, conflui com a ideia da Teoria da Autonomia de que a soberania dos Estados locais é sistematicamente obstruída pelo regime de direito internacional estratificado da comunidade internacional, que reconhece a soberania formal de todos mas coloca os Estados periféricos como meros recipientes do direito internacional, o que os coloca em posição de dependência.

No que diz respeito aos objetivos e posições, o Brasil declara que não acredita que a ONU "…não foi feita para ser utilizada […] para a expansão de qualquer um dos blocos da Guerra Fria (Franco, 2007, p. 51), deseja "... que ela proteja os Estados pequenos e que permita "...a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos

povos…" (Franco, 2007, p. 51-52) e opõe-se, "…com todas as forças, à intervenção do capitalismo internacional e do comunismo internacional" (Franco, 2007 p. 88).

Pode-se ver, assim, que a reafirmação da não-intervenção prevalece nos textos codificados. Essas posições não-intervencionistas se coadunam com a Teoria da Autonomia no seu aspecto político-legal, já que essas posições brasileiras marcam a vontade de combater, a autorizações normativas, muitas vezes advinda da ONU, às ações militares que compõem o intervencionismo – intervenção sistemática –, da hierarquia internacional *de facto*.

Político-econômico

No que diz respeito aos diagnósticos, a visão estratificada entre Norte e Sul é detalhada no âmbito político-econômico. Assim, referência é feita ao subdesenvolvimento (Franco, 2007, p. 25), à tendência da economia mundial de, simultaneamente, e cada vez mais, enriquecer o Norte e empobrecer o Sul global (Franco, 2007, p. 50), e ao fato de que as forças econômicas estrangeiras, agindo em liberdade no território nacional, "…fazem o seu próprio jogo e não o do nosso país." Assim, a visão de uma dinâmica internacional que gera, necessariamente, e ao mesmo tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico no Norte e no Sul global, respectivamente, confirma a visão de uma estrutura internacional estratificada, essa, como se pode observar, de cunho mais transnacional do que interestatal, por parte do atores da PEI, também em relação aos diagnósticos político-econômicos. Essa visão condiz com o conceito de estrutura imperialista da Teoria da Autonomia, já que esse arranjo conceitual incorpora uma visão que inclui atores transnacionais nas referidas estruturas político-econômicas estratificadas.

No campo político-econômico, as referências a objetivos e posições são de cunho desenvolvimentista, tais como, a necessidade de planejamento estatal da economia (Franco, 2007, p. 28); os objetivos de livrar o país da dependência (Franco, 2007, p. 81), lutar contra a pressão econômica e a invasão do capitalismo internacional (Franco, 2007, p. 86) e estimular o desenvolvimento econômico (Franco, 2007 p. 92); e a postulação de que "…a política externa do Brasil refletirá a necessidade de progresso desenvolvimentista." (Franco, 2007, p. 147) e de que essa se torna instrumento para tal fim (Franco, 2007, p. 155). Vê-se, aqui, que os objetivos político-econômicos da PEI, de tipo desenvolvimentista, se coadunam com o modelo de ação externa autônoma da Teoria da Autonomia, o qual recomenda explicitamente o desenvolvimentismo.

Considerações finais

Como resultado da análise dos diagnósticos domésticos, transnacionais e internacionais e dos objetivos/posições dos atores da PEI do governo de Jânio Quadros, pode-se ver que, em todos os âmbitos, os autores dos documentos analisados

formularam visões e metas/posições em sentido estrutural-hierárquico. Isso pode ser sintetizado, no patamar político-militar e político-legal, como diagnóstico do intervencionismo do Norte em relação ao Sul global e a posição anti-intervencionista do Brasil; e, no campo político-econômico, como a visão da existência de uma relação causal e estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, e superação da posição subdesenvolvida e dependente do país.

Isso se liga diretamente, não apenas à estrutura internacional hierárquica identificada pelos autores da Teoria da Autonomia em todas as três dimensões, mas também à vontade de combater os efeitos político-militares dessa hierarquia nos países periféricos, tal como prescrito, mesmo que não exatamente da mesma forma, por Jaguaribe; ao desenvolvimentismo, exatamente como recomenda Jaguaribe; e à tentativa de influir o arranjo normativo internacional, como prescrito por Puig, no diz respeito às intervenções dos países centrais no países periféricos.

A partir desses resultados, considera-se que a Teoria da Autonomia de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig possui poder explicativo ampliado no estudo de momentos das Políticas Externas Latino-Americanas considerados como autônomos de forma consensual pelos estudiosos renomados desse fenômeno. A própria análise da PEI como um todo e de outros períodos representativos das Políticas Externas Latino-Americanas considerados autônomos se revelam pontos de partida promissores para a confirmação continuada desse argumento.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo.* São Paulo: Edições, 2011.

BENNET, A.; ELMANN, C. Complex Causal Relations and Case Study Methods: the example of Path Dependence. In: *Political Analysis*, Cambridge, v. 14, p. 250-267, 2006.

CERVO, A. Conceitos em Relações Internacionais. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, nº 2, p. 8-25, 2008a.

_____. *Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008b.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Unb, 2010.

FRANCO, A. C. *Documentos da política externa independente. Brasília*. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GOERTZ, G. Social Science *Concepts: A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

JAGUARIBE, H. Autonomía periférica y autonomíacéntrica. In: *Estudios Internacionales, Santiago*, v. 12, nº 46, p. 91-130, 1979.

_____. Dependencia y autonomíaen América Latina. In: Helio Jaguaribe. Aldo Ferrer. Miguel S. Wionczek. Theotonio Dos Santos. *La dependência político-económica de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017 [1969].

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. In: *American Political Science Review.* Cambridge, v. 3, nº 65, 1971.

MERKE, F. Identidad y política exterior en la Argentina y en Brasil. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FLACSO, Buenos Aires. 2008.

PINHEIRO, L. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PINHEIRO, L.; LIMA, M. R. S. Between Autonomy and Dependency: the Place of Agency. In: *Brazilian Foreign Policy. Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v.12, nº 3, p. 1-22, 2018.

PIÑUEL, J. L. R. Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido. In: *Estudios de Sociolingüística*. Sheffield, v. 3, nº 1, 2002.

PUIG, J. C. *Doctrinas internacionales y Autonomía latinoamericana*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1980.

_____. *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

_____. *Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. Integración Latinoamericana*. v. 11, nº 109, p. 40-62, 1986.

RUSSEL, R.; TOKATLIÁN, J. G. From Antagonistic Autonomy to Relational Autonomy: a Theoretical Reflection from the Southern Cone. Latin American Politics and Society, Cambrige, v. 45, nº 1, p.1-24, 2003.

TICKNER, A. *Seeing IR differently: notes from the Third World*. Millennium. Journal of International Studies, Szczecin, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

VIZENTINI, P. F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

Desenvolvimento regional: sentidos e práticas em disputa

Leandro Fontes Corrêa*
Regina Claudia Laisner**

Introdução

A superação do subdesenvolvimento é um tema recorrente não só na produção acadêmica, senão também amplamente debatido pelas agendas de governos. Observa-se, no entanto, que a perspectiva dominante para o pensamento econômico, derivada de países do norte ocidental, ao pretender-se universal, não hesita em gerar prescrições para o caso latino americano. É justamente a este debate que o presente trabalho se dedica: como produzir um marco teórico adequado para o subdesenvolvimento da América Latina?

O problema das teorias de desenvolvimento que assumem a posição metodológica de análise generalizante é, conforme discutiremos a seguir, a prescrição única para casos distintos. A América Latina, diferente da Europa ou dos Estados Unidos, foi marcada por um processo histórico de intensa exploração, e as teorias mais tradicionais de desenvolvimento, que se baseiam na expectativa da evolução linear e genérica, são incapazes, metodologicamente, de considerar a especificidade que é própria de cada processo de formação econômica e política dos países.

As apostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e, mais adiante, da Teoria da Dependência, subsidiam este debate sobre a especificidade histórica do nosso continente e referenciam este trabalho. Uma vez estabelecido o marco teórico desta comunicação, analisaremos, a seguir, o problema do método investigativo convencional, apresentando, para isso, contribuições de Sunkel & Paz (1970) e Irma Adelman (2002), autores que defendem uma metodologia de cunho histórico-estrutural para a análise do subdesenvolvimento. Finalmente, incorporadas as bases teóricas e metodológicas da proposta, faremos um breve acompanhamento da aplicação destas dos sentidos e práticas em disputa nas políticas integracionistas sul-americanas.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista/UNESP. E-mail: lfontescorrea@gmail.com
** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista/UNESP. E-mail: lfontescorrea@gmail.com

A especificidade histórica do subdesenvolvimento latino-americano

Na literatura hegemônica, as proposições teórico-metodológicas que abordam desenvolvimento latino americano, tanto para a esfera das economias nacionais, como na dimensão regional, não raro omitem a especificidade histórica como fator que condiciona o subdesenvolvimento. Em particular, a teoria neoclássica, ou neoliberal, neste escopo, responsável pela matriz da política econômica predominante na década de 1980, inspirou importantes prescrições para a América Latina.

Friederich Hayek (2009) e Milton Friedman (2014), autores renomados do neoliberalismo, tiveram grande influência, respectivamente, no governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e no de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Estas duas potências mundiais, em função do poder que gozam no Sistema Internacional, impulsionaram, ao nível global, por meio de Organizações Internacionais e acordos bi e multilaterais, as políticas fiscais de Austeridade e o *laissez-faire* que estas teorias julgavam necessário para o crescimento econômico dos países. Contudo, esta agenda, a exemplo da cartilha do Consenso de Washington[1], ao ignorar a desigualdade socioeconômica própria de países de passado colonial, e as assimetrias de poder no Sistema Internacional, impuseram medidas econômicas que aprofundaram quadros de subdesenvolvimento. É neste passo, portanto, que outros rumos teóricos se fazem importantes para as relações entre Estado, Mercado e sociedade, uma vez que concebem a linha política para tal interação.

Deste modo, frente à ostensiva propagação de teorias, para além das neoliberais, que não abordam a especificidade dos processos de formação econômica e política dos países, faz-se necessário, insistentemente, resgatar a história latino-americana: omitir o fato de que nascemos, enquanto burocracia regimental, na institucionalização da exploração, contribui para perpetuar estruturas de Divisão Internacional do Trabalho forjadas na política econômica colonial.

Por isso, o debate acerca da superação do subdesenvolvimento deve estar vinculado ao entendimento da ordem social competitiva que sistematicamente produz desigualdades, por um lado, no âmbito internacional, com a exploração da mão de obra de países periféricos e do escoamento de recursos para países centrais, e, por outro, na esfera doméstica, na qual concentra renda, terra e poder nos estratos sociais que, estrategicamente posicionados, articulam a dominação externa nas economias nacionais. A conservação da ordem social colonial, desta maneira, articulada com estruturas "modernas" de incorporação ao capitalismo contemporâneo, é o que garante a estabilidade do modelo de desenvolvimento dependente dos centros hegemônicos.

As contribuições teóricas de Celso Furtado (2007), Theotônio dos Santos (2000) e Florestan Fernandes (1972), contém importantes considerações, que, do estruturalismo latino americano, de perspectiva keynesiana, à Teoria Marxista da Dependência, estabelecem o espectro político do marco teórico no qual este trabalho se inscreve.

Celso Furtado (2007), economista brasileiro, membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em suas formulações, alinhadas às da Comissão, sustentou a tese de que a potencialidade central para o alcance da autonomia econômica e política por parte das economias latino-americanas reside na industrialização, e, sob a coordenação estratégica do Estado, a industrialização desempenharia o papel de articular e dinamizar as economias nacionais. Dadas as estruturas de exploração, Furtado acreditava que a burguesia latino americana propiciava a dominação externa dos fluxos de capital, no âmbito doméstico dos países, e que a consequência da industrialização coordenada pelo Estado, seria o surgimento de uma nova classe protagônica, a saber, uma burguesia de fato nacional capaz de dinamizar a produção e integrar as economias nacionais, substituindo, assim, progressivamente, a burguesia aliada ao capital externo. Em sua obra *A Economia Latino-Americana*, Celso Furtado (2007), demonstra como os países latino americanos buscaram, por distintas formas, conter os efeitos negativos da dependência lançando mão da proteção da indústria nacional – e como algumas destas tentativas surtiram efeitos positivos para estes países.

O México, por exemplo, nos anos de 1940, nacionalizou a produção do petróleo; nesta mesma linha, o Chile nacionalizou, na década de 1970, a produção do cobre. Outros mecanismos de proteção da indústria nacional foram observados, tais quais as barreiras tarifárias. Contudo, apesar de esforços expressivos nesse sentido, notou-se que iniciativas isoladas dos países não bastavam para construir uma estrutura produtiva na qual fosse possível integrar economia nacional e reter excedente econômico para dinamizar os fluxos de capital.

Neste momento, a integração regional foi vista como forma de potencializar este processo e se tornou importante para a industrialização destes países de passado e estruturas produtivas semelhantes. A Associação Latino Americana de Integração (ALADI) ou a Comunidade Andina, demonstram esta tentativa de desenvolvimento pautada na cooperação entre iguais.

De todo modo, mesmo que estes esforços tenha feito avançar, não conseguiram colocar os países latino-americanos no patamar de países desenvolvidos. Isto é, o efeito da industrialização nesses países não prosperou como ocorreu nos centros da economia global. (Furtado, 2007).

Não obstante, a História nos brinda com exemplos mais resolutos de enfrentamento da dominância externa. A existência do Estado Soviético, neste sentido, e a experiência de planejamento estratégico do desenvolvimento, como em 1928 com o 1º Plano Qüinqüenal, ensejou a possibilidade de um planejamento da economia centralizado na figura do Estado que desafiou o paradigma hegemônico dos estudos das relações entre Estado e Mercado. A justiça social passa, a partir daí, ser pautada na agenda política de crescimento econômico como nunca antes.

A Teoria da Dependência surge, portanto, em um contexto onde o crescimento econômico dos países periféricos "parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa" (Santos, 2000, p.16) e o liberalismo econômico, de um lado, não respondia a este problema de forma satisfatória, e a experiência soviética, de outro, indicava alternativas a este cenário. Entre os dependentistas, houve expressões no Brasil, como Theotônio do Santos e André Gunder Frank, no Caribe, com Norman Girvan, na África, com Immanuel Wallerstein, e na Ásia, com os escritos hindus similares sobre produção autônoma. Os autores desta escola acreditavam em um maior rompimento com as instituições políticas e econômicas gestadas no período colonial, pois, nas palavras de Theotônio dos Santos, "o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista" uma vez que "a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos" (Santos, 2000, p. 19). Ou seja, o subdesenvolvimento é o que sustenta o desenvolvimento, não um estágio de um processo evolutivo linear.

Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro que também contribui para o debate acerca do capitalismo dependente, se debruçou sobre o problema das instituições brasileiras e da industrialização ineficiente, e discorreu sobre o capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina, em sua obra homônima (Fernandes, 1972). Reúne em sua análise, de forma a sustentar sua tese, três aspectos que lhe parecem centrais nas economias heterônomas: a existência de uma burguesia estrategicamente associada ao capital internacional, a constante redefinição da dominação externa da sobreapropriação repartida do excedente econômico e a reiterada exclusão dos agentes de trabalho dos processos sociais. Em outras palavras, a "incorporação dependente ao espaço econômico, sociocultural e político dos centros hegemônicos" (Fernandes, 1972, p. 14) é o que tira dos países periféricos a autonomia de controlar sua produção e capacidade de direcioná-la para o seu próprio desenvolvimento. Finalmente, de acordo com Florestan Fernandes, "o desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna" (Fernandes, 1972, p. 14).

A questão do método das teorias de desenvolvimento

Diante das considerações feitas no tópico anterior, a especificidade histórica que é particular ao processo de formação econômica e política dos países pesa nas suas estruturas atuais que dinamizam a sua economia e a sociedade. Esta concepção deve, portanto, estar intrínseca ao método científico para o estudo do desenvolvimento, de modo que seja possível alcançar perspectivas adequadas para realidades que diferem entre si. É dizer, com isso, que pecar na definição do método de produção do conhecimento pode acabar por promover uma tese sem aplicação no objeto em foco.

Sunkel & Paz intervieram precisamente nesta questão e delimitaram, para efeito taxonômico, o pensamento universalista de desenvolvimento como produto da *metodologia convencional* de análise. De ordem positivista, este tipo de estudo parte de premissas do *a priori*, ou seja, lança mão de um mesmo quadro referencial pré-existente para a análise de qualquer processo social, tomando um como similar ao outro. O aparente rigor científico apresentado, dissimula leis econômicas que se valem da constatação de supostos fenômenos inerentes à natureza humana, e, por conseguinte, aos institutos sociais. Exclui-se, assim, a necessidade de criar novos entendimentos, e novas leis, para processos distintos – exatamente por não admiti-los como tais.

Evidentemente, levando a análise às suas últimas consequências, em que pese as regularidades do todo social, estas não são, de maneira alguma, permanentes. As leis econômicas dependem de uma construção histórica e, por isso, têm aplicabilidade limitadas ao tempo e ao espaço. O problema do método convencional, desta forma, não é a sua incapacidade de elaborar conhecimento sobre a economia, senão sua pretensão de ser totalizante quando, na verdade, faz uma análise parcial da realidade, de maneira estática e a histórica.

Em contrapartida, então, Sunkel & Paz propõem a seguinte dúvida: "[...] qué método debe adoptarse cuando se admite que la realidad es cambiante y se advierte que el sujeto del conocimiento integra esa realidad y está condicionado por ella" (Sunkel & Paz, 1970, p. 90).

O método histórico-estrutural é o mais apto a contemplar o fluxo histórico de sucessão e inter-relação do todo social, de acordo com os autores. Isso porque, ao distanciar-se da metodologia convencional, o pesquisador entende que a estruturação da sociedade é produto de um fluxo histórico, e não mais efeito de características inerentes à existência humana. De forma crítica, as hipóteses se criam e se validam na constatação de movimentos existentes na realidade concreta. Esta metodologia está aberta, então, a admitir as particulares de fenômenos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou culturais, que, ao contrário de pré-determinados, e universais, são historicamente construídos (Sunkel & Paz, 1970).

Irma Adelman (2002), estudiosa da teoria do desenvolvimento, dialoga, de forma indireta, com Sunkel & Paz quando estuda este método investigativo e avança na temática da aplicabilidade de teorias generalistas, apontando, de modo objetivo, as falácias das teorias convencionais. Das suas contribuições, a que mais nos interessa é a que se relaciona com o entendimento monocausal do subdesenvolvimento. Segundo Adelman, o subdesenvolvimento não tem apenas uma causa, este fenômeno é devido à complexidade específica de uma evolução histórica que "combina instituições políticas, sociais e culturais e suas interações variantes através do tempo, com interação e sucessão" (Adelman, 2002, p. 110). Muitas teorias que buscaram um fator x**,** ou seja, uma causa simples e, ao mesmo tempo, uma solução simples, não reconhecem

a complexidade e a especificidade do subdesenvolvimento de cada localidade, gerando, assim, prescrições universais que não oferecem respostas satisfatórias aos problemas.

Entre as décadas de 1940 e 1970, predominou a narrativa do fator x do subdesenvolvimento como sendo a ausência de investimento em capital físico. Assim como ocorreu na Europa no pós II Guerra, com o Plano Marshall, a captação de investimento externo em capital de produção e infra-estrutura seria a saída rumo ao desenvolvimento. Já na década seguinte, em 1980, o fator x foi identificado como "preços relativos incorretos", caso no qual a argumentação pleiteava estarem os preços relativos aos fatores de produção incorretos em função dos subsídios do Estado, o que gerava um cenário de produção que alterava todo o resto da economia, incluindo os salários. A solução seria, então, reduzir os subsídios e aumentar taxas de crédito às indústrias de grande escala e reduzir as tarifas de proteção das de pequena escala.

Embora estes argumentos tenham tido relevância em planos de governo, o que despontou na década de 1980, na linha de pensamento neoliberal, foi o fator x como sendo a liberalização da economia para o comércio. Esta aposta foi a que certamente mais perdurou no Sistema Internacional e que se impôs aos países periféricos. A concepção neoliberal imputou à intervenção do Estado a ineficiência da competição e da industrialização. Diminuir a presença do Estado e remover as barreiras do comércio internacional, portanto, seria a saída para a superação do subdesenvolvimento.

No caso latino-americano, contudo, estes fatores, da forma como são apresentados, isoladamente, não explicam a causa do subdesenvolvimento. Sobre o capital físico, sem a atuação estratégica do Estado, a tendência, nos países latino-americanos, são investimentos em indústrias de baixo nível de rendimento e retenção, as quais não agregam valor ao processo produtivo e não propiciam o desenvolvimento tecnológico. Ademais, em relação aos preços relativos, mais importante que isso, era o fato de que o setor industrial investido não estava ofertando a quantidade esperada de empregos. O certo seria escolher setores específicos para investir, cujos setores viabilizassem mais retenção e dinamização de fluxos de capital e com maior quantidade de postos de trabalho.

Em relação à liberalização da economia como fator x, a razão de ter perdurado tanto tempo, é que foi levada a cabo por importantes mecanismos. A dívida externa dos países em desenvolvimento crescia violentamente, e a saída era estar vinculado à agências internacionais de empréstimo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ou até mesmo ao governo de Washington. Estas instituições, contudo, colocaram suas condições aos empréstimos, a saber: liberalização, ajuste fiscal e austeridade. Nos países em desenvolvimento, entretanto, o Mercado não garante a livre circulação de bens e serviços, pelo contrário, as instituições políticas e econômicas aqui instaladas concentram renda, terra e poder, e a ordem social competitiva não garante acesso a serviços como saúde e educação de forma justa. A austeridade em países subdesenvolvidos é contraproducente do ponto de vista do crescimento

econômico, pois gera um ciclo vicioso de pobreza, e, além disso, letal à sua população (E Dweck, Alm Oliveira, P. Rossi, 2018).

Justamente por considerar a historicidade e a multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, Adelman, consoante ao método histórico-estrutural, defendido por Sunkel & Paz, demonstra como as teorias de desenvolvimento universalistas estabelecem modelos explicativos que buscam universalizar os fenômenos de modo a acomodá-los em prescrições únicas. A América Latina, neste sentido, tem nas estruturas de dominação externa e na desigualdade social interna de seus países grandes entraves para o desenvolvimento. O crescimento econômico, portanto, necessita estar acompanhado de autonomia econômica e política e justiça social, do contrário, estaremos propensos ao aprofundamento do subdesenvolvimento.

Regionalismo Sul-Americanos

Na segunda metade do século XX, diversos mecanismos de cooperação entre os países foram criados com a finalidade de configurar uma nova governança global para o nível crescente de interpenetração das economias dos Estados. Contudo, as Organizações Internacionais, como o FMI e a OMC (Organização Mundial do Comércio), e a ratificação de acordos de natureza integracionista, quando submetidos ao escopo das teorias generalistas da economia, podem impor a globalização à região latino-americana de forma impiedosa.

A Cúpula das Américas de Miami, na tentativa de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994, é um exemplo emblemático de como a agenda hegemônica pode, ao invés de conduzir ao progresso, aprofundar o quadro de subdesenvolvimento da região. São diversos os motivos pelos quais o debate sobre desenvolvimento regional, foco deste trabalho, não pode ser compreendido somente voltado para o comércio e nem tampouco voltado aos indicadores estreitos a essa dimensão. Se não ponderados outros aspectos da integração econômica, como o de infra-estrutura e da redução das assimetrias, pode ser que esta ferramenta seja contraproducente para o desenvolvimento regional amplo e soberano dos países historicamente marginalizados na economia global.

A discussão sobre a ALCA e a decisão dos países em rejeitar o acordo evidenciam esta problemática: ao reduzir as barreiras comerciais às corporações estrangeiras, principalmente às norte-americanas, estas gozariam das mesmas prerrogativas jurídicas e tributárias que as empresas nacionais, o que, na verdade, geraria uma disputa extremamente injusta à indústria nacional. Esta indústria não têm a seu dispor as mesmas fontes de crédito e a mesma experiência industrial que as grandes transnacionais, e, deste modo, seria facilitada, por exemplo, a conquista de patentes por parte das corporações de matriz estrangeira de produtos produzidos a partir de matérias primas da biodiversidade latina. No caso das controvérsias que surgem no relacionamento

dos Estados, os mecanismos de soluções de conflitos possuiriam embasamento na regulamentação jurídica anglo-saxã, garantindo, assim, sentenças favoráveis aos países norte-americanos, uma vez que este embasamento é absolutamente diferente dos sistemas jurídicos da América do Sul. Para além das questões relativas aos investimentos externos diretos e às transações comerciais, o bloco não previa a criação de fundos fiscais que possibilitassem a redução das assimetrias entre os países. Não havia, portanto, chances de comércio justo entre países em níveis de desenvolvimento econômico tão distintos. (Jakobsen & Martins, 2002).

Diante do que poderia ter sido a ALCA, a inserção dos países periféricos no sistema econômico internacional requer criticidade. Em razão dos déficits de autonomia que remontam ao processo de formação econômica e política, relações comerciais podem ser marcadamente desequilibradas. Isto é, os projetos integracionistas precisam estar além do aspecto comercial, para que no âmbito político e social sejam pautadas as assimetrias próprias dos estágios de desenvolvimento em que se encontram os países e os métodos de solução deste cenário.

Mesmo o MERCOSUL, que logo no preâmbulo do seu tratado constitutivo, a saber, o Tratado de Assunção (1991), coloca a importância do desenvolvimento acompanhado à justiça social, durante a década de 1990 teve os fluxos de integração voltados à liberalização do comércio. A integração regional, durante a década de 1990, compreendeu predominantemente o aspecto comercial e até o ano de 1998 seu desempenho foi satisfatório, haja vista o aumento do comércio intrabloco (Ruiz, 2007). Não obstante, criaram-se diversos órgãos desta finalidade, tais como o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM). Acompanhando o adensamento institucional, de 1991 a 1997, as relações comerciais intra-MERCOSUL expandiram em 302% e chegaram a corresponder por 23% das transações comerciais destes países (Coutinho, 2007).

No entanto, na virada para o século XXI, este projeto de integração liberal entrou em declínio. De 1998 a 2002 o PIB dos quatro países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) caíram e o volume das trocas comerciais entre estes Estados diminuiu. Este período é caracterizado por uma crise comercial no MERCOSUL: de US$ 40.826 milhões em transações intrabloco em 1998, desabou para US$ 20.462 milhões em 2002. Ou seja, o comércio regional teve uma queda de 50,18%, o que representou, em suma, um retrocesso aos parâmetros comerciais anteriores à existência do bloco econômico (Coutinho, 2007).

Em seguida a isto, notou-se a violação dos contratos mercosulinos. A recessão econômica dos Estados-membros do bloco se agravou e o modelo liberal se mostrou incapaz de oferecer uma resposta à altura do problema. Brasil e Argentina, principais atores econômicos na América do Sul, passaram a expressar unilateralidade em suas

políticas comerciais, na tentativa de preservar a autonomia nacional para aplicação de medidas de sobrevivência de suas economias em meio à crise comercial.

Junto a este momento de crise intrabloco, houve iniciativa para que o bloco fosse palco de estímulos próprios do regionalismo aberto, isto é, a integração regional como meio de inserção e barganha nos processos econômicos globais**.** Em suma, orientar a economia do regionalismo ao vínculos com terceiros, resulta em alinhamento às potências ocidentais, que na perspectiva do neoliberalismo, têm grandes oportunidades de comércio a oferecer (Saraiva, 2012). Tal como destaca Gentil Corazza,"na prática, o "regionalismo aberto" promoveu a abertura, a liberalização, a privatização, as reformas estruturais de cunho liberalizante e as políticas macroeconômicas propostas pelo Consenso de Washington e implementadas na América Latina, nos anos 90." (Corazza, 2006, p. 148).

Com a crise intrabloco, contudo, o MERCOSUL não foi capaz de assegurar a sua credibilidade como negociador no mercado global. É, portanto, com base na falência do projeto integracionista estritamente comercial que novas elites políticas passaram a repensar o paradigma de integração regional. Ainda que os mitos do neoliberalismo prometessem desenvolvimento dos países, o regionalismo mercadológico, comprometido apenas com a ampliação dos mercados nacionais, se mostrou insuficiente em matéria de desenvolvimento regional. Ao mesmo passo que partidos progressistas começaram a ganhar força, especialmente na América do Sul, a população começou a repensar as promessas da construção política da década de 1990. A ordem do dia, diante disso, passou a incorporar uma outra perspectiva acerca da matéria: conforme defende Amartya Sen (2000), desenvolvimento é crescimento econômico acompanhado de justiça social.

Nos anos 2000, então, o Mercado Comum do Sul é visto à luz de uma nova abordagem das políticas integracionistas. A este momento deu-se o nome de "Onda Rosa" (Panizza, 2006), devido à influência crescente da esquerda na América Latina – a qual se propôs a construir um paradigma de regionalismo pós-liberal de cooperação regional (Sanahuja, 2008). Nesta guinada à esquerda, o subcontinente sul-americano viu nascer um novo projeto de cooperação, guiado pelos governos do Partido dos Trabalhadores, iniciado pelo primeiro mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil; do peronismo na Argentina; com Néstor Kirchner, e também da Frente Ampla, com Tabaré Vázquez, no Uruguai.

Os governos dos Estados que protagonizaram este momento político da região buscaram um novo projeto de cooperação, engendrado numa perspectiva pós-liberal, ou pós-hegemônica: na qual o desenvolvimento dos povos que constituem o MERCOSUL ultrapassou as fronteiras da supervalorização do crescimento econômico (Sanahuja, 2008). Ou seja, a análise tão somente da expansão do produto econômico não era mais suficiente para sopesar o desenvolvimento, ao passo em que as condições

da obtenção e distribuição deste produto ganharam relevância nos espaços de discussão. E é nesta altura que a Economia Solidária se torna iniciativa setorial no âmbito de Coesão Social do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), criado em 2004. Dá-se importância, a partir de esforços como este, às políticas públicas e à infraestrutura capazes de organizar uma integração regional que propicie maior participação e justiça social.

O FOCEM tem como objetivo "financiar programas para promover a convergência estrutural desenvolver a competitividade~ a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar a estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração" (FOCEM, 2015). Um dos quatro programas principais, chamado Programa de Coesão Social, executa projetos que estão relacionados com o desenvolvimento social, em especial nas zonas de fronteira, e atuam nas áreas de interesse comunitário como a saúde, educação, redução da pobreza e do desemprego, a fim de diminuir as taxas de mortalidade e de analfabetismo, e promover o fomento de atividades de economia solidária, qualificação de mão de obra e mitigação da fome. (FOCEM, 2015). O exemplo da incorporação da Economia Solidária nos trabalhos do bloco é um demonstra a preocupação com a cidadania ativa na integração produtiva, uma vez que este tipo de atividade econômica gera renda através da propriedade coletiva e da autogestão de trabalhadores possuidores de capital em cooperativas.

Ao destacar as relações entre Brasil e Paraguai, e o papel de políticas como a do FOCEM, teremos a exata ideia do que propomos neste trabalho: o FOCEM é formado majoritariamente pela contribuição do Brasil, que aporta 70% dos recursos do Fundo, enquanto o Paraguai é responsável pela integralização de apenas 1% do montante. No entanto, maior beneficiário dos projetos aprovados por este Fundo é o Paraguai, que recebe cerca de 48% dos recursos. Isto é, no FOCEM, o Brasil é o país que mais investe em projetos de redução de desigualdade social e mitigação de assimetrias, enquanto o Paraguai é o país que mais recebe financiamento.

As experiências integrativas, portanto, deveriam considerar antes de tudo a perspectiva do desenvolvimento. Isso implicaria não somente o crescimento econômico – e a busca por indicadores econômicos favoráveis – como também e, em principal medida, a superação do desequilíbrio existente entre as forças produtivas e apropriação que se faz dos bens produzidos por elas. Esta superação demanda, para além do crescimento, a necessidade de escolhas políticas bem claras em prol de um projeto que se ocupe da busca por uma maior homogeneização social, nos termos já conhecidos de Furtado.

Projeções e considerações finais

Em conformidade com a posição metodológica defendida ao longo deste texto, se analisarmos o processo histórico da integração sul-americana, é possível que se note quais foram as tendências política que se aplicaram na experiência do desenvolvimento

regional sul-americano. Salvas as dificuldades que naturalmente se impõem à análise de fenômenos temporalmente próximos, o projeto político em curso assinala, ao menos ao nível retórico, à retomada da tendência política da década 1990. A ordem do dia em matéria de integração regional, neste sentido, indica, após a grande freada nos projetos, uma nova guinada ao neoliberalismo.

Em função do protagonismo que o Brasil e a Argentina exercem na América do Sul, devido à dimensão territorial e ao poder econômico destes dois países, a condução da agenda internacional da região é fortemente marcada pelas decisões que emanam do eixo governamental Brasília-Buenos Aires. Especialmente pelo fato de o MERCOSUL ser essencialmente intergovernamental, e hiperexecutivista, o bloco não conta com uma estrutura supranacional consolidada, o que, na prática, deixa a instituição sujeita à condução dos governos executivos nacionais. Por isso, a reorientação da agenda regional iniciada pelos presidentes Mauricio Macri, em Buenos Aires, em 2015, e com Michel Temer, em Brasília, em 2016, tiveram grande impacto na agenda do bloco. A política neoliberal levada a cabo por estes dois governos penetraram não só o MERCOSUL, como também outros processos de integração política e social, como, por exemplo, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que foi completamente esvaziada por esses governos.

No ano de 2019, com posse de Jair Bolsonaro em Brasília, sob a mentoria de seu ministro da economia Paulo Guedes, acirrou-se, na agenda do regionalismo, o alinhamento à política neoliberal, e, considerando seus discursos, é evidente a vontade de mitigar a "ideologia" do MERCOSUL e retomar o espírito comercial do bloco derivado do regionalismo aberto. O bloco, desta forma, volta a ser visto como uma etapa para a inserção no comércio internacional. Se o MERCOSUL, entretanto, for incapaz de firmar um acordo com a União Europeia, ou com a Aliança do Pacífico, estes governos já indicaram que a união aduaneira irá retroceder a uma zona de livre comércio, o que, supostamente, facilitaria a realização de acordos bilaterais. A união aduaneira, não é, no entanto, o que dificulta o problema dos acordos dos países do MERCOSUL com terceiros, uma vez que os entraves tem mais a ver com barreiras tarifárias e não tarifárias da União Europeia e dos Estados Unidos e menos com as burocracias do MERCOSUL.

O desenvolvimento regional, neste sentido, após ter vivido uma viragem paradigmática nos anos 2000, sob a direção de governos progressistas, volta, nesta segunda década, a ser lido com lentes mercadológicas. Progressivamente, desmonta-se o que foi construído em termos de integração política e social, para fazer avançar o projeto mercadológico de desenvolvimento.

Referências

ADELMAN, Irma. Falacias en la teoría del desarrollo y sus implicaciones en política. In: Meier, Gerald & Stiglitz, Joseph (editores), *Fronteras de la economía del desarrollo*. El futuro en perspectiva. Alfaomega, México, 2002.

CORAZZA, Gentil. *O regionalismo aberto da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização*. Ensaios FEE. Porto Alegre, volume 27, nº 1, 2006.

COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea; KFURI, Regina. Raio X da Integração. In: *Estudos e Cenários*, OPSA. 2007.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de, ROSSI, Pedro. Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil. In: *Brasil Debate*, São Paulo, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro, LTC, 2014.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. 4ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho para a servidão*. Lisboa, Edições 70, 2009.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato. *Alca: quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

PANIZZA, Francisco. *La marea rosa.* Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro, nº 8, 2006.

SANAHUJA, J. Del regionalismo aberto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio em la integración regional en América Latina. *Anuário de La integración regional de América Latina y el grand Caribe*, nº 7, 2008.

SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Ed. Siglo XXI. México. 1970.

La integración político-estratégica de América Latina en tres niveles: del Estado y la pluriversalidad regional, a la des-fragmentación

Armando Javier García Gutiérrez*

El Estado latinoamericano frente a dos vías de Integración

Considerando el estado actual de la praxis integracionista regional, cimentada sobre una diversidad de mecanismos sub-regionales de cooperación e integración a la cual se le suma una fuerte pugna ideológica en torno al propósito real de las diferentes formas de asociación interestatal, se hace necesario resaltar la centralidad que continúa revistiendo el Estado-Nación en su rol como articulador de estas unidades políticas que van más allá de sus fronteras, pero que al mismo tiempo no consiguen cimiento sin una previa planificación o voluntad a nivel de "lo estatal", siendo así evidente que la construcción de cualquier espacio o régimen regional latinoamericano, no sería posible sin tomar en cuenta el papel del Estado. Sin embargo, se hace necesario repensar sobre los motivos que han llevado a los Estados-Nación latinoamericanos a pensar la Integración Regional, los cuales, en un esfuerzo simplista de análisis, nos lleva a dos "caminos" fuertemente divergentes: la lógica de los pragmatismos histórico-estructurantes por un lado, y la visión político-estratégica del otro.

En relación a la primera, la configuración de un sistema internacional jerárquico, expansivo y con alternabilidad de hegemonías, de origen eurocéntrico/moderno y westfaliano, circunscribió a América Latina en el circuito de relaciones de poder centro-periferia, donde las interacciones de poder global se naturalizaron en torno al dualismo de un "todo" en función de sus partes. Claro está afirmar que esa totalidad sistémica sería definida desde el *locus* de enunciación europeo en primer momento, para luego transitar de mano en mano a través de las diferentes transiciones hegemónicas (Arrigui, 1996). En la visión de Restrepo y Rojas (2010, p.106), el poder es comprendido como una heterogeneidad histórico-estructural, ya que

* Licenciado en Estudios Internacionales (Universidad Central de Venezuela). Estudiante de Maestría en Integración Contemporánea de América Latina (Universidade Federal da Integração Latino-americana) Becario OEA-GCUB. Correo electrónico: armandojgarcia91@gmail.com

> Lo que está en debate aquí es la forma de entender la relación entre el todo y las partes, y la posibilidad de descifrar las causas que permiten la existencia del todo a través del tiempo, a pesar de la heterogeneidad de sus partes. Si existe un elemento que permite entender la permanencia de una determinada formación social a través del tiempo, ese es el poder; pero no un poder en abstracto, sino un poder operando en relaciones concretas.

Por consiguiente, la visión predominante de la teoría de integración en América Latina desde su estudio a mediados del siglo XX, tomó en cuenta las nuevas formas de hegemonía diseñadas alrededor del proceso de expansión del capital monopolista y la necesidad de integrarse a un "mercado mundial" competitivo, siendo así que los países latinoamericanos y en particular sus fracciones de clase burguesas en el poder, vieran en la lógica de los pragmatismos del sistema capitalista, una necesidad de unión, así fuese temporal, para no quedarse rezagados en el progresivo proceso de construcción de "regionalismos" que permitieran, por un lado, conseguir mejores posiciones de inserción internacional y por otro, recibir los beneficios inherentes de la acumulación desde una posición dependiente[1].

Esta tendencia dominante en la integración latinoamericana, también llamada "viejo regionalismo" por parte de los críticos post-liberales, se cimentó bajo la adopción de un modelo rígido de integración fundado a partir de la experiencia europea de segunda mitad del siglo XX, y que encontró en Béla Balassa (1961 [2013]) uno de sus máximos difusores. En ese sentido, el modelo de integración europeo derivado de la Firma del Tratado de Roma de 1957 fue considerado como el proceso natural de asociación integracionista por estadios, que partirían de una zona de libre comercio, pasando por una unión aduanera, un mercado común, una unión económica para finalmente alcanzar la utopía de una unión política. Esos procesos circunscritos en la academia liberal de teoría de la integración, marcarían un proceso de normalización disciplinar[2] en todos los regionalismos en América Latina tendientes a construir mecanismos de integración, los cuales de por sí no copiaban las mismas condiciones estructurales y funcionales del modelo clásico europeo.

Por otro lado, en cuanto al segundo camino que ha llevado a los Estados-Nación de América Latina a pensar la Integración Regional, el cual aquí denominamos como visión político-estratégica, tiene una fundamentación en términos históricos igualmente importante, pero, a diferencia del modelo dominante antes abordado, su *locus* de enunciación parte desde la propia realidad latinoamericana, y en particular, se origina

1. Esta visión pragmática frente a las posibles amenazas o peligros de un mundo en continuo movimiento o progreso "linear" es lo que Foucault (1979 [2008], p.90) asocia como principio fundamental del arte liberal de gobernar. En palabras del autor: "*podemos dizer que, afinal de contas, o lema do liberalismo é "viver perigosamente". (...) E é essa espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo."*
2. Concepto desarrollado por Foucault (1978 [2008])

en el seno de la élite política dominante dentro de los Estado-Nación de mediados del siglo XX, y la que se pudiera considerar como primera tentativa de integración autónoma de la región. Estamos hablando de la visión del desarrollismo nacional burgués-populista que encontró en figuras como Celso Furtado (1974) y Raúl Presbich (1982), unos de sus principales exponentes teóricos, así como un fuerte cimiento institucional por medio de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) creada en 1948.

En torno a la evolución de este pensamiento latinoamericano de integración, cabe acotar que, la formulación contemporánea de una visión político-estratégica de América Latina, no es exclusiva del campo del estudio de los procesos de regionalización e integración, siendo que desde la perspectiva decolonial se ha resaltado la importancia de las unidades heterogéneas guiadas por regímenes institucionales, como vía para alcanzar niveles de movimiento dentro de un sistema mundializado de poder. Según Quijano (2000, p. 351),

> […] para que una estructura histórico-estructuralmente heterogénea tenga el movimiento, el desenvolvimiento o, si se quiere, el comportamiento de una totalidad histórica, no bastan tales modos de determinación recíproca y heterogénea entre sus componentes. Es indispensable que uno (o más) entre ellos tenga la primacía (…) pero no como determinante o base de determinaciones en el sentido del materialismo histórico, sino estrictamente como eje(s) de articulación del conjunto. De ese modo, el movimiento conjunto de esa totalidad, el sentido de su desenvolvimiento, abarca, trasciende cada uno de sus componentes. Es decir, determinado campo de relaciones sociales se comporta como una totalidad.

Siendo así que hablar de América Latina como una totalidad, tomando en cuenta su realidad interior caracterizada en la actualidad por una diversidad de esquemas de integración subregional, representa el enfoque básico para comprender la visión político-estratégica de una integración regional en el siglo XXI, la cual, empezó a ser pensada e implementada a comienzos de nuestro siglo por la clase política dentro del Estado burgués, en lo que se denomina como la ola progresista. En relación a esta visión, Rojas Aravena (2012, p.16) señala que

> La integración debe constituirse en un proyecto político estratégico, y la base esencial para ello es pensar y sentir de manera compartida, para construir una voz común en áreas sustantivas que permitan alcanzar las metas antes señaladas. Este proyecto político estratégico promovido por los procesos de integración resulta necesario en tiempos de globalización.

Asimismo, Raphael Padula (2013, p.32, *apud* Wexell Severo, 2015, p. 51), afirma que

> O segundo caminho possível para a integração regional admite as relações conflitantes e hierárquicas pelo poder e a riqueza dentro do Sistema. Interpreta que com a integração se busca, em última instância, alcançar maior projeção e influência, mais autonomia político-estratégica e a superação das vulnerabilidades interna e externa (Padula, 2013, p.32). Esta alternativa pode ser denominada como "projeto periférico contestador ao centro".

En base a estos enfoques del concepto, partimos de la idea de que una integración latinoamericana debe ser concebida, en primera instancia, como un proyecto compartido entre los Estados-Nación, con una visión de largo plazo y una estrategia común de acción para alcanzar mayores grados de autonomía sistémica y desarrollo interno. Sin embargo, dados los altos niveles de regionalización a lo interno de la región producto de la presencia de diversos bloques sub-regionales de integración con distintas orientaciones políticas de bloque, se plantea la evaluación del sistema regional latinoamericano en tres niveles estructurantes, manteniendo, y aquí se resalta nuevamente a este punto, al Estado-Nación como pivote esencial de un proyecto político-estratégico.

El nivel estatal: el papel del Estado en el regionalismo latinoamericano

Siguiendo la perspectiva de Mabel Thwaites Rey (2005), el Estado puede ser concebido como el lugar de lo nacional, opuesto a lo foráneo, a todo aquel orden que trasciende su control e influencia. Sin embargo, esa perspectiva permite reafirmar la centralidad política del Estado que ve en la integración regional o en todo aquel proceso de asociación inter-estatal, una herramienta para fortalecer su autonomía periférica frente al centro del sistema regional y mundial, así como su desarrollo interno. Por lo tanto, fue precisamente la perspectiva estado-céntrica de la integración regional, en una visión político-estratégica que aquí defendemos como la otra vía distinta a la de la lógica de los pragmatismos histórico-estructurantes, la que comenzó a tener cabida en América Latina después del fin de la Segunda Guerra Mundial por medio de las ideas de la CEPAL y los defensores del nacional-desarrollismo, quienes, acorazados en la necesidad de fortalecer el papel del Estado en la conducción política y económica de los países de la región, vieron en la integración productiva, una vía para alcanzar mayores niveles de desarrollo nacional de las economías.

No se puede dejar por lado, que el Estado-nación latinoamericano de segunda mitad del siglo XX, perfeccionaba a lo interno los mecanismos democráticos burgueses de representación, bajo los llamados "populismos", sobre los cuales se articulaba una cohesión entre las élites burguesas gobernantes y la sociedad civil. Precisamente, esa élite burguesa se apegaría al ideal del desarrollo promovido desde el centro hegemónico de poder global que emergía en el nuevo orden mundial (EEUU), para adoptarlo bajo un enfoque *autonomista*[3], según defienden sus teóricos, y promover así el desarrollo nacional por medio de la industrialización por sustitución de importaciones. En tal

3. Sobre este punto, años después, los llamados teóricos de la dependencia, criticarían el concepto de autonomía burguesa nacional-populista planteada por los "desarrollistas", puesto que el proyecto burgués de desarrollo siempre estaría subordinado a la lógica del capitalismo dependiente. En tal sentido, Vania Bambirra (1978, p.13), expresa que "el aspecto común más relevante de la teoría de la dependencia es sin duda el cuestionamiento de la posibilidad de desarrollo nacional, autónomo (fíjense bien: autónomo)".

sentido, comienza a dibujarse el papel central del Estado en el proceso de desarrollo nacional como instancia primaria para poder cambiar la estructura del sistema internacional que posicionaba a América Latina en una posición periférica. Según Leonardo Granato (2014, p.34),

> *Na visão de Prebisch, a superação das assimetrias básicas do sistema internacional exige não somente uma mudança na estrutura econômica internacional, mas também um esforço por transformar as estruturas dos países periféricos, favorecendo um "desenvolvimento endógeno", centrado no próprio Estado. A partir daí advém a importância decisiva de "programar" ou "planejar" o desenvolvimento e de desenhar estratégias estatais explícitas*.

Por otro lado, el propio autor (*ídem*, p. 33-34), hace referencia al concepto de "densidad nacional" propuesto por Aldo Ferrer (2004), para afirmar que el Estado articula y organiza el proceso de acumulación (de capital, de conocimiento, tecnología, etc) en su sentido amplio, a los fines de lograr un desarrollo por medio de la transformación de la economía y sociedad. Asimismo, extrapola este proceso organizativo de la acumulación capitalista que ocurre en primera instancia a escala nacional (densidad nacional), para luego implementarlo en el contexto del proceso de integración regional, es decir, a escala regional (densidad regional), elementos que serán abordados seguidamente en este artículo en lo que se denomina como el nivel sub-regional y sistémico. Sobre esta lógica, es necesario recordar que según Poulantzas (1979), el Estado es una compactación de relaciones sociales, a partir de la cual, pueden atribuirse lógicas organizativas del proceso de acumulación, tal como se describe en el nivel estatal.

El nivel sub-regional pluridiverso: la convergencia inter-estatal de la integración por medio de mecanismos de regionalización con Estados pivotes

Elevando el nivel de análisis en la construcción y definición de un proyecto político estratégico de integración latinoamericano bajo la centralidad del Estado, se hace necesario recordar que a partir de la década de 1970, la integración defendida por la visión desarrollista y nacional-populista, empezó a mostrar signos de debilidad estructural producto, en primer lugar, del revés político del movimiento desarrollista autónomo frente a la profundización del modelo neoliberal de desarrollo a través de la asociación de los sectores militares de la región con el capital monopolista estadounidense, y en segundo lugar, por el alto grado de asimetrías de los Estados latinoamericanos respecto a las ganancias relativas de un proceso de integración. En cuanto al segundo punto, nos referimos claramente a la presencia de grandes economías nacionales como Brasil, Argentina y México, frente a países de mediano desarrollo y aquellos con menor desarrollo relativo, como Paraguay, El Salvador, Ecuador, por citar algunos.

En la práctica, esquemas como la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) fundada en 1960 por el tratado de Montevideo y bajo inspiración del pensamiento de la CEPAL, terminó reformulándose hacia la ALADI (1980) con un enfoque que privilegiaba la conformación de regímenes subregionales, así como el nacimiento de otros mecanismos de este alcance como la CAN o el CARICOM. En la actualidad, se evidencia un sistema de integración latinoamericano fragmentado en diversos bloques subregionales, producto de la evolución paulatina de los regionalismos en el sistema internacional y que al comienzo de este ensayo se asoció a la estructura de un mercado global que fue progresivamente imponiendo sus reglas, instituciones y estilo de gobernanza, separando a América Latina de la vía de integración político-estratégica. Sin embargo, la posibilidad de reorganización de los Estados latinoamericanos frente a este orden de asociación inter-estatal que privilegia la conformación de bloques de integración entre países con similitudes geográficas, productivas y comerciales, encuentra un potencial unificador en medio de la diversidad y pluralidad de enfoques. Ante este panorama, los postulados de la inflexión decolonial como pensamiento latinoamericano, refieren a la idea de una política de la pluriversalidad que bien podría encontrar asidero en la definición de una teoría de la integración latinoamericana del siglo XXI. Según plantean Restrepo y Rojas (2010, p.21),

> En este sentido la inflexión decolonial refiere una ética y una política de la pluriversalidad. En oposición a diseños globales y totalitarios en nombre de la universalidad (que fácilmente corren el riesgo de hacer a un particular eurocentrado representar lo universal), la pluriversalidad constituye una apuesta por visibilizar y hacer viables la multiplicidad de conocimientos, formas de ser y de aspiraciones sobre el mundo. La pluriversalidad es la igualdad-en-la-diferencia o, parafraseando el eslogan del Foro Social Mundial, la posibilidad de que en el mundo quepan muchos mundos.

Sería la pluriversalidad latinoamericana de regímenes de integración, los que podrían transformar la lógica del concepto de multipolaridad regional (imperante en las relaciones internacionales como forma de describir un mundo guiado por el conflicto antagónico de intereses nacionales) a un enfoque diferente que privilegia a la diversidad sub-regional como sinónimo de igualdad e inclusive como factor de unidad política. Ahora bien, la pluriversalidad integracionista regional no responde a una lógica asociativa supra-estatal, sino que se cimienta sobre la capacidad de ciertos Estados de convertirse en interlocutores claves del bloque subregional al cual pertenecen, en virtud de que este espacio se construye por medio de un regionalismo "capitaneado" alrededor del "líder" más próximo[4], y sobre el cual se establecen consensos que reproducen la

4. Wexell Severo (2015, p.54), en referencia a Raphael Padula, expresa que *"Neste ponto, também cabem as observações de Padula (2010, pp.78-79): Quando a integração envolve países periféricos com significativas assimetrias (políticas, econômicas, comerciais, tecnológicas, etc.), os ganhos políticos e econômicos conjuntos dependem assim da postura particular do(s) país(es) de maior peso político e econômico (...)"*

estructura y la dinámica intra-estatal de hegemonía (a diferencia que la coerción en los regímenes internacionales de integración se materializa en los "riesgos" y "amenazas" de abandonar determinado esquema por sobre los beneficios que este otorga a cierto Estado en términos de su inserción internacional.

Sin embargo, esta lógica hegemónica que se reproduce a lo interno y externo de cada Estado nación, buscaría, en medio de la pluriversalidad regional, emplear el liderazgo de ciertos Estados como factor aglutinante que permita la convergencia estructural y funcional entre los distintos mecanismos sub-regionales. Cabe acotar que la problematización del Estado interlocutor o líder en un mecanismo sub-regional, debe permitir establecer la diferencia entre los conceptos de lideranza, hegemonía y dominio abierto, resaltando el empleo del primero como el que más se adapta al presente modelo de asociación inter-estatal latinoamericano, pues en palabras de Wexell Severo (2015, p. 55), *"(...)ficará evidente a diferença entre <Liderança>, processo em que todos ganham; <Hegemonia>, processo em que um país domina com consentimento dos demais; e <Domínio aberto>, processo de dominação sem consentimento e por meio da força política, econômica ou militar".*

En tal sentido, estos Estados interlocutores establecen lazos dialogantes con los otros Estados líderes de mecanismos sub-regionales vecinos, para establecer una red de "intereses", la cual será en mayor o menor grado eficiente dependiendo del nivel de consenso existente entre las élites políticas de los Estados líderes por un lado, y por el otro, a lo interno de cada Estado, por medio del nivel de canalización que determinado tema genere alrededor de las instituciones del aparato estatal, ya que "la expansión del aparato estatal deriva del creciente involucramiento de sus instituciones en áreas problemáticas (cuestiones) de la sociedad, frente a las que adoptan posiciones respaldadas por recursos de dominación que expresan un viable grado de coerción o consenso" (Ozslak, 1984, p. 286 *apud* Thwaites Rey, 2005, p.29)[5]. Por consiguiente, se puede establecer, a los fines de explicitar el modelo y sin el propósito arbitrario de simplificar el conjunto de interrelaciones sub-regionales, la siguiente caracterización de actores estatales, sobre los cuales se articulan consensos en un plano de integración subregional pluridiverso:

5. Resaltando nuevamente en este punto, que la lógica hegemónica a lo interno de cada Estado no pretende reproducirse a lo externo en el mismo sentido estricto de una hegemonía, sino por medio de un proceso de lideranzas sub-regionales.

Tabla 1: Estados Líderes en los mecanismos de Integración sub-regional de América Latina

Mecanismo sub-regional	Estado con vocación de "líder" del grupo
Sistema de Integración Centroamericana (SICA)	Panamá
Comunidad del Caribe (CARICOM)	Trinidad y Tobago
Comunidad Andina de Naciones (CAN)	Colombia
Mercado Común del Sur (MERCOSUR)	Brasil
Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR)	Brasil
Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestramérica (ALBA)	Venezuela
Alianza del Pacífico	México/Chile

Fuente: elaboración propia

La interlocución entre estos Estados líderes que articulan consensos alrededor de los mecanismos sub-regionales de los cuales forman parte, representa una visión teórica fundamental para comprender y posibilitar la convergencia estructural y funcional de los mecanismos sub-regionales de integración en América Latina durante el siglo XXI, en lo que se denomina como ola de integración post-liberal o post-hegemónica. Esta convergencia, partiendo de la centralidad del Estado, es abordada por Granato (2014, p.41-42), quien, haciendo alusión al pensamiento de Felipe Herrera (1971), expresa que:

> *Nas palavras do próprio Herrera, a convergência é: lógica consequência do processo de autoafirmação nacional, já que somente através daquela os atores do processo podem dar respostas que estimulem o processo da região em seu conjunto, e sobretudo fortalecer os valores culturais próprios e traçar uma estratégia que lhes permita incrementar sua presença e capacidade de negociar frente a países terceiros.*

Finalmente, el propósito de estas lideranzas estatales dentro de un proceso de integración pluridiverso, buscaría impulsar y favorecer las ganancias políticas y económicas de los demás países de la región, en los términos que Raphael Padula, (2010, p.79 *apud* Wexell Severo, 2015, p. 56) define como *"Uma liderança cooperativa, na qual a expansão do líder impulsiona ganhos políticos e econômicos recíprocos dos países e do conjunto, reduzindo as assimetrias pré-existentes, na medida do possível".*

El nivel Sistémico: la autonomía de América Latina como región integrada y el papel de la CELAC en un nuevo regionalismo des-fragmentado

Si bien el concepto de autonomía planteado inicialmente por los defensores de un desarrollismo nacional burgués-populista en la década de los años 50 y 60 fue fuertemente criticado por los teóricos de la Dependencia, este concepto ha sido readaptado en la corriente de la economía política internacional (E.P.I) que intenta explicar la naturaleza de una visión político-estratégica de la integración latinoamericana, al vincular la perspectiva realista de las relaciones internacionales con el enfoque estructuralista de la propia E.P.I; una doble visión teórica que fue inicialmente expuesta por los llamados "realistas de periferia" como Helio Jaguaribe (1979) y Juan Carlos Puig (1986).

La autonomía política regional en los términos aquí defendidos, sólo se materializa por medio de su tratamiento en un nivel sistémico, que coloca a la propia América Latina en su centro de análisis, pensándola de manera continental como unidad geopolítica (Herrera, 1964; DevésVaçdez, 2000). Esta especie de orden autónomo regional de países periféricos y semi-periféricos, de naturaleza pluridiversa y circunscrito en un mundo multipolar, sería la base política que permitiría, transformar los regímenes internacionales más allá de las fronteras de América Latina.

Finalmente, en torno al debate de la autonomía a un nivel sistémico-regional, se hace necesario reafirmar el enfoque del concepto de autonomía relacional propuesto por Russell y Tokatlian (2002) y el cual visibiliza en un nivel sistémico del análisis que ahora se aborda, la vinculación de la pluriversalidad subregional liderizada por Estados interlocutores, como régimen institucional que permite la instalación de una gobernanza regional en la macro región de América Latina. Según Granato (2014, p.50),

> *Já no século XXI, Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlian conceberam o conceito de autonomia relacional, definido como "a capacidade e disposição de um país para tomar decisões com outros por vontade própria, bem como para fazer frente, de forma conjunta, a situações e processos ocorridos dentro e fora de suas fronteiras*" (Russell; Tokatlian, 2010, p. 130, tradução nossa).

Una vez hecha la consideración en torno a la autonomía de América Latina, desde una perspectiva clásica del concepto hasta elevarlo como un "todo" relacional, la teorización de una integración político-estratégica hecha en este ensayo, desde el nivel Estatal, pasando por el nivel subregional inter-estatal hasta llegar al nivel sistémico (siempre abordando el proceso desde la centralidad del Estado), nos coloca en la ardua y expresa tarea de encontrar fórmulas políticas estructurales y funcionales que conciban a la región latinoamericana como un todo, en función de sus partes constitutivas; un esfuerzo que desde varios frentes, nos lleva a teorizar más allá de los límites.

Retomando el enfoque decolonial que estudia las relaciones de poder y dominación desde la perspectiva de un sistema mundo capitalista, las unidades histórico-estructurales que este aparato de poder define y "espacializa" a nivel global, se caracterizan por su heterogeneidad de determinaciones; las cuales por su propia naturaleza,

> (…) no pueden ser, unilineales, ni unidireccionales. Y no sólo son recíprocas. Son heterogéneas, discontinuas, inconsistentes, conflictivas, como corresponde a las relaciones entre elementos que tienen, todos y cada uno, tales características. La articulación de heterogéneos, discontinuos y conflictivos elementos en una estructura común, en un determinado campo de relaciones, implica, pues, requiere, relaciones de recíprocas, múltiples y heterogéneas determinaciones (Quijano, 2000, p. 351).

Sin embargo, como ya vimos, la heterogeneidad no necesariamente es sinónimo de desorden en un orden regional comprendido por mecanismos subregionales que bajo la misma óptica decolonial definimos como "pluridiversos". La trascendencia de un "todo" relacional que representa más que la suma de sus partes pero que no se articula si prescinde de cualquier de ellas, es lo que se observa en el actual panorama latinoamericano que institucionalizó a la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) a partir del año 2010. Revisando el propósito fundacional de la comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), se identifican los objetivos políticos del entonces denominado Grupo de Río, heredados en su mayoría por esta nueva estructura de integración, los cuales definían las siguientes orientaciones:

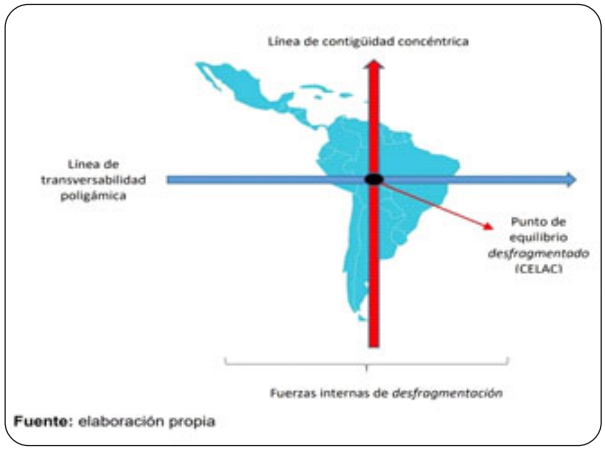
a) diálogo y concertación política; b) interlocución con otros actores; c) concertación de posiciones comunes en foros internacionales; d) impulso a la agenda latinoamericana y caribeña en foros globales; e) posicionamiento de América Latina y el Caribe ante acontecimientos relevantes y f) convergencia de mecanismos subregionales de integración. (Rojas Aravena, 2012, p. 19)

En tal sentido, los objetivos del nuevo mecanismo regional, resaltan su configuración como espacio de convergencia de los diferentes esquemas subregionales de integración, a los fines de establecer un espacio común de integración, cooperación y concertación. Es sobre este nuevo panorama regional de América Latina que surge la emergencia de un regionalismo del siglo XXI que se adapte a esta visión sistémica fundada sobre la primacía de cada uno de los Estados latinoamericanos y de su convergencia interestatal por medio de bloques subregionales. Así, proponemos el concepto de desfragmentación como nuevo enfoque analítico que describe a este particular regionalismo basado en la unidad en la diversidad. La *des-fragmentación* en América Latina y el Caribe, adaptando su etimología de las ciencias informáticas[6], permite identificar una

6. El término desfragmentación, por su etimología, es empleado en la informática, definiéndose como un "Proceso en el que se organizan las fracciones de un archivo que se encuentran esparcidas por el disco duro de un dispositivo electrónico. Esto se hace con el fin de que el acceso al mismo sea mucho más

región fragmentada por diversos bloques sub-regionales de integración de diversa orientación (archivos individuales), donde, su contigüidad geográfica y homogeneidad política y socio-cultural, representa un potencial unificador (disco o unidad recipiente).De tal manera, la constitución de la CELAC, representa una oportunidad para someter a estos diferentes espacios sub-regionales, a un proceso de des-fragmentación, es decir, de "acomodación" de las partes para que no existan "vacíos" jurídico-normativos, institucionales y funcionales, de manera que la región latinoamericana sea proyectada, por cada uno de los Estados y organismos subregionales, como un espacio unificado para la acción internacional en el marco de un sistema global multipolar, siendo que gracias a la diversidad, se encuentra la fuerza de su cohesión. Por consiguiente, se presenta el siguiente esquema que posibilita sentar las bases teóricas de un regionalismo des-fragmentado en América Latina y el Caribe:

Imagen 1: el nuevo modelo de regionalismo des-fragmentado



Fuente: elaboración propia

Línea de contigüidad concéntrica: Por medio de una teoría de círculos concéntricos (Silva Barros & S. Ramos, 2013) o de integración por escalas, de naturaleza progresiva, evidenciada en las lógicas constitutivas del MERCOSUR, en primer nivel, de la UNASUR y luego con la CELAC, posibilitan la existencia de una contigüidad regional, conformada por las tres principales iniciativas y bloques de América Latina con simetrías dentro de una etapa de integración post-liberal, estableciendo prioridades y ritmos a estos proyectos integracionistas.

rápido y sencillo, además de que no existan "vacíos" de información en determinadas partes. Este problema de almacenamiento no contiguo es denominado "fragmentación", y ocurre porque los archivos no quedan en áreas continuas, debido a la incorporación y eliminación constante de archivos de un disco duro". (CONCEPTODEFINICION.DE, 2018).

Línea de transversabilidad poligámica: La opción poligámica de integración, de tipo abierto, priorizando el libre mercado como estrategia de inserción internacional, podemos evidenciarla a niveles vinculantes en la Alianza del Pacífico y la Comunidad Andina de Naciones (CAN), y en menor grado en el Sistema de Integración Centroamericano (SICA) y el CARICOM. Retomando la definición del concepto de modelo poligámico propuesta por Comini y Frenkel (2014, p.60), el modelo de inserción internacional poligámico se fundamenta en una estrategia de transversalidad que prioriza el mercado internacional e implica negociaciones simultáneas con actores de los niveles global, hemisférico y regional. En ese sentido, la dirección de transversabilidad de esta línea, parte de su lógica de elevar a un mismo nivel estratégico las negociaciones intra-bloque y extra-bloque, priorizando el eje económico comercial sobre el político (característico éste último, de los modelos insertos en el eje de contigüidad concéntrica).

El punto de equilibrio "desfragmentado" (la CELAC): En el centro del cuadrante, de acuerdo a la imagen 1, se cruzan ambas líneas regionales, definiendo un punto de equilibrio entre los diferentes esquemas de integración sub-regional. Así entonces, habiendo revisado anteriormente el propósito fundacional de la CELAC, se identificaron, entre los objetivos políticos del naciente bloque, su propósito de fungir como espacio de coordinación y convergencia entre los variados mecanismos de integración subregional.

Autonomía y Des-fragmentación

Ahora bien, queda demostrado que la multipolaridad global, representa en sí un factor de autonomía potencial (PUIG, 1986) para los países de América Latina, quienes, a pesar de estar inseridos en la estructura de un sistema mundo que privilegia relaciones de centro-periferia, podrían encontrar en las propias características de la multipolaridad, niveles importantes de permisividad internacional (JAGUARIBE, 1979) que les permitan "moverse" a lo largo de la estructura del sistema internacional. Juan Carlos Puig (1986, p.50), en referencia al concepto de permisividad internacional acuñado por Jaguaribe (1979), expresa que:

> Las revisiones críticas de la teoría de la dependencia, desde un ángulo visual progresista, o sea, que no descartan la posibilidad relativa de la autonomización, se dan ahora con frecuencia. Helio Jaguaribe es uno de los especialistas que ha pugnado con tenacidad por demostrar empírica y teoréticamente, global y coyunturalmente, la existencia de tal posibilidad que fluye principalmente, desde el punto de vista externo, de lo que él llama la "permisividad" del sistema internacional.

En ese sentido, el actual sistema regional latinoamericano, de naturaleza des-fragmentada, podría adecuadamente aprovechar la presencia de un régimen internacional multipolar que imposibilita una hegemonía absoluta, para desarrollar políticas autonomizantes a nivel de la coordinación interestatal, y que, en el seno de este nuevo

regionalismo, podría instrumentalizarse a través del eje de transversabilidad poligámica de la integración regional, donde, mecanismos como la Alianza del Pacífico (AP) o la Comunidad Andina de Naciones (CAN) posibilitan la apertura de negociaciones extrabloque a distintos ritmos y velocidades, en condiciones de geometría variable (Comini& Frenkel, 2014). Este eje en cuestión, permitiría entablar relaciones de interdependencia con el sistema internacional, visibilizando una integración interdependiente en los términos planteados por Puig (1986), mientras que, la presencia de un eje de contigüidad concéntrica, de acuerdo al enfoque de círculos concéntricos de integración planteada por Silva Barros y Ramos (2013), posibilitaría a través de la tríade MERCOSUR-UNASUR-CELAC, una integración solidaria en términos de valores compartidos[7] y visión contestadora frente a los países centrales del sistema-mundo. Esta doble dimensión de la integración, en términos de "solidaridad" e "interdependencia" desde la visión latinoamericana, permite que la interrelación entre ambas tendencias o ejes pueda producir una nueva dinamicidad en las relaciones inter-estatales de la región, y a partir de éstas, con el resto del sistema-mundo, siendo necesario que América Latina se muestre unida a los fines de lograr un mejor posicionamiento internacional que conduzca paralelamente a mayores niveles de autonomía real.

7. Respecto a la integración solidaria, Puig (1986, p 54) argumenta que el propio sistema internacional engendra características de solidaridad que pueden ser representadas a nivel del sistema regional latinoamericano, en virtud de la necesidad de orden y pacificación que procuran en conjunto los países de América Latina. Por otro lado, según Johan Galtung (1969, p.20), hay que diferenciar dos tipos básicos de similitud en torno a los cuales se pueden dar procesos de integración. "la similitud en cuanto a que los actores tienen un mismo status y la similitud en el sentido de que sostienen los mismos valores. En el primer caso, los actores se agrupan en virtud de encontrarse en posiciones similares dentro de estructuras sociales comparables, y por tal razón comparten perspectivas e intereses; en el último caso, la motivación que los impulsa a unirse radica en el hecho de que se comparten los mismos valores."

Referencias

ARRIGUI, G. *O Longo Século XX*. 3ª ed. Editora da Unesp, 1996.

BALASSA, B. *The Theory of Economic Integration*. New York: Routledge, Taylor&Francis Group, 2013.

BAMBIRRA, V. *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones ERA, 1978.

COMINI, N.; FRENKEL, A. Una Unasur de baja intensidad. Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. In: *Revista Nueva Sociedad* n° 250, pp. 58-77, 2014.

DEFINICION de desgfragmentar. Disponible en: <http://conceptodefinicion.de/desfragmentar/>. Acceso en: 31 mayo. 2018.

DEVÉS VALDÉS, E. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblos – Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica* (Curso dado no Collegue de France 1978-1979). São Paulo: Martin Fontes editora, pp. 71-101, 2008.

_____. *Segurança, Território, População* (Curso dado no College de France 1977-1978), São Paulo: Martin Fontes editora, pp. 72-116, 2008.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Económico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FERRER, A. *La Densidad Nacional: el caso Argentino*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004.

GRANATO, L. *A Integração na América do Sul em Discussão nos Governos do Brasil e da Argentina (2003-2010).* Rio de Janeiro: ediciones UFRJ, 2014.

GALTUNG, J. Una Teoría Estructural de la Integración. In: *Revista de la Integración*, n°5, 1969.

HERRERA, F. *América Latina Integrada*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1964.

HAAS, E. The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957. In: *Revista The Library of World Affairs*, Stanford University Press, tema 42, 1968.

JAGUARIBE, H. Autonomía Periférica y Hegemonía Céntrica. Ponencia presentada al Seminario *América Latina y el Nuevo Orden Económico Internacional*, Viña del Mar, CPU-RIAL, pp. 91-130, 1979.

PREBISCH, R. El Desarrollo Económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, A (org.). *La Obra de Prebisch en la CEPAL*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PUIG, J. Integración y Autonomía de América Latina en las Postrimerías del Siglo XX. In: *Revista Integración Latinoamericana de la Cátedra INTAL*, pp. 40-62, enero-febrero 1986.

POULANTZAS, N. *Estado, Poder y Socialismo*. 7ª ed. Siglo Veintiuno Editores, 1979.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: *Journal of World-System Research*. Vol. 2, pp. 342-386, 2000.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. 1ª ed. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

ROJAS ARAVENA, F. La Celac y la integración latinoamericana y caribeña. Principales claves y desafíos. In: *América Latina Hoy-Revista de Ciencias Sociales*, Salamanca-España, n° 60, pp. 16-27, 2012.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. De la Autonomía Antagónica a la Autonomía Relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. In: *Revista Perfiles Latinoamericanos, Flacso México.* Vol. 10, n° 21, pp. 160-194, 2002.

SILVA BARROS, P.; RAMOS, F. O Novo Mapa da Integração Latino-Americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013). In: *Revista IU-IMEA-UNILA*. Vol. 1 n° 2, pp. 7-20, 2013.

THWAITES REY, M. Estado: ¿Qué Estado?. In: THWAITES REY, M.; LÓPEZ, A (ed.). *Entre tecnócratas globalizados y políticos clientelistas, Derrotero del ajuste neoliberal en el Estado argentino*. Buenos Aires: Prometeo, pp. 21-41, 2005.

WALLERSTEIN, I. *Análisis de Sistemas-Mundo: Una Introducción*. 1ª ed. Siglo XXI de España Editores, S.A, 2005.

WEXELL SEVERO, L. *Integração Econômica e Desenvolvimento da América Do Sul: O Brasil e a esDconstrução das Assimetrias Regionais*. Rio de Janeiro: ediciones UFRJ, pp. 22-56, 2015.

Integração regional como epistemologia do sul

Carolina Albuquerque Silva*

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão teórica sobre o regionalismo autonomista surgido na América do Sul nos anos 2000 que permita um melhor entendimento das dimensões sociológicas do fenômeno, de modo a enriquecer as análises tradicionais elaboradas nos marcos das relações internacionais. O objeto de análise são as instituições intergovernamentais que deram forma a este regionalismo – ALBA, UNASUL, CELAC[1] – que, diferentemente de instituições anteriores, incorporaram em sua agenda temas geopolíticos, sociais e identitários. Elementos que antes recebiam escassa ou nenhuma atenção, como as políticas sociais e culturais, entraram na pauta regional, assim como questões ligadas à geopolítica da região e à cooperação militar sem a participação dos EUA.

O regionalismo dos anos 2000, articulado pelos governos progressistas eleitos no período, foi o resultado de um exercício de maior autonomia frente aos países centrais, por meio da priorização da integração regional dentro das estratégias de inserção internacional, com a intenção de colocá-la a serviço dos projetos nacionais em marcha e de dotá-la de novos princípios, conteúdos e atores, bem como de ampliar o espectro de atores sociais que se favorecem do esforço de integração, para além das grandes empresas, beneficiárias tradicionais do regionalismo aberto.

Tanto o Estado como a região se converteram novamente em elementos importantes na redefinição dos projetos políticos dos países latino-americanos. Tal mudança de orientação política levou a que, naquele momento, o panorama geopolítico sul-americano permitisse o surgimento de esquemas de integração regional funcionais às (diferenciadas entre si) pretensões autonomistas dos governos da Argentina, Venezuela e do Brasil, da mesma forma como, nos anos 1990, o regionalismo aberto havia sido funcional ao receituário neoliberal dos governos de turno.

O desafio que se interpõe a tais expectativas de pesquisa tem a ver com a obsolescência das categorias de análise tradicionais sobre o regionalismo latino-americano, muitas vezes importadas de fora, centradas na dimensão comercial da integração e no debate sobre "protecionismo versus abertura".

---

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA/UnB. E-mail: carolina.albuquerque@gmail.com

1. A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) foi criada em 2004, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008 e a Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC), em 2011.

Retomamos aqui a proposta da argentina Maristella Svampa que, em obra sobre as tendências atuais dos debates latino-americanos no campo das ciências sociais, publicada em 2016, destaca três eixos de análise: (i) os debates latino-americanos e seus problemas de acumulação; (ii) as principais perspectivas críticas atuais e (iii) temáticas-chave no contexto atual do desenvolvimento da teoria social latino-americana, principalmente em suas vertentes críticas: questão indígena; conceito de desenvolvimento; geopolítica; dependência e novos populismos (Svampa, 2016). O que cumpre argumentar é que todas essas temáticas fazem parte do universo do debate contemporâneo sobre a integração regional latino-americana, especialmente daquele desenvolvido com base em perspectivas críticas. Abaixo relacionaremos brevemente a temática da integração regional com os dois primeiros eixos elencados por Svampa. Já o debate sobre os temas-chave das ciências sociais em nossa região na atualidade permeiam todo o texto.

A questão dos debates latino-americanos e de seus problemas de acumulação está relacionada ao déficit de acumulação na teoria social latino-americana, à dificuldade de construir um legado e aos processos de invisibilização e expropriação epistêmica a que as tradições teóricas latino-americanas foram historicamente submetidas, em campos como os da economia, filosofia e sociologia. O mesmo se pode afirmar a respeito das correntes teóricas tradicionais da integração regional, especialmente no âmbito das relações internacionais, que são focadas no caso europeu e, em sua maioria, apresenta debilidades no que concerne à explicação dos regionalismos na América Latina (Devez-Valdez, 2013). Isso faz com que a importante produção autóctone sobre tais temáticas, principalmente nos campos da economia política e das relações internacionais, acabe por ser invisibilizada. Dentre os aportes tipicamente latino-americanos para o debate sobre a inserção da região no sistema internacional, destacamos, nos anos 1950-1970, o pensamento cepalino de Raúl Prebisch e a teoria da dependência e, nos anos 1970-1980, o realismo periférico de Carlos Escudé e o autonomismo de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig; Os problemas centrais tratados por essas escolas foram, em primeiro lugar, o desenvolvimento e, em seguida, as questões da integração, da cooperação e da autonomia.

Por esse viés, o debate proposto está imbricado com a temática da assimetria dos fluxos de conhecimento entre Norte e Sul, das condições de hegemonia nas relações de conhecimento centro-periferia e com a forma como ela age em favorecimento da manutenção das condições de hegemonia no sistema-mundo e, portanto, da inserção periférica da América Latina e do Caribe nele.

Superar esse quadro implica em ser capaz de traçar as correspondências possíveis entre as teorias da integração regional e as perspectivas críticas atuais para o desenvolvimento das ciências sociais latino-americanas e de seus temas sensíveis. Essas perspectivas críticas compartilham características como o questionamento dos paradigmas

dominantes; o pluralismo epistemológico; a crítica aos dualismos e ao pensamento moderno e o compromisso com os setores subalternos. Nelas estão inseridos autores e autoras que se dedicam ao desenvolvimento das teorias feministas, étnico-raciais e ambientais, entre outros temas, com destaque para correntes teóricas que representam essas tendências gerais, tais como a teoria decolonial, em que despontam autores como Quijano, Dussell e Mignolo, e as epistemologias do sul de Boaventura Santos.

Geopolítica crítica e autonomia latino-americana: o lugar das políticas sociais e da sociedade civil no debate teórico sobre a integração regional

A partir deste contexto amplo de discussão, o que se propõe é um debate teórico que busca resgatar a teoria da *autonomia* (Jaguaribe e Puig), incorporando-a às novas contribuições da *geopolítica crítica* (Jaime Preciado Coronoado e Heriberto Cairo), que argumentam que as representações espaciais tradicionais sobre a região são eurocêntricas e fortalecem sua posição subordinada e dependente em relação ao sistema-mundo. Os blocos regionais autonomistas podem ser considerados, nesse sentido, como produtores de espacialidades que demandam maior autonomia da região frente aos processos do centro do sistema-mundo e, portanto, como prática espacial contra-hegemônica. O pano de fundo é, portanto, a teoria do sistema-mundo, tal como desenvolvida por Wallerstein e Arrighi.

A teoria da autonomia, tributária do pensamento cepalino sobre o desenvolvimento periférico, surgiu nas décadas de 1970 e 1980, tendo como expoentes o argentino Juan Carlos Puig e o brasileiro Hélio Jaguaribe. A produção intelectual destes autores contribuiu para o desenvolvimento das análises sobre a inserção latino-americana no sistema internacional, sobre a assimetria existente na relação entre a América Latina e os Estados Unidos e sobre a importância de considerar a integração regional como parte das estratégias de desenvolvimento dos Estados latino-americanos. Segundo esta linha de pensamento, integração regional e busca pela autonomia estão necessariamente relacionados com as experiências históricas dos países latino-americanos em sua lida contra o imperialismo e com as assimetrias da economia e da política mundial. Os preceitos autonomistas relacionavam-se à questão da ampliação das margens de manobra dos países periféricos em relação às imposições dos países centrais, especialmente no que se refere à execução de projetos nacionais de desenvolvimento via industrialização, que se desviam do estabelecido pela divisão internacional do trabalho (Tickner, 2012; Granato, Oddone e Battaglia, 2016).

A geopolítica crítica e suas implicações para a América Latina e o Caribe, por sua vez, tem sido objeto de trabalhos recentes do mexicano Jaime Preciado e do espanhol Heriberto Cairo, que argumentam que as representações espaciais tradicionais sobre a região são eurocêntricas e fortalecem sua posição subordinada e dependente em relação

ao sistema-mundo. Os blocos regionais autonomistas podem ser considerados, nesse sentido, como produtores de espacialidades que demandam maior autonomia da região frente aos processos do centro do sistema-mundo e, portanto, como prática espacial contra-hegemônica.

A partir do debate da geopolítica critica e das autonomias, Jaime Preciado tem trabalhado na construção de uma caracterização geral dos dois modelos distintos de integração que, aproximadamente entre os anos 2004 e 2014, se desenvolviam paralelamente na América Latina, conforme sintetizado abaixo (Preciado Coronado e Florido, 2013; Preciado Coronado, 2014):

1) *Esquemas de integração regional neoliberais*, que respondem à matriz Norte-Sul, como o NAFTA; a Aliança do Pacífico e a Parceria Transpacífico, as quais são impulsadas pelos Estados Unidos, com o objetivo de disputar a influência chinesa no mercado mundial e manter posições de poder consolidadas na região latino-americana. A integração neoliberal está relacionada ao imaginário pan-americanista/interamericanista e responde a três condicionantes: (i) a democracia liberal ocidental, centrada no Estado Nação; (ii) a adoção de medidas voltadas para a liberalização econômica e para a transnacionalização das corporações multinacionais, de acordo com o Consenso de Washington; e (iii) a geoestratégia de segurança estadunidense para a região da América Latina.

2) *Esquemas de integração pós-neoliberais ou autonomistas*, do tipo Sul-Sul, como nos casos da UNASUL, da CELAC (que seriam "pós-neoliberais") e da ALBA (que seria "contra-hegemônica"). Enquanto a integração neoliberal responde a um paradigma de democracia elitista e tecnocrática, os esquemas pós-neoliberais acrescentam a seus esquemas de governança experiências de democracia participativa, que em alguns casos dialogam com princípios de democracia comunitária de base étnica-nacional. Esta outra perspectiva latino-americana vem de tradições históricas autonômicas (bolivarianismo, martinianismo) que, entretanto, foram assumidas pelos países envolvidos de forma distinta: em alguns casos, desde práticas pragmáticas e nacionalistas (Brasil, por exemplo) e, em outros, a partir de uma retórica claramente confrontada com a manutenção das posições de poder dos EUA na América Latina e Caribe (casos da Venezuela e da Bolívia).

Além de Preciado, outros autores, como José Antonio Sanahuja, utilizam a terminologia integração "liberal" e "pós-liberal" (Sanahuja, 2009). É preciso ressalvar que, ao caracterizar o fenômeno como pós-(neo)liberal, estes especialistas não se referem a que o neoliberalismo tenha sido completamente abandonado pelos governos progressistas em sua condução dos assuntos econômicos e políticos em seus países ou na região. Pretendem, sim, assinalar as diferenças e rupturas entre o modelo de integração que passou a ser implantado nos anos 2000 em relação ao regionalismo aberto (neoliberal) dos anos 1990. Entretanto, mesmo novos organismos criados sob

a inspiração desse modelo contemporâneo de regionalismo, como a UNASUL e a CELAC, não estiveram isentos de conviver com práticas tendentes a fortalecer o tipo de inserção subalterna e periférica que é tradicional na região, especialmente ao priorizar um receituário neodesenvolvimentista no tratamento dos assuntos econômicos. Assim, preferimos a terminologia "regionalismo autonomista", menos controversa.

O que cumpre ressaltar aqui é que, desde uma perspectiva centrada na América Latina e Caribe, os organismos institucionais de integração regional foram, desde seus inícios na segunda metade do século XX, encarados como uma estratégia coadjuvante de suas políticas de desenvolvimento. No entanto, quer tivessem um caráter protecionista, como as iniciativas dos anos 1960, ou liberalizante, como as dos anos 1990, os esquemas de integração compartilharam, até os anos 2000, um viés eminentemente econômico-comercial. Iniciativas como ALBA, UNASUL e CELAC, contudo, são acordos políticos criados com a intenção de impactar de diferentes formas o futuro da região, envolvendo as dimensões geopolíticas, sociais, culturais e identitárias no debate sobre o desenvolvimento. Trata-se da criação de espaços que procuravam melhorar a posição negociadora da região no campo internacional e construir novos mecanismos de cooperação entre os países envolvidos. Neste sentido, apontam para uma concepção de integração multidimensional ou multipropósito.

A integração regional é, neste sentido, entendida também como um mecanismo para a implantação de políticas sociais comuns direcionadas a melhorar os padrões sociais dos países da região e a fomentar a perspectiva dos direitos. Segundo esta concepção, o avanço da interdependência econômica requer que as políticas públicas também transcendam os territórios, ajudando a corrigir distorções e projetando a construção de uma cidadania supranacional (Bringel e Falero, 2008). Transcender a geografia política interestatal, de modo a construir um universalismo básico transterritorial no que diz respeito às políticas sociais e de garantias de direitos é, sob esta ótica, um dos principais desafios da integração latino-americana – uma das regiões mais desiguais do planeta.

Os movimentos sociais têm um papel central na construção subjetiva da ideia de resolução de necessidades como um direito e não como produto de uma atividade mercantil. Assim, a dimensão social da integração implica necessariamente considerar as organizações e movimentos sociais que atendem não apenas a suas problemáticas locais, mas que enfrentam o desafio de incorporar o plano transnacional de atuação. Revela-se, desse modo, a urgência de incluir o conceito de sociedade civil, concebida como a soma de movimentos sociais e populares, organizações civis diversas e também como sociedade civil intelectual, na teorização sobre a integração regional, com o fim de tornar esta teoria apta para novos e diferentes desafios. A integração é assim concebida não apenas como ocupação dos Estados ou dos governos. Questiona-se a ideia de espaço mundial como espaço constituído essencialmente por Estados-nação,

o que gera uma naturalização destes, que passam a ser vistos como entes necessários, e não contingentes e historicamente marcados, como de fato são (Devés-Valdés, 2013; Bringel e Falero, 2008).

Conceber o local como referência de um imaginário socioespacial que pode afetar o processo de integração regional implica em considerar a questão das autonomias locais e do direito à autodeterminação, um debate que se fortaleceu na década de 2000 na América Latina, a partir de orientações e objetivos políticos diversificados, que podem ser tanto populares quanto elitistas. O grande exemplo do primeiro caso são os movimentos autonomistas indígenas, tanto os que tiveram impactos diretos nos processos constituintes de seus países – Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009)[2] – quanto os que não mantiveram uma articulação direta com o Estado, como no caso do movimento zapatista no México (Preciado Coronado e Uc, 2010b)[3].

Este debate traz à tona a crescente complexidade da questão territorial e o debate sobre as múltiplas territorialidades implicadas nas lutas sociais contemporâneas que enredam, de diferentes maneiras, o local, o nacional, o regional e o global. Nesse sentido, trata-se de enriquecer a análise sobre a integração regional a partir do reconhecimento do imaginário socioespacial do lugar e da localidade. A geopolítica crítica oferece ferramentas de análise adequadas para o entendimento desses processos sociopolíticos ao contextualizar a relação entre atores sociais e práticas espaciais que reconfiguram a localidade, o Estado nacional, a escala supranacional da integração regional e as relações local-global (Preciado Coronado e Uc, 2010b).

Preciado e Cairo têm se dedicado, na atualidade, à construção de uma agenda latino-americana para a geopolítica crítica. Para esses autores, uma das dimensões mais importantes do debate atual sobre a integração regional latino-americana e seu potencial como estratégia contra-hegemônica diz respeito à análise das práticas espaciais que produzem as representações dominantes, bem como daquelas que projetam novos

2. A Declaração da Cúpula de Caracas, aprovada pelos chefes de Estado da CELAC em 2010, aborda, no parágrafo 22, a temática dos Estados plurinacionais e das autonomias locais. O trecho exorta a CELAC a reivindicar o "direito à existência, preservação e convivência de todas as culturas, raças e etnias que habitam nos países da região, bem como o caráter multicultural do nosso povo, e plurinacional de alguns dos nossos países, especialmente das comunidades originárias que promovem e recriam a memória histórica, os saberes e conhecimentos ancestrais". Apesar dessas menções se tratarem apenas de "reconhecimentos", ou seja, de não serem objeto de nenhum encaminhamento prático em particular, ainda assim configuram uma evidente ruptura com o conteúdo comercialista e tecnicista dos regionalismos latino-americanos prévios.

3. É importante registrar, conforme destacado por Preciado, que essas espacialidades alternativas que emergem do nível local não são exclusivamente populares, podendo também ser de caráter elitista, como as alianças translocais e as novas espacialidades que grupos de direita reivindicaram através de alianças como a Confederação Internacional pela Liberdade e Autonomia Regional (CONFILAR), que integrou os movimentos autonômico-separatistas de Santa Cruz (Bolívia), Guayaquil (Equador) e Zulia (Venezuela).

espaços de representação. Essas duas vertentes demonstram a disputa entre os atores que produzem as espacialidades geradoras do imaginário regional e se relacionam com as formas de integração (Preciado Coronado, 2008; Precionado Coronado e Uc, 2010a; Cairo, 2008).

Um dos pontos de partida para a elaboração de uma geopolítica crítica a partir da América Latina consiste em reconhecer que os mecanismos tradicionais de produção espacial que caracterizam a imaginação geopolítica dominante possuem raízes profundas nas referências e interesses euro-estadounidenses. Dentre esses mecanismos, podemos enumerar: a construção de fronteiras estratégicas e de identidades supostamente homogêneas e monoculturais; a utilização de dicotomias baseadas em critérios etnocêntricos de reconhecimento e anulação (civilização-barbárie, moderno-primitivo, etc.); a adoção de um modelo de desenvolvimento, uma gramática democrática e um sistema de governabilidade específicos; a priorização das escalas global e nacional (dos Estados), que acaba por submeter as escalas menores, especialmente as regionais e locais; e uma elaboração cartográfica específica, contendo um leque extenso de intencionalidades discursivas.

Tais práticas espaciais dominantes sustentam representações de poder específicas que, entre outros efeitos adversos para a América Latina, naturalizam a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra barata, a emigração forçada, o tráfico de drogas ilegais, etc. Além disso, servem como mecanismos de controle frente à possibilidade de contra-representações e alternativas ao discurso geopolítico dominante. Desse modo, excluem espacialidades subalternizadas, como as dos indígenas, por exemplo.

Um aspecto central da geopolítica crítica é a consideração de que a reflexão espacial sobre as relações de poder não pode se limitar às relações existentes entre os Estados, sendo crucial incluir na análise, sem abandonar a macroescala, as práticas e representações espaciais dos movimentos sociais, das organizações populares e de intelectuais dissidentes, também chamadas de "anti-geopolítica". Esta imaginação geopolítica de resistência na América Latina e no Caribe tem, entre suas expressões específicas mais destacadas, a prática espacial indígena, as afro-latinas, as feministas e as ecologistas. O caso dos povos indígenas é emblemático, pois a geopolítica dominante reforça sua exclusão político-social e sua anulação sociológica, ou seja, o colonialismo interno, como elaborado por Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova, e a matriz colonial da modernidade, conforme, por exemplo, os trabalhos de Aníbal Quijano e Walter Mignolo. Ao explorar essas relações, a geopolítica crítica dá destaque à relação entre conhecimento e poder, que permite revelar como um conjunto particular de práticas (dominantes), se torna naturalizado e, com isso, exclui os outros conjuntos de práticas espaciais que possam existir.

Assim como as práticas sociais dos movimentos sociais indígenas, feministas, ecologistas, etc., Preciado e Cairo consideram que a integração regional de pretensões

autonomistas é, também, uma prática espacial contra-hegemônica. Nesse sentido, os blocos regionais são considerados como produtores de espacialidades que demandam maior autonomia das regiões frente aos processos do centro do sistema-mundo. Faz-se necessário, para tanto, uma nova identificação e novas análises sobre a dinâmica constitutiva dos diferentes e conflitivos discursos geopolíticos que se produzem na região.

Argumentamos aqui que a incorporação, na agenda de trabalho de instituições como ALBA, UNASUL e CELAC, de temas étnicos (incluindo acesso à terra e modelos de produção) e de gênero, para citar alguns exemplos; bem como a emissão de declarações conjuntas de apoio a demandas geopolíticas regionais autonomistas (soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, retirada da proibição da participação de Cuba na OEA, etc.), ilustram de que modo a integração regional pode ser considerada uma prática espacial questionadora da representação tradicional sobre a América Latina e o Caribe (Silva, 2017).

Desafios e contradições do regionalismo autonomista

É importante ressalvar que este novo regionalismo latino-americano não esteve, entretanto, livre de diferentes contradições. O fortalecimento da posição da China como parceira comercial da América Latina nos anos 2000, por exemplo, inscrito no contexto de um novo ciclo expansivo da economia mundial e de aumento dos preços internacionais dos produtos primários, contribuíram para a persistência, mesmo nos países administrados pelos governos progressistas, de uma orientação econômica neodesenvolvimentista, atrelada a antigas práticas extrativistas, tendente a reforçar a inserção periférica da América Latina e Caribe na economia mundial e sua condição de exportadora de matérias primas (Martins, 2013; Novion, 2011; Dos Santos, 2014).

Citamos novamente aqui o trabalho de Svampa, agora no que concerne ao debate sobre o pós-desenvolvimento e novas propostas e enfoques para o desenvolvimento. Há que se concordar com a interpretação da autora de que, apesar dos esforços por proporcionar uma posição geopolítica relativamente mais autônoma da região, seguiu firme a posição da América Latina como provedora de matérias primas para a economia-mundo, significando a adaptação de velhas tendências a novos cenários geopolíticos. O papel dos governos progressistas no tocante à integração regional foi, portanto, ambíguo: se por um lado esses governos buscaram se reposicionar na divisão internacional do trabalho, o fizeram reforçando o perfil primário-exportador das economias nacionais, ao impulsionar as indústrias extrativas como motor do desenvolvimento. O mesmo extrativismo que marcou a incorporação da região ao sistema-mundo capitalista foi então priorizado no tocante ao processo de desenvolvimento no século XXI, reforçando a trajetória de longa duração marcada pela inserção da região no sistema-mundo enquanto fornecedora de matérias-primas (Svampa, 2016).

Ademais, as expectativas do regionalismo autonomista chocaram-se não apenas com o recrudescimento das práticas neoextrativistas, mas também com a permanência de expressões do regionalismo neoliberal (TPP, Aliança do Pacífico, TLCs), com a manutenção da hegemonia estadunidense e de seus projetos associados à região e com a desafiante irrupção da China neste cenário. Dentre os fatores externos que atuam contrariamente à integração autonomista, estão: a pressão das potências hegemônicas no sentido de obstaculizar a integração latino-americana, privilegiando relações bilaterais ou propostas de integração continentais (como a ALCA); os golpes de Estado apoiados pelos EUA e o papel das instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial e suas agendas de Estado Mínimo e ajuste orçamentário.

Além disso, as mudanças políticas vivenciadas recentemente por diferentes países da região, com a ascensão de governos de direita[4], conjugadas à estrutura eminentemente intergovernamental dos organismos regionais citados, colocaram em destaque o risco de as mudanças de posição política implicarem no abandono destes projetos regionais, levando a uma reconfiguração da integração subordinada, o maior risco que enfrenta a integração autonomista na América Latina e no Caribe. A ofensiva neoliberal incide sobre os processos de integração tanto para reordenar suas prioridades quanto para desarticular seus avanços, já que a ascensão da direita conservadora aponta para um retorno da antiga prioridade dada às alianças externas com os Estados Unidos e a União Europeia.

Considerações finais

Mesmo em face dessas incertezas, organismos como a UNASUL e a CELAC representam uma novidade no cenário regional tradicional, ao vincular às disputas por um modelo de desenvolvimento regional às questões da dimensão social, dos direitos regionais, da abordagem territorial, do papel da sociedade civil e do debate identitário.

Interessa aqui enriquecer o entendimento tradicional da autonomia, elaborado sobretudo a partir dos paradigmas das relações internacionais, com outros sentidos que a sociologia pode dar ao termo, incorporando ao debate, por exemplo, a questão das autonomias nacionais e identitárias. Nos termos de Preciado, trata-se de um entendimento sobre a autonomia que implica em sua viabilidade para analisar a integração regional desde uma perspectiva situada nas ciências sociais e "como um campo definido de reflexividade sociológica" (Preciado Coronado, 2017, p. 12).

4. Essa reação teve início com os golpes de Estado parlamentares em Honduras (2008) e no Paraguai (2012), ganhando protagonismo a partir da derrota eleitoral do kirchnerismo na Argentina, em 2015, e do golpe semelhante perpetrado no Brasil, em 2016. A esse quadro somam-se o recrudescimento dos conflitos internos na Venezuela e o crescente isolamento internacional do governo de Nicolás Maduro (Martins, 2017).

Em resumo, interessa analisar o potencial autonômico que a integração latino-americana e caribenha pode ter, principalmente quando reivindicada como epistemologia do sul, desde um pensamento crítico original, aberto a incluir no debate sobre a identidade latino-americana e suas políticas de integração temas como o meio ambiente, os direitos das minorias, os Estados plurinacionais, os aportes indígenas e a democracia comunitária, entre outros.

A reflexão que aqui se propõe está inserida, portanto, no esforço mais amplo de estruturação da integração regional como campo de estudo eminentemente interdisciplinar e, dentro dessa perspectiva, pretende investigar as relações entre as relações internacionais e a sociologia no que concerne à análise do novo regionalismo latino-americano e caribenho. Trata-se de analisar a problemática da integração regional considerando as mudanças em curso em função dos embates histórico-políticos na América Latina e no Caribe, levando em conta tanto a disputa dos projetos políticos, quanto os posicionamentos da sociedade civil e as ideologias e visões do mundo em jogo.

Referências

BRICEÑO RUIZ, José e SIMONOFF, Alejandro. Introducción. Revisando la autonomía en América latina en un contexto de inserción internacional y regionalismo. In: BRICEÑO RUIZ, José e SIMONOFF, Alejandro (Eds.). *Integración y cooperación regional en América Latina. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires, Biblos, 2015.

BRINGEL, Breno, e FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, 2008.

CAIRO, Heriberto. A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, 2008.

COSTILLA, Lucio O. Caráter das mudanças na América Latina. Algumas questões metodológicas. NOVION, Jacques; COSTILLA, Lucio; AYALA, Mario. Dossiê Especial: Pensamento e Teoria nos Estudos Latinoamericanos. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (CEPPAC-UnB)*. Brasília, v.8, nº 2, 2014.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Cómo pensar los asuntos internacionales-mundiales a partir del pensamiento latinoamericano: Análisis de la teorización. In: *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 17, nº 1, 2013.

FALERO, Alfredo. Diez tesis equivocadas sobre la integración regional en la América Latina. Elementos desde las ciencias sociales para una perspectiva alternativa. In: VVAA (Orgs). *La Habana: Instituto Cubano del Libro*, 2006.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel; BATTAGLIA, Matías. Teoría de la autonomía: ¿Aún vigente para analizar los procesos de cooperación e integración en América Latina? Teoria & Pesquisa: In: *Revista de Ciência Política*. São Carlos, v. 25, nº 1. UFSCAR, 2016.

MARTINS, Carlos Eduardo. A geopolítica mundial e a economia política no século XXI: Hegemonia, BRICS e América Latina. In: FLORES, Consuelo Silva; MARTINS, Carlos Eduardo (Orgs). *Nuevos escenarios para la integración em America Latina*. Buenos Aires: Editorial Arcis, CLACSO, 2013a.

MARTINS, Carlos Eduardo. Introdução. In _____. *Los retos de la integración y América del Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2013b.

MARTINS, Carlos Eduardo. La Integración Regional en Tiempos de Crisis: Notas para un Balance del Siglo XXI. In: Integración regional. Una mirada crítica. In: *Grupo de trabajo CLACSO Integración y Unión Latinoamericana y Caribeña*. nº 1, fevereiro de 2017.

MARTINS, José Renato Vieira. Mercosul: a Dimensão Social e Participativa da Integração Regional. In: Desiderá Neto, W.A. (Org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional.* Rio de Janeiro: IPEA., 2014.

PERROTTA, Daniela. Ayer, hoy y ¿siempre?: la integración regional sudamericana en el Siglo XXI. Sociedad Global. In: *Revista de Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas*. Buenos Aires, v. 4, nº 1/2, Universidad Abierta Interamericana, 2010.

PRECIADO CORONADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, nº 53, 2008.

PRECIADO CORONADO, Jaime e UC, Pablo. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. Geopolítica(s). In: *Revista de estudios sobre espacio y poder*. Madri, v. 1, nº 1, 2010a.

_____. La(s) autonomía(s) en América Latina. Una expresión socio-espacial del Estado novísimo y sus efectos en el proceso de integración regional. In: *L'Ordinaire des Amériques. Toulouse*, nº 214, 2010b.

PRECIADO CORONADO, Jaime e ALEJO, Ángel Florido. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC); integración 'postneoliberal, neoliberal ortodoxa y contrahegemónica. In: FLORES, Consuelo Silva; MARTINS, Carlos Eduardo (Orgs*). Nuevos escenarios para la integración en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Arcis, CLACSO, 2013.

PRECIADO CORONADO, Jaime. La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña.In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 29, nº 1, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2014.

PRECIADO CORONADO, Jaime. Potencialidades Acotadas para la Integración Autónoma de América Latina y el Caribe. Integración regional. Una mirada crítica. Grupo de trabajo CLACSO Integración y Unión Latinoamericana y Caribeña. nº 1, 2017.

RIGGIROZZI, Pia. Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina. In: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. Buenos Aires: CRIES, 2012.

SANAHUJA, José Antonio. Del "regionalismo abierto" al "regionalismo post-liberal". Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009. Buenos Aires, CRIES, 2009.

SILVA, Carolina A. A CELAC e o regionalismo na América Latina e Caribe no século XXI: entre a autonomia e a contra-hegemonia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos das Américas, da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Brasília, 2017.

SVAMPA, Maristella. Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires, Edhasa, 2016.

TICKNER, Arlene. Relaciones de conocimiento centro-periferia: hegemonía, contribuciones locales e hibridización.

Produção de conhecimento autônomo e original sobre regionalismo na América Latina

Érico Massoli Ticianel Pereira*

Introdução

Todo trabalho que se propõe a pesquisar um fenômeno latino-americano assume o desafio e a complexidade inerentes à diversidade étnica-cultural, histórica, econômica e política do continente; uma vez que o campo científico é, muitas vezes, mais sensível aos conhecimentos e modelos pré-concebidos pelas regiões mais poderosas do Hemisfério Norte. Este cuidado metodológico é importante para mitigar possíveis reducionismos e simplificações entre os países da mesma região geográfica, haja vista tratar-se "mayoritariamente herederos de la colonización ibérica, y hablar idiomas próximos, estaríamos [supostamente] ante sociedades homogéneas en su complejidad, diversificación, estructuración, grado de desarrollo material y político (Sierra, 2008, p. 16).

Para analisar o processo de produção de conhecimento sobre o regionalismo na América Latina faz-se necessário delimitar alguns dos elementos constitutivos daquilo que hoje convencionou-se chamar de ciência moderna. Tendo sido forjada na Europa ocidental a partir do século XVII, o saber empírico, racional, também conhecido como "método experimental", "começou a desenvolver uma nova forma de olhar a natureza" (Henry, 1998, p. 9) e difundiu-se por todos os ramos do conhecimento científico. Essa revolução científica se refere "ao período da história européia em que, de maneira inquestionável, os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna foram assentados pela primeira vez" (idem, p. 13), ajudou a conceber os princípios fundadores do método científico responsável por sintetizar "várias correntes de pensamento" iniciando "uma nova descrição dos fenômenos naturais, em oposição à bem estabelecida e sólida interpretação medieval baseada em uma cosmologia aristotélica" (idem, p. 9).

É a partir dessas premissas da ciência moderna que, Max Weber (2001), indagou-se por quais razões se desenvolveram valores universais exclusivamente na civilização ocidental. Logo em seguida o autor continua enaltecendo os valores superiores universais da ciência ocidental, alegando que "apenas no Ocidente existe uma ciência em um estágio de desenvolvimento que reconhecemos, hoje, como válido" (Weber, 2001, p. 23).

* Doutorando em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: erico.pereira@unila.edu.br

Pelas circunstâncias históricas, os impérios ocidentais da época, ainda usufruindo das benécies do colonialismo e do eurocentrismo, preconizaram a superioridade da racionalidade instrumental da Europa ocidental frente às demais civilizações orientais e latino-americanas, sendo estas últimas associadas ao atraso, como sinônimo de sociedades arcaicas, primitivas e pré-modernas. É com base nessa ideologia dominante que a "visão eurocêntrica nos impedirá de ver que não há um lugar ativo, a Europa, e lugares passivos, a América" (Lander, 2005, p. 11), haja vista que "a América teve um papel protagônico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou" (ibidem, p. 11). O vigor do constructo eurocêntrico é tão pujante que o mesmo "pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal (ibidem, p. 34). Por fim, Aníbal Quijano complementa o conceito de eurocentrismo como sendo

> uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados dos século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais [antigas] (...), e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 246-247).

Soma-se a isso a necessidade de se debater as múltiplas facetas teóricas e práticas do termo produção de conhecimento no campo das ciências sociais, contextualizando o aspecto histórico – sendo um processo cumulativo entre gerações e, muitas vezes, controverso –, social e coletivo de como, para que e para quem se produz conhecimento, esmiuçando tanto o processo de produção como o de reprodução do mesmo. Como já mencionado por Boaventura de Sousa Santos, é importante observar como o conhecimento foi sendo apropriado paulatinamente pela visão dicotômica entre o conhecimento com e sem valor de mercado, conhecimento científico e não-científico, conhecimento universal versus conhecimentos populares-tradicionais, conhecimento produzido nos países desenvolvido do norte versus o conhecimento periférico dos países do sul subdesenvolvido etc. Não é por acaso que Boaventura questiona por que motivo, nos últimos duzentos anos, "dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?" (2010, p. 7).

Outro aspecto importante que não podemos deixar de mencionar é que o conhecimento, em especial o conhecimento científico, é instrumentalizado para à acumulação de poder e para a aquisição de vantagens econômicas no sistema capitalista

global, tendendo a aumentar as assimetrias e desigualdades sociais já tão marcantes no continente latino-americano. Entre as críticas ao discurso hegemônico neoliberal, argumenta-se que "nos debates políticos e em diversos campos da ciências sociais, têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo" (LANDER, 2005, p. 21). Lander tende a reconhecer o poder quase intransponível do neoliberalismo ao ponto de desaconselhar debatê-lo meramente como uma teoria econômica, uma vez que o considera "como um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese de pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida" (idem, p. 21). E conclui que

> essa força hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada - e, no entanto, a mais normal - da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas. (...) Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna (Lander, p. 22).

Por fim, e não menos importante, identifica-se duas dimensões constitutivas dos saberes modernos responsáveis pela "eficácia neutralizadora" das ciências sociais: "a primeira refere-se às sucessivas separações ou partições do mundo 'real' que se dão historicamente na sociedade ocidental"; e "a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações coloniais/imperiais de poder" (Lander, p. 23).

Assim sendo, o presente artigo busca aprofundar o debate sobre o regionalismo latino-americano, destacando aspectos da descolonização epistêmica da produção de conhecimento genuíno no, sobre e a partir da América Latina. Cabe analisar se estes conhecimentos são autônomos e originais e se possuem epistemologias territorializadas. Até porque como já dito até aqui, com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário (Lander, 2005, p. 26). Ou nos moldes do que formulou Quijano, o fim do colonialismo na América Latina não deu conta de encerrar a colonialidade que se mantêm no continente até os dias atuais.

Em sintonia com esses autores, cabe delimitar que descolonizar o saber não é apenas diversificar a origem, a nacionalidade, a classe social, o gênero e a língua em que o conhecimento é produzido (embora seja importante), pois ter agentes subalternos – latino-americanos, mulheres, negros, indígenas, migrantes etc – reproduzindo conhecimento exógeno com o intuito de solucionar conflitos e problemas endógenos não garante que haverá a descolonização dos debates, problemas e teorias sobre o

contexto latino americano. É, portanto, de fundamental importância refletir sob que perspectivas se produz conhecimento na atualidade, sendo importante realizar a revisão teórica do conceito e analisar o que os agentes têm produzido e delimitado como tal. Além disso, buscar-se-á compreender se o conhecimento pode ser emancipador ou opressor e como se constróem suas interações de poder ou até mesmo desvendar suas relações de cooperação e solidariedade.

No tocante ao uso majoritário das línguas do hemisfério norte para a produção, comunicação e difusão do conhecimento, em especial da língua inglesa no período do pós-guerra - pode-se constatar neste fenômeno elementos profundos e duradouros da imposição da língua do colonizador capaz de padronizar os saberes e costumes dos países periféricos desde a colonização. Segundo o relatório Mundial da Unesco (2009), que foca na necessidade de se investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural, um percentual elevado das línguas do planeta desaparecerá possivelmente no transcorrer do século XXI. Inclusive, "o crescimento das línguas veiculares (particularmente o inglês) associado aos processos de globalização acarreta consequências significativas para as línguas de todo o mundo" (2009, p. 12). A língua sintetiza na prática um dos principais instrumentos da diversidade cultural, ou seja

> as línguas são os vetores das nossas experiências, dos nossos contextos intelectuais e culturais, dos nossos modos de relacionamento com os grupos humanos, com os nossos sistemas de valores, com os nossos códigos sociais e sentimentos de pertencimento, tanto no plano coletivo como individual. (...) Nesse sentido, as línguas não são somente um meio de comunicação, mas representam a própria estrutura das expressões culturais e são portadoras de identidade, valores e concepções de mundo (UNESCO, 2009, p. 12).

A despeito da expansão das tecnologias da informação e comunicação, processo capaz de popularizar a conexão entre diferentes povos, etnias e culturas do globo, o processo de globalização, paradoxalmente, vem priorizando a língua inglesa como seu código oficial, sobretudo no campo científico. Este fenômeno poderá gerar maior dependência para os países periféricos quando o objetivo for produzir conhecimento autônomo e original para solucionar as demandas locais e regionais do cotidiano latino-americano. Em suma, este trabalho buscará "aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul" (Santos, 1995:1998, p. 9).

O contexto histórico do regionalismo latino-americano e seus dilemas e avanços

O processo de integração latino-americana vem sendo realizado de maneira cíclica, entre avanços e retrocessos, desde o início do século XIX. Segundo Souza (2012), desde a independência e a formação dos Estados nacionais na América Latina, quatro grandes ondas da integração regional se sucederam ao longo da história. Isto é, a) a disputa entre EUA e Inglaterra pela divisão da América Latina como barreira para a

integração regional, b) a consolidação da hegemonia dos EUA como empecilho para a integração regional, c) a nova crise estrutural como catalisador da nova onda de integração e, por fim, d) a emergência de governos progressistas e o fracasso da ALCA abriram uma nova era nas relações do continente. Nas duas primeiras etapas a Grã-Bretanha e depois os EUA dificultaram a integração regional dos povos. Já nas últimas duas ficaram evidenciadas que crises estruturais no sistema internacional conjugadas com governos progressistas e populares também poderiam favorecer a integração. Atualmente, contudo, após sucessivas crises políticas e econômicas, golpes de Estado e alternância de poder entre os países sul-americanos, há uma tendência na ascensão de governos ditos populistas e de direita mesclado com uma agenda neoliberal.

Entre as principais experiências regionais das últimas décadas, vale destacar a Comunidade Andina de Nações – Pacto Andino –, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Aliança do Pacífico, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Muito embora as três últimas experiências procurassem "superar as formas tradicionais de integração baseadas apenas no comércio e se colocaram com o objetivo da integração produtiva e físico-energética, além da integração social, política e cultural" (Souza, 2012, p. 117) e buscassem "pela via da cooperação corrigir os problemas criados para o desenvolvimento econômico-social pela inserção subordinada da América Latina no mundo e pelo processo de integração regional baseado na competição" (ibidem, p.119); resta claro ter havido uma guinada na conjuntura sul-americana tendo como consequência o esvaziamento da UNASUL – em que pese a saída do Brasil, liderado pelo Governo Bolsonaro, para integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), subsequente enfraquecimento da Celac e crise de proporções profundas e inesperadas na ALBA e na Venezuela.

É evidente que o contexto político da América Latina é plural e que segue sendo um grande desafio pactuar caminhos comuns em meio a tantos projetos políticos, muitas vezes difusos, e com conflitos de interesse na região. Mas não é possível desprezar as assimetrias entre as nações, sendo necessário equacionar a lógica da competição econômica bem como traçar uma estratégia capaz de valorizar os aspectos da cooperação Sul-Sul como forma de inserir soberanamente os povos do continente política e economicamente na esfera global.

Em linhas gerais, segundo Briceño (2013), "a maioria das iniciativas regionais eì o resultado de um processo histoìrico de longo prazo que tem procurado, por um lado, atingir a autonomia polìtica e, por outro lado, o desenvolvimento economico e a industrializac'aÞo regional". Ainda segundo o autor, esse histórico levou a produzir um

> "saber" foucaultiano, ou seja, ideias e discursos que certamente naÞo constituiìam teorias formais, mas que proporcionavam uma estrutura na qual uma teoria poderia ser desenvolvida. Este "saber" latino-americano sobre a integrac'aÞo regional, desenvolvido principalmente antes de 1949, eì uma fonte essencial para entender a loìgica atual do regionalismo latino-americano. (2018, p. 265).

Briceño também reforça que o "período moderno de integração regional na América Latina começou na década de 1950 com as propostas lançadas por Prebisch e pela Cepal para a negociação do Mercado Comum Latino-Americano e da Associac'aÞo Latino-Americana de Livre Comeìrcio (Alalc), em 1960" (idem). E conclui que

> Essas iniciativas foram acompanhadas por tentativas de desenvolver uma explicac'aÞo formal do regionalismo latino-americano, inclusive com a construc'aÞo de categorias teoìricas. Na esfera economica, o estruturalismo latino-americano proporcionou essa construc'aÞo teoìrica. Na esfera poliìtica, esse papel foi desempenhado pela Escola da Autonomia, ligada a Helio Jaguaribe, no Brasil, e Juan Carlos Puig, na Argentina. (Briceño, 2018, p. 265).

Por outro lado, segundo Alberto Methol Ferré (2012), é possível identificar duas ondas de integração na segunda metade do século XX. Isto é, "la primera es la gran 'ola de los años 60' de índole sólo latinoamericana. La segunda es la ola de los años 90 en curso, que tiene los dos caudales, el latinoamericano y el hemisférico". O autor aponta aproximações e diferenças entre essas duas ondas sucessivas sendo que a partir dos anos 90, com o fim da bipolaridade, haverá um "novo processo de globalização". O argumento central do autor é de que a década de 1960 foi a primeira onda integracionista efetivamente latinoamericana. Após destacar as formulações do chileno Felipe Herrera como "el punto más alto de la conciencia histórica latinoamericana integracionista de los años 60" (2012, p. 22); seja com sua participação no governo do general Ibáñez nos anos 50 (quando se buscou consolidar a aliança de Perón, Vargas e o próprio Ibáñez em torno do "Novo ABC", que mesmo que fracassada, é tido como um dos embriões do Mercosul), seja como o primeiro presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a partir dos anos 60. Ou seja,

> *la década de 1960 fue la primera oleada efectiva de integración latinoamericana del siglo XX. Fue la gran retoma de los intentos de Bolívar y Lucas Alamán en los congresos de Panamá y Tacubaya (1826-27), y los siguientes congresos hispanoamericanos de Lima (1847), Santiago de Chile (1856) y Lima (1864). De este fracasado ciclo inicial del siglo XIX, la más profunda conciencia integracionista se expresa en Juan Bautista Alberdi en su célebre "Memoria sobre la conveniencia y objetos de un Congreso General Americano", fechada el 12/11/1844. La interrupción duró casi un siglo. El camino se reinició en la Conferencia de Montevideo* (1960), fundadora de la Alalc y en el Mercado Común Centroamericano (1960), ambas impulsadas por la Cepal de Raúl Prebisch, que tuvo entonces un papel protagónico decisivo (2012, p. 23, grifo nosso).

Além disso, Ferré argumenta haver 5 núcleos básicos de aglutinação no continente, entre o quais cita o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Comunidade Andina e o Mercosul. Mas é possível reduzi-los a dois blocos mais relevantes, com a polarização entre o Nafta (América do Norte) e o Mercosul (América do Sul), sendo estes dois pólos de grande amplitude territorial, populacional e política responsáveis por decidir o futuro da América Latina no século XXI. Considerando as formulações de Felipe Herrera sobre o "Estado Continental Latino Americano", a união latino-americana se inicia, portanto, a partir da unidade política da América do Sul. E neste sentido, "la alianza argentino-brasileña es el 'núcleo básico de aglutinación' latinoamericana en América del Sur. El Mercosur y sus asociados son así la base latinoamericana en América del Sur" (Ferré, p. 125). Isto é, o Mercado Comum do Sul

> *inicia una revolución mayor que la de la independencia del siglo pasado. Brasil necesita que la vecindad lo haga poderoso, porque la vecindad también se vuelve poderosa en alianza con Brasil. Brasil necesita de nuestra fortaleza para fortalecerse y a su vez, solo se puede fortalecer si nos fortalece. Se unifica con nosotros, facilitando también la unión de los hispanoamericanos del sur. Este es el círculo virtuoso que genera la lógica interna del Mercosur* (idem, p. 131).

Reitero que por mais estratégico que o Mercosul seja em articular a América hispânica com o Brasil no âmbito da América do Sul, não se pode minimizar as mudanças políticas por que passam os países fundadores do bloco no Cone Sul. A depender da atual conjuntura continental, é possível que o Mercosul supere mais este momento de crise, não sendo possível retroceder à constituição do "núcleo básico de aglutinação", a saber:

> *el Mercosur es el gran desencadenante de la nueva Integración, que preside nuestra entrada en el siglo XXI. Eso no quiere decir que sea una entrada necesariamente serena, pues puede serlo muy turbulenta. Sería lo más normal. El Mercosur inaugura propiamente la nueva historia latinoamericana* (Ferré, 2009, grifo nosso).

As provocações apresentadas por Alberto Ferré estimulam prospectar novas configurações sobre possíveis "centros de poder" potenciais, viáveis e prováveis como estratégia objetiva para alcançar o sucesso na política de integração latino americana. Sem esta clareza em mente os esforços pela integração serão inócuos e de fácil reversão. Isto é, apenas haverá um pensamento genuinamente latino-americano, que vai além do discurso, quando respondermos com clareza as seguintes questões:

> *¿Cuáles son los centros de poder reales que sean capaces de impulsar la unificación de América Latina? (...) ¿Hay tantos grandes centros de poder como países latinoamericanos? ¿Coinciden centros de poder con cada país? ¿Qué tipos*

> *fundamentales de centros de poder hay? ¿Cuáles son los mayores centros de poder latinoamericanos? Que algo comience por los mayores centros de poder ¿es lo mismo que lo haga por los menores centros de poder? ¿La integración puede venir de cualquier país y desde cualquier camino? ¿No hay caminos principales y secundarios?* (Ferré, 2012, p. 115, grifo nosso).

De maneira geral, o que se está defendendo é que sem um centro real de poder para impulsionar o processo de integração, será pouco provável que se consiga estruturar uma base sólida que possa inspirar e difundir um pensamento, uma ideologia ou até mesmo potencializar a produção genuína de conhecimento na América Latina. Segundo o autor, "el Mercosur es la vía necesaria para el Estado Continental nuclear de América Latina. Y por ende, es el mayor impulso para un nuevo pensamiento político latinoamericano" (ibidem). Se formos considerar o impacto social e acadêmico da criação do Mercosul, perceberemos que o "volume de publicac'oÞes, a quantidade de coloìquios e o nuìmero de projetos de cooperac'aÞo entre universidades e outras instituic'oÞes da sociedade marcam as relac'oÞes entre Brasil e Argentina, indicando aumento exponencial desde o Tratado de Assunc'aÞo, em 1991, que criou o Mercosul" (Cervo, 2008, p. 156).

Após a segunda Guerra Mundial, os conceitos de integração e regionalismo[1] ascenderam como solução para os conflitos do velho continente, em especial "no âmbito da economia (através das teorias do comércio internacional) e da política (na nascente disciplina de relações internacionais)", uma vez que esses conceitos corroboraram a renovação das "teorias do desenvolvimento e do comércio internacional" (ibidem, 2017, p. 96).

Nas formulações de Ernst Haas, a integração regional faz com que "los actores políticos en variados y distintos escenarios nacionales son persuadidos a cambiar sus lealtades, expectativas y actividades políticas hacia un nuevo centro, cuyas instituciones poseen o exigen jurisdicción sobre los Estados nacionales preexistentes" (1958, p. 16). Já no final do século XX, em consequência dos desafios e dilemas do processo de globalização sobretudo na América Latina, houve uma mudança nas relações regionais que culminou no "regionalismo aberto" e depois no "novo regionalismo", que de acordo com os especialistas, eram cunhados diferentes conceitos como o pós-liberal (Sanahuja), o pós-hegemônico (Riggiorozzi y Tussie; Briceño), "regionalismos solapados" (Malamud), "regionalismo modular" (Gardini), ou abordagens mais complexas como "multilateralismo regional" (Serbin) e os "complexos de governança regional" (Nolte), entre outros (Sanahuja, 2016). Complementarmente, argumenta-se que a adjetivação

1. Os conceitos de integração regional e regionalismo são utilizados por diversos autores quase como sinônimo do mesmo fenômeno, o que pode gerar imprecisões teóricas e epistemológicas. Este trabalho aprofundará essa discussão, refletindo sobre esses conceitos desde uma abordagem multidisciplinar de suas ocorrências econômicas, políticas, históricas e jurídicas.

do conceito de regionalismo ligado às novas abordagens de Economia Política Internacional (EPI) induziram o uso do termo "integração regional", "habitualmente vinculado a la teoría clásica del comercio internacional. El resultado ha sido la utilización indistinta de uno u otro término, haciendo difícil precisar los límites de sus respectivos significados" (Caldentey e Santos, 2017, p. 96).

Entre as análises dos regionalismos latino-americanos, que se assemelham muitas vezes a uma miscelânea de adjetivações e definições, apresenta-se considerações de José Antonio Sanahuja, autor responsável por inúmeras críticas ao "regionalismo aberto" na América Latina além de sugerir a necessidade de um "novo regionalismo" com instituições mais fortes e instâncias decisórias e estrutura institucional melhor delimitada. A despeito dos resultados comerciais positivos na década de 1990, tanto no comércio intrarregional (aumento de mais 7,7 vezes no comércio regional) quanto nas exportações totais da América Latina e Caribe (aumento de mais 5,9 vezes no comércio exterior), Sanahuja aponta, por outro lado, o esgotamento do "regionalismo aberto" (1990-2005) – abordagem responsável por defender o livre comércio em substituição às políticas de desenvolvimento –, seja pela limitada estrutura institucional, seja pela cultura nacionalista arraigada na região; seja pela combinação da "diplomacia presidencial" ou inter presidencialismo como método normal nos processos decisórios, seja pela incidência de crises sucessivas entre os países da região nos anos 1990, o que facilitou a ascensão de novos governos progressistas no continente ("maré rosa"). Esse cenário de crises socioeconômicas, projetou uma inusitada conjuntura regional com o regionalismo pós-liberal (2005-2015) – com aproximações e diferenças em relação à Aliança do Pacífico, que segundo o autor, a suposta "fratura do atlântico-pacífico" estaria mais para uma divisão "Norte-Sul" – mais identificados com o nacional-desenvolvimentismo, com a implementação de políticas heterodoxas, fortalecimento da política exterior com enfoque na cooperação Sul-Sul, integração regional e redução da pobreza e das desigualdades. Curiosamente, já a partir de 2003, os países da América do Sul "van a poder apoyarse en uno de los ciclos más favorables de la historia económica contemporánea de América Latina", a despeito da desindustrialização e a reprimarização dos produtos exportados em larga escala para a Ásia, e em especial para a China (Sanahuja, 2016, p. 40).

Considerando as formulações de Sanahuja (2009), apresentaremos as linhas gerais do que o autor entende pela redefinição do termo regionalismo e da retomada do "Estado desenvolvimentista". Após a crise do "regionalismo aberto" o autor sustenta ter ocorrido um rearranjo do regionalismo e da integração latino-americana em que se destacam a) "la primacía de la agenda política, y una menor atención a la agenda económica y comercial" conjugada com a ascensão dos governos de esquerda, sobressaindo agendas nacionalistas e tentativas de exercer liderança regional por países como Venezuela e Brasil; b) "El retorno de la 'agenda de desarrollo', en el marco de

las agendas económicas del 'post-consenso de Washington'", com uma agenda política distanciada do regionalismo aberto e do livre-comércio; c) "Un mayor papel de los actores estatales, frente ao protagonismo de los actores privados y las fuerzas del mercado"; d) "Un énfasis mayor en la agenda 'positiva' de la integración, centrada en la creación de instituciones y políticas comunes y en una cooperación más intensa en ámbitos no comerciales", com destaque para a ampliação dos instrumentos de cooperação Sul-Sul e até mesmo pelo surgimento de uma revigorada agenda de paz e segurança; e) "Mayor preocupación por las dimensiones sociales y las asimetrías en cuanto a niveles de desarrollo, y la vinculación entre la integración regional y la reducción de la pobreza y la desigualdad"; f) Mayor preocupación por los 'cuellos de botella' y las carencias de la infraestructura regional, con el objeto de mejorar la articulación de los mercados regionales y, al tiempo, facilitar el acceso a mercados externos"; g) "Más énfasis en la seguridad energética y la búsqueda de complementariedades"; h) "La búsqueda de fórmulas para promover una mayor participación y la legitimación social de los procesos de integración" (Sanahuja, 2009, p. 23).

Por outro lado, há que se abordar o conceito de "regionalismo pós-hegemônico" utilizado por Riggirozzi y Tussie (2018) no trabalho "Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía". As autoras defendem a centralidade da economia política no debate da integração regional ao argumentar que "la integración regional define y es definida por la economía política, relación entre estado y mercado" (2018, p. 14). Também sustentam que independentemente de qual modelo de regionalismo tomarmos como referência - seja com o estado desenvolvimentista nos processos de integração dos anos 1950 e 1960, o estado neoliberal do regionalismo aberto, ou seja pela aparição inusitada do regionalismo pós-hegemônico do século XXI,

> *la coordinación intergubernamental regional facilita la elaboración de distintas estrategias estatales pero también ofrece estructuras de oportunidad para las luchas entre actores nacionales e internacionales gatillando ciclos de politización y diferentes usos para el regionalismo* (ibidem, p. 15).

Além disso, é possível argumentar que a pluralidade de projetos regionais na América Latina e a tentativa de seus organismos serem permeados por demandas populares são características benéficas quando comparadas com as iniciativas burocratizadas e até mesmo restritas à tecnocracia dos governos dos EUA e Europa, isto é

> *es en esta clave que planteamos que i post-hegemonía debe entenderse como una perspectiva anti determinista del regionalismo, reflejando lógicas políticas variadas y no fácilmente reducibles a una sola regla o expresión de (liberalización de) mercado. En este contexto, argumentamos que no hay un manual universal para el regionalismo basado, por ejemplo, en "la magia" del mercado o la llave maestra de instituciones supranacionales vinculantes* (ibidem, 2018, p. 16).

Ademais, considerando o contexto específico da América do Sul, existe o entendimento de que sua governança regional é um processo *sui generis*, que demanda a busca constante por harmonia entre as diretrizes regionais e as demandas nacionais mais localizadas. Essa relação complexa, e acima de tudo plural e diversa, orientada pelas peculiaridades latino-americanas, refletem, em certa medida, "la relación entre (metas y necesidades de los) estados y (oportunidades y exigencias del) mercado, definen la regionalidad, los objetivos y contornos específicos del proyecto regional en circunstancias político-económicas específicas (idem, p. 16). Mas ainda mais importante é o fato de que

> *el regionalismo fue exitoso en sentar el precedente para una gobernanza regional post-hegemónica, rompiendo con las narrativas dominantes sobre la integración regional y la institucionalización del (libre) mercado y el (libre) comercio y la fórmula de suma cero en relación a la integración y la soberanía. Siempre retuvo un horizonte emancipatorio* (idem, p. 16).

Após nos confrontarmos com variadas teorias, conceitos e modelos de regionalismos e de integração regional a indagação que fica é se há, ao menos, um ou mais projetos de integração latino-americano capaz de responder satisfatoriamente algumas questões centrais: "¿Integracioìn para quieìn? ¿Para los sectores privilegiados de estas sociedades? ¿Para que los capitales, sean nacionales o transnacionales, puedan moverse libremente en todo el continente? ¿O, por el contrario, para los pueblos, para las mayoriìas empobrecidas, excluidas, subordinadas?" (Lander, 2004, p. 45).

Por seu turno, Boaventura de Sousa Santos defende uma abordagem calcada na multiplicidade de epistemologias desde os países periféricos do sul com o claro propósito de valorizar os conhecimentos populares dos povos e comunidades subalternas, como estratégia para dar visibilidade e protagonismo para o conhecimento popular não científico (rural, urbano, indígena, negro, mulheres entre outros) e não letrado. O autor reforça a crítica de que a partir do momento em que a ciência tornou-se hegemônica e omitiu (ou até suprimiu) todos os outros conhecimentos concorrentes, sobretudo a partir do letramento universitário - responsável por estimular a produção de conhecimento individualizado, competitivo e autoral, a universidade passou a reproduzir as opressões que, ao menos em tese, um dia ela nasceu para combater. Isto é, para além dos diversos efeitos colaterais do colonialismo, o autor destaca que a "dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegou muitos outros saberes para um espaço de subalternidade" (2010, p. 7).

Apesar das críticas à ciência moderna ocidental, pela pretensiosa universalidade fabricada nos últimos dois séculos, o autor pondera que ela tem aspectos positivos e negativos que devem ser considerados. Ou seja, a ciência moderna é

> diversa internamente, o que lhe permite intervenções contraditórias na sociedade. E a verdade é que foi (e continua a ser) muitas vezes apropriada por grupos sociais subalternos e oprimidos para legitimar as suas causas e fortalecer as suas lutas. (…) *A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de pesquisa, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes*. Ora essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou fora do radar epistemológico. Com isso, o conhecimento científico pode ocultar o contexto sócio político da sua produção subjacente à universalidade descontextualizada da sua pretensão de validade (ibidem, p. 11, grifo nosso).

Sousa (2010) defende a necessidade do conhecimento popular emancipatório superar a linha invisível (a linha abissal) capaz de excluir certas culturas, etnias e conhecimentos tanto no centro como na periferia, sobretudo a partir do cientificismo ortodoxo, sem empatia social e indiferente às demais formas de pensar, incapaz de incluir satisfatoriamente as culturas e as formas diferentes de pensar e construir o conhecimento oral não-autoral, fluído e plural. O autor argumenta que

> o pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. *Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos* (ibidem, p.45, grifo nosso).

Conclusão

Termino este trabalho reforçando a necessidade de o intelectual da integração latino-americana se reconectar com seu entorno social, com seu povo, com seus conhecimentos e sabedorias populares. É preciso ir muito além de ser apenas um intérprete com conhecimento letrado e reconhecido pelas instituições universitárias. O intelectual sem pertencimento ao território, sem a solidariedade mútua dos povos do continente não produzirá teoria e prática capaz de envolver a pluralidade étnica, cultural e política para avançar no debate político e prático do regionalismo e da integração latino-americana.

Referências

ADLER, E; y HAAS, P. Conclusión Las Comunidades Epistémicas, el orden mundial y la creación de un programa de investigación reflectivo. In: *Revista International Organization*, vol. 46, p. 367-390, 1992, traduzido pelo editorial MIT Press.

BRICEÑO, J; LOMBAERDE, P. Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, nº 2, p. 262-284, maio-ago, 2018.

_____. Hegemonía, poshegemonía, neoliberalismo y posliberalismo en los debates sobre el regionalismo en América Latina; En Martha Ardila (ed.): *¿Nuevo multilateralismo en América Latina? Concepciones y actores en pugna*, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, pp. 23-66, 2016.

CERVO, A. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERRÉ, A. M. *Los Estados Continentales y el Mercosur. Ed. Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche*. Buenos Aires, 2012.

LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 1ª ed. CLACSO, 2005.

LANDER, E. ¿Modelos alternativos de integración? Proyectos neoliberales y resistencias populares; en *OSAL* año 5, nº 15,45-56, 2004.

RIGGIROZZI, P; TUSSIE, D. Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el Estado, regulando el mercado, gestionando autonomía. Perspectivas. In: *Revista de Ciencias Sociales*, nº 5, Rosário, 2018.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico-Pacífico a los retos de una globalización en crisis. Pensamento próprio, 21 (44). pp. 29-76, 2016.

_____. Del regionalismo abierto al "regionalismo post-liberal". Crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe. In: *Anuario de la integración de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), pp. 11-54, 2009.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul. Coimbra*: 2ª ed., Almedina, 2010.

WEBER, M. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

Pensamiento latinoamericano para la integración. Perspectivas y debates en una época de crisis

Daniele Benzi*
Marco Narea**

Más allá de los "pos"

En un artículo muy polémico publicado en *Nueva Sociedad* en 2018 (Benzi; Narea, 2018) y cuya versión ampliada constituye el primer capítulo de nuestro libro de próxima publicación sobre la UNASUR, hemos sostenido que ni los análisis tradicionales de corte institucionalista y neofuncionalista, ni aquellos inspirados en el *New Regionalism Approach* (NRA), esto es, el regionalismo "poshegemónico" en el caso latinoamericano, si bien contienen elementos de reflexión muy importantes, satisfacen nuestras preocupaciones para pensar el futuro del regionalismo y de la integración. Mucho menos nos sirven las observaciones de la izquierda marxista tradicional como las que presentó ayer Atilio Borón. La razón es muy sencilla: con dos o tres excepciones, la izquierda más radical, marxista y no marxista, no ha producido caracterizaciones rigurosas, ni siquiera caracterizaciones a veces, sobre la última etapa del regionalismo. Más bien, se ha regocijado a menudo en la "retórica patriagrandista", como la definió José Natanson (2017), propagandeada por los gobiernos "progresistas" y, a la hora de analizar límites y errores, se ha refugiado en los chivos expiatorios de siempre: el imperialismo estadounidense y sus "lacayos".

En el caso del neofuncionalismo, del neoinstitucionalismo, de las teorías de la gobernanza y hasta del intergubernamentalismo liberal, nuestras reservas y a menudo escepticismo también son bastante claras: para bien y para mal, se trata de conceptualizaciones basadas directa o indirectamente, explícita o implícitamente, en la experiencia de la Unión Europea, esto es, en su historia, teorías y categorías explicativas. Ahora bien, si no se quiere hablar de eurocentrismo –nosotros naturalmente lo hacemos, pero no de forma despectiva, sino de una manera que es teórica, metodológica y hasta epistemológicamente bien fundamentada y argumentada– por lo menos podríamos emplear el simpático neologismo de Amitav Acharya (2016) que habla de *EUcentrism*

* Doctor en Ciencia, Tecnología y Sociedad. Universidade Federal da Bahia (Brasil). E-mail: danielebenzi@hotmail.com
** Master en Relaciones Internacionales. Universidad Andina Simón Bolívar (Ecuador). E-mail: marco.narea@gmail.com

en los estudios sobre el regionalismo. Pues a través de esos lentes, y con toda la razón además, la integración y el regionalismo en América Latina, como no se cansa de repetir Andrés Malamud (2016) por ejemplo, no sólo son imposibles sino también bastante inútiles.

El caso del regionalismo "poshegemónico" (Riggirozzi; Tussie, 2012, 2018) es más interesante y como sabemos ha sido el referente de los debates de la última década, sobre todo con respecto a la UNASUR. Sus límites son ahora demasiado evidentes: está excesivamente amparado en el constructivismo social del tipo del NRA y, por ende, se encuentra totalmente desprovisto de una reflexión geopolítica y de economía política profunda, tanto regional como global, para lidiar con lo que acontece en América Latina y en el mundo, refugiándose en la caracterización liberal, aunque no eurocéntrica en política internacional, de Acharya (2008, 2014) de los *regional worlds*, del mundo *multiplex* y "posamericano". Por ello, en nuestra opinión, se cayó tan pronto como se cerró el ciclo "progresista" y el *boom* de los *commodities*, convirtiéndose en un blanco demasiado fácil para el realismo y el neoinstitucionalismo, con independencia de los argumentos alternativos que presentan (Mijares, Nolte, 2018; Petersem, Schulz, 2018).

Finalmente, en el caso del regionalismo "posliberal" de José Antonio Sanahuja (2009, 2012, 2016), como evidenció muy atinadamente José Briceño Ruiz (2016), ahora está claro que jamás se trató de una teoría, sino de una descripción bastante atinada de lo que aconteció en el periodo 2005-2015 a partir de una narración que mezcla argumentos típicamente europeístas, análisis de política exterior y algún elemento de Economía Política Internacional "heterodoxa", pero con un claro telón de fondo liberal, globalista y cosmopolita. Tanto es así que entre las principales fuentes en materia de economía política de Sanahuja se encuentra *The Economist*. Como sostuvimos en *Nueva Sociedad*, esta mezcla conforma una visión típicamente iberoamericana sobre América Latina que, en nuestra opinión, para bien y para mal, está imbuida de eurocentrismo no menos que otras perspectivas.

Pensamiento Latinoamericano para la Integración

A partir de esta premisa nos encontramos con el trabajo que Damián Paikin, Daniela Perrotta y Emanuele Porcelli (2016) realizan desde hace un tiempo en la Universidad de Buenos Aires para construir una agenda de investigación y quizás, aunque nos interesa mucho menos, un "campo" o "subcampo" de estudios, sobre lo que llaman Pensamiento Latinoamericano para la Integración (PLI). Bueno, ese es nuestro lugar para seguir estudiando y reflexionando sobre el regionalismo y la integración, aunque no compartamos en su totalidad los planteamientos de estos colegas, pero precisamente este es el sentido del debate académico y, así creemos, de su propuesta.

El momento preocupante y peligroso en el que nos encontramos no solo en Brasil y en la región, sino a nivel mundial, paradójicamente es bastante propicio para embarcarse en una reflexión de este tipo por dos razones: 1. Desde cualquier lado o punto de observación en el que nos situemos, estamos viviendo una transición global muy profunda, una transición además, y eso es bastante raro en la historia, que nos lleva de lo bien o relativamente bien conocido, a lo totalmente o casi totalmente desconocido. Un corolario muy importante para el regionalismo es que esta transición está poniendo a dura prueba el modelo, el "*benchmark*" y prácticamente la única verdadera "*success story*" hasta ahora en este campo, esto es, la Unión Europea; 2. Tenemos a nuestras espaldas una década y media de intentos fallidos de nuevos regionalismos en América Latina que nos han dejado un material importantísimo de reflexión para la agenda, aún incipiente en nuestra opinión, del Pensamiento Latinoamericano para la Integración.

En la propuesta de los colegas el PLI es definido "como el conjunto de ideas sistematizadas sobre los procesos de construcción de región, unionismo e integración y las dimensiones asociadas a éstos en América Latina, cualesquiera fueran los límites difusos que esta arena política representa" (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016, p. 54-55). A partir de ahí, identifican tres grandes problemas alrededor de los cuales, desde las luchas por la independencia, se habría articulado este pensamiento en la región, a saber: la autonomía, el desarrollo y la defensa de los recursos naturales. Si bien no viene definido explícitamente, estos ejes y las guerras independentistas delimitan el espacio temático y cronológico para esbozar una genealogía y periodización tentativa del PLI.

Ya otros autores, en particular José Briceño Ruiz (2012), habían venido trabajando en una línea bastante próxima insistiendo en la cuestión de la autonomía y del desarrollo como los ejes principales, primero, de un saber difuso y, a partir de los planteamientos de la CEPAL, de una teoría sobre la integración en la región.

Finalmente, Paikin, Perrotta y Porcelli (2016) y Perrotta (2018) mencionan en su problematización del Pensamiento Latinoamericano para la Integración una cuestión para nosotros muy importante, es decir, la de los supuestos, implícitos muy a menudo, tanto epistemológicos como políticos e institucionales que presiden a la construcción de teorías, conceptos, categorías y metodologías. Destacan en otras palabras, lo que los autores pos y decoloniales llaman "geopolítica del conocimiento" y los problemas, verdaderas aberraciones en realidad en la transición de la universidad gremial a la universidad neoliberal, del *homo academicus* de Bordieu (1984). En fin, toman en cuenta las relaciones de poder políticas y geopolíticas, institucionales y científicas que permean hasta la médula el campo académico. Por último, retoman también otro punto crucial a nuestra manera de ver: el de la relación, cada vez más débil al parecer en lo que concierne al regionalismo, entre la producción académica de conocimiento y los tomadores de decisiones políticas gubernamentales y estatales (Perrotta, 2018).

Perspectivas y debates en una época de crisis

De verdad hay muchos temas sobre los cuales comenzar a reflexionar y debatir en torno a esta propuesta del PLI en lo que se refiere a la genealogía histórica avanzada; la conceptualización de América Latina, esto es, de "región" sugerida; las vertientes y escuelas de pensamiento incluidas y también sobre sus ejes, ya que por un lado evidentemente pensamos que la construcción de autonomía de por si implica la defensa de los recursos naturales, mientras que por el otro tal vez sea limitante y quizás hasta equivocado incluir o dar por sentadas las cuestiones identitarias dentro del eje de la autonomía.

Sin embargo, creemos mucho más urgente en este momento interrogar el Pensamiento Latinoamericano para la Integración sobre sus perspectivas y debates en una época de crisis. Eso quiere decir empujarlo hacia una reflexión sobre los límites y, desde nuestra perspectiva, fracasos de los esquemas gestados durante el ciclo "progresista": el ALBA-TCP, la UNASUR y la CELAC. Si el Pensamiento Latinoamericano para la Integración no mete a prueba sus ejes de análisis para construir unas hipótesis explicativas coherentes y alternativas a las dominantes sobre lo que ocurrió en la última década, no sería un pensamiento crítico y, francamente, tampoco muy útil frente a otros abordajes.

¿Hacia dónde va nuestro aporte? Nosotros somos integracionistas y latinoamericanistas de izquierda, pero no nos interesan los esencialismos, los identitarismos excluyentes y el provincialismo y el parroquialismo que puede encerrar y aun alimentar una visión cerrada de "América Latina" y de su pensamiento para la integración. En otras palabras, no nos interesa construir etnocentrismos latinoamericanistas, o "latinoamericanocentrismos", como a veces hacen, tal vez sin darse cuenta, los y las autoras pos y decoloniales. En este sentido, como también somos multidisciplinarios o, más bien, antidisciplinarios, nuestra mirada sobre el regionalismo desde América Latina se nutre de las contribuciones que proceden de las perspectivas críticas de la Economía Política Global y de la Sociología histórica y macrohistórica, por un lado, y de la tradición del pensamiento crítico latinoamericano, por el otro, no de cualquier pensamiento producido en, sobre o para la región.

Lo anterior quiere decir que a la luz de las enormes transformaciones que vivimos globalmente, creemos que el PLI necesita un análisis a la vez más fino y más amplio de aquellos que disponemos en la actualidad para leer el lugar que ocupa y el papel que desempeña América Latina en ellas. Ello implica necesariamente considerar en su acervo o por lo menos dialogar con autores y corrientes no latinoamericanas y que ni siquiera trabajan temas de nuestra región. Por el otro lado, es decir, desde el pensamiento crítico latinoamericano, también quiere decir retomar una reflexión rigurosa sobre los conceptos de autonomía y desarrollo. Nos parece que la primera y quizás más

importante lección que nos deja el fracaso del ALBA-TCP y de la UNASUR es que precisamente no solo América Latina y América del Sur conforman "un campo de lucha político-epistémica, en permanente construcción", como afirman Paikin, Perrotta y Porcelli (2016, p. 56), sino también los propios conceptos de autonomía y desarrollo. Desde la perspectiva crítica, hoy en día no se pueden soslayar las siguientes preguntas: ¿autonomía de quién y de qué? ¿para quién y para qué? ¿desarrollo de quién y de qué? ¿para quién y para qué?

Sospechamos que en el caso del ALBA-TCP y de la UNASUR, pero también de lo que se llamó el "Nuevo Mercosur", las hipótesis explicativas y las aspiraciones normativas tanto de la escuela de la autonomía y de sus continuadores, como del neodesarrollismo, revelaron sus límites y probablemente errores de perspectiva. Lo mismo vale aún más para los herederos del enfoque de la dependencia, como para los autores y corrientes que gravitan alrededor de las ideas del "posdesarrollo", del "Buen Vivir", etc. Pues en este caso el tema del regionalismo y de la integración, sus problemas en realidad, ni siquiera están puestos claramente sobre la mesa.

Finalmente, y aquí cerramos, este espacio del PROLAM en la Universidad de São Paulo, es muy pertinente para plantear un problema clave del regionalismo suramericano y del Pensamiento Latinoamericano para la Integración: este problema se llama Brasil. Al igual que África subsahariana, el sur de Asia y hasta el Sudeste asiático, América Latina tiene una o dos, si incluimos a México, potencias regionales pero sin liderazgo efectivo, ni mucho menos hegemonía. Como dijo hace ya varios años el economista ecuatoriano Pablo Dávalos en una conferencia, "Brasil es un gigante económico, pero un enano político". Ahora bien, este gigantismo que no es solo económico, sino también territorial y demográfico, entre otras cosas, muestra también las bases muy frágiles del capitalismo brasileño en esta transición global: tanto en su versión neoliberal y neodesarrollista, como en la actual seudo-trumpiana.

En 2010, Daniele Benzi entrevistó en México al sociólogo venezolano Edgardo Lander quien le dijo: "una integración sin Brasil en América del Sur ya no tiene sentido. Pero la integración con Brasil es imposible". Este es uno de los principales escollos sobre el cual el Pensamiento Latinoamericano para la Integración debería hacer algún aporte, con la esperanza de que sea de alguna utilidad para cuando pase la tormenta que actualmente vivimos en la región.

Referencias

ACHARYA, A. Regional Worlds in a Post-hegemonic Era. In: GARNET *Annual Conference*, 3, 2008, Bordeaux. Cahiers de SPIRIT. Bordeaux: SPIRIT, 2009. p. 1-13.

_____. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. Regionalism Beyond EU-Centrism. In: BÖRZEL, T.; RISSE, T. (eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press. 2016. p. 110-131.

BENZI, D.; NAREA, M. *El regionalismo latinoamericano, más allá de los «pos»: el fin de ciclo y los fantasmas globales*. Nueva Sociedad, Buenos Aires, nº 275, p. 106-120, may./jun. 2018.

BORDIEU, P. *Homo academicus*. París: Les Éditions de Minuit, 1984.

BRICEÑO RUIZ, J. Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano. In: BRICEÑO RUIZ, J.; RIVAROLA PUNTIGLIANO, A.; CASAS GRAGEAS, A. (eds.). *Integración Latinoamericana: política y economía*. Madrid: FCE. 2012. p. 27-58.

_____. Hegemonía, poshegemonía, neoliberalismo y posliberalismo en los debates sobre el regionalismo en América Latina. In: ARDILA, M. (ed.). *¿Nuevo multilateralismo en América Latina? Concepciones y actores en pugna*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia. 2016. p. 23-66.

MALAMUD, A. *El malentendido latinoamericano*. Nueva Sociedad, Buenos Aires, nº 266, p. 32-44, nov./dic. 2016.

MIJARES, V.; NOLTE, D. *Regionalismo posthegemónico en crisis. Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 18, nº 3, p. 105-112, jul./sep. 2018.

NATANSON, J. *La integración es un elefante blanco*. Le Monde Diplomatique. Buenos Aires, n. 212, feb. 2017.

PAIKIN, D.; PERROTTA, D.; PORCELLI, E. *Pensamiento latinoamericano para la integración*. Crítica y Emancipación, Buenos Aires, v. 8, nº 15, 49-80, ene./jun. 2016.

PERROTTA, D. *El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina*. Relaciones Internacionales, Madrid, nº 38, p. 9-39, jun./sep. 2018.

PETERSEN, M.; SCHULZ, C. *Setting the Regional Agenda: A Critique of Posthegemonic Regionalism. Latin American Politics and Society*, Miami, v. 60, nº 1, p. 102-127, feb. 2018.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, D. *The Rise of Post-hegemonic Regionalism*. The Case of Latin America. New York: Springer, 2012.

_____. *Claves para leer el regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía*. Perspectivas, Rosario, a. 3, nº 5, p. 6-21, ene./jun. 2018

SANAHUJA, J. A. Del "regionalismo abierto" al "regionalismo post-liberal". Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: MARTÍNEZ, L; PEÑA, L.; VAZQUEZ, M. (coords.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: CRIES, 2009. p. 11-54.

_____. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. (coords.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012*. Buenos Aires: CRIES, 2012. p. 19-71.

_____. *América Latina en un cambio de escenario: de la bonanza de las commodities a la crisis de la globalización*. Pensamiento Propio, Buenos Aires, a. 21, nº 44, p. 13-25, jul./d

Pensamento neoconservador e política externa brasileira: um novo olhar para a América do Sul

Enrique Carlos Natalino
Luís Fernando Baracho

Introdução

O objetivo desse trabalho é explorar a influência das ideias na concepção da política externa do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para a América do Sul. Quais ideias embasaram as escolhas do governo Jair Bolsonaro no campo da política externa e, especificamente, no que concerne à relação do Brasil com a América do Sul? Segundo a vertente teórica ideacional-institucionalista, as ideias são uma variável central para explicar os fenômenos políticos (Hall, 1986; Gourevitch, 1986; Goldstein e Keohane, 1993). Na perspectiva de Goldestein e Keohane (1993), elas funcionam como pontos focais de hierarquização e coordenação de interesses entre lideranças e seguidores. Ao serem adotadas pelos atores políticos que detêm o controle do Estado elas mobilizam símbolos, emoções e lealdades que se traduzem em discursos, narrativas e ações, impactando as escolhas políticas e as ações governamentais. Diante das incertezas da vida social, as ideias agem como "*mapas do caminho*" que estabelecem objetivos e direções estratégicas na vida das nações (Ikenberry, 1993, 1998 e 2001).

Campbell (2002) explora o impacto das ideias no estabelecimento de solidariedade e de perspectivas sobre o futuro dentro dos grupos. As ideias relacionadas à organização da economia, da segurança nacional e da política externa se cristalizam na cultura política e nos aparatos institucionais, sendo mobilizadas para a defesa e para a legitimação de escolhas políticas (Campbell, 2002: 25-26). As mudanças políticas advindas de eleições, crises econômicas, guerras, golpes de Estado e revoluções impactam diretamente no conjunto de crenças vigentes e abrem novas perspectivas de pensamento político. Ao moldar as estruturas institucionais e cognitivas, o acerto ideacional ajuda a legitimar as escolhas das elites na resolução de problemas específicos. Dessa forma, conectam atores e interesses e produzem impacto no processo decisório das políticas públicas.

Nessa direção, o campo de estudos do Pensamento Internacional Brasileiro, ancorado à vertente teórica do Pensamento Político Brasileiro, ajuda a compreender como as ideias de militares, diplomatas, intelectuais e políticos acerca da inserção internacional do Brasil impactaram nas escolhas de política externa ao longo de dois séculos de vida política independente (Belém Lopes, 2016). A capacidade de viabilizar a conversão de ideias em políticas públicas se efetiva por meio da busca de apoios nos grupos de interesse e nos partidos políticos, da elaboração de programas de governo, da habilidade de cooptação da burocracia estatal e da canalização de recursos para viabilizar as ideias políticas (Gourevitch, 1986). As ideias são convertidas em ações por meio de um processo interativo de deliberação e de legitimação de discursos. Dessa forma, não agem de forma isolada, mas em associação com outras variáveis contextuais, como considerações pessoais, interesses de grupos, cultura organizacional, instituições, política doméstica e política internacional (Perissionoto e Stumm, 2017: p. 137).

Na perspectiva de Campbell, a seleção das ideias que influenciam o processo decisório se viabiliza através de instituições formais ou de canais informais, como círculos sociais, comunidades universitárias ou grupos de pesquisa científica. Ao se interconectarem com rotinas e práticas burocráticas, se institucionalizarem em programas de governo, gerarem coalizões de defesa, se mesclarem com as tradições nacionais e se difundirem no meio social, as ideias geram efeitos políticos duradouros (Campbell, 2002: 30-31).

A primeira hipótese que orienta este trabalho é a de que a política externa do presidente Jair Bolsonaro não deita raízes no pensamento conservador político brasileiro em política externa, que remonta à construção do Estado nacional no século XIX e à condução da política externa pelo Barão do Rio Branco, no começo do século XX. A segunda hipótese é a de que a concepção internacional do presidente e do chanceler se embasam num alinhamento político-ideológico ao modelo conservador estadunidense revisitado na presidência de Donald Trump. Para compreendermos o impacto das visões de mundo do presidente na política externa brasileira contemporânea, buscamos explorar as duas vertentes de pensamento conservador em política externa: a brasileira, fundada nas práticas dos homens de Estado do Império e do começo da Primeira República; e a norte-americana, revisitada e adotada pelo governo Donald Trump. A segunda apresentamos como sendo aquela que de fato vem influenciando as concepções de mundo dos tomadores de decisão em política externa do governo Jair Bolsonaro. Assim poderemos entender como o pensamento conservador brasileiro em relações internacionais que nos foi legado não corresponde às escolhas do atual governo no que concerne às relações com a América do Sul.

Conservadorismo e política externa no Brasil: Império e Primeira Velha

As agremiações político-partidárias no Brasil nasceram com o surgimento de facções orientadas por "*afinidade psicológica, pela identidade de opiniões e pela coincidência de interesses*" no processo de Independência (1822), mas só se firmaram efetivamente no período regencial, após 1831, com a renúncia do primeiro imperador (Faoro, 2010: p. 56-59). Durante o seu breve reinado de nove anos, buscou consolidar a centralização política, outorgando a Constituição de 1824 e reduzindo a autonomia das províncias (Faoro, 2010: p. 362). Dom Pedro I simbolizava os compromissos liberais do processo de Independência, marcado pelas contradições de uma sociedade escravocrata e conservadora: "*Era liberal porque sabia respirar o 'ar do tempo', o que o seu irmão não soube fazê-lo ou não quis fazê-lo*" (Scantimburgo, 1996, p. 29), em referência às diferenças entre D. Pedro e seu irmão D. Miguel.

O pensamento político brasileiro na década de 1830 foi marcado pela convivência entre duas vertentes políticas: o liberalismo e o conservadorismo. O período regencial ficou conhecido como um "*ensaio republicano*" entre dois períodos centralizadores (Faoro, 2010). Até 1831 o Imperador tinha prerrogativa de incorporar tratados internacionais sem a necessidade de anuência parlamentar. A partir de 1830, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deveria prestar contar anuais ao Legislativo e obter sua prévia aprovação para a ratificação de tratados internacionais (Ricupero, 2017: p. 152). Desse período em diante, o Parlamento teria participação crescente no debate e nas negociações de política externa, o que correspondia à demanda tanto de grupos liberais, quanto de conservadores.

Enquanto os liberais buscavam uma inspiração em ideias cosmopolitas, universalistas e moralistas, baseadas no Iluminismo e na Revolução Francesa, os conservadores, de outro, se embasavam numa leitura realista e pragmática dos fatos, orientados pela prudência, moderação e experiência. O programa liberal, ensaiado no Ato Adicional (1834), propugnava a descentralização ao estabelecer a eleição bienal para a Câmara dos Deputados, um Senado eletivo e temporário, a supressão do Conselho de Estado, assembleias legislativas provinciais e mais poderes para os intendentes municipais. O programa conservador, numa ótica oposta, encarnado na Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), propunha o restabelecimento dos instrumentos centralizadores (Conselho de Estado e Poder Moderador), de modo a fortalecer a figura do monarca: "*o imperador impera, governa e administra*" (Braziliense, 1878: pp. 12 e 13; Faoro, 2010: p. 363).

O pensamento conservador se valeria da influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos, cujo realismo preconizava soluções que atendessem à razão de Estado. Partidário do liberalismo no início da Regência, Vasconcelos distanciou-se das posições do Padre Diogo Feijó, inspirador da criação do Partido Liberal. Em oposição aos "*avançados*" e aos "*exaltados*", inspirados no federalismo dos Estados Unidos, defendeu

um governo forte e centralizado, capaz de consolidar a monarquia e evitar a fragmentação nacional, num movimento que ficou conhecido como "*Regresso Conservador*" (Weffort, 2011: p. 167-69). Sua liderança política e intelectual seria central na consolidação de um pensamento conservador no Segundo Reinado (1840-1889), sob o trono de Dom Pedro II, tendo como continuadores Paulino José de Souza (Visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) e José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco).

A política exterior do Regresso Conservador e do começo do Segundo Reinado corresponde aos esforços de nacionalização do Estado e de consolidação da unidade nacional. A estabilização política e o funcionamento regular das instituições nacionais – Parlamento, Conselho de Estado, Gabinete de Ministros e Trono – permitia a continuidade no comando de postos-chave e nas ações do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Faoro: 2010: p. 29). O ponto central desse pensamento em política externa era a defesa pragmática do interesse nacional e a ampliação das margens de autonomia externa, seja na busca da hegemonia na Bacia do Prata, na negociação de fronteiras com os países vizinhos, na abolição do Tráfico, na promoção da imigração, na atração de investimentos externos e na ampliação do comércio. As tensões políticas entre liberais e conservadores, reavivadas pela Guerra do Paraguai (1865-1870), levaram ao enfraquecimento do sistema representativo e iniciam um progressivo divórcio entre a monarquia e as elites políticas e econômicas, que se aprofundou com as reformas do Gabinete Rio Branco (Lei do Ventre Livre, desmobilização da Guarda Nacional).

Dom Pedro II, embora influenciado pelas ideias do liberalismo inglês, manteve, em grande medida, os fundamentos do regime centralizador inaugurado pelo seu pai, com uma diplomacia de prestígio e de projeção do Brasil como um polo de estabilidade na América do Sul. Na transição do Império para a República oligárquica, no final do século XIX, o pensamento conservador em política externa girou em torno da busca de soluções para a estabilização política, a reorganização das finanças e a normalização das relações do Brasil com a Europa e com a vizinhança. A primeira década da República oligárquica, após 1889, representaria um distanciamento das linhas pragmáticas do Império, com o apego a um pan-americanismo idealista e ingênuo. Diante da instabilidade política interna, das agitações militares e da desorganização econômico-financeira, a política externa não avançar. Após uma sucessão de dez anos de ministros frágeis à frente do Ministério das Relações Exteriores, a decisão do presidente Rodrigues Alves de convocar o diplomata José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), filho do Visconde do Rio Branco, para assumir a chefia da diplomacia brasileira, representaria o retorno do pensamento conservador para a política externa brasileira.

Político de formação liberal e monárquica, o Barão do Rio Branco era defensor de um Estado com instituições capazes de manter a estabilidade, a ordem interna e o prestígio externo do país. Seu grande temor era o de que o Brasil se igualasse às

repúblicas vizinhas sul-americanas em termos de agitações e de intranquilidades externas, num torvelinho revolucionário capaz de levar à convulsão social e à desintegração nacional. Nesse sentido, retomando as ideias conservadoras do Império, na linha de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do Visconde do Uruguai, advoga o princípio da autoridade e defende a centralização do poder (Bueno, 2003: p. 128; 130-31). Rio Branco conduz negociações de fronteiras com as repúblicas sul-americanas vizinhas, incorporando vastos domínios ao território nacional, na base do entendimento e da negociação. Em Carta direcionada a Joaquim Nabuco, Rio Branco se mostra especialmente cauteloso quanto às reformas políticas feitas com precipitação e de afogadilho, "*da noite para o dia*", com riscos de anarquia e de desestabilização político-institucional (2004: p. 132). Outras de suas preocupações eram eventuais agressões de potências europeias à América Latina, tema recorrente naquele período (2004: pp. 132-133).

A linhagem conservadora da política externa brasileira, retomada por Rio Branco das tradições imperiais, ganhou contornos de linhas-mestras da política externa do Itamaraty nas décadas seguintes. Com a morte de Rio Branco, o mito do Barão tornou-se um elemento de coesão para salvaguardar a autonomia institucional do Ministério nas décadas seguintes. O reconhecimento da importância da experiência histórica e do pragmatismo na condução da diplomacia brasileira, em síntese, constitui o eixo do pensamento conservador brasileiro em política exterior. As referências ao pragmatismo são fartas em nossa história diplomática, como na aproximação com a Inglaterra, grande potência hegemônica do século XIX, sem abrir mão da soberania nacional na extinção do Tráfico (1850), e com os Estados Unidos, potência em ascensão no começo do século XX, ao mesmo tempo em que contínhamos as ambições estadunidenses sobre o Acre. A consagração de princípios como os de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, solução pacífica de controvérsias internacionais e o respeito ao direito internacional daria a tônica do comportamento e da identidade internacional do Brasil. Embalado pelas linhas realistas do Barão do Rio Branco, o Itamaraty desempenhou o papel de memória das tradições da política exterior brasileira, em suas várias dimensões, durante todo o século XX e começo do século XXI.

A pasta das Relações Exteriores teve até hoje mais de cento e setenta ministros. A República teve quase sessenta, dos quais quarenta e três foram políticos. A despeito de cada um dos titulares ter permanecido, em média, pouco mais de um ano no comando da diplomacia brasileira em quase duzentos de história do Brasil independente, a constituição de um quadro permanente de funcionários foi, aos poucos, blindando o funcionamento do Ministério, tornando-o capaz de dar continuidade aos objetivos permanentes do Estado e às linhas gerais de sua política exterior. Danese faz a ressalva de que a continuidade, ao valorizar a experiência, o patrimônio acumulado e as lições do passado da política externa, não equivale a defender continuísmo, o conservadorismo e o "*temor reverencial e acrítico diante do velho, seja ele recente ou pretérito*".

Trata-se, isto sim, de ressaltar a "*importância de ter uma diplomacia definida como política de Estado e diplomatas de carreira, com o patrimônio de uma experiência de quase dois séculos, para conduzi-la*" (Danese, 2009: p. 19).

Na perspectiva de Gelson Fonseca Jr, um dos principais formuladores e intérpretes da política externa brasileira dos últimos trinta anos, não interessa a um país com as credenciais democráticas e com as dimensões e complexidades do Brasil, após o fim da Guerra Fria, levar a cabo uma estratégia defensiva de "*autonomia pela distância*" em relação aos grandes temas globais e regionais. Ao Brasil interessava inserir-se de maneira soberana e autônoma na globalização, participando dos novos regimes internacionais e buscando influenciá-los por dentro. Foram os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso que ajudaram a romper a inércia e isolamento do Brasil em temas sensíveis como política nuclear, meio ambiente, direitos humanos e comércio internacional. Para Lampreia, a política externa

> está vinculada fundamentalmente a interesses nacionais de longo prazo, permanentes. Além disso, ela é por natureza avessa a mudanças inopinadas e às surpresas, que em geral trazem dano à confiabilidade e à credibilidade dos países (…) Nada disso, contudo, significa que a diplomacia esteja isenta de sofrer os efeitos da passagem do tempo. Os países mudam, as sociedades se transformam, envelhecem as visões de mundo, e os diplomatas se defrontam com o desafio de responder aos novos tempos sem perder as referências tradicionais, atualizar-se sem desenraizar-se, abrir-se ao novo sem romper equilíbrios delicados, construídos ao longo de décadas, às vezes de séculos" (Lampreia, 1999).

Em "*Escola da Liderança*" (2009), Sergio Danese sustenta que o desempenho adequado das funções de diplomata exige excelência na formação, visão nacional, republicana e suprapartidária. Na visão do autor, diplomatas que desejem exercer com diligência e sabedoria as suas tarefas na Chancelaria ou em missões no exterior devem integrar uma engrenagem complexa de um aparato burocrático a cargo de "*identificar corretamente o interesse nacional, zelar por ele e encontrar a melhor forma de defendê-lo e promovê-lo na interação com outros parceiros e no conjunto das relações internacionais e regionais do país ou do bloco supranacional em que este se insira por decisão soberana*" (Danese, 2009: p. 14). A imagem do Brasil no exterior, segundo Lampreia, é como um espelho: "*ela reflete os traços marcantes do país, aqueles que o identificam mais fortemente, ainda que de forma passageira, e não as aspirações, os desígnios e as fantasias das suas elites e das suas lideranças políticas*" (Lampreia, 1999: p. 49).[1]

1. A renovação constante do corpo de diplomatas através de concursos públicos é o caminho seguro para vivificar o espírito e o idealismo de uma instituição modelar, que há gerações recebe jovens que logo cedo são chamados a atuar em defesa dos interesses brasileiros em terras estrangeiras. A valorização da meritocracia é uma notícia auspiciosa, caminho que deveria ser seguido em todos os escalões administrativos para modernizar o Estado e torná-lo menos custoso, mais racional e mais eficiente num país em processo de maturação institucional.

O pensamento conservador e a política externa dos Estados Unidos

Na História das Ideias Políticas, o conceito de conservadorismo se reporta a "*ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras*" (Bobbio e Matteucci, 2010: p. 242). O pensamento conservador, cujo precursor foi o pensador inglês Edmund Burke, se contrapôs intelectualmente às ideias iluministas, liberais e democráticas e às inovações científicas. Enquanto na Europa o pensamento conservador buscou, desde o século XIX, enaltecer a solidez dos modelos políticos comunitários e tradicionais, contrapondo-os à fragilidade dos modos de vida individualistas, nos Estados Unidos deu-se o inverso. Sendo a Revolução Americana filha do movimento iluminista, lastreado no indivíduo como agente histórico, o conservadorismo norte-americano dos anos 1950 se colocará como resposta ao avanço do modelo comunitário (Estado de Bem-Estar Social, Direitos Civis coletivos, Sociedade de Consumo de Massa etc.) e terá na preservação/resgate do individualismo "original" da Revolução Americana o seu mote principal. (p. 246).

O pensamento conservador como muitas das referências teóricas e práticas da política contemporânea tem nas revoluções ocidentais do século XVIII e no Iluminismo o ponto de gestação. As revoluções liberais do século XVIII serviram como estímulo para o pensamento conservador. O pensamento conservador se colocava majoritariamente como reação às mudanças imaginadas e praticadas pelas revoluções liberais, em especial a Revolução Francesa. Por um lado, a Revolução Americana em nenhum momento fomentou uma mudança nos padrões culturais, ao contrário, a sua argumentação era no sentido de preservar as "antigas liberdades" dos súditos britânicos consagradas na *common law* e aplicáveis no além-mar (Scruton, 2018). Por outro lado, a Revolução Francesa não apenas inovou o modelo político, em um primeiro momento com uma monarquia constitucional e, em um segundo momento, a república, mas também se estendeu ao campo dos costumes (laicização do Estado). É na instabilidade jacobina e na mudança dos costumes sociais que o conservadorismo encontrou solo fértil para se projetar. Nesse sentido, o grande nome foi o inglês Edmund Burke, cujas reflexões críticas à Revolução Francesa, à agenda revolucionária iluminista e o seu apoio às tradições e aos costumes sociais forjaram os pilares do pensamento conservador. As oscilações políticas e sociais europeias (monarquias se submetendo aos limites constitucionais, reivindicações sufragistas, urbanização etc.) permitiram um rico campo de debates entre liberais, conservadores e, mais tarde, marxistas.

O século XX nos apresentará outra revolução cujas mudanças serão tão marcantes quanto a francesa, a Revolução Soviética. O processo revolucionário russo levará a mudanças políticas, econômicas e sociais que prestarão testemunho prático a uma narrativa que se pretende aplicável a todos os locais em que as condições materiais estivessem dadas, o Marxismo. Se os conservadores de outrora temiam a transformada

revolução francesa exportada pelas baionetas de Napoleão Bonaparte, agora temeriam o pensamento marxista transformado em Revolução Soviética. O conservadorismo ganharia uma nova alteridade e com isso se reconfiguraria como discurso e prática reativas. Entretanto, o antagonismo mundial não estava mais nos polos opostos do Canal da Mancha, encontravam-se nos polos opostos do Ártico, entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O bastão do conservadorismo passará dos britânicos para os estadunidenses. Ao lado do anticomunismo, que não é uma agenda exclusiva do conservadorismo nos Estados Unidos, haverá um processo de fusão com outros temas, cuja predominância é variável, como agenda social e de valores (e.g., política contra o aborto, contra o casamento homossexual, contra o fluxo de imigrantes não-europeus *etc.*) e a agenda de controle fiscal (Frohen, Beer e O.Nelson, 2006). O conservadorismo estadunidense, portanto, foi por muito tempo mais um ponto de encontro de oposição a uma agenda externa (combate ao comunismo) e interna (combate à permissão do aborto ou controle dos gastos sociais), oferecendo uma narrativa a posições políticas concretas, do que um conjunto de obras teóricas coesas. Isso explica a diversidade de rótulos e cismas internos, como "neoconservadores", "paleoconservadores", "tradicionalistas", "libertários", "*tea party*". Sendo assim, nomes como William Buckley Jr., Pat Buchannan, Frank Meyer, Russel Kirk, mostram nuances e variáveis em seu pensamento conservador que é mais fácil identificar o que os separam do que aquilo que os une, além do uso da expressão "conservador" (Gottfried, 2006).

Como parte da camada social sobre a qual o conservadorismo americano irá se firmar e se projetar para além das fronteiras daquele país está o movimento cristão evangélico reformado, que encontrará terreno fértil naquele país. Em grande medida influenciado pelos debates religiosos na Grã-Bretanha em relação às críticas sobre a Igreja Anglicana (e.g., o movimento puritano), os colonos britânicos e os imigrantes da Europa central protestante terão nos Estados Unidos o país por excelência em que as novas correntes do protestantismo se expandirão e prosperarão. Nomes como Gorge Whitefield e John Wesley (metodosimo), Jonathan Edwards (congregacionismo), William Tennent (presbiterianismo), John Clarke (baptismo), John Smith Jr. (mormismo), Ellen G. White (adventismo) mostram o quanto os Estados Unidos contribuíram para a renovação cristã protestante.

Esses grupos irão contribuir de alguma forma para a adesão e formatação a algumas das agendas sociais do conservadorismo estadunidense, especialmente no que diz respeito à agenda social, seja contestando a influência do pensamento científico entre o fim do século XIX e começo do século XX, seja quanto a perda da primazia comunitária sobre serviços públicos como educação e saúde a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (Cromartie, 2006). A expansão das novas comunidades evangélicas sobre as comunidades evangélicas tradicionais (e.g., presbiterianos, luteranos e

calvinistas) já evidente na década de 1970 se mostra presente na política americana nos anos 1980 (Ronald Reagan), 1990 (George Bush) e 2000 (George W. Bush) (Cromartie, 2006). De todo modo, é importante deixar claro que a adesão entre as comunidades evangélicas mais recentes e o pensamento conservador político americano não é uma relação simples e direta, mas antes círculos secantes dotados de muitas nuances internas.

A eleição de Donald Trump se coloca como um interessante divisor de águas, pois em nenhum momento se mostra uma escolha coesa entre conservadores (intelectuais ou cidadãos que se identificam com tal rótulo) e a sua agenda política se mostra seletiva em relação a certos temas. Se por um lado há uma retórica de redução de gastos sociais internos, por outro lado, há práticas protecionistas na esfera internacional. Se por um lado há uma orientação contrária a imigração não-europeia, por outro lado, há uma orientação contra a harmonia e independência dos poderes republicanos. Logo, se Donald Trump é um nome palatável a muitos conservadores, isso não o torna um representante de todos os temas que esse pensamento apresentou na historia política americana.

Nacional-populismo e antiglobalismo: a política externa de Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da República Federativa do Brasil nas eleições presidenciais de 2018. Candidato *outsider,* rompeu com o ciclo de vinte anos de governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e teve 57,7 milhões de votos no segundo turno (55% dos votos válidos). Bolsonaro ascendeu à chefia do Poder Executivo no bojo da rejeição aos partidos tradicionais e com as promessas de combate à corrupção, às práticas clientelistas e às políticas públicas de cunho esquerdista. Os contornos de concepção internacionalista do presidente eleito se tornaram mais definidos com a escolha do novo chanceler, o diplomata Ernesto Araújo, e do Assessor Internacional da Presidência, Filipe Martins. Ambos possuíam visões de mundo que destoavam das diretrizes tradicionais da política externa brasileira desde a redemocratização: universalismo, integração regional e multilateralismo.

Os desdobramentos das novas ideias se fizeram sentir com declarações polêmicas do presidente, do chanceler sobre temas como meio ambiente, direitos humanos e segurança hemisférica, que causaram enorme impacto nos meios políticos e diplomáticos. O ponto central da nova diplomacia era o desejo de um alinhamento ideológico com governos e lideranças de orientação nacional-populista de extrema direita, como Estados Unidos, Israel, Hungria, Polônia, Turquia e Rússia. Durante as eleições brasileiras, Bolsonaro fazia críticas ao alinhamento internacional dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) a governos de esquerda, como Venezuela, Cuba e Bolívia, e ao que chamava de "*ideologização*" do Ministério das Relações

Exteriores (Itamaraty). Durante a campanha, o então candidato fez viagens aos Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Israel. O objetivo era projetar a sua imagem, atrair o apoio de investidores estrangeiros e aproximar-se de lideranças políticas mais ideologicamente alinhadas ao campo da extrema-direita.

As fortes críticas feitas pelo presidente da República, por seus familiares e por seus assessores à aproximação do Brasil com Cuba e com o regime venezuelano nos governos do Partido dos Trabalhadores levaram o Itamaraty a desconvidar os representantes diplomáticos desses países para a posse presidencial. Num gesto para agradar aos grupos evangélicos que o apoiaram, Bolsonaro prometeu que iria promover a transferência da Embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém e rever as relações com o Estado da Palestina. Atacando o governo de Nicolas Maduro, declarou que envidaria esforços para apoiar uma mudança de regime na Venezuela. Fez fortes críticas à "*ideologização esquerdista*" no Itamaraty e disse que considerava até mesmo retirar o Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU). A mudança da política de direitos humanos ficou nítida com a saída do Brasil do Pacto Global para Migrações da ONU.

Em seu discurso de posse no Itamaraty, o diplomata Ernesto Araújo pouco falou sobre o legado da política externa brasileira. Mais do que construir ou apresentar caminhos, preferiu desconstruir o que seria um legado nefasto: a ordem global e as ideologias que a suportam. Por "*globalismo*" e "*ordem global*" o chanceler se referiu ao conjunto de normas, instituições e padrões de relações internacionais nas mais diversas esferas (economia, meio ambiente, direitos humanos, migração etc.) e que se baseia na constatação da insuficiência e da ilegitimidade de ações unilaterais dos Estados.[2] O chanceler se disse defensor do resgate da ideia do Estado-nação e fez elogios rasgados aos governos de países cujas linhas de pensamento corresponderiam às do presidente Jair Bolsonaro: Estados Unidos da América, Hungria, ("nova") Itália, Israel e Polônia. Fora do eixo do Atlântico Norte e do Mediterrâneo, houve uma menção generalista no discurso ao continente africano e ao subcontinente latino-americano. Nada sobre a Ásia. O que se viu foi um discurso de grande eloquência, mas de conteúdo belicoso às bases da inserção internacional brasileira, centradas no multilateralismo (ou globalismo) esboçado ao final do século XIX, tentado no pós-Primeira Guerra Mundial, consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial e criticado no início do século XXI.

2. Esse sistema de cooperação se apresenta de forma difusa e interdependente em vários tratados, organizações internacionais (universais e regionais) e organizações não-governamentais, sendo reforçado pelos avanços tecnológicos nos meios de transporte, de comunicação e de produção de bens e de serviços. O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), marcou, de certa forma, o apogeu da ordem global, a ponto do pensador liberal norte-americano Francis Fukuyama ter, precocemente, anunciado a sua perenidade como o "*fim da historia*" (1992).

O chanceler de Jair Bolsonaro publicou, semanas depois, em seu blog "*Metapolítica*", um artigo intitulado "*Contra o Consenso da Inação*", no qual critica as tradições diplomáticas brasileiras e as linhas de política exterior das últimas décadas. Seus alvos preferenciais foram o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e o embaixador e ex-ministro Rubens Ricúpero, que fizeram contundentes críticas às linhas diplomáticas do atual governo.

A ideologia e o sectarismo apresentadas em seus escritos são bússolas pouco precisas na condução da política externa. O governo Jair Bolsonaro mostra-se, nesse sentido, incapaz de lidar com o peso das tradições diplomáticas e com os desafios da realidade. Ao invés de agir com pragmatismo, deixa-se levar pela ideologia. A subversão da hierarquia no Itamaraty, com a promoção, a postos de chefia, dos diplomatas menos experientes, conseguiu promover a paralisia dentro de um Ministério que, tal qual as instituições militares, valoriza a experiência e a senioridade. A reforma dos currículos do Instituto Rio Branco, por sua vez, reduziu drasticamente o espaço reservado à história da política externa brasileira e ao pensamento diplomático na formação dos profissionais. No novo programa da academia diplomática, a América Latina também cede lugar ao estudo dos textos clássicos, reforçando a tradição ensaística e bacharelesca da formação dos futuros negociadores brasileiros.

A política externa implementada para lidar com a pior crise política, econômica e humanitária na vizinhança do Brasil em quase um século, ao deixar de seguir as tradições diplomáticas nacionais, transformou o Brasil em expectador dos acontecimentos na Venezuela. Como ressaltou o embaixador Rubens Ricúpero em conferência no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Brasil abdicou da sua liderança, peso e influência como maior país da região. Deixou que o governo de Donald Trump, que desconhece a realidade da região e possui interesses geopolíticos distintos, tomasse conta de uma agenda que deveria ser, essencialmente, capitaneada pelo Palácio do Planalto e pelo Itamaraty, em coordenação com os governos e as respectivas chancelarias da região. As instituições sul-americanas, criadas nas últimas três décadas com a liderança do Brasil para lidar com crises regionais sem a ingerência dos EUA, foram alijadas. Voltamos à era das intervenções estadunidenses sobre o espaço continental como, a Doutrina Monroe (1823), do *Big Stick* (1902-1909) e diplomacia do dólar (1909-1913).

Preocupados com os desdobramentos dos eventos, com a falta de experiência do novo chanceler e com os posicionamentos da ala bolsonarista radical instalada no Itamaraty e na Assessoria Internacional da Presidência da República, os militares assumem papel crescente no trato da questão venezuelana dentro do governo, tendo à frente o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Diante das vacilações do Presidente e do Chanceler, Mourão se torna uma personagem cada vez mais central em questões relacionadas à crise na Venezuela, às relações com a China e com os

países árabes. Na reunião do Grupo de Lima, em que liderou a delegação brasileira, Mourão descartou o apoio do Brasil a uma aventura militar e insistiu no aumento da pressão diplomática e política para isolar o regime de Nicolas Maduro. Divergindo de Araújo, foi claro: ingerência militar externa só piora a situação, criando problemas para um futuro governo em Caracas, que já nasceria com o rótulo de ter sido fruto da árvore envenenada da imposição externa. Diante do esvaziamento da diplomacia presidencial – como se viu no pífio discurso do chefe de Estado no Fórum Econômico de Davos (Suíça) – e da desidratação do papel moderador do Itamaraty, o vice-presidente, quase que por gravidade, tem assumido o papel de chanceler *de facto*.

Houve, na prática, uma inversão de papeis: os diplomatas se tornaram os radicais e os militares, os moderados. Entre defender o bolsonarismo radical do chanceler e a autonomia e soberania nacionais, os militares brasileiros claramente optaram pela segunda opção, agindo como moderadores, bombeiros e redutores de danos. O atual governo e seu Chanceler talvez ignore que foram os militares (governo Ernesto Geisel) que deram um passo importante para romper com o alinhamento quase automático do Brasil com os EUA, postura levada a cabo desde o governo Dutra, com um breve interregno durante a Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, reforçando os espaços de autonomia nacional na formulação da política externa brasileira. Ademais, a tradição centenária do Brasil, desde o Barão do Rio Branco, sempre foi a de buscar resolver controvérsias internacionais através do diálogo, da negociação e da desdramatização da agenda internacional. Essa foi a postura da diplomacia brasileira, com diferentes ênfases e estilos, de José Sarney a Michel Temer.

A diplomacia de Jair Bolsonaro à luz da circunstância regional sul-americana

O Brasil fez uma leitura diferenciada, dentre as muitas existentes, no amplo feixe de possibilidades da integração latino-americana. Engajou-se, no dizer do ex-Chanceler Celso Lafer, em fazer a melhor política e a melhor economia de sua geografia.[3] Talvez o precursor mais ilustre dessa iniciativa de integração sul-americana tenha sido o Barão do Rio Branco, que mesclando o pan-americanismo dos republicanos com as

3. O conceito de América Latina teria sido cunhado pelo imperador Napoleão III ao referir-se à área de expansão da França no continente americano em fins do século XIX. A denominação genérica para a região de colonização ibérica nas Américas foi legitimada no começo do século XX e acabou por prevalecer como sinônimo de países menos desenvolvidos do hemisfério, com forte significação socioeconômica. O romantismo seminal do conceito não escapou ao filtro da História e deu lugar, após a Segunda Guerra Mundial, à consciência coletiva dos interesses propriamente latino-americanos, plasmados de forma mais sistêmica no processo de gestação de iniciativas de integração econômica regional e sub-regional. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 e vinculada ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU), formulou pela primeira vez uma concepção de América Latina como expressão política e internacional.

melhores tradições do Império, fez da circunstância sul-americana o foco prioritário da política exterior brasileira, entre os anos de 1902 e 1912. A ideia de América do Sul, resultante de uma vivência histórica e imposição física pelo fato de o Brasil ser roçado de alto a baixo por vizinhos numerosos e diversos, ganhou dimensão concreta a partir dos anos 1950, com a celebração de acordos que organizaram econômica e politicamente o espaço sul-americano em torno de uma comunhão de valores e objetivos. O presidente Juscelino Kubitschek propôs, em 1958, a criação da Operação Pan-americana (OPA), que buscava coordenar os países latino-americanos em torno de uma agenda econômica e política voltada a afastar o comunismo do continente por meio de um amplo programa de desenvolvimento. Dessa iniciativa, surgiu, em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).[4]

A América do Sul é o espaço em que se forjou nossa educação diplomática e onde se exercita no cotidiano a conversão das velhas fronteiras-separação em modernas fronteiras-integração. Dois empreendimentos político-diplomáticos consubstanciam essa ideia: o Tratado de Brasília (1969) e o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) que organizaram, respectivamente, os países vizinhos das bacias do Prata e do Amazonas em torno do compartilhamento pacífico e soberano e dos seus recursos naturais. Fato gerador de sociabilidade e gregarismo, a dispersão das rivalidades entre Brasil e Argentina após a assinatura do Acordo Tripartite (1979) tornou possível que ambos os países abraçassem, na década de 1980, uma agenda inédita de cooperação e de integração após a redemocratização dos dois países, explicitada no Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (1986) e no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988).

A própria Constituição Federal de 1988 previu, em seu Art. 4º, que a República Federativa do Brasil deve engajar-se na formação de uma comunidade latino-americana de nações. O êxito da aproximação Argentina-Brasil foi de tal ordem que os dois países, mais Paraguai e Uruguai, assinaram, em 1991, o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o mais ambicioso dos empreendimentos de que o Brasil já participou na América do Sul. Emulando a integração europeia do pós-guerra, em especial o eixo França-Alemanha, o Mercosul ambicionava acelerar a integração entre as economias argentina e brasileira, juntamente com as dos dois demais membros menores, num eixo sinérgico de promoção da integração econômica e da projeção internacional.

4. O Brasil foi ainda um dos idealizadores da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, rebatizada depois de Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980. Ajudou a fundar a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no âmbito da CEPAL e exerceu forte, combativa e permanente liderança entre os países latino-americanos nos foros internacionais nos anos 1960 e 1970.

América Latina e América do Sul não são conceitos excludentes na história recente da política exterior brasileira. Ao contrário, são conceitos que se complementam. Sob a gestão Itamar Franco, o Brasil propôs, em 1993, uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), patrocinada pelos Estados Unidos. O fortalecimento do Mercosul teve um capítulo importante com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (1994), que deu personalidade jurídica internacional ao bloco e delimitou as competências dos seus principais órgãos. Em 2000, na I Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, realizada em Brasília sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, surgiu a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), na qual os governos acordaram realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações especificar para estimular o desenvolvimento de eixos sinérgicos de integração. As negociações para a concretização da ALCA foram impulsionadas nas diversas Cúpulas das Américas e nos comitês negociadores com a presença de representantes de todos os países americanos (exceto Cuba), mas perderam empuxo com a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em quase todos os países da região.

Ao invés de incentivar o eixo econômico-comercial da integração, como vinha se fazendo nos anos 1990 com o Mercosul e com a ALCA, optou-se por fortalecer a componente político-social. Nesse sentido, para acelerar a integração do continente, doze países sul-americanos, reunidos e 2004 na cidade de Cuzco, no Peru, formaram a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), posteriormente rebatizada de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O novo nome da entidade foi formalizado em 2008, no Tratado Constitutivo da UNASUL, assinado em Brasília, em 2008. Sua sede foi instalada em Quito, no Equador, e seu parlamento, em Cochabamba, na Bolívia. A circunstância política em que a entidade foi criada, no auge da ascensão da denominada Onda Rosa (ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda ao poder), levou a que fosse utilizada como instrumento de projeção diplomática do Brasil na América do Sul nos anos Lula (2003-2010). Por possuir uma dimensão mais política do que econômica, a UNASUL permaneceu a reboque da orientação dos governos da região. Essa diretriz, se por um lado a manteve como foro de articulação diplomática, por outro prejudicou a continuidade de programas e de ações conjuntas, dependentes de cooperação, vontade política e disponibilidade orçamentária.

A ambição de objetivos e a enormidade de temas abarcados pela UNASUL, entretanto, trouxeram a duplicação de esforços que já se realizavam no âmbito do Mercosul e a dispersão de energia político-diplomática por parte dos governos da região. O mecanismo consensual de tomada de decisões também foi considerado um problema para o funcionamento da organização, bloqueando iniciativas que contrariassem interesses de um ou mais países. A presença de países do eixo bolivariano (Venezuela, Bolívia e

Equador), sob a liderança de Hugo Chávez (e depois de Nicolas Maduro), inicialmente justificada como um elemento de neutralização do radicalismo diplomático desses governos, acabou se tornando contraproducente. O golpe fatal no funcionamento da entidade foi a recusa dos governos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru de aceitar a nomeação do presidente boliviano Evo Morales para a presidência *pro tempore* da UNASUL, em 2017. Desde o término do mandato do ex-secretário-geral Ernesto Samper, a entidade encontra-se sem comando. Não houve acordo sobre quem ocuparia o seu lugar. Desde 2014, também não se realizam mais cúpulas de chefes de Estado e de governo.

Na prática, a Declaração Presidencial de Santiago (Renovação e Fortalecimento da Integração na América do Sul), assinada pelos chefes de Estado de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, lança uma pá de cal sobre o caixão da UNASUL. A nova entidade prevista, a PROSUL, porém, não previu tratado internacional, organização constitutiva, conselho de chefes de Estado e de Governo, conselho de ministros das relações exteriores, um orçamento e um secretariado. Sua missão se resume ao que foi mencionado na declaração: tornar-se um espaço de promoção integração mais efetiva, pragmática e simples, sem custos, visando promover a "vigência da democracia e da ordem constitucional" nos países signatários. Ora, sabe-se que tanto o Mercosul quanto a UNASUL possuem mecanismos de salvaguarda desses valores – as chamadas cláusulas democráticas. O Mercosul, por exemplo, aplicou o Protocolo de Ushuaia em diversas ocasiões.

O Brasil ajudou a resolver pacificamente diversas crises políticas na América Latina valendo-se da sua tradicional postura cautelosa e conciliadora, baseada no multilateralismo e sustentada nos princípios da solução pacífica de conflitos e da não-ingerência, consagrados no Art. 4º de nossa Constituição Federal. A manutenção de uma postura neutra, mas não-indiferente, é essencial para a mediação de um conflito político. É possível ser firme, propositivo e engajado, buscando soluções razoáveis, justas e equilibradas, sem tomar perigosamente parte no conflito interno de outras nações. Nas crises fronteiriças entre Peru e Equador, entre 1995 e 1998, que quase levaram a uma guerra regional na América do Sul, o Brasil intermediou um acordo de paz histórico entre os dois países sul-americanos, costurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A postura da diplomacia brasileira foi a de oferecer os bons ofícios aos países vizinhos, chamando os seus líderes para o diálogo bilateral. A crise foi resolvida com panos quentes, conversas e seguidas rodadas de negociações, com o Brasil oferecendo o seu território como cenário neutro para as tratativas e o Itamaraty oferecendo apoio total ao processo.

Ao abdicar das suas tradições diplomáticas e ficar a reboque da diplomacia dos Estados Unidos (como em 1965, quando participamos da desastrosa intervenção militar na República Dominicana) o Brasil perde a oportunidade de assumir um papel

propositivo, moderador e construtivo para negociar a transição política pós-chavismo na Venezuela. Perde ainda credibilidade internacional como potência média e como ator regional, incapaz de encaminhar a resolução de conflitos na sua vizinhança sem a interferência de potências extra-regionais. Na Venezuela, governo e oposição medem forças. Possuem aliados internos e externos. Enquanto o governo controla o aparato estatal, a oposição detém o apoio de governos estrangeiros e de parcela da população. As forças armadas respaldam o governo, sem que fissuras tenham sido detectadas na coalizão cívico-militar chavista. Nenhum dos dois lados parece querer ceder e uma escalada de violência pode mergulhar o país numa guerra civil, com consequências nefastas para a população e desdobramentos ainda mais sérios para a crise imigratória.

Ao Brasil não interessa uma guerra civil e muito menos um conflito regional em sua vizinhança. Por isso o Itamaraty deveria ter sido mais cauteloso em suas ações, ao invés de precipitar-se no reconhecimento do governo interino de Guaido. Com exceção dos apoios que restam ao regime chavista (militares, chineses e russos), é consenso que chegou o fim da linha para Nicolas Maduro. A questão não é se permanecerá ou não no poder, mas por quanto tempo e de que forma será feita a sua substituição: pacificamente ou com violência. Para que uma crise dessas proporções seja resolvida sem um conflito regional e o derramamento de sangue venezuelano, é preciso haver diálogo entre todos os atores envolvidos.

O Brasil está inserido em muitos foros e arranjos internacionais a partir dos quais pode contribuir com a atual crise; entre esses destacamos o Grupo de Lima e o BRICS. A partir do primeiro, o Brasil contribui para uma postura homogênea no hemisfério americano e a partir do segundo, poderia trabalhar em conjunto com países-chave para a Venezuela, como China e Rússia. Mais inteligência, discrição e diálogo, menos fanfarra - lições clássicas da diplomacia de Rio Branco que deveriam ser sempre observadas no trato de crises na América do Sul. Nesse sentido, há sérias dúvidas acerca do efetivo compromisso do governo de Jair Bolsonaro e de sua política externa com os processos de integração econômica, política e social da América do Sul. O alinhamento político-militar aos Estados Unidos, a aceitação da ingerência do governo estadunidense na crise venezuelana e a apologia aos regimes militares violadores de direitos humanos dos anos 1960, 1970 e 1980, mostram um enorme distanciamento da diplomacia bolsonarista dos valores, ideias e ações que pautaram a inserção regional do Brasil nas últimas décadas.

Conclusões

A política externa, uma das principais construções de um Estado, é forjada ao longo de séculos de acúmulo de experiências históricas. Nesse sentido, o conceito que melhor se prestou como pedra angular da política externa brasileira, sustentando a sua construção ao longo do tempo, foi o pragmatismo, base da política externa dos

conservadores do Império (Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José de Souza) e da República (Barão do Rio Branco). O reconhecimento da importância do pragmatismo como vetor de uma política externa a serviço do desenvolvimento do Brasil, em todas as suas dimensões (política, econômica, social, ambiental e tecnológica), tem no Itamaraty uma instituição de grande envergadura. Da sua criação, em 1822, até o alvorecer do século XXI, a instituição desempenhou o papel de memória das tradições realistas na política exterior, forjadas no conservadorismo imperial e proto-republicano.

O Brasil tem sido um polo de estabilidade, de paz e de integração no subcontinente sul-americano nas últimas três décadas. Ajudou a encerrar rivalidades centenárias na Bacia do Prata ao promover entendimentos bilaterais com a Argentina, base da construção do Mercosul. Ajudou a conduzir uma solução pacífica nas disputas fronteiriças entre Equador e Peru, evitando uma guerra regional. Agiu com firmeza em duas tentativas de golpe de Estado no Paraguai, preservando a ordem constitucional. Participou, como protagonista, da Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Ajudou a fazer da realidade geográfica uma oportunidade de integração econômica ao criar as cúpulas sul-americanas e os projetos de interconexão das infraestruturas nacionais (projeto IIRSA).

Em décadas mais recentes, a construção do Mercosul ajudou na superação pragmática de rivalidades entre Brasil e Argentina em nome da construção de uma América do Sul segura, integrada e próspera. O mesmo senso pragmático guiou a participação do Brasil nos grandes foros internacionais de meio ambiente, comércio internacional, direitos humanos e desarmamento, após a Guerra Fria, assim como a busca da diversificação de mercados na era do boom das commodities. A América do Sul, longe de espaço de ingerência de atores externos, deveria ser fator de densidade que reforça a base regional de nossa inserção autônoma, múltipla, plena, máxima e adulta no mundo contemporâneo. A heterogeneidade, a pluralidade, as peculiaridades e as contradições dessa imensa região proporcionam pontes naturais entre o Brasil e os povos de colonização majoritariamente hispânica com alguns desafios socioeconômicos similares aos nossos, indispensáveis para unir as democracias por estreitos vínculos econômicos e valores políticos comuns, além de catalisar mudanças na ordem internacional.

A política externa, para ser bem conduzida, requer a escolha das estratégias e das ações mais adequadas para a defesa do interesse nacional. De potência regional moderadora e construtiva na América do Sul, no entanto, nos rebaixamos a um ator secundário numa disputa política, econômica e militar que envolve atores externos e sérias consequências para a estabilidade, segurança e desenvolvimento. O Brasil abdicou da sua autonomia, da sua identidade internacional e da sua liderança regional ao aderir acriticamente ao trumpismo e ao perfilar-se ao lado de lideranças autocráticas e isolacionistas como Benjamin Netanyahu, Vladimir Putin, Viktor Orbán e Tayyip Erdoðan. As lições das tradições do Itamaraty e de políticas exteriores passadas deveriam

iluminar as reflexões e as decisões do presente, evitando ainda mais dissabores futuros. Em tempos de niilismo, de guinadas radicais e de ventos populistas, as lições ancestrais dos construtores da diplomacia brasileira, ao longo de dois séculos, permanecem vivas nos manuais de História do Brasil, como faróis a lanças luzes sobre as trevas do presente.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes**.** In: Pimentel, J. (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro:* Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume I. Brasília: FUNAG, p. 15-40, 2013.

BELÉM LOPES, Dawisson. Da Razão de Estado ao Republicanismo Mitigado: Uma Narrativa Faoriana sobre a Produção da Política Externa Brasileira. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 2, 2014, pp. 481 a 516.

BOBBIO, Norberto e MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política***.** 13ª ed. Brasília: UnB, 2010

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu 1902-1918*. São Paulo: Paz e Terra, p. 128, 2003.

BRASILIENSE, Américo. *Os programas políticos dos partidos e o segundo império*. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, pp. 12 e 1, 1878.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira***.** 5ª ed. UnB, 2014.

CAMPBELL, John L (2002). Ideas, Politics, and Public Policy. *Annual Review Sociology*. 28: 21-38. Downloaded from arjornals.annualreviews.org by CAPES on 05"04"05.

Conservatism, Culture Wars, Neoconservatism, Paleoconservatism e Puritanism. In: *American Conservatism: an encyclopaedia*. 2ª ed. Bruce Frohnen, Jeremy Beer e Jeffrey O. Nelson (ed.). Wilmington: ISI Books, 2006.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. *A escola da liderança. Ensaios sobre política externa e a inserção internacional do Brasil***.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder***.** 3ª ed. Rio de Janeiro: O Globo, p. 362, 2010.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert Owen. *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change.* Cornell: Cornell University Press, 1993.

GOUREVICTH, Peter (1986*). Politics in hard times: comparative responses to international economic crisis*. Ithaca and London: Cornell University Press..

HALL, Peter. *Governing the economy: the politics of state intervention in Britain and France*. New York, Oxford University Press, 1986.

IKENBERRY, John. Historical Institutionalism and Foreign Policy Analysis: The Origins of the National Security Council Revisited**.** In: *Foreign Policy Analysis,* vol. 7, nº 1: 27-44, 1993.

IKENBERRY, John G. Conclusion: An Institutional Approach to American Foreign Economic Policy**.** In: Ikenberry, G. John; Lake, David A.; Mastanduno, Michael (eds.). *The State and American Foreign Economic Policy*. Ithaca, NY.: Cornnel University Press, 1998.

IKENBERRY, G. John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões.* Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 1999.

PERISSINOTTO, Renato and STUMM, Michelli Gonçalves. *A virada ideacional: quando e como ideias importam*. In: *Revista Sociologia Política*, vol. 25, nº 64, pp.121-148, 2017.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCANTIMBURGO, João. *História do Liberalismo no Brasil*. São Paulo: Ltr, 1996,

SCRUTON, Roger. *Conservatism: an introduction to a great tradition*. Londres: All Points Books, 2018.

WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro. Ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

PARTE III

HERANÇA COLONIAL: A COMPLEXIDADE NOS CONCEITOS DE NAÇÃO, CLASSE E RAÇA

O processo de reconstrução e abertura do Estado peruano (1883-1890)

Paulo Cesar Rebello de Oliveira*

Introdução

Com a independência em 1821, o governo peruano, representado pelo libertador *Simón Bolívar*, se viu obrigado a realizar o primeiro endividamento externo da história independente do Peru, ao buscar empréstimos na Inglaterra visando a consolidação da independência peruana em um contexto de paralisia produtiva e escassez de moeda. A ausência de recursos para pagar os empréstimos realizados durante o período independentista refletiu a ineficiência do Estado e, apenas no ano de 1842, os recursos da produção de guano forneceram as condições necessárias para a quitação da dívida externa produzida após a independência, cuja somatória, realizada no ano de 1849, era equivalente a vinte milhões de pesos.

Nos dez anos que separam 1862 e 1872, o Estado peruano buscou novos empréstimos que elevaram a dívida externa a trinta e sete milhões de libras esterlinas (£37.000.000) que só conseguiram ser negociadas após a Guerra do Pacífico com a assinatura do Contrato Grace, em 1889. No entanto, a política de endividamento externo prosseguiu e, com a recuperação econômica, o Estado recorreu, novamente, ao endividamento externo para financiar obras públicas, sendo uma prática recorrente durante todo o período analisado.

Visando traçar a trajetória da situação política entre o início da guerra com o Chile até a ascensão de Nicolás de Piérola, ou seja, entre 1879 e 1895, é notável a instabilidade na região, especialmente no Peru, e apresentando a ineficácia das instituições em lidar com os problemas apresentados pelas questões internas e externas na região. A criação de um Estado moldado em um modelo excludente de nação e com forte base no caudilhismo representou a ausência de uma base social, política e econômica em direção a construção de um Estado funcional. Entre os anos de 1820 e 1842, o Peru passou com quatorze anos de guerras internas, somando ao menos, três Guerras Civis, entre 1854 e 1895 (Basadre, 2014).

* Mestrando em História Política. Bacharel em História. Bacharel em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. E-mail: rebellopaulo1@gmail.com

O conceito de Estado aqui é utilizado é derivado dos escritos de Maquiavel e Hobbes. Para Maquiavel, a discussão sobre como os príncipes deveriam manter sua lealdade, delimita duas formas de se lutar pela manutenção do poder, sendo elas a força e o uso das leis, assinalando que a força é uma característica dos animais e a lei, dos homens. Sendo assim, o príncipe, em suas palavras, deve saber como utilizar os atributos dos animais e dos homens quando necessário. Voltando-se aos escritos políticos da Antiguidade Clássica para embasar esta teoria, ao afirmar que pensadores e teóricos à época alegaram que grandes heróis gregos, como Hércules, Aquiles e Teseu, foram ensinados pelo centauro denominado Chiron, reconhecido por suas habilidades na medicina, profecia e caça, indicando que a educação realizada por uma criatura que possui características animalescas e humanas, os instruiria a utilizar o conhecimento destas duas naturezas (Maquiavel, 2008). Hobbes, ao abordar o Leviatã, apresenta o Estado como um ente fundamental na manutenção das relações sociais, tendo em vista o estado de natureza vivido no período anterior a sua criação, buscando demonstrar a existência da condição natural de *bellum omnium contra omnes*, ou seja, a guerra de todos contra todos, quando ocorre a ausência de uma liderança forte o bastante para conter os ímpetos naturais (Hobbes, 1998).

Nesse sentido, o presente artigo buscará apresentar as principais meditadas adotadas pelos governos que estiveram no poder após a Guerra do Pacifico apresentando, em linhas gerais, a formação do Estado peruano após o conflito e como as ações, pessoais ou em conjunto, levaram ao desenvolvimento da economia peruana e os reflexos na formação do Estado nacional durante o período supracitado.

Aspectos gerais: a guerra do pacífico e reconstrução

Ao analisar o período da Guerra do Pacífico e a concessão territorial realizada com a assinatura do Tratado de *Ancón*, em 20 de outubro de 1883, é fundamental compreender que o Peru se encontrava, a partir de uma breve análise militar do conflito, em constante decadência desde a tomada do poder marítimo durante a batalha de *Angamos* e a morte do Almirante Miguel Grau, e a partir da questão política, em um clima de instabilidade que se refletiu nas decisões políticas de Francisco García Calderón, presidente entre março e novembro de 1881, o qual acreditava que o Chile aceitaria a negociação da rendição a partir da não concessão de territórios peruanos, tendo em vista que as origens do conflito não foram essas, além de contar com o apoio do governo dos Estados Unidos, pois este governo havia tentado mediar o conflito desde 1880.

Entre iglesias e cárceres: caminhos políticos e casos excepcionais

Após o maior conflito bélico da história do Peru desde os conflitos independentistas, a complexidade e instabilidade nas esferas política, econômica e social suscitaram um embate político que levou ao chamado Segundo Militarismo. Durante este período, os

militares se tornaram, novamente, os *caudillos* da política peruana e foram representados pelo responsável pela assinatura do Tratado de *Ancón,* Miguel Iglesias, e pelo herói da campanha de *Brenã*, Andrés Cáceres.

Buscando apresentar o cenário político envolvendo estes dois *caudillos*, é importante notar que o Peru necessitava de um líder autêntico para levar a cabo a construção de uma identidade nacional peruana, denominada *peruanidad*, a qual havia sido perdida em razão da maioria da população peruana, ou seja, os indígenas. Nesse sentido, buscava-se uma liderança que fosse capaz de não apenas reconstruir o Estado e suas instituições, mas de regenerar um sentimento nacional que foi construído de forma precária durante a independência e destruído de forma particular durante a conquista de Lima pelo exército chileno e a perda dos territórios ao sul do Peru.

No entanto, não é adequado afirmar que houve um processo de construção democrática ou de restauração do sistema político vigente. Iglesias não foi eleito pelo voto, mas se encontrava no poder quando o conflito terminou e, com isso, assinou o supracitado tratado e este deveria ter sido ratificado pelo Congresso e, com isso, deveria ocorrer a realização de novas eleições. Apesar da ocorrência de novas eleições, existem alguns fatos que merecer ser observados, sendo eles a existência de apenas um candidato, Miguel Iglesias, e a não ocorrência das eleições na maior parte do território peruano em decorrência da ocupação chilena.

Com a ocorrência de uma assembleia – ocorrida com pouca discussão – Iglesias foi escolhido presidente e ocorreu a assinatura do Tratado. Após a assinatura do documento, Iglesias conseguiu ascender ao cargo de presidente *de facto* da República, o que não escondeu sua incapacidade política: escolheu, para assumir três grandes ministérios, seu irmão, Lorenzo, que comandou os ministérios de *Relaciones Exteriores, Justicia, Culto e Instrucción; Gobierno, Policía, Obras Públicas, Estadística y Guerras y Marina; y Hacienda, Comercio y Beneficencia*. Nesse cenário, Cáceres, o outro *caudillo* militar estava se preparando para derrubar Iglesias através de uma aliança política e do poder militar (Peralta, 2015).

Cáceres, tido como o defensor de um nacionalismo indígena, se diferenciava do atual presidente por ter sido um herói de guerra e por, além disso, comandar um exército cuja maioria falava quéchua, além de viver nas mesmas condições que os seus soldados. Durante a tomada de Lima pelo *brujo de los Andes*, Iglesias se viu rendido e sem apoio popular. A partir desse momento, Iglesias ofereceu sua renúncia ao passo que os dois não teriam mais pretensões ao governo peruano e, assim, novas eleições seriam realizadas (Peralta, 2015).

Apesar do proposto por Iglesias, é necessário voltar ao ano de 1884 e verificar as alianças que foram realizadas a partir desse ano. Nicolás de Piérola, que viria a se tornar presidente, fundou o *Partido Demócrata* no mesmo ano em que se criava o *Partido Liberal.* Pedro José Calderón fundava o *Partido Conservador*. O *Partido*

Civil, fundado em 1871, ao lado do *Partido Liberal,* integraram uma alternativa política e apoiaram ao general Cáceres, sendo criado o *Partido Constitucional.* Com a formação destas alianças política, Iglesias deportou Piérola, o qual se manteve fora do movimento que apoiava Cáceres; o líder do Partido Liberal, entre outros agentes políticos e sociais que se apresentavam como opositores ao regime (Peralta, 2015)

O governo de Andrés Cáceres ficou conhecido como *Reconstrucción Nacional* pois buscou aliar elementos de cunho político, social e econômico na busca pela renovação do Estado e das instituições peruanas. Durante o seu governo, houve o desenvolvimento econômico do Peru e, com isso, o nascimento de um Estado fortalecido, pela primeira vez, após a Guerra do Pacífico.

O governo Cáceres se apresentou como uma dinâmica dúbia: um governo instável que foi capaz de reorganizar as finanças e a dinâmica econômica peruana. Suas principais atuações buscaram reorganizar as finanças do Estado e quitar (ou minimizar) a dívida externa adquirida pelo seu país. Algumas das maiores realizações do seu governo foram a assinatura do Contrato Grace, a criação do Banco Italiano (o qual se tornou o *Banco de Crédito del Perú)* e a criação da *Cámara de Comercio de Lima*.

Apesar da transformação econômica presente no governo Cáceres, seria um equívoco afirmar que tais ações foram decorrentes da instabilidade política do regime. Não houve estabilidade política durante o governo Cáceres. O governo foi marcado pela ascensão e renúncia de diversos gabinetes, sendo eles os gabinetes *Solar, Araníbar, Álvarez, Elías,* entre outros (Basadre, 1968).

O governo Cáceres foi responsável pela ampliação dos recursos econômicos oriundos dos rendimentos aduaneiros, pois as principais rendas vinham do *guano* e do *salitre.* Além disso, foram criados impostos para o álcool, tabaco, entre outros. A assinatura do Contrato Grace tenha sido um dos maiores marcos das políticas econômicas do governo em questão, pois este foi responsável pela reestruturação da dívida externa peruana e gerou grandes debates na mídia, sociedade e na comunidade política do Peru.

Os principais pontos que levaram ao aceite da proposta do contrato foram

> *1°) la necesidad que tenía el país de rehabilitar su crédito tanto en el exterior como en el interior para dar impulso al desenvolvimiento de sus fuerzas económicas, poner en movimiento papeles de crédito y capitales que estaban reducidos a la inacción y crear nuevas y más poderosas fuentes de recursos; 2°) la conveniencia de terminar algunas líneas férreas, de adelantar la construcción de otras, de reparar y poner en estado de servir con regularidad las que se encontraban en lamentable estado de deterioro; 3°) la importancia de facilitar el estudio y la explotación a un alto nivel de las riquezas de los principales centros mineros; 4°) la utilidad de crear nuevos centros de población ofreciendo las mayores facilidades y estímulos a la inmigración, 5°) el deber de atender por cuantos medios fuera posible al desarrollo en vasta escala de los intereses materiales de la República; 6°) la eficacia para asegurar los*

> *antedichos beneficios mediante la estipulación de garantías para el mejor éxtito de la negociación y salvando, en todo, los fueros inherentes a la soberanía nacional* (Basadre, 1963).

Ou seja, o contrato tinha como objetivo não apenas a quitação da dívida externa, mas promover o desenvolvimento a partir da estabilidade econômica perdida nos anos anteriores e durante a guerra com o Chile. É possível notar, ainda, a presença da visão do desenvolvimento do Estado peruano com a cooperação internacional, especialmente quando se é analisada a balança comercial no pós-guerra, onde o pragmatismo se fez vigente. Os países que mais exportaram para o Peru durante o período foram, respectivamente, a Inglaterra, França, Chile, Alemanha, Estados Unidos, China e Itália.

Nacionalismo

Ao abordar as diretrizes políticas e econômicas do Estado peruano, faz-se necessário apontar questões voltadas ao âmbito social e, consequentemente, ao nacionalismo presente durante e após o conflito com o Chile. Nesta seção, alguns conceitos referentes ao desenvolvimento do nacionalismo peruano serão abordados para maior compreensão teórica e metodológica. O conceito desenvolvido e analisado será o de nacionalismo beligerante.

Entrando no conceito em questão, o de nacionalismo beligerante, aceitamos que o conceito de nacionalismo ou, em outras palavras, o culto a nação, surgiu com a Revolução Francesa e que não era plausível a existência de um regime daquele existente no Velho Mundo. A partir deste ponto, é possível salientar que o conceito de cidadão no Peru independente residia na realização de um trabalho que não fosse submisso ao outro ou possuir alguma terra. A lógica existente entre o Monarca e o Estado foi substituída, pela República, por uma relação político-jurídica. Nessa lógica o *caudillismo* exerce um papel fundamental e é possível nota-lo nos seguintes momentos: 1) guerra da independência; 2) ao impor sua forma de governo e 3) promoção do nacionalismo pela diferença, através de conflitos internos e externos (Bákula, 2002).

O conceito de nação é criado a partir da formação do Estado e, nesse caso, o Peru não consegue se reinventar para construir um nacionalismo forte. É possível dizer ainda que a característica territorial e as etapas históricas – interrompidas por diversos momentos de ruptura – são fatores que ajudam a não realização de uma ideia de nação. As rupturas são: 1) conquista castellana e dominação de várias sociedades indígenas avançadas; 2) A luta pela emancipação americana contra o poder espanhol e 3) trágica realidade vivida entre 1879 e 1884, ou seja, a partir da Guerra do Pacífico. A luta pela emancipação deixou evidente as duas "repúblicas" através da realidade étnica, cultural e social, as quais ajudam a explicar a lentidão no processo de mestiçagem, consagrando não apenas a sua mescla, mas o seu contato.

Conclusão

Ao referir-me ao processo de construção do Estado peruano foi possível verificar os principais fatos alcançados pelos governos que se sucederam a partir da assinatura do Tratado de *Ancón*. Foi possível demonstrar que o Estado peruano – instituições e agentes políticos – foi teve sua constituição com bases incrivelmente fracas, aprofundando as diferenças já existentes durante o período colonial e que não foram minimizadas com a independência, sendo fundamental pontuar que os movimentos independentistas não formavam a maioria na sociedade peruana.

Apesar dos trágicos eventos e das ações políticas tomadas entre 1821 e 1883, o Estado sobreviveu. Com a eclosão do maior conflito da história peruana, houve diversos pontos que formaram o Peru moderno, sendo eles o nascimento de um nacionalismo *de facto* e um debate sobre o Estado-Nação peruano; a formação de uma política econômica defendida por Cáceres e que foi a responsável pelo sucesso do governo Leguía (1919-1930) e a criação de novas instituições que formam o Peru moderno.

No que se refere ao nacionalismo peruano, a existência de nacionalismos que existem em contextos de derrota, vitória e caos são perspectivas interessantes para abordar a questão no caso peruano. González Prada indagava o que é o Peru ao passo que Manuel Pardo defendia o conhecimento como emancipação e, consequentemente, a formação de uma consciência nacional. Como foi abordado neste artigo, o "problema" do índio se tornou algo pujante após a Guerra do Pacífico como a representação de pessoas sem o conceito de *peruanidad* e, por isso, a principal causa para a perda do conflito. Apesar deste fato, Cáceres liderou um exército formado majoritariamente por indígenas falantes de quéchua.

Outras questões referentes ao assunto podem ser abordadas a partir de Mariátegui, que via no indígena o pilar do nacionalismo peruano. Não pode-se deixar de afirmar que o Peru foi fundado com os pilares de um modelo excludente de nação. Apesar do discurso de San Martín no qual afirma que "*de ahora en adelante los aborígenes no deberán ser llamados indios o nativos, ellos son hijos y ciudadanos del Perú y serán conocidos como peruanos*" essa realidade não foi vista e muito menos presente nos anos subsequentes aos conflitos independentistas.

Ademais, a dinâmica do estado peruano é formada por um ciclo militar e houve a ausência de líderes nacionais até a Guerra do Pacífico, além de problemas internos em decorrência de uma político-institucional.

Referências

Livros:

BÁKULA, Juan Miguel. *Perú: Entre la realidade y la utopia. 180 años de política exterior***.** 2002.

BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Perú (1822-1933)*. Ed. Universitaria, 1968.

CARRANZA, Carlos Contreras. *Perú: la apertura al mundo*, tomo 3: 1880-1930. Fundación Mapfre y Penguin Random House Grupo Editorial. 2015.

CONTRERAS, Carlos. *Compendio de Historia Económica del Perú*, tomo IV. Banco Central de Reserva del Perú. 2011.

MCEVOY, Carmen; RABINOVICH, Alejandro. *Tiempo de Guerra: Estado, nación y conflicto armado en el Perú*, siglos XVII-XIX. Instituto de Estudios Peruanos. 2019.

Artigos:

MÉNDEZ, Cecília; MOYA, Carla. *Las Guerras Olvidadas del Perú: formación del Estado e Imaginario Nacional.* 2010.

A polêmica vida de Manuel González Prada (1844-1918)

Ruth Cavalcante*

Luis Alberto Sánchez é, ainda nos dias atuais, um dos maiores especialistas sobre a vida e a obra de Manuel González Prada. O diferencial deste intérprete se deve ao fato de ele ter sido amigo pessoal de Adriana, esposa de González Prada, e de seu filho Alfredo; que cederam ao pesquisador livre acesso aos manuscritos e documentos que pertenciam ao intelectual. Para além obter uma documentação inédita, Sánchez também entrevistou vários familiares de González Prada, como sua esposa, filho e irmã a fim de construir uma biografia do autor. Sánchez, em sua obra *Don Manuel* (1930), escreveu uma biografia de González Prada como se fosse um romance, transcrevendo diálogos sem elucidar as fontes para comprovar a verossimilhança das conversas. Em seu trabalho *Nuestras vidas son los ríos* (1977), por sua vez, o intérprete foi mais cauteloso, recorrendo menos às entrevistas e mais às documentações concretas. O pesquisador teve a oportunidade de esmiuçar uma papelada relacionada ao posicionamento político de González Prada e sua ligação com o partido da União Nacional; encontrou a certidão de nascimento e de casamento do intelectual; teve acesso ao testamento de Adriana (que deixou a sua herança para Victor Raúl Haya de la Torre e para o APRA – Aliança popular revolucionária americana) entre outras fontes.

A relevância dos estudos de Sánchez se deve ao fato de ele ter mapeado uma quantidade significativa de escritos, tanto em prosa quanto em poesia, que jamais haviam sido divulgados. Contando com a parceria de Alfredo, organizou, compilou e publicou uma gama de obras de González Prada que não havia sido apresentada ao público. Assim, ao lado de Alfredo, se converteu no maior divulgador e difusor das ideias do intelectual peruano na América Latina no século XX. Por esta razão, acreditamos que os seus trabalhos são uma leitura importante para qualquer indivíduo que faça estudos relacionados ao pensamento de González Prada.

Sánchez, ao fazer um levantamento sobre a origem familiar de González Prada, afirmou que o intelectual era proveniente de uma abastada família aristocrática, fiel à Igreja Católica e vinculada à nobreza espanhola dos séculos XVII e XVIII. Seus antepassados espanhóis, como Don Andrés de Prada, que foi Secretário de Estado

* Doutoranda em História pelo programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: donaruth26@hotmail.com

dos reis Felipe II e de Felipe III, eram próximos da alta realeza. O primeiro González de Prada que chegou à América, em 1788, foi o jovem espanhol Joseph, que ascendeu ao cargo de Ministro da Real Fazenda e Contador de Cochabamba, tornando-se, posteriormente, Governador-intendente desta província. Em 1814, desempenhou o cargo de Intendente de Lima. Ante a invasão do General José de San Martín, no contexto das guerras de independência, permaneceu leal à Espanha e posicionou-se a favor das forças realistas. Seu filho Francisco, o primeiro González de Prada nascido na América, estudou jurisprudência e foi Decano do *Colegio de Abogados.* Atuou como Juiz de Primeira Instância e ocupou altos cargos no governo de Echenique (1851-1855). (Sánchez, 1977, p. 11-16).

Francisco se casou com Josefa Alvarez de Ulloa y Rodrigues de la Rosa, que também era proveniente de um berço ligado à nobreza espanhola. No Peru, o casal desfrutava de muito prestígio social, relacionando-se com famílias tão poderosas quanto à sua. Em 1844 tiveram o filho que batizaram com o nome de José Manuel de los Reyes González de Prada.

No governo de General José Rufino Echenique, Don Francisco foi seu fiel Ministro de Estado e fez frente, pela via jurídica, aos liberais abolicionistas que lutavam pelo fim da escravidão no Peru. Contudo, neste cenário de forte pressão e disputa política, *"al caer Echenique, partidario de la esclavitud de los negros, derribado por los liberales y antiesclavistas, arremolinados en torno del General Ramón Castilla, los Prada y Ulloa se exilaron en Valparaíso"* (Sánchez, 1977, p. 19). Os González de Prada e outras famílias ilustres da alta sociedade limenha, temendo sofrer retaliações e perseguição política, se exilaram no Chile, como forma de protesto, contra as "reformas liberais" e progressistas do governo de Castilha. Ricardo Palma, um dos poetas mais prestigiados do Peru na segunda metade do século XIX, e grande rival de González Prada, conforme demonstraremos mais a seguir, também partiu com seus parentes para o país vizinho quando tinha vinte e dois anos de idade.

Manuel era criança quando sua família se mudou para o território chileno, em 1853. Em Valparaíso, foi matriculado no *Colégio Inglês*, dirigido por um professor da Inglaterra e outro da Alemanha. Neste contexto, começou a aprender o inglês, o francês e o alemão. No regresso para Lima, no ano seguinte, Don Francisco, em uma atitude diplomática, "fez as pazes" com Castilha, e retomou sua posição de prestígio político na sociedade limenha (Sánchez, 1977, p. 19).

Com base em suas entrevistas aos parentes de González Prada, Sánchez afirmou que, Dona Josefa, sendo muito católica, nutria o desejo de que Manuel fosse padre. Por esta razão, no regresso para a capital peruana, enviou o filho para o internato *Seminário do Santo Toribio de Mogrovejo,* uma instituição de ensino religioso. Durante os anos passados no *Seminário*, González Prada aprendeu o latim (Sánchez, 1977, p. 21-22).

González Prada foi um intelectual fluente em vários idiomas, incluindo o latim, (uma língua morta que não era utilizada como idioma oficial em nenhum país) mas ele não falava quéchua, a língua amplamente utilizada pelos índios, maioria da população de seu próprio país, no contexto do final do século XIX e o princípio do século XX.

Não se adaptando à rígida disciplina eclesiástica, às missas obrigatórias e aos exercícios espirituais próprios para a formação de um seminarista, Manuel, aos dezesseis anos de idade, se rebelou contra as expectativas maternas e abandonou o *Seminário.* Don Francisco cedeu ao pedido do filho de ir estudar em outra instituição e o matriculou no *Colegio de San Carlos,* onde começou a desenvolver estudos relacionados à química, uma de suas disciplinas favoritas. Manuel recebeu uma educação esmerada e passou a ser incentivado pelo pai a seguir os seus passos e também ingressar na carreira jurídica. Por essa razão, matriculou-se, em 1862, no curso de Direito da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos,* a instituição acadêmica mais antiga e respeitada do Peru. Suas aulas de Direito Romano, por exemplo, eram ministradas em latim (Sánchez, 1977, p. 21-22).

Por volta da década de 1860, começou a escrever os seus primeiros poemas e publicá-los utilizando pseudônimos, como Roque Roca ou Genaro Latino. Também, aventurou-se em redigir peças teatrais e a fazer traduções do alemão das obras de Goethe e Schiller (Cantaneli, 2009, p. 39). Neste contexto, González Prada já demonstrava ser um simpatizante do pensamento liberal, mas para não chocar a sua família, em especial à sua mãe, mulher ardentemente católica e tradicionalista, não assumia a autoria de parte dos seus escritos.

> *Nadie sospechaba, en casa de los González Prada, que Manuel era el redactor de algunos virulentos comentarios sobre la realidad peruana. Doña Josefa, en la sobremesa, fenecido el "ofertorio de los cholos" dictó varias veces inapelable sentencia contra el misterioso, osado escritorzuelo, impío y descreído, para quien serían pocos todos los castigos del infierno. Manuel escuchaba en silencio, sin levantar los ojos del blanco mantel persignado por los cubiertos de plata maciza* (Sánchez, s/d, 55-56).

Quando o seu pai faleceu, em 1863, Manuel abandou as expectativas paternas e desertou do curso de Direto, não cursando nenhuma outra faculdade. Justificando posteriormente os motivos de não ter concluído o ensino superior, afirmou que: "*La instrucción universitaria sirvió para henchir de orgullo a los mediocres, infundir exageradas ambiciones en los ineptos y atestar la nación infatigables pretendientes a los cargos públicos"* (González Prada, 1975, p. 76).

Ao desistir de seguir a carreira jurídica, um sonho de Don Francisco, nosso autor frustrou mais uma vez as expectativas de seus familiares, não seguindo nenhum caminho pré-determinado pelos seus progenitores, recusando-se a ser padre, como sua mãe queria, e, tampouco, advogado, como era o desejo de seu pai. É interessante

observar a rejeição do jovem González Prada aos valores e à visão de mundo da sua própria família. Proveniente de um núcleo familiar tradicionalista e fervorosamente católico, rompeu com a "mentalidade conservadora" que marcou a trajetória de seus ilustres antepassados, como o fato de seu pai não ter sido a favor da abolição da escravidão dos negros e de seu avô ter conspirado contra a Independência do Peru. "*Las características sociológicas del joven Prada, fueron las de un rebelde congénito contra las tradiciones familiares: linaje, religión, ideas políticas"* (Sánchez, 1977, p. 23).

Com a morte de Don Francisco, o jovem Manuel se tornou o principal administrador da fortuna familiar. Herdando latifúndios e uma gama de imóveis, ele jamais conheceu a necessidade do que é ter que trabalhar em troca de uma remuneração monetária. Ao longo da sua existência, sustentou-se de rendas e gozou de todos os confortos que o dinheiro e o prestígio social de sua família podiam oferecer.

Em seu "ócio" criativo se converteu em um poeta e dedicou-se à uma intensa atividade intelectual. Por volta da década de 1870, seus versos ganharam fama tanto no Peru quanto nos países vizinhos. Foi neste contexto que o nosso autor fez a supressão do "de" de seu nome (González *de* Prada), pois o "de" era uma característica dos sobrenomes que remetiam à aristocracia, a qual ele passou a criticar e rejeitar (Cantaneli, 2009, p. 40).

Entre 1871 e 1879, González Prada residiu em uma fazenda familiar próxima à Lima, localizada no Vale de Mala. Lá, fez estudos sobre química e dedicou-se ao cultivo da mandioca. Além disto, fez estudos de autores europeus, com destaque para as obras dos escritores franceses Victor Hugo e Émile Zola. Neste cenário, aprofundou a sua aprendizagem no alemão e entrou em contato com o pensamento de Nietzsche, Schopenhauer, Spencer e Hegel (Bechelli, 2005, p. 362).

Na década de 1870, viveu um romance com Verónica Calvet, com quem teve uma filha chamada Mercedes. Mas ele não se casou com Verónica. Assim, Mercedes cresceu sobre o estigma social de ser uma filha bastarda e ilegítima (Sánchez, 1977, p. 399-400).

O cotidiano da vida de González Prada se modificou com o início da Guerra do Pacífico (1879-1883), quando em 1879, foi à Lima, por livre iniciativa, se alistar no exército. Tornou-se Oficial de Reserva e participou diretamente das lutas contra a invasão do Peru pelo exército chileno. Em 1881, ao combater em El Pino, um dos principais redutos de defesa da capital, ele e seus compatriotas lutaram até o fim das munições de seus armamentos. O confronto em El Pino ficou conhecido pela história como *Batalha de Miraflores,* cuja derrota peruana permitiu com que as tropas chilenas ocupassem Lima. Sendo forçados pelas circunstâncias a "bater em retirada", González Prada e seus companheiros de guerra, em um último ato de altivez, não permitiram que os canhões peruanos caíssem nas mãos dos soldados inimigos. *"Levergne le ayudó y, entre ambos, barrenaron las baterías, llenaron de dinamita los agujeros, y volaron los cañones, ¡sus cañones!"* (Sánchez, s/d, p. 85).

No contexto da ocupação chilena à capital peruana, González Prada, entre os anos de1881 à 1884 se enclausurou, por espontânea vontade, em sua fazenda. O rancor pelos chilenos foi tamanho, a ponto de permanecer durante toda a sua vida. Em 1915, Juan Pedro Paz Soldán, diretor do jornal limenho *La Capital,* convidou alguns combatentes da guerra com o Chile para escrever suas recordações pessoais. As lembranças da guerra de González Prada foram publicadas com o título *Relato de Don Manuel González Prada*. Em 1945, Luis Alberto Sánchez republicou este documento com o título *Impresiones de un reservista*. Abaixo, segue o depoimento do intelectual peruano quando o exército chileno desocupou Lima.

> *Me encerré y no salí de mi casa ni me asomé a la calle mientras los chilenos ocupaban Lima. Cuando supe que la habían abandonado, quise dar una vuelta por la ciudad. Pues bien, a unos cincuenta metros de mi casa me encontré con un oficial chileno: había sido mi condiscípulo, mi mejor amigo en un colegio en Valparaíso. Al verme, iluminó su cara de regocijo, abrió los brazos y se dirigió a mí con intención de estrecharme. Yo seguí mi camino como si no lo hubiera reconocido* (González Prada, 2009, p. 324).

Como esta passagem bem explicita, a ojeriza e animosidade de González Prada com as consequências da Guerra do Pacífico era imensa, a ponto de ele ignorar o seu melhor amigo dos tempos de colégio pelo fato dele ser um oficial chileno e ter participado da invasão no território peruano.

Durante o período da ocupação chilena, nosso autor teve uma intensa atividade intelectual, redigindo diversas poesias e peças teatrais. Como um ato de protesto, não aceitou sair para as ruas, mas sua residência permaneceu aberta para receber visitas de familiares e de amigos. Foi neste cenário de confinamento voluntário que ele conheceu Adriana de Verneuil, uma jovem francesa de 17 anos, cuja família mantinha boas relações com os González de Prada. Em 1887, eles se casaram em Lima (Cantabeli, 2009, p. 41).

Sánchez nos conta uma curiosidade sobre este acontecimento. Na certidão matrimonial, que consta no Arquivo da Arquidiocese de Lima, González Prada declarou ter trinta e nove anos, quando na realidade tinha quarenta e três. Provavelmente fez isso para não parecer tão mais velho do que a sua jovem esposa, que se casou com vinte anos de idade (Sánchez, 1977, p. 18).

No cenário do pós-guerra, os ataques de González Prada à estrutura política e social do Peru, no escrito *Discurso en el Politeama* (1888), fizeram com que o governo de Andrés Cáceres (1886-1890), proibisse a publicação de seus ensaios nos periódicos do país. Contudo, *La Luz Elétrica*, afrontando a proibição reproduziu o discurso em três edições consecutivas. Neste interim, outros jornais como *El porvenir* e *La Voce d'Italia* também começaram a divulgar o ensaio de nosso autor. Foi neste cenário de censura e de repreensão governamental que González Prada ganhou uma maior projeção

nacional (Cantaneli, 2009, p. 42). Sua crítica à política vigente, despertou mais a atenção do público do que os seus poemas.

González Prada, desde a sua juventude, esteve ligado à atmosfera artística e intelectual de Lima. Integrou-se ao *Clube Literário*, um agrupamento que reunia os principais escritores do país e que era liderado por Ricardo Palma. Devido a divergências internas, ele e um grupo heterogêneo de intelectuais, que defendiam que a literatura deveria ter um papel social e político, se retiram do *Clube* (Cantaneli, 2009, p. 41).

Nosso autor liderou uma "revolta" contra os escritores da sua geração. Para fazer frente ao *Clube Literário*, centrado na figura de Ricardo Palma, que defendia uma literatura preocupada com questões puramente estéticas, fundou o "concorrente" *Círculo Literário,* do qual a escritora Clorinda Matto de Turner também veio a fazer parte (Souza, 2015, p. 128-132).

González Prada foi um dos fundadores do *Círculo Literário.* Ele desejava promover uma revolução nas "Letras" do país, acusando os literatos do Peru de, em pleno século XIX, meramente imitar os ícones da literatura espanhola. Por esta razão, exaltou a necessidade de se criar no Peru uma literatura original que expressasse a autenticidade peruana. Ao primar pela busca da originalidade, se inspirou no discurso *The American scholar* (1837), de Ralph Waldo Emerson, que também havia se queixado de que os norte-americanos imitavam à Shakespeare (Chan-Rodriguez, 2010, p. 68).

Inspirado no escritor francês Victor Hugo, González Prada incitou aos membros do *Círculo* a utilizar a literatura como um instrumento capaz de promover uma transformação das mentalidades e dos corações, modificando, consequentemente, a política e o *status quo* da sociedade. Este grupo teve um papel radical em Lima e, posteriormente, em 1891, acabou dando origem à um partido político, denominado União Nacional, no qual González Prada foi o primeiro presidente (Souza, 2015, p. 129-130).

Segundo José Carlos Mariátegui, os membros do *Círculo Literário* se intitulavam como o "partido radical da literatura", buscando "civilizar" a sociedade com o poder da pluma. Mariátegui chamou a atenção para o fato de que o pensamento contestador e radical no Peru se originou em meio aos seus literatos, que fizeram frente às práticas das elites políticas, chegando ao ponto de fundar uma facção política opositora e desafiadora: a União Nacional (Mariátegui, 2005, p. 228). Este foi um cenário em que a crítica dos escritos extravasou a atmosfera da ficção e adentrou no campo da política, sacudindo uma sociedade que se encontrava "adormecida".

Esperando cooptar González Prada, o presidente peruano Remigio Morales Bermúdez (1890-1894) convidou-o para assumir diversos cargos políticos, até mesmo para a função de Senador da República, mas as tentativas de trazer o intelectual peruano para atmosfera do governo foram frustradas, uma vez que nosso autor não aceitou os cargos e alegou que vincular-se ao "serviço público" traria limitações a sua ação enquanto escritor (Cantaneli, 2009, p. 43).

Apesar de González Prada ter fundado a União Nacional e ser o primeiro presidente do partido, com apenas um mês de existência da União, ele viajou com sua esposa Adriana para a Europa e lá permaneceu por sete anos, retornando ao Peru em 1898. Após o falecimento prematuro de dois filhos, o casal decidiu que teria o terceiro filho, que veio a se chamar Alfredo, na França. Em Paris, em 1894, publicou a primeira edição de *Pájinas libres*. É interessante ressaltar que tanto na capital francesa, quanto no regresso para Lima, nosso autor manteve uma intensa e exaustiva atividade intelectual, como demonstra o seu filho Alfredo:

> *Como regla general, se levantaba hacia las siete de la mañana; tomaba el desayuno con mi madre y conmigo, y el resto del día lo pasaba en su gabinete, excepto el intervalo del almuerzo, o cuando se le ocurría -con frecuencia- ir a la escuela, a mediodía, por mí. Yo tenía entera libertad para interrumpirlo a mi gusto y sabor; él era el reverso de los hombres disciplinarios, y mis interrupciones, si no siempre bien recibidas, al menos eran amablemente toleradas. En su escritorio empleaba las horas leyendo y escribiendo. A veces, yo me le acercaba y le decía: "Pero, papá, tú no haces nada, tú lees todo el tiempo". Él se reía divertido, pero no me contestaba, pensando, acaso, en la malévola acusación de "ocioso" lanzada contra él* (González Prada, 1885, s/p).

Mesmo tendo permanecido muito ativo no campo das ideias, González Prada foi muito criticado por seus companheiros da União Nacional por não ter permanecido no Peru e liderado o partido. Ao retornar ao país, se opôs à coligação da União com o Partido Liberal, recusando, inclusive, a proposta de ser lançado como candidato à Presidência da República. Por não aprovar as alianças políticas e os rumos que a União Nacional estava tomando, decidiu se desvincular dela, em 1902. Como podemos perceber, o intelectual nunca aceitou estar vinculado à política institucionalizada. Entretanto, o teor de uma gama de seus escritos, como *Discurso en el Politeama* e *Nuestros indios,* era relacionado a uma crítica à política vigente. Também, em seu retorno para o Peru, voltou a escrever para diversos periódicos como *El independiente, Germinal* e *Los Parias*, todos de característica anarquista, utilizando o pseudônimo de Luís Miguel. Todavia, devido à censura da gestão do presidente Nicolás de Piérola[1] (1895-1899), quase todos os jornais em que González Prada escrevia foram fechados a mando do governo (Cantaneli, 2009, p. 44).

Em seu retorno para o Peru, voltou a colidir com o escritor Ricardo Palma. Suas desavenças extrapolaram as suas divergências em relação aos assuntos da política e da literatura e se transformaram em uma verdadeira rixa pessoal. Este confronto representou um embate entre as tendências, da tradição *versus* a renovação; um choque entre um homem de perfil "conservador" e outro de pensamento "modernista"; entre

1. Nicolás de Piérola também governou o Peru entre os anos de 1879 a 1881, no contexto da Guerra do Pacífico.

uma "prosa pretérita" e outra inovadora; entre a conformidade para com os governos clericalizados contra a proposta do Estado laico e liberal (Podestá, 1972, p. 127-132).

A rixa entre os dois intelectuais era antiga. O primeiro ataque público de González Prada contra Palma veio em sua Conferência no Ateneu de Lima, em 1886, ao fazer uma clara alusão a obra *Tradiciones peruanas*, de autoria palmista. "*Si un autor sale de su tempo, hay de ser para 'adivinar las cosas futuras, no para desenterrar ideas i palabras muertas. Arcaísmo implica retroceso: a escritor arcaico, pensador retrógrado"* (González Prada, 1966, p. 19).

González Prada criticou o estilo de escrita "velha e mofada" de Ricardo Palma além de depreciar a busca do passado peruano idealizada pelo pensamento palmista, com sua excessiva valorização das tradições e costumes da Espanha em seus tempos coloniais. Em 1888, em *Discurso en el Politeama,* González Prada lançou o segundo golpe contra a geração que Ricardo Palma representava, considerada como a verdadeira responsável pela derrota do Peru na Guerra do Pacífico. Em seu tom antiespanhol, incitou a juventude ao rompimento com os "homens do passado", incluindo os políticos e os escritores, afirmando metaforicamente que eles deveriam ir à tumba e os jovens à obra da reconstrução do país. Foi a partir deste contexto que o campo intelectual peruano se dividiu entre os seguidores de Ricardo Palma, admiradores do Vice-reinado e nostálgicos da nobreza e da fidalguia dos tempos coloniais e os "herdeiros" do pensamento de González Prada, partidários de ideias antiespanholas, anticolonialistas, antiacadêmicas e antilimenhas (Podestá, 1972, p. 128).

Em *Discurso en el Teatro Olimpo,* em 1888, a crítica de González Prada ao estilo literário palmista ficou ainda mais evidente, uma vez que ele atacou em específico a "tradição", um gênero da literatura cujo principal expoente peruano era Ricardo Palma, classificando-a como arcaica, de um vocábulo anacrônico e vazia de ideias.*"En la prosa reina siempre la mala tradición, ese monstruo engendrado por las falsificaciones agridulces de la historia i la caricatura microscópica de la novela*"(González Prada, 1966, p. 32).

A rivalidade entre os dois escritores ficou ainda mais acirrada em 1912, durante o primeiro mandato do governo de Augusto Leguía (1908-1912). Clemente Palma, filho de Ricardo Palma, a mando do governo, foi destituído do seu cargo de Diretor de Instrução Pública, sendo substituído por Percy Gibson, amigo de González Prada e um dos primeiros sócios do *Círculo Literário.* Isto aconteceu porque Clemente Palma, em seus artigos publicados na revista *Variedades* criticou asperamente o governo de Leguía. Em resposta, o presidente do Peru, de forma arbitrária, nomeou Gibson para ocupar o cargo que pertencia à Clemente. Em solidariedade ao filho e como um ato de protesto contra o autoritarismo do governo, Ricardo Palma renunciou ao seu cargo de Diretor da Biblioteca Nacional que ele ocupou por décadas (Sánchez, 2010, p. 80-85).

Os simpatizantes e seguidores de Ricardo Palma fizeram esforços e um boicote para que ninguém aceitasse assumir a Biblioteca Nacional, mas González Prada recusou-se a aderir à petição e aceitou o cargo que pertencia ao seu antigo rival. Pela primeira vez em sua vida, aos 64 anos, concordou em trabalhar como um funcionário do Estado, embora sua nova ocupação não tivesse conexões diretas com a arena política (Sánchez, 2010, p. 81-83).

O governo de Leguía, de forma um tanto quanto irônica, concedeu a direção da Biblioteca Nacional justamente para o maior inimigo intelectual de Ricardo Palma. Entretanto, González Prada sofreu um violento ataque por ter aceitado o cargo, vindo, inclusive, de indivíduos que outrora foram próximos e frequentavam a sua casa, como foi o caso Luis Ulloa Cisneros, membro do Partido da União Nacional. Cisneros criticou González Prada, acusando-o de ter compactuado com as práticas abusivas de perseguição política do governo de Leguía, ao aceitar assumir o cargo público. Chamou de "infame" aquele que já havia sido o seu mentor. Mariano Lino Urquieta, que também pertencia ao ciclo de boas relações de nosso autor, foi um dos que mais atacou à González Prada, afirmando que ele não tinha nenhuma necessidade econômica para se tornar o Diretor da Biblioteca (Sánchez, 2010, p. 86-87).

Diante das duras críticas de parte da intelectualidade peruana pela sua falta de solidariedade para com a família dos Palma, González Prada publicou, em 1912, uma *Nota informativa acerca de la Biblioteca Nacional.* Sobre o pretexto de informar ao governo sobre a situação da instituição, acusou Ricardo de ter levado consigo os livros de contabilidade da biblioteca, criticando-o pela sua falta de organização ao não solicitar que o acervo de materiais fosse ordenado e catalogado. Também, reprovou a postura de Palma por ele ter assinado uma gama de livros e de manuscritos que pertenciam ao "público" com o seu próprio nome. Essa situação de desavença entre os dois velhos escritores chegou ao ponto da hilaridade quando González Prada acusou Palma de fazer anotações e comentários nos livros que pertenciam à Biblioteca. Para comprovar essa atitude de Palma, mandou para o venezuelano Rufino Blanco Fombona, um livro de sua autoria que continha ríspidas anotações feitas pelo tradicionalista (Podestá, 1972, p. 130-131).

Fombona, alimentado pela intriga de González Prada e ferido pelas supostas críticas que Palma anotou em seu livro, levantou um questionamento sobre o porquê Ricardo Palma em *Tradiciones peruanas*, havia desdenhado da memória de Simon Bolívar e de suas tropas. Eis aqui a sua conclusão:

> *Ricardo Palma, se ensañaba contra la memoria de Bolívar, llamando asesino al hombre a quien el Perú debe la independencia y el territorio que Chile estaba arrebatándole. Nunca pude explicarme aquel odio. Un limeño, amigo mío, me ha dado la clave del misterio. Hela aquí: En los ejércitos de la Gran Colombia que pasaron al Perú con el Libertador, había muchos negros de nuestras africanas*

> *costas. Conocida es la psicología del negro. La imprevisión, el desorden, la tendencia al robo, a la lascivia, la carencia de escrúpulos, parecen patrimonio suyo [...] Una de aquellas diabluras cometidas en los suburbios de Lima por estos negros del Caribe fue la violación de ciertas "pobres y honestas" mujeres. De ese pecado mortal desciende Ricardo Palma. Así explica mi amigo del Perú el odio de Ricardo Palma a la memoria de Bolívar y de sus tropas. Don Ricardo ha olvidado, hasta ahora, incluir entre sus Tradiciones peruanas esta amarga tradición de familia. No podemos echárselo en cara. Me alegro que el viejo mulato de Lima pueda leer antes de morirse esta breve nota. Se la debía. No tanto para vindicar la memoria de Bolívar como para corresponder a las acotaciones que él puso, según parece, al margen de alguna obra mía en la Biblioteca Nacional del Perú. Donde las dan las toman, seor feolenco* (Fambona, 1966, p. 21-22).

Fombona, em um tom zombeteiro e extremamente preconceituoso, ironizou Ricardo Palma, acusando o principal representante da cultura *criolla* peruana, de ser um "mulato" espanholizado. Como podemos perceber, a atmosfera intelectual desta época era bastante agressiva e extrapolava em muito as divergências ideológicas no campo da política, da literatura e das ideias. Os embates assumiam uma característica visceral, em que os ataques feitos à vida privada dos intelectuais envolvidos nas polêmicas do princípio do século passado era uma ação não rara.

No ano de 1918, González Prada, após ter trabalhado no turno da manhã na Biblioteca Nacional, faleceu de forma inesperada e repentina em sua casa, vitimado por um ataque cardíaco fulminante. Segue abaixo o relato de seu filho Alfredo:

> *Mi padre murió de un ataque al corazón inmediatamente después del almuerzo, el 2 de julio de 1918, sentado tal como aquí aparece. Murió como lo deseaba: con la repentinidad de un rayo, y no sólo se libró de una larga enfermedad, ese terrible prefacio de la muerte, sino que ni siquiera se dio cuenta de la proximidad del desenlace, por lo súbito del golpe. Con respecto a su salud, debo decir que fue extraordinariamente afortunado durante su existencia: no estuvo nunca en cama, ni sufrió su carne el bisturí de un cirujano. Ni siquiera conoció el taladro del dentista: murió a los setenta con sus treinta y dos dientes intactos* (González Prada, 1885, s/p).

Ao longo de sua vida, González Prada foi um homem comprometido com as causas de seu tempo e envolvido em uma série de polêmicas. Ele deixou para a posteridade uma variedade de escritos que revelaram a riqueza do seu repertório intelectual. Por esta razão, o escritor é um dos mais respeitados intérpretes da realidade peruana.

Referências

BECHELLI, Ricardo. A Guerra do Pacífico (1879-1883) e o pensamento antirracista de Manuel González Prada. In: *Proj. História*, São Paulo, nº 31, p. 359-374, 2005.

CANTANELI, Pedro. *Manuel González Prada (1844-1918): História, debate e pensamento*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

CHANG-RODRIGUEZ, Eugenio. La influencia intelectual de Manuel González Prada. In: WARD, Thomas. *El porvenir nos debe una victoria. La insólita modernidad de Manuel González Prada*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2010.

FOMBONA, Rufino. *Critica de la obra de González Prada.* Lima: Fondo de Cultura Popular, 1966.

GONZÁLEZ PRADA, Alfredo. Recuerdos de un hijo. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. *Obras.* Lima: Ediciones Copé Petro Perú, 1885. Disponível em: <http://evergreen.loyola.edu/tward/www/gp/critica/RECUERDO.html>. Acesso em: 05 jan 2018.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Discurso en el Teatro Olimpo. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. *Pájinas libres.* Lima: Editorial Thesis, S.A, 1966.

_____. Impresiones de un reservista. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. *Ensayos* (1885-1916). Lima: Universidad Ricardo Palma – Editorial Universitaria, 2009.

_____. Instrucción católica. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. *Paginas Libres. Horas de Lucha.* Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1975.

_____. *Pájinas libres.* Lima: Editorial Thesis, S.A, 1966.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana.* Lima: Impresiones Comerciales de Empresa Editorial El Comercio S.A, 2005.

PODESTÁ, Bruno. Ricardo Palma y Manuel González Prada: historia de una enemistad. In: *Revista Iberoamericana*, v. XXXVIII, nº 78, p. 127-132, 1972.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Don Manuel*. Lima: Populibros peruanos, s/d.

_____. *Nuestras vidas son los ríos... Historia y leyenda de los González Prada.* Lima: Dirección Universitaria de Biblioteca y Publicaciones de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1977.

_____. Un incidente que definió el pensamiento peruano: Ricardo Palma vs. Manuel González Prada. In: WARD, Thomas. *El porvenir nos debe una victoria. La insólita modernidad de Manuel González Prada*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2010.

SOUZA, Tito Eugênio. Manuel González Prada e o surgimento de uma "nova consciência" do Peru. In: *Caderno de Letras,* Pelotas, nº 25, p. 125-140, 2015.

A etnização da luta de classes em Clóvis Moura e José Carlos Mariátegui

Marcelo Martins da Silva*

Introdução

"A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes." A proposição de Marx e Engels ([1848]1998) no *Manifesto Comunista* sobre o desenvolvimento das sociedades abrangidas pela história escrita explicita o antagonismo que tem movido a história desde que existem as classes sociais. Desloca-se, nesse sentido, o entendimento da oposição entre indivíduos, próprio da filosofia moderna, para oposição entre classes sociais; entre dominados e dominantes; entre aqueles que possuem e os que não possuem os meios de produção. Essa dicotomia se torna mais apreensível com a emergência da sociedade burguesa moderna evidenciando as classes em disputa: a burguesia e o proletariado (Marx e Engels, 1998, p. 41).

De um ponto de vista mais geral, a categoria "luta de classes" abrange analiticamente diversas particularidades sociais e regionais e as múltiplas configurações possíveis a partir dessas particularidades. Losurdo (2015, p.115), considera que as "lutas de classes", no plural, "...configura-se como uma teoria geral do conflito social e reflete teoricamente e estimula, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de lutas pelo reconhecimento". Para o autor, essa multiplicidade abrange características específicas do embate entre as classes: raciais, étnicas, de gênero, nacionais; entre frações do proletariado, frações das classes dominantes; e até conflitos domésticos (cônjuges, filhos e pais), e não pode ser tomada em sua forma binária de maneira estanque.

Ainda que bastante ampliada conceitualmente e pouco rigorosa no que diz respeito às determinações objetivas (políticas, econômicas) daquilo que poderíamos definir como uma classe social, a análise de Losurdo aponta para a necessidade de compreendermos as particularidades das sociedades e suas específicas formas de conflitos derivados de seu desenvolvimento histórico. Os conflitos étnicos, raciais ou de gênero não substituem os conflitos de classes, mas são articulados a partir desses. É na mediação entre o universal, o particular e o singular que se situa o que estamos chamando de etnização da luta classes, isto é, formas de entificação próprias de formações nacionais

* Mestre em Planejamento e Gestão do Território (PGT-UFABC). Doutorando em Ciências Humanas e Sociais (PCHS-UFABC). Pesquisador do grupo *Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva* (3PAC). E-mail: marcelo-msilva@bol.com.br

específicas como a peruana ou a brasileira que não estão desvinculadas historicamente do desenvolvimento capitalista, mas apresentam particularidades que materializam a universalidade de categorias de análise do capitalismo, como a luta de classes, mediadas por suas singularidades, nesse caso as questões étnicas e raciais.

Wallerstein (1991) argumenta que a contradição entre universal e o particular, no que chama de "sistema-mundo capitalista", baseado em uma divisão transnacional do trabalho, é um aspecto central da dominação de determinados grupos sociais por outros. O desenvolvimento de uma economia-mundo capitalista foi acompanhado de uma lógica político-cultural também mundial. Nos séculos XIX e XX, o nacionalismo se expande e os diversos grupos étnicos, dos quais derivam as nações, se fundem artificialmente. O desenvolvimento desigual, característico da economia-mundo capitalista, cinde as nações, já cindidas em termos étnicos, em centro, semiperiferia e periferia.

Na semiperiferia e na periferia, o encontro conjuntural de formas capitalistas e pré-capitalistas de produção tende a aprofundar a exploração entre as classes, não mais nos termos "clássicos" de uma burguesia versus um proletariado, mas incrementada (a exploração) por categorias que compõem essas classes como raça e gênero.

É na perspectiva dos particularismos como raça e gênero ou o racismo e o sexismo, que Wallerstein introduz a noção de etnização da força de trabalho. Nessa, a hierarquia dos postos de trabalho por meio da qual a população discriminada é menos recompensada economicamente, reconcilia a necessidade de máxima acumulação de capital com o mínimo de distúrbios sociais (Wallerstein, 1991, p. 56). Toda força de trabalho disponível é necessária ao capitalismo em expansão e, como o critério do mérito, oriundo da ideologia moderna, não legitima a hierarquia ocupacional, o racismo e o sexismo aparecem como opção, baseando-se em características adscritivas ou não dos indivíduos para rebaixar a totalidade dos salários e aumentar as taxas de lucro. Assim em toda parte se vê a população dividida em vários agrupamentos étnicos, cujos marcadores são a cor da pele, a língua, a religião ou algum outro constructo cultural, gerando conflitos violentos.

O conceito de etnização que operaremos neste texto refere-se ao reconhecimento de características de certos grupos sociais que os diferenciam socialmente de outros grupos, principalmente no contexto da colonização, e os remete a posições subalternas na sociedade na medida em que essas características se afastam do "padrão" de humanidade vigente no ocidente, pelo menos, desde fins do século XVIII. "Etnizar" a luta de classes do ponto de vista analítico, neste sentido, é reconhecer que em um dos polos das classes em disputa estão povos que foram subalternizados no processo de colonização, cujas características extra-econômicas foram realçadas de modo a legitimar ideologicamente a dominação e exploração.

O indígena e o negro na América Latina, possuíam um papel econômico central na caracterização da acumulação de capital para os países europeus, mas não foi o fato de ser negro ou indígena o determinante para que fossem os sujeitos da exploração, e sim o modelo de exploração vigente, o capitalismo.

Tolentino (1974) ao tratar da gênese da exploração do índio e do negro na ilha de São Domingo, argumenta que o colonizador, a partir de sua situação de classe, tirou proveito de características culturais e raciais que os diferenciavam das classes oprimidas (nativas ou escravizadas) para utilizá-los em dogmas que justificasse sua atitude opressiva. Analisando cartas trocadas por Colombo com a coroa espanhola, o autor argumenta que ocorre uma mutação ideológica (religiosa, moral, biológica) colonizadora que vai justificar ao longo do tempo a exploração econômica dos nativos e futuramente dos africanos escravizados.

Foi pela necessidade do lucro da empresa colonial capitalista que o indígena se constitui numa categoria a ser explorada economicamente como "classe". Suas características culturais, fenotípicas e etc., foram a base para a justificativa de sua subalternização, mas não o ponto de partida.

Tolentino (1974, p. 7) afirma que: "...el racismo no es una constante del pensamiento humano ni se expresa siempre de manera idéntica. " Essa proposição é válida também para a luta de classes, diríamos, pois nos força a identificar a relação entre a particularidade e universalidade dos fenômenos sociais. A luta de classes continua, como argumentou Marx, um fenômeno universal, porém, sua etnização é particular de sociedades específicas e, no interior dessa particularidade, os casos peruano e brasileiro são singulares. Semelhantes pelas suas particularidades, mas singulares em seu desenvolvimento histórico.

É a partir dessas considerações e da noção de que a luta de classes pressupõe um processo de pluralização cultural e político expresso numa diferenciação interna das classes, que iremos refletir sobre algumas proposições de José Carlos Mariátegui e Clóvis Moura, argumentando que a proposta analítica dessas autores, centrada na categoria "luta de classes", pode ser compreendida a partir de uma perspectiva étnico/racial que leva em conta a singularidade histórica e a composição social de seus respectivos países (Peru e Brasil).

A luta de classes em Mariátegui

Mariátegui, um dos principais pensadores marxistas latino-americanos foi, além de um militante socialista bastante ativo, responsável pela organização de um movimento revolucionário no Peru. Nascido em 1894 e falecido em 1930, o autor foi um jornalista autodidata que pouco frequentou a escola, e fundador de jornais e revistas. Crítico feroz do governo Peruano de sua época, Mariátegui foi "convidado" a ir à Europa como funcionário informal do ministério das relações exteriores do Peru. Em

1919 chega à França e segue para Itália. O período na Europa foi de grande aprendizado para Mariátegui em que se aprofunda nas obras de importantes autores socialistas (Pericás, 2006).

Na perspectiva de Mariátegui, a compreensão da luta de classes no Peru passava pela compreensão do fenômeno imperialista na América Latina, na medida em que as vantagens econômicas na cooperação com o imperialismo e o fato de não existir uma ocupação militar acomodariam os interesses e despertaria a ilusão de soberania nacional nas classes dominantes locais (Mariátegui, 2010, p.117-118). Foi a partir dessa perspectiva que a noção de uma burguesia nacional progressista ganhou força, inclusive, nos partidos socialistas e comunistas, orientando suas estratégias de ação. O entendimento era de que haveria uma luta anti-imperialista a ser travada como fase necessária para a busca do socialismo. Nessa luta, uma pretendida conciliação entre as classes nacionais se sobreporia às contradições internas entre as classes sociais, portanto, as classes subalternas deveriam apoiar e se aliarem às classes dominantes nacionais na luta contra o imperialismo.

Mariátegui confrontava essa lógica afirmando que nem a burguesia e nem a pequena burguesia peruana ou latino-americana poderiam empreender uma luta anti-imperialista, já que se beneficiavam do imperialismo para superexplorar internamente os trabalhadores, difundindo nesses uma "embriaguez nacionalista temporária" (Mariátegui, 2010, p. 120). Embriaguez essa que encontrava um suporte ideológico conservador de uma classe média que imitava a burguesia e a aristocracia.

Para Mariátegui, a luta de classes no Peru (e também na "América negra") não deveria ser colocada como uma luta anti-imperialista a ser empreendida por uma aliança entre trabalhadores e a classe dominante, mas sim uma luta pela desconcentração da terra contra o capital imperialista e contra as classes dominantes nacionais:

> *Los negros, que son afines entre sí por la raza; los indios, que son afines entre sí por la raza, la cultura y el idioma, el apego a la tierra común; los indios y negros que son en común, y por igual, objeto de la explotación más intensa, constituyen por estas múltiples razones, masas inmensas que, unidas a los proletarios y campesinos explotados, mestizos y blancos, tendrán por necesidad que insurgir revolucionariamente contra sus exiguas burguesías nacionales y el imperialismo monstruosamente parasitario, para arrollarlos, cimentando la conciencia de clase, y establecer en la América Latina el gobierno de obreros y campesinos* (Mariátegui 2010, p. 90).

Entendia ainda que no Peru o capital imperialista se utilizou de formas análogas às relações feudais como base produtiva (como a *mita* e a *encomienda*[1]), dada a pessoalidade

1. Na *mita*, sistema amplamente empregado na extração e beneficiamento de minérios, os índios eram escalados por sorteio para uma temporada de serviços compulsórios. Os trabalhadores recebiam uma baixa compensação salarial pelo trabalho desenvolvido nas minas. Após o fim da jornada, ainda recebiam uma quantidade de minério conhecida como partido. Na *encomienda*, comunidades indígenas inteiras ficavam submetidas aos cuidados de um encomendero que poderia utilizar a mão de obra

na interação entre camponeses indígenas e senhores das terras numa lógica produtiva muito mais próxima à servidão do que à escravidão.

Com o Estado, burguês, o trabalhador peruano não podia contar, já que esse coordenava os interesses das classes dominantes e, ao mesmo tempo, desorganizava as classes trabalhadoras. As formas de produção "gamonalistas"[2], que submeteram a comunidade indígena às relações servis foram mantidas mesmo na República, o que indica que o Estado continuava subordinado ao poder dos latifundiários (gamonales).

É importante destacar que a questão agrária ou indígena não existe *a priori* na teorização de Mariátegui, ela aparece no curso de sua análise levando em conta que na realidade peruana de seu tempo, 4/5 da população era composta por indígenas e o restante uma burguesia que se confundia com uma aristocracia sucessora de antigos latifundiários da colônia, e um proletariado urbano bastante incipiente. Não se trata de uma transposição automática de um fenômeno histórico europeu à realidade peruana, mas sim uma perspectiva que entrelaçava escravidão e servidão local com o capitalismo internacional; é articulação da singularidade do desenvolvimento histórico peruano inscrita em um contexto particular (a colonização na América Latina) numa perspectiva universal (a acumulação de capital no plano mundial).

Segundo Mariátegui, com o desenvolvimento das relações capitalistas no Peru, como não havia se estabelecido uma burguesia autônoma capaz de romper com as relações feudais de produção oriundas do período colonial, a classe dominante foi submetida ao capital imperialista (Mariátegui, 2010b, p. 47) que passou a comprar as terras, substituindo a aristocracia local como organizadora da produção no país, portanto, os grandes latifúndios imperialistas submeteram as formas tradicionais comunitárias à sua dependência, e nesse sentido, o fator raça/etnia se articula com o fator classe.

Em oposição à propriedade feudal, Mariátegui identificava o *Ayllú*[3], uma forma propriedade comunal baseada na apropriação e no trabalho coletivo legada pelo império incaico (Mariátegui, 2010b, p. 71). Nessa forma produtiva, isto é, de porções de terra

---

dos indígenas para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou a extração de metais preciosos. Em troca, o encomendero deveria assegurar o oferecimento da educação religiosa cristã para "seus" índios.

2. "Gamonales" eram os latifundiários peruanos da região serrana, principalmente, que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, muito parecido com a forma feudal, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como o problema da "feudalidade" peruana (Galastri, 2017). Segundo Mariátegui (2010b, p. 54) o gamonalismo era o sucessor do feudalismo colonial que transcendia a categoria social ou econômica e não estava representada apenas pelos grandes proprietários agrícolas, mas também por uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas etc., e inclusive o indígena alfabetizado que explorava seu próprio povo ao se colocar a serviço do gamonalismo.

3. O *Ayllú é* a forma incaica de "comunidade", constituída a partir de estruturas de parentesco (Mariátegui, 2010b, p. 49).

cultivadas por grupos de famílias que se organizavam coletivamente, Mariátegui enxerga um traço cultural que atravessa o tempo e se torna uma sociabilidade não superada pela colonização. No entanto, no processo colonial, os grupos que mantiveram essa relação foram subalternizados.

Foi justamente essa cultura coletiva que sobreviveu à colonização que Mariátegui entendia que poderia ser aproveitada para o estabelecimento de um socialismo indo-americano. Não haveria a necessidade de uma revolução burguesa antes de uma revolução popular. A apropriação do *ethos* dessas comunidades que resistiram à dura opressão ao longo de séculos seriam um fator natural e um caminho mais fácil para a socialização da terra. Nesse sentido, a luta de classes deveria ser necessariamente etnizada, ou "indianizada" no Peru e em parte da América Latina, partindo da propriedade coletiva da terra. Essa plasticidade na análise de Mariátegui (Bosi, 1990, p. 55) indicava que o desenvolvimento e a relevância política do proletariado urbano peruano estavam vinculados ao apoio do indígena camponês e da cultura coletivista que carregava consigo; só com essa articulação o capitalismo constituído no peru poderia ser superado. Seria na relação capital/trabalho urbana, a forma mais desenvolvida da luta de classes, articulada com a cultura coletivista indígena, que se encontrava a possível superação das formas feudais de produção e a reestruturação do território. As tarefas da revolução, socialista e mesmo a burguesa (como a superação das formas de produção feudais) deveriam ficar a cargo dos trabalhadores, na sua maioria, camponeses e indígenas, pois não haviam burgueses dispostos a lutar contra a opressão colonial. Essas tarefas se configuram como parte necessária da revolução socialista na América Latina.

Portanto, etnizar a luta de classes foi a proposição concreta de Mariátegui diante da complexa realidade peruana. Seguir as orientações da III Internacional segundo a qual "...não havia uma realidade "peruana" per se, mas, na verdade, uma única realidade, internacional, dentro dos marcos do capitalismo e do imperialismo" (Pericás, 2011), seria infrutífero para a emancipação do povo peruano, já que não retratava sua realidade. Se fazia necessária a mediação da proposta emancipadora marxista com a singularidade da sociedade peruana, e o desenvolvimento cultural

> *La vida del indio, las condiciones de su explotación, las posibilidades de lucha por su parte, los medios más prácticos para la penetración entre ellos de la vanguardia del proletariado, la forma más apta en que ellos puedan constituir su organización; he aquí los puntos fundamentales, cuyo conocimiento debemos perseguir para llenar acertadamente el cometido histórico que cada Partido debe desenvolver. La lucha de clases, realidad primordial que reconocen nuestros partidos, reviste indudablemente características especiales cuando la inmensa mayoría de los explotados está constituida por una raza, y los explotadores pertenecen casi exclusivamente a outra* (Mariátegui, 2010, p. 95).

As lutas de classes em Clóvis Moura

Outra proposição que enquadraríamos na perspectiva de uma etnização da luta de classes é do brasileiro Clóvis Moura. Clóvis Steiger de Assis Moura, Piauiense da cidade de Amarante, foi um sociólogo, historiador e jornalista brasileiro. Intérprete do Brasil pouco reconhecido nos meios acadêmicos, produziu uma obra vasta que tinha na figura do negro sua centralidade.

A perspectiva da luta de classes no Brasil para Clóvis Moura tem uma característica muito bem definida: é inseparável da luta antirracista. No Brasil, o racismo foi, e é, concomitante ao capitalismo. São fenômenos que se interrelacionam; se articulam desde o início como forma de superexploração do trabalho alheio, inicialmente do indígena e o negro e, posteriormente, de outras categorias sociais. O escravismo no Brasil, para Moura, pode ser dividido em duas partes: o período que vai de meados do século XVI até 1850, denominado escravismo pleno, e outro período de 1851 a 1888, quando da abolição da escravidão e passagem para um capitalismo dependente (Moura, 1994, p. 22).

No escravismo pleno o sistema escravista estava em seu o apogeu, a importação ou tráfico de escravizados sustentava e reproduzia um sistema altamente lucrativo. A vinda de africanos decorria, segundo o autor, do fato de serem populações mais afeitas à agricultura e à produção monocultora do que os indígenas, estes, mais propensos à caça e à coleta (Moura, 1988, p. 47).

Assim que estabelecida, a escravidão negra transformou o regime de trabalho, dinamizando a sociedade, seja demograficamente, seja economicamente. Essa dinamização cindiu a sociedade em duas classes fundamentais, os senhores e os escravizados, cisão fundamental que funda a luta de classes no Brasil, segundo Moura (1988, p. 47). O trabalho do escravizado e a luta de classes entre senhores e escravizados foram os motores que impulsionaram todos os setores da sociedade.

No escravismo a violência do negro, metódica, ainda que limitada pelas condições objetivas, foi estrutural na luta contra a ordem. Moura (1988; 1994) se opunha à perspectiva que afirmava ser o negro um elemento passivo, que ao ser objetificado, não lutou contra a escravidão[4]; ou seja, não foi sujeito da desconstrução do sistema escravista; se opunha também à perspectiva que apontava para um antagonismo entre escravizados e senhores, mas que devido à impossibilidade de ter sido equilibrado numa dimensão institucional, o será na cozinha da casa-grande pelo caráter plástico

4. Segundo Santos (1999, p.128), essa perspectiva apareceu, dentre outros, em Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente no texto *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*.

5. Essa perspectiva remete à obra *Casa-grande e Senzala* de Gilberto Freyre (Lewis, 2014, p.e 5).

do colonizador português e pela proximidade dessa com a senzala[5]. E ainda se opunha àquela que identificava um espaço de negociação possível entre os polos radicalizados das duas principais categorias sociais no escravismo, proporcionando uma certa estabilidade[6].

Ao se opor a essas perspectivas, Clóvis Moura nos leva a refletir sobre a luta de classes manifestada concretamente em formas de resistência do escravizado, constituindo sociedades paralelas e participando de movimentos políticos, e, principalmente, utilizando o conflito como expressão emancipadora. Ainda que não tenham sido movimentos com condições de tomada de poder, ou de produzir uma revolução que alterasse significativa e abruptamente a lógica produtiva estabelecida, foram formas de implodir gradualmente o sistema preservando um determinado modo de vida, o quilombola.

Moura entendia que os conflitos que envolveram os escravizados não foram apenas expressões de choques culturais, mas sim uma resistência consciente; havia, portanto, um nível de consciência de classe nos trabalhadores escravizados negros. Sendo a base do escravismo o conflito, a conciliação (na forma de colaboração, adaptação e acomodação) foram episódicas, porque se assim não fosse não seria necessário um aparato militar montado para conter os escravizados (Oliveira, 2011, p. 58). Moura (1994, p. 21) argumenta que esse fator inercial (a conciliação) não pôde ter sido o responsável pela transformação social. E na lógica do conflito, a expressão territorial da luta de classes no escravismo foi o quilombo, pois era o espaço de acolhida aos "rebeldes" do trabalho, e o quilombo remete a uma práxis denominada pelo autor de quilombagem[7], ações de resistência e luta contra a opressão e, dentro da lógica da luta de classes proposta pelo autor, (a quilombagem) é o início da organização sistemática da classe trabalhadora no Brasil. Isso é importante na análise de Moura, pois para o autor a luta de classes expressa na rebeldia do trabalho não se inicia no século XX com a organização dos trabalhadores urbanos e reconhecer esse fato é reconhecer uma luta de classes etnizada/racializada; é reconhecer o papel do trabalhador negro e da coletividade negra na práxis conflituosa do capitalismo brasileiro.

As transformações políticas do século XIX e a reconfiguração da acumulação de capital pelas burguesias apontam para uma necessidade de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. O Brasil deixa de ser colônia e torna-se uma monarquia e a escravidão se mantém, porém como uma outra natureza, a qual Clóvis Moura chamará de escravismo tardio (Moura, 1994, p. 52). Esse (o escravismo tardio) expressava a decadência do sistema colonial e a necessidade da classe dominante reformular o sistema

6. Ver Reis e Silva (1989).

7. Segundo Oliveira (2011, p. 57) quilombagem *"...é* tomada como práxis, ou seja, processo histórico, de caráter coletivo, decorrente do acúmulo de ações contínuas e permanentes que incidem positivamente na mudança da estrutura social"

de exploração mais compatível com a modernização do capital em nível internacional. Essa "modernização sem mudança" segundo Moura (1994, p. 57), articulou avanços científicos e tecnológicos com relações de trabalho atrasadas e sem transformações na distribuição de poder e de renda.

Iniciou-se, assim, um processo de abolição gradual, na qual o protagonismo dos escravizados pelo fim da escravidão se dilui no pragmatismo dos senhores de promover essa modernização sem mudança como forma de evitar comoções sociais como a revolução Haitiana. Com o fim do tráfico de humanos imposto pelo capital inglês o preço do escravizado sobe e esse que até aquele momento combatera sozinho a escravidão, se torna objeto de uma perspectiva humanista, sem que isso rompa com a lógica da hierarquia social.

Com a abolição e a passagem para o que o autor vai chamar de "capitalismo dependente" (dependente porque a subordinação ao capital imperialista endividava progressivamente o Estado), os senhores de escravos foram os mesmos que investiram na infraestrutura do capital, isto é, burgueses sem um projeto nacional e nem de inserção dos libertos na ordem que se iniciara oficialmente que apenas transferiram recursos do tráfico de escravizados para projetos de modernização (Góes e Correia, 2015, p. 177). Não houve ruptura. A subalternidade da classe dominante (branca) ao capital internacional e o temor da perda de privilégios com o fim da escravidão, a impossibilitava de associar-se às classes subordinadas e a impelia, por meio do domínio do Estado, estabelecer medidas que as permitisse estruturar e desenvolver um mercado interno e ao mesmo tempo competir com o capital externo preservando seus privilégios.

Portanto, nessas condições, para Moura, a luta de classes no Brasil possuía uma dimensão racial incontornável. Ao mesmo tempo o problema do racismo é de lógica societária, isto é, é preciso romper com essa lógica (capitalista) exacerbando os conflitos de classe para superá-los, sem com isso desprezar a etnicidade ou racialidade desse processo. Nem o capitalismo e nem o racismo seriam superados no Brasil, na perspectiva mouriana, separadamente, já que são estruturantes da luta de classes. O primeiro como totalidade e o segundo como manifestação estruturante.

Considerações finais

Como conclusão, entendemos que a perspectiva de uma luta de classes pensada a partir de sua especificidade, tanto para Mariátegui, quanto para Moura, possui semelhanças, em especial porque ambos buscaram articular a análise marxiana e marxista com as realidades locais e uma práxis revolucionária.

Ambos desconfiavam da disposição antiimperialista das burguesias de seus países; assim como ambos buscaram na realidade empírica a mediação com o marxismo e identificaram uma cultura coletivista dos povos colonizados que sobreviveu em meio à opressão colonial.

No caso de Mariátegui, a cultura coletivista *ayllú*, que hoje poderíamos identificar como estruturante na resistência dos povos indígenas da Amazônia peruana aos "novos bandeirantes" (madereiros ilegais e até "legais"); na resistência ao avanço das empresas petroleiras na extração de recursos nas terras indígenas; ou ainda na declaração do primeiro governo autônomo indígena do povo Wampis.

No caso de Moura, essa cultura coletivista se expressa como a "quilombagem", presente contemporaneamente nos movimentos de resistência ao genocídio da juventude negra (Mães de Maio; Reaja ou será morto, reaja ou será morta); na resistência dos trabalhadores pobres, dos movimentos rurais, dos movimentos por moradia, e vários outros.

A cultura, para esses autores, não significou apenas um resgate das tradições ,ou formas de autoafirmação. Etnizar a luta de classes é, sobretudo, uma proposição libertária. A cultura tem necessariamente um viés político e serve a uma práxis de resistência dos povos subalternizados. Práxis esta tão necessária num momento em que essas populações se vêem sob intenso ataque de forças conservadoras que buscam manter viva a lógica da dominação colonial.

Referências

BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, nº 8, p. 50-61, jan./abr.1990.

GALASTRI, Luciano. Mariátegui e as especificidades da luta de classes latino-americana: as questões da raça e do latifúndio. Lutas Sociais, São Paulo, v. 21 nº 38, p. 24-39, jan./jun. 2017.

GÓES, Weber L.; CORREIA, Renato P. Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira. In: *Lutas Sociais,* São Paulo, v. 19, nº 34, p. 174-185, jan./jun, 2015.

LEWIS, Liana. Raça e uma nova forma de analisar o imaginário da nossa comunidade nação: da miscigenação freyreana ao dualismo fanoniano. In: *Civitas,* Porto Alegre, v. 14, nº 1, p. 1-10.jan.-abr., 2014.

LOSURDO, Domênico. *Luta de Classes: Uma História Política e Filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARIÁTEGUI, José C. Tesis ideológicas. In: MARIÁTEGUI, José C. *Ideologia y política y outros escritos*, Tomo V, Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, p. 57-132, 2010.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis*. Estud. afro-asiát. v. 25, nº 3, pp.557-577, 2003.

MOURA, Clóvis S. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. *Rebeliões da Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OLIVEIRA, Fábio N. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. In: *Plural*, v. 18, nº 1, p. 45-64, 2011.

PERICÁS, Luis B. *Mariátegui e a questão da educação no Peru*. Lua Nova, São Paulo, nº 68, p. 246-255, 2006.

_____. José Carlos Mariátegui e o Comintern. *Lutas Sociais*, São Paulo, nº 25-26, p.176-190, 2011.

REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito:* a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Joel R. *A inserção do negro e seus dilemas*. Parcerias Estratégicas, v. 4, nº 6, 1999.

TOLENTINO, Hugo. *Raza e história em Santo Domingo: los origenes del prejuicio racial em América*. Tomo 1. Santo Domingo: Editora de la UASD, 1974.

WALLERSTEIN, I. Universalismo, racismo y sexismo: tensiones ideológicas del capitalismo. In: BALIBAR, Etiene; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raza, nación e clase*. Madrid, LEPALA, p. 49-62, 1991.

Discursos sobre a democracia racial em Cuba e no Brasil: tramas de gênero, raça e sexualidade (1933-1978)

Giselle Cristina dos Anjos Santos*

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os discursos sobre a democracia racial em Cuba e no Brasil, considerando os aspectos de gênero, raça e sexualidade envolvidos na construção dessas narrativas, por meio da literatura. Para isto serão analisadas como fontes as obras de Alejo Carpentier (1904-1980) e Jorge Amado (1912-2001), em particular, os livros Écue-Yamba-Ó (1933) do primeiro, e Gabriela, cravo e canela (1958) do segundo autor. Além disso consideramos a discussão de outras produções de Amado e Carpentier, tais como ensaios, conferências e entrevistas.

Para a análise das fontes de pesquisa faremos uso das categorias teórico-analíticas de representação e identidades sociais, tais como dos conceitos de gênero, raça, sexualidade e interseccionalidade.

Quanto a categoria de representações sociais utiliza-se a formulação de Roger Chartier (1988), que a entende como figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, ao permitir ver uma coisa ausente.

A discussão sobre representação relaciona-se estreitamente com o debate sobre as categorias de identidade e diferença, pois é por meio de sistemas de representações que a identidade se liga a sistemas de poder (Sil va, 2009). Partilhamos da definição de Stuart Hall (2009), que compreende que a identidade é construída no interior de jogos de poder e exclusão.

No que tange a discussão de gênero, partilhamos das considerações de Joan Scott (1995), que compreende que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, instituindo-se como uma forma primária das relações significantes de poder. No âmbito da sexualidade, adotamos como referência as proposições de Foucault (2010), que entende que as práticas eróticas são socialmente construídas a partir de relações de poder, articuladas por mecanismos e dispositivos de saber-poder-prazer. Para ele a sexualidade não é dada naturalmente em relação ao corpo biológico, mas construída na cultura e pela cultura.

* Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: santos.gisellea@gmail.com

Já no que diz respeito à categoria raça, partilhamos da definição conceitual do antropólogo Michel Wieviorka (2007) que não a compreende a partir de uma noção biológica, mas como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Assim, embora a raça não exista em termos biológicos, está presente no imaginário social por meio de classificações hierarquizadas de grupos e indivíduos.

Desta forma, para compreender como se estruturam e relacionam as diferentes dimensões da opressão de gênero, raça e sexualidade nos contextos estudados, utiliza-se como referência o conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw. Segundo ela, a categoria interseccional "busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (Crenshaw, 2002, p. 177). Tal perspectiva demonstra-se relevante por desconstruir a conceituação aritmética da interação entre diferentes sistemas de desigualdades.

Debates sobre a democracia racial em Cuba e no Brasil

Existem muitas correlações entre a história de Cuba e do Brasil, sobretudo no âmbito das relações raciais. Algumas são: nos dois países o regime escravista perdurou por mais de 300 anos; Cuba e Brasil tiveram os sistemas escravistas mais importantes das Américas durante o século XIX, além disso foram os últimos países do continente a abolirem a escravidão, que ocorreu somente em 1886 e 1888 respectivamente; nesses dois contextos houve um amplo debate público empreendido por intelectuais sobre qual seria o destino da população negra após a abolição; assim como em Cuba, no Brasil foram desenvolvidas políticas para a promoção da imigração europeia, com a finalidade de alcançar o branqueamento da população. Ademais, tanto em Cuba como no Brasil vigoraram regimes com caráter ditatorial e viés populista entre as décadas de 1930 e 1940; e a figura da mulata foi edificada como ícone da identidade nacional nos dois países durante o século XX (Cubas, 2011; Pino, 2002). Portanto, são inúmeras as correlações históricas entre Cuba e Brasil[1].

Dentre tais semelhanças destaca-se que, segundo Oliveira (2012), desde o final do século XIX e começo do XX existia um efervescente debate na América Latina e Caribe entre intelectuais preocupados em forjar uma ideia de nação homogênea para os seus respectivos países. No contexto cubano e brasileiro, o debate em questão estava pautado por uma concepção biológica, baseado no discurso eugenista, que considerava como inferiores negros, indígenas e mestiços, a maioria da população nas duas sociedades. Isto levou com que muitos intelectuais, políticos e artistas

1. David Thelen (2009) defende que se os fenômenos extrapolam as fronteiras dos Estados-nações, é fundamental a constituição de análises históricas com enfoque transnacional.

considerassem a inviabilidade da construção de nações efetivamente desenvolvidas[2]. Essas noções eram quase unânimes e estavam consolidadas no campo intelectual dos dois países, até as contribuições do sociólogo Gilberto Freyre no Brasil e do etnólogo Fernando Ortiz em Cuba. Cada um, em seu respectivo cenário, inovou ao afirmar que brancos, negros e indígenas contribuíram de forma positiva para a formação da identidade cultural brasileira e cubana.

Freyre e Ortiz elaboraram trabalhos inovadores no campo das ciências sociais, e segundo Arroyo (2003) e Oliveira (2012) existem muitas similaridades nos conceitos e argumentos formulados pelos dois autores. Ademais, o discurso formulado por esses pensadores nas obras "Casa grande e senzala" e "Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar" (publicadas em 1933 no Brasil e 1940 em Cuba, respectivamente) foi utilizado para edificar a concepção hegemônica sobre as relações raciais e a identidade nacional, em seus respectivos países. Os argumentos a respeito da mestiçagem racial e cultural presentes nessas obras foram utilizados de acordo com os interesses das elites dos dois países para afirmar a imagem de sociedades harmônicas, nas quais haveria integração entre os diferentes grupos raciais (Arroyo, 2003; De La Fuente, 2001, Oliveira, 2012). Contudo, para o sociólogo Michael Hanchard (1995) esse discurso que afirmava a vigência da democracia racial, visava instituir a concepção de uma identidade nacional homogênea, camuflando as desigualdades estruturais colocadas entre negros e brancos na distribuição e acesso aos recursos.

A partir das pesquisas dos historiadores Alejandro De La Fuente (2001) e Petrônio Domingues (2005) é possível identificar proximidades entre a concepção que dá base ao discurso da identidade nacional nos dois países: a defesa da existência de relações raciais harmônicas.

O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (2001) ao traçar uma análise da construção e disseminação da expressão democracia racial no Brasil, ressalta a existência de diferentes leituras e significados vigentes a partir de meados do século XX, pautadas pelas noções de ideal, pacto e mito, utilizadas a depender dos interesses de seus interlocutores. Todavia, segundo o autor, a concepção mais adotada, seja com a finalidade de defesa ou de crítica, foi da democracia racial como mito, baseado na ideia de um fenômeno já consolidado.

Apesar de ter sido uma expressão menos utilizada no contexto cubano, diversos autores – principalmente estrangeiros ou cubanos residindo no exterior – também analisaram os discursos sobre democracia racial em Cuba. De La Fuente (2001, p.

2. Neste cenário do final do século XIX e início do XX, entre os intelectuais que participaram ativamente do debate sobre o lugar social da população negra em Cuba e no Brasil, é possível destacar dentre os brasileiros: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, entre outros (Munanga, 2008). E no contexto cubano, ressaltam-se os nomes de José Antonio Saco, Betancourt Cisneros e Francisco Arango y Parreño (De la Fuente, 2001).

51) afirma que a versão cubana da democracia racial no contexto do início da republica teve duas implicações importantes. A primeira foi a concepção de que em Cuba não existia nenhum tipo de problema racial, e a segunda, foi a noção de que se persistia alguma assimetria racial, os responsáveis eram os próprios negros.

De acordo com Florestan Fernandes (1972) o argumento que alicerça o mito da democracia racial no Brasil se encontra no processo de mestiçagem da população, uma particularidade importante deste cenário. Contudo, este fenômeno também consiste como característico da ilha de Cuba (Ortiz, 2002). Esta prática que marca ambos os países se estabeleceu historicamente com a interação entre homens e mulheres de grupos raciais distintos por meio de relações sexuais, consentidas ou não, tendo como consequência a reprodução de filhos mestiços. Mas, além da interação entre diferentes grupos, demonstra-se necessário considerar que a mestiçagem foi marcada por diversas hierarquias sociais no âmbito, especialmente, de gênero, classe, raça e sexualidade. Pois tal fenômeno conformou-se por meio da premissa de "miscigenação seletiva", com o envolvimento de mulheres negras e indígenas e homens "brancos", excluindo as mulheres brancas e os homens negros e indígenas. Ou seja, tanto os marcadores de raça, como de gênero foram essenciais para a conformação deste sistema.

O antropólogo Peter Wade (2013, p. 47) afirma que "El mestizaje está completamente permeado por el género, en el concepto y la práctica.". Uma vez que,

> sus significados incluyen el intercambio cultural y la transmisión, el mestizaje está profundamente impregnado de nociones de reproducción sexual, genealogía, familia y parentesco, todas las cuales involucran ideas sobre las relaciones entre hombres y mujeres, en las cuales es central el sexo (Wade, 2013, p. 47).

Ou seja, para Wade (2013) o processo de mestiçagem está intrinsicamente pautado por relações de gênero. Para diversos autores (De La Fuente, 2001; Fernandes, 1972) a mestiçagem estaria na base dos argumentos que alicerçam os discursos sobre a democracia racial. Seria possível afirmar então que, para além dos pressupostos raciais, o gênero também foi preponderante na constituição dos discursos sobre a democracia racial? E mais, qual teria sido o papel da mulher negra e mulata na construção dos discursos sobre democracia racial?

O próprio Wade (2013) destaca que a interação entre a mestiçagem e o gênero foi reconhecida timidamente e ainda é pouco explorada nos estudos. E se o debate sobre este fenômeno negligenciou a discussão de gênero, tal ausência nas análises dos discursos sobre a democracia racial fica ainda mais aparente. Poucas investigações analisaram efetivamente a importância da articulação entre os marcadores de gênero, raça e sexualidade para a conformação dos discursos sobre a democracia racial e a identidade nacional no cenário latino-americano (Wade, 2013), e mais especificamente no contexto cubano e brasileiro. Desta forma, trazer luz para este debate a partir de um enfoque interseccional demonstra-se como uma potencial contribuição para a historiografia.

Tramas de gênero, raça e sexualidade em Alejo Carpentier e Jorge Amado

O debate intelectual sobre a construção da identidade nacional e as especificidades da dinâmica racial na sociedade cubana e brasileira, influenciou a produção discursiva de diversos agentes sociais, como músicos, artistas, poetas e literatos ao longo do século XX. Ao abordar a condição deste último agente social e as correlações entre a história e a literatura, Nicolau Sevcenko (2003) defende que as transformações sociais são registradas pela literatura, pois os fenômenos históricos se refletem "no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir." (Sevcenko, 2003, p. 286).

Segundo Sandra Pesavento (2008) as narrativas literárias expressam as percepções e inquietudes que mobilizam os agentes sociais de um determinado contexto histórico. Por este motivo a literatura evidencia-se como fonte de análise privilegiada para a história, ao passo que a discussão sobre os autores e seu contexto pode trazer pistas sobre uma determinada época. Foi neste sentido que realizamos a escolha dos autores das obras literárias elegidas como fontes de análise para esta pesquisa.

No tocante da trajetória desses escritores, destaca-se a respeito da vida e da obra de Carpentier que o mesmo nasceu em 1904, mas não é clara se a sua origem é cubana ou europeia[3], embora racialmente seja branco. Ainda muito jovem participou de movimentos vanguardistas dos anos 1920, integrando o Grupo Minorista neste período[4]. A sua obra foi reconhecida e premiada pelas recriações históricas, a ênfase à cultura latino-americana, a referência à mitologia e a estética do "real maravilhoso"[5]. Ele morreu em 1980 em Paris, onde exercia a função de embaixador do governo revolucionário cubano desde 1966.

Écue-Yamba-Ó foi o primeiro romance de Carpentier. A versão inicial do livro foi redigida em 1927, enquanto o autor estava na prisão em La Habana – devido à

3. Carpentier afirmava ter nascido em La Habana e ser fruto do casamento entre uma pianista russa e um arquiteto francês, e teria estudado na França, Bélgica, Áustria e Rússia. Após a sua morte surgiram indícios de que o autor teria nascido na Suíça, em uma família humilde que imigrou para Cuba, se instalando no povoado de Alquizar.

4. Em 1920 começou a se reunir em La Habana um grupo de jovens artistas e intelectuais de diferentes orientações político-ideológicas, mas que compartilhavam um forte sentimento anti-imperialista e a inconformidade com o cenário político. Este coletivo de vanguarda intelectual passou a se denominar como Grupo Minorista. Devido as críticas ao governo do presidente Gerardo Machado, muitos integrantes do grupo foram alvo da repressão do Estado, vários foram presos ou se exilaram. Em 1928 houve a desintegração do grupo (UXÓ, 2010).

5. O real maravilhoso, enquanto sub-gênero literário criado por Carpentier (2002), não define divisões entre a realidade e o sobrenatural. Embora conectado à concretude da história da América, ao mesmo tempo, essa vertente deu margens à transgressão da realidade. Assim, foi apresentada uma nova estética para as narrativas sobre o cenário latino-americano, já que o real maravilhoso considera a própria natureza do continente como surreal e fantástica.

perseguição do governo de Machado. O livro foi reescrito em Paris e teve a sua primeira publicação em Madri em 1933. A obra narra a história de uma família negra e podre que vive no campo. A personagem principal da trama é o negro Menegildo Cué, que se envolve com a linda mulata Longina.

Posteriormente, Carpentier fez críticas ao seu primeiro romance, ao qual classificou como um livro marcado pelas "perplexidades e hesitações que um processo de aprendizado implica" (Carpentier, 1988, p. 6). Apesar da posição do autor, existem muitos aspectos relevantes nesta obra, que se configura como uma crônica socioeconômica e política da sociedade cubana do período (Miampika, 1997). Além disto, segundo Zurbano (2006, p.113) existe no livro "una valorización, hasta entonces inédita, del hombre negro cubano, su cultura y de una de sus religiones".

Já, no âmbito da discussão sobre o Brasil, a respeito da vida e da obra de Amado, destaca-se que o mesmo nasceu na Bahia em 1912 e era filho de um fazendeiro de cacau. Embora fosse socialmente branco, ele se auto classificava enquanto mestiço (Calixto, 2011). Amado possui uma obra vasta e recebeu inúmeras premiações.

Segundo Calixto (2011) nessa produção extensa, Gabriela, cravo e canela (1958) e Tendas dos Milagres (1969) são considerados fundamentais para compreender o processo de sacralização do autor e de sua narrativa ao patamar de ícones da brasilidade. Foi a partir de Gabriela que Amado se consagrou efetivamente, este seria o seu livro mais conhecido, com sucesso de público e crítica imediatos, os vinte mil exemplares publicados esgotaram em duas semanas. Esta é a obra mais traduzida do autor, disponível em vinte e nove idiomas. Além disso, foi muito premiada, inclusive com o Prêmio Jabuti por ter sido o livro que gerou mais adaptações para o cinema, televisão, fotonovela, dança e quadrinhos (Calixto, 2011). Ou seja, Gabriela teve grande repercussão no imaginário social.

Em entrevista Amado afirmou que ao construir Gabriela, protagonista da obra, buscou "criar uma mulher que fosse símbolo da mulher brasileira" (GOLDSTEIN, 2000, p. 163). Para cumprir tal representação, a personagem foi idealizada como mulata, sensual, alegre, simples, iletrada, solidária e trabalhadora. Contudo, existem interpretações divergentes acerca da imagem desta personagem, passando de objeto sexual silenciado à ícone da emancipação feminina (JÚNIOR, 1982; PUPO, 2009).

No que se refere a inserção dos dois autores no cenário intelectual de seus respectivos contextos, vale ressaltar que Carpentier tinha uma relação de amizade com Ortiz, desde a década de 1920. O próprio Carpentier falou a respeito da influência do pensamento orticiano no princípio de sua carreira:

> (…) con nosotros [con el Grupo Minorista] se reunía Fernando Ortiz. A él debimos mucho de nuestro interés por el folclor negro de Cuba. Había en ello un afán de recuperación de tradiciones despreciadas por toda una burguesía. Interesarse por el negro, en aquellos años, equivalía a adoptar una actitud inconformista, por tanto, revolucionaria. (Carpentier, 1972, p. 52 apud Uxó, 2010, p. 165)

Podemos aferir daí o tamanho da influência de Ortiz na obra de Carpentier. Tal inspiração foi importante a ponto de Carpentier se apropriar do conceito de transculturação[6], concebido por Ortiz, fazendo referência ao mesmo com frequência (Ortiz, 1989). O interesse, no entanto, era mútuo, Ortiz também era conhecedor da produção de Carpentier. E por sinal, o livro Écue-Yamba-Ó foi elogiado por Ortiz, que o definiu como uma exceção na abordagem do folclore negro cubano (Ortiz, 1989).

Todavia, para além dos paralelos com a visão presente na obra de Ortiz ao usar o conceito de transculturação[7], a concepção de Carpentier sobre a mestiçagem, assume características particulares, visto que ademais da noção positiva acerca da mestiçagem étnica e cultural, este processo assume uma conotação pautada pela estética do real maravilhoso:

> Este suelo americano fue teatro del más sensacional encuentro étnico que registran los anales de nuestro planeta: encuentro del indio, del negro, y del europeo de tez más o menos clara, destinados, en lo adelante, a mezclarse, entremezclarse, establecer simbiosis de culturas, de creencias, de artes populares, en el más tremendo mestizaje que haya podido contemplarse nunca (Carpentier, 1976, p. 3 apud Ortiz, 1989, p. 16).

Carpentier denomina a mestiçagem como "encontro" "sensacional". Entretanto, segundo Hanchard (1995) as tensões e a violência marcaram este processo de interação. Desta forma, se a visão romantizada da mestiçagem seria a base do ideário sobre a democracia racial (Wade, 2013; Maldonado-Torres, 2007), demonstra-se oportuno analisar qual a concepção de Carpentier sobre a mestiçagem e a democracia racial, e como tais noções foram representadas em sua obra.

Já, a respeito da inserção de Amado no cenário intelectual de sua época, destaca-se que da mesma forma que Carpentier foi influenciado por Ortiz, Amado também foi inspirado pela produção intelectual de Freyre, a quem foi apresentado pessoalmente em 1932. Segundo Calixto (2011) a partir do lançamento de "Casa grande e senzala" (1933), no ano posterior a este encontro, a questão racial ganhou mais ênfase na obra de Amado, sob a nítida influência do pensamento freyriano.

Para a antropóloga Ilana Goldstein (2000), ainda que o tema racial fosse uma constante na obra de Amado, a concepção sobre o mesmo passou por mudanças ao

6. O conceito de transculturação proposto por Ortiz em 1940 no livro *"Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar"*, já demonstrava suas bases fundamentais desde trabalhos publicados em 1913. A concepção de trânsitos culturais é fundamental para a definição do conceito proposto pelo autor: *"No hubo factores humanos más trascendentes para la cubanidad que esas continuas, radicales y contrastantes transmigraciones geográficas, económicas y sociales de los pobladores, que esa perenne transitoriedad de los propósitos y que esa vida siempre en desarraigo de la tierra habitada, siempre en desajuste con la sociedad sustentadora. Hombres, economías, culturas y anhelos todo aquí se sintió foráneo, provisional, cambiadizo, 'aves de paso' sobre el país, a su costa, a su contra y a su malgrado."* (Ortiz, 2002, p. 81).

7. Segundo Ángel Rama (2004), a transculturação é uma característica das narrativas literárias no contexto da América Latina e do Caribe.

longo do tempo, entre a fase em que estava engajado em fazer literatura proletária (1933-1954) e a sua fase posterior. A historiadora Lilia Schwarcz (2009) afirma que foi a partir de Gabriela que a defesa da democracia racial assumiu expressividade na sua obra:

> (...) se Freyre foi um dos "pais da ideia" — ou ao menos aquele que a batizou —, Jorge Amado foi seu grande artista e divulgador, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando rompe com o stalinismo e entra em sua "fase tropical", inaugurada em 1958 com Gabriela, cravo e canela. Em seus livros, tudo parece ter resultado da mistura: as culturas, as religiões, o sangue dos diferentes grupos, a história, as festas, as relações afetivas, a cultura popular, a culinária, as religiões. (Schwarcz, 2009, p. 39)

Ou seja, de acordo com Schwarcz, Amado não foi apenas influenciado pelo pensamento freyriano de defesa do mito da democracia racial, ele se tornou o "grande" "divulgador" de tal concepção que entendia o Brasil como sinônimo de um paraíso racial, e Gabriela teria sido um grande estandarte para a divulgação deste imaginário.

Assim, a materialização do discurso sobre a democracia racial e a identidade nacional teria se consolidado no imaginário brasileiro a partir da figura de uma mulher mulata e não por meio da imagem de um homem mestiço, como se deu em outros contextos (Gutiérrez, 2010). Em Cuba ocorreu um fenômeno muito parecido, a figura da mulata foi edificada como ícone da cubanidade no começo do século XX, por meio da literatura, poesias e canções (Blanco, 2006). Para Leclercq (2004), a mulata foi consolidada enquanto referência simbólica da unidade nacional em Cuba.

Portanto, a partir das referências mencionadas fica explícito que Amado e Carpentier estavam inseridos no movimento literário de seus respectivos países, ao mesmo tempo que estavam em contato com os debates presentes na esfera política e intelectual. Isto se coloca devido a interligação dos campos da política e da cultura (Sirinelli, 1996).

Referências

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ARROYO, Jossianna. *Travestimos culturales. Literatura y etnografía en Cuba y Brasil*. Pittsburgh, Universidad Pittsburgh, 2003.

BLANCO, Melisa. El ritmo del azúcar. Una epistemología de la mulata cubana. In

CALIXTO, Carolina Fernandes. *Jorge Amado: diálogos político-culturais e identidade nacional*. (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2011.

CARPENTIER, Alejo. *Écue-Yamba-Ó. Trad. Mustafa Yazbek*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. Lo barroco y lo real maravilloso. In. HERNÁNDEZ, Rafael; ROJAS, Rafael. *Ensayo cubano del siglo XX*. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, p. 333-356, 2002.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, nº 1, p.171-188, 2002.

CUBAS, Pedro Alexander Hernández. *O Brasil e Cuba, 1889/1902-1929: o debate intelectual sobre as relações raciais*. (Tese de doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, CEAO-UFBA, 2011.

DE LA FUENTE, Alejandro. *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000*. Madrid: Editorial Colibrí, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, n° 10. p 115-131, 2005.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1972.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade do saber. São Paulo: Graal, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* São Paulo: Global, 2006.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo, SENAC, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito*. Novos estudos CEBRAP, nº 61, nov. 2001, p. 147-162.

GUTIÉRREZ, Horacio. Exaltación del metizo. La invención del roto chileno. In: *Revista Universum*. Universidad de Talca, nº 25, vol. 1, 2010, p. 122 -139.

GUTIÉRREZ, Pedro Juan. *Trilogia suja de Havana*. São Paulo: Alfaguara Brasil, 2008.

HANCHARD, Michael. *Fazendo a exceção: narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba*. Estudos Afro-Asiáticos, nº 28, out. 1995, p. 203-217.

JÚNIOR, Teófilo Q. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo, Ática, 1982.

LECLERCQ, Cécile. *El lagarto en busca de una identidad*. Cuba: identidad nacional y mestizaje. Madrid: Iberoamericana, 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Del mito de la democracia racial a la descolonización del poder, del ser, y del conocer. 2007*. Disponível em: https://globalstudies.trinity.duke.edu/wp-content/themes/cgsh/materials/events/DelMito.pdf Acesso: fev. 2016.

MIAMPIKA, Landry-Wilfrid. Ficción y mitos de origen africano en "Ecué-Yamba-Ó" y "El Reino de este mundo". In: *Estudios de historia social y económica de América*, 1997, n.15, p. 309-328.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 3º ed.

OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro. *Gilberto Freyre e Fernando Ortiz: Cultura, Identidade Nacional e História (1906-1948)*. Tese de Doutorado, História, Universidade Federal de Goiás, p. 231, 2012.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. La Habana: Ed. Ciencias, S/D.

_____. Los factores humanos de la cubanidad. In. HERNÁNDEZ, Rafael; ROJAS, Rafael. *Ensayo cubano del siglo XX*. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, p. 74-99, 2002.

ORTIZ, María Salvadora. El mestizaje como identidad latinoamericana en El recurso del método de Alejo Carpentier. In: *Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica*, vol. 15, nº 1, 1989, p.15-30.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2008, 2ºed.

PINO, Julio Cesar. Fernando Ortiz y Gilberto Freyre: Racismo, democracia racial revolución. Estudios. In: *Revista de Investigaciones Literarias y Culturales*, año 10, nº 19, ene-jul. 2002, p. 73-89.

PUPO, Joana d'Arc Martins. A construção da subjetividade feminina brasileira em Gabriela, cravo e canela na passagem do séc. XIX para o séc. XX. In: *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 31, nº 2, p. 115-131, jul./dez. 2009.

RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. Madrid, Siglo XXI, 2004.

SANTOS, Giselle dos Anjos. *A participação das mulheres no Estado socialista cubano* (1959 a 1980). (Pesquisa de iniciação cientifica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2009.

_____. *Mulheres negras em Cuba: Representações sociais em tempos de crise* (1990-2012). (Dissertação de mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM-UFBA, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O artista da mestiçagem. In GOLDSTEIN; SCHWARCZ. *Caderno de leituras: o universo de Jorge Amado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 34-45.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul-dez., p. 71-99, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

THELEN, David. Replanteamiento de la historia desde una perspectiva transnacional. In: Azuela; Palacios (coord.). *La mirada mirada: transculturalidad e imaginarios del México revolucionario, 1910-1945*. México: El Colegio de México. p. 299-309.

UXÓ, Carlos. *Representaciones del personaje del negro en la narrativa cubana. Una perspectiva desde los estudios subalternos*, Madrid: Verbum, 2010.

ZURBANO, Roberto. El Triángulo invisible del siglo XX cubano: raza, literatura y nación. In: *Revista Temas*, La Habana, n.46 p. 111-123, 2006.

WADE, Peter. *Racismo, democracia racial, mestizaje y relaciones de sexo/género*. Tábula Rasa. Bogotá, Colombia, nº 18: 45-74, enero-junio 2013.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva. 2007.

Paulo Freire: los debates sobre la liberación

Inés Fernández Mouján*

Introducción

Luego de la segunda guerra mundial desde América Latina y el Caribe se comienza a sospechar de manera radical del relato del humanismo moderno. Allí están los debates sobre la liberación interpelando la narrativa del mundo occidental. Se puede ubicar aquí el alegato contra el colonialismo de Aimé Cesaire en su *Discurso sobre el colonialismo* (1950). Este inauguró una interpelación contundente a la violencia racial europea y mostró la cara oscura de la razón moderna, al mismo tiempo que desmanteló cualquier defensa de las supuestas bondades civilizatorias del colonialismo: "la colonización trabaja para *descivilizar* al colonizador, para embrutecerlo en el sentido literal de la palabra, para degradarlo, para despertar sus recónditos instintos en pos de la codicia, el odio racial" (Cesaire, 2006, p. 15). Otro acontecimiento que produce una ruptura política con la metrópoli es Revolución cubana de 1959, un hecho político de importancia para América Latina y el Caribe, pues los cubanos demostraron que era posible resistir los embates del imperialismo y reconstruir un Estado libre y soberano. Este acontecimiento y sus consecuencias impactó en la región con nuevas formas de organización y búsqueda de transformación alternativas. El surgimiento de movimientos populares revolucionarios en América Latina y el Caribe se multiplicaron por aquellos años con diferentes expresiones y estrategias. También fue el tiempo del Concilio Vaticano Segundo (1965) y de la II Conferencia Episcopal Latinoamericana de 1968 acontecida en Medellín (México), sus conclusiones constituyen los fundamentos de la filosofía y la teología de la liberación. Éstas son leídas y discutidas a lo largo y ancho de América Latina y será parte de la praxis política y social que conmueve a América Latina y el Caribe. Eran tiempos de cambios revolucionarios, de modo que, la iglesia católica y otras iglesias cristianas entraron en un proceso de transformación ideológica y de ampliación de sus sistemas y estrategias socioculturales dirigidas al pueblo. Productos de esta apertura son la corriente de la Teología de la liberación y la Filosofía de la liberación y el Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo[1], todos

* Dra en Ciencias de la Educación, Universidad de Buenos Aires. Profesora-Investigadora Universidad Nacional de Río Negro y Cátedra Abierta Paulo Freire, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina. E-mail: imoujan@gmail.com

1. Este es un movimiento cristiano de opción por los pobres nacido en Argentina (1967).

ellos se disponen a escuchar la voz de los "condenados de la tierra". Los debates intelectuales sobre la liberación se suceden en una atmósfera intelectual que tiene algunas características claves, la repercusión del trabajo de Antonio Gramsci, de Aimé Cesaire, de Louis Althusser, y de Frantz Fanon[2] en el medio académico de América Latina y las fuertes figuras políticas de Ernesto Che Guevara, Fidel Castro, Ahmed Ben Bella y John Cooke en la praxis política. El punto de partida para las corrientes de la liberación es la alteridad negada (el pueblo oprimido, racializado y explotado). Estos pensamientos que encarnan lo concreto, que nacen en las experiencias histórico- culturales de nuestras realidades se materializan en diversas corrientes intelectuales: la Teología de la liberación (Helder Cámara, Gustavo Gutiérrez, Hugo Assman, entre otros) y su corriente del norte la Teología de la liberación negra (James Cone, Eduardo Bodipo Malumba); la Filosofía de la liberación (Augusto Salazar Bondi, Leopoldo Zea, Enrique Dussel, Juan Carlos Scannone, entre otros); la Pedagogía de la liberación (Paulo Freire e Iván Illich) y la Sociología de la liberación (Fals Borda).

Paulo Freire: promotor central de la pedagogía de la liberación[3]

Paulo Freire comparte con las corrientes de la liberación que el punto de partida de toda praxis debe ser el fenómeno de la opresión y el proceso de liberación para lo cual se hace necesario la asunción de un sujeto histórico, cultural y antagonista[4]. Freire comprende la necesidad de encarar un proyecto pedagógico radical para definir una nueva ética y una política para la acción pedagógica. Como creador crítico de su cultura recupera la herencia europea negándola y resignificándola con los elementos que otros pensadores le aportan para recrear el espacio educativo en toda su amplitud, y poner el énfasis en la praxis revolucionaria en el territorio que habita el pueblo. En

2. Es tributario de dos grandes procesos de radicalización de la conciencia colonizada: la negritud y la lucha de liberación argelina. Considerado unos de los pensadores críticos del colonialismo más importantes del siglo XX. Sus obras más importantes y más leídas: *Piel Negra Máscaras blancas* (1952), *Los condenados de la Tierra* (1961) y *Sociología de una revolución* (1966).
3. Explicitar algunos de los intercambios entre Freire e Iván Illich puede resultar un aporte para entender algo más la constitución de la *pedagogía de la liberación de la que* Illich formó parte junto con Freire. Illich comparte durante más de 10 años un diálogo fecundo con Freire. "Concientización y desescolarización son palabras que sin que Illich o yo lo deseáramos se han convertido en mágicas o casi mágicas. Esa es la razón por la cual nosotros hoy estamos reunidos aquí, para, al tomarlas como objeto de nuestro cuestionamiento crítico, podamos analizar lo mejor posible su significado real (Freire, 2001: 30)
4. Aquí el sujeto antagónico es el oprimido que se libera, aquel que va más allá del sujeto de la razón. Su búsqueda es sostener junto a otros la crítica al sistema que lo oprime, para poder vivir y poder participar del diálogo. Su lucha es por el reconocimiento de sus derechos (políticos, civiles, sociales, económicos y culturales), por su liberación para una transformación efectiva de la sociedad opresora. Para profundizar esta línea de análisis recomiendo leer Enrique Dussel, 2002. Capítulo V. *En La ética de la liberación en la era de la exclusión.* Madrid: Trotta.

las primeras reflexiones de *Pedagogía del Oprimido* (1970), su obra más radical y comprometida, deja en claro cuál es su posición respecto al lugar que la sociedad capitalista-colonial le otorga a la subalternidad y es allí donde realiza una advertencia a propios y ajenos cuando indica: "si admitiéramos que la deshumanización es vocación histórica de los hombres, nada nos quedaría por hacer, sino adoptar una actitud cínica o de total desespero" (Freire, 1970, p. 38). ¿Por qué nos realiza esta advertencia? Pues porque para el pernambucano la deshumanización, es una realidad histórica y no un destino dado, es la consecuencia de un orden social injusto y opresor que deshumaniza al ser del oprimido la deshumanización, al mismo tiempo que es generador de violencia. Por ello, para el pedagogo el problema de la humanización asume un carácter de preocupación ineludible y de urgencia política; la lucha por la liberación y la desalienación adquiere un carácter ineludible. En la medida en que los oprimidos descubran y reconozcan que la deshumanización[5] es una realidad histórica, los oprimidos podrán preguntarse por la otra viabilidad, la de su humanización (Freire, 1970). Desde este marco, Freire interpela a educadores y dirigentes revolucionarios y los invita a transitar una pedagogía del oprimido que sea elaborado *con* los oprimidos y no *para* ellxs "¿Quién mejor que los oprimidos se encontrarán preparados para entender el significado terrible de una sociedad opresora? ¿Quién sentirá mejor que ellos los efectos de la opresión? ¿Quién más que ellos, para ir comprendiendo la necesidad de la liberación?", se pregunta (Freire, 1970, p. 40). Su intención es elaborar una pedagogía en la que el objeto de reflexión sea la opresión y sus causas y el objetivo la liberación. "Sólo en la medida en que descubran que 'alojan' al opresor podrán contribuir a la construcción de su pedagogía liberadora" (Freire, 1970, p. 40). Freire, entiende que ambas, humanización y deshumanización, en la raíz de su inconclusión, se inscriben en un permanente movimiento de búsqueda. Humanización y deshumanización dentro de la historia, en un contexto real, concreto y objetivo, para que el sujeto oprimido deje de ser objeto de otro. Pues, en tanto el oprimido deja de ser emocionalmente dependiente del opresor puede asumirse como ser en el mundo y en la historia desde una conciencia crítica, histórica y política. Para Freire es el reconocimiento de la propia situación de opresión, la toma de conciencia de la situación dual (conciencia opresora y oprimida)[6] es lo que nos va a posibilitar junto con otros

5. "La lucha por la liberación, por el trabajo libre, por la desalienación, por la afirmación de los hombres como personas, como "seres para sí" (...) es posible porque la deshumanización, aunque sea un hecho concreto en la historia , no es, sin embargo, un destino dado, sino resultado de un orden injusto que genera la violencia de los opresores y, consecuentemente, el ser menos" (Freire, 1970:40).
6. En esta afirmación hay una clara referencia a Frantz Fanon. Para profundizar en este tema léase: *Los condenados de la Tierra* (Fanon, 1961); *Pedagogía del Oprimido* (Freire, 1970; *Fanon politica y poética del sujeto poscolonial* (De Oto, 2003); "La validez antihegemonica de la comunidad de las víctimas"(Dussel, 2002) "Miradas descoloniales en la educación" (Fernández Mouján, 2015).

recorrer el camino de la liberación. La liberación resulta entonces, para el pernambucano, uno los conceptos centrales en su pensamiento, y está intrínsecamente vinculada a las ideas de "concientización"[7] y "revolución".

Ahora bien, resulta necesario aquí delimitar las formas que adquiere la idea de liberación en los escritos freireanos pues ésta se escribe de muchas maneras y responde a momentos diferentes sus reflexiones teóricas. Se hace presente en sus textos más conocidos producidos entre 1967 y 1979[8]. Pues, el pernambucano se mueve entre el personalismo y el existencialismo cristiano en un diálogo profundo con el marxismo clásico y crítico[9]. Resulta interesante observar brevemente como en *Educación como práctica de la libertad* (1967), la idea de liberación se relaciona con la idea de creación y trascendencia, entendiéndola como libertad en tanto posibilidad de trascender y se encuentra en relación directa con la idea de irreductibilidad del hombre, influencia indudable del personalismo fenomenológico católico. Para el pernambucano el hombre no es un mero objeto del mundo, sino que es un sujeto capaz de actuar intencionalmente en el mundo al mismo tiempo que debe hacerse cargo de su inconclusión, planteo que está en relación directa con su finitud pues su completitud está ligada directamente con el Creador, es decir, en la transcendencia en Dios. Entiende que trascender es posibilidad de referirse a sí mismo, aprendiendo y resignificando el sentido de la existencia presente en la educación como práctica de la libertad. En este momento de su escritura, está preocupado por el desarrollo de la persona no en la constitución de un sujeto histórico y político. Entiende que lo que debe acontecer es el pasaje de la conciencia ingenua a la conciencia crítica pero que se debe partir de la conciencia la finitud en tanto persona, y ser inacabado "que es y cuya plenitud se halla en la unión con el creador. Unión que, por la propia esencia, jamás será de dominación o de domesticación" (Freire, 1973, p. 29). Es en *Pedagogía del Oprimido,* como señalábamos, donde la idea de liberación va a cobrar un sentido ligado al aquí y ahora, un llamado a asumir la urgencia política. Es un Freire que a partir del exilio se ha descentrado de su "ser nacional", que se siente interpelado por la realidad latinoamericana, que dialoga e incorpora los elementos que le provee el existencialismo sartreano; la fenomenología existencialista de Merlau Ponty; el marxismo y los desarrollos críticos de la Escuela de Frankfurt (Fromm, Marcuse) y de Mao Tse Tung. Que va a profundizar a partir

7. Se cree generalmente que soy yo el autor de este extraño vocablo *concientización* debido a que es el concpeto central de mis ideas sobre educación. En realidad fue creado por un equipo de profesores del Instituto Superior de Estudios del Brasil, hacia los años 64" (Freire, 1974:29, la cursiva y la mayúscula son del texto original).
8. *Educación como práctica de la libertad* (1967); *Pedagogía del oprimido*(1970); *Acción cultural para la libertad* (1975); *Cartas a Guinea Bissau* (1977), *Concientización* (1974), *Educación y Cambio* (1976).
9. Con marxismo crítico me estoy refiriendo a los desarrollos de Fanon y de Gramcsi.

de los aportes de la crítica al colonialismo de Fanon y Memmi[10]. En *Pedagogía del Oprimido* la idea de historia como posibilidad adquiere un lugar relevante para la comprensión del carácter político y revolucionario de la pedagogía de la liberación. Deja las reflexiones abstractas para focalizar en una educación que promueva una toma de conciencia y una actitud crítica para transformar la opresión y hacer frente a la invasión cultural.

La centralidad de la liberación, como indicaba, aparece claramente planteada en *Pedagogia del Oprimido* (1970), donde Freire describe la liberación como una praxis, que es acción y reflexión sobre el mundo para transformarlo. El concepto liberación junto con el de descolonización sintetiza su propuesta pedagógica[11] a partir de ese momento. Cómo he señalado, la idea de liberación, en Freire, está asociada a la nociones de deshumanización/humanización, concientización, revolución y descolonización. En este punto resulta necesario (de)marcar que el término liberación guarda una correspondencia con la idea fanoniana de descolonización. Aquí Freire toma una posición crítica al pensamiento eurocentrado, va más allá de la crítica europea pues alberga centralmente una preocupación por la deshumanización y un posicionamiento de permanente sospecha al pensamiento moderno. Él en tanto sujeto histórico-político asume una posición intelectual y práctica desde los bordes, en un claro sentido performativo que se liga directamente con la contingencia y las situaciones concretas de opresión. En sus palabras "para desafiar en forma dialécticamente antagónica a los oprimidos y a los opresores" (Freire, 1970, p. 46). Ciertamente, la liberación en Freire es una presencia política, una praxis que, en tanto posibilidad, se enfrenta con la imposibilidad (Fernández Mouján, 2016). Para el pernambucano la praxis liberadora no es un lugar esencial de experiencia pedagógica, ni de conciencia teórica, sino una acción-reflexión transformativa de la realidad real e histórica, donde el proceso pedagógico se va efectuando (Dussel, 2002, p. 436); y el acto político de la liberación-descolonización es el lugar donde acontece la política, donde comienzan a constituirse presencias históricas de otro orden e intensidad. La noción de concientización complementa y da una comprensión mayor sobre el fenómeno de la liberación. La concientización en tanto acto de conocimiento implica un develamiento de la realidad. Los sujetos se adentran poco a poco en la razón de ser de los hechos para deverlos; pero esta acción no puede basarse en una conciencia aislada del mundo, sino que, resulta necesario una dialectización conciencia- mundo y ésta implica una praxis, es decir, una acción-reflexión para transformar la realidad con otros (Freire, 1970). De este modo el proceso de concientización tiene un rol importante en el proceso liberador

10. Antropólogo tunecino cuya *Retrato de un colonizado* (1951) tiene una influencia importante en la teoría freireana.

11. Véase en detalle la concepción del término liberación en Freire "La idea de liberación". En *Saberes y Prácticas. Revista de Filosofía y Educación*. Mendoza: FFyL, UNCuyo 2018.

porque implica compromiso histórico y construcción de conciencia histórica, en consecuencia, inserción crítica como sujetos en la historia para (re)hacer el mundo (Freire, 1974, p. 30). Lo que enuncia es una pedagogía liberadora que desafíe los términos de una educación bancaria alienada y alienante; una educación dialógica y problematizadora que provoque la superación de la contradicción educador-educandos, de tal forma que ambos, en tanto sujetos históricos en una tarea de co-implicancia transformen lo dado en la educación (Freire, 1970). Una educación así pensada podrá ser válida si está precedida de una reflexión sobre el hombre concreto, cuya vocación es ser sujeto y no objeto de alli la necesidad de un análisis cultural pues no existen sino "hombres concretos" que viven y habitan una realidad concreta temporo-espacial; vocación ontológica que no puede ser negada y debe ser tomada como objeto de conocimiento (Freire, 1974b). Una educación que ayude a la constitución de un sujeto histórico y político. El punto de partida de esta educación es la reflexión sobre la situación de quienes participan del acto educativo, sobre su contexto concreto pues "mientras más (se) reflexiona sobre la realidad, sobre su situación concreta, más emerge, plenamente consciente, comprometido, listo a intervenir respecto a la realidad para cambiarla" (Freire, 1974b, p. 38). Pero para el pernambucano esto no es posible sin una praxis revolucionaria[12], pues el proceso de concientización en la medida que cuestiona el *status quo* debe derivar en una revolución, es decir, en un cambio radical de las estructuras de dominación. En ese sentido, la tarea del educador revolucionario no es una mera propaganda liberadora, ni un acto de mero depositar sino que es un permanente diálogo con los educandos, una praxis de búsqueda. Una práctica pedagógica problematizadora de lo dado, en que el método no es el instrumento del educador (el líder revolucionario) para manipular a los educandos (los oprimidos) sino que es co-intencionalidad, en la que ambos educador y educando son sujetos en el acto de conocer la realidad y recrearla críticamente. La acción de todo educador humanista-revolucionario y auténtico debe estar dirigida a la transformación de la realidad junto con los educandos. Siendo su objetivo "la liberación como proceso permanente" (Freire, 1970, p. 174).

12. En una referencia explícita a los postulados del *Qué hacer* de Lenin: "Sin teoría revolucionaria no puede haber tampoco movimiento revolucionari, significa precisamente que no hay revolución con *verbalismo* ni tampoco con *activismo* sino con praxis. Por lo tanto solo es posible a través de la *reflexión* y la *acción* que inciden sobre las estructuras que deben transformarse" (Freire,1970:162, las cursivas son del original)

Paulo Freire y la teología de la liberación

Es con la Teología de la liberación con la que Freire lleva adelante un diálogo prolífico a partir de la relación que establece con las iglesias cristianas y católicas de nuestro continente americano. ¿Cuál su derrotero? ¿Cuáles son los textos referidos a su posición de cristiano comprometido con la liberación de los pueblos del llamado "tercer mundo"? Freire se exila en Chile en 1964 y desde allí viaja a Nueva York donde trabaja como profesor consultor, en 1970 deja Santiago de Chile definivamente, vive unos meses en Nueva York[13] y a mediados de 1970 es invitado a trabajar en el Consejo Mundial de Iglesias[14] (CMI) con sede en Ginebra. Es interesante traer la respuesta que Freire escribe en su carta de aceptación a la invitación del CMIp "Ustedes deben saber que tomé una decisión. Mi problema es el problema de los desharrapados de la Tierra. Ustedes deben saber que opté por la revolución" (Freire en Gadotti y Torres, 1996, p. 141). Entre 1970[15] y1974 Freire escribe tres libros[16] en los que nos muestra las preocupaciones que comparte con la Teología de la liberación: *Educación y Cambio* (1970), *Concientización* (1974), *Las Iglesias, la educación y el proceso de liberación en la historia*[17] (1974). Escribe también: "Cartas a un joven teólogo" (1974), un artículo en *Teología Negra y Teología de la Liberación* (1970), junto con Assman, Cone y Malumba[18]; y el "Prólogo" de *Teología Negra de la Liberación* de James Cone (1973). En estos escritos, Freire explicita algunos enunciados teológicos y los va a relacionar con el rol liberador que para él debe asumir la educación. El maestro pernambucano desde su condición de cristiano comprometido con su pueblo realiza en esos años una crítica contumaz al papel de las iglesias en América Latina. Su trabajo en el Consejo Mundial de Iglesias le provee un marco de libertad para desarrollar

13. Desde 1968 Freire daba clases en Nueva York a través de un contacto que Iván Illich le había hecho con el padre Joseph Fitzpatrick y monseñor Robert Fox. Se encuentra referencia a esta relación en *Pedagogía de la Esperanza* (1992).
14. Durante las décadas de 1970-1980, Paulo Freire fue asesor del Departamento de Educación del Consejo Mundial de Iglesias (CMI) en Ginebra, Suiza. Desde allí brindó asesoría a diversos procesos educativos del mundo, sobre todo de África, desarrolló una reflexión pedagógica sobre la misión educacional de las iglesias. Esto no era nada nuevo para Freire, pues él gestó su experiencia originaria de alfabetización durante los primeros años de la década de 1960, con el Movimiento de Educación de Base (MEB), órgano de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) de la Iglesia Católica (Streck *et. al.*, 2015:273).
15. Año en que publica *Pedagogía del Oprimido.*
16. Todos ellos fueron publicados en la Argentina de esos años por las editoriales: *Ediciones Búsqueda* y *Editorial Aurora.* Ambas pertenecientes al movimiento ecuménico en el que se referenciaron cristianos protestantes y católicos *de base* de aquellos años.
17. En 1978 publica una versión corregida en portugués bajo el nombre de *Os cristãos e a libertação dos oprimidos.*
18. Todos ellos teólogos de la liberación.

este pensamiento. En una entrevista realizada en 1978[19] destaca: "Me considero un hombre de fe mas que un religioso" y recalca "no soy un mágico religioso. Hasta podría decir que no soy un hombre religioso, soy un hombre en búsqueda constante" (Freire, 1978, p. 2). Es el marco de referencia marxista lo que afirmó su fe en Dios, "Marx me enseñó a comprender mejor los Evangelios. Quien me presentó a Marx fue el dolor del pueblo (…), fue la miseria, el deterioro físico, la muerte. Fui a Marx y no descubrí ninguna razón para no continuar mi camaradería con Cristo" (Freire en Stechk, 2015, p. 119). El libro que sintetiza su pensamiento es *Las Iglesias, la educación y el proceso de liberación en la historia* (1974)[20], ya en el inicio del escrito nos advierte que resulta necesario entender el "quehacer de las iglesias en el condicionamiento que les presenta la realidad concreta, no se puede aceptar la neutralidad de estas frente a la historia como tampoco frente a la educación" (Freire, 1974, p. 18) . Con esta posición el pedagogo asume una crítica a la postura tradicional y conservadora de las iglesias (cristianas y católicas), nos advierte que están marcadas por su posición colonial pues no asumen su compromiso histórico con las clases oprimidas en el sentido de su efectiva liberación; iglesias que para el pernambucano son un refugio para la alienación. Pero nos advierte que éstas son confrontadas por los teólogos de la liberación, que comprometiéndose con los oprimidos defienden una política de la liberación y no una teología del "desarrollo modernizante". Alude así al carácter revolucionario de estas opciones cristianas que están contra la explotación y a favor de la liberación de las clases oprimidas (Freire,, 1974a, p. 21). Opciones que sostienen la imposibilidad de la neutralidad política, y que critican a las sociedad de clases en donde las élites de poder definen los términos de la educación.

> Misionera en el peor sentido de la palabra, "conquistadora" de almas, esta Iglesia separa mundanidad de trascendencia, toma aquella como la "suciedad" en la cual los seres humanos deben pagar sus pecados (…) Por eso, cuanto más sufran, más se purifican y así alcanzan el cielo, la paz eterna. (Freire,, 1974a, p. 28).

Es también en *Carta a un joven teólogo* (escrita ese mismo año) que Freire subraya su posición de cristiano, "a pesar de que no sea teólogo sino un hechizado por la teología, que en muchos aspectos marca lo que pienso que viene siendo mi pedagogía" (Freire, 1974c, p. 53). Freire establece con la Teología de la Liberación un intercambio profundo pleno de reflexiones sobre el creador y la creación, el-la docente y el-la discente, la conciencia y la concientización, pares de conceptos en tensión, antagónicos o paradójicos, pero siempre integrados en una dialógica que da cuenta de su compromiso por el otro, compromiso que él siente se encuentra estrechamente ligado a su condición de cristiano.

19. Entrevista realizada por Karmentxu Marín en el *Diario El País*, España.

20. Traducción de *Education , Liberation and the Church* publicado en Ginebra por Consejo Mundial de Iglesias.

> Yo estoy convencido de la enorme tarea que hemos de realizar los cristianos en este dominio, siempre que seamos capaces de superar los mitos idealistas y participar en la transformación revolucionaria en vez de seguir negando la contribución realmente importante de Marx. (Freire, 1974c, p. 52)

Para el pernambucano resulta indispensable recrear el mundo pero "no para la dominación de mis hermanos, sino su liberación (condición necesaria) para estar genuinamente dispuesto a comprometerse en el proceso de liberación del hombre" (Freire, 1974c, p. 52), proceso que exige compromiso histórico y una acción transformadora que implica, "el enfrentamiento con los poderosos de la tierra" (Ibidem). Leamos la vigencia[21] de su pensamiento: "Cuánto más inmersas estén las masas populares oprimidas en la cultura del silencio, cuanto mayor sea la violencia de las clases opresoras tanto más tenderán aquellas masas a refugiarse en tales Iglesias" (Freire, 1974a, p. 29). Sostiene también que las iglesias tradicionales y modernizantes reducen las expresiones del humanismo a categorías abstractas como promoción humana o, desarrollo humano. Las vacían de su real contenido que es la humanización con liberación, transformación "revolucionaria de la sociedad de clases" (Freire, 1974a, p. 38). Una línea profética de una iglesia comprometida con los oprimidos debe asumir el pensar crítico y no neutral que "no dicotomiza mundanidad de transcendencia, ni salvación de liberación" (Ibidem). Para Freire se trata de una nueva forma de hacer teología a partir de la realidad del pueblo oprimido.

James Cone: teólogo de la liberación negra

Cuando Freire escribe esto ya ha atravesado su exilio en Chile y ha estado en los Estados Unidos en donde ha establecido un vínculo estrecho con el cristianismo protestante, en especial con James Cone[22], teólogo de la liberación negra (también denominada por Cone *teología de la negritud*). En 1973 el pernambucano prologa el libro de Cone *Teología Negra de la Liberación*[23] que se edita en Argentina[24]. Además junto con Cone, Hugo Assman (Brasil) y Eduardo Bodipo Malumba (EEUU) participan del Simposio Esta publicación forma parte de las exposiciones que realizaron estos intelectuales en el Simposio Teológico realizado en mayo de 1973 en Ginebra del cual

21. El domingo 7 de octubre de 2018, obtuvo un 47% (representa algo así como 45millones de personas) las elecciones en Brasil un candidato ultraderechista, facista, violento y misógino.
22. La corriente de la teología de la liberación se consolida con del segundo libro de Cone *Black Theology of Liberation* (1970) y se articula con otros pastores evangelistas negros: Major Jones, J. Deotis Roberts Preston Williams y Gayraund Wilmore (Wilmore y Cone, 1979). Los primeros trabajos de estos teólogos denunciaron el silencio y complicidad de las iglesias blancas frente a las injusticias raciales. Cone llegó incluso a afirmar que la teología blanca norteamericana era una teología anticristiana. (Mena, 2014: 92)
23. *Black Theology of Liberation* (1970) nombre original.
24. Traducida al español y publicada en Buenos Aires, Argentina en 1973 por Editorial Lohlé.

deriva el libro *Teología Negra. Teología de la Liberación* (1974)[25]. En el prólogo de Freire a *Teología de la liberación negra,* el pernambucano refiere a la importancia que este libro tendrá en América Latina "Porque teología negra se identifica, a no dudarlo, con la teologia de la liberación que hoy florece en América Latina" (Freire, 1973, p. 10). Freire es interpelado por el teólogo negro. El pernambucano considera que la teología negra de la liberación tiene un carácter político y revolucionario, que son horas en las que resulta necesario dejar las posiciones neutrales y denunciar la politicidad que también comporta la "teología blanca" que tiene una clara referencia y orientación hacia "la salvaguarda de los intereses dominantes" (Freire, 1973, p. 10). Realiza una critica que está en estrecha relación con lo que Cone desarrollará en su texto referido a "lo irreconciliable" que plantea la "teología neutra-blanca" que niega la existencia de clases sociales, posición que "trata de hacer llevadera la dureza de la realidad opresora y convocan a las clases dominadas a que enfrenten con resignación el propio sacrificio" (Ibidem). Desde este prólogo Freire invita a transformar el sufrimiento de *no ser* en el sufrimiento que lucha por *ser*. A romper la unidad indisoluble entre reconciliación y liberación, reconciliación que propone pasividad y adaptación a la opresión; descree en el pacto de reconciliación entre ricos y pobres, este no tiene acogida en la teología de la liberación, afirma Freire. La liberación de los oprimidos solo es posible a través de la "praxis revolucionaria" (Freire, 1973, p. 11). Cierra su alocución invitándonos a leer la obra de Cone, pues "es una escritura que emerge de la realidad del racismo en los Estados Unidos" (Freire, 1973, p. 11). Claro está que el pedagogo pernambucano comparte con el teólogo negro la posibilidad real y concreta de una teología de la liberación, pues resulta necesario aunar esfuerzos para estar con el pueblo oprimido:

> (…)sólo del Tercer Mundo puede surgir una teología utópica, una teología de denuncia y anuncio que implica profecía y esperanza (…) ser hombre del Tercer Mundo significa renunciar a las estructuras del poder. Es estar con los oprimidos, con los "condenados de la tierra", en una postura de auténtico amor que no es la conciliación imposible entre quien oprime, aplasta y mata y quien es oprimido, aplastado, explotado y amenazado de muerte. (Freire, 1974c, p. 52)

En sintonía con Freire el teólogo norteamericano negro nos indica en su libro,

> (…) la negritud simboliza la opresión y la liberación en una sociedad cualquiera (…) la tarea del teólogo cristino consistirá en hacer teología a la luz de lo concreto de la opresión humana la cual se expresa en el color, y en interpretarles a los oprimidos el significado de la liberación de Dios en la comunidad de los suyos. La teología cristiana es teología de la liberación. Es el estudio racional del ser de Dios en el mundo (…) la teología blanca estadouidense no se ha comprometido con la lucha por la liberación negra. Ha sido una teología del opresor blanco, sancionando, desde la religión, el genocidio de los indios y la esclavitud del pueblo negro. (Cone, 1973, p.18).

25. *Black Theology and Latin American Theology of Liberation* publicado en 1973 por World Concil of Church, Ginebra.

Los temas que comparten Freire y Cone son, por un lado el problema de la neutralidad-reconciliación, por otro la violencia que ejercen los opresores y las consecuencias que esta tiene en los oprimidos. Respecto a la neutralidad, para Freire se encuentra indisolublemente en articulación con "la reconciliación, que no es sino adaptación de los dominados a los apetitos de las clases dominantes" (Freire, 1973, p. 19).Por su parte Cone, nos indica, que la teología opresora y blanca nos propone una falsa reconciliación; ella es conservadora, tradicional y racista y se encuentra impregnada del desamor al mismo tiempo que simboliza la acción de hombres violentos que solo les preocupa "la imagen que forjan de si mismos (al mismo tiempo) que definen al pueblo negro como no pueblo"[26] (Cone, 1973, p. 16). La reconciliación propuesta por las élites no tienen recepción en la teología de la liberación de América Latina ni en la teología negra, porque la reconciliación supone la libertad de los oprimidos que los opresores no está dispuestos a aceptar. Ambos pensadores comparten la lectura de Frantz Fanon y las descripciones que hace del fenómeno colonial. Acuerdan con las tres modalidades que para Fanon organizan el sistema colonial-opresor: racismo, violencia sistemática y subdesarrollo económico y social, lo que conllevan al "desposeimiento nacional" como una verdadera humillación que hiere a los hombres como consecuencia del orden colonial (Fanon, 1974). Para Fanon, la violencia y su cohabitación -más precisamente la explotación del colonizado por el colono se ha realizado con gran despliegue de bayonetas y de cañones. El colono y el colonizado se conocen desde hace tiempo. Y, en realidad, tiene razón el colono cuando dice conocerlos. Es el colono el que ha hecho y sigue haciendo al colonizado (Fanon, 1974). Inmersos en la tradición fanoniana para el pedagogo pernambucano y para el teólogo negro toda relación de dominación, de explotació y de opresión es en sí violencia.

> Es, a un tiempo, desamor y un impedimento para el amor. Obstáculo para el amor en la medida en que el dominador y dominado, deshumanizándose el primero por exceso y el segundo por falta de poder, se transforman en cosas. […] cuando el oprimido se rebela legítimamente contra el opresor, en quien identifica la opresión, se le califica de violento, bárbaro, inhumano, frío. Es que entre los incontables derechos que se adjudica para sí la conciencia dominadora incluye el de definir la violencia, caracterizarla, localizarla (Freire, 1973, pp. 41-42).

Es la violencia de los opresores que le niegan al oprimido reconocerse humano."Vocación negada, pero afirmada en la propia negación. Vocación negada en la injusticia, en la explotación, en la opresión, en la violencia de los opresores" (Freire, 1970, p. 41). Para Freire la audaz teología de la revolución tiene que asumir esta situación, tiene que desenmascarar una serie de mitos, entre los cuales el de que sólo el oprimido es

26. La Corte Suprema de los Estados Unidos en 1853 "decretaba que el negro no tiene derechos que el blanco esté obligado a respetar. La historia de la esclavitud de este país demuestra el punto a que puede llegar la depravaci´n humana" (Cone, 1973:42)

violento, cuando se defiende de la violencia del opresor. El oprimido responde legitimamente a la violencia del opresor en su afirmación de su ser que ya no teme la libertad y que esta es una conquista y no una donación. "Para mí, violento es el acto con que unos hombres o clases impiden a otros ser" (Freire 1970, p.43). En este sentido el teólogo norteamericano, realiza una crítica terminante a la sociedad norteamericana. a la que califica como racista, de allí que advierte que se debe rechazar la manera de entender a Dios del opresor (del hombre blanco que gobierna los Estados Unidos) porque representa el odio al pueblo negro, su inhumanidad blanca debilita el espíritu de liberación del pueblo negro. Para Cone, la teología deberá confrontarse con temas que conformaban la realidad de opresión de la comunidad negra: el racismo y la violencia. Para Cone, la violencia racista del blanco norteamericano es lo único que el pueblo negro a vivido en su país, como dice Fanon "que pueden apresarlo libremente, golpearlo, matarlo de hambre" (Fanon, 1963 en Cone, 1973, p. 96). La noción de negritud[27] (asumida y complejizada por Fanon) resulta una de las ideas centrales de su teología pues ésta le posibilita observar que una de las vías de la liberación es cuando las víctimas de la opresión descubran que "su humanización está indisolublemente unida a que el hombre se libere de la blancura" (Cone, 1973, p. 22). Cone articula la experiencia de la negritud con la experiencia religiosa con un mensaje dirigido a toda la comunidad de su país. Su teología es una denuncia al deshumano sistema esclavista y racista norteamericano, y un anuncio de una teología de la liberación con el pueblo negro. Del mismo modo que Freire, Con proclama un evangelio situado y crítico, una teología cristiana que es teología de la liberación "que no solo armoniza con el evangelio sino que es el evangelio de Jesucristo" (Cone, 1970, p. 15).

Breve cierre. Como sostuvimos en la afirmación inicial de este escrito, el punto de partida del filosofar de la pedagogía de la liberación y de la teología de la liberación es la opresión, es el pueblo oprimido, el de la liberación que no es el pueblo *ilustrado.* Su propuesta liberadora emerge de las condiciones objetivas y materiales de las sociedades explotadas, sometidas, violentadas y racializadas. Como tan claramente sintetiza el teólogo de la liberación negro al final de su libro: "Nuestras vicisitudes en el mundo no pueden ser lanzamiento hacia un futuro irrealizable, sino una certidumbre

27. La negritud, es un movimiento surgido en el seno mismo de las sociedades coloniales y neocoloniales. Es un movimiento que inicia la crítica al colonialismo. Es en Haití donde este proceso asienta sus bases y se extiende como reguero de pólvora en la búsqueda de una identidad que recupere la herencia africana No sería errado situar este proyecto como forma reacción y de resistencia a la ocupación norteamericana de 1915 hasta 1934. Fanon vió en este movimiento, el de la negritud, como una verdadera subversión del lenguaje, una acción de resistencia a la imposición ideológica y cultural del colonialismo (Fernández Mouján, 2016: 67). Para Fanon la negritud no es "ni un movimiento literario, ni exotismo tropical, ni vertiente del surrealismo, ni aventura artística. La negritud es el primer rearme cultural e ideológico de los pueblos negroafricanos, capaz de poner en marcha una política de descolonización" (Fernández Pardo, 1971:18).

fundada en la realidad pretérita y presente" (Cone, 1973, p. 174). Y Freire subraya: " No podemos *existir* sin interrogarnos sobre el mañana, sobre lo que vendrá, a favor de qué, en contra de qué, a favor de quién, en contra de quién vendrá; sin interrogarnos sobre cómo hacer concreto lo "inédito viable" que nos exige que luchemos por él" (Freire, 1993, p. 125). Como podemos observar estos pensamientos no han perdido su fuerza y su vigencia. No hay en estas reflexiones especulaciones posibles son pensamientos de un presente que asume el pasado y proyecta el porvenir. Hoy del mismo modo que hace unos cincuenta años nos invitan a asumir una pedagogía y una teología de carácter eminentemente político e histórico para transitar *junto con* el pueblo el camino de la liberación.

Fuente

Entrevista realizada a Paulo Freire por Karmentxu Marín. 1978. Paulo Freire: "La educación es siempre un quehacer politico". Diario El País, España del 20 de mayo de 1978. Disponible en: https://elpais.com/diario/1978/05/20/sociedad/264463223_850215.html

Referencia

CESAIRE, Aimé. Discurso sobre el colonialismo. En: *Discurso sobre el colonialismo.* Madrid: Akal. pp. 13-43, (1950), 2006

CONE, James. *Teología Negra de la Liberación.* Buenos Aires: Lohlé. (Primera edición en inglés:*A Black Theology of Liberation*. 1970. New York: Lippincott, 1973.

DUSSEL, Enrique. Capítulo V. En: *La ética de la liberación en la era de la exclusión.* Madrid: Trotta, 2002.

FERNÁNDEZ MOUJÁN, Iné. Miradas descoloniales en la educación. En: *Revista Intersticios de la cultura y la política.* Córdoba: UNCórdoba, 2015.

_____. *Elogio de Paulo Freire*. Buenos Aires: Noveduc, 2016.

FERNÁNDEZ PARDO, Carlos. *Fanon.* Buenos Aires, 1971.

FREIRE, Paulo. *Educación como práctica de la libertad.* Montevideo: Tierra Nueva, (1967) 1969.

_____. *Pedagogía del Oprimido.* Montevideo: Tierra Nueva, 1970.

_____. Desmitifición de la concientización. En: *Perspectivas de Diálogo", Año VII, n° 62.* Montevideo, 36-44, 1972.

_____. Prólogo. En: Cone, James, *Teologpia Negra de la Liberacion.* Buenos Aires: Lohlé, 1973.

_____. *Las Iglesias, la educación y el proceso de liberación humana en la historia.* Buenos Aires: La Aurora, 1974a.

_____. *Concientización*. Buenos Aires: Búsqueda, 1974b.

_____. Carta a un joven teólogo. En: *Fichas Latinomericanas*. Montevideo: Tierra Nueva, pp. 51-53, 1974c.

_____. *Os cristãos e a libertação dos oprimidos.* Lisboa: Base, 1978.

_____. *Pedagogía de la Esperanza.* México: Siglo XXI, 1993.

GADOTTI, Moacir y TORRES Carlos (comp.) *Paulo Freire. Una biobliografía*. Buenos Aires: Siglo XXI, (1996) 2001.

STRECK, Danilo R. (Coordinador). *Dicccionario Paulo Freire*. Lima: CEAAL, 2015.

Colonialidad del poder e historia global. Cuestiones abiertas para el pensamiento crítico latinoamericano del siglo XXI

Daniele Benzi*

A Aníbal Quijano
In memoriam

El fin de esa historia no ocurrirá quieto, ni pacíficamente. [...] Pagaremos todos, todas sus consecuencias. Pero no todo está dicho, ni decidido, sobre la suerte que correrán, que correremos, sus víctimas. [...] Y en tabla alguna está escrito que seremos siempre derrotados. Es, por el contrario, el momento de romper con las rejas del eurocentrismo y de preparar la otra Historia, la que resultará de las grandes luchas que ya están a la vista.
Aníbal Quijano, *¿El fin de cual Historia?*, 1997

Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años.
Aníbal Quijano, *"Bien Vivir". Entre el "desarrollo" y la Des/Colonialidad del Poder*, 2011

Y como todo reencuentro, en plena lucha, es un debate, no una canonización.
Aníbal Quijano, *José Carlos Mariátegui: Reencuentro y debate. Prólogo a 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, 1979.

* Doctor en Ciencia, Tecnología y Sociedad. Universidade Federal da Bahia (Brasil). E-mail: danielebenzi@hotmail.com

Introducción

El trabajo que estoy realizando *con* Aníbal Quijano quiere ser un homenaje a un pensador que ha influido notablemente en mi visión de América Latina y, tal vez más, en la manera de entender y practicar el pensamiento crítico latinoamericano, tradición que reivindico y a la cual me adhiero. Sin embargo, mi forma de rendir homenaje a quien considero no solo un maestro intelectual, sino también un compañero de lucha, no puede ser sino crítica, es decir, no puede sino interrogar su lección y legado para continuar, renovándola, la tradición del pensamiento crítico latinoamericano que necesitamos para el siglo XXI. En otras palabras, parafraseando al proprio Quijano cuando se refería nada menos que a Mariátegui, mi homenaje, como todo reencuentro que se da en plena lucha, es un debate, no una canonización.

En esta presentación quiero abordar dos puntos de la investigación que estoy llevando a cabo:

1. Explicar brevemente porque creo que Aníbal Quijano puede ser considerado el último gran teórico latinoamericano del siglo XX.

2. Explicar porque la teoría o perspectiva de la "colonialidad del poder", cuando se la mira con los lentes de la sociología histórica y macro-histórica y de la historia global no eurocéntricas, así como de la economía política global crítica, abre hoy una serie de interrogantes, una serie de "cuestiones" como amaba decir el sociólogo peruano, que el pensamiento crítico latinoamericano no debería subestimar. Se trata de cuestiones que no quieren establecer si Quijano y sus herederos estaban o están en lo correcto, sino que invitan a pensar la teoría de la "colonialidad del poder" en el contexto y momento histórico en el que fue elaborada, preguntándole si sigue siendo útil para explicar el pasado y entender el presente para actuar en el futuro.

En este sentido, mi punto de partida coincide con el argumento del teórico neogramsciano Robert W. Cox enunciado en el ámbito de la Economía Política Internacional. En un artículo seminal para el pequeño mundo de las Relaciones Internacionales, Cox afirmó que la teoría es siempre "para alguien y para algún propósito" (Cox, 1981, p. 132).

> Todas las teorías tienen su perspectiva. Las perspectivas derivan de una posición en el tiempo y el espacio, específicamente de un tiempo y espacio político y social. El mundo es visto desde un punto de vista definible en términos de nación o clase social, de dominación o subordinación, de poder en aumento o en decadencia, de un sentido de inmovilidad o de crisis presente, de experiencia pasada y de esperanzas y expectativas para el futuro (Ibídem).

Si bien el objetivo de Cox fue en su momento desenmascarar de forma elegante los supuestos políticos e ideológicos implícitos en los paradigmas dominantes de las Relaciones Internacionales a menudo presentados como "naturales", "neutrales" y "científicos", creo que su advertencia vale también para las teorías críticas. En este

caso, es suficiente recordar que la perspectiva de la teoría de Aníbal Quijano siempre fue aquella de las luchas de las izquierdas y de los movimientos sociales latinoamericanos.

Mi método de indagación, por otro lado, es el utilizado por Perry Anderson en sus brillantes ensayos sobre la historia de las ideas. En la introducción de *Spectrum*, el historiador británico afirma que:

> [C]on independencia de su complejidad, las ideas es mejor estudiarlas en la obra detallada de los escritores que las presentan, como textos inseparables de contextos históricos que son a un tiempo sociales y conceptuales, aunque no reducibles a ellos. La opción, en otras palabras, es no tratarlas como motivos intemporales, ni como discursos genéricos, ni como lenguajes especializados, las tres alternativas más populares que se ofrecen (Anderson, 2005, p. XII).

Sospecho fuertemente que Quijano suscribiría ambas posiciones.

El último gran teórico latinoamericano del siglo XX

Ante todo es necesaria una aclaración. Cuando afirmo que se podría considerar Aníbal Quijano el último gran teórico latinoamericano del siglo XX, no quiero decir que no haya otros intelectuales cuyas contribuciones al pensamiento crítico de la región fueron o son hoy en día menos originales y relevantes. Pienso, por ejemplo, en Pablo González Casanova, Enrique Dussel o Boaventura de Sousa Santos, entre muchos otros.

Sin embargo, a mi manera de ver Quijano ha sido el último gran teórico latinoamericano del siglo XX por al menos dos razones distintivas. La primera es de que desde los años ’50 ha recorrido *todas* las etapas de nuestras ciencias sociales, haciendo en cada una de ellas aportes muy significativos. La segunda razón, mucho más importante para mi argumento, es que posiblemente sea el único intelectual de la región que, a través de la elaboración de la teoría de la “colonialidad del poder”, desde los años ’90 se dio a la tarea de esbozar una síntesis, teórica e histórica al mismo tiempo, que englobase y articulara las principales problemáticas del pensamiento crítico latinoamericano tratando de darle proyección global.

En más de un sentido, al yuxtaponer los adjetivos “colonial” y “eurocéntrico” a aquellos de “moderno” y “capitalista”, la perspectiva de la “colonialidad del poder” no parecería ser otra cosa que la profundización y ampliación desde una óptica latinoamericanista del análisis del sistema-mundo, destacadamente del enfoque de Immanuel Wallerstein (1983; 2004). Mirándola desde otro ángulo, sin embargo, puede alegarse que ella es el punto de llegada de una reflexión que comienza con las intuiciones de José Martí (1891), Mariátegui (1928) y Caio Prado Jr. (1942), pasa por la imagen pionera del “capitalismo colonial” de Sergio Bagú (1949) y por el concepto de “colonialismo interno” acuñado por Pablo González Casanova (1969) y Rodolfo Stavenhagen (1969), se enriquece con los debates del “estructuralismo cepalino” y la

"dependencia" de los años '60 y '70, se encuentra con el análisis del "sistema-mundo" de Wallerstein a partir de los '80, para culminar, finalmente, en la original arquitectura histórico-conceptual de los años '90 que se nutre e incorpora otros aportes procedentes básicamente de los estudios culturales.

Este es mi punto. A mi modo de ver solo Aníbal Quijano a partir de una indagación muy temprana y una búsqueda y un cuestionamiento incesantes sobre lo "social" entendido como una "totalidad" "histórico-estructural" integrada por elementos "heterogéneos", se aventuró en delinear una teoría y una historia, eso es, una "teoría histórica" en sus propios términos, de un "patrón de poder" de alcance progresivamente mundial. Un patrón de poder mundial basado en relaciones de "explotación/dominación/conflicto" cuya historia comienza precisamente con la conquista y sucesiva colonización de "América" y que a lo largo de los últimos 500 años se habría articulado *sobre*, *en* y *alrededor* de todas las esferas y formas de control de la existencia social y sus formas de reproducción: el trabajo, la naturaleza, el sexo, la subjetividad y la autoridad (Quijano, 2000a).

Desde mediados de la década de 1980, Quijano encaró ese desafío al calor de los torbellinos provocados en las ciencias sociales por el "giro lingüístico", "posmoderno" y "posestructuralista"; de los "estudios subalternos" y "culturales"; "interseccionales" y "de género"; y, por supuesto, "poscoloniales", cuyas huellas son patentes en la "colonialidad del poder", aunque no explicitadas a menudo.

El sociólogo peruano asumió ese reto también, o sobre todo tal vez, a raíz del clima ideológico mundialmente dominado en la izquierda por la derrota, la confusión y el pesimismo que siguieron al derrumbe del "socialismo real", la destrucción del "Tercer mundo" y el aplastamiento o la degeneración de las experiencias de lucha guerrillera. Lo hizo al fragor de las movilizaciones indígenas y de los afrodescendientes, de los nuevos polos marginales y de los experimentos de economía popular germinados en las grietas del Estado desarrollista y luego florecidos de forma paralela a los horrores del Estado neoliberal y del Consenso de Washington. Ese aspecto tampoco puede ser dejado a un lado. Pues, a pesar de la sintonía de Quijano con los movimientos que a caballo del nuevo siglo y milenio dieron vida al Foro Social Mundial cultivando la consigna de que "otro mundo es posible", la cuestión del Estado-nación jamás desapareció de su radio intelectual.

En fin, sobran razones para no sorprenderse del enorme aprecio y respeto no solo intelectual, sino también humano, que el sociólogo peruano ha cosechado en los últimos cincuenta años en prácticamente todos los espacios que ha atravesado. Aprecio y respeto inclusive por parte de quienes, y no son pocos en la izquierda latinoamericana y mundial, no comparten o prefieren ignorar el supuesto inquebrantable de su quehacer teórico y político: la democratización del *poder*, de cualquier forma de poder, esto es, su socialización y progresiva disolución como práctica cotidiana y horizonte de las luchas y experiencias políticas que se definen emancipadoras.

Por último, un punto que quizás no ha sido subrayado lo suficiente todavía, ni percibido claramente quizás en algunos espacios, es que la "colonialidad del poder", como "teoría histórica" y para la *praxis*, es una perspectiva que ha tratado de unir en una época de fragmentación, sintetizar en la dispersión, articular en la disgregación.

En este sentido considero Aníbal Quijano el último gran teórico latinoamericano del siglo XX. Con su muerte, en mi opinión, se completa y posiblemente cierre un ciclo. La primera larga etapa del pensamiento crítico latinoamericano. Una época cuyas premisas fueron sentadas en los años '20 y se desarrollaron cabalmente en las décadas de 1960 y 1970, que tuvo su primer reflujo en los años '80, se recuperó parcialmente en los '90 y en particular a comienzos de este siglo con la incorporación orgánica, aunque frágil e inacabada todavía, de las visiones y demandas de las subjetividades negadas y oprimidas durante la larga noche de los quinientos años. Una tradición que ahora, sin embargo, pese a la supuesta vitalidad y madurez decantada por algunos intelectuales (Escobar, 2016), o a las actividades frenéticas y espectaculares de asociaciones gremiales como el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLASCO), navega en la oscuridad fragmentada de una región sin rumbo, en un mundo irreconocible y desconocido.

El fallecimiento de Aníbal Quijano el 31 de mayo de 2018, en medio de nubarrones políticos y turbulencias económicas y sociales al cabo de una década y media de ilusiones y paradojas alrededor del giro a la "izquierda", cierra un ciclo largo del pensamiento crítico latinoamericano. Un ciclo que, no por azar, coincidió con el ascenso y ahora la crisis de la hegemonía mundial de los Estados Unidos y quizás, para algunos al menos, del capitalismo concebido como un sistema histórico.

Colonialidad del poder e historia global: cuestiones abiertas

No es ningún misterio ni tampoco un problema, sino todo lo contrario, que desde los años '60 y particularmente en los últimos veinte y quizás treinta años, las intervenciones de Aníbal Quijano tuvieron casi siempre, pese a la continuidad en las cuestiones abordadas, un "carácter exploratorio" (Assis, 2014, pp. 15-16). Tal vez resida precisamente ahí su intuito, originalidad y capacidad para abrir nuevas pistas de análisis, reflexión y debate. En este sentido, probablemente son únicamente dos los textos en los cuales el sociólogo peruano ha tratado de sintetizar y exponer de forma orgánica y sistemática todos los elementos, ejes y cuestiones que abarca la teoría de la "colonialidad del poder". Ambos fueron publicados en 2000 (Quijano, 2000a; 2000b).

De ellos y de los demás, densos y numerosos escritos de Aníbal Quijano sobre la "colonialidad del poder" se infieren por lo menos: 1. Una teoría histórica del "capital", esto es, del "capitalismo"; 2. Una teoría histórica de la "clasificación social"; 3. Una teoría histórica del "eurocentrismo" y, por último; 4. Una teoría histórica del "Estado-nación" moderno.

Estas cuatro teorías históricas, en conjunto, delinean como ya mencioné lo esencial del "patrón mundial de poder" constituido con "América" y dominante hasta la actualidad como una "totalidad" "histórico-estructural" conformada por elementos "heterogéneos". Una "totalidad" basada en relaciones de "explotación/dominación/conflicto" por el control de todas las esferas de la existencia social y su reproducción: el trabajo, la naturaleza, el sexo, la subjetividad y la autoridad (Quijano, 2000a). Sin embargo, subyacente a estas teorías y a su articulación "histórico-estructural", en ocasiones de forma explícita pero la mayoría de las veces implicitamente, se halla también una teoría del "poder", entendido como pura negatividad, cuyo campo constituye el principal sino único motor del cambio social.

Ahora bien, pese al interés y gravitación que tienen hoy en día los debates "decoloniales", las cuestiones abiertas del legado de Aníbal Quijano sobre las cuales estoy reflexionando tienen otra procedencia, tal vez otra naturaleza y también otro propósito. Mi punto de partida, como mencioné al inicio, también es otro. Estoy interrogando la teoría de la "colonialidad del poder" convencido de que ella es inseparable del contexto histórico en el cual fue gestada, un contexto a un tiempo social y conceptual.

Una de las hipótesis que estoy explorando sugiere que este enfoque refleja en gran medida el clima cultural dominante en América Latina en los años '90 y comienzos de siglo, así como la situación geopolítica y económica global de aquel entonces. Es muy posible, sin embargo, hasta obvio para muchos, que hoy en día nos encontramos en otro momento histórico, en la región y en el mundo, tanto en el plano político y social como de las ideas, y ni hablar del contexto geopolítico y económico. Se podría sostener, con Giovanni Arrighi (1994, 2007), que la "crisis terminal" de la hegemonía mundial de Estados Unidos comenzada en 2003 con la invasión de Irak y entrada en su recta final tras la crisis financiera de 2008, cerró definitivamente el "largo siglo XX". Pero también, con Wallerstein (2013), que quizás nos estemos aproximando al fin del "capitalismo" como sistema histórico. Es decir, a la historia de ciclos hegemónicos dentro del "capitalismo" tal y como lo conocemos. En otros términos, el fin del "patrón de poder" "capitalista" comenzado con "América".

Aníbal Quijano naturalmente estaba consciente de ello cuando en uno de sus últimos textos publicados escribió que "este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años" (Quijano, 2014 [2011], p. 848). Sin embargo, no pudo o no quiso desarrollar a cabalidad las implicaciones para su teoría, al menos públicamente. Yo creo que de haberlo hecho, las preguntas iniciales habrían sido: 1. ¿El fin de la dominación mundial occidental que se vislumbra en la actualidad implica también el fin de la "colonialidad del poder"?; 2. ¿El conjunto de teorías históricas que las articulan son aún idóneas para explicar el momento histórico y global que

vivimos o simplemente para explicar "América Latina" después de las experiencias "progresistas"?; 3. Si la respuesta anterior fuera parcial o totalmente negativa, ¿cuáles serían los elementos que habría que afinar, corregir o de pronto abandonar?

Un proverbio jugoslavo citado por Wallerstein en un libro de 2003 afirma que "La única cosa absolutamente cierta es el futuro, porque el pasado cambia constantemente".[1] Con los lentes desarrollados en las últimas décadas por la historia global y la sociología histórica no eurocéntricas, la sociología histórica no ortodoxamente weberiana ni marxista en otras palabras, así como por la economía política global crítica - todas ellas fuentes a las que siempre abrevó Quijano - he comenzado a interrogar la perspectiva de la "colonialidad del poder" en torno a un conjunto preliminar de cuestiones que en mi opinión sería oportuno abrir nuevamente. Un conjuntos de cuestiones articuladas a los cuatro ejes teórico-históricos dibujados por el sociólogo peruano:

1. ¿La teoría histórica del "capitalismo" de Quijano no estará demasiado anclada, a pesar de ampliarla y especificarla, a la interpretación del sistema-mundo capitalista de Immanuel Wallerstein que, en algunos puntos nodales, desde hace un tiempo viene siendo cuestionada de forma bastante razonable y convincente?

2. Desde una perspectiva histórico-global, ¿la teoría de la "clasificación social" que sustenta la "colonialidad del poder", no concede excesiva prioridad a la categoría "raza" en detrimento de otras, como por ejemplo la de "nación" y "etnia", o la religión, que son cruciales y relativamente (a veces totalmente) independientes de la "raza" para explicar, dentro y sobre todo más allá de la experiencia europea y americana, el auge y la caída de imperios, así como el desarrollo de formaciones estatales y la configuración de sistemas regionales e interestatales no europeos inclusive anteriores a él, cuyos contornos nunca fueron borrados totalmente por el "patrón mundial de poder"? Asimismo, Quijano ¿no estará considerando únicamente una genealogía histórica de la categoría "raza" y del "racismo", que parecería ser anterior a ella, es decir, aquella desarrollada a partir de "América", olvidando o poniendo en segundo plano otra igualmente importante, la antisemita, que es igualmente esencial para explicar movimientos y acontecimientos clave del mundo moderno y contemporáneo?

3. Por último, además de no prestar ninguna atención al posible papel del "eurocentrismo" como mera ideología y/o teoría de la historia y de la cultura, o como simple sentido común del etnocentrismo europeo, concentrándose exclusivamente en su dimensión epistemológica para la conformación de la peculiar "id-entidad" europea frente a los "otros", ¿la teoría histórica de Quijano no estará simplificando demasiado

1. Wallerstein, por otra parte, lo retoma de un artículo de 1987 de E. M. Simonds-Duke, "Was the Peasant Uprising a Revolution? The Meanings of a Struggle over the Past", Eastern European Politics and Societies 1, nº 2 (Spring 1987): 187, en el cual, como en el caso del sociólogo estadounidense, figuraba solo como epígrafe. Y cabe la duda hoy: ¿jugoslavo? ¿de cuál nación, pueblo, etnia o religión – de cuál historia en fin – procedería ese dicho tan sugerente?

la diversidad y complejidad de los procesos seculares de difusión, transmisión y asimilación de las ideas, así como de las formaciones de las identidades y su carácter histórico y cambiante a nivel global? Dicho de otra forma, parafraseando el juego de palabras de John Hobson (2004) sobre el mito de la contraposición entre Oriente y Occidente, ¿no estará soslayando las raíces filosóficas y culturales no europeas del "eurocentrismo" y su carácter históricamente determinado y contingente al mismo tiempo, para convertirlo en una especie "ontología" europea, universal y metahistórica?

Sin el afán de pretender dar una respuesta exhaustiva y menos que nunca definitiva a esas cuestiones, quiero mencionar la última hipótesis y tesis que les subyace. En una época de reflujo, fragmentación social y predominio de los "pos", con el fin de formular una síntesis conceptual y narrativa coherente sin tener que sacrificar la noción de "totalidad" "histórico-estructural" de lo "social", la cual es fundamental en la tradición crítica del marxismo, la construcción de la "colonialidad del poder" de Aníbal Quijano termina por sacrificar excesivamente, al revés, el carácter igualmente "múltiple" y "heterogéneo" de lo "social", así como la contingencia y las discontinuidades que también son inherentes a los sistemas y a las estructuras históricas. Estos atributos nunca fueron negados en sus escritos, pero a menudo quedan desdibujados o a un lado. El resultado, probablemente involuntario, es la proyección e imperceptible generalización de historias y experiencias que son específicamente ibero-euro-atlántica-latinoamericanas.

Si todo ello era muy útil y coherente con la necesidad de comprender y ubicarse en un momento y contexto histórico determinados, esto es, aquello de la "globalización" triunfante y del "unipolarismo" estadounidense – el "fin de la Historia" – para pensar y repensar y, sobre todo, acompañar sin pausa ni vacilaciones las luchas de los pueblos latinoamericanos y caribeños, hoy sobran evidencias para creer que esa etapa se ha agotado definitivamente y que una nueva reflexión teórica e histórica se torna urgente y necesaria.

En el artículo mencionado en la introducción, Cox sostiene que "Cuanto más sofisticada es una teoría, más reflexiona sobre su propia perspectiva y, a la vez, más la trasciende [...]" (Cox, 1981, p. 132). Y agrega: "[C]omo la realidad cambia, los antiguos conceptos tienen que ser ajustados o rechazados, y los nuevos conceptos deben ser forjados en un diálogo inicial entre el teórico y el mundo particular que intenta comprender" (Ibídem).

Para concluir, mi tesis es muy simple al fin y al cabo, aunque a primera vista podría parecer lo contrario. Puede formularse de la siguiente forma: la crítica al eurocentrismo siempre será incompleta y, por lo tanto, menos eficaz en sus objetivos, si no va de la mano con la interpretación y constante reinterpretación de los procesos históricos en una perspectiva claramente situada, pero también verdaderamente global. De lo contrario, correrá el riesgo de alejarse demasiado o hasta divorciarse de ellos.

Referencias

ANDERSON, P. *Spectrum. From Right to Left in the World of Ideas*. London: Verso. 2005.

ARRIGHI, G. *The Long Twentieth Century. Money, Power, and the Origins of Our Times*. Nueva York: Verso.1994.

_____. *Adam Smith in Beijing*. *Lineages of the Twenty-First Century*. Nueva York: Verso. 2007.

ASSIS, D. Prólogo. En: QUIJANO. A. *De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO. 2014. pp. 13-53.

BAGÚ, S. *Economía de la sociedad colonial. Ensayo de Historia comparada de América Latina*. Buenos Aires: El Ateneo. 1949.

COX, R.W. Fuerzas sociales, estados y órdenes mundiales: Más allá de la Teoría de Relaciones Internacionales. En: *Relaciones Internacionales* Número 24. Octubre 2013 - Enero 2014 [1981]. pp. 129-162.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra. En: https://cronicon.net/paginas/Documentos/Arturo-Escobar.pdf. 2016.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. *Sociología de la explotación*. México: Siglo XXI. 1969.

HOBSON, J. The Eastern Origins of Western Civilisation. Cambridge University Press. 2004.

MARIÁTEGUI, J. C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta.1928.

MARTÍ, J. Nuestra América. Publicado en La *Revista Ilustrada de Nueva York*, Estados Unidos, el 10 de enero de 1891, y en El Partido Liberal, México, el 30 de enero de 1891.

PRADO, C. Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1942.

QUIJANO, A. José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate. Prólogo a 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. En: QUIJANO. A. *De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO. 2014 [1979] pp. 331-427.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. En: ARRIGHI, G.;

GOLDFRANK W.L. (eds.) *Festschrift for Immanuel Wallerstein*. Journal of World Systems Research (Colorado) Vol. VI, no. 2, Fall/Winter, Special Issue. 2000. pp. 342-388.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". En: LANDER, E. (compilador), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. 2000b.

_____. ¿El fin de cual Historia? En: QUIJANO. A. *De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO. 2014 [1997] pp. 595-603.

STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI.1969

WALLERSTEIN, I. *Historical Capitalism with Capitalist Civilization*. London: Verso. 1983.

_____. The Decline of American Power. The U.S. In: *a Chaotic World.* Nueva York: The New Press. 2003.

_____. *World-system analysis. An introduction*. Durhan: Duke University Press. 2004.

_____. Structural crisis, or why capitalists may no longer find capitalism rewarding". En: WALLERSTEIN, I; COLLINS, R.; MANN, M.; DERLUGUIAN, G.; CALHOUN, C. (edit.). *Does Capitalism Have a Future*? New York: Oxford University Press. 2013. pp. 9-35.

Raça e racismo como desafios ao pensamento social latino-americano contemporâneo: reflexões e apontamentos

Caroline Cotta de Mello Freitas*

Brasil e Bolívia estão entre os países mais desiguais da América Latina, segundo dados do PNUD (2014) – apresentam Índice de Gini de 0,49 e de 0,47[1], respectivamente. Na Bolívia e no Brasil, dizer quem é branco ou não, quem é indígena ou não, quem é negro ou não, quem é mestiço ou não, depende de múltiplos fatores. Muitos deles associados à questão de classe, entendida aqui de maneira simplista, por razões de espaço, como definida por nível de renda e de educação formal. Além, é claro, da questão da ocupação, se em trabalhos intelectuais ou manuais – os últimos evidentemente menos prestigiosos. No caso da Bolívia, temos ainda a questão da vestimenta e, um ponto crucial, o domínio da língua. Aqueles que falam o *castellano* sem a marca do sotaque de uma língua indígena e que não carregam traços fenotípicos indígenas têm evidente vantagem social. No entanto, apesar de suas especificidades, podemos encontrar muitas semelhanças no modo como o racismo aparece e opera nas sociedades brasileira e boliviana. Ambas são sociedades nas quais os processos pós independência e constituição republicana foram profundamente afetados pelas teorias raciais europeias do século XIX, como o darwinismo social e as ideias eugenistas, por exemplo[2]. Entendemos que os discursos acerca do branqueamento da população, da mestiçagem e a defesa da "ausência de racismo" são fundamentais para compreender a elaboração dos discursos sobre "formação nacional" no Brasil e na Bolívia e marcaram de modo profundo ambas sociedades, assim como as elaborações intelectuais/acadêmicas dedicadas a ambas e o modo como o conhecimento é produzido e validado em ambos contextos. Até o presente, em ambos países a cor da pele, e todos os elementos associados à raça, são determinantes no acesso ou não a oportunidades sociais e pleno gozo de direitos.

---

* Doutora em Antropologia Social. Professora na Escola de Sociologia e Política/FESPSP. E-mail: professoracarolineantropologia@gmail.com

1. https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/07/31/A-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-desigualdade-de-renda-no-Brasil-e-no-mundo E https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/12/09/A-desigualdade-e-a-pobreza-na-Am%C3%A9rica-Latina (Consultados em 04/05/2019.).
2. Schwarcz (1993), Stepan (2005).

Nosso escopo teórico se insere no debate sobre "colonialidade do poder" proposto por Aníbal Quijano (1992), isto é, entendemos que a constituição dos domínios coloniais no continente americano desde o século XVI foi atravessada por elaborações de distinções raciais, que marcaram de maneira ímpar a constituição dos, posteriores, países independentes, que advieram das antigas colônias americanas. Em que pesem as especificidades das distintas regiões do continente americano e a origem dos colonizadores, temos que a dominação colonial europeia na América, entre outras coisas, foi marcada pela escravização de pessoas, fossem nativos indígenas ou africanos trazidos compulsoriamente para o continente. Como explica Anibal Quijano (1992, 2005, 2006), a ideia de raça foi então o elemento fundante do novo sistema de dominação. Assim, a ideia de raça surge com a conquista do continente Americano e nasce como "produto mental e social específico" do novo padrão de poder, naturalizando a dominação de populações não-brancas. Tal dominação é então explicada não pelo fato dos dominados serem vítimas de um conflito de poder, mas pela inventada inferioridade desses em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural (Quijano, 2006). Com a ideia de raça surge a identidade racial imposta aos povos autóctones das Américas e da África. Durante o período colonial e após os processos de independência, as populações nativas e de origem africana, trazidas compulsoriamente para as Américas, foram sistematicamente percebidas como inferiores e incapazes de se autogestionar, seres a meio caminho entre a animalidade e a humanidade (Todorov,1996). Tais populações deveriam ser adequadamente cristianizadas, orientadas e contidas pela população de origem europeia, composta tanto de nascidos na Europa quanto de descendentes de europeus nascidos na América, os *criollos* hispano americanos.

Além disso, como as feministas descoloniais têm se dedicado a demonstrar, a empresa colonial se constitui com base em um conjunto de hierarquizações que tomaram o homem, branco, proprietário, europeu como *Humano*, e, portanto, superior, consequentemente sedimentando a percepção do Outro/a, colonizado/a, escravizado/a, como não-Humano/a e inferior. Karina Ochoa Muñoz (2014) propõe que, para além do eurocentrismo, o colonialismo instituiu uma feminilização do outro/índio/negro, uma vez que a infantilização diria respeito a uma fase, a infância, que é superada, e o feminino seria um estado, tido como estanque naquele momento. Isto é, o colonizador europeu, associou o/a outro(a)/índio(a)/negro(a) ao seu "outro próximo", a mulher, um ser sem vontade própria, sem plena capacidade de pensamento. Sendo assim, segundo a autora, a feminilização do/a outro(a)/índio(a)/negro(a) e a misoginia inscrita na violência genocida são elementos constitutivos do *ethos* colonial moderno, e ajudam a compreender a articulação transversal entre a condição de raça e a condição de sexo-gênero na colonização das Américas (Ochoa Muñoz, 2014, p. 112).

Ocorre que a independência das metrópoles europeias não alterou o modo como se dava a organização sociopolítica nas diferentes regiões das Américas, isto é, as populações nativas e de origem africana foram mantidas em posições de subalternidade, exploradas, oprimidas e vilipendiadas. Nesse contexto de profunda hierarquização, as teorias raciais europeias, desenvolvidas no século XIX e XX, encontraram nas Américas, e nos dois países em foco, um terreno mais que fértil. Como consequência, o ideário de "igualitarismo racial e de miscigenação", associado à ideia de "harmonia racial", profundamente arraigado no imaginário brasileiro, é peça fundamental para a manutenção da desigualdade racial e do racismo institucional. Por sua vez, a ideia de mestiçagem[3] existente na Bolívia atua no mesmo sentido.

No caso do Brasil, o racismo se manifesta de acordo com uma espécie de "escala cromática", atingindo mais as pessoas com fenótipo mais próximo da ancestralidade africana ou indígena, por exemplo, e suavizando as discriminações conforme a aparência se aproxime do fenótipo associado idealmente ao branco. Outro fato importante é que a miscigenação foi incentivada pelas ideias de branqueamento da população, que orientaram políticas governamentais do país no início do século XX e que tinham como objetivo superar o atraso da nação brasileira. Assim, com o tempo, deixariam de existir brasileiros de raça negra ou indígena, e, com o branqueamento, se superaria o problema da inferioridade da nação, sendo possível que o Brasil se aproximasse das nações desenvolvidas e civilizadas, as europeias. Como característica da ideologia da harmonia racial temos a ênfase na miscigenação entre a população brasileira, percebida como indicadora de tolerância racial, e a consequente apologia da mestiçagem. (Hasenbalg, 1996). Outra consequência desta apologia é a invisibilização do racismo, pela proibição institucional e social velada de se falar publicamente sobre raça e preconceito racial.

Na Bolívia também existiu um amplo debate sobre a necessidade de branqueamento da população em inícios do século XX. Autores como Alcides Arguedas (1996 – 1ª edição 1909) propunham que fosse incentivada a imigração de pessoas de origem europeia, a fim de "diluir" o "elemento índio" e, como no discurso que encontramos no Brasil, se superasse o atraso e se caminhasse em direção à construção de uma "sociedade civilizada". Algo que viabilizou que, com o tempo, se estabelecesse uma "sociedade pigmentocrática"[4] (Apilánez, 2015), em que as pessoas que carregam

3. Segundo Soruco (2006), *mestizo* e *cholo* foram sinônimos até princípios do século XX.

4. Existem entre 20.000 e 30.000 pessoas de origem africana na Bolívia, se encontram principalmente na região dos Yungas do Departamento de La Paz. Há relatos que mencionam escravos negros já em 1557 na região de Potosí, mas não se sabe ao certo quando chegaram e nem quantos negros foram trazidos ao país (Quiroga Trigo, 2009, p. 96 - 98). O fato é que os africanos se "misturaram" aos indígenas, com quem trabalhavam lado a lado no sistema de escravidão, pouco a pouco foram adotando o idioma *castellano*, depois o *aymara*, e assumiram distintas práticas culturais *aymara* como mascar folha de coca, a adivinhação através da observação da folha, a vestimenta e outras características. O que mais distingue os afrobolivianos dos demais *yungueños*, além da cor da pele, são suas manifestações musicais, em especial a *Saya*, que é a sua manifestação musical mais conhecida e popular.

menos traços fenotípicos indígenas tenham vantagens sociais. Assim como no Brasil.

Segundo Silvia Rivera Cusicanqui (1993), o elogio à mestiçagem, desenvolvido na Bolívia, em especial, a partir da Revolução Nacional de 1952, foi uma das maneiras de manter o "colonialismo interno" que, segundo a autora, deve ser entendido como um conjunto de contradições diacrônicas de diferente profundidade, que emergem à superfície da contemporaneidade, e cruzam, portanto, as esferas coetâneas dos modos de produção, os sistemas político-estatais e as ideologias ancoradas na homogeneidade cultural. No caso boliviano, o elogio da mestiçagem nublaria a exclusão-segregação vivida há séculos pela maioria da população boliviana, composta por pessoas indígenas e mestiças. A realidade é que as pessoas mestiças, apesar de seus esforços para se "ocidentalizarem", sempre foram mais associadas ao polo índio do que ao polo branco e, em consequência, apesar de possivelmente "embranquecidas" pela fortuna ou pela educação superior, não deixaram de sofrer, sistematicamente, discriminação e exclusão. Assim, em ambos países, o que podemos perceber é que os mecanismos de refuncionalização do racismo, de que fala Silvia Rivera Cusicanqui (1993), e do sexismo continuam em marcha e as desigualdades racial e de gênero se manifestam nos mais diferentes âmbitos das duas sociedades.

Segundo Angela Davis (1997),

> é preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. A raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. (...) entre estas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

Um exemplo dessas conexões é a questão da vestimenta na Bolívia, algo que afeta principalmente as mulheres bolivianas de origem indígena. Segundo Silvia Rivera Cusicanqui (2014, p. 128) um dos exemplos da estigmatização das condutas de mimetização cultural mestiça aparece visivelmente na vestimenta da *chola paceña*; no século XVIII tal vestimenta era parte de uma estratégia das ameríndias bolivianas migrantes para mudar sua identidade e ter acesso ao mundo mercantil e social dominante; mas a *pollera*[5], o *mantón de Manila* (que levam sobre os ombros) e o chapéu Borsalino (de feltro), com o tempo se tornaram um emblema de uma identidade discriminada e excluída. Se constata, com alguma facilidade, uma cadeia de associações que liga *cholitas* a mulheres de origem ameríndia, ameríndias ao campo, ao *pueblo*, lugar do atraso, da estagnação, da ignorância, da subordinação.

5. Saia identificada com a vestimenta "tradicional" das mulheres de origem indígena na Bolívia, tanto no campo como nas cidades. As *polleras*, como usadas na Bolívia, são compostas de no mínimo três saias, em geral são sete. As saias são mais longas na região do Altiplano, como em La Paz, e mais curtas, pelo joelho, nas regiões dos Vales, como Cochabamba. As mulheres que usam *polleras* são identificadas como *cholitas*, maneira como se chamam as mulheres de origem indígena que usam a vestimenta "tradicional" nas lides da vida cotidiana.

Por todo o exposto, sugerimos que um grande desafio para a produção de conhecimento e para a luta política contemporâneas consiste em ultrapassar os velhos discursos sobre "harmonia racial" e mestiçagem, buscar superar nossos vieses de classe, raça, sexo-gênero, e construir um projeto de conhecimento e de transformação social que abarque as diferenças, as entendendo não como "divisões", mas como riqueza e possibilidades. Acreditamos que o feminismo descolonial apresenta proposições interessantes neste sentido. Por um lado, ao ajudar a compreender a origem da recusa ao debate sobre o machismo-sexismo e o racismo que estruturam as sociedades latino-americanas, de outro, ao propor novas perspectivas de análise e transformação da realidade.

Seguindo essa percepção, recorro a elaborações de Lélia Gonzalez (antropóloga amefricana brasileira). A autora propõe a categoria de "amefricanidade", em 1988a. Segundo a autora, a categoria

> incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) (...) [que] permit[e] a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo [a América]. (Gonzalez, 1988a, p. 76-77 – grifo do original.)

Seguindo Lélia Gonzalez, usaremos o termo também para identificar mulheres ameríndias pois, conforme a autora, devemos entender que pessoas ameríndias, originárias das Américas, experimentaram, e experimentam, o mesmo tipo de violência racial desde o início da empresa colonial moderna neste continente.

A mesma Lélia Gonzalez, em um texto chamado *Por um feminismo afro-latinoamericano*, de 1988b, propõe que um feminismo coerente consigo mesmo não pode ignorar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região (1988b, p. 14); para a autora, um feminismo verdadeiramente liberador precisava romper com o eurocentrismo e "*seu efeito neo-colonialista*" (1988b, p. 14), e entender que romper com os sofisticados mecanismos de organização racial e discriminação latino-americanos é também romper com o machismo-sexismo. Pois no quadro das profundas desigualdades raciais existentes, se inscreve, muito bem articulada, a desigualdade de sexo-gênero. E, sabemos, as mulheres amefricanas são o alvo preferencial da discriminação nesta "*região de capitalismo patriarcal-racista dependente*". (1988b, p. 17)

As feministas amefricanas, em especial, desde meados dos anos 1970 e anos 1980 tem trabalhado a partir sob uma perspectiva que ganhou o nome de *interseccionalidade*. Segundo a definição de Kimberlé Crenshaw:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas

> que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento" (Crenshaw, 2000, p.177).

E entendem que "mulheres de cor"[6], não-brancas, tem a possibilidade de produzir um conhecimento que joga luz diferente à questões como raça, racismo, mestiçagem, gênero, sexualidade, etc. Graças à sua posição (seguindo os princípios de epistemologia de *standpoint*), isto é, por consequência de suas experiências, ângulos de visão e desafios distintos que acompanham o fato de ocuparem certos lugares na estrutura social, tais mulheres tendem a produzir reflexões diferentes dos discursos hegemônicos e a propor questões e conceitos inovadores (Collins, 2017).

Houria Bouteldja (2016), autora franco-argelina, porta voz do Partido dos Indígenas da República (PIR), partido francês identificado como de extrema esquerda, em uma intervenção feita em um congresso em Montréal em 2015, propõe uma série de reflexões a partir da ideia de que a consciência de que as opressões são cruzadas é visível para todas as pessoas, consiste em um saber implícito e compartilhado. Bouteldja (2016) sugere que pensemos as imbricações que compõem as estruturas de dominação e subordinação a que todas e todos estamos expostos como algo real, vivido e experimentado cotidianamente, e, consequentemente, que entendamos que tais vivências e seu contexto fazem com que as pessoas tendam a identificar alguma das opressões como a que as mobiliza.

Se, no passado, foi possível enfatizar um aspecto identitário e construir grandes mobilizações políticas em torno deste, hoje são grandes questões, como as ambientais, por exemplo, que mobilizam, independente da auto identificação, grandes multidões. Sabemos, faz tempo, que as identidades são múltiplas, acionadas a depender de contextos históricos, políticos e econômicos. Se é assim, porque supormos que alguma é mais relevante que outra na compreensão da sociedade e/ou na luta pela transformação social? Não se trata de entrarmos uma "olimpíada da opressão", ou numa disputa para determinar qual é a mais relevante, mas de entender que as opressões não se comparam, devem ser entendidas por meio de suas intersecções. Talvez seja o momento de entendermos que também na prática política as identidades não se fragmentam, mas se interseccionam, e que só avançaremos na medida em que tomarmos isso como fato. Audre Lorde, em *Sister outsider* (2007), propõe que

> O verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em nós. (2007, p. 123)

6. As autoras norte americanas utilizam o termo "*coloured women*" para indicar não só mulheres afrodescendentes, mas também as de origem latina, árabe, indiana, enfim, todas as "não-brancas".

E que é preciso "*quebrar o silêncio e construir pontes entre nossas diferenças, porque não é a diferença que nos imobiliza, mas o silêncio. E existem muitos silêncios para serem quebrados*." (Lorde, 2007, p. 44) Entendemos que o que o feminismo descolonial propõe é, também, quebrar silêncios, iluminar aspectos da colonialidade moderna que historicamente foram ignorados e que tem a ver com a realidade da vida, em especial, de mulheres amefricanas, mas também das populações LGBTI+. Patricia Hill Collins afirma que "*Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências.*" (2015, p. 26) E que, em consequência de nosso *status* simbólico e institucional todas as nossas escolhas se tornam atos políticos. (Collins, 2015, p. 28)

É importante que entendamos que pensar as opressões como interseccionadas significa reconhecer a complexidade dos fenômenos sociais e um esforço em dar conta desta complexidade. Não porque uma perspectiva feminista descolonial e interseccional confira uma suposta superioridade moral a quem a usa, mas porque assim é a vida. Porque o cotidiano é feito das vivências que envolvem pessoas amefricanas lutando para sobreviver apesar do trabalho precário e intermitente, defendendo suas vidas e a de suas famílias da perseguição das forças da ordem (polícia e judiciário, por exemplo), do grande capital (do agronegócio, da mineração, da madeira, etc.) e de seus agentes paramilitares armados. Precisamos transformar nossas práticas, não só as de pensamento, em especial para quem é da academia, mas também as práticas cotidianas, as da vida que é vivida no miúdo. É importante que encaremos o desafio de reconhecer as epistemes amefricanas como fontes de saberes, que elaboremos um léxico que dê conta destas epistemes, e que nos permita escapar de elaborações eurocentradas, fruto da colonialidade.

Patricia Hill Collins (2017) e Angela Davis (2016), como outras autoras, propõem que o conhecimento emancipatório deve estar associado à política emancipatória, visando a construção de uma sociedade mais justa. A produção de conhecimento sem a marca do *ethos* de justiça social pouco nos ajudará a enfrentar o contexto político e epistêmico da academia neoliberal, nem o momento político que estamos vivendo. bell hooks (2018) alerta que a conquista de direitos adquiridos sem mudanças fundamentais nos sistemas que governam nossa vida podem ser facilmente retirados. No Brasil isto tem sido evidenciado cotidianamente. Termino convidando todas e todos a se abrirem para o conhecimento produzido, há décadas, por mulheres amefricanas, só temos a ganhar com um reposicionamento epistêmico do pensamento social latino-americano.

Referências

APILÁNEZ PINIELLA, Elena. Género y mestizaje colonial andino. Los tránsitos posibles de las mujeres indígenas en la sociedad pigmentocrática. In: *Realidades y visiones sobre Latinoamérica – Revista ReveLA #4 - ¿Colonialidad? - ¿Postcolonialidad? - ¿Decolonialidad? Interrogantes desde el sentir y el pensar latinoamericano.* Viena, Áustria. Dec. 2015. Disponível em: https://issuu.com/revistarevela/docs/revela__4_final/1?e=0/32339789

ARGUEDAS, A. *La fundación de la Republica – Historia de Bolivia*. La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1920.

_____. *Pueblo enfermo*. La Paz: Editorial América, 1996. (1ª ed. 1909)

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. IN Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 31, nº 1, p. 15-24, Apr. 2016. [Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso (Consultado em: 10/05/2018.)]

BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeça. In: *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Vol 02, nº 02, Jul./Dez., 2016. [Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686 (Consultado em 18/10/2017.)]

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Renata Moreno (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista (Coleção Cadernos Sempreviva*. Série Economia e Feminismo, 4). São Paulo: SOF, 2015.

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória (Trad. Bianca Santana). In: *Revista Parágrafo*. São Paulo. Jan/Jun., vol. 5, nº 1. p. 6-17. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. [online]. vol. 10, nº 1, pp.171-188, 2002. [Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf (Consultado em: 04/06/2018.)]

DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. 1997. [Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/ (Consultado em: 05/06/2018.)]

_____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (92/93): 69-82, jan./jun. 1988a.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: *Revista Isis Internacional*. (8), out. 1988b.

GROSFOGUEL, Ramón. El concepto de "racismo" en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? In: *Tabula Rasa* [online], (Enero-Junio) 2012. [Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39624572006 (Consultado em 05/05/2018.)]

HASENBALG, Carlos. "Entre o mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil" In Chor Maio, Marcos e Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LORDE, Audre. *Sister outsider: Essays and Speeches*. Berkeley, California: Crossing Press, 2007.

OCHOA MUÑOZ, Karina. El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. In: Espinosa Miñoso, Yuderkys; Gómes Correal, Diana; Ochoa Muñoz, Karina. (Editoras) *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. In: *Perú Indígena*. Lima. Vol. 13, Nº 29, 1992.

_____. Notas sobre raza y democracia en los países andinos. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 9, nº 1, enero-abril, 2003, pp. 53-59. Universidad Central de Venezuela. Caracas, Venezuela. [Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17709104 (Consultado em 28/04/2019)]

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. [Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf (Consultado em 28/04/2019.)]

_____. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. In: *Revista Pasos*. nº 127. Departamento Ecuménico de Investigaciones. San José, Costa Rica, 2006.

QUIROGA TRIGO, María Soledad. S. *Figuras, rostros, máscaras – Las identidades en Bolivia.* La Paz: Fundación UNIR Bolivia 2009.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. La raíz: colonizadores y colonizados. In: X. Albó; R. Barrios (coord.). *Violencias encubiertas en Bolivia*. La Paz: CIPCA/Ediciones Aruwiyiri, 1993.

_____. Violencia e interculturalidad. Paradojas de la etnicidad en la Bolivia de hoy. In: Willka – *Análisis, pensamiento y acción de los pueblos en lucha* – Volumen Racismo y elites criollas en Bolivia. Año 2, n° 2, 2008.

_____. La noción de 'derecho' o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia. In: Espinosa Miñoso, Yuderkys; Gómes Correal, Diana; Ochoa Muñoz, Karina. (Editoras) *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *et al.* (coord.). *Ser mujer indígena, chola o birlocha en la Bolivia postcolonial de los años 90*. La Paz: SAG, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SORUCO SOLUGUREN, Ximena. La ininteligibilidad de lo cholo en Bolivia. In: *T'inkazos – Revista Boliviana de Ciencias Sociales.* Programa de Investigacion Estratégica en Bolivia – PIEB. Año 9, n° 21, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – A questão do outro*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1996.

Colonialidade do poder à brasileira e os sentidos sociais da escola privada paulistana

Adriana Santiago Dantas*

Introdução[1]

A proposta deste artigo é apresentar parte da discussão do quadro teórico elaborado na tese *As escolas privadas da periferia de São Paulo: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira*[2] (Dantas, 2018). Naquela investigação foi proposta a interlocução entre o campo da educação e dos estudos urbanos por se tratar da expansão da escola privada em um espaço específico, a periferia de São Paulo.

O município de São Paulo tem mais de 11 milhões de habitantes pelo censo demográfico do IBGE de 2010 e está dividido em cinco zonas: Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul. O escopo escolhido para análise foi a Zona Leste de São Paulo, correspondendo a 12 prefeituras regionais das 32 totais do município (ver anexo 1). Sua população, segundo o último censo oficial de 2010, era de quase 4 milhões de pessoas, correspondendo a 35,5% dos munícipes da cidade de São Paulo[3].

Discutiu-se naquele trabalho que havia certa naturalização na concepção, por parte da academia, de que periferia seria o *lócus* privilegiado da escola pública e de que o fenômeno da escola privada seria algo recente do novo milênio, após o aumento do consumo das camadas populares. A hipótese inicial e comprovada na pesquisa era que a expansão privada dos estabelecimentos de educação já tinha se dado no século XX. Os dados demonstraram que a ampliação da rede tinha iniciado desde as primeiras décadas do século passado, sendo concomitante com o crescimento da periferia, isto é, enquanto a produção do espaço urbano da periferia leste da cidade de São Paulo estava sendo formada, escolas privadas estavam sendo abertas. Portanto, para compreender sociologicamente os sentidos sociais dessa escola, foi necessário um esforço

---

* Doutora em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: novadrica@gmail.com

1. Agradeço a Flávia Fávari e Gabriela Valente pela leitura prévia deste texto.

2. Pesquisa realizada sob a orientação da profa. Dra. Maria da Graça Jacintho Setton na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo com o financiamento da Capes/ Fapesp (Processo 2015/05846-0) e estágio doutoral sob a supervisão da profa. Dra. Roser Cussó da Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, com o financiamento da Fapesp (BEPE 2017/09002-7). As conclusões expressas neste artigo são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

3. Prefeitura. População Recenseada. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_e_taxas_de_crescime_1980_10747.html> Acesso em: 27 ago. 2016.

teórico que culminou na adoção do conceito de colonialidade do poder de Quijano como será visto posteriormente.

A expansão escolar na Zona Leste

Para verificar o crescimento das escolas na Zona Leste foram utilizados os dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), que forneceu dois tipos de tabelas: 1. de escolas públicas com o ano de criação e 2. de escolas privadas com a data do ato de autorização[4]. A limitação dos dados das escolas privadas se referia ao fato de que os estabelecimentos que foram fechados ao longo dos anos não estavam mais no cadastro da SEE. As escolas públicas, por sua vez, não foram fechadas ao longo do tempo por isso se mantinham ativas desde a sua criação. Por isso, presume-se que o número de escolas privadas tenha sido maior, restando nos dados apenas aquelas que se consolidaram como instituições de ensino na localidade. É possível verificar o crescimento dos estabelecimentos até os anos de 1935 pela tabela 1:

Tabela 1 - Escolas públicas e privadas da Zona Leste de São Paulo (1900-1935)

Ano	Escola	Dep. Administra
1905	E.E. Orestes Guimarães	Pública
1909	E.E. Amadeu Amaral	Pública
1911	E.E. Carlos de Campos	Pública
1913	E.E Anchieta Padre	Pública
1913	E.E Santos Dumont	Pública
1914	E.E. Oswaldo Cruz	Pública
1918	Colégio Santa Catarina	Privada
1925	E.E Visconde de Congonhas do Campo	Pública
1926	Colégio São Francisco de Assis	Privada
1926	Colégio São Vicente de Paulo	Privada
1928	E.E Doutor Antonio de Queiroz Telles	Pública
1931	Colégio Espirito Santo	Privada
1932	Escola São José	Privada
1932	E.E Republica do Paraguay	Pública
1932	E.E Professora Maria Augusta de Ávila	Pública
1933	E.E Professor Theodoro de Moraes	Pública
1933	E.E Barão de Ramalho	Pública
1935	E.E Pedro Taques	Pública

Fonte: Cadastro de Escolas Secretaria da Educação. Relação de escolas ativas com data do ato de autorização/criação. Data base: 02/05/2016. Elaboração própria.

4. Os dados quantitativos da pesquisa foram mapeados por geoprocessamento, demonstrando tal expansão no tempo e no espaço por meio de mapas, os quais podem ser consultados na tese de Dantas (2018). Devido ao pouco espaço desse texto, não seria possível apresentá-los nesse momento.

Pela tabela acima é possível ver que a escola privada mais antiga e ainda ativa é o Colégio Santa Catarina, datado do ano de 1918 para a SEE. Trata-se de um colégio confessional no distrito da Mooca que, pelo relato institucional, tinha como objetivo proporcionar uma "educação cristã" naquela região. Em pouco tempo já havia muitos alunos matriculados. No início era um jardim de infância, ensino primário e curso complementar[5], como assim era denominado no passado a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Não só o primeiro, mas os outros colégios também revelaram esse caráter missionário de levar uma "educação cristã" nas páginas institucionais dos estabelecimentos na internet. Sob o lema da "boa educação", a educação confessional apresentava um projeto educacional para diferentes esferas sociais no início do século XX, consoante Perosa (2009). As ordens religiosas menos prestigiadas se encarregaram de levar a educação cristã para os subúrbios de São Paulo, responsabilizando-se em instruir os filhos dos operários e, muitas vezes, com a ajuda dos industriais do entorno e do Estado, ofereciam cursos profissionalizantes. Eram "[...] colégios localizados em bairros de menor prestígio social, atendendo um público pagante, filhos de famílias em início de ascensão social, que viam nas escolas católicas um investimento educacional oportuno para ampliar, manter ou recuperar a posição social da família" (Perosa, 2004, p. 67).

De início, a constatação dos dados suscitou algumas perguntas: Por que desde 1918 já existia escola privada e confessional na região leste? Que configuração social da Velha República na cidade de São Paulo justificaria tais estabelecimentos? O que significava esta presença desde o início do século que não foi captado anteriormente em análises sociais sobre a relação da escola privada e periferia? O que isto trazia de heurístico sobre o sentido social da escola privada em São Paulo?

A associação teórica entre espaço – a periferia – e estabelecimento escolar permitiu buscar inspiração na Geografia, especificamente nas provocações de Henri Lefebvre sobre os pontos cegos do espaço urbano:

> A cegueira, o não-ver e o não-saber, implicam uma ideologia. Os campos cegos instalam-se na re-presentação. Há, de início, a *apresentação* dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupá-los. Em seguida, há a *re-presentação*, a interpretação dos fatos. Entre esses dois momentos, e em cada um deles, intervêm desconhecimentos, mal-entendidos. O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira. (Lefebvre, 2008, p. 36, grifos do autor)

Em outras palavras, quais seriam os maus entendidos e os desconhecimentos que estariam subjacentes às representações das escolas privadas na periferia? Como foram agrupados os fatos sobre a escola privada brasileira e sua representação que ofuscaram

5. Fonte: *Site* Colégio Santa Catarina. Disponível em: <http://www.santacatarina-sp.com.br/conteudo/institucional/historia>. Acesso em: 26 de set. 2016.

a constatação de sua presença concomitante à formação da periferia? Que ideologia conduziu tal processo? Visto que tal presença seria o cegado, o que consistia no cegante?

O primeiro ponto a destacar é que se assumiu na pesquisa que "periferia" trazia em si o estigma do lugar da violência e da pobreza que naturalizava o senso comum de que escola privada, entendida como o estabelecimento dos mais ricos, não estaria presente neste espaço. Fato que só se justificaria nos anos 2000 com o aumento de renda das camadas populares. Esses pressupostos apresentam um campo cego importante: a redução da periferia a um processo urbano que consistia no lugar da espoliação urbana como bem demonstrou Kowarick (1979). Deduz-se que as ciências sociais cristalizaram a periferia prioritariamente por esta imagem, não permitindo vislumbrar a presença de atores sociais da iniciativa privada que estavam atuando na produção do espaço periférico. Não se trata de defender que a periferia não tenha sido, ou que não é, o espaço da espoliação urbana, mas de compreendê-la de maneira menos redutora, pois houve em seu interior processos mais complexos como demonstrados pela presença das escolas privadas que ficaram "cegados"[6].

Neste caminho, discutiu-se na pesquisa que a espoliação urbana foi possível porque anteriormente houve o processo de espoliação rural. Esta, apontada por Dantas (2018) como a espoliação sucedida do sistema escravista que resultou em condições materiais desfavoráveis, levando pessoas majoritariamente negras a migrarem para a cidade de São Paulo no século XX e a comporem demograficamente parte da Zona Leste de São Paulo. Esta constatação tornou-se um ponto de inflexão, o qual levou a tarefa de compreender sociologicamente os processos antecessores, implicando retornar ao passado histórico para buscar sentidos para esta espoliação rural e a relação da escola privada no período do Império, chegando ao Brasil colônia. Isto acarretou a elaboração da hipótese de que o ponto cego da metáfora lefebvriana seria a questão racial, pois o período anterior foi caracterizado pelo sistema escravista.

Tal proposição foi elaborada a partir da assunção do racismo estrutural (Hasenbalg, 2005; Hasenbalg, Silva, Lima, 1999; Almeida, 2018) e do entendimento que as análises sociológicas de tradição brasileira não têm realizado a atualização necessária entre raça e estrutura social, o que resultaria em um campo cego. O "cegante" neste processo interpretativo seria a construção ideológica da democracia racial. A crítica de Abdias do Nascimento (2016) sobre o mito da democracia racial consiste na denúncia que tal concepção difundia que os povos africanos foram assimilados na sociedade brasileira de forma harmoniosa, constituindo parte do fundamento da cultura do Brasil. A propagação de tal mito, para o autor, era do interesse das elites brasileiras em se

6. Esta complexidade é referenciada por alguns autores como a heterogeneidade da periferia, preferindo denomina-la de "periferias" no plural. Conferir Marques e Torres (2005); Ivo (2010).

afirmar internacionalmente como um país que não tinha racismo e que soube assimilar os negros escravizados.

A concepção da democracia racial foi elaborada e propagada a partir das obras de Gilberto Freyre, cujo livro *Casa-grande e senzala* (Freyre, 2004) consiste no clássico difundido em terras nacionais e internacionais. Tal tese chamou a atenção da Unesco em meados do século XX a ponto de patrocinar diversos estudos para compreender esse fenômeno brasileiro em um contexto internacional caracterizado pelo racismo do pós-guerra (Hasenbalg, 1999). Todavia, como reflete Ianni (2004), tal empreitada trouxe uma mudança teórica significativa, exemplificado pelas conclusões que a democracia racial era um mito, como nos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastisde, ícones da escola das ciências sociais paulistas. As conclusões destes autores não foram bem aderidas, demonstrando o conservadorismo brasileiro em discutir raça e racismo no campo intelectual e político.

Assumiu-se, pois, que esse campo cego poderia ser mediado com o quadro teórico da colonialidade do poder elaborado por Aníbal Quijano (2005; 2014), com atualizações para a realidade brasileira. Isto porque o conceito procura compreender um modelo de dominação que relaciona raça e trabalho na formação da América Latina dando condições para explicar o fenômeno social brasileiro que se propunha na tese de Dantas (2018).

A colonialidade do poder, conforme Quijano, se sustenta em dois eixos: a criação de novas identidades (primeiro eixo) para legitimar a divisão racial do trabalho (segundo eixo), os quais se relacionam à implantação do sistema capitalista mundial na América Latina cujo processo de colonialidade deu as condições materiais para o desenvolvimento do capitalismo. Ao longo da implantação de tal sistema um padrão de conhecimento foi sendo imposto, o eurocentrismo. Em outras palavras, a criação de novas identidades como *negros, indígenas, mestiços*, em contrapartida dos *brancos,* que não era até então assim conhecida ou estabelecida, forjou uma hierarquia entre o não civilizado e o civilizado respectivamente. Assim, a raça como categoria mental da modernidade foi constituída no colonialismo para naturalizar a dominação de um povo sobre o outro. Tal contexto de conquista estabeleceu referências biológicas para legitimar as relações de dominação – inferioridade/superioridade – pela identidade. O segundo eixo da colonialidade do poder diz respeito ao controle e à exploração do trabalho, além dos recursos das colônias, subordinados ao capital e a um mercado mundial, cujo centro foi outorgado à Europa. Iniciou-se naquele período um padrão global que caracteriza o capitalismo mundial.

Como, então, pensar o conceito para a realidade brasileira e associá-lo aos sentidos sociais da escola privada confessional? A educação formal e privada tem preparado as elites desde a invasão dos europeus, legitimando suas posições de comando no solo brasileiro. Assim, desde a colonização, ela tem tido um papel estratégico no

padrão de poder brasileiro, pelos quais os brancos se preparam para ocupar as posições privilegiadas dos postos de trabalhos. Por outro lado, a falta de acesso, por via financeira e legal, de negros e indígenas, na transição da abolição da escravatura e República, permitiu perpetuar a divisão do trabalho manual e menos qualificado que os negros já realizavam no sistema escravista, caracterizando parte da colonialidade do poder à brasileira.

A colonialidade do poder à brasileira

Para criar o quadro teórico da colonialidade do poder à brasileira foi realizada uma releitura de dois autores de posições antagônicas sobre o período escravista: Clovis Moura e Gilberto Freyre. A escolha do primeiro autor se deu por analisar o período pela ótica do conflito social entre negros e brancos e o segundo pela descrição antropológica da elite escravista, relatando a relação entre brancos e negros do ponto de vista da elite. A releitura dos autores foi feita mediada pelo paradigma proposto por Quijano para compreender como um padrão de poder relacionada à raça e trabalho se configurou em terras brasileiras.

Clovis Moura, ao trazer à baila o conflito social, indica que a presença majoritária de negros era um fator de desgaste para o sistema escravista (Moura, 1986, 1992). Sua crítica sobre as análises sociais brasileiras na obra *A sociologia do negro brasileiro* (Moura, 1988) aponta para o fato de não se considerar a luta dos negros contra o aparelho de Estado. Não havia a harmonia preconizada por Gilberto Freyre, por exemplo. Existia na concepção do autor um sistema fechado, portanto não democrático, que tinha a seu favor todo o peso da ordenação militar e jurídica contra qualquer resistência. Foi um Estado forjado na esfera política, jurídica e militar com o objetivo de reprimir a luta dos negros contra o sistema dado, não permitindo sua mobilidade social. Nas palavras de Moura (1988, p. 22): "O que caracteriza esse período da nossa história social é a luta do escravo contra esse aparelho do Estado". E é este fator que é subestimado pela grande parte de historiadores e sociológos, que pensaram o negro como um "objeto de estudo" e não sujeito dinâmico de conflito na estrutura social. O autor afirma que esta é uma postura metodológica branca, provenientes de uma *episteme* que toma o objeto de forma inferiorizada, pois em sua essência acredita na sua superioridade analítica diante do objeto. O autor deixa claro que não é uma "sociologia negra" e sim "a sociologia do negro" através da qual permite colocar a si mesmo "[...] como membro de uma etnia explorada, discriminada e desclassificada pelos segmentos dominantes e a partir dessa posição inicial passam a estudá-lo e compreendê-lo." (Moura, 1988, p.11).

A ausência da articulação entre esta estrutura e a problemática racial do negro, deixa de explicar as diversas barreiras estruturais, ainda presentes na atualidade em diversas áreas (educação, posto de trabalho, diferença salarial, além da discriminação

velada ou não). É nesse ponto que surge a proposição sobre o sentido da educação formal nesta configuração social. No passado, na vigência do sistema escravista, os negros estavam fora do "sistema educativo", o qual dava condições materiais, o diploma, para o exercício de quadros do poder; na concepção de Bourdieu (2010): o capital cultural institucionalizado. Para quem não era herdeiro de terras, as profissões liberais de alta legitimidade social como engenheiros, médicos, militares e advogados permitiam aos brancos estarem em postos de trabalhos e em posições políticas que resultavam na manutenção do seu próprio poder, pois eram os brancos, na maçante maioria, que chegavam ao ensino superior.

Por sua vez, é possível extrair da obra de Gilberto Freyre, de maneira crítica, parte da estrutura social da época do ponto de vista da elite devido extensa descrição antropológica realizada em suas obras. Os seus estudos permitiram, por exemplo, rever a socialização familiar dos moços e moças das elites ou mesmo compreender outras nuances da importância da Igreja Católica para a instrução das elites e na sociedade da época em geral. A respeito desse último ponto, por exemplo, era que a condição para adquirir as sesmarias na colonização era que o "proprietário" fosse cristão e que professasse a fé católica, pois havia uma disputa em Portugal contra o protestantismo, constituindo o herege (o não católico), como o grande perigo político da Coroa Lusitana. Como conclui Freyre (2004, p. 91-92): "Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade.".

A família colonial, de base católica, tinha dentre suas funções sociais a autoridade política que a disputava com o clericalismo da própria Igreja exercido pelos jesuítas. Enquanto estes desejavam domesticar os nativos para constituir uma "colônia cristã", aquela deseja domesticá-los para trabalhar em suas hortas e roçados. Fato que não logrou êxito, tornando-se fundamental para o entendimento econômico da época o sequestro de diversos povos africanos para o trabalho manual na colônia das Américas para o cultivo de cana-de-açúcar e posteriormente, do café e do trabalho na mineração.

A relação do primeiro eixo das identidades raciais com o segundo eixo da divisão do trabalho na colonialidade do poder à brasileira pode ser assim compreendida: o trabalho produtivo escravo, portanto, não pago, era realizado pelos não brancos; o trabalho assalariado das atividades intermediárias e o ócio para os proprietários de terra eram privilégio dos brancos. Tanto Moura quanto Freyre destacam essa divisão de trabalho em suas obras. Do cotejamento dos dois autores foi possível propor o seguinte quadro da divisão social por trabalho, raça e educação nas diferentes esferas na tentativa de compreender parte do racismo estrutural brasileiro:

Tabela 2 - Divisão de Trabalho por raça e educação

Postos de Comando	Elite política, religiosa e militar	Elite aristocrática	Postos Médios	Postos baixos	Postos de resistência	Classe Escravizada
Coroa Portuguesa e Império	Político (juristas) Religioso Militar (exército)	Família Patriarcal Donos de terras/escravos para agricultura (açúcar – café) Donos de minas extrativismo mineral	Profissionais Liberais (Médicos, Advogados, Engenheiros)	Comércio Indústria Vaqueiros Feitores Superintendentes	Quilombagem Vários tipos de Subsistência segundo a região (agrícola, extrativista, mercantil, pastoril	Trabalhador rural Trabalhador doméstico
Brancos	Brancos	Brancos	Brancos	Brancos Mestiços*	Pretos Indígenas Mestiços Brancos pobres	Pretos Mestiços
Herança	Educação superior	Herança	Educação superior	Ausência de escolarização formal - Educação elementar	Ausência de escolarização formal	Ausência de escolarização formal

Fonte: Dantas (2018, p.76). * Mestiços: referente a toda miscigenação entre brancos, indígenas e pretos

Essa conjuntura social causava muita tensão para sua manutenção. Eram necessários mecanismos coercivos que dessem suporte para sua conservação. Tais instrumentos não eram apenas físicos, mas também simbólicos. No caso brasileiro, a proposta de Dantas (2018) é que além da base repressivo-violenta, a colonialidade do poder à brasileira se valeu também de uma base moral-religiosa que contribuía para a legitimação da hierarquização racial. É nessa posição que a Igreja Católica se apresenta ao lado da empresa capitalista de base agrária da época e da família patriarcal como detentores do poder social e político, sustentados por uma base moral-religiosa no campo simbólico.

Tal base não consistia apenas na doutrinação religiosa, mas ela se relacionava com a estrutura educacional. Ao longo de todo o período, a instrução formal ficou a cargo da Igreja Católica que educou os filhos desta elite. No período da Colônia preparou os jovens para chegar à universidade de Coimbra e às universidades francesas; no período do Império, os instruiu para a nova educação superior que surgiu com a vinda da família real para o Brasil que se resumiam nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, além dos Seminários (Cunha, 2011; 2017; Freitas, 2009; Haidar, 2008; Hilsldorf, 2005; Ribeiro, 2003).

Os filhos das famílias abastadas e ricas estudavam em internatos separados por gênero, consoante as descrições de Freyre. As meninas aprendiam a falar francês, bordar, dançar, tocar instrumentos. Os garotos eram preparados desde tenra idade para chegarem às Academias de Direito e Medicina. Era comum os pais escolherem a profissão dos filhos, espalhando os descendentes pelas diferentes profissões importantes que estavam na área do Direito, Diplomacia, Medicina ou mesmo na carreira militar como cadete, por fim, alguns estudavam no Seminário, especialmente o mais novo para cumprir com uma missão social depois que os primeiros já estavam "encaminhados". Como explica Freyre (2008, p. 100): "A tendência era para espalhar os meninos em escolas diferentes, de modo que a família patriarcal pudesse ser representada nas diversas profissões então importantes." Era na Academia de Direito de São Paulo e Recife que os estadistas brasileiros receberam a educação para o Parlamento no tempo do Império. Uma das práticas dos estudantes era fazer parte dos estudos na outra academia em uma espécie de intercâmbio. Professores e alunos tinham profundas participações na religiosidade católica das províncias, participando de liturgias e procissões.

Assim, a educação confessional preparou as elites desde a chegada dos europeus, legitimando suas posições de comando no solo brasileiro. Desde a colonização, ela tem tido um papel estratégico no padrão de poder brasileiro, pelos quais os brancos se preparam para ocupar as posições privilegiadas dos postos de trabalhos. Por outro lado, a falta de acesso de negros à educação formal dos brancos, por via financeira e/ou legal (Fonseca, 2016; Greive-Veiga, 2008, 2016), permitiu perpetuar a divisão do trabalho manual e menos qualificado que os negros já realizavam no sistema escravista.

Por isso, a proposta é que um dos sentidos sociais da escola privada confessional era de legitimar a dominação da elite via posse de diplomas que levavam aos postos de poder na esfera jurídica, política, militar, etc. Não era por acaso que as faculdades no período do Império estavam profundamente relacionadas com os postos de comando da nação. Por sua vez, a maioria negra estava fora desse sistema educacional por conta da escravidão e, mesmos os libertos, tinham grandes obstáculos para se inserirem nas camadas mais elitistas da sociedade. Como salientou Clovis Moura era um sistema fechado, não democrático que perpetuava seu poder não somente pela coerção física, mas também por uma base ideológica que legitimasse a população branca na esfera de poder.

É dado como certo que a educação formal brasileira, especialmente o ensino superior, teve como paradigma a concepção de educação europeia moderna. Há vasta literatura que faz esta interlocução, especialmente na área da História da educação. (Alves, 2011; Cunha, 2001, 2011, 2017; Freitas, Biccas, 2009; Greive-Veiga, 2008, 2016; Haidar, 2008; Hilsdof, 2005; Marcílio, 2005; Ribeiro, 2003; Romanelli, 2006). Contudo, o paradigma da educação europeia não deveria ser tomado sem atualizações necessárias para países que sofreram a colonização, como no caso do Brasil.

Na Europa, o papel da centralidade da escola na era moderna foi apontada por Philippe Ariès (1981). A prolongação da ideia de infância se deu naquele período, pois até então na Idade Média depois dos cinco ou seis anos a criança era incorporada no mundo adulto. A criação de colégios foi se constituindo no final deste período e se consolidando na Idade Moderna. Mais tarde, estabeleceu-se também uma divisão por classe social, o ensino primário para os pobres e o liceu ou colégio para os ricos.

A especificidade central da formação do Estado-nação brasileiro, mediada pela colonialidade do poder, é o conflito resultante do sistema escravista brasileiro que não permitia um Estado democrático como concebia os europeus. Partindo da concepção de Moura (1992), a maioria populacional era de não brancos, o que acarretava um desgaste ao sistema escravista em se manter de pé. Em outras palavras, a maioria populacional não branca requereu dos governantes, de minoria branca, a criação de uma estrutura fechada no qual o uso da força era necessário para conter as resistências que se levantavam. Assim, a construção de negros como grupo minoritário foi uma construção ideológica que não se sustentava demograficamente.

Conforme foi elaborado por Dantas (2018), era necessária a coerção física do uso "legítimo" da força pelos detentores do poder em uma concepção weberiana, a base repressivo-violenta; mas, sobretudo de uma coerção simbólica, para legitimar este tipo de dominação por parte desta minoria, a base moral-religiosa. Assim, a Igreja Católica e a instrução formal foram parte da base simbólica de tal legitimação. Em outras palavras, como a estrutura societária patriarcal da colônia se mantinha pela coerção física e simbólica era preciso estratégias para conservar a estrutura fechada de poder. Assim, os filhos da família patriarcal no tempo da Colônia que estudavam nas universidades europeias estavam nos postos de trabalho, caracterizados pelas esferas de dominação como o Exército, a Igreja, os postos políticos e a instrução formal nos seminários. Isto porque o diploma dava a legitimação requerida para tais posições sociais no período colonial.

Mais tarde, com a chegada da família real e da formação do Império, a criação das primeiras faculdades de Direito, Medicina e Engenharias estavam ligadas a tal conflito social. Isto porque, as duas últimas foram criadas no interior do Exército e a primeira era responsável por formar os legisladores e defensores legais do sistema que se mantinha blindado da participação de negros e indígenas. A chegada ao ensino superior era possível aos mais ricos que preparavam seus filhos para essas carreiras prestigiadas. A herança do título social de "doutor" aos bacharéis de direito e medicina têm sua gênese nesta época e ainda hoje tem grande peso simbólico na sociedade. Além de serem as carreiras, juntamente com as Engenharias, mais prestigiadas nas quais a maioria branca continua ocupar suas cadeiras na contemporaneidade.

Considerações finais

As escolas privadas confessionais na Zona Leste são a continuidade de um processo histórico pelo qual a Igreja Católica representava parte da educação formal brasileira. Mesmo depois da abolição da escravatura, ela continuou a ter seu papel simbólico na sociedade brasileira. Como defende Sérgio Miceli (1985), a instituição se reestruturou na antiga República, expandindo seus domínios mesmo depois da separação entre o Estado e a Igreja decorrente da Proclamação da República. Isto também explicaria porque a concepção de laicidade na França, por exemplo, é diferente da brasileira (Valente, 2018). Naquele país, após a revolução francesa era preciso separar politicamente o Estado da Igreja. No caso brasileiro, mesmo se realizando essa separação na letra da lei, ela de fato não foi total, pois a influência do catolicismo na esfera religiosa e educacional se perpetuou ao longo do tempo, como autores nacionais atestam (Cunha, 2011; Miceli, 1985).

Assim, a continuidade da escola formal confessional estaria inserida no contexto do conflito social de manutenção de poder. No começo do século XX, período da Velha República, no qual a abolição da escravatura deixou uma enorme população negra espoliada de terras, trabalho e educação, pode se propor que um dos sentidos da escola privada confessional era de manter as bases ideológicas do passado alinhada ao sistema "fechado". Por esta concepção, percebe-se também como o racismo institucional[7], nesse caso representado pela educação, opera no racismo estrutural. Assim, assume-se que fazia sentido a perpetuação de escolas privadas católicas na Zona Leste sob o prisma da colonialidade do poder à brasileira.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é racismo estrutural*? Belo Horizonte: Letramento, 2018. Coleção Feminismos Plurais

ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil***.** 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p 61-78.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família***.** 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

7. Para Almeida (2018), o racismo no Brasil se dá pelas concepções: a individualista, a institucional e a estrutural. O institucional compreende o racismo no funcionamento das instituições que pode conferir privilégios ou desvantagens a partir da raça; em outras palavras, ele é tratado pela ótica do poder e da dominação.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.) *Escritos de Educação*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. *A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

_____. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil.* 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp 151-204.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. *As escolas privadas da periferia de São Paulo: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15042019-172746/>. Acesso em: 2019-04-26.

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronivich Pombo de. *A História da Educação dos Negros no Brasil.* Niterói: Eduff, 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: *Revista Global*, 49ª ed., São Paulo, 2004.

_____. Vida Social no Brasil meados do século XIX. In: *Revista Global,* 4ª. ed., São Paulo, 2008.

GREIVE-VEIGA, Cynthia. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. In: *Revista Brasileira de Educação* [en linea], vol. 13, nº 39, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503907> Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. "Promiscuidade de cores e classes": tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronivich Pombo de. *A História da Educação dos Negros no Brasil.* Niterói: Eduff, 2016. p. 271-302.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

_____. O negro no Rio de Janeiro: revisitando o projeto Unesco. In: Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Márcia Lima. *Cor e estratificação social.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 60-85, 1999

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional do Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 218-231, 1999.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo**.** *História da educação brasileira:* leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IANNI, Octavio. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. In: *Estudos Avançados*. v. 18, nº 50, p. 6-20, 2004.

IVO, Anete Brito Leal. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. In: *Caderno CRH,* Salvador, v.23, nº 58, p. 9-15, jan./abr. 2010.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, (1970) 2008.

LIMA, Márcia. O quadro das desigualdades. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 232-240, 1999.

MARCÍLO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Org.*). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930).* Tese (livre docência em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

MOURA, Clovis. *História do Negro Brasileiro*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. *Os quilombos e a rebelião negra.* 6ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª. ed. São Paulo: perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, Maria Alice. Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. In: *Educação & Realidade***.** 20 (1), p. 9-25, jan./jun. 1995.

PEROSA, Graziela Serroni. *Escola e Destinos Femininos: São Paulo (1950/1960).* Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro, 2005. p. 227-278. (Colección Sur Sur). Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> Acessado em 16 abril de 2018.

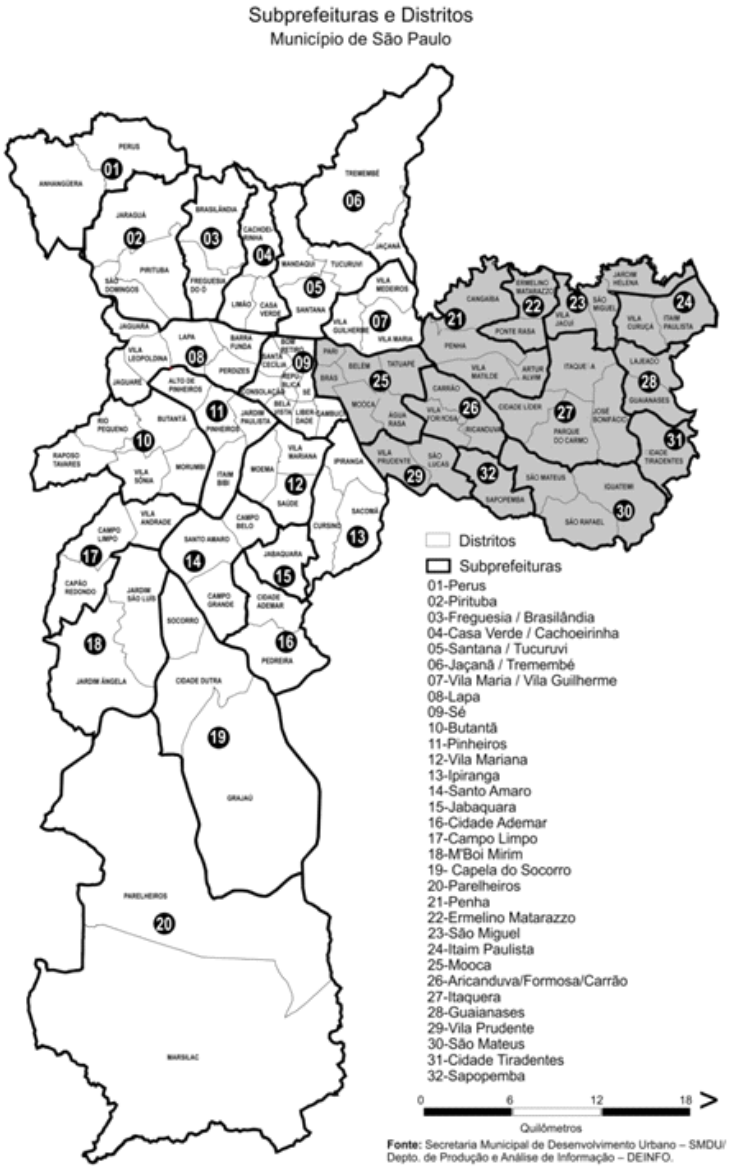
_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: _____. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-esctructural a la colonialidade/descolonialidad del poder*. Danilo Assis Clímaco (selección). Ciudade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 18ª ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 30ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. *Pro-Posições*, Campinas, v. 29, nº 1, p. 107-127, abr. 2018.

Anexo 1 – Mapa da cidade de São Paulo



Mapa 1: Subprefeituras, Distritos e Zona Leste em destaque no Município de São Paulo.
Fonte: Infocidade - Regiões, Subprefeituras e Distritos[8] Tratado por Alessandra Dantas.

8. Disponível em <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/3_regioes_subprefeituras_e_distritos_2014_10338.pdf> Acessado em 27 de agosto de 2016

Educação, identidade e humanismo na América Latina

Vanderlei Barbosa*
Jefferson da Costa Moreira**

Introdução

Como entender filosoficamente a nova razão do mundo? Como entender filosoficamente a frieza? São duas perguntas que nos instigam à reflexão num mundo onde tudo ganha uma dimensão de normalidade. A normalidade leva à frieza e nós nos distanciamos das situações concretas da vida cotidiana, ou seja, já não somos capazes de gestos humanos básicos que nos colocam em vibração positiva ou o que Pierre Teilhard de Chardin chama de *Élan Vital*.

Ora, o não reconhecimento da frieza social nos leva à reprodução da lógica fria que sempre responsabiliza o outro, o sistema, o mercado, etc. Isso produz o fracasso ético porque todo estado de falsidade é performaticamente incorporado como parte da normalidade. O desafio que este modesto ensaio se propõe é, precisamente, resgatar o calor e reconstruir a consciência moral.

Dessa forma, os pressupostos teóricos e metodológicos consolidados nessa pesquisa, enaltacem a importância de refletir sobre epistemologias que corroboram em um estudo crítico da sociedade. Nesse sentido, as discussões e ponderações deste ensaio concentram-se primeiramente em reflexões acerca da Frieza Burguesa presente na Modernidade; seguidamente de considerações sobre a nova razão de mundo e por fim analisa a crise ética e epistemólogica na América Latina.

A frieza subjetivada no sujeito esclarecido

Adorno e Horkheimer são famosos por suas contribuições no campo da Teoria Crítica da Sociedade, onde abordaram questões acerca da manifestação social e filosófica da frieza. Entretanto, deve-se salientar que "[...] o conceito de "frieza" não é uma particularidade da era burguesa" (PUCCI, 2014, p.xvii), pois em outrora é

* Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Lavras- UFLA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFLA e Coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa Movimento, sabedoria, ideias e comunhão - MOSAICO. E-mail: vanderleibarbosa@ded.ufla.br

** Graduando em Filosofia na modalidade licenciatura, pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Bolsista residência pedagógica CAPES e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Movimento, sabedoria, ideias e comunhão - MOSAICO. E-mail: jeffcostmoreira@gmail.com

possível identifica-lo, a saber:"[...] atinge a relação senhor-escravo, na antiguidade greco-romana, bem como a dos membros da Igreja e da corte com os servos da terra na Idade Média." (Pucci, 2014, p.xvii)

Todavia, centrando-se na obra "Dialética do Esclarecimento" (1985), por ora, é possível verificar que"[...] o tópos moral-filosófico central nos escritos de Adorno e Horkheimer possui em seu escopo a frieza burguesa."(Pucci apud Gruschka, 2014, p. xvii). Além disso, refletem sobre a formação da identidade do homem moderno, onde é possível encontrar a metáfora da frieza, especificamente ao analisar a figura do sujeito esclarecido.

Entrementes, elucidando uma "ontogênese da frieza burguesa" (Gruschka, 2013, p. vii) identifica-se a figura de Ulisses[1] como protótipo de indivíduo burguês, que objetiva através de uma frieza racional, alcançar sua liberdade, livrando-se da ignorância e desencantar-se do mundo. Sabendo disso, cabe destacar a elucidação da proto-história que permeia a subjetividade da sociedade moderna, onde podemos identificar que:"[...] a formação da subjetividade das pessoas na sociedade capitalista é de tal maneira influenciada pela frieza, pela indiferença de uma para com o outro, que a consequência dessa (de)formação é a barbárie." (Pucci, 2014, p. xviii)

Somado a isso, temos que durante a Modernidade ocorre a valorização do indivíduo, juntamente com a valorização da racionalidade defendida pelos iluministas[2] que resulta em uma série de fatores prejudiciais abarcando o contexto político e social, dentre os quais, destacam o fascismo e o nazismo onde identificamos que "[...] os indivíduos e os coletivos protegem antes de tudo os próprios interesses para não correr risco algum de perdê-los em uma sociedade imanentemente competitiva e conflitiva." (Pucci, 2012, p. 9)

Nesse ínterim, percebe-se que a valorização da razão que visava a autonomia do homem, acaba servindo de instrumento de dominação na sociedade, ou seja, enaltece uma indiferença que acarreta em conflitos, isto é:

> [...] o princípio fundamental da subjetividade burguesa, faz parte da constituição das relações de produção, tanto nas manifestações cotidianas dos indivíduos ("o homem lobo do próprio homem") como nas articulações agressivas dos grupos, das classes, dos povos, dos coletivos, de maneira geral (ele não faz parte de nossa gangue). (Pucci, 2014, p. xviii)

Em outras palavras, visando a emancipação, a maturidade e o humanismo, o homem esclarecido acaba possuindo aptidões que faz com que ele domine e controle a natureza e os outros seres que se apresentam diante dele, com isso o percurso histórico da

1. Principal personagem da *Odisseia,* de Homero.
2. Cabe destacar que a barbárie vigente na humanidade advém das mazelas feitas pelas promessas iluministas; ora, o iluminismo, este por sua vez não realizou o que havia proposto, a saber um ideal libertador.

Modernidade, passa a investigar a frieza que encontra-se subjetivada no sujeito esclarecido, isto é, o escopo da Modernidade anuncia um novo propósito, a saber: "[...] descobrir porque a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie." (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 11)

Nas obras de Adorno e Horkheimer "[...] a frieza consiste no tópos central da autopreservação socio moral do sujeito nas condições atuais: é devido à frieza que as pessoas não conseguem ter forças para formar uma sociedade humana." (Gruschka, 2013, s.p) Nesse sentido, como fazer que o indivíduo tome consciência da dominação e exploraçãosubjetivada na sociedade? Seria através da educação que o indivíduo alcançaria a humanização da sociedade?

Segundo Gruschka "[...] a escola como instituição está marcada essencialmente por um "currículo oculto" da frieza" (Gruschka, 2014, p. 147). Nesse sentido, qual o destino do sujeito esclarecido? Seria possível superar a frieza? Como romper o passado e delimitar uma nova sociedade? Ora, faz-se necessário estabelecer uma crítica da razão em faceda formação do indivíduo e privilegiar o processo de formação da cidadania.

Entretanto, o contexto da sociedade moderna, vivencia uma crise ética e moral, que acaba rompendo o entrelaçamento do indivíduo e sociedade, isto é, com declínio social; a sociedade passa a ser consolidada por progresso alicerçado pela dominação, onde a predominância da frieza é caracterizada pela desigualdade, pela miséria, o que exalta ainda mais o estado de barbárie, ancorando-se no sofrimento, ou seja:

> E essa frieza, que brota com exuberância do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção delas derivadas, se fortalece ainda mais no interior das sociedades graças à eficiente contribuição do senso comum, da indústria cultural, mas também da escola, da Igreja, dos sindicatos, das políticas, que ajudam a construir, "sem violência", progressivamente, intensivamente, no dia a dia, em cada um de nós, a busca do interesse próprio de cada um em contraposição aos interesses do outro. (Pucci, 2014, pp.xviii, xix)

No âmago das relações sociais, abrangendo questões acerca da moralidade e princípios éticos, – na qual segundo Gruschka (2014, p. 12) "[...] a ética e a moral são grandezas deorientação inevitáveis para as mudanças sociais"–, salienta-se a filosofia de Kant, onde na concepção de Adorno e Horkheimer, a ética kantiana tem como regra a universalidade, isto é, o pensamento kantiano apresenta uma dicotomia entre razão *versus* paixão. E segundo Kant, para atingir o universal abstrato o indivíduo deve superar e suprimir essas paixões. Entretanto, a lei moral kantiana possui fundamentos que não são possíveis colocar em vigor dentro da sociedade, em outras palavras, para muitos o imperativo categórico kantiano retrata uma utopia.

No que tange à relação entre sujeito e objeto, com o desenvolvimento da sociedade, houve a necessidade daauto conservação, isto é, estabelecer um caminho usando a subjetividade com intuito de manter o controle dos fenômenos naturais e consequentemente garantir a sobrevivência, estabelecendo assim uma forma de proteção da vida. Entretanto ao embainhar-se da filosofia *nietzschiana*, apoderando-se da interpretação de Giacoia (2008), que desenvolve hipóteses teóricas a respeito da gênese da moral nietzschiana, percebe-se que o autor apresenta algumas inquietações sobre a temática:

> Tais valores que permeiam a vaidade humana eles: 'inibiram ou estimularam até agora o desenvolvimento humano? São sintomas de indigência, de empobrecimento, de degeneração da vida ou, pelo contrário, neles se manifestam a plenitude, a força, a vontade da vida, seu valor, sua confiança no futuro." (Giacoia, 2008, p. 15)

Ora, nota-se assim, que o homem valoriza a sua racionalidade e,a sua vontade de potência está atrelada à frieza, onde há o desejo de dominar a natureza e os homens, ocasionando decadência de espírito do sujeito esclarecido, isto é,as ações realizadas pelo homem têm como finalidade a arte de consertar tudo e ir em busca da sua própria felicidade. Porém, tal idealização humana que enfatiza um mundo belo e justo traz consigo o medo, ou seja, toda frieza presente na sociedade acaba contribuindo na negação do próprio sujeito.

Novos modos de subjetivação

O neoliberalismo não é uma ideologia, uma economia política, mas uma racionalidade. Essa é uma tese assustadora, mas sem entender essa nova razão do mundo, qualquer análise erra o exato foco do debate que somos instigados a elaborar para compreender a lógica que está posta e ousa propor uma outra ótica e lógica aos desafios dramáticos que o mundo vive, isto é:

> A ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. (Dardot; Laval, 2016, p. 9)

A argumentação deixa claro que a ação coletiva se tornou mais difícil, diante do regime de concorrência instituído em todos os níveis, se configurando em novos modos de subjetivação. Porém, o mais sério, no sistema neoliberal, é que ele mina a solidariedade e a cidadania. O resultado é a destruição das condições do coletivo e, por consequência, o enfraquecimento da capacidade de agir contra o sistema. Ao mesmo tempo, o egoísmo social leva ao sofrimento que podem desembocar em movimentos reacionários que ao invés de promover avanços pode provocar e instituir a barbárie.

Deste modo, a análise crítica do neoliberalismo exige conhecimento, inteligência e lucidez para superar a *pane de imaginação*. Essa é a exortação dos pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval no ensaio intitulado *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*, publicado na França em 2008 no auge de uma crise econômica. No atual contexto de mundo e da nova configuração histórica, a obra é um alento e um convite a todos os pensadores a uma revisão das estratégias de ação política e de crítica ao sistema que busca destruir o imaginário democrático[3] e se anuncia como pós-democrático.

Como aponta Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a esquerda radical e alternativa precisa rever sua estratégia e seu discurso, ou seja, "[...] não pode contentar-se com denúncias e slogans, muitas vezes confusos, parciais ou atemporais" (Dardot; Laval, 2016, p. 7). A visão historicamente ingênua de que o capitalismo seria um bloco monolítico que nas contradições inerentes a si mesmo o levaria, inevitavelmente, à ruína final não se sustenta. Deste modo, a "[...] eficácia política pressupõe uma análise precisa, documentada, circunstanciada e atualizada da situação" (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Diante do exposto, podemos chegar a uma constatação óbvia: o capitalismo mudou; logo, para fazer uma leitura consistente do sistema é necessário conhecimento, inteligência e lucidez e, fundamentalmente, um novo discurso sintonizado com a realidade histórica. Ora, de acordo com Dardot e Laval: "[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (Dardot; Laval, 2016, p. 7)

Somado a isso, há inúmeras razões revelando que "[...] compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove" (Dardot; Laval, 2016, p. 8), ou seja, é fundamental, que os exegetas entendam o caráter sistêmico do dispositivo neoliberal que, se apropria de todos os aspectos – econômico, político, jurídico, produtivo, simbólico e religioso – da dinâmica social, o que torna difícil a inflexão da lógica instituída.

Este caráter sistêmico, globalmente, lastreado em bases personalistas e lógica privatizante, colocam sérios obstáculos a uma crítica consistente, mesmo diante de desastres ecológicos, tensões sociais e aumento das desigualdades. Por que? Por que sua dinâmica se dá na esfera individual, mas sua defesa se dá na esfera quase que religiosa, cujo dogma não se pode questionar sem o risco de ser considerado um herético. Ora, é preciso superar a *pane de imaginação* e refazer os laços de solidariedade partindo do micro, visando o macro.

3. Isso se dá pelo esvaziamento da substância da democracia sem a extinguir formalmente; pelo enfraquecimento das instituições tradicionais, referências culturais de base coletiva e comunitária, e potencialização das diversidades que são utilizadas estrategicamente para minar o princípio do comum e sacralizar o princípio do individual de base personalista e egoísta

Como instituir, diante dessas forças adversas, uma outra lógica e uma outra ótica? A esse respeito, adverte os autores: "[...] se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente" (Dardot; Laval, 2016, p. 7). *O princípio do comum* emana de uma racionalidade cordial, cooperativa e ética porque supõe o outro como companheiro de destino.

Um dos méritos das análises que Dardot e Laval propõe é o de romper com as críticas elementares que olham apenas o aspecto econômico do sistema e esquecem da complexidade que contraditoriamente o habita. A obra tem como mote a falência do banco Lehman Brothers em 2008, que induziu muitos ao erro de diagnóstico vendo a crise econômica como o fim do neoliberalismo e o retorno do Estado.

Essa visão reducionista levou muitos ao engano e à cegueira, pois ao invés "[...] de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal fortalecimento, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros" (Dardot; Laval, 2016, p. 14). Nesse sentido, a obra é antes de tudo, um diagnóstico criterioso da lógica normativa do neoliberalismo que está impregnada em todas as esferas da vida social e subjetiva como também ela é tanto uma crítica das concepções demasiadamente simplistas quanto um convite a pensar de maneira mais complexa o funcionamento do neoliberalismo[4].

Nas décadas de 70 e 80 a hermenêutica dos cientistas políticos em geral, entendiam o neoliberalismo como uma ideologia política fundada no econômico, leia-se no mercado. Essa interpretação reducionista no campo da ideologia não alcançou o caráter normativo do sistema que, neste contexto, ganhou impulsos grandiosos nos governos de Ronald Reagan e de Margataret Thatcher e foi disseminado pelo mundo como único modelo possível de arranjo social.

Eis o problema: "[...] como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves?"(Dardot; Laval, 2016, p. 15).Esse aspecto da normatividade prática cria um estilo de vida e vai impregnando mentes de corações no modo de se comportar em relação ao outro e a nós mesmos. Nas palavras de Dardot e Laval:

4. Cf. O texto do filosofo Francisco Razzo, publicado na folha de São Paulo em 2 de junho de 2019, intitulado *A imprudente cruzada conservadora*, onde o autor analisa de forma muito interessante acerca do instigante debate entre os termos direita e esquerda, conservadores e progressistas e sinaliza que pensar com seriedade a política precisa ir além desse dilema ideológico. Para entender o conservadorismo no poder de um modo geral, e o conservadorismo no poder de modo especifico, é preciso de um pouco de *caridade hermenêutica* e fazer as distinções corretas.

> [...] essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

A nova razão do mundo tem inúmeras dimensões – política, econômica, social e subjetiva – ou seja, essa normatividade não se limita a esfera econômica, mas tende a totalização de todos os aspectos da vida se impondo como racionalidade. Dardot e Laval mostram de maneira magistral a tese que querem defender: "[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação" (Dardot; Laval, 2016, p.17). Assim, o mercado se impõe no cosmo social como norma de existência que regula todas as relações – trabalho, sexualidade, convivência – num processo de mercantilização generalizada. Não se trata só de uma redução do Estado, ao contrário, é o próprio Estado que se transforma no suporte gerenciador do mercado, ou seja, o Estado a serviço da empresa, garantidor da segurança jurídica do capital. Daí o significado do conceito: "[...] o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Recorrendo a ideia de *biopolítica* de Michel Foucault, os autores chegam ao conceito de *governamentalidade* que não é o governo enquanto instituição, mas como atividade ou de técnica e procedimento destinados a dirigir a conduta dos homens nos vários domínios – escola, exército, fabricas, etc.

A crítica ingênua – esse ponto já foi evocado acima –, tem como quase um dogma de que o neoliberalismo significa o fim do Estado, mas na verdade trata-se de um novo Estado sem o bem-estar social, é a instauração estatal garantidora da iniciativa privada. A ideia de política, instituída na antiguidade clássica, como arte e ciência de governar, é substituída pela ideia de economia, como racionalidade e norma de conduta. O estadista é substituído pelo gerente.

Nas campanhas políticas contemporâneas, os candidatos se colocam, orgulhosamente, como técnicos e gestores e não como políticos, deixando claro que não se trata de arte e ciência, isto é, sensibilidade e conhecimento para governar a cidadania,

5. Aquilo que as análises de Marx e Weber intuíam, do Estado como suporte do mercado, agora se coloca de modo escancarado.

mas se trata de procedimentos técnicos e informação, isto é, de frieza e cálculo para blindar e proteger a economia.

Não se trata do fim do Estado como algumas leituras simplistas imaginavam. O que está em jogo é a finalidade do Estado, que passa de instituição garantidora da proteção social, para instituição garantidora da proteção do capital[5]. A clareza que se deve ter desse processo é condição para pensar de forma consistente a lógica da sociedade atual, ou seja:

> [...] acreditar que os mercados financeiros escaparam um belo dia da influência da política é puro e simples conto da carochinha. Foram os Estados e as organizações econômicas mundiais, em estreita convivência com os atores privados, que criaram as regras favoráveis a esse rápido crescimento das finanças de mercado (Dardot; Laval, 2016, p. 28)

Dardot e Laval entendem que o neoliberalismo, como nova razão do mundo, tem a concorrência como norma de conduta dos agentes econômicos, do Estado-empresa e do sujeito-empresa, ou seja, a racionalidade mercantil se realizando em todas as esferas da vida humana, fazendo desaparecer a separação entre vida privada e vida pública.

América Latina: abordagem ética e epistemológica

A ética da libertação pretende pensar a vida humana não como conceito abstrato, mas como materialidade dos seres humanos a partir dos excluídos. É exatamente esse modo concreto de cada ser humano ser e existir que ele coloca como condição absoluta da ética e exigência da libertação.

O discurso ético de Dussel reatualiza a articulação das massas vitimadas que emergem como comunidades críticas, tendo militantes críticos como núcleo de referência. Trata-se dos novos movimentos sociais, políticos, econômicos, raciais, ecológicos que lutam pelo reconhecimento de vítimas que operam transformações em diferentes frentes de libertação. Esta ética da libertação fundamenta, legitima e orienta, a partir de critérios e princípios éticos o exercício da práxis de libertação, desde uma perspectiva das vítimas.

Mas, o que é ética da libertação? Trata-se de uma ética da vida que afirma a dignidade negada à vítima, ao oprimido ou excluído. É um pensamento que se desenvolve na América Latina a partir do final da década de 60 do século XX, sob os nomes de teologia, filosofia e pedagogia da libertação, cada qual oferecendo um posicionamento crítico a partir de algum lugar, mas buscando a superação das mazelas advindas de circunstâncias políticas, religiosas e sociais, que impediam a concretização de uma sociedade justa, democrática.

O ponto de convergência de todas essas frentes de reflexão crítica é a libertação. Ela constitui a razão de ser da teologia da liberação, da filosofia da libertação e da

pedagogia da libertação, correntes robustas do pensamento latino-americano que influenciaram o fazer teológico, a reflexão filosófica e a prática pedagógica. Consequentemente, a libertação abriu, a partir deste contexto, uma nova leitura da realidade, influenciando o processo de construção de um novo marco teórico, considerando os aspectos político, sociológico, antropológico, filosófico, teológico, econômico, enfim, o início de um processo de reflexão que reconhece nas mais diferentes formas de expressão da cultura popular, uma força criadora e portadora de um enorme potencial crítico-emancipatório.

A expressão libertação tornou-se, nestas diferentes frentes, uma espécie de arquétipo de todos os movimentos populares da América Latina, que colocam em marcha um processo de mudança com profunda incidência política e social, alimentada por uma dimensão ética e utópica.

Em suma, podemos dizer que tanto o pensamento político-pedagógico de Freire quanto a reflexão ético-filosófica de Dussel estão vinculados a uma mesma matriz: a teologia da libertação. Esta é uma das razões desta pesquisa: provocar o debate sobre esta grande matriz de ação libertadora, que tem nas comunidades das vítimas que se transformam em comunidades críticas, sua principal razão de ser. Tal impulso teológico-político vai forjando uma nova maneira de se lidar com a resistência, como se pode constatar claramente, através de seus compromissos em relação à libertação como necessidade ontológica e como opção teórica que demarca o horizonte utópico de libertação do oprimido.

Sem seguir rigorosamente a ordem cronológica desse processo histórico, desejamos indicar alguns aspectos da teologia e da filosofia da libertação que contribuíram para a redescoberta da alteridade, das experiências comunitárias, da relação do homem com a natureza e da articulação entre o global e o local.

Examinemos primeiro alguns traços fundamentais da teologia da libertação e, na sequência, os da filosofia da libertação. A ética da libertação a partir do mundo latino fez da pobreza uma questão ética e epistemológica. A pobreza não é somente uma questão quantitativa – aquele que tem pouco– nem uma questão meramente moral, como tantas vezes foi considerada ao longo dos séculos, atribuindo-se ao pobre a culpa e julgando a pobreza como sendo fruto da indolência.

Para a ética da libertação, a pobreza não é uma questão nem quantitativa nem moral, mas é, sobretudo, uma questão ética e social. Por isso, a reflexão latino-americana desde um ponto de vista ético, faz com que a pobreza, como realidade negativa a ser superada, assuma uma perspectiva epistemológica e política. A perspectiva da libertação não avalia a pobreza como um dado natural, mas fruto da injustiça. Portanto, a rigor, não existe o pobre, mas o empobrecido, tornado pobre por um sistema injusto de organização social.

A ética da libertação resgata a compreensão mais profunda da pobreza a partir do mundo semítico. Antes de tudo, não existe a pobreza como conceito abstrato, mas existem os pobres que vivem numa condição de indigência, opressão e exclusão. Assmann (1994) sintetizou esta questão da exclusão como o "fato maior", visto que hoje os pobres não são apenas oprimidos e explorados, mas são "massa sobrante", que é simplesmente descartada e excluída. São os encurvados sob o peso de uma organização social, cultural, política e religiosa, que foi desmascarada por Jesus de Nazaré como organização injusta. Trata-se dos empobrecidos, excluídos, leprosos, pecadores, mulheres, doentes, pagãos e estrangeiros, ou seja, todos aqueles que estão impedidos de viver dignamente no seu ambiente: indigentes, explorados, dominados, oprimidos, humilhados e excluídos entram na categoria semítica dos pobres. Trata-se concretamente de uma situação tal, que impede as pessoas de satisfazerem suas necessidades materiais, humanas e espirituais e, por isso, sendo consideradas fator de desordem, fruto das "estruturas de pecados". Com isso, o Jesus de Nazaré histórico, inaugura a tradição messiânica a partir de uma crítica radical que questiona o sistema e as instituições que geram a dor e a morte, e anuncia a vida como a grande centralidade.

Para entender o contexto latino-americano, é preciso explicitar alguns aspectos da teologia da libertação, a teoria que melhor sintetizou essa questão ao estabelecer o confronto com as concepções do contexto eclesial europeu, embora tenha sido posta sob suspeita na década de 1980, por ser considerada uma teologia politizada e secularizada, ou ainda, uma teologia portadora de consequências políticas e ideológicas.

De forma sintética, podemos afirmar que a teologia da libertação anuncia a irrupção de Deus na vida do homem como evento de salvação e de libertação, de onde deriva a bem-aventurança, proclamada aos oprimidos porque Deus iniciou em Jesus de Nazaré uma história nova. A solicitude da teologia da libertação pelos desprotegidos não se fundamenta no fato de que eles seriam mais justos, mais santos que os outros e que mereceriam, portanto, uma atenção divina especial: Deus toma o seu partido porque é justo e o seu Reino é um reino de justiça. A pobreza torna-se parâmetro de vida e ação "para" e "com" os pobres, num empenho de libertação. Estas características da Teologia da Libertação colocam em relevo o tema da pobreza como um mal que precisa ser combatido em suas causas, pois a miséria é contrária à ética.

De acordo com Hugo Assmann (1994), a ética da libertação compreende uma série de apelos em favor da liberdade dos empobrecidos. A categoria "libertação" expressa o fundamento de uma teoria crítica da sociedade em suas estruturas tradicionais de opressão, assim como de suas bases científica, política, econômica, religiosa, etc. Capta na fragilidade dos oprimidos a força essencial para instituir o ideal da emancipação. Há, nesta perspectiva, uma ruptura com os valores sacrossantos do pensamento europeu e a instauração de uma nova sensibilidade, que ouve o "grito dos pobres".

Para os teóricos da libertação, os pobres, os indígenas, os negros, as mulheres e outras minorias, são os portadores de um ideal comunitário e revolucionário, que rompe com a colonização política e com a imposição cultural, revertendo os princípios teológico-científicos, e gerando uma unidade entre mística e política, entre cultura erudita e cultura popular. Com isso, a Teologia da Libertação significou um "giro radical" na história latino-americana e provocou rumores na Igreja Romana.

A expressão libertação tornou-se uma espécie de arquétipo de todos os movimentos populares da América Latina. Tornou-se uma referência, uma alternativa revolucionária, e seu sucesso se deve ao fato de haver saído de uma visão monolítica e de ter-se aberto a uma orientação plural, que ousou pensar, dialeticamente, a realidade, visando uma nova práxis. A teologia da libertação tornou-se um "corpus" de teoria crítica da sociedade latino-americana, articulando todos os movimentos e iniciativas emancipatórias e, não obstante à crise que ela enfrentou, "[...] continua merecendo toda atenção naquilo que lhe confere força interpeladora permanente" (Assmann, 1994, p. 13).

A legitimidade da teologia da libertação reside na redescoberta do cristianismo primitivo como fonte inspiradora para o estabelecimento de um novo modelo de convivência humana. Como dissemos, o primeiro traço, que descobrimos na teologia da libertação é exatamente a redescoberta do cristianismo primitivo como referência que justifica sua base teológica. O segundo é o ecumenismo, vale dizer abertura ao diferente, ao outro, à alteridade, o que implica tolerância, vivência de contradições, capacidade de perceber que "as sementes do verbo" e a sabedoria eterna estão presentes em todas as culturas, ou, em outras palavras, a percepção de que todas as culturas estão ligadas a uma fonte originária de todas as coisas. Daí a importância da "[...] tendência para as pequenas comunidades, onde existe melhor possibilidade de realização como pessoa", como assinalaram as conclusões de Medellín.

Tem-se, então, uma ética de responsabilidade, de abertura e diálogo com a modernidade, que mantém sua crítica às bases da racionalidade científica e tecnológica, para a afirmação de uma nova práxis, fundada em um espírito crítico, capaz de distinguir os "sinais dos tempos" e assumir uma posição explícita a favor das classes excluídas, afirmando "a força histórica dos pobres" que, na sua humildade, tornam-se a nova força libertária. Os pobres são o lugar da manifestação de Deus e os construtores de uma nova ordem social, favorecendo o surgimento de um novo tempo. A libertação é vista como construção coletiva da cidadania e da solidariedade, bem como da valorização do sofrimento como vida, colocada a serviço da causa coletiva do povoe não como conquista dos direitos individuais.

Estas são as características essenciais da teologia da libertação, que cumpriu a tarefa de desvelar a perversidade dos modelos tradicionais e indicar uma nova possibilidade de organização ética, democrática e solidária. Configurou-se, então, um

movimento crítico que tematizou os problemas da atualidade na busca de uma nova ética. O mérito da teologia da libertação foi a instauração de uma nova consciência social, mediante à formação de pequenas diaconias (pequenas comunidades de serviço). Isso criou vínculos de solidariedade, num trabalho corpo a corpo e da mobilização nas praças, na fé ligada à política e exorcizou, literalmente, o demônio da neutralidade. Não há separação entre vida espiritual e vida material, entre fé e história, entre fé e política. Tudo é um processo único que atinge a redenção não só na eternidade, mas desde já aqui na terra. Portanto, a teologia da libertação ensinou um novo olhar sobre os acontecimentos, fossem eles prosaicos ou poéticos, políticos ou religiosos, o que abriu uma nova percepção e despertou uma profunda aprendizagem, protagonizada pelos pobres, só agora perceptíveis.

A afirmação da identidade da teologia da libertação significa uma crise no interior da Igreja tradicional. Boff recebe restrições com relação à sua ação pastoral e publicações, mas seu silêncio obsequioso tornou-se muito eloquente. A nova liturgia cria intimidade, sensibilidade e cidadania, que resultam em participação ativa no processo de libertação. As Comunidades Eclesiais de Basetornaram-se um ambiente de fé, esperança e amor, que foram ligados à cidadania, à liberdade, aos valores materializados em atitudes de engajamento, compromisso e responsabilidade. Todo esse processo culminou em uma forte motivação de fé e vida, iluminadas pela fonte da espiritualidade.

A teologia da libertação foi a grande síntese entre radicalidade política e exigência radical do evangelho, fundando uma teoria crítica envolvendo sensibilidade, intuição e racionalidade, poesia, mística e revolução, estética, espiritualidade e hermenêutica, cultura, utopia e responsabilidade; ou seja, contemplação e práxis tornam-se condições teóricas articuladas a uma exigência de emancipação, em que a função essencial da religião, na sua dimensão profética, é anunciar e denunciar.

Ao mesmo tempo fiel à tradição e enraizada na cultura local, a teologia da libertação, mostra a consistência de sua mensagem ligada à vida e inspirada nas escrituras, e motiva transformações pessoais e sociais. Elacumpre a função histórica de criar interações e transformações que provocam mudanças de eixo; passando da competição para a cooperação, resgata o sentido e o encantamento, que fazem da ausência uma causa, e da carência, a força de libertação.

As reflexões efetuadas sobre a teologia da libertação adquiriram uma profunda atualidade, pois diante do capitalismo na sua versão neoliberal, cujo fundamento é o mercado, só resultou no aumento da mancha imoral da exclusão no planeta.

Considerações finais

Vivenciamos um cenário historiográfico que apresenta concepções teóricas conservadoras que seguem modismos acadêmicos e não fazem uma crítica objetiva

dos fatos, ou seja, as teorias que não tocam o chão da realidade não consideram o lastro da reflexão já pensada e os pressupostos teóricos já elaborados. Somado a isso, as interpretações progressistas que se colocam como análises vigorosas, não conseguem captar a extensão das transformações sociais, culturais e subjetivas que se instalam a partir da cultura hegemônica.

Todavia, temos que a fundamentação filosófica e histórica tem conseguido uma notável expansão nos estudos críticos da sociedade, isto é, o campo filosófico e histórico percorre diversos contextos, trazendo propostas a serem discutidas no setor político, econômico, cultural, entre outras áreas que se entrelaçam e dão aberturas para a construção de um diálogo fecundo.

Assim sendo, cabe salientar que é preciso, antes de tudo, conhecer a lógica do sistema e seus procedimentos, antes de postular uma crítica à sua base desagregadora, como também reinventar as formas de linguagem e ação estratégica. Diante disso, é necessário pensar a frieza na sociedade, pensar a América Latina, saber nossa identidade, nossas raízes, nossas culturas, pois nada está fora do campo da crítica. Em outras palavras, a nova razão do mundo e a frieza não está somente nos liberais, no sistema, na sociedade, mas se encontram subjetivadas em nós também.

Referências

ADORNO, T.W., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ASSMANN, H. *Crítica à lógica da exclusão*. *Ensaios sobre economia e teologia*. São Paulo, 1994.

BARBOSA, Vanderlei. *Da ética da libertação à ética do cuidado*: *uma leitura a partir do pensamento de Leonardo Boff.* São Paulo: Porto de Ideias, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*: *Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação*: *na idade da globalização e da exclusão*. Rio de Janeiro, 2000.

GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo; NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Para a genealogia da moral*. 1ª ed. São Paulo: Scipione, p. 71, 2008. (Reencontro Filosofia)

GRUSCHKA, Andreas; *et al*. *Frieza Burguesa e Educação*: *A Frieza como mal-estar moral da cultura burguesa na educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral*: uma polêmica. [1ª ed.]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PUCCI, Bruno. *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*. Cadernos IHU ideias, São Leopoldo, Editor da Unisinos, ano 10, nº 172, p. 1-16, 2012.

RAZZO, Francisco. A imprudente cruzada conservadora. In: *Ilustríssima*, Folha de São Paulo em 2 de junho de 2019.

Candombe: la apropiación de un pasado

Nadia Ayelén Medail*

Introducción

La sociedad argentina fue construida con base en el mito de que no hay negros en su territorio, y de que los descendientes de esclavizados fueron diezmados en las guerras por la independencia y por la consolidación estatal. Sin embargo, esto se desvanece cuando se entra en contacto con las comunidades afroargentinas de tronco colonial y con las investigaciones académicas sobre dicha comunidad, sobreviviente de años de invizibilización.

Entonces, cabe preguntarse dónde estaban estas comunidades y por qué es "reciente" su aparición en el escenario público bonaerense y porteño. Si bien responder a estas preguntas no haga parte del trabajo, es necesario colocar que fue a partir de la presencia significativa de la comunidad afrouruguaya en Buenos Aires que durante las primeras décadas del siglo XXIlos(as) afroargentinos(as) se cuestionaron sobre su propia representatividad, sobre la permanencia y difusión de sus tradiciones dentro de la historia oficial. Desde entonces hay esfuerzos en mostrar las raíces y la herencia cultural africana en la historia argentina. En el ámbito académico se destacan: la *Cátedra Libre de Estudios Afroargentinos de la Universidad Nacional de La Plata* (UNLP)[1] y el *Museo Virtual de la Cultura Afroargentina del Tronco Colonial*[2]; en el escenario de políticas públicas el primer Censo de Población que contempló la variante afroargentina, realizado en 2010 por el *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos* (INDEC)[3]. Las comunidades afroargentinas también se organizaron para dicho fin, destacamos la *Asociación Misibamba*[4] de Merlo provincia de Buenos Aires, la *Fundación África Vive* de San Justo[5], provincia de Buenos Aires y la *Casa de la Cultura Indo-Afro-Americana*[6], en la capital de la provincia de Santa Fe, interior del país.

---

* Mestranda PROLAM-USP. E-mail: ayelenmedail@usp.br

1. Sitio web disponible: https://www.facebook.com/pg/Catedra-Libre-de-Estudios-Afroargentinos-y-Afroamericanos-UNLP-1380156892205020/notes/. Accedido el 10 de abril de 2019.
2. Sitio web disponible: https://www.facebook.com/groups/118908035385172/. Accedido el 10 de abril de 2019.
3. Resultados del Censo disponibles en: https://www.indec.gob.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=21&id_tema_3=100. Accedido el 10 de abril de 2019.
4. Sitio web disponible: https://www.misibamba.com/. Accedido en 15 de abril de 2019.
5. Sitio web disponible: http://cultafricanaenargentina.blogspot.com/2010/11/africa-vive-en-argentina.html. Accedido en 15 de abril de 2019.
6. Sitio web disponible: https://www.facebook.com/www.CCIAA.com.ar/. Accedido en 15 de abril de 2019.

Estas organizaciones entienden el candombe como una expresión típica del colectivo afroargentino de tronco colonial, pero se trata de un candombe que difiere del afrouruguayo traído por su comunidad durante el proceso migratorio. Las diferencias radican en el ritmo, los instrumentos, los performances y los lugares de escenificación. Mientras el candombe afrouruguayo es una manifestación callejera, es decir de ocupación del espacio público, el candombe afroargentino fue mantenido en el ámbito doméstico y transmitido dentro de la propia comunidad. Esta reclusión condujo a la creencia de que el candombe proveniente del Uruguay es una reminiscencia de la tradición afroargentina. Dicho discurso se entrelaza con el de los organismos oficiales, como por ejemplo el extinguido Ministerio de Educación y Cultura, hoy Secretaría del Gobierno Nacional, también con los discursos de medios de comunicación nacional e internacional, sean de carácter periodísticos como de entretenimientos.

El objetivo de este trabajo consistirá en demostrar, a partir de la vivencia cultural, la recolección de datos publicados en diversos medios y bibliografía pertinente, que esta práctica de origen afrouruguaya es tomada como propia para llenar las lagunas que la historia argentina oficial provocó con la invizibilización del componente negro en las narrativas históricas. Puesto que, a partir del discurso de un pasado en común vivenciado en el escenario amplio del Río de la Plata, nuevamente se invisibiliza a la comunidad afroargentina y se ignoran sus prácticas que aún persisten desde la época colonial. De este modo, la inmigración afrouruguaya en Argentina se convierte en el sujeto de esta historia (re)inventada.

Para tal fin el trabajo fue organizado en cuatro momentos, trazados a partir del tiempo cronológico lineal. Estos son: 1) los proyectos de país para cada una de las regiones estudiadas; 2) los candombes y sus características en cada país/ciudad analizada; 3) la migración uruguaya hacia Buenos Aires y sus etapas; 4) los discursos de apropiación del candombe uruguayo. Es importante destacar que este recorrido elegido intentará llegar a una respuesta aproximada a la pregunta elaborada inicialmente, pero sin intentar proponer un cierre conclusivo pues se busca proponer un camino para pensar el porqué y el cómo el candombe afrouruguayo acabó siendo identificado, en varios aspectos de la vida pública del país, como algo propio de la cultura Argentina.

Los proyectos de país

El foco de este trabajo está puesto en las dos ciudades capitales, Buenos Aires y Montevideo, las cuales se desenvuelven en un marco geográfico amplio conocido como el Río de la Plata. Este espacio es tomado como una justificación para englobar varios aspectos de la sociedad y cultura de ambos países sin establecer las diferencias inherentes a cada territorio nacional. Entre estas generalidades, se encuentra el candombe que es visto como la misma expresión en los dos países.

Sin embargo, para entender porqué las manifestaciones culturales vinculadas al candombe afrouruguayo fueron tomadas como propias por el discurso narrativo histórico argentino, es obligatorio trazar un breve recorrido por los proyectos de construcción de país que las elites gobernantes pensaron y llevaron a cabo en cada territorio. Pues, cada estado aplicó políticas muy distintas para con la población de origen afrodescendiente y su cultura, así que generalizar estos aspectos constituyentes de una historia nacional sería muy injusto.

Argentina

La cuestión central gira en torno a precisar cómo fue que una Buenos Aires colonial de fines del siglo XVIII con más del 30% de población afrodescendiente pasó a 1,8% un siglo después. Esta merma poblacional no es gradual, sino que es a partir de la segunda parte del siglo XIX que empieza a disminuir a ritmo vertiginoso. El proceso de formación del Estado argentino tuvo influencia directa con políticas públicas que buscaron la caída del número de habitantes negros, así como también se propusieron invisibilizar todo vestigio de cultura ligada a los(as) esclavizados(as). Entender el proyecto de país de finales del siglo XIX lleva a reconocer uno de los capítulos más racistas y violentos de la historia argentina. El resultado de este proceso fue nefasto. Durante el siglo XX, se creyó en todo el mundo que Argentina era un país blanco, un país diferente del resto de América Latina, un país donde Europa y su cultura civilizada habían reinado siempre.

Los(as) esclavizados(as) que llegaban al puerto de Buenos Aires eran, en su mayoría, reexportados por comerciantes al interior del territorio precisamente a Mendoza y Chile, Córdoba, Tucumán y Bolivia. Rutas y regiones económicamente más dinámicas y por ende demandantes de mano de obra (Studer, 1984, pp. 111-112). Específicamente, la ciudad de Buenos Aires recibió esclavizados(as) para responder a las demandas de mano de obra doméstica, debido a la a la difícil docilidad de los indígenas del territorio, luego de la segunda y definitiva fundación de la ciudad en 1580. Se ha hablado mucho de un trato benevolente a los(as) esclavizados(as), pues se trataba de trabajo doméstico (Frigerio, 1988, p.50), pero pensar la esclavitud de esta manera es liberarla de toda su carga simbólica y material. Si bien se desempeñaron en estas tareas domésticas, eran tratados(as) como esclavos(as) y por lo tanto privados(as) de su libertad, al igual que su descendencia.

Con las guerras por la independencia los(as) esclavizados(as) encontraron un camino para conseguir su libertad, así pasaron de ocupar las profesiones de oficio (zapateros, albañiles, herreros, sastre, entre otros) a ser soldados(as) alistados(as) en los ejércitos por la defensa y libertad del territorio. El principio de este proceso se dio a partir de las invasiones inglesas y "…dada la continuidad de los conflictos bélicos –internos y externos- a lo largo de las primeras décadas post-revolucionarias, `el servicio militar

era una experiencia que virtualmente todo afroargentino que llegara a la adultez en el Buenos Aires del siglo XIX podía estar seguro que debería realizar´" (Rosal, 2009, p. 58). Las guerras expedicionarias llevadas a cabo por los "Libertadores" contaron con grandes aportes de los ejércitos de esclavizados(as), como las campañas de Los Andes y del Ejército del Norte, con San Martín y Belgrano al mando respectivamente, según relatan Corbiére y Frigerio (Corbiére, 2003; Ffrigerio, 1988).

Durante el gobierno de Juan Manuel de Rosas en la ciudad de Buenos Aires, los(as) afrodescendientes, algunos(as) ya libres, gozaron de cierta autonomía, pues entre las prácticas políticas más utilizadas por Rosas para cooptar el apoyo de estos sectores subalternos urbanos se encontraba la de darles protagonismo en las fiestas públicas, actividades asociativas y elecciones. Estas incipientes formas de participación política otorgadas por el caudillo "…sirvieron para definir las identidades de los grupos sociales subalternos como morenos…" (Salbatore, *apud* Goldman, 2002, p. 355*)*. No obstante, una vez terminado el gobierno unitario de Rosas, con la batalla de Caseros comienza el período de organización del estado, Buenos Aires no se integra a la Confederación y por ende no participa de la ley de la Constitución Nacional de la República Argentina que, en 1853, estableció la abolición total de la esclavitud. Así, la capital se rige por su propia Constitución dictada en el año 1854 que solo instituye la abolición de la trata pero no de la esclavitud, por lo que este régimen será recién destituido en el territorio bonaerense luego de Pavón, en 1861. Esta batalla marca el inicio de la construcción del estado nacional unificado a partir de la hegemonía porteña y la ideología liberal, con sus principales exponentes los presidentes Mitre (1862-1868) Sarmiento (1868-1874) y Avellaneda (1874-1880).

Este proceso de consolidación del Estado Nacional Argentino es el punto de inflexión en la constitución poblacional de la ciudad de Buenos Aires por tres motivos: 1) la guerra del Paraguay; 2) la fiebre amarilla; y 3) la ley 1420 de educación pública.

1) La Guerra del Paraguay significó una merma de la población afrodescendiente debido a la alta participación de ésta en sus líneas de batalla, sobre todo en las de vanguardia. Entre algunos autores que discurren sobre esto destacamos dos: Estrada (1979) que detalla la vida de varios(as) afros que participaron militarmente en el Paraguay, y también Goldberg (2000) que toma este hecho como una de las causas de la disminución (no extinción) de la población. Además Rodríguez Molas se suma a las declaraciones antes mencionadas argumentando que "En los esteros del Paraguay luchan por última vez. Posteriormente diezmados regresan a Buenos Aires. Ya en aquellos años no superan a los diez mil. Finalmente, en 1871, la fiebre amarilla (…) cobra un gran número de vidas entre ellos, terminando de hecho con la mayor parte de los hombres de color" (Rodrigues Molas, 1980, p. 26).

2) La fiebre amarilla se presenta como una consecuencia de la Gran Guerra, pues fue una enfermedad que se propagó con el regreso de los(as) soldados(as) a la ciudad de Buenos Aires, esto significó una nueva configuración del espacio urbano, que fue dividido en dos a partir de la calle Defensa, que como lo indica su nombre, defendía a los ricos (que fueron a habitar los barrios del norte, hoy Recoleta) de los pobres infectados que permanecieron en el sur dónde se encontraba la gran mayoría de la población de origen afro, hoy los barrios de La Boca y San Telmo. Fueron en estos barrios donde se establecieron los(as) inmigrantes de origen europeo que llegaron a partir de la segunda mitad del siglo XIX, a través del fomento estatal. Dicha convivencia llevó a una miscegenación entre los blancos recién llegados y, en su mayoría, mujeres afrodescendientes, debido a que la mayor parte de la población negra masculina se encontraba en los campos de batalla (Freixa, 2018, p. 5). También los(as) nuevos(as) habitantes ocuparon los oficios que tradicionalmente los(as) afrodescendientes habían ocupado, esta situación se manifiesta en la letra de un candombe de 1876: "Napolitanos usurpadores (…) ya no hay negros botelleros, ni tampoco changador, ni negro que venda fruta…" (Estrada, 1979, p. 58).

3) La educación utilitaria se avecinaba como una posible salida a esta situación laboral precaria, sin embargo la Ley 1420 de Educación Común, gratuita, laica y obligatoria no providenció lo que esta comunidad esperaba, sino que actuó al servicio de la clase dirigente buscando la homogenización social con el fin de conseguir la gobernabilidad de las masas. Según Ozslak (1998) la ley 1420 fue la forma ideológica de penetración del Estado en el tejido social étnicamente diverso para garantizar que "en la conciencia ordinaria de una sociedad se instalen ciertas creencias y valores hasta convertirlos en componentes propios de una conciencia colectiva…" (Ozlak, 1988, p.150). Dentro de estos valores se encontraba la creencia de que la población blanca era el componente por excelencia de la población argentina y que el mestizaje era la única vía para garantizar una plenitud de derechos y reconocimientos. Fue así que al interior de la comunidad afroporteña se comenzó a percibir el proceso invisibilizatorio al que serían expuestos(as), la gran producción afro-periodística de la época coloca esto en evidencia con expresiones del tipo "somos extranjeros en nuestra propia patria" (Platero, 2004, p. 56).Ya que desde la escuela lo que se intentó y logró fue invisibilizar a esta población a través de la omisión de su presencia en todos los ámbitos e incluso en la historia, la actitud de los(as) jóvenes de la comunidad afroargentina fue de rechazo a sus tradiciones y valores, a favor de una incorporación de los valores fomentados por el Estado nacional en formación como lo dice Lea Geler "…(estos jóvenes) veían más provechoso deshacerse de su color para despojarse del destino del paria" (Geler, 2005, p. 10).

Ante este proceso de invisibilización[7] las mujeres afrodescendientes fueron las que tomaron la iniciativa de continuar reuniendo a la comunidad, sea en fiestas o tertulias, o en reuniones de cuño doméstico, tal como se puede apreciar en innúmeras publicaciones de los periódicos de la época, donde ellas convocaban a los integrantes de las antiguas naciones de negros(as) (Platero, 2004, pp. 65-172). Es así que un sector de esta comunidad reniega el hecho de tener que renunciar a sus tradiciones y parten a su perpetuación en los ámbitos domésticos.

Uruguay

Cruzando el Río de la Plata, ya en territorio uruguayo y en la ciudad de Montevideo, la situación fue un poco diferente. Se pretende destacar algunos puntos que marcan las diferencias históricas entre las comunidades afrodescendientes en las dos ciudades abordadas, sin pretensiones de establecer un relato histórico contundente como fue el caso argentino. En primer lugar la fundación tardía de esta ciudad capital en 1726, con apenas 133 habitantes lleva a una demanda de mano obra esclava que intensifica el tráfico de esclavizados(as) a partir de 1743 y se extiende hasta 1791, siendo que Portugal fue su mayor proveedor. Este no es un dato menor, ya que según Studer (*apud* Rama, 1968), la mayoría de estos esclavizados(as) no venía directamente desde África, sino que ya habían pasado un tiempo en Brasil, por lo que se trata de esclavizados(as) ladinos y no bozales, es decir que ya estaban aculturados con el idioma e incluso la mayoría era bautizado, lo que proporcionó una fácil adaptación a la vida colonial de esta ciudad "civilizada". Durante el devenir del siglo XIX, sobre todo en la primera mitad, los(as) negros(as) esclavizados(as) y libertos(as) formaron parte de la armada para la defensa del territorio de la Banda Oriental que sufrió varias invasiones portuguesas e inglesas, la participación en la "tropa de pardos y morenos" muchas veces les otorgaba la libertad. A pesar de que el proceso abolicionista comienza a partir de 1812 con la prohibición de intromisión de más esclavizados(as) y la liberación de vientre(al inicio este proceso fue el mismo en ambos países), sólo para 1842 se declara abolida la esclavitud en todo el territorio de la Banda Oriental mientras acontecía la llamada Guerra Grande o Guerra del Paraguay. Sin embargo se mantuvo la esclavitud bajo otros nombres: "pupilaje", "custodia" o "colonato" para aquellos que no estaban aptos para la guerra o eran mujeres o menores de edad. La verdadera abolición llega recién en 1862 cuando se prohíben más contratos de peonaje, sobre todo de esclavizados(as) brasileños(as).

7. Se usa este término en un sentido metafórico que, como explica Axel Honnet, se trata de: "…de hacer desaparecer, que aparentemente no tiene nada que ver con la no presencia física, sino con la no existencia en un sentido social." Honnet, Axel. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Trota. 2011. p. 165.

A diferencia de Argentina, en Uruguay la población afro no disminuyó con las guerras, puesto que continuaban llegando afrodescendientes que se alineaban bajo las condiciones de pupilaje, peonaje o colonato, mencionadas anteriormente (Rama, 1968, p. 99 y 104). Estas personas llegaban huyendo del sistema esclavista brasileño o eran vendidos por propietarios de esclavos argentinos y brasileños, ya que Uruguay estaba precisando mano de obra rural debido a la Guerra Grande. Esta situación contribuyó a mantener un índice de población africana y afrodescendiente muy alto (30%), tanto en Montevideo como en la zona noreste del territorio, hasta mediados del siglo XIX (Bracco *et al.*, 2012, p. 29).

De los(as) que se radicaron en la ciudad, la mayoría trabajó en los oficios de lavandería, zapatería, servicio doméstico, herrería y algunas incipientes fábricas como de sebo y cuero, por ejemplo (Rama, 1968, p. 96 y 102). Se establecieron en grandes casas en las zonas portuarias que funcionaban como pensiones, los llamados *conventillos* que quedaban en los barrios más precarios de la ciudad: Cuareim, Ansina y Cordón. Allí compartieron los días con inmigrantes europeos que acababan de llegar, fruto de una política para poblar el país con mano de obra calificada para las nuevas industrias. Diferentemente que en Argentina, los(as) afrouruguayos(as) no sintieron que fueron desplazados(as) por la nueva población europea, sino que consiguieron integrarse de forma organizada a las tareas que la sociedad del momento les ofrecía.

Al respecto de la educación, también en Uruguay la escuela sirvió como dispositivo de corrección y dominación, pero a diferencia de la ley 1420 en Argentina, la reforma Vareliana que instauró la educación primaria como obligatoria a partir de la Ley de Educación primaria de 1878, tenía como objetivo "…limar las diferencias entre los sectores sociales al apuntar al igualitarismo democrático…" (Scuro Somma, 2008, p. 22) para la nueva sociedad que se estaba conformando. El problema concreto fue que la mayoría del alumnado que pertenecía a las clases sociales más bajas (y entre estas se encuentra la población afrodescendiente) no podía concurrir a clases pues muchas familias dependían de sus ingresos. Por otro lado, en 1879 fue fundada la *Escuela de Artes y Oficios*, que si bien al inicio tenía el objetivo de corregir a los "vagos y rufianes" acabó adoptando una estrategia de educación utilitaria y, por fin, en 1887 pasó a ser *Escuela Nacional de Artes y Oficios*. De este modo la población afrodescendiente en Montevideo contó con una forma de inserción social por vías educativas.

Una de las constantes ideas citadas en las obras de Rama (1968, p. 106) pone hincapié en las formas de asociación de la comunidad afrouruguaya para paliar las condiciones adversas y adaptarse a las nuevas condiciones de vida social. Al contrario del caso argentino, los(as) afrodescendientes uruguayos(as) no tuvieron que recluirse al ámbito doméstico para perpetuar sus tradiciones, pues consiguieron (aunque no sin violencia) una convivencia con el modo de vida impuesto por las clases dominantes.

Candombes en foco

El candombe afroargentino sobrevivió en el ámbito doméstico durante casi un siglo. Las familias, congregadas bajo el liderazgo de mujeres, continuaron celebrando sus candombes y fiestas populares (como San Benito) al ritmo de lo que los afrouruguayos inmigrantes conocieron como *guariló*. Las fiestas se celebraban en las casas particulares o en espacios mayores itinerantes. Así formaron para la década de 1920 un club social llamado *Shimmy Club* que no tenía un espacio definido, pero sus bailes de carnaval siempre se realizaban en la *Casa Suiza* ubicada en el barrio de San Telmo. Aquí convivieron y disfrutaron de los dos candombes platenses tanto los(as) afroargentinos(as) como los(as) afrouruguayo(as) hasta 1977-78, según los relatos de inmigrantes afrouruguayos compilados por Viviana Parody (2016, p. 36).

El rescate de esta expresión cultural afroargentina se da en la década de 1990 y principios del año 2000. De gran relevancia son los estudios propuestos por Norberto Pablo Cirio (2009), a partir de los cuales el llamado *guariló* pasó a ser llamado de "candombe afroporteño"[8] y se establecen sus especificidades: los cantos en castellano y lenguas africanas, la danza, el ritmo más lento, el tipo de tambor y otros instrumentos, el toque sin palo y sentado, y el tipo performance realizada puertas adentro. Se destacan también dos iniciativas académicas propuestas por el mismo investigador: la *Cátedra Libre de Estudios Afroargentinos de la UNLP* y el *Museo Virtual de la Cultura Afroargentina del Tronco Colonial*, citados al comienzo del trabajo. Estos estudios rebelaron que existían fuertes organizaciones de afroargentinos(as) que pasaron a denominarse "de tronco colonial" para diferenciarse de los nuevos afroargentinos descendientes de no esclavizados(as). Dichas organizaciones llevaron a cabo el esfuerzo por demostrar el componente afro en la sociedad argentina a partir del Censo Poblacional de 2010, que reveló que por lo menos un 1% de la sociedad se considera de origen afro.

El candombe afrouruguayo, a diferencia del afroargentino, es una manifestación performática callejera, pues los(as) afrouruguayos(as) no precisaron recluirse del espacio público para preservar su cultura. Las salidas de tambores se concentraron en los barrios anteriormente citados, que eran cede de los conventillos Cuareim, Ansina y Deboto, durante todo el siglo XX hasta la actualidad. Estas salidas tienen el nombre de llamadas y constan de desfiles de "comparsas" cuyo número de participantes varía entre 15 a 200 (o más) personas, los tambores por ende se cuelgan al cuerpo mientras se desfila, además de los tamborileros hay cuerpos de baile, vedetes y destaques, trofeos (estrella y luna), banderas gigantescas y tres personajes típicos que no están presentes en el candombe afroargentino: la mama vieja, el granillero y el escobero. Además, se toca con palo, no se canta y el ritmo es más rápido.

8. CANDOMBE argentino, afroargentino en su variedad porteña. YouTube. 26 mayo 2009. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=JlxVh8umiis>. Accedido el 26 ago. 2018.

Las llamadas se realizan desde el siglo XIX (sin poder definir una fecha específica) y fueron incorporando blancos a sus cuadros, formando así lo que hoy se conoce con el término de "comparsa de negros y lubolos". Según Antonio Plácido (1966), es en el año 1870 que aparecen y se incorporan definitivamente las comparsas de negros en los desfiles de carnaval, pero recién en 1956 se realizó el primer desfile oficial de llamadas en Montevideo, es decir, formando parte de los espectáculos de carnaval y patrocinado por la intendencia de Montevideo.

En el año de 2009 el candombe y el desfile de llamadas fue declarado Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad por la UNESCO, en mérito a su resiliencia y permanencia.

Migración afrouruguaya en Buenos Aires

A partir de los estudios de Silvia Merenson (2014), Viviana Parody (2016) y Zuleika Crosa (2007) se puede establecer que las causas de la inmigración del colectivo afrouruguayo al vecino país fueron socioeconómicas y políticas. De entre las causas políticas se destaca el inicio del proceso dictatorial en Uruguay en 1973 y la demolición de los conventillos por políticas eugenésicas que llevaron al exilio de parte de esta población, así como también al desmembramiento de la misma en nuevos barrios ubicados en las periferias de la capital (La Teja, El Cerro, Nuevo París, entre otros).

Parody (2016) describe cuatro etapas de flujo migratorio que se articulan con contextos políticos específicos y con tres generaciones de inmigrantes. La dictadura militar en Uruguay enmarca la primera generación de inmigrantes, que en busca de exilio, llegan a Buenos Aires y se emplean como percusionistas (en su mayoría) en los circuitos musicales del *underground* porteño, lugares que no eran vigilados por tratarse de música instrumental, es decir, sin letras que incentivasen la rebelión social característica de la época. Esta generación convivió con los(as) afroargentinos(as) y sus fiestas del ya nombrado *Shimmy Club*. La segunda generación de inmigrantes se da en el marco de la reapertura democrática argentina en 1983, este es el momento de grandes shows donde el candombe tuvo su protagonismo con la presentación de Rubén Rada y la comparsa Hijos de Morenada y Fantasía (formada por inmigrantes y exiliados) en el show hecho en Obras Argentinas para conmemorar el retorno a la democracia. Ya para finales de la década de 1980 el candombe afrouruguayo está en las calles porteñas, sobre todo en los barrios de San Telmo y La Boca, cuyo fin inmediato era de reunir a los y las inmigrantes en su tradición, "convocar la orientalidad" (Parody, 2016, p. 39).

Esta segunda generación junto a la primera, además de ocupar los escenarios más importantes de la música argentina donde se fusionaba el candombe con el rock local, tendrá una significativa actuación en los centros culturales de dichos barrios y el Centro Cultural Rojas perteneciente a la Universidad de Buenos Aires (UBA), donde la

enseñanza del candombe se vuelve un eje. En este recinto se organizará una generación de hijos(as) de inmigrantes que tendrá como foco la lucha antirracista, cuyo mayor exponente fue José Delfín Acosta Martínez, víctima de asesinato en manos de la policía federal en un acto meramente racista en 1996. De aquí saldrían luego dos grupos importantes para la difusión del candombe en Bueno Aires: el Movimiento Afroamericano y el Grupo Cultural Afro. Este último se destaca por dos motivos: fue dirigido por el hermano de Delfín, Ángel Acosta Martínez y por conformar la primera comparsa de candombe compuesta mayoritariamente por uruguayos y argentinos sin ser de origen afro, la cual desfiló en señal de protesta por el asesinato de Delfín frente al cabildo de Buenos Aires y participó del Desfile de Llamadas de Montevideo. Posteriormente, ya para 2001, este grupo se organiza en torno al *Conventillo de Herrera* ubicado en el barrio de La Boca, donde se enseña el toque de candombe afrouruguayo. Luego del desalojo en 2008, el mismo grupo ganó un espacio, legalmente cedido por el gobierno de la ciudad de Buenos Aires, en el barrio de San Telmo donde forman el Movimiento Afrocultural (presente hasta hoy pero que, debido a cortes de presupuesto, vive un momento crítico).

La última generación de inmigrantes afrouruguayos conforma esta etapa politizada de causa afrodescendiente ocupando cargos públicos en el gobierno del Bicentenario y teniendo en varias circunstancias choques con la comunidad afroargentina que, a pesar de reencontrarse en el espacio público gracias a la militancia del colectivo afrouruguayo, continuó sin el debido reconocimiento, es decir en el silenciamiento e invizibilización por parte del Estado.

Aproplarse para perdonarse

Es en este escenario de lucha por el reconocimiento que se encuadra el proceso que fue colocado como centro de discusión de este trabajo, la apropiación del candombe afrouruguayo por parte de los discursos oficiales e independientes para llenar las lagunas históricas de un pasado afroargentino. Es así que Buenos Aires, como aglutinador cultural y una ciudad con más salida hacia el mundo, acaba por apropiarse del candombe, presentando esta manifestación cultural uruguaya y de origen afrodescendiente como una herencia colonial de sus negros(as) que ya no están.

Además de los procesos (ya citados) de difusión del candombe afrouruguayo en la comunidad porteña y el gran nivel de activismo político en torno a la cuestión afrodescendiente, encontramos que en 2012 la UNESCO establece el recorrido de las salidas de tambores afrouruguayos en Buenos Aires como *Sitio de Memoria y Cultura Viva de los Afroargentinos* (Goldeberg, 2012). Si bien dicho recorrido pasa realmente por los lugares donde históricamente los(as) esclavizados(as) se situaban, el hecho de usar el candombe afrouruguayo para “visibilizar” o “reconocer” a la cultura afroargentina deja mucho que desear, pues ¿por qué no utilizar las manifestaciones afroargentinas existentes en la actualidad para reconocer dicha comunidad?

Otra situación que ayudó a que esta "apropiación" encontrase voz en los discursos independientes de colectivos de artistas fue el proceso de simbiosis entre la música afrouruguaya y el rock nacional argentino en la década de 1990 mencionado anteriormente. Al colocar el candombe afrouruguayo en el repertorio musical popular, el imaginario de un sustrato musical rioplatense aparece con fuerza (Dominguez, 2004), pero (nuevamente) ayuda a continuar con el apagamiento de los aportes de la comunidad afroargentina en la vida cultural argentina. No se trata aquí de discordar con la autora, sino de cuestionar que, si lo que se quiere es encontrar los rasgos afros de nuestra música nacional, por qué no ir atrás de lo que fue apagado y negado durante tanto tiempo y que sobrevivió gracias a la resiliencia de la comunidad afroargentina.

Dentro del discurso oficial, en el marco de la difusión de la cultura afroargentina, el entonces *Ministerio de Cultura de la Nación* (actualmente secretaría), promocionó en agosto de 2017 a través de las redes sociales, un video titulado Sonidos del Fuego[9], con el cual pretendía dar visibilidad a las manifestaciones afroargentinas. Sin embargo, en este video sólo aparecen referencias al candombe afrouruguayo, donde también sus protagonistas tienen una clara tendencia a considerarlo parte del patrimonio afroargentino. No es necesario hacer esfuerzos para ver el claro silenciamiento de la población afroargentina de tronco colonial. Tras dos meses, el Ministerio se retractó y publicó en su página oficial un reportaje al ya mencionado investigador Pablo Cirio, donde se explican las diferencias entre cada candombe y se pone en evidencia la constante invizibilización que sufre la comunidad afroargentina[10].

Otros ámbitos donde esta "apropiación" también queda en evidencia son: el educativo, cuando la reproducción folclórica de la comunidad afroargentina en los actos escolares convoca a la representación de este cancionero afrouruguayo para hablar del pasado afroargentino[11]; la abundante producción audiovisual independiente[12], cuyo fin es hablar del pasado afro de argentina y su influencia, y para lo cual se utilizan imágenes y grabaciones de candombe afrouruguayo; filmografía de larga duración[13], donde se muestran momentos del candombe afrouruguayo para hablar del pasado negro argentino. Por último, y no menos importante, existe una copiosa

9. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=iMtYZ6pouYU&t=2056s> Accedido el 21 abr. 2109.

10. Disponible en:< https://www.cultura.gob.ar/cual-es-el-origen-del-candombe-y-de-los-afroargentinos_4989/> Accedido el 21 abr. 2019.

11. AFROARGENTINA en el aula: candombe porteño. YouTube. 08 nov. 2017. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=PT3L3hOZBD0>. Accedido el 26 ago. 2018.

12. DOCUMENTAL Afroargentinos. YouTube. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=WgMZekEpSEY>. Accedido el 16 ago. 2018.

13. LUNA de Avellaneda – escena inicial. YouTube. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=S5ovbyZHsAY>. Accedido el 26 ago. 2018.

multiplicidad de sitios en internet (turísticos, periodísticos y de interés general)[14] donde las imágenes del candombe afrouruguayo en las calles porteñas son tomadas como indicios de las manifestaciones afroargentinas de tronco colonial, haciendo siempre alusión a la negación del pasado afro de este país.

Conclusión

A modo de conclusión, se puede pensar que este tipo de actitud se debe esencialmente a: 1) factores históricos, los diferentes tratamientos para con la comunidad afrodescendiente en ambos países, en Uruguay la población afro consiguió permanecer en la vida pública del país, en cambio la comunidad afroargentina tuvo que aislarse en el ámbito doméstico para sobrevivir; 2) factores geográficos como legitimadores, ya que la historia oficial argentina silenció el pasado de raíz afro, el espacio amplio del Río de la Plata aparece como aglutinador de un pasado en común para completar estos vacíos; 3) factores culturales, a partir de la visibilidad que adquiere el candombe afrouruguayo en las calles de Buenos Aires debido a la inmigración y a la ausencia de una manifestación similar visible y pública.

Referencias

BRACCO, Roberto *et al*. *Esclavitud y afrodescendientes en Uruguay: una mirada desde la antropología.* Montevideo: UDELAR, 2011.

CARÁMBULA, Rubén. *El candombe*. Buenos Aires: Ed. Del Sol, 2005.

CARDOSO, Pedro. O Candombe afro-uruguaio: Por quem os tambores chamam. In: *Geledes Instituto da Mulher Negra*. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-candombe-afro-uruguaio-por-quem-os-tambores-chamam/> Acesso em: 26 ago. 2018.

CARVALHO NETO, Paulo de. *El carnaval de Montevideo: Folclore, História, Sociología.* Montevideo: Facultad de Filosofía y Letras, 1967.

CIRIO, Norberto P. *Esquema de la música afroargentina*. Buenos Aires: Ed. Untref, 2009.

14. CARNAVAL em Buenos Aires. Buenas Dicas Viagem Inteligente. 03 jan. 2014. Disponible en: https://www.buenasdicas.com/carnaval-em-buenos-aires-328/. Accedido el 26 ago. 2018. / CARNAVAL de Buenos Aires. Accor HotelsFeelWelcome. Disponible en: < https://www.accorhotels.com/fr/travel-guide/buenos-aires/evenements-et-festivals/carnaval-de-buenos-aires-2018-e-117ahdg3137.shtml>. Accedido el 27 ago. 2018.

CORBIÉRE, Emilio. J. *El genocidio negro en argentina: Lucas Fernández precursor del socialismo en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Argenpress. 2003

CROSA, Zuleika. Inmigrantes uruguayos en Argentina: Participación en la política uruguaya, a través de organizaciones partidarias. Buenos Aires: UBA, 2007. 139 págs. *Dissertação de Bacharelado*, Ciências antropológicas, Buenos Aires, UBA, 2007. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/2676/uba_ffyl_t_2006_832035.pdf?sequence=1&isAllowed=y>Acesso em: 16 ago. 2018.

DA LUZ, Alejandrina. *Los conventillos de barrio Sur y Palermo.* Montevideo: O dos. 2001.

DOMÍNGUEZ, María E. O "afro" entre os imigrantes em Buenos Aires: reflexiones sobre as diferenças. Santa Catarina: UFSC, 2004. 168 págs. *Dissertação de Mestrado*, programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em:<https://core.ac.uk/download/pdf/30367728.pdf> Acesso em: 21 abr. 2019.

ESTRADA, M. de. *Argentinos de origen africano*. Buenos Aires: Eudeba. 1979.

FREIXA, Omer. *La presencia afrodescendiente en Argentina: El reto de la invisibilidad*. Disponível em: http://www.omerfreixa.com.ar/la-presencia-afrodescendiente-en-argentina-el-reto-de-la-invisibilidad/. Acesso em: 19 abr. 2019

FRIGERIO, Alejandro. Estudios sobre los Afrouruguayos: una revisión crítica. In: *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*. n° 16, pp. 411-422. Buenos Aires, 1995.

_____. De la 'desaparición' de los negros a la 'reaparición' de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100823031819/08frig.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

FRIGERIO, José. O. Con sangre de negros se edificónuestraindependencia. In: *Revista Todo es Historia.* Año 16, nº 250. Buenos Aires, Abril, 1988.

GELER, Lea. Negros, pobres y argentinos. Identificaciones de raza, de clase y de nacionalidad en la comunidad afroporteña: 1870-1880. In: *Revista electrónica Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. França, ano 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index449.html> Acesso em: 18 ago. 2018.

GOLDBERG, Marta B. Nuestros negros: ¿desaparecidos o ignorados? In: *Revista Todo es Historia*. Buenos Aires, año 33, Nº 393, pp. 47-63, abril de 2000.

GOLDBERG, Marta B. Plaza San Martín y Parque Lezama. In: *Huellas e identidades: sitios de memoria y cultura viva de los afrodescendientes*. UNESCO. 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227700> Acesso em: 21 abr. 2019.

MERENSON, Silvina. El exilio uruguayo en Argentina: intersecciones entre memoria, ciudadanía y democracia. In: *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n° 98; pp. 49-67, abril de 2015. Disponível em: <http://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/4057/CONICET_Digital_Nro.5433_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em: 17 ago. 2018.

MERINO, Francisco. *El negro en la sociedad montevideana.* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982.

OZSLAK, O. *La formación de Estado Argentino.* Buenos Aires: Belgrano, 1988.

PARODY, Viviana. Presencia afrouruguaya en Buenos Aires: u incidencia sobre las (re) configuraciones políticas, culturales e identitarias afrodescendientes del contexto argentino reciente (1974-2014). In: *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, Montevideo, vol.1, n° 2, pp. 29-53, diciembre de 2016.

PLÁCIDO, Antonio. *Carnaval: evocación de Montevideo en la historia y la tradición*. Montevideo: Letras, 1966.

PLATERO, Tomás. Piedra libre para nuestros negros: la broma y otros periódicos de la comunidad afroargentina (1873-1882). Buenos Aires, Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 2004.

RAMA, Carlos M. Los Afro-uruguayos. In:*Cahiersdu monde hispanique et luso-brésilien*. Toulouse, ano 1968, n° 11, pp. 53-109. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1968_num_11_1_1205> Acesso em: 19 ago. 2018.

RODRIGUEZ MOLAS, Ricardo. Itinerario de los negros en el Río de la Plata. In: *Revista todo es historia.* Año 8, nº 162. Buenos Aires. Noviembre 1980.

ROSAL, Miguel Ángel. Africanos y afrodescendientes en el Río de la Plata. *Siglos XVIII-XIX.* Buenos Aires, Ed. Dunken, 2009.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del Régimen Rosista. (1831-1852) *apud* GOLDMAN, Norma. Nueva historia Argentina. T. 3. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

SCURO SOMMA, Lucía. *Población afrodescendiente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD. 2008.

STUDER, Elena. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII.* Buenos Aires. Libros de Hispanoamérica, 1984.

Do deslocamento venezuelano à filosofia de Achille Mbembe: reconhecimento de uma vida como vida humana

Mônica Peralli Broti*

Introdução

Desde a criação do texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948, passando pela bipolaridade da Guerra Fria, pela ausência de reconhecimento do valor do ser humano pelas ações e posturas – atrocidades, intolerância, violência arbitrária, estigmatização de grupos – e pelos Estados modernos e neoliberais, o êxodo venezuelano tem sido uma forma ampla e abusiva de violação à legislação internacional de direitos humanos. A centralidade dessa temática, justifica-se pela expressividade do fenômeno da crise migratória (3,4 milhões de venezuelanos deixaram a Venezuela entre 2014 e 2019[1]), sua localização entre a política doméstica e internacional e as condições de exceção às quais os venezuelanos estão submetidos. Dessa forma, o dinamismo da migração venezuelana, ressalta a importância contínua do tema para a produção de um projeto democrático de mundo, no qual os valores humanos vêm substituir o lugar da exclusão e da humilhação do indivíduo.

Ser migrante não é uma opção ou uma escolha voluntária de vida. O indivíduo deixa o seu país de origem em consequência de preconceito ou de perseguição política, religiosa ou étnica e busca amparo em nações próximas ou em países distantes, para que possa garantir a sua integridade física e moral. Acolhido no país de asilo, o migrante submete-se ao processo de adaptação sociocultural, ao enfretamento de possíveis discursos xenófobos, por parte da sociedade receptora, e dependem de outros para o atendimento às necessidades humanas básicas, como a alimentação, a habitação, a vestimenta, a inserção no mercado de trabalho, a educação e a saúde.

O deslocamento maciço da população da Venezuela para o Brasil e para outros países – Estados Unidos, México, Panamá, Colômbia, Equador, Peru, Chile, República Dominicana, Aruba, Trindade e Tobago, Guiana e Espanha – é uma consequência direta dos abusos das garantias básicas da população, como a grave escassez de

* Professora de História e Sociologia e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: brotimonica@gmail.com

1. Nações Unidas Brasil. 2019. Disponível em https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/ Acesso em: abril de 2019.

medicamentos, de suprimentos médicos e de alimentos, de detenções arbitrárias, de casos de tortura contra pessoas detidas, de hiperinflação, de subnutrição e de falta de eletricidade. O colapso dos programas de saúde pública, resulta no aumento de doenças como o sarampo e infecções de malária, doença de Chagas, dengue e Zika, agravando o atual êxodo de venezuelanos, apontado no relatório da Organização Internacional, Human Rights Watch (2018), como a maior crise migratória desta natureza na história recente da América Latina e a situação mais emergencial em relação a violações de direitos humanos.

Durante uma entrevista realizada na Missão Paz São Paulo[2], duas migrantes venezuelanas[3], quando lhes foi perguntado sobre as condições de vida no país, as respostas são iguais em relação à condição de pobreza, às deficiências no abastecimento de água e eletricidade e o ciclo de hiperinflação vivido pela Venezuela.

Maria, 32 anos, solteira, auxiliar administrativa:

"Eu sou de Caracas, vim para o Brasil com o meu filho em busca de emprego, de comida e de remédio. Na Venezuela, não há comida, nem emprego e nem remédio. Fui operada há quatro anos de um câncer na tireoide e não posso ficar sem o medicamento. Quando cheguei em São Paulo, procurei um posto de saúde e fui diagnosticada com a tireoide alterada e com anemia profunda. Na Venezuela, as pessoas estão passando fome. Muita gente busca no lixo o que comer. A comida está muita cara e o dinheiro não dá para comprar nada. O salário mínimo vale dezoito mil bolívares soberanos, enquanto uma lata pequena de refrigerante custa cinco mil bolívares e um quilo de macarrão custa oito vezes o valor do salário, chega a cento e quarenta e quatro mil bolívares. Como vamos comer?"

Rose, 32 anos, solteira, formação em contabilidade:

"Na Venezuela, eu via a morte todos os dias, não há vida, há apenas fome, mendicância e muita pobreza. Sou de Ilha Margarita, vim para o Brasil em busca de comida e emprego. Os meus dois filhos estão comigo. Eu já conhecia o Brasil, vinha muito para país como turista, adoro o carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Eu nunca pensei em sair da Venezuela, gosto muito do meu país, mas não tenho esperança de viver lá. A Venezuela hoje é um país tomado pela tristeza e pela fome. A inflação, a falta de comida e a falta de medicamento levam à morte. Conheci venezuelanos que desesperados tiraram a própria vida. Perdi uma amiga para a fome e por falta de remédio. Eu não consigo explicar o que senti quando o meu filho pedia comida porque sentia muita fome e não tinha nada para lhe dar. Aqui na Missão paz sinto-me feliz porque eu e os meus filhos temos comida. Estou trabalhando como auxiliar de limpeza, mas sou formada em contabilidade e não consigo validar o meu diploma por falta de dinheiro".

2. Instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo.
3. Os nomes foram substituídos por outros fictícios (Maria e Rose), de modo a preservar o anonimato e sua identidade.

Notadamente, nos relatos das migrantes venezuelanas, é possível constatar a dimensão de miséria absoluta enfrentada pela população da Venezuela, sem acesso aos cuidados básicos de saúde e ao alimento de seus filhos. Os altos índices de suicídios são outros números da profunda crise econômica e social do país. No ano de 2018, ocorreram 786 suicídios em Caracas, apenas dois a menos que os registrados em todo o país em 2012[4]. No ambiente atual do país, o mal-estar é comum entre a população a tristeza, a raiva, o medo emoções essas negativas que predominam. As emoções são acompanhadas do transtorno de ansiedade, dos conflitos familiares, do luto migratório, do distúrbio do sono, do estresse e da deterioração da saúde em doença prévia.

Dada a condição de pobreza e fome, que abarcam os venezuelanos, o presente trabalho debate a relação entre a obra *Necropolítica* (2018), do filósofo e cientista social Achille Mbembe e a violação máxima de direitos humanos (relacionada à vida, ao bem-estar e à liberdade) do venezuelano no seu país de origem e na sua condição de imigrante no Brasil.

Discute-se a expressão máxima da soberania do Estado, proposta por Mbembe, que lhe garante poder e capacidade para ditar quem pode viver e quem deve morrer – uma vez compreendida difícil de desvincular da falta de garantia do direto à vida dos venezuelanos.

A Necropolítica e os corpos marcados para morrer

A situação de emergência social devido à condição de vulnerabilidade e à violação dos direitos humanos que comete os venezuelanos defronta-se com o dever ético do Estado de assegurar todas as garantias necessárias de defesa à vida. A indiferença em relação à miséria, ao sofrimento social e à exposição à morte dos migrantes mostra a face do Estado no discurso corrente da defesa da democracia. Sob a justificativa de restituir e de reparar as condições de bem viver para toda a população, a objetificação do ser é dada de maneira tácita pelo Estado. É em nome da sobrevivência da própria população que se exerce a morte do indivíduo. Foi em defesa da vida e do desenvolvimento socioeconômico que políticas de extermínio e de bárbara repressão foram asseguradas pelo Estado ao longo dos séculos. O regime nazista utilizou a eliminação das raças para que ele organizasse, protegesse e garantisse o bom funcionamento da democracia. E, também, o crime do homem branco contra os negros da África para a sobrevivência da matriz colonial no contexto moderno.

A crise do deslocamento compulsório de venezuelanos é uma consequência direta da maior retração econômica de sua história com a queda do preço do petróleo desde

4. *Jornal El País*. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/internacional/1542906296_805078.html. Acesso em: abril de 2019.

o ano de 2014. E, à medida em que a desvalorização da moeda e a hiperinflação persistem, o aumento da desnutrição e fome na Venezuela representam uma tragédia sem precedentes diante de um cenário mundial contemporâneo. De outro lado, o impasse político entre o regime de Nicolás Maduro e a defesa do grupo político que chegou ao poder em 1999, com a eleição de Hugo Chávez (1954-2013), e o líder da oposição e representante das elites tradicionais Juan Guaidó, evoluiu para um conflito sangrento que o país enfrenta nos últimos meses. Uma conjuntura política e socioeconômica de muita desesperança para a população venezuelana – crise humanitária, violência generalizada, controle social e violação dos direitos humanos – e sem nenhuma mudança significativa que possa reverter esse momento de tensão.

As condições de violência e pobreza às quais os venezuelanos estão submetidos, faz uma referência ao bipoder de Foucault (2018), que se incube de cuidar da população, de otimizar e de proteger a economia e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas os seus próprios indivíduos. Sob o pretexto da reparação e da restituição econômica e bem-estar do indivíduo, o Estado venezuelano legitima o extermínio da população.

O autor e cientista social Achille Mbembe, em seu texto *Necropolítica* (2018), retoma a definição de biopoder exposta por Michel Foucault (2018) sobre a soberania máxima do Estado e o seu direito de legítimo de matar, como política de extermínio e coloca em relação com as ideias de estado de exceção e estado de sítio.

> [...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe; Achille, 2018, p. 05).

Recorrendo a Foucault, Achille Mbembe mobiliza o conceito de biopoder em sua relação com o racismo contemporâneo, que se efetiva na criação da supremacia do sujeito universal e a produção de inimigos. A insegurança e o medo gerados pelos inimigos da paz, da cidadania e da própria democracia autoriza o Estado a agir em condições de exceção, promovendo, permanentemente, o extermínio e a morte do corpo inimigo.

O estado de exceção, que Mbembe (2018) coloca em diálogo com o biopoder, consiste na existência do inimigo imaginário, os negros funcionariam como a figura do negativo, sendo corpos escolhidos e marcados para serem expostos à morte. O extermínio de pessoas negras inimigas, justifica o exercício do necropoder do Estado. O ser branco é compreendido como a condição em que sujeitos de pele clara foram privilegiados e devem estar protegidos da ação do inimigo.

É nesse sentido que o pensamento de Mbembe, com os corpos que importam e as vidas passíveis de luto, pode ajudar-nos a refletir sobre as situações de grave e

generalizada violação de direitos humanos impostas pelo Estado à população venezuelana. E também a teoria do estado de exceção (2018) pode ser relacionada às humilhações experienciadas pelos migrantes com as posturas xenofóbicas de uma parcela da população brasileira contra o estrangeiro.

Não obstante, as dificuldades e desafios enfrentados pelos migrantes tanto na partida do seu país de origem quanto a interação no país receptor, enfrentam também o contexto crescente de xenofobia, de racismo e de discriminações praticadas pelos brasileiros contra os migrantes.

> No Brasil, xenofobia é crime tipificado na Lei 9.459, de 1997. Seu primeiro artigo diz: "Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". Apesar disso, quase não há registros de denúncias que prosseguiram na Justiça ou de xenófobos punidos (Farah; Paulo Daniel, 2017, p. 16).

Apesar da xenofobia ser qualificado no Brasil como crime, em uma outra entrevista na Missão Paz, o migrante venezuelano João[5], relatou a repulsa ao estrangeiro pelos moradores do município de Boa Vista (RR):

João, 29 anos, solteiro, montador de estrutura metálica

"Não tinha emprego e comida para alimentar os meus dois filhos. Não suportava mais o choro das minhas crianças sentindo a dor da fome. Deixei a Venezuelana para buscar no Brasil trabalho para ganhar dinheiro e enviar para os meus filhos que ficaram com a mãe em Caracas. Cheguei na cidade de Pacaraima e, por falta de dinheiro para a comprar a passagem do ônibus, segui caminhando a pé por quatro dias. Não fiz a travessia sozinho, fiz com uma família venezuelana que conheci assim que cheguei no Brasil. A família era a mãe, o pai e uma criança de quatro anos. Dormíamos na estrada escura, um colado ao outro com medo do que poderia acontecer. Caminhei tanto que perdi o calçado e fiz descalço mesmo. Foram 215 km de travessia.

Quando chegamos em Boa Vista, fomos recebidos com xingos e palavrões dos moradores, alguns chegaram a jogar o carro em nós. Eu chorava muito, nunca pensei em sair da Venezuelana e estar em uma situação assim.

Em Boa Vista, me ofereceram um trabalho numa fazenda no interior da cidade, a minha função era carpir a terra e o combinado era trabalhar das nove da manhã às seis da tarde e receberia cerca de trinta reais por dia. Mas não foi o que aconteceu. Na fazenda, a moradia era precária, sem banheiro e sem água potável e a alimentação oferecida era milho com café. Houve uma denúncia, e eu e outros venezuelanos fomos resgatados. Depois disso, consegui uma vaga para vir para São Paulo no avião da Força Aérea Brasileira e cheguei aqui na Missão Paz. Hoje estou bem melhor, tenho comida e começo a trabalhar amanhã em um escritório de advocacia. Penso no salário

5. Nome fictício.

que poderei enviar para os meus filhos e saber que pararam de sentir a dor da fome".

Diversas são as questões colocadas acerca do tema xenofobia, a começar pela própria estrutura das cidades brasileiras de Pacaraima e Boa Vista no estado de Roraima – ofertas de empregos, vagas no sistema público de ensino e em hospitais – para atender o fluxo de imigrantes. Outra questão é o número de migrantes venezuelanos que entram no Brasil comparado a outros países da América Latina e do Caribe. Segundo dados das Nações Unidas Brasil, a Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes venezuelanos, com mais de 1,1 milhão. O país, seguido por Peru, com 506 mil; Chile, 288 mil; Equador 221 mil; Argentina, 130 mil; e o Brasil com 96 mil[6]. Na Missão Paz São Paulo, no ano de 2018, foram 463 atendimentos de venezuelanos[7]. De fato, os números das Nações Unidas e da Missão Paz São Paulo mostram que o Brasil é o país da América Latina com a menor quantidade de estrangeiros venezuelanos. Ainda assim, os discursos xenófobos persistem.

Do total da população venezuelana que imigram para o Brasil está em Roraima, na cidade fronteiriça de Pacaraima e também na capital Boa Vista[8]. Nessas cidades, devido as dificuldades para obterem um emprego, os migrantes permanecem nos abrigos públicos ou em acampamentos improvisados ou usam as praças e ruas como dormitórios. Os migrantes ocupam os semáforos pedindo esmolas ou vendendo alimentos e uma parcela dos venezuelanos começou a se prostituir ou a praticar crimes. Nos serviços de saúde, por exemplo, segundo dados da secretaria de Saúde de Roraima apontam que, em 2014, 760 venezuelanos foram atendidos na rede pública de saúde. Três anos depois, esse número saltou para 15.055. E, em Boa Vista, o número de migrantes também é refletido nas escolas da capital. A prefeitura diz que, de 2015 a 2017, o número de crianças venezuelanas matriculadas cresceu 1.064%[9].

O contexto atual divide a opinião dos moradores locais. De um lado, observam-se iniciativas de acolhimento por parte da população de Pacaraima e Boa Vista que reduzem estranhamentos e preconceitos contra os migrantes. De outro, as recorrentes falas de ódio permeiam comentários como "Eles vêm para tirar os nossos empregos", "Venezuelanos não merecem ajuda porque rouba brasileiro", "Já tem muita gente nos hospitais", "A criminalidade aumentou e a cidade ficou suja com essas crianças nas ruas"[10].

---

6. Nações Unidas Brasil. 2019. Disponível em https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/ Acesso em: abril de 2019.
7. Missão Paz. 2019. Disponível em: http://www.missaonspaz.org/ Acesso em: maio de 2019.
8. A trajetória dos migrantes venezuelanos entre o seu país de origem e as cidades brasileiras de Pacaraima e Boa Vista no estado de Roraima é feita de avião, de ônibus, de carona nas estradas e a pé.
9. *O Globo*. Disponível em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml. Acesso em: abril de 2019.
10. Exemplos desse discurso xenófobo foram mencionados pelos migrantes venezuelanos nas entrevistas na Missão Paz.

E a pergunta que se faz ante os exemplos citados é: "Por que os migrantes venezuelanos foram transformados discursivamente em vidas destrutíveis e corpos expostos à morte pelos brasileiros?" A resposta inclui a argumentação de Mbembe no que diz respeito à identificação e à localização do inimigo no tecido social.

A construção discursiva do inimigo parece descrever a situação na qual migrantes são identificados pelos moradores locais das cidades receptoras: os venezuelanos não são pessoas, são criminosos, são violentos, são sujos, são prostitutas, são traficantes. E em nome do combate à violência, ao tráfico de drogas, à prostituição e, afirma-se um estado de exceção (2018), no qual as ações xenófobas passam a ser aceitas e ausentes de punições, apesar da legislação considerar uma prática criminosa.

Para que uma vida seja deslegitimada como humana e transformada discursivamente em vida destrutível marcada para morrer, diferentes procedimentos se articulam: a objetalização, a animalização e a construção do inimigo. O impasse entre o migrante venezuelano e grupos populacionais das cidades receptoras – Pacaraima e Boa Vista – estão nos recursos ofertados pelo Estado que, por vezes, é o agente responsável pela construção do inimigo e das ações discriminatórias. Existem justificativas para a realização dos atos de violência contra o migrante que com o intenso fluxo nas cidades se ampliarão. O Estado ausente da oferta das condições mínimas para os moradores locais: emprego, saúde, educação, segurança, saneamento básico – permite a identificação do migrante venezuelano por parte dos moradores locais como o inimigo, o sujeito que divide o espaço das ofertas mínimas do Estado, como perigo, como um atentado contra a vida, estabelece-se uma reação xenófoba de defesa em que a eliminação do outro parece necessária, pois implica a manutenção da minha vida e de meu grupo.

> [...] Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar. Canetti assinala que na lógica da sobrevivência "cada homem é inimigo de todos os outros". Mais radicalmente, o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro. É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente (Mbembe; Achille, 2018, p. 62).

A insegurança e o medo gerados pelo inimigo autorizam grupos populacionais a agir em estado de exceção (2018), promovendo atos de violência contra os corpos vulneráveis. Para que um grupo populacional sobreviva com os recursos mínimos ofertados pelo Estado é necessária a eliminação total do inimigo. No Brasil, o extermínio do migrante venezuelano.

Em uma luta diária da população brasileira pela sobrevivência, podemos identificar como consequência a articulação entre a crescente xenofobia, racismo, discriminações e migração venezuelana sob a ideia da manutenção da minha vida e da vida do meu grupo. Há que se discutir a violência de Estado contra todos os indivíduos, sejam eles

brancos, negros, mulheres, homens, crianças, brasileiros, refugiados, sejam eles migrantes. Há que se combater a pobreza e a fome, a legitimidade do Estado na escolha dos corpos marcados para morrer. É necessária a aproximação definitiva entre os direitos humanos, a política brasileira e venezuelana e o reconhecimento de uma vida como vida humana.

Método

Para compreender o contexto do deslocamento forçado, considero importante o meu fazer e estar em campo. A aproximação e a convivência com os migrantes venezuelanos deram-se por meio das visitas à Missão Paz. Durante os três meses de visita, nos anos de 2018 e 2019, convidei os migrantes a participarem da pesquisa. Contribuíram com as entrevistas um total de 09 venezuelanos entre 08 e 48 anos. Os migrantes participaram de forma espontânea das entrevistas. Informei todos os venezuelanos sobre o objetivo das entrevistas, os procedimentos a serem aplicados e a garantia do anonimato de cada um deles. Os nomes dos participantes não constaram nas entrevistas e foi usado um nome fictício.

Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semidirigida com perguntas abertas para flexibilizar a conversa e para dar oportunidade de novos temas. Um roteiro com 15 questões foi desenvolvido a fim de conhecer a relação entre a crise política, social e econômica da Venezuela e a condição da população e do processo de deslocamento.

Nas primeiras perguntas, buscou-se identificar como se deu a escolha do Brasil como país de acolhimento. Nesse item, avaliou-se a concessão para a entrada dos migrantes no país. Com as questões seguintes, procurou-se investigar as violações dos direitos humanos em relação à condição da população na Venezuela. As últimas perguntas, por sua vez, foram sobre o respeito promovido pelo país de acolhimento. Empregou-se o seguinte roteiro[11]:

1. Por que você deixou o seu país de origem?
2. Qual a sua motivação para escolher o Brasil como país de asilo?
3. Quais são as necessidades das pessoas em situação de migração?
4. Quais as contribuições, além de doações arrecadas, que você considera importante para os deslocados recomeçarem suas vidas?
5. Como é a compreensão da sociedade brasileira, de maneira específica – Pacaraima e Boa Vista – em relação à causa da migração?
6. Como você realizou o seu trajeto entre a Venezuela e as cidades de Pacaraima, Boa Vista e São Paulo?

11. Com a criança migrante entrevistada não houve perguntas apenas uma conversa sobre a vida no Brasil e na Venezuela.

7. Quais as dificuldades do migrante para se integrar à sociedade brasileira?

8. Quais foram os seus principais desafios como migrante no Brasil?

9. O Brasil está empenhado em compreender as questões que envolvem o deslocamento forçado?

10. Como é o cotidiano de um migrante no Brasil?

11. O que você considera como uma mudança importante nas suas ações após chegar ao Brasil?

11. Você enfrentou situações de discriminação por parte da sociedade civil brasileira?

12. As mulheres migrantes sofrem mais discriminação ou são equitativamente atendidas quando comparadas aos homens migrantes?

13. Qual o seu estranhamento em relação as práticas da cultura ocidental brasileira?

14. Você pensa em regressar ao seu país de origem?

15. O que é ser um migrante?

As entrevistas foram realizadas individualmente com base em um roteiro preestabelecido (questões semiabertas). Os depoimentos foram gravados em áudio e transcritos na íntegra. O conteúdo dos depoimentos coletados foi analisado com base no autor Achille Mbembe (2018) – aporte teórico para a escrita deste artigo científico. A reflexão sobre as respostas transcritas apontam-nos seis características: 1. a saída do país de origem do migrante devido à crise econômica, política e social da Venezuela; 2. o estranhamento da quantidade de moradores de rua na cidade de São Paulo; 3. a inserção nas atividades econômicas assegura os direitos e bem-estar dos migrantes; 4. as interações dos migrantes com outros indivíduos do país de asilo; 5. não há dificuldade da inserção da mulher venezuelana no mercado de trabalho; 6. a necessidade de promover no país maior conhecimento das dificuldades de ser um migrante.

Considerações finais

Num contexto de crescente mobilidade humana, em que o número de imigrantes tem crescido em proporção alarmante, segundo dados da Acnur são 68 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo, entre os quais 3,4 milhões são refugiados e migrantes da Venezuela, faz-se necessário pensar e repensar nas vidas migrantes e refugiadas que são protegidas, cuidadas, multiplicadas, das vidas que serão expostas à morte, por serem transformadas discursivamente em vidas destrutíveis.

É nesse sentido que as questões centrais da teoria de Achille Mbembe – a soberania máxima do Estado, o estado de exceção e o estado de sítio – estão interseccionadas com as violações dos direitos humanos da população local e migrante da Venezuela. O que é a vida humana venezuelana diante da grave crise política e econômica que o país enfrenta? O que justifica o Estado distribuir a morte entre pessoas e grupos populacionais? Como a imagem do migrante pode estar relacionada a construção de um inimigo? Por que vidas são descartáveis? As perguntas fazem-nos revisitar as

práticas da soberania máxima do Estado contra o indivíduo como justificativa do autoritarismo e da manutenção da ordem social e da proteção da vida da população. O Estado, na legitimidade do seu poder, cria mecanismos de controle e extermínio aos quais os indivíduos devem se submeter. Nesse contexto sobre a soberania máxima do Estado, o necropoder (2018) faz continuamente referência – os danos letais, como os de uma crise política e econômica, parece legitimado: todos os dias, alguns venezuelanos morrem de fome em função da finalidade maior de defender o país.

Nesse contexto é interessante retomar a argumentação de Mbembe no que diz respeito à construção de um inimigo. Muitos venezuelanos vêm ao Brasil para garantir as condições seguras para a manutenção da vida, ou como os migrantes comumente dizem: "*echar pa'lante"*, uma gíria venezuelana, que significa seguir em frente. Mas muitos migrantes enfrentam as ações crescentes de xenofobia, racismo e discriminações. A imagem do venezuelano é associada a imagem do inimigo. Na teoria de Mbembe, sobre o estado de exceção (2018), a construção do inimigo mostra-se como recurso de grande impacto para transformar uma vida em destrutível. Em uma luta cotidiana da população brasileira, em consequência direta da ausência de políticas públicas, o migrante venezuelano torna-se um risco na disputa do mínimo serviço do Estado oferecido em determinadas localidades.

Diante da construção filosófica de Achille Mbembe, traz à tona a necessidade de se romper definitivamente o exercício direto da força do Estado sobre o direito de viver do indivíduo. A oposição a este traço perverso do Estado – a construção de vidas destrutíveis em potencial e corpos marcados para morrer – que se firme uma política de reconhecimento e afirmação do direito à vida.

Referências

ACNUR. Números de pessoas deslocadas chega a 68,5 milhões em 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017/> Acesso em 19 de maio de 2019.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

BAENNGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. Migrações Venezuelanas. Campinas: UNICAMP – Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), 2018.

BRANDÃO, Inaê; COSTA, Emily; OLIVEIRA, Valéria. Fuga da Fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista. In: *O Globo*, Brasil, 05/02/2018.

CRETTIEZ, Xavier. *As Formas da Violência*. Trad. Lara Christina de Malimpensa e Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011.

FARAH, Daniel Paulo. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 114, p. 11-30, 2017.

FGV DAPP. *Desafio Migratório em Roraima. Repensando a política e gestão da migração no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2018.

FLORANTONIA, Singer. *Depressão e suicídios, os outros números vermelhos da Venezuela. El País*, Brasil, 24/11/2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Terceira Edição. São Paulo: n-1edicoes. or, 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/ > Acesso em 15 de abril de 2019.

ONU. Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados. A/RES/429, 28 julho, 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Data de Acesso em: 12 de abril de 2019.

TRAVESSIA. *Revista do Migrante*. Centro de Estudos Migratórios, nº 81, 2017.

PARTE IV

REVOLUÇÃO, LIBERTAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Emancipação social na América Latina: pistas para o processo de libertação das condições de opressão

Leandro Alves Lopes*

Introdução

O interesse em refletir essa temática se deu pelo fato de nos últimos anos grupos conservadores apoiados por interesses hegemônicos disseminarem um discurso de ódio, de desqualificação, distorcendo a produção de alguns intelectuais orgânicos latino-americanos, atribuindo a estes a retomada do comunismo, para justificar a crise política, educacional, social, econômica, etc.

Como pesquisador, reafirmo minha trajetória de vida como educador social, liderança pastoral, membro das Comunidades Eclesiais de Base, militante da defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dos grupos a que pertenço, embevecidos pelo ideário da práxis da libertação, de forma a dar publicidade da existência, resistência e persistência dos movimentos sociais e pastorais que criaram uma epistemologia latino-americana na busca de construir uma sociedade do bem viver. Para isto é necessário refletir a partir dos povos subjugados historicamente, que passaram por processos de negação e apagamento das suas identidades passando, por exemplo, à incorporação da cultura europeia e depois da norte-americana.

Até a formação do Estado democrático de direito ocorreram tensões, roturas e resistências de curta, média e longa permanência, principalmente nos países do hemisfério Sul, caracterizados por uma histórica exploração advinda da colonização europeia e de elites oligárquicas que fomentaram a sociedade estamental.

Nesse processo, os oprimidos buscaram resistir, almejando a libertação das condições de exploração (escravidão, violência física e psicológica, dentre outras). Conscientes de que a "libertação não é simples alteração das estruturas. Não é trocar uma classe pela outra, um grupo por outro, mas significa a humanização de todos" (Souza Neto, 2010, p. 316) é que foi se construindo um novo paradigma a partir das práticas de grupos populares.

* Mestrando; Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu: Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: leandro.alps1@gmail.com

Conjeturar novas estruturas, como menciona Souza Neto (2010), teve e tem espaço, na América Latina, a partir da hermenêutica da opressão/libertação, onde pensadores latino-americanos se dedicaram, ao longo das últimas décadas, a debater sobre o processo de emancipação. Nomes como Enrique Dussel, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Gustavo Gutiérrez e Ignácio Martín-Baró desenvolveram notórias reflexões, pois se empenharam em sistematizar as lutas contra-hegemônicas, isto é, dos movimentos populares e das pastorais sociais a partir da década de 1960.

Essas reflexões geradas por uma inquietude frente às condições de desigualdade social e exploração os levaram a construir, junto com os grupos populares, um novo agir. Destacam-se nesses pensadores o envolvimento e o compromisso com a libertação, logo, poderíamos chamá-los de intelectuais orgânicos, na perspectiva gramsciana. Contudo, tal militância teve consequências, como perseguição, prisão, exílio, censura de suas obras, dentre outras.

Para esses autores a libertação tem o foco central nos campos da Pedagogia, Filosofia, Psicologia e Teologia, atribuindo a esses campos do saber a adjetivação "de libertação" (pedagogia da libertação, filosofia da libertação, psicologia da libertação e teologia da libertação), com o intuito de ecoar as vozes dos excluídos.

Isso se dá porque, na década de 60, os países da América Latina passavam por regimes autoritários ditatoriais. E é nesse contexto, que os movimentos populares construíram, por meio da práxis da libertação, formas de resistir e combater a ditadura, de construir um novo marco legal, pautado no estado democrático de direito e na doutrina de proteção integral.

Para o desenrolar da presente pesquisa, na perspectiva de capturar a práxis da libertação nesses autores, optamos pela análise do discurso, que tem, como chave, evidenciar a linguagem como meio de refletir ou de descrever as práticas sociais produzidas através das relações de poder. A análise do discurso decorrente de um paradigma qualitativo de investigação e contribui para a reflexividade do processo social, cultural e histórico.

Logo, o caminho percorrido foi o de contextualizar brevemente os movimentos sociais da América Latina como nascedouros da práxis da libertação; o do levantamento das características e pressupostos do pensamento denominado libertário e o da análise do discurso sobre libertação em algumas obras de Freire, Dussel, Ribeiro, Gutiérrez e Martín-Baró, de modo a extrair alguns apontamentos que ajudassem a compreender o processo de emancipação na América Latina a partir de palavras geradoras: colonização, oprimidos, cultura, conscientização e práxis. Essas palavras perpassam os textos desses autores com o intuito de fortalecer as lutas contra-hegemônicas ao processo de colonização que persiste na América Latina ainda hoje.

América Latina e os movimentos sociais, nascedouro da práxis da libertação

Por que esse pensamento foi sendo sistematizado na América Latina, já que as condições de opressão ocorrem em diversas partes do mundo?

Coube, então, descrever brevemente o período em que os movimentos sociais e pastorais constroem práticas e teorias sobre a libertação. Mas é importante destacar que, historicamente, lutas contra-hegemônicas foram sendo travadas pelos povos colonizados e escravizados por toda a América Latina desde o século XVI, perpassando regimes absolutistas e oligárquicos, dentre outros.

Já nos séculos XX e XXI, o modelo econômico adotado nesses países foi o de desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, o que acentuou o processo estruturante e histórico da desigualdade social. Acrescente-se a isso a polarização do mundo em capitalismo, representado pelos Estados Unidos da América, e socialismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, instaurando a chamada Guerra Fria. Fomentou-se o discurso de segurança nacional contra o comunismo, o que supostamente legitimou os golpes militares que ocorreram nas décadas de 50, 60 e 70 pela América Latina, sob influência norte-americana, causando mortes e redução de direitos.

Durante os regimes ditatoriais até o período de redemocratização, em especial no Brasil, houve uma ebulição de movimentos sociais que influenciaram e deixaram-se influenciar pela Teologia da Libertação, com o intuito de construir uma cultura democrática do direito. Destacamos aqui o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral Operária, do Menor, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outros.

> A Igreja Católica e as Protestantes tomaram um posicionamento radical contra as práticas de exploração do capitalismo norte e sul, que impunham ao continente uma relação iníqua e injusta. As dívidas externas da América Latina eram pagas com o sofrimento do povo e com um conjunto de violações dos direitos humanos. Era uma luta econômica e política em que os movimentos sociais tinham que vencer e derrubar a doutrina de segurança nacional coordenada pelo regime militar. (Souza Neto, 2010, p. 322)

Toda prática pressupõe uma teoria e toda teoria pressupõe a prática de sujeitos; logo esse movimento dialético na América Latina ganha um adjetivo, "libertação". Libertação dos sujeitos pobres, oprimidos e marginalizados pelos poderes neoliberais e ditatoriais. Libertação advinda de uma organização popular em que os oprimidos são protagonistas da construção de uma nova sociedade, pois são conscientes do processo histórico e implicam-se na defesa dos direitos humanos.

Novas mulheres e novos homens, embevecidos com o ideário da libertação, ajudaram a construir no Brasil os partidos políticos progressistas de esquerda e de centro-esquerda, sindicatos, Movimento dos Sem-Terra, Movimento Nacional dos

Meninos e Meninas de Rua, Fórum Social Mundial, dentre outros. O mesmo se deu pela América Latina, como no surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, da Via Campesina, dentre outros.

Logo, os movimentos sociais foram e são importantes para fortalecer a sociedade civil e promover a consolidação do Estado democrático de direito na América Latina e por isso são nascedouros dessa práxis da libertação. Rompendo com estruturas assistencialistas, machistas, exploração do trabalho e da natureza, consumismo e injustiças.

É nesse cenário de contradições e da proximidade dos pobres, em um movimento sociopolítico e eclesial que confronta as causas da desigualdade social, que a Teologia, a Pedagogia, a Filosofia, a Antropologia e a Psicologia da Libertação latino-americanas buscaram contribuir para a efetivação de uma nova sociedade justa e solidária.

Características e pressupostos do pensamento libertário

A Teologia da Libertação teve início na década de 1960, quando intelectuais orgânicos, como Gutiérrez, buscaram sistematizar uma nova concepção de ser Igreja na América Latina: uma nova teologia, tendo os pobres como protagonistas de sua vida, usando a Bíblia como fonte de estudo, correlacionando as desigualdades e injustiças do povo hebreu com o cotidiano, e assumindo uma espiritualidade interligada a uma ação transformadora.

Gustavo Gutierrez Merino nasceu em 1928, no Peru. Ordenado frei dominicano em 1959, estudou Filosofia e Psicologia, doutorando-se em Teologia pela Université Catholique de Lyon em 1985. Em 1971, publica o que para muitos é o livro fundador do pensamento libertário: *Teologia da Libertação. Perspectivas*. Porém, antes de os teólogos sistematizarem as práticas populares, já havia na Igreja da América Latina toda uma práxis libertadora.

O que caracteriza a Teologia da Libertação é o centrar-se nos sujeitos em condições de desigualdade social, marginalizados e oprimidos, provocando um movimento de conscientização que leva ao protagonismo ético, para que, em comunidade, possam, de acordo com Souza Neto, saber que para "[...] modificar-se e mudar o outro e a realidade social, é necessário compreendê-la e tomar consciência de sua opressão. A Teologia da Libertação desencadeou um processo que ajudou o oprimido a conhecer a realidade e a tomar consciência de sua situação" (2010, p. 312).

Porém, como as relações humanas perpassam a disputa pelo poder, também dentro da própria Igreja Católica movimentos conservadores iniciaram ataques à nova teologia, com perseguição, punições, desarticulação das CEBs, lideranças pastorais e teólogos progressistas sendo associados ao comunismo, tachados de pessoas sem fé, dentre outros termos.

Dussel, inspirado pela Teologia da Libertação na América Latina, inicia reflexões sobre o processo histórico de colonização dos povos latino-americanos e constrói "uma filosofia hermenêutica da cultura latino-americana" (Dussel,1995, p. 14), buscando resgatar o mundo simbólico da cultura popular dos povos latino-americanos, silenciados, oprimidos, exterminados e escravizados pelos colonizadores europeus.

> [...] a experiência inicial da Filosofia da Libertação consiste em descobrir o 'fato' opressivo da dominação, em que sujeitos se constituem 'senhores' de outros sujeitos, no plano mundial (desde o início da expansão europeia em 1492; fato constitutivo que deu origem à Modernidade), [...] no plano nacional (elites – massas, burguesia nacional – classe operária e povo); no plano erótico (homem-mulher); no plano pedagógico (cultura imperial, elitista, *versus* cultura periférica, popular etc.); no plano religioso (o fetichismo em todos os níveis). (Dussel, 1995, p. 18)

A ausência de uma consciência latino-americana também foi alvo de pesquisa para Dussel, e um dos empecilhos para o progresso dos países da região.

Enrique Domingo Dussel Lambozini é argentino nascido em 1934. Obteve o doutorado em Filosofia em 1959 e História em 1967. Perseguido pelo regime militar, sofreu um atentado a bomba em sua residência, em 1973, e por ter sido considerado marxista, teve seus livros proibidos e/ou censurados. Exilando-se no México (onde reside desde então), retomou seus trabalhos e ainda hoje produz reflexões sobre ética, erotismo, pedagogia, dentre outros temas importantes para o processo de emancipação.

Freire, o precursor da Pedagogia da Libertação, foi um intelectual orgânico, que estabeleceu um novo processo de ensino-aprendizado principalmente na alfabetização de adultos, onde o ensino de palavras poderosas era associado aos exemplos reais do cotidiano, à dinâmica da sociedade e à problematização das estruturas sociais. Paulo Freire foi preso no Brasil e exilado após o golpe militar de 1964, retornando ao país somente em 1980. Nesse período de exílio escreve sua principal obra: *Pedagogia do Oprimido*.

Paulo Reglus Neves Freire (2015) afirma que a libertação do oprimido se dá no ato de ele/ela descobrir-se como tal, para, então, iniciar o processo de ampliação de sua consciência ética, estética e crítica, o que exige luta interna e luta coletiva. Interna, porque dentro do oprimido também vive o opressor (internalizado historicamente). Coletiva, porque a libertação é uma luta política, logo, não se faz por um só indivíduo. A libertação do oprimido deve dar-se junto com a libertação do opressor; caso contrário, seria a repetição do processo de dominação.

> A libertação, por isso, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo esse homem novo não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. (Freire, 2015, p. 48)

Isto é, oprimidos e opressores recuperando sua humanidade e construindo uma nova sociedade, novas relações de como se estabelece a vida. As contribuições da Pedagogia da Libertação aos movimentos sociais e pastorais foram de extrema importância, colaborando para a sistematização da educação comunitária, popular e social.

A Psicologia da Libertação tem como precursor Martín-Baró, que propôs colocar a Psicologia a serviço da transformação da sociedade latino-americana, evidenciando a necessidade da construção de uma Psicologia a partir da América Latina e não dos países hegemônicos.

Ignácio Martín-Baró nasceu na Espanha, em 1942, e ingressou na Companhia de Jesus em 1959. Em 1960 foi para a Colômbia para iniciar seus estudos e trabalho. Graduou-se em Filosofia, Letras e Teologia. Fez mestrado em 1977 e o doutorado em 1979, em Psicologia Social e Organizacional na Universidade de Chicago (Estados Unidos da América). Mas foi em El Salvador que desenvolveu sua ação pastoral, deparando com uma realidade marcada pela desigualdade social, regime autoritário e guerra civil. Oropeza cita em sua obra uma carta datada de 23 de agosto de 1989, onde de Martín-Baró narrando o drama da guerra:

> *Las bombas contra nuestras instalaciones afectan muy gravemente nuestras ya difíciles finanzas, pero nos confirman también que representamos una voz significativa en el quehacer del país, y que nuestro trabajo académico en favor de los intereses mayoritarios de nuestro pueblo sigue teniendo un impacto. Por ello, estén seguros que la UCA [Universidade Centro-Americana] seguirá firme en su trabajo universitario con el pueblo salvadoreño en favor un futuro más justo e libre.* (Oropeza, 2009, p. 4)

Seus posicionamentos e militância em defesa dos oprimidos fazem dele um dos mártires da práxis da libertação. A 16 de novembro de 1989 foi assassinado juntamente com seus irmãos jesuítas. A ordem partiu do comando militar que determinou o extermínio dos intelectuais acusados de comunistas e terroristas, que apoiavam as guerrilhas de resistência.

A inversão de paradigma, adequando as teorias psicológicas ao contexto latino-americano, propõe uma construção epistemológica a partir dos oprimidos, da reflexão das causas estruturantes que geram a desigualdade social: "[…] pienso que debemos buscar o elaborar modelos adecuados para captar y enfrentar la peculiaridad de nuestros problemas". (Martín-Baró, 1990a, p. 36)

O processo de amadurecimento da obra de Martín-Baró "foi caracterizado por um gradual processo de assimilação crítica da Psicologia Social" (Mendonça; Júnior, 2015, p. 109). Martín-Baró dedica parte de seus estudos ao trauma psicológico e ao desenvolvimento das pessoas em um contexto de guerra, a partir dos estudos feitos durante a guerra civil em El Salvador, "[…] *no es necesario asumir alguna de las*

visiones psicológicas tradicionales sobre la personalidad básica para comprender que algún impacto importante tiene que tener la prolongación de la guerra civil" (1990b, p. 77). Sendo assim, a guerra é a faceta mais inescrupulosa da exploração do capital, que gera desumanização e traumas.

É impossível compreender os estudos de Martín-Baró sem perceber que como pano de fundo de seus trabalhos estão a Teologia da Libertação e o pensamento freireano, em especial a pedagogia do oprimido, pois aborda o tema da conscientização como eixo estruturante da Psicologia da Libertação "[...] a noção de conscientização aparece em diversos momentos: seja afirmando a conscientização como contraponto do fatalismo" (Martín-Baró, 1987), "seja apresentando a conscientização como dispositivo central para se reelaborar o papel da Psicologia" (Martín-Baró, 1997 *apud* Mendonça; Júnior, 2015, p. 109).

> Ao assumir a conscientização como horizonte do quefazer psicológico, reconhece-se a necessária centralização da psicologia no âmbito do pessoal, mas não como terreno oposto ou alheio ao social, mas como seu correlato dialético e, portanto, incompreensível sem a sua referência constitutiva. (Martín-Baró 1997, p. 17)

Aqui denomino Antropologia da Libertação os estudos de Darcy Ribeiro, pelas características de aproximação com a Pedagogia, a Filosofia, a Psicologia e a Teologia da Libertação. Intelectual orgânico, Ribeiro foi formado em Ciências Sociais e Antropologia, trabalhou como etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio, desenvolve uma vasta reflexão sobre os povos que habitam as Américas. Trabalhou no governo dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart; com o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos cassados e foi exilado. Retornou em 1976, quando retomou seu trabalho político, sendo eleito vice-governador do Rio de janeiro e Senador pelo mesmo estado.

Contribuiu para uma mudança de paradigma no modo de compreender antropologicamente o que se passou e se passa com os povos da América Latina, na busca de "[...] contribuir para uma tomada de consciência ativa das causas do subdesenvolvimento" (Ribeiro, 2007, p. 14).

Para Darcy Ribeiro, o "descobrimento" da América teve e tem um caráter estruturante sem precedentes:

> No decurso do processo civilizatório, todos os povos colonizados foram atingidos da maneira mais profunda e catastrófica, desde as bases: a constituição étnica. Tiveram, pois, suas sociedades alteradas e experimentaram a degradação de suas culturas com a perda de sua autonomia. Transmudaram-se, assim, de uma multiplicidade de povos autônomos, com suas tradições autênticas, em poucas sociedades espúrias de culturas alienadas, só explicáveis em seu modo de ser pela ação dominadora que sobre elas exercia uma força e vontade externa. (Ribeiro, 2007, p. 71)

Tendo, então, a libertação como paradigma explicativo para a nova práxis dos movimentos e pastorais sociais, buscamos, neste trabalho, por meio da técnica de análise do discurso, evidenciar pistas para o processo de libertação das condições de opressão presentes em algumas obras de Dussel, Gutiérrez, Freire, Martín-Baró e Ribeiro, valorizando tal epistemologia própria da América Latina.

Análise do discurso sobre libertação em algumas obras de Freire, Ribeiro, Dussel, Gutiérrez e Martín-Baró

O processo de análise do discurso tem o intuito de problematizar o sentido dos discursos verbais e não-verbais, uma vez que a concepção do discurso deve ser vista como dialética, marcada pelos processos histórico e ideológico: "[...] o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes" (Caregnato; Mutti, 2006, p. 681), Diante dessa perspectiva, a nossa posição foi levantar o tema gerador e, a partir dele, subtemas, sobre os quais se pretendem fazer novas interpretações ou uma releitura.

Logo, de acordo com a proposição de Ballalai (1989), seguimos para a análise a partir dos seguintes procedimentos: a sistematização das ideias primeiras, de modo a atingir um plano de análise; delimitação dos segmentos discursivos (palavras geradoras) para emissão de quadro referencial; e, finalmente, análise temática e conclusiva. O plano de análise, bem como o quadro referencial para atingir a sistematização das ideias, foi traçado nos capítulos anteriores, evidenciando os autores, as características e a o tema central a partir do paradigma da libertação. Destacam-se como subtemas dos discursos dos autores: colonização, cultura, oprimidos, conscientização e práxis, pois constatamos a presença desses termos como categorias analíticas para subsidiar o tema gerador.

O subtema colonização, o processo de dominação dos povos nativos pelos europeus, é legitimado pelo discurso de conquistadores "civilizados", que, para Dussel, se expressa pelo "'Eu conquisto' do Cortés ou de Pizarro, [...] causador do genocídio do índio, da escravidão do negro africano e das guerras coloniais da Ásia" (Dussel, 1995, p. 47).

Ribeiro (1995), também se indaga sobre o processo de colonização que constitui novas sociedades que passaram por um cruel processo de "desindianização" e "desafricanização". E se propõe a desconstruir o discurso da teoria das raças e do meio, difundida no Brasil pelos pensadores Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, os quais viam na miscigenação um fator que atrasaria o processo de desenvolvimento civilizatório.

Já na perspectiva de Dussel, a colonização, isto é, a ocupação indevida, além do extermínio e da escravidão geraram impactos estruturantes no desenvolver das novas

sociedades, sendo necessário "[...] um processo de revolução, rompendo com os paradigmas colonizadores utilizados pelos países europeus e norte-americanos" (Dussel, 2007, p. 164).

As obras de Martín-Baró (1987, 1990 e 1997) retratam as marcas históricas da colonização na subjetividade cultural dos povos latino-americanos. Isto é, a colonização dentre tantos processos de sobreposição do eurocentrismo à cultura dos povos nativos e africanos escravizados, tornam a cultura o segundo subtema apresentado no pensamento da libertação. Ribeiro afirma passar por transmutação:

> Transmudaram-se, assim, de uma multiplicidade de povos autônomos, com suas tradições autênticas, em poucas sociedades espúrias de culturas alienadas, só explicáveis em seu modo de ser pela ação dominadora que sobre elas exercia uma força e vontade externa. (Ribeiro, 2007, p. 71)

Freire acreditava ser a colonização cultural o artifício a ser rompido por uma revolução: "[...] a 'revolução cultural' é a continuação necessária da ação cultural dialógica que deve ser realizada no processo anterior à chegada ao poder" (Freire, 2015, p. 214). Tal processo de revolução cultural possibilitará a reconstituição da autoestima dos oprimidos, também apontado por Dussel: "[...] da cultura revolucionária libertadora surgirá uma nova cultura mundial, alternativa, muito mais rica do que a atual cultura imperial" (Dussel, 1977, p. 102).

Porém, o sistema produzido pelos opressores cria o que Freire (2015) denomina de "cultura do silêncio", o "medo da liberdade" presente no oprimido, introjetado pelo castigo. Portanto, outro subtema do pensamento da libertação são os oprimidos.

> Nunca houve, aqui, um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente. (Ribeiro, 1995, p. 446)

É nessa perspectiva apresentada por Ribeiro que o pensamento da libertação toma posicionamento e opta pelos oprimidos, que se tornam outro subtema. Sobre isso, Gutiérrez explana:

> Optar pelo oprimido é optar contra o opressor. Em nossos dias e em nosso continente, solidarizar-se com o pobre, assim entendido, significa correr riscos pessoais, inclusive pôr em perigo a própria vida. É o que ocorre com muitos cristãos – e não-cristãos – comprometidos no processo revolucionário latino-americano (Gutierrez, 2000, p. 362).

E é na prática do fazer resistência contra a opressão dos grupos hegemônicos que o oprimido mesmo produz uma síntese de seu próprio fazer. "Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão?" (Freire,

2015, p. 32). Tal clareza do processo de opressão e o entendimento de que somos oprimidos só é possível pela conscientização, subtema encontrado nas obras principalmente de Dussel e Freire.

Para Dussel, a capacidade de escutar chama-se consciência ética: "somente quem tem consciência ética pode aceitar o questionamento a partir do critério absoluto: o outro como outro na justiça" (Dussel, 1977, p. 65).

A consciência, para Freire, ocorre através da ação dialógica, isto é, do diálogo:

> O diálogo não impõe, não maneja, não doméstica, não sloganiza. Não significa isto que a teoria da ação dialógica conduza ao nada. Como também não significa deixar de ter o dialógico uma consciência clara do que quer, dos objetivos com os quais se comprometeu. [...] Aqui, propriamente, ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, é preciso que estes se tornem sujeitos do ato de desvelar. O desvelamento do mundo e de si mesmas, na práxis autêntica, possibilita às massas populares a sua adesão. (Freire, 2015, p. 228-229)

A autorreflexão, a reflexão do outro e da sociedade, é um passo primordial para a conscientização do ser humano, para que este se torne sujeito da história e, tomando consciência das causas da subjugação e do subdesenvolvimento, desconstrua a engrenagem da manipulação dada pelo discurso do opressor. O oprimido deixa de ser objeto para se tornar sujeito a partir da conscientização, geradora de uma ética.

Freire, Ribeiro, Dussel, Gutiérrez e Martín-Baró convergem ao afirmar a necessidade da conscientização na práxis e pela práxis. Logo, a práxis é por fim o quinto subtema estruturante do pensamento da libertação, permitindo a superação dos erros históricos e a descontinuidade do ciclo de opressão com a repactuação de princípios éticos, estéticos, críticos e cuidantes. O termo práxis é entendido a partir das ideias freirianas como processo humano de ação e reflexão sobre o mundo, em uma autêntica união dialógica entre os sujeitos e as tensões históricas.

> A práxis de libertação é o próprio ato pelo qual se transpõe o horizonte do sistema e se entra realmente na exterioridade, pela qual se constrói a nova ordem, uma nova formação social mais justa. A mera práxis dentro do sistema é de dominação, porque consolida a totalidade vigente; é uma atividade ôntica ou mera mediação interna do mundo, fundada em seu projeto [...] A práxis de libertação, pelo contrário, é questionamento real do sistema [...] é a procriação mesma da nova ordem, de sua estrutura inédita, ao mesmo tempo que das funções e entes que o compõem. É tarefa realizadora por excelência, criadora, inventora, inovadora (Dussel, 1977, p. 69-70).

Dussel vale-se ainda de dois conceitos fundamentais para sustentar a práxis: o da alteridade e o da exterioridade. O primeiro caracteriza-se pela "passagem diacrônica, desde o ouvir a palavra do outro até a adequada interpretação" (1986, p. 208). O segundo compreende a exterioridade como transcendentalidade: "Esta transcendentalidade interna é a exterioridade do outro como outro; não como parte do sistema" (Dussel, 1977, p. 53).

Para Freire, a práxis só é possível quando não há "[...] nenhuma separação entre o pensamento-linguagem e a realidade objetiva. Daí que a leitura de um texto demanda a 'leitura' do contexto ao qual ela se refere" (1989, p. 29). Freire acrescenta:

> Tanto no processo educativo, como no ato político, uma das questões fundamentais, [talvez] seja a clareza em torno de, a favor de quem e de quê [...] fazemos a educação [...] e desenvolvemos a atividade política [...]. Quanto mais ganhamos essa clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. (Freire, 1989, p. 27)

Sendo assim, a libertação, o paradigma do pensamento latino-americano, não virá de um dia para o outro, "[...] mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela." (Freire, 2015, p. 32).

> […] libertação como processo, como negação de um ponto de partida, como uma tensão até no ponto de chegada. Unidos aos outros postulados da revolução burguesa que enunciavam como a proclamação de "Igualdade! Fraternidade! Liberdade!", devemos transformá-los, na rebelião dos povos oprimidos e excluídos da periferia em suas lutas pela Segunda Emancipação, no novo postulado: "Alteridade! Solidariedade! Libertação!". (Dussel, 2007, p. 164)

Martín-Baró (1987) complementa ao dizer que a libertação, como processo histórico e coletivo, nasce dos sujeitos conscientizados individual e coletivamente em torno da valorização do potencial popular.

O processo de libertação se dá no ato de "denunciar e anunciar", ou seja, a dialetização da utopia, que consiste em "[...] denunciar a ordem que os esmaga e, na práxis da transformação dessa ordem, anunciar um mundo novo a ser refeito constantemente" (Freire, 1980, p. 112). É na práxis que nos reconhecemos como sujeitos históricos.

> Conceber a história como processo de libertação do homem é perceber a liberdade como conquista histórica, é compreender que a passagem de uma liberdade abstrata a uma realidade real não se realiza sem luta – cheia de escolhos, de possibilidades de extravios e tentações de evasão – contra tudo o que oprime o homem. Este fato implica não apenas melhores condições de vida, radical mudança de estruturas, revolução social, mas muito mais: a criação contínua e sempre inacabada de uma nova maneira de ser do homem, uma permanente revolução cultural. (Gutiérrez, 2000, p. 40)

Esses autores nos ajudam a perceber a importância de construir um paradigma advindo da realidade dos movimentos sociais latino-americanos. A matriz da libertação, desde Bartolomé de las Casas até os dias de hoje, coloca-se como uma contra-hegemonia ao pensamento dominante, que busca justificar os processos de exploração dos detentores do capital. É por isso que Gutiérrez, Freire, Martín-Baró, Dussel e Ribeiro chamam a atenção para o pensamento libertador que emerge no centro de uma revolução cultural e educacional.

Considerações

O pensamento da libertação é uma epistemologia característica da Americana-Latina que tem contribuído para a busca da emancipação social, uma vez que colabora para problematizar as relações entre a sociedade e o sujeito, confrontando-o com os grupos hegemônicos que alicerçam seus poderes nas causas estruturantes da desigualdade social.

Isso é transformar as estruturas sociais por meio da cultura (para que assim seja possível o resgate da subjetividade dos povos silenciados), da educação (como processo que permite a leitura do mundo, logo, processo de problematização) e da politicidade (que promove a dignidade humana, onde homens e mulheres assumam sua história, lutem para libertar a si mesmos e ao outro pela restauração da humanidade).

Acreditamos que estamos avançando para uma releitura crítica e madura do pensamento latino-americano. O importante é continuarmos conhecendo e deixando-nos conhecer, assumindo o lugar de onde se fala a fim de produzir um pensamento genuinamente nosso.

Para tal, opressores e oprimidos precisam se libertar num processo de revolução cultural, e assim alcançar a revolução política por meio da alteridade, solidariedade e libertação.

A análise conclusiva dos subtemas evidenciou pistas para o processo de emancipação social dos povos oprimidos da América Latina, tendo como eixo estruturante a libertação. Para sua efetivação, elementos como a compreensão do processo de colonização e suas consequências, a cultura, as condições de opressão e a relação entre oprimido e opressor, o processo de conscientização que leva a uma práxis, destacamos as seguintes pistas: a) O autorreconhecimento como sujeito; b) Resgate, preservação e valorização da cultura como elemento identitário e formador da subjetividade; c) Conscientização do processo histórico; d) Homem e mulher agentes de transformação sociopolítica e eclesial, visando a dignidade humana e o cuidado com o meio ambiente; e) Protagonismo ético dos pobres; f) Defesa dos direitos Humanos; g) Sistematização e partilha de práticas populares contra-hegemônicas h) Intelectuais orgânicos americanistas que propague a práxis dos movimentos e pastorais sociais.

Em suma, o conceito-chave do pensamento libertário tem a cultura e a educação como caminho para a utopia possível, no sentido de resistir ou superar a opressão e a colonização, denunciando as injustiças e anunciando as práticas e experiências de justiça de forma a nos conscientizarmos de que somos todos agentes políticos corresponsáveis pela construção de um novo projeto de sociedade.

Referências

BALLALAI, R. Notas e subsídios para a análise do discurso. In: *Fórum Educacional*. 1989, p. 56-80. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/61036/59257. Acesso em: 02 de nov. 2018.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação na América Latina*. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Loyola, 1977.

_____. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*; Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lucia M. E. Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, P. *Cartas a Guiné-Bissau* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente. In: A. Blanco (Org.), *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta. 1987.

_____. Guerra y salud mental. In: I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra: trauma y terapia,* p. 23-40. San Salvador: UCA Editores, 1990a.

_____. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In: I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra: trauma y terapia* p. 65-84. San Salvador: UCA Editores, 1990b.

_____. O papel do Psicólogo. In: *Estudado de psicólogo*. 1997, vol. 2, nº 1, p. 7-27. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2018.

MENDONÇA, G. S.; JÚNIOR, F L. *A psicologia da libertação e as questões habitacionais: história e constituição*. Teoría y Crítica de la Psicología, nº 6, p. 102-121, 2015. Disponível em: http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/31 Acesso em: 11 de outubro de 2018.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *As Américas e a civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

OROPEZA, I. D. IX. *Ignacio Martín Baró y psicología de la liberación: un desafío vigente***.** Noviembre de 2009. Disponível em: http://awmueller.com/psicologia/baro_desafio.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

SOUZA NETO, J. C. *Conexões entre a teologia da libertação e a pedagogia social*. Publicação periódica do Centro UNISAL, sob a coordenação do Programa de Mestrado em Educação Ano XII - nº 22 - 1º Semestre/2010, p. 313. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/24728597/educacao_22.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1552861700&Signature=bxJa8ArxktFIHwnLiOEzkp6Zi8U%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DExploradoras_y_Guias_en_Italia.pdf#page=313. Acesso em: 11 de out. de 2018.

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”: Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Luiz Gabriel R. Locks*
Nashla Dahás**

Introdução

Nosso trabalho se inscreve numa tradição historiográfica de estudos sobre as esquerdas radicais no Brasil durante os anos de 1960 e 1970, momento de crise e efervescência também para o pensamento social e político latino-americano. Após algumas considerações iniciais sobre as motivações, pressupostos e lacunas desta comunicação, abordaremos o panorama atual da produção acadêmica a respeito do tema, com destaque para a trajetória e ideias de Carlos Marighella (1911-1969) no interior dos conflitos políticos que marcaram aquelas décadas. Retomaremos, em seguida, o episódio da realização da primeira Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em julho-agosto de 1967, em Havana, como campo de observação fundamental da ação e pensamento de nosso sujeito histórico em um momento decisivo de sua vida e memória. A última parte do trabalho será dedicada à análise de algumas fontes produzidas durante a participação de Marighella na OLAS, como a entrevista concedia pelo militante após a primeira conferência no evento, além de referências gerais aos seus escritos entre os anos de 1966 e 1967.

Em primeiro lugar, escrever sobre as condições históricas dos anos de 1960 e sobre os sujeitos que participaram de movimentos e partidos revolucionários na América Latina continua tarefa tão difícil quanto há meio século. A distância temporal ainda hoje reivindicada por alguns críticos da História do Tempo Presente não pôde (até este momento) garantir o suposto afastamento emocional considerado necessário à escrita da história (Delacroix, 2018). Antes, em sentido contrário ao antigo desejo de imparcialidade, nos últimos trinta anos, a maior parte dos países do continente latino-

* Graduando em História-UDESC.
** Pós-doutoranda e professora colaboradora do PPGH-UDESC. Bolsista PNPD-CAPES. E-mail: nashladahas@hotmail.com

americano passou por intensas oscilações coletivas a respeito de suas referências e memórias políticas à direita e à esquerda, experimentando, inclusive, a revalorização social e acadêmica da discussão sobre violência política (Fico, Araújo, Grin, 2012).

Nessas circunstâncias, a imagem e as ideias de Carlos Marighella permanecem como objeto de ressignificações e símbolos de luta política à luz dos problemas presentes. Sem nos alongar muito nesse ponto, duas citações parecem incontornáveis. Em 2012, o documentário *Marighella*, produzido por Isa Grinspum Ferraz e estrelado pelo conhecido ator da Rede Globo de Televisão, Lázaro Ramos, trouxe ao público depoimentos de ex-militantes e de celebridades do circuito cultural comercial como o crítico literário Antônio Cândido. A escolha mais acertada do ponto de vista da divulgação do filme, recaiu, entretanto, sobre a música-tema (que gerou um clipe) composta especialmente por Mano Brown, integrante da banda de rap paulista Racionais Mc's. Desde o final dos anos de 1990, a banda e o vocalista tornaram-se símbolo de certa produção cultural periférica combativa do chamado *american way of life,* e auto-reflexiva quanto às condições de vida nas áreas frequentemente associadas por Estado e sociedade à violência e ao tráfico de drogas.

E eis que neste ano de 2019, à luz do neoconservadorismo que levou Jair Bolsonaro à presidência da República (2018), nova versão de *Marighella* é encenada para o cinema sob a direção do ator Wagner Moura, cujo sucesso de popularidade foi aberto por sua atuação no polêmico filme Tropa de Elite (2007), dirigido por José Padilha e inspirado no livro Elite da Tropa, escrito pelo antropólogo e ex-secretário nacional de segurança pública Luiz Eduardo Soares em co-autoria com o ex-policial Rodrigo Pimentel. No livro, como no filme, sobressai um modelo de violência na atuação policial em áreas pobres do Rio de Janeiro, assim como as estreitas relações entre o poder público e chamado o crime organizado, envoltos em uma rede de corrupção composta por figuras políticas hierarquicamente importantes e variadas entre empresários, policiais e traficantes. Também inspirado em livro – biografia de Marighella escrita pelo jornalista Mario Magalhães –, o filme de 2019 estreou sob os aplausos da plateia no famoso Festival de Cinema de Berlim, e gerou intensa repercussão interna e internacional.

Precisamos mencionar ainda um último elemento para a problematização de nosso tema: Marighella, além de militante e poeta, era um intelectual de autoria rigorosa, responsável por versões cuidadosas da história do Brasil e de seu próprio presente, cujos sentidos atravessaram o tempo de sua existência configurando parte de um "passado que não passa"[1].

1. A noção de "passado que não passa" vem sendo utilizada como marca da História do Tempo Presente na América Latina, cujos estudos mais candentes dizem respeito aos golpes, ditaduras e transições para a democracia a partir da segunda metade do século XX. A respeito do termo ver: Christian Delacroix. "A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?" *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, nº 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

A trajetória de Carlos Marighella é inseparável dos temas da revolução cubana e de sua influência regional e global, assim como das inúmeras controvérsias e divergências vividas nesse contexto entre as esquerdas brasileiras. No Brasil, pode-se afirmar que algo próximo de um consenso historiográfico aponta para a recepção dos acontecimentos na ilha entre 1959-61 como a prova prática de que o tempo revolucionário não acontece por etapas. De que era possível intervir em seu curso histórico, acelerando-o (Ridenti, 2010; Reis, 1990, Sales, 2015). Foi a partir desta guinada de sentido que grupos autodefinidos como radicais experimentaram a iminência da revolução e abriram um período de intensa mobilização política, embate intelectual e produção literária a respeito das especificidades desse processo ao Sul global.

Carlos Marighella. Consensos e impasses na historiografia brasileira

Pesquisas antigas e recentes sobre a importância do exemplo cubano para os rumos da política brasileira não deixam de mencionar aquele momento como o ponto fundamental em que se estabeleceu o fim de um monopólio ideológico no interior do campo da esquerda, até então exercido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922 e ao qual Marighella se filiaria em 1936. A ampliação do imaginário político teria sido acompanhada pela inviabilidade da coesão partidária. O tom preponderante com que se faz essa afirmação é o da crítica à fragmentação política. Sem dúvida, este ângulo de visão, marcado pelo olhar retrospectivo, não permite que se esqueça do fato de que todos esses movimentos encontraram, em lugar das circunstâncias revolucionárias para as quais se prepararam, o abismo de uma ditadura militar que obteve apoio social variado ao longo de duas décadas. Nessas circunstâncias, é preciso que a crítica seja compreendida sob o signo da derrota política.

O impacto da Revolução Cubana na América Latina implicou o questionamento e, em muitos casos, a adesão à 'luta armada'[2]. Enquanto alguns grupos como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop), criada em 1961 no Brasil, concebeu e discutiu a questão como uma expectativa e-ou projeto, a maior parte dos movimentos de esquerda nascidos na clandestinidade após o golpe civil-militar de 1964, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) dirigida por Marighella, deram evidente importância ao treinamento militar e à chamada ação direta. Nesse sentido, pode-se dizer que a imagem da criação de focos guerrilheiros pelo continente

2. Jean Rodrigues Sales ressalta que, embora "Luta armada contra a ditadura militar" seja uma denominação consagrada no campo da história, no caso brasileiro, esse conjunto de ações nem sempre consistiu em combates armados entre esquerdistas e militares, como a denominação sugere, incluindo, sobretudo, as ações urbanas como 'expropriações' a bancos e de armamentos explosivos, propaganda armada contra a ditadura e sequestro de diplomatas estrangeiros. Ver: Jean Rodrigues Sales (Org.) Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2015.

latino-americano rendeu longos debates entre a militância revolucionária, profundamente preocupada em distinguir as circunstâncias que lhes eram próprias daquelas vividas em Cuba.

Em artigo bastante citado a respeito da influência da Revolução Cubana sobre o surgimento da Ação Libertadora Nacional em 1967, Jean Rodrigues Sales (2009) ressalta as discordâncias de Marighella com o Partido Comunista desde ao menos 1961, assim como sua convicção de que à luta armada deveria somar-se a luta de massas e suas múltiplas estratégias de resistência. Segundo Sales, a escolha pela luta armada por ocasião da OLAS reformulou os circuitos e sociabilidades à esquerda no interior do PCB, aproximando de Marighella adeptos anteriormente distantes, e afastando militantes próximos de mais longa data. Além disso, a ruptura pública com o PCB não levou Marighella ao pensamento voltado para a revolução imediata, como por exemplo, foi o caso da POLOP brasileira desde 1961. Marighella preservou a tese de revolução em dois estágios: o primeiro teria de se a ver com o imperialismo e a libertação popular de seu jugo, e o segundo, este sim, encarnaria o desafio da construção socialista da revolução. Nesse sentido, o que nos parece mais importante ressaltar é a pluralidade de projetos, visões e expectativas que marcaram a luta armada no Brasil, independente da escolha entre aderir e não aderir.

Em seu trabalho sobre o século XX francês, Jean-François Sirinelli (2014) afirma que mesmo na Europa, até meados dos anos 1950, a União Soviética era ainda a peça chave de uma visão binária da História, fortemente impregnada de marxismo-leninismo, com uma classe exploradora a abater – a burguesia –, e uma classe explorada a promover – o proletariado, justamente a classe alavanca das revoluções por vir. De acordo com Sirinelli, em poucos anos, porém, houve uma dupla transferência, ao mesmo tempo semântica e geográfica, que deslocou o papel da revolução para o terceiro mundo e o modelo revolucionário da União Soviética para China ou Cuba:

> Depois das decepções a respeito da União Soviética em 1956 – relatório Krusvhev em fevereiro, repressão na Hungria no outono -, depois da constatação de que a classe operária ocidental, longe de se tornar o estopim esperado, também se beneficiava do enriquecimento dos Trinta Gloriosos e já quase não aspirava a uma ruptura revolucionária, outro binômio vai assumir o papel de suposto motor da História: o par imperialismo – Terceiro Mundo. De fato, é a visão de uma luta de classes dilatada à escala planetária que substitui a precedente: a exploração teria se tornado progressivamente mundial, e são os jovens Estados em formação naquele momento, vitimas de tal exploração, que se tornariam a ponta de lança das revoluções por vir. O novo binômio se encarna, portanto, em alguns desses Estados, e às transferências semânticas, se acrescenta um deslizamento geográfico: o modelo declinante da União Soviética é substituído especialmente por aqueles da China ou de Cuba. (Sirinelli, 2014, p.56)

O giro geopolítico apontado pelo autor é objeto de diversas pesquisas, entre as quais o trabalho de Jacob Gorender, respeitado intelectual de esquerda no Brasil, recentemente falecido. Gorender filiou-se ao PCB da Bahia em 1942, tornando-se quadro do Partido já em 1945. Entre 1951 e 1953, foi transferido para São Paulo, e integrou o Comitê Estadual do PCB, ao lado de outro baiano, Marighella. Em 1962, na IV Conferência do PCB, permaneceu ao lado de Marighella na crítica proferida à direção partidária. Ambos propunham a adoção de uma linha política "menos conciliadora", seguindo o tom geral da esquerda à esquerda no país. Entre 1956 e 1966, esses militantes considerados radicais foram sendo expulsos, ou voluntariamente se afastaram do Partido. Segundo Jacob Gorender, em livro publicado em 1987, intitulado *Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, a OLAS significou a cristalização do processo expansionista da revolução em Cuba. As deficiências decorrentes desse apoio político cubano no seio da esquerda brasileira consistiram na relativização da incapacidade das bases sociais e forças produtivas para tomarem a vanguarda do suposto processo revolucionário. Fundamentalmente, em fins dos anos de 1980, o autor condenou a política de 'exportação' da revolução cubana como uma amarga simplificação.

Em biografia organizada pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (1999), a questão "por que perdemos?", relacionada ao golpe civil-militar de 1964, é central para compreender a trajetória e a obra de Marighella até sua morte em 1969. Nesse sentido, ao longo do livro e das análises de textos do militante, algumas ideias aparecem como especialmente importantes, tais como: a culpabilização de todos os setores progressistas que detinham o poder institucional até 1964 e, com isso, canais de diálogo direto com as massas; crítica incisiva à burguesia nacional e à política de conciliação, consideradas contrárias ao interesse dos movimentos de massas, necessidade indispensável do apoio das massas populares à resistência e à revolução. De forma geral, a obra ressalta também a fineza, especificidade e independência do pensamento de Marighella, incapturável pelos partidos que surgiram como dissidências do PCB. Entre outros exemplos, o militante não rejeitava a aliança com a burguesia e setores progressistas e nacionalistas, em concordância com demais grupos da esquerda radical, mas defendia uma posição de autonomia em relação à vontade e interesses políticos daquela classe.

Também no que concerne à guerrilha, Marighella fugiu ao 'senso-comum' radical esquivando-se de tal estratégia como única forma de combater a ditadura, embora reconhecesse evidentemente a via não pacífica como fundamental no caso brasileiro. Nesse ponto, a viagem à Cuba é apontada por diversos autores como momento decisivo no caminho do militante quinquagenário em direção à luta armada *junto às massas* e, vale ressaltar, após uma longuíssima trajetória de luta política institucional.

Destaca-se, porém, a importância atribuída por Marighella à deflagração do combate no campo, embora entendesse a necessidade crescente de pensar a ação no perímetro

urbano, conforme atestaria o seu *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* escrito em junho de 1969. Vale dizer que ainda está por ser devidamente estudada no campo da historiografia a noção de terrorismo político tal como nuançada pelo guerrilheiro Marighella.

Mas Carlos Marighella foi também um homem de seu tempo, dando vida e memória a aspectos subjetivos, intelectuais e políticos bastante sintonizados com o movimento histórico que animou grande parte das gerações que resistiram à ditadura. Pode-se dizer que um exemplo emblemático consiste na defesa de que o regime autoritário, por assim dizer, cumpriu um papel importante: o de mostrar às massas o caminho de sua história e combate contra a violência e a repressão. Sem dúvida, uma figura histórica singular.

Sentidos para a OLAS na História das esquerdas latino-americanas

Em agosto de 1967, a OLAS, Organização Latino Americana de Solidariedade, reuniu a esquerda latino-americana em Cuba e proclamou a revolução como um direito e um dever dos povos da América Latina, no enfrentamento do imperialismo e das oligarquias burguesas e latifundiárias no caminho para o socialismo. Sobre o acontecimento, vale à pena conferir algumas interpretações.

De acordo com o historiador Jean Rodrigues Sales (2005), a preparação da OLAS foi um dos importantes elementos que levou o Partido Comunista Brasileiro a se chocar publicamente com os cubanos. Tratava-se de um chamamento a todos os revolucionários do continente para que seguissem o caminho das armas e abandonassem a política até então seguida pelos comunistas.

A revista chilena *Punto Final*[3] tratou de divulgar um resumo daquele episódio:

> ... A conferência aprovou duas premissas fundamentais, 1- o processo de conquista do poder político na América Latina só pode desenvolver-se através de luta armada, entendendo-se a América Latina em seu conjunto, posto que há uma só grande estrutura política que abarca todo o continente, de maneira que os poderes nacionais são meras delegações desta superentidade radicada nos Estados Unidos 2- nenhum país está marginalizado deste quadro político continental e, em consequência, não existem processos isolados, ninguém pode dizer que possui uma via própria para capturar o poder político. Nas palavras mais simples, a luta de um é a luta de todos os países latino americanos. Mas bem, a forma como em cada país esta teoria se apresenta dependerá de suas características. Na maioria prevalecerá a luta guerrilheira, mas haverá outros em que situações particulares colocarão situações revolucionárias distintas. Em todos os casos, são problemas de fato, que terão que resolver os revolucionários de cada país. (Punto Final, agosto de 1967).

3. Punto Final, Nº35, segunda quinzena de agosto de 1967. Disponível em http://www.puntofinal.cl/ (Último acesso em fevereiro de 2015)

De acordo com os historiadores chilenos Pedro Naranjo e Júlio Pinto (2006, p.147), a partir dali, todos os olhares latino-americanos se voltaram para a guerrilha liderada por Che Guevara e pelo Exército de Libertação Nacional na Bolívia. Logo, o assassinato de Che em outubro, na serra boliviana, afetaria profundamente as esquerdas revolucionárias. Porém, a figura de Guevara foi rapidamente elevada à condição de mártir, de modo que as razões de sua morte se tornaram menos discutidas do que a necessidade de honrá-la.

A historiadora Silvia Miskulin aponta a OLAS como o epicentro de uma política externa na América Latina voltada para a exportação da Revolução[4]. A autora retoma o pensamento de Che Guevara em *Guerra de Guerrilhas* (1960), no qual o revolucionário argentino defendeu que o *foco* revolucionário poderia criar as condições sociais e políticas necessárias à revolução continental. Segundo Miskulin, Fidel Castro também defendeu em várias ocasiões que Cuba fosse o exemplo para tornar a Cordilheira dos Andes a Sierra Maestra no continente americano. O governo cubano teria impulsionado materialmente o surgimento de movimentos guerrilheiros na América Latina, além de montar campos de treinamento no território cubano para preparar os guerrilheiros.

Também de acordo com a historiadora Claudia Wasserman (2007) - que explica o surgimento de um pensamento americanista entre a esquerda radical, sobretudo, em razão do impacto provocado pelos acontecimentos em Cuba -, toda a sociedade brasileira foi atingida pela Revolução de 1959, desde a extrema direita, a economia e as relações internacionais, até alterações na vida cotidiana exemplificadas pelo surgimento de novos termos como *cubanizar*.

Logo após a I Conferência da Organização, Carlos Marighella concedeu entrevista à Rádio Havana (Cuba). Trechos da conversa continuam sendo publicados em diversos trabalhos acadêmicos e livros sobre a ditadura brasileira. O áudio com a íntegra, contudo, foi recuperado durante pesquisas feitas por uma das militantes que trabalhou na construção da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Marighella, Iara Xavier[5].

Duas intervenções de Marighella nos parecem emblemáticas da situação das esquerdas no Brasil naquele momento. A primeira diz respeito ao tom incisivo com que o militante se afirma no caminho da luta armada:

4. Silvia Miskulin. Apresentação por ocasião da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas. S-d. Disponível em http://anphlac.fflch.usp.br/revolucao-cubana-apresentacao (Último acesso em 28 de maio de 2019).

5. Áudio cedido por Iara Xavier Pereira, a íntegra transcrita do áudio pode ser consultada em: https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html (Último acesso em 28 de maio de 2019)

> Somente em torno da luta de guerrilhas, somente em torno de um caminho revolucionário como esse é que se pode realizar a unidade dos revolucionários, a unidade do povo brasileiro. Assim, seria perder tempo participar de frações, tentar organizar novos partidos e tentar percorrer o caminho tradicional que não nos ajudará em coisa nenhuma e só nos levará a passar ainda mais anos na pasmaceira em que nos encontramos atualmente. Minha posição e a dos camaradas que estão com a mesma disposição que tem a mesma convicção é exatamente a da preparação da luta armada, do desencadeamento da luta de guerrilhas e da concentração de todos os esforços nessa atividade. Era isso que tinha a esclarecer. (Marighella, 1967)

Em segundo lugar, a responsabilização do PCB pelo golpe de 1964 aparece como tema central da reconfiguração de estratégias e posições que, tendo atingido as esquerdas brasileiras em geral, o teriam levado ao caminho das armas:

> A responsabilidade, se quiséssemos falar assim, maior, realmente cabe à direção do Partido Comunista Brasileiro. Por que a direção do Partido Comunista Brasileiro cabe orientar as bases, traçar os planos e orientar todo o povo, dar as diretivas necessárias para que a luta seja enfrentada. Ora, a direção do PCB seguiu caminho de submissão à liderança da burguesia. Confiava que os generais brasileiros pudessem vir a resolver a situação do povo. Confiavam num dispositivo militar. Realizava, na verdade, ou propunha a realização, de um trabalho de cúpula nos altos níveis das organizações. Não era trabalho realizado pela base, em que o povo participasse diretamente de baixo para cima e, por tanto, um trabalho que tivesse estrutura firme em que o proletariado, o campesinato, as forças de massa do Brasil estivessem mesmo atentas para a situação. Então, a direção do nosso partido era direção que estava se conduzindo com base de ilusões de classe, de ilusões com a burguesia. Evidente que com essa posição deixou o povo brasileiro inteiramente despreparado e, quando sobreveio o golpe militar de 1965, evidente que não havia condições para a resistência. O povo se encontrava na rua. Não tinha armas, entretanto. E não havia ação daquelas forças do governo e da burguesia que o partido, ou melhor, a direção do partido, sustentava que iriam reagir. O resultado é que inteiramente desprevenidos e despreparados com todas as ilusões que haviam sido defendidas pela direção do partido, ficou todo o povo brasileiro impossibilitado de impedir que o golpe se concretizasse, como acabou se concretizando. Esse é o caso típico de uma lição, de um ensinamento que se pode obter exatamente pelo fato de que a liderança comunista deixa de acreditar no proletariado como força dirigente da revolução, deixa de acreditar no aliado fundamental do proletariado, que é o campesinato, para lançar-se de mãos e pés amarrados diante da burguesia. Sem condições, portanto, de impedir o golpe que fatalmente virá em quaisquer circunstâncias sempre que o Partido Comunista não se preparar para a luta armada e não se preparar para organizar as forças armadas do povo, que é a única coisa que pode deter a posição, a ação dos imperialistas Norte-Americanos contra a liberdade do povo brasileiro ou dos povos da América-Latina. (Marighella, 1967)

Pouco depois, em maio de 1968, no México, outro intelectual militante de uma primeira geração de exilados brasileiros após o golpe de 1964, Ruy Mauro Marini,

publicaria *Los estudiantes y la vida política en Brasil*[6], no qual avaliou como "indiscutível" o avanço revolucionário entre as esquerdas brasileiras – com destaque para os movimentos estudantis –, desde o marco fundamental do golpe militar. Segundo Marini:

> *Los avances del movimiento revolucionario no se han restringido empero a las manifestaciones callejeras, ni han sido limitados al movimiento estudiantil. En lo que se refiere a éste, dichas manifestaciones fueron acompañadas de la ocupación de escuelas y facultades, en las cuales, contando con la colaboración de sectores significativos del profesorado, los jóvenes introducen modificaciones al mismo sistema de enseñanza y organización escolar. Uno de los ejemplos más significativos, aunque no sea el único, es el caso de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de São Paulo, que se encuentra hace varios meses bajo el control de los estudiantes.*
> *Por otra parte, se está llevando a cabo una profunda reorganización del movimiento obrero, con base en los "comités de empresa"', órganos de base que sustituyen a los sindicatos, una vez que éstos se encuentran de manera directa o por mediación de los "charros", en manos del gobierno. Las huelgas obreras, sofocadas después del golpe militar, han renacido con fuerza singular este año, destacándose la de la ciudad industrial de Belo Horizonte, en Minas Gerais, y la de los metalúrgicos de Osasco, uno de los municipios que forman el "Gran São Paulo". En Osasco, contrariando la orientación del sindicato, los obreros desencadenaron un paro en pro de un aumento salarial de 35%, y han llegado incluso a la ocupación de fábricas.*
> *Finalmente, y en línea paralela a su actuación en el seno de los movimientos de masas, las fuerzas de izquierda desenvuelven una intensa acción conspirativa, cuyo efecto más visible son los atentados terroristas contra 4 unidades militares, periódicos de derecha, centros de representación diplomática o cultural norteamericanos, servicios públicos y bancos. El que obtuvo más repercusión, realizado el 26 de junio, nació de una declaración del general Carvalho Lisboa, comandante del II Ejército (el más importante de los cuatro sectores militares en que se divide el país), con sede en São Paulo, quien advirtió a la izquierda que "atacara por la espalda, pues, si lo hiciera de frente, sería aplastada"; pocos días después, una camioneta con 50 kilos de dinamita era arrojada contra el cuartel general del II Ejército, derribando su fachada principal y dejando el saldo de un soldado muerto y cinco heridos. Era un eslabón más en la serie de acciones iniciada a fines de 1966, que se ha centrado prioritariamente en São Paulo; habría que añadirle, además de otros atentados terroristas, los asaltos a unidades militares, para obtención de armamentos y explosivos, y las "expropiaciones" a bancos, cada vez más frecuentes.* (Marini, 1968)

Nessas circunstâncias, gostaríamos de problematizar duas das mais recorrentes questões historiográficas acerca da relação entre a revolução cubana e a experiência de luta armada no Brasil.

O *castro-guevarismo* internacionalista que desponta na década de 1960 após o êxito da revolução em Cuba funcionou, sem dúvida, como operador ideológico fundamental sobre as esquerdas no Brasil, contribuindo, inclusive, para a reconfiguração

6. Periódico El Día, seção Testimonios y Documentos, México, 2 de agosto de 1968. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/ (Último acesso em 28 de maio de 2019)

de partidos, grupos e movimentos, com destaque para a ampliação dos organismos partidários da via armada. No entanto, é impossível compreender esse ponto de inflexão política fora dos marcos do contexto doméstico, como o golpe civil-militar de 1964, a instauração da ditadura naquele ano, a violenta repressão desencadeada a seguir, e o processo de 'adaptação' das esquerdas à luta política clandestina. Por um lado, se é possível observar a menção recorrente à revolução cubana como um disparador do horizonte revolucionário no país, também é verdade que essa influência tornou-se mais tanto mais evidente, quanto a ditadura se confirmava como realidade estabelecida e duradoura.

O livro *Furacão sobre Cuba* (1961), por exemplo, foi produzido no Brasil a partir da compilação dos artigos escritos pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre em Cuba, em 1960, ao jornal France-Soir – emblemático do imediato interesse despertado pelo processo cubano em parte da sensibilidade ilustrada da esquerda europeia. Não encontramos nada similar no Brasil deste período, com destaque para o fato de que a primeira organização revolucionária brasileira, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), criada em 1961, reunindo estudantes e militantes, sobretudo dissidentes do Partido Comunista Brasileiro - PCB, influenciados por algumas das ideias de Trotsky como a *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*[7], deixou documentos bastante críticos da incorporação de Cuba como modelo revolucionário para o Brasil. Pode-se dizer que as influências ideológicas predominantes no grupo variaram segundo o momento político brasileiro, mantendo-se indiscutível apenas a autonomia em relação às determinações das Internacionais, consideradas como espécies de Estado Maior político-ideológico atuante sobre os partidos comunistas.

Na trajetória de Carlos Marighella, os anos de 1966 e 1967 são marcados por intensa produção intelectual, tendo o baiano publicado *Crise Brasileira* (1966), *Carta a Executiva* (1966), *Ecletismo e Marxismo* (1966), *Carta ao Comitê Central* (1967), *Resposta ao Questionário do Pensamento Crítico* (1967), *Algumas Questões sobre Guerrilha no Brasil* (1967), além da referida entrevista à rádio Voz em agosto daquele ano, durante a OLAS. É ao longo desses trabalhos que Marighella vai chegando à conclusão de que "o caminho pacífico está superado" e que sem a adoção de uma estratégia revolucionária, novamente, estariam os marxistas a capitular com as "classes retrógradas", e mais profundamente, pelo sentido de classe, com a própria ditadura.

7. Em geral, os documentos da POLOP incorporam sob o signo da desenvolvimento desigual e combinado a noção segundo a qual os países considerados atrasados não necessariamente precisariam seguir o caminho das nações capitalistas avançadas, mas poderiam saltar estágios na rota marxista para o socialismo. Ver: Nashla Dahás. As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, História e memória nos anos de 1960 e 1970. Tese de doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2015.

Vale lembrar que Carlos Marighella militou durante mais de três décadas no Partido Comunista, tendo sido preso e torturado por duas vezes durante a ditadura Varguista (1937-45). Mesmo após a experiência-limite de violência política sob tortura, Marighella voltou à cena institucional elegendo-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, como um dos mais bem votados da época[8]. Nesse mesmo ano, ele voltaria a perder seu mandato, quando o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) cassou todos os políticos filiados aos partidos comunistas. Desse modo, não é possível atribuir a viragem de Carlos Marighella à luta armada a uma só explicação, como também não se pode fazer em relação ao avanço revolucionário entre as esquerdas brasileiras.

Considerações finais

Nos rastros da intersecção entre a vida e a obra de Marighella, e o pensamento revolucionário no Brasil e na América Latina, podemos afirmar que em um espaço de tempo bastante curto, entre 1961 e 1963, há uma ampliação da esfera de influência da experiência revolucionária cubana, cada vez mais citada como parte das relações interorganizações, intrapartidárias, interinstitucionais – como é o caso dos discursos de imprensa ou do Estado, a partir das autoridades ligadas ao governo João Goulart–, além de base discursiva comum quando se trata de pensar o continente latino-americano. Ao que nos parece, contudo, a reflexão sobre a Revolução tem seu auge entre 1966 e 1968, com destaque para a OLAS em 1967 como um ponto de *tensionamento,* muito mais do que de determinação sobre o processo de reconfiguração das esquerdas brasileiras iniciado com o golpe de 1964. Nesse cenário, Carlos Marighella nos permite vislumbrar os impasses, incoerências e complexidades daquilo que cada vez mais se convenciona chamar de subjetividade revolucionária.

É especialmente entre 1966 e 1968 que Cuba transforma o cenário global deslocando o papel da revolução para o terceiro mundo, assim como o modelo revolucionário da União Soviética passa a ser duramente questionado em nome do processo histórico liderado por Fidel e, por vezes, por Mao Tse Tung, na China (Sirinelli, 2014). Os sujeitos – como Marighella –, que viveram esse debate, experimentaram uma tensão bastante singular induzida pela percepção de uma conjuntura não apenas em rápida e instável transformação, mas estimulada pela lembrança constante da possibilidade revolucionária realizada por Cuba, um acontecimento cuja escala global se articulava ao quadro de Guerra Fria e que incluiu progressivamente à atmosfera política brasileira a questão da legitimidade da violência política revolucionária e de resistência.

8. Para uma trajetória cronológica da atuação política de Carlos Marighella, Ver: Projeto Memórias Reveladas, disponível em http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/ (Último acesso em 28 de maio de 2019)

Referências

ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.) *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

DAHÁS, Nashla. As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, História e memória nos anos de 1960 e 1970. *Tese de doutorado*. PPGHIS-UFRJ, 2015.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, nº 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* 2ª ed., São Paulo: editora Ática, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. Los estudiantes y la vida política en Brasil. In: *El Día, Testimonios y Documentos*, México, 2 agosto de 1968.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PINTO, Julio; NAVARRO, Pedro Valdés. "Elementos teóricos em la formacion y desarrollo del MIR durante el periodo 1965-1970", 2006.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). *Tese de doutorado* apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2005.

_____. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo* [online]. 2009, vol.14, nº 27 [cited 2019-03-10], pp.199-21.

_____. (Org.) *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil.* 1ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a História. Novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

WASSERMAN, Claudia. A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira. In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 18, nº 2, 2007.

Fontes

MARIGHELLA, Carlos. Crise Brasileira (1966) In: *Escritos de Carlos Marighella*. Editorial Livramento, pg. 49-97, 1979.

_____. Declaração geral da I Conferência Latino-Americana de Solidariedade, 1967. In: *Primera Conferencia de la OLAS* (Documentos). Ed. Orientador revolucionario, Instituto del livro, Havana, 1967, p. 68-78. In: LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Entrevista concedida por Carlos Marighella à Radio Voz. Havana, Cuba, 1967. Disponível em : https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html

Revoluções e contrarrevoluções interrompidas na América Latina: reflexões a partir da obra de Florestan Fernandes*

Maria de Fátima Souza da Silveira**

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir acerca da natureza dos processos de mudança social na América Latina (Fals Borda, 2015) especialmente no que diz respeito ao "significado sociológico e político" da interrupção recorrente das revoluções e contrarrevoluções na região (Fernandes, 2015), buscando delinear também os principais obstáculos que ainda se impõem para a mudança social revolucionária nos países latino-americanos.

A reflexão se dará em torno do pensamento do sociólogo Florestan Fernandes (Brasil, 1920-1995), autor cuja biografia e obra caracterizam-se pelo esforço destinado a constituição de uma sociologia *a partir da América Latina*, e atenta à especificidade e compreensão de seus dilemas históricos fundamentais, dentre os quais se destaca, tendo em vista uma perspectiva histórica ampla, um "ciclo sem fim" de "revoluções interrompidas" que deixou ainda por completar-se o processo de descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática no marco de um capitalismo de tipo dependente (Fernandes, 1986, p. 35).

No pensamento deste autor, revolução é definida como "mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade" (Florestan, 2012, p. 46), isto é, revolução implica "subversão" da ordem social vigente, esta compreendida como um conjunto de valores sociais, normas e instituições (Fals Borda, 1979). Na perspectiva de Florestan Fernandes, as revoluções podem ser *dentro da ordem* ou *contra a ordem*.

As *revoluções dentro da ordem* têm como objetivo principal romper com as "formas de desenvolvimento capitalista *controlado de fora e voltado para fora"* (Fernandes, 2012, p. 89-91), ou seja, visam estabelecer um modelo capitalista autônomo capaz de superar a dominação externa em suas diferentes faces (colonialismo, neocolonialismo

---

* Este texto é um desdobramento das reflexões da autora acerca da obra de Florestan Fernandes, que já encontra-se parcialmente delineada na dissertação de mestrado intitulada "Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no Pensamento Social Latino-Americano" (2018).

** Doutoranda no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Email: fatimasilveira@usp.br

e a dependência) e instituir um projeto nacional-popular minimamente democrático dentro do marco burguês. Em outras palavras, procura manter o capitalismo sem a dependência. As *revoluções contra a ordem*, por sua vez, são ao mesmo tempo revoluções anti-imperialistas, anticolonialistas e anticapitalistas.

Não obstante, o que nos chama a atenção nos países latino-americanos é que "os de cima não se abrem sequer para a *revolução dentro da ordem*" (Fernandes, 1986, p. 26). Em seu ponto de vista "revolução" é "*revolução*: tanto faz que seja dentro da ordem ou contra a ordem" (Fernandes, 1986, p. 26).

Por conseguinte, qualquer processo de mudança social revolucionária (ainda que dentro da ordem) é interpretado como uma "ameaça" e é repetidamente interrompido em consequência da "resistência severa das classes burguesas externas em permitir modelos de desenvolvimento capitalista de tipo independente" e da aversão "ultra-intensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas" (Fernandes, 2008) assumidas por parte das burguesias internas em decorrência do "temor de perda de posição na estrutura social e de poder na sociedade" (Fernandes, 2012, p. 147).

Dessa forma, sempre que se imaginam ameaçadas essas burguesias agem de forma articulada para empreender a *contrarrevolução,* esta definida como aquilo que "impede", "interrompe", "adultera" ou "reverte" um processo revolucionário em curso (Fernandes, 2012 [1981]). Os mecanismos de contrarrevolução se alteraram continuamente ao longo do tempo (golpes militares, desestabilização e derrubada de governos nacional-populares e/ou progressistas, uso de aparatos judiciários, prisão de líderes populares, etc.,), contudo ela continua sendo a forma pela qual a mudança social é controlada com vistas a conciliar os interesses imperialistas (manutenção da dependência econômica) e internos (a perpetuação do controle do Estado-nacional por parte das elites locais).

Como resultado, "transformações, que foram desencadeadas em outras sociedades capitalistas *avançadas* [...] a partir de iniciativas das classes altas ou das classes médias burguesas, nelas terão de transcorrer a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras..." (Fernandes, 2012, p. 48).

Disso tudo emerge "um tipo especifico de dominação burguesa, que não faz história através da revolução nacional e de sua aceleração, mas ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento" (Fernandes, 1995a, p. 126). Eis, consequentemente, umas das questões centrais que se impõe: como e porque as próprias burguesias latino-americanas empenham-se em associar-se ao imperialismo para interromper (por meio da contrarrevolução) mesmo revoluções dentro da ordem que conduziriam no máximo a uma autonomização nacional que de fato as beneficiaria em certa medida? Ou em outras palavras:

> Como "justificar" que pessoas educadas e treinadas nas melhores escolas do país e do estrangeiro e presas por interesses e/ou por valores e lealdades que excluem (ou deveriam excluir) formas explícitas de "traição nacional" não só atuem individualmente, mas ainda usem todas as oportunidades e todos os mecanismos de poder para engendrar um novo tipo de colonialismo? Como "explicar" que até os militares das posições mais altas da hierarquia e os empresários mais poderosos, das cidades e do campo, adiram com frenesi a uma filosofia econômica entreguista e a uma filosofia política de capitulação passiva à dominação externa? Como "entender" que essa reviravolta se autodefina como "revolução" e se proclame nacionalista, democrática e patriótica? (Fernandes, 1986, p. 15).

O percurso teórico delineado adiante procura analisar essa problemática de um ponto de vista de longa duração. Nele, tem-se na própria transição do regime colonial para a constituição do Estado-nacional a primeira revolução interrompida, ou seja, *o processo de descolonização,* que fica inconcluso e, portanto, permite que haja uma continuidade e uma imbricação do colonial no nacional.

Assiste-se então a uma espécie de "colonialismo interno" (Stavenhagen, 1965; Casabova, 1969), no qual o próprio Estado-nacional (controlado pelas minorias brancas) assume e desempenha o papel colonizador com relação às populações indígenas, afrodescendentes e os condenados da terra em geral. Além disso, a "supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto o foi no passado" (Fernandes, 2017, p. 27) de modo que o "*mundo burguês"* nas ex-colônias bem se parece e constitui "como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*" (Fernandes, 1964, p. 389).

Ao mesmo tempo, no nível externo a persistência dos nexos coloniais coloca-nos diante de um modelo de revolução burguesa diferente e de um tipo específico de capitalismo por esta consolidada, o dependente. Nos moldes de um capitalismo dependente a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática não conseguem se completar, o que o torna um *capitalismo difícil*, cuja única democracia possível é a *democracia restrita* aos círculos privilegiados da Nação.

A isto se soma uma "ampla maioria de gente destituída", "uma exploração externa implacável" além de "uma péssima utilização interna da riqueza, por minorias privilegiadas", tudo isso cria um ambiente histórico imprevisível e explosivo (Fernandes, 1973, p. 32), traduzido pela repetição sem fim do ciclo revolução-contrarrevolução-revolução, etc.

Revoluções interrompidas na América Latina

Situada no próprio contexto de nascimento dos Estados "independentes" na América Latina, a primeira revolução "interrompida" foi a descolonização. Pela incompletude desse processo, a verdadeira independência nunca foi "consumada" (Gilly, 1971, p.7) e não surgiu "quase nenhuma discrepância estrutural que distinguisse a nova era da época colonial" (Fals Borda, 1979, p. 25), mesmo em países onde as guerras de

independência foram guerras de massas ou naqueles de tradição bolivariana (Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá).

Em geral, o anticolonialismo das elites internas "só era intenso e fervoroso em um ponto, o da conquista da condição legal e política dos donos do poder. Nos demais pontos, os interesses mais avançados e profundos exigiam o CONGELAMENTO DA DESCOLONIZAÇÃO" (Fernandes, 2015, p. 104). Vejamos:

> Constitui uma tradição afirmar que a órbita colonial se extinguiu. [...] Nunca se coloca a questão central: o que entra no circuito da descolonização quando ela é obra histórica das elites econômicas e militares dos estamentos dominantes? E o que é condenado a ficar permanentemente fora da descolonização para que as classes burguesas emergentes possam controlar a mudança social progressiva e não arriscar tanto a sua supremacia social, quanto o seu monopólio do poder político? (Ibidem, p. 97).

Florestan Fernandes destaca a "necessidade de dar-se maior atenção à investigação histórico-sociológica desse processo [de descolonização]". Em suas palavras, "o mau vezo de confundir-se *emancipação nacional*, como processo histórico, com *descolonização*, como processo econômico, sociocultural e político fez com que as ciências sociais ignorassem a realidade da América Latina" (Fernandes, 2010, p. 30).

Nela, é preciso questionar que tipo de descolonização foi possível sob a liderança da minoria branca nos Estados recém-independentes ou "o que havia de *nacional*, seja no Estado que sucedeu aos governos coloniais, seja no próprio processo de emancipação que entrou em curso graças à desagregação do antigo sistema colonial?" (Fernandes, 2015, p. 146).

Fora do *circuito da descolonização* se preservaram em bloco os privilégios das elites brancas, a superconcentração racial de renda, do prestigio social e do poder, as extremas desigualdades raciais, econômicas, sociais, políticas e culturais, a ultraespoliação dos trabalhadores, a dependência e uma "democracia restrita", com uma imensa parcela do país (especialmente a população pobre, negra, indígena e camponesa), excluída, de forma permanente, dos direitos civis e políticos nas estruturas de poder do Estado (Fernandes, 1973).

Trata-se de um modelo capitalista duplamente espoliador, realizado a partir da articulação das classes dominantes internas e externas e a custa de uma exploração colonial de ampla maioria do povo. De forma geral, se alguns países centrais assistiram a uma revolução burguesa em seu *modelo democrático* (considerado o modelo "clássico"), que consolidou o Estado democrático-burguês no qual o desenvolvimento capitalista estava associado à democracia liberal (Tótora, 1999), os países da América Latina (de origem colonial) passaram por uma revolução burguesa em seu *modelo autocrático*, consolidando um tipo de *capitalismo dependente* (Fernandes, 1973) escolhido pelas elites dominantes em detrimento da revolução nacional.

Como consequência, emerge uma dominação burguesa como uma força autocrática que usa o Estado como instrumento político institucionalizado dessa força, e que opera para evitar, "atrasar" ou "anular" as mínimas transformações democráticas a fim de perpetuarem seu "superprivilegiamento" de classe.

Nesse contexto, a contrarrevolução se apresenta não somente como um "fenômeno político repetitivo" (Fernandes, 2015, p. 94), mas, sobretudo constitui-se como um dos traços estruturais e característicos da ordem social, política, econômica e cultural vigentes nos países latino-americanos desde as "Independências" (Fals Borda, 1979), e que opera como um mecanismo de continuidade, obstruindo qualquer processo de *ruptura*.

Olhando dessa perspectiva, Fernandes (1963) assinala a "natureza sociopática" desta postura adotada por parte das elites latino-americanas. As caracteriza como elites que possuem longa "tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora" (Fernandes, 1973, p. 12). Em razão disso "seu impulso reformista é quase nulo e sua propensão a proteger-se através do imperialismo e de suas técnicas policiais ou militares de "controle da mudança social revolucionária", muito alta" (Fernandes, 2012, p. 27-28). Além disso, essas elites costumam ver seus interesses como muito mais próximos aos de seus "pares europeus" (Quijano, 2005, p. 134), por conta disso "a questão nacional é travada a partir da ação política da própria burguesia nacional" (Fernandes, 2015, p. 147) assim como qualquer processo de democratização.

Nesse sentido, o caso democrático no Brasil ilustra bem esses dilemas. O golpe militar no Brasil (1964) possui papel central na consolidação da dependência e de um modelo de *Estado de segurança nacional* cujo princípio básico era e é a contrarrevolução preventiva e o controle social a partir da definição de um "inimigo da ordem" (Fernandes, 1986). Na análise de Fernandes (1986, p. 32) trata-se de um modelo ainda vigente, mas agora com as "aparências" de um "Estado de direito".

Retornando ao chamado momento de "transição" da ditadura para uma "democracia restrita", este autor assinala que a contrarrevolução de 1964 foi instituída contra a democracia de participação ampliada e para preservar a *democracia restrita* dos donos do poder. Se for assim, como seria ela mesma que instauraria agora um regime democrático? Se a única democracia existente no país tem sido aquela "funcional" para as classes dominantes, que democracia se fala em restaurar? E ainda, "o que é o Estado de direito sob o capitalismo dependente?" (Fernandes, 1994, p. 107).

O modelo vigente de *democracia restrit*a deriva, em sua análise, da "continuidade que se estabeleceu entre a ditadura e a "república" que saiu de seu ventre" por meio desse processo de "transição lenta, gradual e segura" (Fernandes, 1986, p. 11), que na realidade buscava manter a "contrarrevolução de modo menos aberto e visível, 'institucionalizando' e por aí legitimando a própria contrarrevolução" (Fernandes, 1980, p. 77).

> O braço militar se desarmaria, continuando, porém, por trás da presidência, como uma retaguarda pronta para o ataque se os "inimigos da ordem" chegassem a se erigir em um obstáculo efetivo. [...] Isso queria dizer, simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização sui generis, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue (Fernandes, 1986, p. 19).

É por isso que no contexto de "redemocratização", enquanto "muitos falavam na necessidade de restaurar a democracia" Florestan Fernandes afirmava que era "uma bandeira com a qual eu não convivia bem, porque, para mim, nunca houve democracia no país" (Fernandes, 2008, p.189). Após a "transição", destacava que "a democracia burguesa se interrompeu" no limiar de um modelo de democracia restrita, e que era necessário discutir "quantum de ditadura militar que resta ativo" simplesmente porque "as classes possuidoras, em seus estratos decisivos e poderosos, não estão dispostas a arcar com os "riscos" de uma democracia de verdade" (ibidem, p.23-24).

> [...] elas lutam com afinco por um presidencialismo de corte ditatorial, no qual à democracia para os de cima se superponha uma ditadura dissimulada para os de baixo. Sempre foi assim e não há porque mudar... (a não ser as "aparências constitucionais")! De outro lado, as classes dominantes perderam a confiança na ditadura, mas continuam a necessitar de um Estado semiditatorial, ou completamente ditatorial, para lidar com os descontentes, com as inquietações sociais, e para resolver com maior facilidade os problemas nascidos de um capitalismo de essência política, de rapina e de rapinagem, incrustado no Estado e criatura dele (Fernandes, 1985, p. 26).

De certo modo, "impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada..." (Fernandes, 1980, p. 113) tem sido a principal função da contrarrevolução. A reivindicação de uma "democracia da maioria" (Fernandes, 1986) ou de uma "democracia radical" (Fals Borda, 2008) sempre se constituiu uma ameaça a própria "ordem", na visão das classes dominantes.

No fundo trata-se da defesa da "ordem" instituída, mesmo quando ela aparece "mascarada sob o ideal de defesa da democracia e da civilização cristã" (Fernandes, 2015, p. 73). Por trás dela, existe uma "teoria contrarrevolucionária plenamente constituída e continuamente revista, à luz da experiência" (Fernandes, 2015, p.74). Diante deste cenário, inúmeros obstáculos se apresentam para a mudança social revolucionária nos países da região.

Os desafios à mudança social na América Latina

O primeiro aspecto que precisa ser esclarecido acerca da interrupção das revoluções é que elas "não são interrompidas para os estratos mais privilegiados das classes dominantes (incluindo-se nestas os parceiros externos envolvidos e os interesses imperiais das respectivas nações)" (Fernandes, 2015, p. 95). Elas apenas são interrompidas "no patamar a partir do qual os seus dividendos seriam compartilhado s seja com os "menos iguais" das classes dominantes, seja com "os de baixo"" (ibidem, p.95).

Nesse contexto, embora o "método de conciliação" ou de "reforma" possua uma longa trajetória de uso na América Latina, ele não permite uma saída satisfatória desse circuito fechado. No limite apenas atua "em benefício da violência "vinda de cima", organizada e imposta através do Estado e do poder político estatal" (Fernandes, 2015, p. 61).

O contraponto a esse quadro sombrio é o fato de que não são apenas as revoluções que são interrompidas em nossa região, mas as contrarrevoluções também (Ibidem, p. 9), o que significa que há um "enlace dialético entre passado, presente e futuro" e que "o futuro está embutido em nosso presente tanto como contrarrevolução quanto como revolução" (Fernandes, 1986, p. 32).

O desafio é formular uma teoria revolucionária que possa conduzir a revolução social em países que possuem uma formação econômica, social e política caracterizada por todos esses fatores rapidamente descritos anteriormente. Na visão de Orlando Fals Borda, o pensamento político latino-americano não tem sido "suficientemente autêntico" para descobrir em sua própria gente e em seus modos de vida e cosmovisões, valores sociais que possam orientar e se constituir como a base de uma nova sociedade (Fals Borda, 2008, p. 27). Isso envolve a necessidade de combinação recíproca da luta de raças e classes (Fernandes, 2017, p. 109), e exige ter como sujeitos políticos principais os *condenados da terra*.

Referências

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a América Latina. In: *Boletín Onteaiken*, nº 10, Noviembre, 2010.

FALS BORDA, Orlando. *La subversión en Colombia: el cambio social en la historia*. 4ª ed., Bogotá: FICA-CEPA, 2008 [1967].

_____. *Ciencia propria y colonialismo intelectual*. México, D.F: Editorial Nuestro Tiempo, 1970.

_____. *Una sociología sentipensante para América Latina; antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

_____. *El socialismo raizal y la Gran Colombia bolivariana: Investigación Acción Participativa*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

_____. A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP [*tese de cátedra em Sociologia*], 1964.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972a.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972b.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar: 1973.

_____. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975a.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Zahar Editores: 1975b.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1976a.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar: 1976b.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, [1974] 2008.

_____. *A ditadura em questão*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *Democracia e Desenvolvimento; A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista na Era Atual*. São Paulo: Editora Hucitec. 1994.

_____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo, Xamã: 1995a.

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro, UFRJ: 2011.

_____. Uma trajetória de militância. Entrevista concedida a Paulo de Tarso Venceslau. In: COHN, A. (Org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, [1991] 2008.

_____. *Poder e contra-poder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2015a.

_____. *Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano; antología y presentación Heloísa Fernandes*. Buenos Aires: CLACSO, 2015b.

_____. *O significado do protesto negro*. São Paulo, Expressão Popular: 2017[1989].

GILLY, Adolfo. *La revolucion interrumpida:* México 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder. Ciudad de México: Ediciones El Caballito. 1971.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Sociologia de la explotación*. México: Siglo XXI Editores: 1969.

_____. *La democracia en México*. México: Era, 1978.

_____. *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*. [tradução de Cláudia Schilling]. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

_____. *O Colonialismo global e a democracia*. Tradução de Márcia Camargo Cavalcanti. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

_____. Colonialismo Interno [uma redefinição]. In: BORON, Atílio A., AMADEO, Javier & GONZALEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

_____. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI. antología y presentación, Marcos Roitman Rosenmann*. Buenos Aires: CLACSO; 2015.

HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. 3ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Formação do Brasil Colonial:* pré-capitalismo e capitalismo. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensaios de intepretação da realidade peruana*. Tradução de Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

_____. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1979.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVEIRA, Maria de Fatima Souza. Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no pensamento social latino-americano. *Dissertação* (Mestrado), PROLAM/USP. São Paulo: 2018.

STAVENHAGEN, Rodolfo. "Siete tesis equivocadas sobre a América Latina". *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ano 1, nº 1, 1965.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua Nova*, São Paulo, nº 48, p. 109-241, 1999.

PARTE V

PERSPECTIVAS OUTRAS PARA AS QUESTÕES PENDENTES NA AMÉRICA LATINA

O século XXI pensa o século XVI, em torno à historiografia da forma urbana latino-americana e sua participação no processo de mundialização da modernidade capitalista

Andrés Oliver Barragán*

Na América Latina, a recuperação das ideias de Henri Lefebvre sobre a *produção do espaço*[1] tem jogado um papel importante no posicionamento dos movimentos sociais nas lutas pela hegemonia na cidade; que, nesse século XXI, tem tomado a forma da luta pelo espaço urbano e contra o avance do chamado *espaço abstrato*, espaço reificado da exclusão e das contradições da acumulação de capital: da valorização do valor e do esmagamento do valor de uso; representado pelo trascabo e pela gentrificação, sintetizado nos projetos tecnocráticos do capitalismo neoliberal que arrasam com o espaço social. Exemplo disto são os movimentos por uma integração participativa das camadas populares na produção social do espaço. Assim, tem se trabalhado com a ideia do *espaço diferencial,* que é visto como a possibilidade concreta da produção de um espaço outro, oposto e com potenciais post-abstratos e post-capitalistas. Lugar das diferenças perante a *homogenização*, da conexão social perante a *fragmentação*, da horizontalidade perante a *hierarquização*. Lugar concreto no qual teriam cabida projetos contraculturais de resistência na cidade. E que abriria a possibilidade do fim do espaço reificado.

Para Lefebvre, na modernidade capitalista este *espaço diferencial* aparece, e isto é bem visível na América Latina, às margens da homogenização, às margens do projeto positivo do capital, "o diferente", ele diz, "é em primeiro termo o excluído" (Lefebvre, 2013, p. 405) pelo que há todo um movimento, teórico e prático, que tem virado seu

* Mestre em Teoria e Historia da Arquitetura (UNAM). Pesquisador convidado no Instituto de Estudos de América Latina e o Caribe (IEALC) da Universidade de Buenos Aires (UBA), Doutorante em Estudos Latino-americanos na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). E-mail: andres_oliver@comunidad.unam.mx

1. Todas as citações referidas ao texto *a produção do espaço*, do Henri Lefebvre que se trabalham nesse artigo são traduções feitas por mim da edição em espanhol referida na bibliografia.

olhar às periferias das nossas cidades e suas práticas populares, aos "bairros baixos", em busca desses contra-espaços, onde se encontrariam aquelas potencialidades de superação do espaço típico do modo de reprodução capitalista.

No entanto, no ritmo acelerado que exige a luta presente por uma prática *espacial* mais social, parece que se passa muito superficialmente pelas questões teóricas sobre as transformações sociais que permitirem e promovem historicamente essa dialética espacial entre o *abstrato* e o *diferencial*; assume-se muito rápido que, como Lefebvre diz em *a produção do espaço* (Lefebvre, 2013), o espaço diferencial é *engendrado* pelas contradições do *espaço abstrato*, que teria surgido na transição ao capitalismo; limitando o primeiro a ser um epifenômeno do segundo e não se prestando muita atenção à importância da *resistência* e da *exterioridade* das culturas que o capital teve de subsumir para se expandir no seu processo de mundialização, deixando de lado sua ingerência no surgimento e reprodução de ambos espaços. Coisa que termina gerando confusão sobre a constituição de um e do outro e impossibilitando os objetivos que supõe a luta pelo direito à cidade.

Nesses termos, o objetivo desse escrito é expôr a necessidade de uma revisão crítica da teoria da *acumulação primitiva*[2] e da *transição* à modernidade na produção do espaço; assim como do papel da América Latina nessa história. Refletir ao redor da história das nossas cidades poderá nos permitir propor hipóteses desde uma perspetiva latino-americanista mude o conceito de dialética espacial que propõe nosso autor. Mas primeiro relembremos a proposta de Lefebvre[3].

O espaço abstrato e a transição à modernidade

Ao falar da constituição do *espaço abstrato* em *a produção do espaço*, ele põe seu eixo nas contradições surgidas nas relações sociais de produção, o surgimento de um novo espaço responde para ele à transição de um modo de produção a outro (Lefebvre, 2013, p. 105). Agora, não podemos esquecer duas coisas nesse desenvolvimento: 1) para ele falar de transição é falar de mediação (Lefebvre, 2013, p. 306); e 2) nessa mediação há uma permanência das relações anteriores (Lefebvre, 2013, p. 107). Do mesmo jeito que o *espaço histórico* teria feito também com o *espaço absoluto*. Esse processo de subsunção é fundamental para compreender o que está a descrever nosso autor, nessa transição o *espaço abstrato* impõe condições que procedem, em parte,

2. Usaremos o termo "acumulação primitiva" nesse texto mas preferimos no entanto a tradução "acumulación originaria" que aparece nas edições em espanhol de *O Capital* de Marx, como a de Siglo XXI editores.

3. Vamos nos centrar nesse artigo na teoria da transição à modernidade e surgimento do espaço abstrato, lembrando, é claro, sempre da complexa triada de Lefebvre dos espaços: percebido, concebido e vivido; da correlação de forças das representações do espaço, dos espaços de representação e das praticas espaciais. Mas não teremos tempo de desenvolver aqui essas categorias.

de "outras antigas oposições nascidas do tempo histórico", as tem incorporado mas também as tem modificado, "umas vezes agravando-as e outras debilitando-as" (Lefebvre, 2013, p. 110). Precisão importante por que é nessas contradições "antigas" que "nascem outras novas que eventualmente levam ao espaço abstrato ate seu fim" (Lefebvre, 2013, p. 110). Coisa que nos obriga a ter uma refinada teoria da subsunção do espaço social ao capital, se queremos recolher a profundidade do surgimento do *espaço abstrato* no curso do desenvolvimento da produção capitalista. Mais ainda se queremos captar o que para nós é um processo fundamental nessa transição: a reificação da divisão social do espaço, nela o espaço abstrato esconde a relação de dominação e subsome o espaço histórico, colocando a razão como legalidade dessa divisão e impondo gradualmente, em termos de Georg Lukács, a "objetivação tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade emergente, de sua relação com a natureza, das relações dos homens entre si que nela são possíveis" (Lukács, 2019, p. 201)

Contudo, para entender esse processo é importante lembrar que, tal vez pelo fato da importância que na sua obra dá à vida cotidiana, a contradição em que Lefebvre coloca seu maior interesse, e a que é provavelmente o principal eixo da sua leitura de *O Capital* de Marx, é a que se encontra entre o abstrato e o concreto no modo de reprodução capitalista, ou seja, entre o valor de troca e o valor de uso. Que ele vê entre o "crescimento (econômico) e o desenvolvimento (social), entre o social e o político, entre o poder e o conhecimento, entre o espaço abstrato e o diferencial" (Lefebvre, 2013, p. 438). Assunto fundamental para entender a dialética do espaço na modernidade que está construindo e que para ele existe principalmente entre a produção social dos valores dominantes do masculino e do feminino (Lefebvre, 2013, p. 439). Em Lefebvre a teoria do espaço não pode se separar da crítica ao capitalismo e às relações de gênero.

Agora, da *transição* à modernidade, das transformações sócias que teriam permitido e promovido o surgimento do espaço abstrato, ele apenas diz que, no século XVI, na Europa ocidental, ocorreu "alguma coisa", que não pode ser datada nem associada a mudanças institucionais ou processos determináveis (Lefebvre, 2013, p. 306); constrói assim um argumento "misterioso" sobre a constituição histórica do espaço abstrato, no qual assumem-se três coisas: aconteceu na Europa ocidental; formou parte de um acontecimento principalmente endógeno; e esteve relacionado com a reconfiguração das relações campo cidade, com a mudança na proporção do seu peso econômico, político e social, que foi tendendo maiormente à cidade (Lefebvre, 2013, p. 306).

Dessas transformações misteriosas teria se gerado a "grande transição" que reificou o espaço; a gestação do *espaço abstrato*, cuja forma "provem da masculinidade dominante (guerreira, violenta, militar), valorizada pelas chamadas virtudes viris e promovida pelas normas inerentes ao espaço dominante dominado" (Lefebvre, 2013, p. 439) o espaço que se baseia no "uso e abuso das retas, dos ângulos retos, das

perspetivas rigorosas (retilíneas)" (Lefebvre, 2013, p. 439). E nessa complexa dialética em que este espaço entra em contradição com a realidade que tenta esgotar, surgiria um espaço se contrapondo a ele; em termos de Lefebvre, é "inevitável que nessas circunstâncias haja revoltas e revancha da feminidade" (Lefebvre, 2013, p. 439). Ele chama este espaço novo de diferencial, dizendo que "a razão pela qual podemos chamá-lo assim tem a ver com que o espaço abstrato tende à homogeneidade, reduz as diferenças ou particularidades existentes enquanto que o novo espaço não pode surgir (ou produzir-se) se não acentuando as diferenças" (Lefebvre, 2013, p. 110), e acrescenta "o que esse espaço abstrato separa, resulta unido em virtude do novo espaço diferencial: as funções, os elementos e momentos da prática social" (Lefebvre, 2013, p. 110). Não podemos esquecer que essa gestação do *espaço diferencial* nas contradições do *abstrato*, como já dizemos, não pode ser entendida se não é nos termos da teoria da subsunção, mais ainda se estamos a falar da América Latina.

Mas Lefebvre não nos proporciona uma ideia clara da *acumulação primitiva*, nem do processo de reificação, como foi possível a transição do espaço histórico ao abstrato? Parece-nos, e aqui entra nossa proposta, que a América Latina tem um lugar importante nessa história do espaço social da modernidade, acreditamos que o chamado *espaço abstrato* começou se consolidar em nossas cidades, justo nesse período de acumulação *primitiva* e como exigência dos alvores do espírito do capitalismo. Queremos propor que foi aqui que a racionalidade tomou o lugar do tempo em relação ao espaço. Mas, como bem diz Lefebvre, só o exame do espaço poderá resolver esse problema metodológico e teórico sobre "o que mudou durante esse período crucial" (Lefebvre, 2013, p. 306).

O espaço abstrato e a historiografia das cidades latino-americanas

Para Lefebvre "a mediação histórica do espaço medieval (feudal) e o espaço do capitalismo que resultaria da acumulação situou-se no espaço urbano, o espaço dos *sistemas de cidades*" (Lefebvre, 2013, p. 306) durante essa transição à modernidade, mas porque ele não considera a urbanização do continente americano no século XVI como eixo dessa acumulação primitiva? Alias, qual é o lugar que ele dá a esse fenômeno? Ele não o vê como a gestação de uma globalidade, pelo que não entende esse processo como a conformação do que descreve como um mundo baseado na divisão centro periferia (Lefebvre, 2013, p. 388), ele o vê apenas como a produção do que chama "o espaço hispano-americano" (Lefebvre, 2013, p. 200) cujo *código espacial* teria sua origem nas instruções de ocupação do território estabelecidas pela coroa espanhola antes da modernidade, mas não como o início da reificação do espaço, América não lhe parece o lugar da mudança na configuração das relações campo cidade, que para ele teria acontecido nesse século, mas na Europa ocidental (Lefebvre, 2013, p. 306).

Nesses termos é que queremos propôr a hipótese de uma perspetiva latino-americanista da dialética do *espaço abstrato* e do *espaço diferencial*. Centrando-nos numa revalorização do que aqui ocorreu no processo de *acumulação primitiva,* a partir do século XVI e trabalhando na articulação três propostas: uma nas determinações do espaço abstrato, outra no seu surgimento e consolidação; e outra no surgimento e caráter do espaço diferencial. Vamos então propor uma hipótese na revisão da historiografia sobre o processo latino-americano nessa época e no debate sobre sua importância na história global das cidades. Vejamos.

Como toda reflexão sobre o fenômeno urbano em tal ou qual pais latino-americano devia fazer, a do Antonio Risério em "A cidade no Brasil" (Risério, 2012) coloca no seu eixo fundamental, a discussão sobre as cidades ibéricas que no século XVI colonizaram o nosso continente, lembrando que a gênese das nossas sociedades foi principalmente urbana; e não o faz sem, ao mesmo tempo, colocar essa discussão sobre o caráter e a filiação do *tipo* de cidade que se fez aqui, em sintonia com a história das cidades no mundo, fazendo com que elas apareçam, não como um fenômeno regional, se limitando às suas aventuras locais e sim como o que realmente foram: parte importante da jornada universal da cidade humana. Vamos agora refletir sobre aquilo que aconteceu no século XVI no território sem fim que hoje chamamos de América Latina, em quanto a produção de um moderno *código espacial*, almejando demonstrar que a história da modernidade latino-americana tem sido dita errada, meio que ao averso; e que fazê-lo de outro jeito nos obrigaria a repensar a história toda das cidades na modernidade capitalista. E propôr a hipótese de que aquilo que Henri Lefebvre chamou de "espaço abstrato" (Lefebvre, 2013), começou se consolidar justamente aqui, naquela época e no processo antes dito; vários seculos antes dele reconfigurar as cidades na Europa, como no conhecido caso da Paris de Haussman e da Barcelona de Ildefonso Cerdá; ou seja, bem antes de nos pensarmos que na construção da nossa modernidade, estávamos a copiar os desenhos de Le Corbusier. Para isto precisamos voltar a atenção ao fato de que aquilo que hoje chamamos de periferia, marginalidade, favelas, vilas miséria, barreadas, arrabaldes… tem sido nessa história, fundamental para essa produção do *espaço abstrato*, ontológica e fenomenologicamente. *Ontológica,* por que teve sua possibilidade na opressão dos povos originários, dos trazidos da África e mesmo dos europeus e árabes pobres que migraram aqui, já disse o Walter Benjamin "Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo documento de barbárie" (Benjamin, 2010); e *fenomenológica*, por que se esse processo se baseou no encobrimento dessas culturas periferizadas (Dussel, 1994), para que a racionalidade pudesse aparecer como tal no horizonte da modernidade, esses povos tiveram que aparecer como *bárbaros*, como ausência total de cultura e de história. Do mesmo jeito que continuam aparecendo[4].

4. Mesmo o Lefebvre vê fenômenos "espontâneos" e "selvagens" na arquitetura e o urbanismo das periferias Latino-americanas (Lefebvre, 2013, p. 405)

Porém, como já disse o poeta Antonio Machado: "os olhos não são olhos por que os vejas, são olhos por que te vem" e aquelas cidades outras, as periferias da América Latina não são apenas o resultado da sua opressão, nem podemos reduzi-los as figuras de barbárie com que foram incorporadas pela "taxonomia urbana". Mas sim como um *espaço diferencial* a se enfrentar ao *espaço abstrato* "no curso das formas modernas da luta de classes" (Lefebvre, 2013, p. 405) e em termos da complexa subsunção à que nos referimos antes. O mundo que construiriam aqueles "outros" se baseando na miscigenação das suas culturas ancestrais e daquilo que a experiência particular lhes deu, por acaso nas piores condições, para se "defender e atacar" as contradições fundamentais da valorização do valor (Lefebvre, 2013, p. 405), da espoliação do valor de uso. Nossa proposta será então, nesse sentido pensar que também nas arquiteturas latino-americanas *não há documento de barbárie que não seja ao mesmo tempo documento de cultura*[5].

Então, sobre a questão história das cidades americanas primeiro é preciso dizer que a maioria dos estudos limita-se ao fenômeno hispano-americano, e tem sido os brasileiros os únicos em fazer uma análise verdadeiramente abrangente daquilo que no século XVI aqui aconteceu; e o fazem, geralmente, comparando não só as fundações no continente americano com as europeias, mas também pensando nas diferenças e similitudes entre o desenvolvimento das cidades do projeto espanhol e o das cidades do projeto português[6]. A surpresa perante a forma urbana que então se gerou, e perante a escala geográfica do processo de urbanização a que nos referimos é porém geral nos textos historiográficos, unânime. O que temos aqui é a fundação, entre 1492 e 1573, de mais de duzentos e vinte sete núcleos urbanos baseados em "um quadrângulo em forma de xadrez com um centro do qual, com traços regulares, iniciam ruas perpendiculares que correm aos quatro pontos cardinais" (Dávalos, 2012); se essa configuração particular do tipo de cidade que se produziu aqui na colonização do continente é a que produz a união daquele acervo historiográfico são as suas causas, a filiação e o caráter atribuídas ao *tipo* de cidade o que diferencia as diversas posições: falamos então do quê quando falamos dessa forma particular de cidade? De uma cidade do tipo ibérica, medieval, que teve origem em Aragão e desenvolveu-se na mal chamada reconquista da península? Do último produto do renascimento italiano, que veio à América com os tratados de Alberti e as traduções de Vitruvio? Da materialização do tipo ideal de cidade que bolaram pensadores europeus como santo Tomás de Aquino ou Eximiniç? Uma herança das cidades dos povos originários, anteriores a invasão europeia? Todas as opções

5. Inverso dialético da proposta de Benjamin na sua tésis VII sobre o conceito de história.

6. São centenares os textos que compõem a historiografia sobre o processo de urbanização da América no Século XVI e a maioria deles entra no debate sobre o caráter e a filiação daquela cidade que aqui se gestou, para ter uma ideia geral bem fundamentada convêm se aproximar ao texto da pesquisadora Marcela Dávalos referido na bibliografia.

anteriores? Nenhuma delas e mais bem uma pulsão humana que surge em condições tais? Essas são as perguntas da historiografia vigente.

Depois de deixar claro que a cidade teve um papel fundamental na formação de nossas sociedades e que aqui, no século XVI, as cidades geraram o campo e não ao contrário, coisa que para Lefebvre seria uma das caraterísticas da transição à modernidade (Lefebvre, 2013, p. 306); uma das coisas mais interessantes que o Antonio Risério faz, é colocar agente no momento do primeiro desenho das nossas cidades, do qual ele diz três coisas: i) "as cidades ibéricas na América foram construídas e deram seus primeiros passos no tempo em que Lisboa e Madri resplandeciam" (Risério, 2012, p. 63), se referindo à cultura urbana gestada na península, que havia se enriquecido durante séculos com a cultura muçulmana e recentemente com a influência do renascimento; ii) que "no momento em que Portugal e Espanha decidiram construir núcleos urbanos no novo mundo, os poderes lisboeta e castelhano tinham à sua disposição, dois modelos de cidade. De uma parte, a cidade real. De outra, a cidade ideal" (Risério, 2012, p. 67), cidades cuja forma o autor explica como "labiríntica" no caso da cidade histórica, e como geométrica no do *xadrez imaginado*; e iii) que tanto espanhóis como portugueses "optaram pela projeção atlântica do projeto renascentista. Não reproduziram, aqui, os polos urbanos peninsulares", porém "no caso português, tal disposição não vingou" (Risério, 2012, p. 67), ou seja, as cidades portuguesas começaram sua construção com um desenho reticular, racionalizado, com uma produção do tipo ideal, mas que no processo logo se desfez, ao contrário do que aconteceu nas fundações chamadas hispano-americanas.

Risério, se pergunta então por que aquela disposição "não vingou" e analisa diferenças entre os dois tipos de fundação urbana; fala daqueles povos que os dois grupos encontraram aqui, das formas de se localizar no território da conquista que cada grupo desenvolveu, das redes urbanas de um e do isolamento das cidades do outro e chega a uma conclusão que lhe permite gerar uma hipótese. O mesmo ano que o livro do Risério foi publicado, em 2012, nos *Cadernos PROLAM* da Universidade de São Paulo, a pesquisadora mexicana Marcela Dávalos, que estudou o mesmo tópico, escreveu que o debate sobre o desenho hispano-americano tinha chegado à estagnação e propôs que devia ser pensado no eixo da sua relação com a aquilo que a mesma cidade segregava, na sua relação com a "outredade" conformada pelos povos conquistados ou trazidos para serem escravos. Antonio trabalha seu argumento nesse mesmo sentido e diz que as cidades fundadas pelos portugueses, seriam diferentes daquelas outras por terem promovido um "embaralhamento" social, que não excluía, diz ele, a dominação de negros e povos originários, mas que não colocava a segregação "como princípio central de seu projeto colonizador e da construção de suas cidades tropicais" (Risério, 2012, p. 96).

No caso das cidades "espanholas" – por assim chamar-lhas – não se tem tanta certeza do projeto racionalista que teria regido seu desenho quanto se tem sobre aquele das portuguesas; Risério não duvida em descrever como Salvador e Rio de Janeiro foram traçadas à maneira do renascimento, em prancheta e rigor racionalista (Risério, 2012, p. 68); o mesmo que defende um professor português da Universidade Técnica de Lisboa, chamado Manuel Teixeira, no seu livro "A forma da cidade de origem portuguesa" (Teixeira, 2012). Mas então, por quê motivo aquela racionalidade não se sustentou, como bem diz Antonio Risério? Ele mesmo responde: pelas "forças poderosas" da topografia e da sociedade que antes da regularidade e da simetria, buscava comodidade e a encontrava nas formas da história, na referência arquitetônica e urbanística ao passado, às cidades islâmico-medievais da península ibérica; na adaptação à realidade da topografia local, na solução das condições particulares da cidade, às necessidades dos seus habitantes (Risério, 2012, p. 68), que devem ter aparecido como prioritárias sobre as universais. As cidades brasileiras foram traçadas no século XVI acorde modelos geométricos ideais, racionalistas, mas no fim desenvolveram-se como cidades concretas. E as cidades produzidas pelos espanhóis? Lima possuía uma gralha regular e constante, porém violentada por uma muralha referida às necessidades da proteção aos ataques da resistência concreta dos povos conquistados, seu xadrez não podia se espalhar no espaço, e esse era o caso de muitas cidades da época. Em termos de Lukács, o fenômeno da reificação precisaria romper com o concreto (Lukács, 2019, p. 202), com a *ligação tradicional de experiências concretas do espaço*, como a da moradia social, do conforto e da relação com a topografia da natureza. Partimos para a nossa primeira hipótese: não podiam persistir naquelas cidades esses desenhos ideais por que não existia ainda a realidade social do espaço abstrato que teoriza Lefebvre. Para que aqueles projetos ideais pudessem se estender no tempo e no espaço precisavam-se impor sobre as limitações concretas que lhes apareciam no caminho: "o homem caminha reto por que tem um objetivo", disse Le Corbusier, "sabe a onde vai, decidiu ir a determinado lugar e caminha reto. O jumento anda torto, […] para evitar o entulho, para esquivar a pendente, para procurar a sombra, o homem rije seus sentimentos com a razão; reprime seus sentimentos e seus instintos em pôs do objetivo que tem." (Le Corbusier, 2001, p. 15). Reificação do espaço e também do sujeito, que Lefebvre chama o "ser abstrato do espaço", do espaço abstrato da modernidade (Lefebvre, 2013, p. 107).

Aproveitaremos a Cidade do México para que nossa hipótese ganhe corpo, na primeira metade do século XVI temos ali um processo no qual podemos ver um estagio inicial da produção social das transformações que o modelo ideal precisava para se manter; uma primeira forma de *espaço abstrato* nos alvores da modernidade. A historiografia das cidades, em geral, coloca o momento da consolidação daquela grelha em xadrez na sua construção, ou seja, segundo ela teria sido ali que o tipo

ganhou sua famosa regularidade, em 1522, depois de ter sido desenhada por Alonso de García Bravo. Porém, depois do desenho básico não ocorreu a sua progressiva formação, isto é, contrário ao que se pensa e descreve na maioria dos textos, sua construção não foi completando gradualmente o modelo ideal, mas sim destruindo-o. Nos primeiros anos da Cidade do México, ao contrário do que se esperaria, como no caso de Salvador ou de Rio de Janeiro, aquela disposição "não vingou". Logo, tudo mudaria: entre 1535 e 1554, aproximadamente, ocorreu um processo urbano transcendental, uma série de mudanças na arquitetura da sociedade a se tornar "novo hispana", aquela sociedade que mais tarde Sor Juana rejeitaria ao chamar-se ela mesma de "mexicana"; mudanças que, acredito, foram a possibilidade do famoso *xadrez* e o início da consolidação *espaço abstrato* no nosso continente, espaço cujo código iria gradualmente tomando conta do mundo inteiro. Mas bem, a cidade contar-nos-á.

1521, agosto. As cidades gêmeas de México-Tlatelolco e México-Tenochtitlan caíram finalmente nas mãos espanholas, ficaram devastadas. O sul foi o más afetado, o leste seguiu-lhe pela abertura de uma brecha de casas destruídas que chegou até a praça de Tlatelolco, no oriente e ao norte porém, a destruição limitou-se a incêndios localizados e roubos (Arriaga Arriaga, 2013). Apos sua vitória os espanhóis voltaram à Coyoacán, cidade próxima na qual se planejou a conquista, e estabeleceram lá um governo provisional. Sua ideia original não era reconstruir a cidade, mas logo Cortés deve ter percebido que para eles era necessário tomar, naquela rede interurbana mesoamericana, o lugar de Tenochtitlan para consolidar a conquista daquelas sociedades, começar pela subsunção formal das estruturas anteriores. Como depois o projeto colonizador teve que fazer com a política e a economia, não podia gerar outras estruturas do nada. Assim Bernal Diaz del Castillo, o soldado espanhol cronista diz que, depois de decidir aquilo, "a primeira coisa Cortés mandou a Cuahutemoc", personagem que serviu como lider do povo vencido traz a morte do Moctezuma, "foi que limpassem todas as ruas da cidade de corpos e cabeças dos mortos e que as enterrassem para que estivessem limpas" e "que dentro de dois meses voltassem a viver nelas e lhes mostrou qual parte deviam eles povoar e qual parte deviam deixar desembaraçada para que povoassem os espanhóis"[7] (Díaz del Castillo, 2014). Um quadrado de aproximadamente 220 hectares no centro da cidade que abrangia a totalidade do centro anterior e mais uma porção de cada uma das quatro partes que conformavam a cidade (Rovira Morgado, 2014). Assim foi que em pouco tempo, vencedores e vencidos voltaram àquela cidade, agora como dominadores e dominados, uns no centro, outros na periferia. Nessa hora já tinham sido fundadas as cidades de: Santo Domingo, em 1502; Santiago de Cuba e Panamá, em 1514; e Veracruz em 1519. Apos a limpeza e

7. Tradução da original em espanhol na crônica de Bernal Diaz del Castillo sobre a *Historia verdadeira de la conquista de la Nueva España*. Referida na Bibliografia.

preparação, foi o *alarife* que já havia feito o desenho de Veracruz, Alonso de García Bravo, acompanhado de Cortés e de dois mexicas dos quais não sabemos basicamente nada, quem teria feito o traçado da cidade. Desconhecemos se havia nesse grupo alguma intenção renascentista ou herança Vitruviana.

Como já dissemos, a historiografia tradicional atribui ao desenho da cidade do México, em 1522 o nascimento do *xadrez* típico da cidade hispano-americana, a cabeça de García Bravo teria bolado a solução do desenho juntando sua a experiência medieval e seu inteleto renascentista à realidade da cidade destruída do povo mexica. Ate então – se diz – as cidades tinham um tipo de grelha, mas a regularidade e simetria caraterísticas do tipo em questão, teriam se gestado nesse momento (Hardoy, 1969). E ate pode ter sido isto parte do que aconteceu, porém, veremos, apenas uma parte. A historiografia vê este momento como um ponto de chegada, a conclusão de daqueles modelos ideais dos que falamos; veremos que é bem diferente se consideramos este momento, ao contrário, o ponto de partida de uma transformação social, material, não ideal. Em 1524 chegaram à cidade: o governo, estabelecido ate então na cidade de Coyoacán e os franciscanos; a santa inquisição teria chegado dois anos antes. O projeto de cidade era nesse então, e o foi ate 1535, o de produzi-la e gestioná-la ao modo de Castilha (Mier y Terán Rocha, 2005). A constante nesse período foi que se falasse o tempo todo, e o vemos nas atas do cabildo (Novo and O'Gorman, 1970), do medo em relação à periferia dos conquistados. A maioria das discussões naquela época girava em torno ao perigo de um levantamento contra o centro espanhol, havia que fazer alguma coisa, havia que delimitar as duas partes; mas não podiam fazê-lo ao modo ibérico, a condição lacustre da cidade fazia impossível construir uma muralha. O costume das cidades medievais, e ainda das renascentistas não podia ser reproduzido ali, ou, pelo menos, não exatamente. O que fizeram os espanhóis foi maravilhoso: expediram a ordem de construir aquelas casas que ficavam nesse limite entre um povo e outro, entre o centro e a periferia da cidade, uma junta da outra, visando fazer uma muralha *sui generis* (Mier y Terán Rocha, 2005). Assim foi se consolidando a cidade, ao contrário da formação progressiva do xadrez temos sua destruição gradual, seu impedimento na formação de coágulos urbanos nos bordes do centro espanhol, ou seja, como no caso português, vemos a realidade concreta desfazendo o modelo ideal de cidade. Aquilo que começou como um modelo racionalista e geométrico, a se tornar "orgânico".

Mas então, como foi possível a grelha *em xadrez* da Cidade do México que, segundo os historiadores teria transcendido à formação do tipo de cidade que caraterizou as colônias hispano-americanas? O esquema de cidade centro periferia produzido pelos conquistadores e sua gestão à medieval atravessaram o governo de Cortés e o das duas audiências que, a partir de 1529, o seguiram, basicamente continuando com o projeto de gestionar-lha à medieval (Rovira Morgado, 2014). Veremos que é possível

pensar que foi na contradição entre uma nova forma de sociedade que estava surgindo e a velha maneira de governá-la, perante a crise surgida dessa contradição, que surgiu a transformação necessária para que o espaço abstrato e seu código "vingassem". Para 1532, a um ano do início da segunda audiência, a cidade apresentava já fortes sinais de crise: uma grave queda na repartição de terrenos, e por tanto no seu crescimento; uma diminuição da população do centro, por conta da migração às cidades de recente formação, provavelmente pelo medo e a baixa na economia da cidade (Mier y Terán Rocha, 2005); e um desgaste radical na população da periferia por conta da excessiva exploração à que foi sometida (Fernández Christilieb and García Zambrano, 2006). Estava em perigo a própria existência da cidade. Era a crise do projeto de Cortés, do urbanismo que manteve partes da cidade anterior para se legitimar na memória urbana, na história da guerra, que "destruiu ídolos mas não arrasou templos" (Tovar de Teresa, 1985); do projeto "medievalista", que tanto foi criticado pelos seus contemporâneos, do grande senhor no castelo dominando a cidade e da modesta catedral; a crise do *espaço histórico*, podemos dizer em termos de Lefebvre (2013), que não conseguiu conter as condições do novo esquema de cidade centro periferia[8]. Depois das duas audiências que seguiram ao governo de Cortés, o *Virreinato de la Nueva España,* se enfrentou na cidade a essas duas crises: à do abstrato modelo da grelha, se desfazendo cada vez mais; e a crise do concreto, a cidade estava prestes a desaparecer. Esse foi o panorama que o primeiro virrey, Antonio de Mendoza encontrou à sua chegada em novembro de 1535.

Mendoza nasceu na Alhambra de Granada recém-conquistada, nos primeiros messes de 1492, ano do "descobrimento do novo mundo" e do encobrimento do outro (Dussel, 1994). Cresceu na Espanha que virava império e em termos "urbanísticos", por assim dizer, era bem diferente a Alonso de García Bravo, o primeiro traçador da Cidade do México; não era um alarife de campo mas um homem de escrivaninha, estudou Vitruvio e leu Alberti, não era um conquistador e viveu uma Espanha bem diferente da que viveu Cortés. A primeira coisa que ele fez chegando na cidade foi pedir um relatório detalhado dela; e a primeira ordem do virreinato na cidade foi uma contraordem, que proibia continuar a fazer as casas coladas uma à outra nos limites entre o centro e a periferia da cidade (Mier y Terán Rocha, 2005). Começaria seu governo uma série de reformas urbanas na cidade que distinguiram o seu governo e constituiriam uma nova forma de fazer cidade. Entre 1535 e 1550 ele: abriu os limites entre o centro e a periferia, alargou as vias de comunicação e trasladou o quartel militar das beiras ao centro da cidade, tornando a cidade um campo de batalha (Mier y Terán Rocha, 2005); fundou a casa de moeda, a imprenta, a universidade e o colégio de Tlatelolco, fazendo de México uma cidade Ilustrada, por assim dizer (Tovar

8. Novo, porém ainda contingente.

de Teresa *et al*., 1992); e abriu novas avenidas, retificou a ortogonalidade da grelha urbana e eliminou todo vestígio pré-hispânico da cidade (Mier y Terán Rocha, 2005).

Não é difícil pensar que temos nessas *praticas espaciais* o início de um processo que chegará ate Haussman no século XIX. Em 1550 terminou o governo Mendoza e ele foi "transferido" a Lima, tendo transformado radicalmente a cidade. Mas a maior das transformações da cidade não seria visível ate quatro anos depois. Em 1554 um professor de latim da Universidade do México, que depois seria cronista real da cidade, Francisco Cervantes de Salazar, teve necessidade de escrever um livro de texto, uma apostila para o seu curso; ele escreveu então uns diálogos onde dois vizinhos do centro da cidade recebiam um visitante espanhol, e lhe mostravam a universidade e o passeavam pelas ruas da cidade. O texto é, em geral, bastante linear, chato; o visitante fica o tempo todo fazendo perguntas bobas e falando da sua surpresa pelo tamanho e racionalidade da fundação espanhola, a compara com cidades ibéricas e elogia seu traçado e construções. Mas o momento do texto que nos interessa chega quando essas personagens se aproximam do limite entre as duas partes da cidade, chegam à beira do centro espanhol e um deles, como quem não quer nada, diz: "daqui se descobrem os cortiços dos índios, que como são tao humildes e pouco se levantam do chão, não podíamos vê-las quando andávamos a cavalo entre nossos edifícios", o espanhol adiciona "estão colocadas sem ordem" e o outro responde "é assim costume antiga deles"[9] (Cervantes de Salazar, 2001). Na época de Cortés, como é possível ler nas crônicas, cartas de relação e interrogatórios a mouradores da cidade, aquilo, a forma urbana e a arquitetura da periferia conquistada era considerada outra ordem, alheia, diferente, pouco agradável ao gosto ibérico, porém ordem. O que vemos agora é a construção do outro como desordenado, bárbaro. Podemos pensar que o texto não só recolhe essa construção, más também contribui a sua produção, funda uma nova cidade (Del Valle, 2011).

Três propostas sobre o surgimento do espaço abstrato

Todo esse processo que vemos na cidade do México trata-se da transformação que busca "cancelar uma velha semântica" (Del Valle, 2011), a da cidade fundada na história; na superação, no sentido hegeliano, da divisão centro periferia legitimada na conquista que insere a legalidade da razão: na subsunção do *espaço histórico* (Lefebvre, 2013, p. 107) e do quiproquó que fez a relação social de dominação se tornar coisa (Lukács, 2019, p. 199). Com essa produção do espaço trata-se de fundar a cidade toda na razão, homogeneizá-la, nem centro nem periferia nem sua divisão estarão mais baseados na história; e, ao mesmo tempo, de legitimar a divisão social do espaço no monopólio da racionalidade. Teríamos então, como contraparte daquelas reformas

9. Tradução da edição em espanhol referida na bibliografia.

que mencionamos antes, a produção de uma "heterotopia" (Lefebvre, 2013, p. 398), o espaço dos bárbaros que teria sua segregação justificada na sua falta inerente de razão, trata-se do racismo do estado que Foucalt encontra nas formas do poder na Europa do século XIX (Del Valle, 2011); aquilo que o modelo abstrato de cidade precisava para se estender sem limites no tempo-espaço, o direito da racionalidade abstrata de dominar o bárbaro e a natureza do que falam Horkheimer e Adorno na Dialética da Ilustração. Partimos então para nossa proposta. Pensamos que este é o início de uma série de transformações que não são exclusivas da Cidade do México e mas bem fazem parte da história da reificação do espaço moderno, que compõe a *acumulação primitiva* do espaço da modernidade que Lefebvre não conseguiu datar nem descrever. Resumimos nossa hipótese em três pontos: i) a pergunta pela cidade típica latino-americana não deveria ser feita em termos da origem ideal da grelha em Xadrez, mas nos termos da sua transformação material, social, da sua efetiva implantação e do papel dela na história das cidades, ou seja, existiam os modelos abstratos de cidade antes da urbanização colonial do nosso continente, mas estes não se resolveram ate que não ocorreu a produção social do *espaço abstrato*, que precisou da barbarização do outro para subsumir o *espaço histórico* e se reificar; ii) o desenvolvimento desse espaço abstrato, com certeza não foi um processo linear, nos vimos agora apenas um momento dele, muito cedo, nos primeiros anos da Cidade do México, mas ele deve ter surgido aos poucos e deixando progressivamente de se limitar à contingência, com a transição ao modo de produção capitalista, o que nos importa é entender seu surgimento nas cidades centro periferia da América do século XVI em tempos da acumulação primitiva do capital, trezentos anos antes do que na Europa, onde as cidades labirínticas e amuralhadas continuavam sendo a regra ate o século XIX; e iii) essa transformação não se limita ao progressivo surgimento do espaço abstrato mas também ao início do espaço diferencial, pelo que uma história crítica da arquitetura das cidades, a *contrapelo*, em palavras de Walter Benjamin, exige, nos termos que tentamos expor aqui, a pergunta por aqueles espaços outros, essas *vilas miséria*, favelas, barreadas e outras, que dentro do horizonte fetichista do *espaço abstrato* aparecem ate hoje como pura negatividade, como desordem espontâneo e barbárie. Isto é, a pergunta pelo espaço diferencial que opõe o abstrato, tem que se considerar o que ocorre aqui há quase quinhentos anos, cujo estudo é para nos um ponto de partida fundamental para uma história e uma posição política latino-americanista do fenômeno urbano arquitetônico na modernidade capitalista.

Referências

ARRIAGA ARRIAGA, Ivan José. La Ciudad de México durante la conquista: de la ciudad prehispánica a la refundación de Hernán Cortés, 1519-1522. 305 pgs. *Tésis* (*Licenciatura em História*). Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional Autónoma de México. México. 2013.

BENJAMIN, Walter. *Tesis sobre la história y otros fragmentos*. Primera edición. México. Itaca. 2008

CERVANTES de Salazar, Francisco. *México em 1554: tres diálogos latinos. Edición facsimilar. México*. Isntituto de Investigaciones Históricas, Instituto de Investigaciones Bibliográficas. Universidad Nacional Autónoma de México. México. 2001

DÁVALOS, Marcela. *Historiografía de la fundación de ciudades en América Siglo XVI*. 1 11, 31-51. https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2012.82490. 2012.

DEL VALLE, Ivonne. *Cervantes de Salazar y las fundaciones en falso de la ciudad de México*. Literatura Mexicana 22. https://doi.org/10.19130/iifl.litmex.22.1.2011.669. 2011.

DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España.* Primera edición. ed, Clásicos de la lengua española. Academia Mexicana de la Lengua. México. 2014.

DUSSEL, Enrique. *El encubrimiento del otro:* 1492 hacia el origen del mito de la modernidad. 2nd ed. Cambio XXI: Colegio Nacional de Ciencias Politicas y Administracion Publica. México.1994.

FERNÁNDEZ CHRISTILIEB, Federico. García Zambrano, Ángel Julián. *Territorialidad y paisaje en el altepetl del siglo XVI*, Colección Historia. México, Fondo de Cultura Económica/ : UNAM, Instituto de Geografía. México 2006.

HARDOY, Jorge Enrique. *La Urbanización en América Latina*. Universidad de Buenos Aires.

LE CORBUSIER. *La ciudad del futuro.* 4ª ed., Biblioteca de planeamiento y vivienda. Infinito. Buenos Aires. 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Capitan Swing. España. 2013.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. WMF Martins Fontes. São Paulo. 2019.

MIER y Terán Rocha, Lucía. *La primera traza de la ciudad de México: 1524-1535, Primera edición. ed, Sección de obras de historia. Universidad Autónoma Metropolitana*. México. 2005.

O'GORMAN, Edmundo. *Guia de las Actas de Cabildo de la Ciudad de Mexico: trabajo realizado en el Seminario de Historiografia de la Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad Nacional Autínoma de México*. Departamento del Distrito Federal. Fondo de Cultura Económica. México. 1970.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*, 2.ed. ed. Editora 34. São Paulo. 2012.

ROVIRA MORGADO, Rosend. *Las cuatro parcialidades de México-Tenochtitlan:* espacialidad prehispánica, construcción virreinal y prácticas judiciales en la Real Audiencia de la Nueva España (siglo XVI). Disponível em: http://purl.org/dc/dcmitype/Text. Universidad Autónoma de Madrid. 2014. Acesso em 10 jan. 2018.

TEIXEIRA, Manuel. *A forma da cidade de origem portuguesa*. Editora Unesp: Imprensa Oficial. São Paulo, 2012.

TOVAR DE TERESA, Guillermo. Antonio de Mendoza y el urbanismo en mexico. *Cuadernos de arquitectura virreinal* 3-19. México. 1985.

TOVAR DE TERESA, Guillermo. LEÓN-PORTILLA, Miguel. ZAVALA, Silvio. *La utopia mexicana del siglo XVI: Lo bello, lo verdadero y lo bueno,* Coleccion arte novohispano. Grupo Azabache. México, 1992.

A psicologia política de Agustín Álvarez, pensador argentino, autor de South América – História natural de la Razón, de 1894

José Cristovan de Góes*

Um pensador à frente de seu tempo

O estudo da obra e do conteúdo de psicologia política de Agustín Álvarez em South América foi motivado pela necessidade de encontrar um marco referencial e temporal para uma investigação sobre a responsabilidade da imprensa na formação da consciência política dos receptores de mensagens jornalísticas. A edição da obra que utilizamos para esse ensaio-resenha é a de 1933, que recebeu o título de South América – Ensayo de Psicología Política. O título da primeira edição, de 1894, dado pelo autor, foi South América – Historia Natural de la Razón. Ao pesquisar a responsabilidade da imprensa na formação da consciência política no Brasil, procurei chegar mais próximo das raízes da questão e estabeleci como marco histórico o período colonial brasileiro e dos países da América Latina. Chego assim aos estudos do pensador argentino Agustín Álvarez, que viveu entre o final do século XIX e meados do século XX, cuja obra South América – Historia Natural de la Razón merece destaque pela análise abrangente que traz sobre a região, o seu povo e seus costumes, focando principalmente a razão e psicologia política. As observações de Álvarez permitem uma melhor compreensão da história das civilizações e particularmente da América Latina.

Quem foi Agustín Álvarez?

Para esta narrativa, para descrever a biografia de Agustín Álvares, nos baseamos principalmente na obra Teoría, Crítica e História – El pensamiento latinoamericano del siglo XX: Argentina – "Agustín Álvarez ante la condición humana" de Dante Ramaglia[1] (2004). Outra menção de respeito a Agustín Álvarez é a de Ernesto Nelson (1873-1959), pedagogo e diretor da Faculdade de Ciências da Educação da mesma Universidade Nacional de La Plata (1910 a 1914), da qual Álvarez foi vice-reitor. A

* Jornalista. Aluno especial PROLAM/USP. E-mail: josecristovan@gmail.com

1. Dante Ramaglia, doutor em Filosofia pela Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina e pesquisador em Filosofia Prática e História das Ideias.

primeira diretoria da universidade teve um mandato que durou 12 anos e foi questionada pelo ensino até então aplicado, nos padrões ingleses, de internatos, distantes das cidades, em área rural, e só para alunos do sexo masculino, para formar líderes, e que gerou o movimento de reforma em 1918, do qual Ernesto Nelson participava, criticando a gestão da universidade até então. Na edição de South América, de 1933, Ernesto Nelson, reconhece o valor intelectual de Agustín Álvarez, agora já falecido (1914), e dedica na abertura do livro uma profunda manifestação de respeito por ele. Diz Ernesto Nelson:

> *Agustín Álvarez fue el crítico de su tiempo, un apóstol de una nueva verdad, su obra tiene puntos de contacto con la que realizaron los grandes reformadores religiosos que fundaron nuevos sistemas de ética social. Su fe no es en un objeto visible que todos palpan y comprenden. Su fe estaba en un objeto elevado y abstracto, extraño casi a diaria realidad. Puzo su fe en hombre, en un hombre que nadie ha visto, pero por ese hombre Agustín Álvarez habría ido a la hoguera. Según él, la incapacidad para el progreso no proviene de la raza sino del caudal de supersticiones viejas que hacen al hombre inadecuado para las ideas y sentimientos modernos. Álvarez asestó a la religión extraviada un golpe formidable, mostrando a las gentes el abismo entre el dogma y la razón. La vida de Álvarez prueba que la santidad es un arte humano, para cuyo logro el peso muerto de la teología es un peligroso estorbo. La plena justicia no se la harán sus contemporáneos. Se la harán nuestros nietos, que vivirán en un mundo moral mejor, limpiado de sus presentes impurezas por un gran dolor universal* (Álvarez, 1933, p. 9-19).

Agustín Enrique Álvarez Suárez era seu nome completo. Nasceu em Mendoza, Argentina, em 15 de julho de 1857. Jornalista, militar, sociólogo, moralista e educador que se destaca na chamada geração dos anos oitenta, no século XIX. No terremoto de 1861 seus pais e parentes morreram. Ele e seu irmão gêmeo, Jacinto, se salvaram, ficando órfãos aos três anos. Em 1870, começa seus estudos secundários no Colégio Nacional de Mendoza, instituição que mais tarde levou seu nome. Depois de terminar o ensino primário e secundário em sua cidade natal, em 1876, entra para o Colégio Militar da Nação, ante a incapacidade econômica para estudar medicina, que ele reconhecia como sua verdadeira vocação. Quando ainda pertencia ao exército, começa a estudar na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, onde forma-se advogado em 1888. Também nesse ano, casa-se com Agustina Venzano, com quem teve seis filhos.

Como ensaísta, começa a escrever artigos em no jornal El Debate, de Mendoza. Desempenha as funções de juiz e, em 1892, é eleito deputado nacional pela província de Mendoza e passa a residir regularmente em Buenos Aires, onde publica artigos no Jornal Tribuna. Foram os artigos escritos para esse jornal que deram origem à obra South América. Na academia, colabora com a fundação, em 1905, da Universidade de La Plata, sendo seu primeiro vice-presidente, e dá aulas de direito e história, na faculdade onde se formou. Como delegado universitário, dá inúmeras palestras e

participa de congressos nacionais e internacionais. Participa também de várias instituições culturais, entre as quais a Sociedade Científica Argentina, na qual ocupou o cargo de presidente em 1912. Agustín Álvarez morre em 1914 depois de sofrer uma paralisia cerebral. Sua atuação pública situa-se no período histórico e cultural correspondente ao processo de modernização que se estende desde o final do século XIX ao início do século XX, no que é conhecido na história das ideias argentinas como a geração de 1880. Esta geração assume a direção intelectual e política tentando canalizar as mudanças estruturais promovidas no país a partir das orientações ideológicas que estão ligadas, principalmente, às diferentes formulações que convergem no positivismo e no liberalismo.

O trabalho escrito de Álvarez é inicialmente expresso no jornalismo, com um estilo pessoal que depois se move para o conjunto de ensaios que o fariam obter reconhecimento de seus contemporâneos. A partir da redação elaborará uma certa interpretação da situação vivenciada pela nação em sua transição para a modernização. De acordo com o assunto e o tipo de escrita que ele desenvolve, pode-se observar que ele evidencia diferenças em relação às tentativas de sistematização no campo das ciências e da filosofia realizadas por outros positivistas. Também é possível reconstruir uma série de diretrizes teóricas que percorrem os diferentes momentos de sua reflexão. Agustín Álvares era seguidor do Positivismo e os autores mais citados no South América foram: Hippolyte Adolphe Taine, crítico e historiador francês, um dos expoentes do Positivismo; e Thomas Babington Macaulay, poeta, historiador e político britânico, que escreveu extensivamente ensaios e críticas, e sobre a história britânica, ambos são do século XIX.

Além de "South America" (1894), Agustin Álvarez escreveu "Manual de patología política" (1899), "Ensayo sobre Educación" (1901), "¿Adónde vamos?" (1902), "La evolución del espíritu humano" (1905), "La transformación de las razas de América" (1908), "Historia de las Instituciones libres" (1909), "Breve Historia de la Provincia de Mendoza" (1910), "La creación del mundo moral" (1913). "La herencia moral de los pueblos hispanoamericanos" (1919) e vários ensaios sobre problemas políticos, sociológicos e éticos. Na obra "La ética social de Agustín Álvarez", José Ingenieros foi um dos primeiros escritores a citar a palavra Psicologia Política para caracterizar o conteúdo do livro South America. Sobre Álvarez, Ingenieros disse em 1921:

> [Agustín Álvarez] *Era un escritor social y un moralista. Los problemas políticos se reducían, para él, a problemas morales; creía imposible su solución mientras no se creara un nuevo mundo moral que subvirtiese los valores presentes. La democracia, el parlamentarismo, el sufragio, parecíanle ficciones o fantasías en pueblos incapaces de libertad* (Ingenieros, 1921).

Concepções antropológicas e éticas

O arcabouço filosófico em que Álvarez desenvolve sua concepção antropológica corresponde ao naturalismo evolutivo, tendência que seria característica do positivismo argentino. Como característica distintiva deste autor, cabe ressaltar que as ideias defendidas sobre a condição humana estarão intimamente relacionadas com a ética, tema que prevalece ao longo de sua produção escrita, através do qual ele também articula uma consideração. sobre política que responde à perspectiva doutrinária do liberalismo

Em relação a suas concepções filosóficas, Álvarez desenvolve em seus escritos uma série de interpretações sobre o pertencimento do homem à sociedade. Particularmente em seus ensaios, que combina observações sociológicas, com inúmeras referências históricas, é revelado como um analista agudo da situação política e social na Argentina em um momento de mudanças profundas e em todas as nações latino-americanas gerais. A motivação fundamental que anima sua reflexão refere-se à identificação das causas que dificultam ou favorecem o processo de modernização que estava sendo realizado naquele estágio.

Na América do Sul, a independência destruiu a tradição na qual o regime colonial descansou e consequentemente o novo regime de povos livres só poderia se basear na razão pura. Assim, os males da América Latina têm sido os abortos da razão, e suas doenças políticas ainda são doenças de a razão. As formas de governo que adotaram não foram escolhidas pelos conselhos de experiência, mas pelos "ditames da razão", e sua única experiência política foi a experiência do despotismo; proscreve a experiência, de repente, entraram na democracia sem práticas democráticas "(Álvarez, 1918, p. 231). Isto se revela especialmente no desacordo que existe entre princípios e instituições republicanas com relação aos costumes públicos e à consciência necessária para levá-los à sua efetiva realização. Álvarez observa que predominam hábitos herdados do passado colonial hispânico, inviabilizando a ordem constitucional e as formas políticas adotadas por nações mais avançadas. O legado espanhol se reflete em um nível profundo que configura o caráter hispano-americano, onde vaidade, orgulho e glória se traduzem em atitudes políticas em que predominam o personalismo e a intransigência. Crenças dogmáticas são igualmente perniciosas, as fórmulas abstratas e o apelo ao patriotismo que encorajarão confrontos entre partidos políticos ao longo da história nacional. Nenhuma dessas características negativas da "política crioula" corresponde às disposições que a vida democrática exige com base na tolerância, praticidade, contrapeso e equilíbrio de poderes.

A partir de uma descrição que muitas vezes usa ironia, Álvarez faz uma crítica de costumes, continuador em boa medida da tradição liberal anti-espânica. O problema da liberdade política, refere-se à capacidade de governar a si mesmo, uma noção

retirada do liberalismo inglês em termos de autoajuda ou autogoverno, assumido como um corretivo para a excessiva inclinação latino-americana de esperar tudo dos sistemas do governo (Álvarez, 1899).

Contra o intelectualismo que prevalece no ensino universitário, considera que a tarefa pedagógica deve se concentrar na vontade que ajuda a direcionar o comportamento na vida. Da mesma forma, rejeita qualquer forma de regime tutelar, uma vez que o ideal de autogoverno serve como fundamento de sua proposta educacional e, consequentemente, política. No marco dos debates que levaram, na década de 1880, à separação entre Igreja e Estado, concluindo no estabelecimento da educação comum e obrigatória, Álvarez expressa plenamente o anticlericalismo que identifica sua geração intelectual. Por isso, é decisivo para a superação da escola religiosa, que implica a uniformidade das ideias por meio da sujeição do aprendiz, pela implantação do secularismo no que ele chama de escola liberal ou positiva. Este último visa promover o cultivo da racionalidade experimental, a independência do aprendiz e os hábitos necessários para a regeneração ética, particularmente da classe dominante.

O autor representa uma exceção, especialmente contra outros escritores argentinos e latino-americanos que acusaram um marcado racismo, onde os abundantes preconceitos exibidos foram ocultados como formas de denúncia de nossas "doenças" crônicas. Para Álvarez, o termo "raça" é sinônimo de nacionalidade, representando os costumes, ideias, sentimentos, leis e ideais que correspondem a um povo. Ele entende que as raças não são melhoradas pela sua "transformação étnica", mas por sua "transformação mental" (Álvarez, 1915, p. 342). Essa percepção do problema racial leva-o a evitar o pessimismo em que caem aqueles que teorizam sobre os "males incuráveis" da América Latina. Se ele vê como imperativa a necessidade de promover a regeneração para o progresso moderno, também acredita que, apesar das deficiências que persistem na tradição cultural e religiosa, política de nossas nacionalidades, estas eram susceptíveis de serem revertidas e não aparecem como um destino prefixado. O exemplo que usa é o do Japão, que sem uma troca étnica incorporou os elementos civilizatórios do mundo contemporâneo para se tornar uma nação próspera no começo do século XX. Também encontra evidências da mudança na Argentina com a introdução de princípios liberais, a expansão dos direitos civis, a secularização das instituições, a disseminação da escola pública, a circulação de ideias na imprensa, a extensão da ferrovia e a prosperidade econômica alcançada, entre outros fatores, que mostram as maneiras pelas quais a modernização nacional é canalizada.

A visão otimista de Álvarez é baseada em suas ideias sobre liberdade e, consequentemente, na possibilidade de mudar as circunstâncias da vida individual e coletiva, assim como a crença no progresso histórico correlativo ao princípio da evolução na ordem cosmológica. Na proposta de interpretação das transformações vivenciadas mundialmente desde a era moderna, confirma-se a realização de diferentes

manifestações de progresso: social, político, material e cultural. Tudo isso converge em um processo de emancipação, que é descrito a partir de uma síntese que apela a ideias de proveniência iluminista reformuladas com o cientificismo e o liberalismo, sobre as quais baseará sua noção progressista de história.

Os avanços que ocorreram nas artes e nas letras desde o Renascimento, a filosofia e a ciência experimental, fundações políticas criados pelas revoluções democráticas têm seu ápice no século XIX, visto como o início de uma "nova era". Este caminho seguido pela modernidade representa para o autor o fortalecimento do humanismo, construído sobre um princípio afirmativa leva à possibilidade de melhoria indefinida da espécie humana. A marcha segue o "espírito de progresso" incentiva a realização de um ideal cosmopolita, levando à superação das "diferenças de raça, nacionalidade, cor, status social e opinião política e social" (Álvarez, 1918, p.98). Na filosofia e na ciência experimental, os fundamentos políticos estabelecidos pelas revoluções democráticas têm seu clímax no século XIX, que ele vê como o início de uma "nova era". Entre os fatores que medeiam a mudança de capital experimentada pelas sociedades modernas, destaca-se o conhecimento científico, que é concebido como uma substituição da influência exercida pela religião, para renovar as concepções sobre o homem, a vida e o universo.

Politicamente, Álvarez argumenta que há um desenvolvimento coincidente ao longo das linhas do humanismo. Com a queda do antigo regime, estabeleceu-se uma nova ordem civil e política que consagrou na Revolução Francesa os direitos do homem. Também acredita que entre uma história de organização política surgiu com a revolução são as leis e instituições gradualmente entrincheirados na Inglaterra que irá garantir as liberdades individuais, em seguida, retomado com a sanção da Constituição dos Estados Unidos (Álvarez, 1909, p. 207). Do ponto de vista que oferece em seu pensamento, atribui ao liberalismo um significado fundamental, não apenas porque contém uma série de valores sobre os quais se pode basear a democracia, mas constitui a expressão do caminho seguido dentro de um processo que tende à emancipação do homem. Ele entende que há uma certa continuidade entre os princípios políticos inauguradas com as revoluções burguesas do sinal liberal e igualdade na ordem econômica e social que promove o socialismo. Na consolidação do que ele chama de "instituições livres" de mencionar que são adicionados como novos princípios "formulada por Marx e Engels sobre o direito dos trabalhadores" e, de acordo com a cultura feminista que se espalha na época, também defende a direito à "emancipação civil e política da mulher" (Álvarez, 1909, p. 223).

As posições políticas assumidas por Álvarez adquirem um significado particular quando analisadas em relação às circunstâncias que surgem naquele momento. Se nele as teses vindas do liberalismo conformam um núcleo teórico que permanece firmemente enraizado em todo o seu pensamento, elas não deixam o mesmo para

receber diferentes inflexões diante das alternativas que a Argentina sofre durante o processo de modernização. Além disso, dentro de um importante setor da elite dominante, as doutrinas liberais serão orientadas para o reformismo, que também encontra apoio na contribuição das ciências sociais desenvolvidas com o positivismo. Entre os tópicos que recebem tratamento preferencial está a chamada "questão social", que tem como um problema central que se refere ao local de trabalho. A intensificação dos conflitos mobilizados pela classe trabalhadora, organizada nos sindicatos criados por anarquistas e socialistas, concentrará a atenção do governo para dar lugar a uma série de iniciativas legislativas que tentam regular as relações entre capital e trabalho. Condicionados por estas circunstâncias, são produzidas políticas oficiais que, além de relativizar a abstenção econômica do liberalismo clássico, vão convocar intelectuais socialistas e positivistas na elaboração do mesmo. A virada do liberalismo em direção ao reformismo social constitui, por outro lado, um fenômeno estendido no início do século XX nas nações industrializadas da Europa, nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, países de assentamento recente da população imigrante que servirão de modelo. Nesse contexto, é necessário situar as ideias de Álvarez que levam às últimas consequências as doutrinas liberal-democráticas, chegando a coincidir com os postulados do socialismo, entendidos em sentido amplo, na necessidade de introduzir reformas sociais e políticas. Como resultado, há uma mudança de orientação das proposições em que o trabalho é visto como o fundamento da propriedade para passar a contemplar os direitos que tornam a dignidade do trabalhador.

O conteúdo psico-político

Em South América, embora mencionados poucas vezes explicitamente por Álvarez, os conceitos de psicologia política estão presentes em quase todas as páginas do livro, onde ele faz uma análise minuciosa, distinguindo a razão pura da razão educada ou experimentada. Os títulos dos capítulos que aparecem na edição do livro de 1933, e facilitam a leitura da obra, não estavam presentes na edição original de 1894. No capítulo que tem o título de A razão como atributo natural do homem, diz Álvarez:

> *Para el ser humano, como para toda clase de seres, no ha existido medio originario de asociación y de gobierno que la fuerza. Por ella se constituyeron las sociedades antiguas de que proceden las nuestras y por ella se mantienen aún las que todavía viven en estado de barbarie. Las religiones mismas fueron ante todo un medio de gobierno, en evidente progreso, sin duda [...] Polibio, que escribía doscientos años antes de Jesús Cristo, no trepida em afirmar, según Boissier, que la religión romana ha sido envetada por políticos hábiles y los felicita sinceramente por haber encontrado un medio tan excelente de dominar a los hombres [...] La religión, la superioridad, la fuerza, la tradición, el valor del hecho, de todo esto se hizo tabla rasa en el gobierno de las sociedades humanas [...] Iguales todos por el pretendido derecho natural, iguales hombres y mujeres, desparecería la soberanía de derecho divino*

> *para dar lugar a la soberanía de la razón, bien entendido, de aquella clase de razón que poseen naturalmente todos los hombres, de la razón natural* (Álvarez, 1933, pp.21-24).

La razón natural es un fermento subservio

Álvarez dizia que "a liberdade, deixando oprimidos e opressores tão bárbaros com no início da história, não suprime a crueldade da fase da terra. O objetivo do homem não é a liberdade em si, mas sim a felicidade".

> *Se toma posesión de la libertad, realizando los tipos de felicidad realizando los tipos de felicidad que se conocen, los cuales aumentan con el grado de civilización. En una tribu salvaje nadie aspirará a ser publicista, inventor, rentista, industrial, filósofo, economista, etc, etc; pero todos querrán ser reyes y caciques. En la América latina, por ejemplo, no se conocían casi em la época de la emancipación más tipos generales de felicidad que el honor de mandar, la gloria de pelear, la fama de ser libertador o protector de los pueblos; y entonces surgieron por centenares a raíz de la libertad de los libertadores, los protectores, los grandes mariscales, los jefes de teorías políticas, los restauradores, de tal manera que las pobres patrias nuevas casi fracasan em pañales, víctimas de tanto patriota que a todo trance quería ejercer de partero o de padrino de la libertad, víctimas de una espantosa exuberancia de protectores y libertadores que se obstruyen, se chocan y se guerrean entre sí para libertarse recíprocamente los pueblos* (Álvarez, 1933, pp.24-28).

Razón instintiva o natural y razón educada y experimental

Álvarez observa que o homem é um ser racional, isto é, um ser dotado de razão, sendo a razão instintiva comum a todos. Segundo ele, o selvagem, a criança, o índio, o homem ao natural, não modificado ainda pela civilização, tem originalmente uma faculdade que lhe permite discernir e julgar a conveniência das coisas, o mal do bem, o útil do inútil.

> *El hombre nace con razón y con necesidades, y para satisfacer a las necesidades que ha heredado a la par de la razón tiene que apropiarse las cosas exteriores. Esta apropiación es, pues, la primera cosa automáticamente razonable ante la razón natural. A priori, verbigracia, es absurdo para un niño que él no deba comer la fruta de un árbol sólo porque éste no radica em su casa […] ni él no tiene culpa de que el árbol haya nacido em otra parte, ni de que su estómago le pida con urgencia aquella fruta. Es la razón experimental, la razón a posteriori, la razón artificial, perfeccionada por el arte de la educación, la que enseña lo contrario…La razón educada es producto del arte, está superpuesta sobre la anterior a la manera del traje sobre la piel. Es claro que donde la segunda no alcance aparecerá la primera* (Álvarez, 1933, pp.29-30).

Justificativos de la razón natural

Para Álvarez, é um absurdo chamar governantes sem consciência aos maus governantes. Es absurdo llamar gobernantes sim conciencia a los malos gobernantes.

Segundo ele, a razão mostra ao espírito a conveniência ou inconveniência de tal relação, sucesso etc, com a conservação do sujeito:

> *Un abogado moderno perfecciona su razón en ramo de leyes y después que ha aprendido a "dar a cada uno lo suyo" alquila su aptitud a las partes que quieren utilizarla em la defensa de sus pretensiones, y como objeto de éstas en ganar el pleito [...] Los honorarios desempeñan en los pleitos el mismo papel que el apasionamiento en la política: poner la razón ilustrada al servicio de las iniquidades de la razón natural, que se rasca para sí, olvidando que los demás también son hijos de Dios. Y todo esto, y lo restante, es porque la razón no es una misma para todos, sino una distinta para el servicio de cada persona diferente [...] En todos los pueblos jóvenes y guerreros, el robo al enemigo ha sido siempre considerado como honroso medio de adquisición. El censo de las tribus nómades del África la palabra ladrón es un nombre de honor, y según la apreciación de los antiguos griegos y de los pueblos septentrionales antiguos, la piratería era oficio considerado* (Álvarez,

Predominio de la razón natural in Su América

Agustín Álvarez observa que quando se estuda a história da América e especialmente a história argentina, salta à vista, com traço característico, o predomínio da razão natural sobre a razão experimental.

> *Al entrar en la época constitucional post federal, la creencia de la razón natural imperante en los espíritus era que país mejor gobernado, el más civilizado, el más culto, es más adelantado, para decirlo de una vez, es él; toda la cuestión se reduce a tener una constitución más perfecta en el papel, es decir, ante la razón pura. Ignoraban que existe el derecho como representación, como fórmula vacía, y el derecho como sustancia, diremos así, como voluntad; toda la cuestión se reducía, en tal caso, a mandar fabricar las constituciones por el mejor constitucionalista teórico, como se manda confeccionar el traje con el sastre más hábil* (Álvarez, 1933,

Las banderas de princípios

Falando sobre a constituição norte-americana e os princípios legais ingleses, Agustín Álvarez observa que eles são produto do espírito anglo-saxão e da razão prática, e os ingleses e norte-americanos vivem com espírito e a razão prática, como o caracol em sua concha. Os sul-americanos, ao contrário, segundo Álvarez, vivemos em conchas emprestadas, com o espírito latino e a razão pura, "como as ameixas que, quando são verdes, são duras, ásperas e azedas; e quando maduros são macios, macias e doces".

> *Por mejor decir, no lo estamos viendo, puesto que desde California a Patagonia no se oye hablar más que de abusos, abusos y tropelías, y nadie pide ni espera que se madure la razón política, no; lo que piden es que se reforme la casa para que se enmiende el inquilino, que se reforme las leyes para corregir con eso las torpezas de las personas, y luego que se anuncie en algún manifestó, proclama o mensaje, que la leyes van a ser perfeccionadas, todo el mundo espera que las gentes cambiarán el paso y conducirán con más perfección* (Álvarez, 1933, pp. 68-70).

La regeneración del país

Agustín Álvarez diz que as duas tendências naturais e espontâneas dos homens, relativamente à ação, para as quais, de acordo com a idade, o temperamento, as pessoas tendem a manter as existentes e as outras a mudá-las, levam isoladamente a resultados prejudiciais: "é ruim manter uma ordem de coisas quando as coisas mudaram e eles não concordam quando com essa ordem, e é ruim mudar a ordem das coisas em maior extensão do que aquela em que as coisas mudaram".

> *Ningún país se compone de puros viejos, ni de puros jóvenes; ninguna edad está totalmente emancipada del pasado, ni totalmente divorciada del porvenir, y desde entonces tan incómodas, tan inadecuadas, tan inaplicables serán para el presente las formas del pasado, como del porvenir [...] Pero el gobierno contrapesado como lo entendían los antiguos romanos y como lo practican los anglo-sajones en la época presente, era de todo punto imposible em Sud América en la época de emancipación, época de total inexperiencia y de inmenso atraso; era imposible con el hombre casi al natural, sin gradaciones entre lo mejor y lo peor, regenerador pur sang* (Álvarez, 1933, pp.125-134)

Vanidad de las virtudes efímeras

No capítulo em que se refere a vaidade das virtudes efêmeras, Álvarez lembra um conhecido ditado na Argentina, segundo o qual a necessidade é a mãe de todos os vícios, mas que, "se é tão bem conhecido e verdadeiro, contém apenas meia verdade, a outra metade é que a necessidade é mãe de todas as virtudes".

> *La necesidad es, en efecto, el muelle real de toda acción, buena o mala, y nadie se negará probablemente a aceptar esto, en lo que representa a las acciones individuales, malas y propias o de los suyos [...] Necesitamos las virtudes de los demás y nos estorban u dañan sus vicios; por eso le reclamamos lo uno y les rechazamos lo otro, más o menos enérgicamente, según el grado de nuestras necesidades, pero bien entendido, ni esto ni aquello lo hacemos por puro capricho inútil sino por verdadera necesidad [...] La historia enseña que la misma cosa ha sucedido con todas las ideas religiosas y políticas que han estrenado como vicios perseguidos, para terminar en virtudes oficiales. La aristocracia con esclavitud, degradó el trabajo y ennobleció la ociosidad; la democracia, a su vez, hizo de la ociosidad un vicio y del trabajo una virtud. La astucia fue virtud en el siglo de Macchiavello y la galantería en el de Luis* IV (Álvarez 1933, pp.210-214).

Extravíos y enfermedades de la razón

Um dos últimos capítulos de South América é dedicado aos extravios e enfermidades da razão. Nele, Agustín Álvarez diz que no final do século XIX e início do XX, politicamente, a América do Sul estava em um estado semicaótico. A inconsistência de nossos partidos era extrema, "verdadeiro protoplasma político completamente submetido a todas as influências externas e internas" [...] e que parte nascera ou

estivera ligada a um temperamento pessoal ou um evento transitório, até que outro temperamento ou outro evento o deformasse, sendo passado para conformar à nova diretriz, cujos sucessos e cuja loucura seriam os sucessos e as loucuras do jogo.

> *Los átomos sociales son traqueados por todos los temperamentos y arrastrados involuntariamente por lo más diversos desatines a todas las inconsecuencias, como el agua del mar que el viento empuja en todas direcciones, un día para el sur y otro día para el norte [...] De ahí las tentativas frustráneas de banderas, de principios y de partidos impersonales para emanciparse de las cosas como son, del estado real, de la plasticidad política infantil que corresponde a un pueblo nuevo, sin caudal de experiencia, sin hábitos que le arraiguen alguna forma de procedimiento, resolviendo cada caso, por la razón de caso, o al caso, mejor dicho [...] Tal así era el espíritu del pueblo argentino en 1820: borrachas las huellas de despotismo era necesario abrirle huellas a la libertad [...] El hombre sin hábitos, el pueblo sin costumbres, el partido sin precedentes o con precedentes contradictorios, son gobernados por todos los accidentes de la vida, dominados por todos temperamentos personales, como el pájaro sin cola que no puede volar contra ningún viento [...] Sin duda, la libertad política es tan necesaria al hombre como el aire a los pájaros, pero hombre y la sociedad política sin pasado, sin hábitos adquiridos y conservados, sin experiencia acumulada, son pájaros-niños de la atmósfera de la libertad. Ya no necesitan la libertad, sino el timón, el gobierno práctico.* (Álvarez, 1933, pp. 247-257).

Considerações finais

A obra South América de Agustín Álvarez, publica em 1894, resultado da compilação de ensaios produzidos pelo autor, a meu juízo, trazem considerações mais profundas sobre a psicologia política, principalmente levando-se em conta o contexto latino-americano, quando comparada com os pensamentos de Gustave Le Bon (1841-1931), escritor francês, considerado um dos precursores do estudo relacionando psicologia e política. Ambos são de um mesmo período, mas Le Bon viveu em uma Europa tida como centro do mundo e exemplo de produção de verdades, enquanto Álvarez, mesmo buscando espelhar-se no positivo do velho mundo, exercita sua reflexão com a vivência de um latino-americano e no contexto de uma Argentina recém independente (1816) com todas as suas contradições, onde generais assumiram suas funções sem terem sido soldados, mestres sem terem sido discípulos e a constituição do país tendo sido moldada como cópia da carta magna americana e neta dos princípios legais ingleses.

Para muitos dos pensadores que se dedicaram a escrever sobre Agustín Álvarez, o autor de South América pode ser identificado como um sociólogo crioulo que teve duas fase distintas, a primeira quando valorizava o conhecimento do positivismo europeu e a segunda fase quando passou a destacar o pertencimento latino-americano e mais humanista com ênfase para a educação, sendo tanto assim que deixou a carreira militar, onde chegou a general de brigada, para dedicar-se até seus últimos dias à função acadêmica como vice-reitor da Universidade de La Plata que ajudou a criar.

Álvarez foi um pensador com ampla compreensão de seu povo, da Argentina e da América Latina, um psicólogo político, cujas ideais, embora pouco compreendidas por muitos de seus conterrâneos, permanecem atuais até hoje, mesmo depois de serem manifestadas há mais de um século.

Em relação ao projeto de pesquisa sobre a responsabilidade da imprensa na formação da consciência política, a leitura de Agustín Álvarez permitiu compreender ainda mais a necessidade de se buscar na memória histórica elementos que expliquem a realidade dos fatos presentes que estão sempre enraizados com o modo de vida, a cultura, os costumes do passado. Muitas dessas ligações com a referência anterior levam a transformações positivas no desenvolvimento da civilização, mas por outro lado, em muitos também representam a origem de muitos males de que padecem muitos grupos sociais e nações inteiras, causando dominação, opressão, humilhação e sofrimento às pessoas.

Referências

ÁLVAREZ, Agustín. *South América - Ensayo de Psicología Política*. Buenos Aires. Talleres Gráficos Argentinos, 1933.

HOIG, Armino *A. La crítica a al eclecticismo y al positivismo hedonista en los escritos juveniles de Agustín Álvarez*. 1968. Mendoza. Publicado em <http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/4239/73-cuyo-1968-tomo-04.pdf>. Acesso em: 28 nov 2018.

INGENIEROS, José. Agustin Alvarez *Su Ética Social*. Buenos Aires. Ediciones Selecta America, 1921.

RAMAGLIA, Dante. Teoría, Crítica e Historia. El pensamiento latinoamericano del siglo XX ante la condición humana: Argentina. *Agustín Álvarez ante la condición humana*. 2005. Publicado em: <https://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/argentina/alvarez.htm> . Acessado em: 22 nov 2018.

SOUZA, Fábio Feltrin de. O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva. 2015. Dimensõe. In: *Revista de História da Ufes*. Universidade Federal do Espírito Santo. Publicado em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12515/8712>. Acesso em: 25 nov 2018.

A trajetória de Theodoro Sampaio no contexto da história da geociência na América Latina

Ademir Pereira dos Santos*
Rosa Matilde Pimpão Carlos**

Introdução: Theodoro Sampaio, Geociências e a dominação na América Latina

A trajetória de Theodoro Fernandes Sampaio, que tratamos na obra *Theodoro Sampaio: no Sertões e nas Cidades* (2010), alinha-se de modo muito peculiar com o tema deste Seminário, *O Campo e a Cidade na América Latina*, que por sua vez integra o *III Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, realizado pelo Programa de Pós Graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, PROLAM, USP. Este alinhamento passa pela Geociência que reúne os conhecimentos da terra, transformada em objeto de conquista política, depois um território europeu, espaço objeto e por fim mercadoria durante o processo de colonização iniciado na virada do século XV.

Os esforços para se compreender as particularidades do Pensamento *na* e *sobre* a América Latina, contemplam o Pensamento Científico, e ai se insere a **institucionalização da Ciência**, como parte do processo vivido na América Portuguesa e Espanhola, quase que simultaneamente, porém de modo ricamente diverso,

A institucionalização da Ciência é um fenômeno cultural que permite diversas associações e paralelismos, que por sua vez, iluminam a caracterização necessária à compreensão do processo de construção da América como resultante de um longo e conflituoso processo de aculturação e dominação política e ideológica. A Ciência não está alheia à este processo, pelo contrário, ocupa lugar estratégico, verdadeiro instrumento, seja para o domínio exercído pelos grupos e pelas nações colonizadoras, seja como instrumento de libertação do subjugamento a que estão submetidos contemporaneamente as nações que foram forjadas como territórios colonizados desde o final do século XV, e, os povos originais, que aqui habitavam e foram praticamente

* Doutor pela FAUUSP, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unitau e do Centro Universitário Belas Artes de SP, e, do Programa de Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design. E-mail: dmi@hotmail.com

** Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Unitau, e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e Fotografia do Centro Universitário Belas Artes de SP. E-mail: rmpc@uol.com.br

dizimados graças aos meios destrutivos construídos pelo pensamento científico ocidental.

Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) foi um engenheiro civil de formação, mas que atuou e realizou trabalhos de vulto no denominamos hoje como as Geociências, e, como negro, graduado ainda no período escravista na quarta turma da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1879, viveu intensamente as contradições políticas e sociais brasileiras, num momento muito importante para afirmação da Geociência como área de conhecimento. O conhecimento científico, e de modo muito especial a representação do espaço, a Cartografia, que mobiliza vários elementos da Geometria, da Matemática e da Física, foi imprescindível para este domínio, desde o início, no século XIV. Basta lembrar que a imagem símbolo do Tratado de Tordesilhas (1492) que conhecemos, é uma Cartografia, que pode ser considerado o documento seminal da colonização da América Portuguesa e Espanhola.

Destacaremos aqui na sua trajetória, a estreita relação entre seu trabalho como engenheiro e as Geociências em processo de institucionalização naquele período, que é a sua atuação na CGG, Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo quando produziu levantamentos cartográficos basilares para São Paulo. Foi no período paulista, de 1886 a 1904, que sua produção intelectual e principalmente sua atuação no governo provincial e depois estadual mais contribuiu para o foco aqui proposto que é a institucionalização da ciência, especialmente a produção cartográfica.

A construção de mapas: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

Theodoro Sampaio transferiu-se da Bahia para São Paulo para integrar a Comissão Geográfica e Geológica de |São Paulo a convite Orville Derby. Tinha consciência que aquela era uma oportunidade que definiria sua trajetória. Poderia reintegrar-se ao universo científico afinal a CGG era uma reedição da Comissão Geográfica e Geológica do Império, experiência pioneira no país, concebida e conduzida por Charles Frederick Hartt, entre 1875 a 1878. A morte de Hartt deixou inconclusa a hercúlea tarefa de estudar e cartografar a configuração geológica brasileira. Em São Paulo, Derby, discípulo de Hartt, conciliaria o projeto científico da CGI às necessidades imediatas dos cafeicultores e do aparato estatal, em transformação e até então desprovido de informações fundamentais para o desenvolvimento das atividades produtivas relacionadas à cafeicultura, mola propulsora da industrialização.

Theodoro Sampaio foi responsável pela implantação e desenvolvimento da Seção de Geografia da CGGSP, organizou as finanças da comissão e, como engenheiro primeiro-ajudante de Derby, assumia a chefia nas suas ausências. Coube-lhe dar início imediato ao trabalho inaugural da comissão: a expedição de exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema e a identificação do potencial agrícola de uma vasta região paulista, o vale do Paranapanema, a próxima e última fronteira agrícola, para onde se dirigiriam os cafezais e fatalmente as estradas de ferro.

O governo da província reconhecia que um dos "embaraços" que enfrentava na administração era "a ausência de informações exatas e minuciosas sobre a geografia, relevo dos solos, vias de comunicação, estrutura geológica e riqueza mineral". Orville Derby era diretor da Seção de Geologia do Museu Nacional e concebeu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, a CGGSP para elaborar um mapa confiável da Província, como já reclamavam e debatiam seus parlamentares e administradores. O que se propunha era um minucioso plano do território paulista, o que, pelos equipamentos e pelo tempo necessário a sua execução, requeria a constituição de um serviço regular de estudos e pesquisas científicas aplicadas à criação da infraestrutura demandada pelo incremento das atividades produtivas decorrentes da expansão cafeeira. Seria, portanto, o inventário geofísico e econômico de uma vasta área, explicitamente voltado para o embasamento da administração pública e para a orientação de empreendimentos agroindustriais incentivados pelo poder público.

A exploração do Rio Paranapanema (1889)

A primeira tarefa da Comissão Geográfica e Geológica foi "a exploração dos rios, começando pelo Paranapanema", com o propósito de verificar as condições de navegabilidade e fazer o levantamento topográfico conveniente ao desenvolvimento do projeto e ao orçamento das obras necessárias. Foram destacados para essa missão Theodoro Sampaio, como engenheiro topógrafo, Francisco de Paula de Oliveira, responsável pelo levantamento geológico, e o engenheiro João Frederico Washington de Aguiar, como condutor.

No dia onze de abril de 1886, partiram pela Sorocabana até a estação de Bacaetava e, via Tatuí, seguiram para Itapetininga, localidade escolhida para ser o centro das operações e onde chegaram em treze de abril.

Em Itapetinga, um mês foi gasto nos preparativos para a expedição. Sampaio encomendou a construção de dois batelões de 9,50m de comprimento por 1,30m de largura, algumas canoas, provisões para uma demorada viagem e, o mais difícil, gente habilitada para a navegação fluvial. O retorno a São Paulo deu-se depois de cinco meses e dez dias.

Sampaio relata que, em maio, foram contratados 12 homens; um carpinteiro, um cozinheiro, dois pilotos, um servente e sete canoeiros. Em junho, somaram-se mais seis canoeiros; três deles, índios cayuas; e, em julho, mais um, totalizando dezoito homens que efetivamente desceram e subiram o rio Paranapanema. Ao todo, entre os preparativos e a expedição propriamente dita, foram 27 contratações. Amedrontados com os perigos da viagem, muitos abandonavam o trabalho depois de dois ou três dias.

Contrastando com a agilidade da partida, os resultados da expedição só foram publicados três anos depois. Finalmente, em nove de fevereiro de 1889, Orville Derby

passou ao presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo, o mapa e o relatório produzidos por Sampaio. No texto de encaminhamento ao chefe da comissão, publicado como apresentação, Sampaio justificou o atraso:

> "só agora me é possível passá-lo às mãos de V. S. que, aliás, bem conhece quantas e quais as causas que me têm impedido de o apresentar a mais tempo (...) A preferência até agora dada aos trabalhos de campo, o pequeno pessoal que não permite distrair niguém para uma ocupação mais aturada no gabinete, fora da época para isso destinada, a necessidade de um mesmo engenheiro fazer por si o mesmo trabalho de campo e de escritório, são motivos bastante poderosos e que bem justificam essa demora". (Comissão, 1889, s. n.).

Os estudos e levantamentos topográficos foram publicados como o Boletim N.o. 1 da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, previstos nas *Instrucções*, com o título de *Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema pelo engenheiro Theodoro F. Sampaio* e descrito como

> "Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província, sobre os estudos effectuados em 1886 por ordem do Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Presidente da Província. Pelos eng. Theodoro Fernandes Sampaio (1º ajudante), Francisco de Paula Oliveira (geólogo) e J. F. Washington de Aguiar (Condutor), denominado aqui simplificadamente como 'Exploração'" (Comissão, 1889).

Embora redigidas por Theodoro Sampaio na mesma ocasião que o relatório *Exploração...*, as *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Vale do Rio Paranapanema* foram separadas por Derby para publicação separada, o que ocorreu no ano seguinte na forma do Boletim nº 4.

Na *Exploração*, Sampaio limitou-se à caracterização física do rio em função da proposta de navegação e das obras necessárias para torná-la viável. Sua edição foi feita em grande formato, 45 cm x 58 cm, composta por duas partes, uma textual, e outra, exclusivamente cartográfica. A segunda parte tem como abertura a "Planta do Rio Paranapanema" na escala 1:1.000.000, mas com duas escalas gráficas, a quilométrica e a légua portuguesa. Na parte superior da prancha, Theodoro desenhou um perfil longitudinal do rio, identificando as distâncias e as altitudes do leito do Itapetininga e das cinco seções em que dividiu o Paranapanema, combinando duas escalas diferentes: a horizontal, de 1:250.000, e a vertical, de 1:12.500. Nesta planta, estão registrados os núcleos urbanos, as fazendas, as vias, as picadas e o percurso de ida e volta da expedição, além do enquadramento das 25 secções do rio, funcionando como um índice das 25 plantas seguintes, destinadas a sua representação cartográfica.

Em cada secção do leito do rio são identificados afluentes, ilhas, corredeiras, cachoeiras, saltos e baixios, fazendas, vilas, povoados, portos e o local dos pousos da expedição, além dos pontos onde se procedeu a coleta dos dados. Ao longo da representação das margens do rio, há anotações sobre a geologia, a orografia e a

vegetação. Distribuídas estrategicamente pelas 25 cartas, encontram-se nove secções transversais (perfis ou cortes com a profundidade correspondente) do Paranapanema e os principais afluentes; 15 trechos de navegabilidade difícil, ampliados em destaque, sendo duas na escala 1:4.000, seis na escala 1:5.000, uma na escala 1:10.000 e mais seis na escala 1:20.000. Totalizam-se, portanto, 26 pranchas, com 25 detalhes em escalas diferenciadas.

Na introdução, Sampaio faz o relato cronológico da viagem e, em seguida, são apresentadas as características físicas das cinco secções do leito do Paranapanema, com indicação das obras necessária para adaptá-las à navegação. As passagens marcantes do trajeto conferem à narrativa o aspecto de um diário, e o autor enfatiza, inicialmente, a dificuldade em recrutar pessoas para a expedição. O medo de adentrar os sertões desconhecidos era maior que a recompensa pecuniária oferecida. Diz o relatório:

> "o perigo das cachoeiras, o ataque dos bugres, os animais bravios, as enfermidades, a falta de recurso nos sertões desconhecidos eram narrados com cores tétricas aos que se animavam a embarcar n'uma expedição que até então ninguém empreendera". (Comissão, 1889: 1)

A rotina de trabalho consistia em calcular o posicionamento geográfico dos principais afluentes, realizar sondagens batimétricas, para desenhar os perfis com a profundidade dos rios, base para o cálculo das vazões, além de observar e descrever os aspectos geológicos, relevo, clima, cobertura vegetal, produção agrícola e vias terrestres (picadas e estradas) existentes.

A exemplo do que fizera no estudo do São Francisco, Sampaio propõs em seu relatório a divisão do rio em seções; nesse caso, em 5, de acordo com a navegabilidade: 1) das cabeceiras à barra do Guareí; 2) da barra do Guareí à Cachoeira do Jurumirim; 3) do Jurumirim ao Salto Grande; 4) do Salto Grande à barra do Tibagi; e 5) da barra do Tibagi ao rio Paraná.

O relatório traz a análise dessas seções:

> "A primeira secção tem todos os caracteres de um curso superior; as cachoeiras, os saltos, as corredeiras, os estreitamentos do leito, a rapidez das correntes tornam esta secção impraticavel. A segunda secção, com declives mais moderados, é a unica parte aproveitavel do Paranapanema no curso superior. A terceira secção é innavegavel. A quarta secção só é navegável na época das enchentes, sendo de mui difícil a prática no tempo da baixa. A quinta seção póde ser como já é, utilizada todo o anno, não obstante algumas grandes cachoeiras que carecem de melhoramentos para uma franca navegação na época da vasante". (Comissão, 1889: 14)

Após a caracterização do leito, analisa o rio sob o ponto de vista técnico, descrevendo cada um dos seus obstáculos e apontando as obras necessárias às seções consideradas aptas à navegação. Em seguida, apresenta uma previsão orçamentária para sua realização,

esclarece a forma de organização das plantas e descreve os instrumentos e métodos utilizados.

Em texto escrito cerca de um ano antes falecer, Sampaio admitiu uma drástica revisão de seus planos e, num tom profético, anteviu o uso que o futuro reservava ao Paranapanema: "O rio Paranapanema é antes um grande reservatório de energia hidroelétrica do que um traço de união ou de viabilidade entre o Paraná-Paraguai e a costa Atlântica do Sul do Brasil" (Sampaio, 1936: 145).

Antecedem o *Relatório* (1889) e as *Considerações* (1890), notícias e breves relatos sobre a expedição, enquanto ainda se finalizavam os trabalhos de gabinete e a impressão. São, às vezes, assinados por Orville Derby e Theodoro Sampaio, sendo anexados aos Relatórios do Barão de Parnahyba à Assembléia Legislativa da Província de 1887. Derby, na qualidade de chefe da comissão, anuncia que "os resultados desta exploração (...), ainda em esboços e cadernetas de campo, mereceram louvores das pesoas entendidas", referindo-se diretamente ao primoroso desenho de Sampaio, ainda em elaboração (São Paulo (Província), 1887, p. 3). Menciona também a organização do propalado mapa da província, em escala 1:100.000, que incorporava cerca de 700 km de rio*, a* determinação da posição astronômica de oito pontos mais importantes ao longo do curso do rio *e o l*evantarnento de 624 km de estrada entre os rios Paranapanema e Tietê*,* uma região pouco conhecida segundo Derby. O segundo relatório que antecede as publicações de 1889 e 1890 foi assinado por Derby e Sampaio e data de 1888.

As "Cconsiderações" sobre o Vale do Paranapanema

Complementando o relatório da *Exploração* (1889), as *Considerações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema* analisavam o território e apresentavam as propostas para a exploração e o planejamento da ocupação daquela região, conhecida, então, como "os sertões de São Paulo", a útima porção do estado ainda não ocupada pelo homem branco no final do século XIX.

Nesse texto, publicado sem ilustrações, Sampaio diagnostica os usos que encontrou para a região baseado em sua própria percepção, nos diálogos que manteve com a tripulação da expedição e em relatos dos fazendeiros, comerciantes e lavradores sertanejos que entrevistou. Ele próprio descreve esse esforço:

> "Não me limitei unicamente a colher dados sobre as condições de navegabilidade do rio, consegui também reunir informações de algum valor sobre a capacidade agrícola da região dentro do vale, o seu povoamento, a ocupação do solo, o grau de adiatamento e a força do comércio que aí se desenvolve, as vias de comunicação e o problema das ligações dos nossos centros administrativos com as remotas terras do vale do Paraguai; consegui igualmente obter esclarecimentos fidedignos acerca de várias tribos de índios que vagueam naquelas paragens, tendo até organizado um vocabulário de perto de 400 palavras e frases da língua Cayuá, a mais geralmente falada dentro do vale". (Comissão, 1890: 6)

Na Introdução, dedica-se à leitura histórica da migração para a região, acentuada com o avanço da cafeicultura e a consequente valorização das "terras virgens", identificando os assentamentos pioneiros, apesar da constatação de que cerca de metade do vale ainda era "um deserto desconhecido".

Sua interpretação do ambiente, além da história da ocupação, considerava a quantificação e a ocorrência dos tipos de solos (geologia) com a altimetria e a cobertura vegetal (geografia). Estimava que a área total da região fosse de 27.400 km², com inclinação geral O.N.O., para chegar à disitinção de duas zonas básicas: terras altas (extensão das cordilheiras marítimas) e terras baixas, que seriam subdivididas em "campos" e "região da mata". Chega, então, à seguinte distribuição: de 250m a 450m = 8400 km2. 450m a 650m = 12000 km2 e de 650m a 850m = 7000 km2. (Comissão, 1890: 6)

A caracterização do clima parte dos mesmos recortes, e o relato desenvolve-se da mesma maneira, visando preencher a área do vale como um todo, seguindo a subdivisão em terras altas, campos e matas. Apesar de uma denominação usual de "clima dos campos" para a região como um todo, Sampaio observa que

> "(...) dentro do vale se deve distinguir o clima da mata ou da zona ribeirinha, e o clima das terras altas ou da região dos campos, todavia o que prevalece são as boas condições climatológicas pela benignidade da temperatua, secura relativa da atmosfera, e menos tendências para mudanças bruscas como se vê em São Paulo." (Comissão, 1890: 6)

As observações meteorológicas, bem como praticamente todas as outras informações, não foram produzidas a partir de dados homogêneos e sistematicamente coletados. Os pontos de tomada eram esparsos; Itapetininga, Santa Cruz do Rio Pardo e Tatuí, entre outros; o que conferia a tais observações o caráter de generalização. Nos comentários sobre a umidade do ar, as chuvas e os ventos, percebe-se a preocupação com as geadas, obviamente motivada pela lavoura de café. E, apesar de constatar a ocorrência do fenômeno a 700 metros de altitude, nos campos de Itapetininga, afirma "Este fenômeno da geada tão complexo e variado que parece inexplicável, e cujo único preservativo, crê-se, está na altitude, (...). Presume-se que os terrenos acima de 600 metros estão livres da ação destes resfriamentos repentinos; (...)" (Comissão, 1890: 6)

A área de cada subregião do vale é estimada e sua constituição geológica e vegetação descritas. Na zona da mata, coincidem a maior incidência de terras roxas e as menores altitudes; o que a desabonava para a caceicultura, dada a propoensão a geadas. Sampaio calcula que 30% dessa subregião esteja na parte paulista e a localiza às margens dos rios: "(...) começa nas proximidades da barra to Itararé e estende-se rio abaixo [Paranapanema] até o Paraná, fazendo três reentrâncias ao penetrar nos vales do rio Pardo, das Cinzas e do Tibagy". (Comissão, 1890: 6)

As manchas de terra roxa constituem a principal referência para Sampaio. "As terras do Salto Grande, as mais conhecidas desta região da mata, notáveis pela excelência de sua terra roxa, se ressentem deste defeito de altitude (384 mts junto do rio)". Ou seja, apesar da extensão e do "solo riquíssimo", próximo ao rio Paranapanema, seriam possivelmente afetadas por geadas. Embora isso não as recomendasse para a cafeicultura – "A grande lavoura de São Paulo desdenha em geral as terras baixas, porque o café ai não vinga ou produz na mesma proporção da zona do Oeste" –, Sampaio ressalva: "mas os legumes, o arroz o milho, a mandioca, o fumo, o algodão, a cana d'açucar e até a vinha vem com bastante proveito" e censura abertamente a monocultura:"Grande erro esse de uma lavoura que só conhece uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeita por qualquer moléstia superveniente ao café, está na inteira dependência da importação de produtos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhores e talvez com menor dispêndio e esforço.". (Comissão, 1890: 6)

Ao apresentar os campos, que abrangeriam nada menos que *"metade da área total do vale",* cerca de 12.000 km^2, o autor oferece também um panorama da cobertura vegetal naquele momento: "(...) os campos formam uma vasta planície apenas interrompida pelas faixas estreitas da matta que assignalam o curso de um afluente ou pelos capões, mais ou menos densos que coroam os espigões mais elevados". (Comissão, 1890: 6)

E, diante da aridez da área, menciona a necessidade de irrigá-la para criar reservatórios e de perfurar poços artesianos nas regiões mais elevadas.

Essa sub-região é dividida segundo a ocorrência de solo arenoso ou argiloarenoso e tem as gramíneas como vegetação, além de certa variação de espécies (cerrado). Sua altitude, entre 450 e 700 metros, é privilegiada para a lavoura de café. No entanto, a capacidade agrícola é reduzida, e, por isso, Theodoro propõe que seja aproveitada para a criação do gado, pois possui "aguada suficiente" e "(...) tem aí vasto teatro para se desenvolver como já o faz com o melhor sucesso". Outro uso para os campos são reservas para o futuro desenvolvimento de *"uma lavoura mais inteligente e racional"* (Comissão, 1890: 6), diz reiterando a crítica à preponderância febril da monocultura cafeeira.

Também no caso das terras altas, acima de 650 metros, Sampaio esforça-se para produzir um quadro de distribuição das ocorrências, mas a tarefa se torna bem mais difícil, pois, em lugar dos rios, é preciso situar as poucas serras e elevações próximas às suas cabeceiras, no divisor da bacia do Parananapenema e do Tietê. Identifica aí a ocorrência de rochas e principalmente de terra roxa nas imediações da serra do Espírito Santo ou do Palmital, na serra da Fartura e na serra dos Agudos. Contudo, apesar de identificar aproximadamente 105 km^2 nas imediações da primeira e 134 mil hectares nas outras duas serras, não chega a um cálculo preciso.

Não obstante as críticas à monocultura, era o olho cafeicultor que rastreava e valorava as terras e as matas, vendo na vegetação um índice de solos apropriados à cafeicultura: "A mata virgem oferece aos conhecedores da boa terra os indícios mais inconcussos da sua superioridade: a figueira branca com raízes colossais, o pau d'alho, a peroba com grossos troncos linheiros, a cabreúva, o cedro, a chimbuva, guarahitá, o jatahy, jacarandá são ai árvores gigantescas". (Comissão, 1890: 6)

A primeira base geodésica do Brasil

Tendo retornado a São Paulo da exploração do rio Paranapanema em 27 setembro de 1886, em 26 de outubro, Theodoro Sampaio já estava em Campo Largo, atualmente Araçoiaba da Serra, na região de Sorocaba, iniciando o segundo grande desafio a ele confiado por Orville Derby: realizar, de acordo com o Artigo 2º das *Instrucções*, "o serviço que constitui o seu fim principal, o levantamento da carta geográfica, geológica e topográfica da Província." (São Paulo (Província), 1886c, p. 4)

O método e os procedimentos utilizados por Theodoro Sampaio para realizar os levantamentos necessários à confeccção da carta foram descritos por Derby no Relatório de 1886:

> "Este methodo é o seguinte: por uma rede de triangulos desenvolvida de uma base medida com a necessaria exactidão de um certo numero de picos elevados que, pela sua proeminencia e posição favoravel possam servir de balisas e estações para determinação da posição dos pontos intermediários. Esta constitue o systema de triangulação primaria, em cuja execução actualmente se encontra o pessoal. Depois, por um systema de triângulos secundarios, marca se a posição de um grande numero de pontos com referencia dessas balisas, enchendo as areas comprenhendidas, por meio de operações topographicas executadas no campo com a prancheta e de algumas plantas parciaes das estradas, dos cursos d'agua, levantadas com bussola e instrumentos de mensuração linear." (Relatorio, 1887: 5)

Enquanto ramo das Geociências e da Engenharia, a Geodésia fornece métodos para o cálculo e a representação cartográfica da forma esférica da superfície da terra, o que aumenta a exatidão de mapas (representações planas) de grandes extensões. A sua associação aos levantamentos topográficos feitos por "caminhamentos" (definição dos contornos de um polígono pela medida de seus ângulos) permite a representação cartográfica dos elementos físicos que constituem determinado espaço. Portanto, estabelecer a rede de triangulação primária que deveria cobrir todo o território paulista foi o primeiro passo para que se pudesse elaborar a carta completa da província – tão reclamada e, até então, inexistente –, com razoável precisão técnica.

Estabelecidos os pontos de uma rede principal, formada por triângulos primários, o passo seguinte era o desenvolvimento de uma rede interna de triângulos secundários, que, por sua vez, seriam preenchidos por processos topográficos baseados nos "caminhamentos", como explicava Derby: "Os trabalhos puramente topográficos são

feitos por *caminhamentos* e por intersecções de visadas irradiando das estações de triangulação. Os caminhamentos partem sempre de pontos seguros por triangulação para outros nas mesmas condições." (Derby, 1949: 65)

O ponto escolhido para o início da triangulação, a base geodésica, foi Campo Largo (hoje, Araçoiaba da Serra), próximo à Fábrica de Ferro de Ipanema, na região de Sorocaba. O local apresentava as condições desejadas, com "terrenos descampados e nivellados e com proximidade de picos proeminentes"; prolongamentos da Serra da Mantiqueira, as serras de Araçoiaba e de São Francisco, ideal para estender-se a rede da triangulação primária em todas as direções, tomando como referência o cume dos morros mais altos.

A julgar pelas anotações das cadernetas de campo, a construção da base geodésica de Campo Largo foi produto de aproximadamente um mês de trabalho da Seção de Geografia da Comissão, dirigida por Sampaio. A preparação da base foi descrita por Derby no Boletim nº. 1, originalmente publicado em 1889, do seguinte modo:

> "Escolhida a posição desta na posição mais favorável ao seu desenvolvimento, nas planícies do sul de Araçoiaba, procedeu-se a sua medição e verificação na extensão de 6 kilometros, empregando-se a fita de aço de 30 metros, estendida sobre os cavaletes, firmemente implantados no solo, mantendo-se-lhe uma tensão uniforme de 8 kilos e assignalando-se o estremo de cada trenada com o talho de uma lâmina cortante; a direcção do alinhamento dada e verificada a teodolito; as diferenças de nível determinadas com nível de Gurley. Dois termômetros de mercúrio, um exposto ao sol para a temperatura do ambiente e outro aplicado à fita ou trena, por igual tempo, em cada trenada, forneciam os elementos do cálculo de dilatação da fita. Efecutadas a medição e verificação da base foi a mesma fita retirada do serviço até sujeitar-se à aferição com o metro padrão. A locação astrômica inicial foi efetuada em um dos extremos da base, montando aí um pequeno observatório com instrumetnos fornecidos pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro que graciosamente se encarregou desse serviço". (Derby, 1949: 64 - 65)

A partir da base geodésica de Campo Largo uma rede de sinais foi estendida gradualmente por toda a Província, permitindo a elaboração de cartas topográficas e geográficas numa escala e precisão até então inédita. Theodoro Sampaio esteve à frente desse trabalho de 1886 a 1890, como atestam suas cadernetas de campo. Numa carta escrita a Donald Pierson, em 1936, refere-se ao trabalho desenvolvido na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo nos seguintes termo:

> "(...) foi-me dado, durante esse tempo, estender a rede de triangulação por cerca da terça parte da área da Província, de Ipanema e Campo Largo, pelas cumiadas das serra do Mar ou de Paranapiacaba, pelos picos da Mantiqueira e seus contrafortes; de Santos e de São Paulo, e pelo interior, até as margens do rio Mogi-Guaçu, que desce das terras altas de Minas Gerais. Os trabalhos topográficos, por sua índole mais demorados, não puderam, entretanto, cobrir uma área tão grande. Não obstante isso, várias cartas geográficas na escala de 1:200.000 já tinha sido dadas à publicidade até 1890, quando deixei a Comissão (...)" (Sampaio, 1936: 146)

A base geodésica estabelecida por Theodoro Sampaio é considerada a primeira do Brasil e, de acordo com Jorge Pimentel Cintra, especialista em história da cartografia:

> "Essa base, por ter sido a pioneira, constitui-se num marco da história da nossa cartografia e deu origem à primeira triangulação e ao primeiro protótipo (Estampa III), que serviu de modelo e inspirou a série cartográfica que Alberto Ribeiro Lamego, em 1956, avaliava assim: 'ao exonerar-se da CGG, em 1905, Orville Derby legava ao Brasil, pela primeira vez uma grande área cartografada, em folhas na escala 1:100.000, publicadas a partir de 1899, e ainda hoje fundamentais.' ". (Cintra, 2001).

A análise das datas dos levantamentos que constam nas cadernetas de campo dos profissionais envolvidos permite compreender a extensão e a rotina dos trabalhos no período em que Sampaio os dirigiu. Por mais de três anos, não houve interrupções no levantamento de campo, realizado na segunda metade do ano, período de estiagem. O primeiro semestre era dedicado à sistematização dos dados coletados pela equipe de campo.

Em Campo Largo, onde começaram os trabalhos com a construção da base da geodésia, há registros contínuos de 26 de outubro a três de dezembro de 1886. Sampaio ficou pelo menos 44 dias envolvido com o início da triangulação, fazendo os caminhamentos iniciais por Araçoiaba da Serra, Itu e Ipanema, até o dia nove de dezembro. Presume-se que, durante o primeiro semestre de 1887, até nove de junho, a equipe tenha se dedicado ao trabalho de gabinete, processando simultaneamente os estudos e levantamentos do rio Paranapanema e do inicío da triangulação para elaboração do mapa topográfico de São Paulo, na sede da Comissão, na capital.

A jornada de 1887 foi uma das mais extensas. Há registros de nove de junho a dezesseis de dezembro, perfazendo mais de cinco meses de trabalho de campo. Os lugares visitados são cidades, pequenos núcleos urbanos e rurais alcançados por estradas e caminhos, sempre em busca dos picos mais evidentes, destacando-se as serras de Araçoiaba, do Japi e do Inhoaíba e os morros da Boa Vista, do Saboó, do Itacolomi e do Pica-pau (onde se localiza o pitoresco afloramento rochoso denominado Casa de Pedra), o pico do Jaraguá, as vilas de Piedade, do Una, Patribu, Pirapora, Parnahyba e as cidades de Jundiaí, Iperó, Barueri, Cotia, Pirapora, Iperó, Tatuí, Tietê, Capivari e Porto Feliz.

Além de colher os registros necessários para a carta topográfica dos principais morros e serras, fazia-se o levantamento da planta dos núcleos urbanos e rurais e das cidades visitadas pela equipe. Muitas dessas plantas constituem os mais antigos registros da forma primitiva dessas vilas e cidades, que, desde então, passaram a integrar o ambiente cartográfico, migrando, assim, para universo do conhecido.

No ano de 1888, as cadernetas de Theodoro Sampaio registram de 23 de julho a oito de novembro; 108 dias, mais de três meses e meio, de trabalho de campo. Iniciados no pico do Jaraguá, os levantamentos estenderam-se pela região imediata à cidade

São Paulo. Constam registros de caminhamentos feitos em São Bernardo do Campo, Piraporinha, Santo Amaro, Juqueri, Guarulhos, Arujá, Santa Isabel, Mogi das Cruzes, Rio Grande, Itaquaquecetuba, São Miguel Paulista, Caieiras, Atibaia, Campinas, Indaiatuba, Jundiaí e Cabreúva, além do rio Sorocaba, o maior afluente da margem esquerda do rio Tietê. Os trabalhos de campo de 1889 tiveram início em treze de julho e totalizaram 126 dias, pouco mais de quatro meses, até dezesseis de novembro. Sampaio iniciou o caminhamento por Santa Bárbara do Oeste, seguindo por núcleos rurais e cidades, entre as quais se destacam Mogi Mirim, Monte Sião, Serra Negra, Bragança, Araras, Rio Claro, Capivari, Piracicaba, Limeira, São Pedro, Amparo e Socorro.

No âmbito do corpo técnico da Comissão, coube a Theodoro Sampaio estabelecer a rede primária da triangulação, base para a elaboração da carta geográfica e topográfica de São Paulo. O trabalho seria complementado pelo estabelecimento da rede secundária e pelos levantamentos topográficos que possibilitaram sucessivas edições de cartas topográficas na escala 1:100.000, aperfeiçoadas a cada reedição, até a dissolução da comissão, em 1931. Por isso, o nome do engenheiro baiano consta das cartas publicadas após sua saída da equipe, pois cada reedição acrescia novos dados a uma base já estabelecida durante a triangulação primária por que fora responsável e que cobrira cerca de um terço do território da Província de São Paulo.

Além do sertão paulista, que envolvia "terrenos desconhecidos" como o vale do Paranapanema, Sampaio estabeleceu até 1890 o contato físico direto com praticamente toda a área até então povoada e cultivada da província, aspecto que o distinguiria como um dos engenheiros com maior grau de conhecimento do seu território, capacitando-o para desafios ainda mais exigentes na administração pública, fosse no âmbito do planejamento territorial, rural ou urbano, embora ainda não se utilizassem estas denominações.

Referências

CINTRA, Jorge Pimentel; SILVA, Marcelo José Ferreira da. *Theodoro Sampaio e o Início da Cartografia Sistemática no Brasil*. Relatório de Iniciação Científica PIBIC-CNPq 2000/2001. EPUSP – PTR. São Paulo. 131 pgs, 2001.

_____. O Início da Cartografia Sistemática no Brasil. In: *Anais do XX Congresso Brasileiro de Cartografia*, Vol. II, Porto Alegre-RS, Brasil, pp 763-772, 2001.

CINTRA, Jorge Pimentel. *A primeira base geodésica do Brasil***.** São Paulo: DET, Escola Politécnica, USP. Disponível em http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/007-G01.pdf, 2001.

COMISSÃO Geographica e Geológica da Província de São Paulo. Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema por Theodoro Sampaio. *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo nº 4*. São Paulo: Leroy King Bookwalter Typographia King. 1890.

_____. Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema pelo engenheiro Theodoro F. Sampaio. Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província, sobre os estudos effectuados em 1886 por ordem do Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Presidente da Província. Pelos eng. Theodoro Fernandes Sampaio (1º ajudante), Francisco de Paula Oliveira (geólogo) e J. F. Washington de Aguiar (Condutor). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Reedição: *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, vol. II, nº 2, p. 222-271, 1944.

DERBY, Orville. Retrospecto histórico dos trabalhos geográficos e geológicos efetuados na Província de São Paulo. SP: Boletim da Comissao Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, nº 1, 1889. DERBY, Orville. Retrospecto histórico dos trabalhos geográficos e geológicos efetuados na Província de São Paulo (1/6/1889). SP: *Revista O IGG*, Vol. VII, nº 3 e 4, pp. 5572, jul-dez. 1949.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda M. Modernos Bandeirantes. A CGG de São Paulo e a Exploração científica do território paulista 1886-1931. *Dissertação de Mestrado*, FFLCH – USP, 1987.

_____. *Um século de pesquisas em Geociências*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Instituto Geológico, 1985.

NOTICIÁRIO. Centenário de Theodoro Fernandes Sampaio**.** In: *Revista O IGG*, Vol. XII, número único, pp. 117-118, 1955-1958.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia***:** estudo de contato racial. 2ª ed. SP: Companhia Editora Nacional, [1942] (1971).

RELATÓRIO da Comissão Geographica e Geologica 1886. Annexo nº 7. In: *Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa Pronvincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia Barão do Parnahyba* no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887.

SAMPAIO, Teodoro. Autobiografia (Carta a Mr. Pierson, 12/10/1936). In: MUSEU AFROBRASIL. *O sábio negro entre os brancos: Theodoro Sampaio***.** Catálogo da exposição. SP: Museu AfroBrasil, p. 140-149, 2007.

_____. Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema. In: *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, vol. II, nº 2, p. 222-271, 1944.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina***.** Ilustrações do autor. Prefácio de Luiz Viana Filho. 2ª ed., Salvador: Livraria Progresso Editôra, 1955.

_____. *O Tupi na geografia nacional***.** Bahia: Câmara Municipal de Salvador, 4ª ed., 1955.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais***.** São Paulo: Hucitec. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

_____. *Terrenos Desconhecidos: solos historiográficos sobre uma mesma base documental***.** Assis: Dissertação de Mestrado em História, FCL, Unesp, 1992.

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Theodoro Sampaio: nos Sertões e nas Cidades*. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2010.

SÃO PAULO (Província) 1886a. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886. (In: LEFÈVRE, Valdemar. Breve Notícia sobre a Comissão Geográfica e Geológica, ao transcurso do seu LXXX aniversário. In: *Revista O IGG***,** XXIII, nº.1, pp. 3-31, Jan-Mar, 1966.

SÃO PAULO (Província) 1886b. RELATÓRIO com que o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira passou a administração da Província de São Paulo ao 1º. Vice Presidente Barão de Parnahyba no dia 26 de abril de 1886. In: LEFÈVRE, Valdemar. Breve Notícia sobre a Comissão Geográfica e Geológica, ao transcurso do seu LXXX aniversário. In: *Revista O IGG***,** XXIII, nº 1, p. 31, Jan-Mar, 1966.

SÃO PAULO (Província) 1886c. Resolução do 7-04-1886. Instrucções para a exploração geográfica e geológica da Província de São Paulo. In: São Paulo (Província*). Coleções de Leis de São Paulo*, 1886. *Apud* FIGUEIRÔA, p. 92, 1985.

_____. Relatório de Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial por Barão de Parnahyba 17/01/1887. São Paulo, 1887.

Diálogo científico brasileiro com a América Latina através do rural na relação com o urbano

Alex Medeiros Santos*
Vinnie Mayana Lima Ramos**
Cristina Maria Macêdo de Alencar***

Introdução

O contexto em que nasce a pesquisa donde emerge este artigo é o do debate acadêmico sobre territorialidade nas relações entre o rural e o urbano a partir das espacialidades do campo e da cidade na produção de conhecimento científico[1]. A pergunta que se buscou responder foi o que se apreende na evolução das publicações científicas na América latina, tomando como norte as relações entre rural e urbano, campo e cidade, com meio ambiente e desenvolvimento socioambiental, tendo em vista a generalização da urbanização como padrão de desenvolvimento? Apesar de estarem identificados os termos norteadores da pesquisa na literatura, registrou-se tendência de perda relativa de espaço acadêmico da temática, como apontam alguns estudiosos, considerando que para esta análise foi utilizado o método de investigação quantitativo-descritivo.

Como metodologia de procedimentos foi escolhida uma base de dados na qual seriam selecionados periódicos e artigos. A base de dados foi o Qualis-Periódicos (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf), pois apesar de não ser um repositório ou banco de dados de periódicos, devido a sua finalidade de classificar a produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros, a mesma apresenta todos os periódicos que publicaram artigos científicos em determinado quadriênio, o que a torna a ferramenta mais indicada para localizar a maior quantidade de periódicos científicos possíveis, e identificar os artigos de interesse.

* Mestre em Planejamento Territorial e desenvolvimento Social (UCSal). Advogado. E-mail: alex.santos@ucsal.edu.br

** Doutoranda no Programa de Integração da américa Latina (PROLAM/USP), Mestre em Planejamento Ambiental (MPPA/UCSal). E-mail: vinnielimaramos@usp.br

*** Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ; Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Planejamento Territorial e desenvolvimento Social e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental (Ucsal), Economista. E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

1. Desde 2007 esta discussão é realizada no âmbito da disciplina Territorialidade da Relação Campo e Cidade no PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal).

O processo de seleção dos artigos envolveu duas etapas, a primeira selecionou os periódicos conforme critérios de inclusão e exclusão (figura 1) e a segunda identificando os artigos dentro dos periódicos identificados.

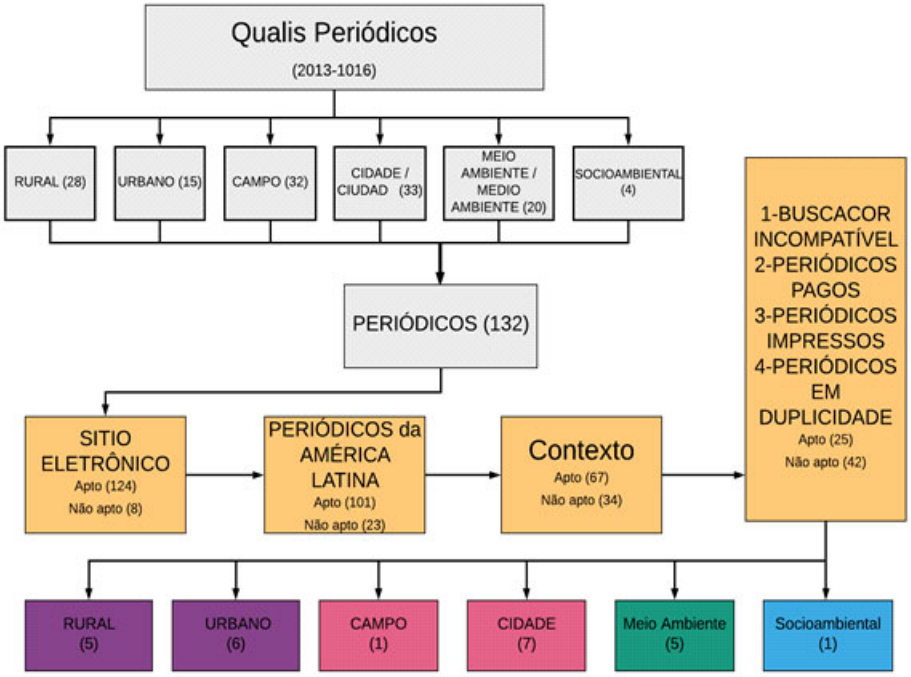


Figura 1 - Primeira etapa - Resultados quantitativos da busca de periódicos contendo as palavras-chave na base Qualis periódico CAPES – 2013-2016.

A primeira etapa foi dividida em cinco fases, na primeira fase foi iniciada com o acesso ao Qualis Periódicos na Plataforma Sucupira, onde se estabeleceu o intervalo temporal desta pesquisa (2013-2016), e foi realizada a busca pelas palavras-chave rural (28), urbano (15), campo (32), cidade (33), meio ambiente (20) e socioambiental (4), na língua portuguesa e espanhola, o que possibilitou identificar todos os 132 periódicos com alguma das palavras-chave pesquisadas, em seu título.

Na segunda fase, o escopo foi identificar os periódicos detentores de páginas na internet, e apresentavam suas publicações disponíveis em seu sítio eletrônico; nesta fase, oito periódicos foram desclassificados por não terem sítio eletrônico, o que impossibilitou a permanência deles na pesquisa.

A terceira fase buscou identificar o país de origem dos 124 periódicos aptos, sendo removido qualquer periódico não pertencente aos países da América Latina, foram identificados e excluídos 23 periódicos por serem de países de outras regiões do globo.

Não há consenso em termos de quais países e territórios abarcam a América Latina, a identidade latino-americana ainda é debatida por muitos autores. O fato é que após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e da CEPAL, o termo "América Latina" se consolidou (Bruit, 2009; Farret, Pinto, 2011; Souza, 2012) e para o presente estudo, consideramos publicação latino-americana qualquer artigo publicado em países do continente americano, que tenham suas raízes nas línguas latinas[2].

A quarta fase teve como objetivo filtrar os periódicos pelo contexto da palavra chave de interesse da pesquisa, esta fase foi necessária devido às palavras "campo" e cidade apresentarem topônimos[3]. Após a retirada dos periódicos que apresentaram topônimos restaram 67 periódicos aptos.

Nesse caminho, a quinta fase teve como finalidade identificar o livre acesso dos periódicos ao seu conteúdo, adotando os princípios da Declaração de Bethesda[4], portanto, foram removidos todos os periódicos pagos, os periódicos que dispunham do conteúdo completo somente na versão impressa ou aqueles em que seus buscadores não permitissem a procura tanto por título, quanto por resumo. Ao tempo que foram removidos os periódicos que apresentaram duplicidade na pesquisa por terem em seus nomes mais de uma das palavras-chave[5].

---

2. A América Latina compreende a quase totalidade das Américas do Sul e Central: as exceções são os países sul-americanos da Guiana e do Suriname e a nação centro-americana de Belize, que são países de línguas germânicas. Para o estudo foram considerados países da América Latina 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.
3. Como exemplo foi localizado os seguintes periódicos, dentre outros: Revista da Faculdade de Direito Milton Campos (ISSN:1415-0778) e Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo (ISSN: 1808-8120)
4. Na Declaração de Bethesda, publicação de acesso aberto requer que autor (es) e titular (es) de direitos autorais concedem a todos os usuários um direito de acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo a uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição adequada da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal. Que esteja disponível uma versão completa do trabalho e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão como indicado acima, em um formato eletrônico padrão adequado é depositado imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório on-line que é apoiado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência governamental ou outra organização bem estabelecida que busca permitir acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo.
5. Apresentou duplicação o periódico Revista Rural e Urbano da UFPE.

Ao término da quinta e última fase da primeira etapa, foram identificados 25 periódicos aptos para a segunda etapa, sendo cinco periódicos em "rural", seis em "urbano", um em "campo", sete em "cidade", cinco em "meio ambiente" e um em "socioambiental".

Ao iniciar a segunda etapa, o propósito foi identificar nos 25 periódicos validados os artigos que apresentavam o debate campo/cidade ou rural/urbano com o meio ambiente e o desenvolvimento socioambiental, para isso, o processo foi dividido em duas fases (figura 2).

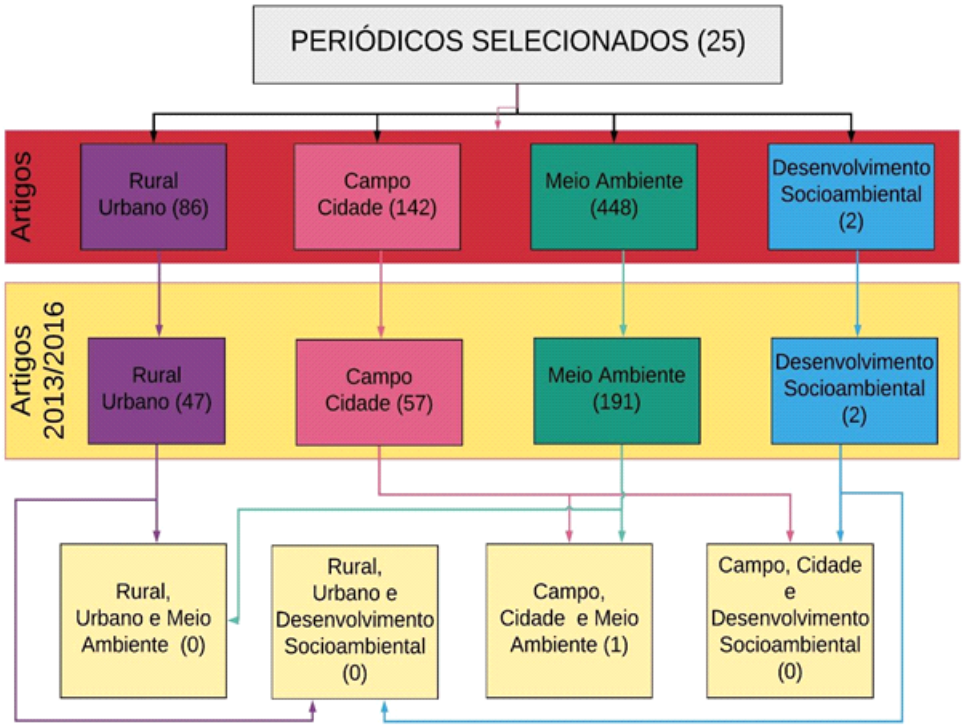


Figura 2 – Segunda etapa - Resultados quantitativos da busca de artigos contendo palavras-chave nos periódicos selecionados

A primeira fase da segunda etapa foram acessados todos os periódicos selecionados e realizada a busca avançada por artigos que contivessem em seus títulos ou em seus resumos os termos "campo e cidade(C-C)", "rural e urbano (R-U), "meio ambiente (MA)" e "Desenvolvimento Socioambiental (DS)". A busca retornou como resultado 678 artigos, sendo 146 artigos com os termos "campo e cidade(C-C)", 86 com "rural

e urbano (R-U), 448 com "meio ambiente (MA)" e somente dois artigos com "Desenvolvimento Socioambiental (DS)"

Já a segunda fase filtrou os artigos pelo quadriênio 2013/2016, removendo os artigos publicados fora deste período, tendo com a aplicação do filtro retornado 297 artigos aptos, sendo 57 artigos com os termos "campo e cidade", 48 com "rural e urbano, 191 com "meio ambiente" e apareceram os mesmos dois artigos da busca na fase anterior com "Desenvolvimento Socioambiental".

Por sua vez, a terceira fase consistiu em identificar os artigos que apresentaram as palavras-chave "campo, cidade e meio ambiente", "campo, cidade e desenvolvimento socioambiental", "rural, urbano e meio ambiente" e "rural, urbano e desenvolvimento socioambiental", o que permitiu quantificar o número de artigos que debatem a relação Campo/Cidade ou Rural/Urbano com Meio Ambiente e/ou Desenvolvimento Socioambiental.

Sendo assim, o resultado da terceira fase demonstrou a ausência de um debate integrado sobre os temas que, ao final, dos 297 artigos identificados, somente um artigo[6] continha mais de uma das palavras-chave, sendo o artigo intitulado *Proposta de espaço livre público para habitação popular em Birigui-sp*, publicado em 2016 no Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes, que em seu resumo apresentou as palavras-chave "campo/cidade e meio ambiente". Entretanto, após leitura do resumo, o mesmo foi considerado inapto, pois a palavra "campo" não tinha seu significado vinculado a relação campo cidade, mas ao termo pesquisa de campo.

A ausência do debate foi o resultado que levou ao aprofundamento da análise nos 297 artigos para identificar a existência de integração parcial entre os temas (figura 3).

6. Proposta de espaço livre público para habitação popular em Birigui-sp, publicado em 2016 no Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes.

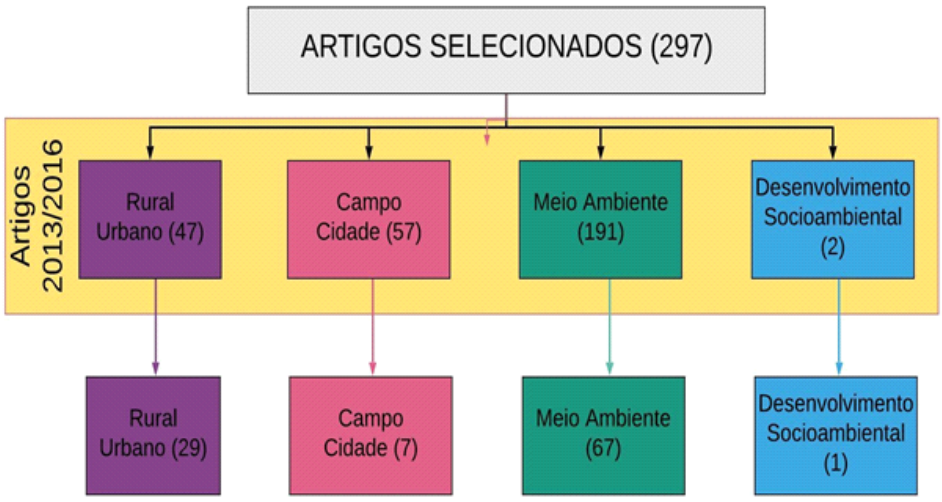


Figura 3 – Terceira etapa - Análise dos artigos localizados nos periódicos

Conforme os resultados anteriores, foi gerada a terceira etapa de tratamento dos dados conforme figura abaixo:

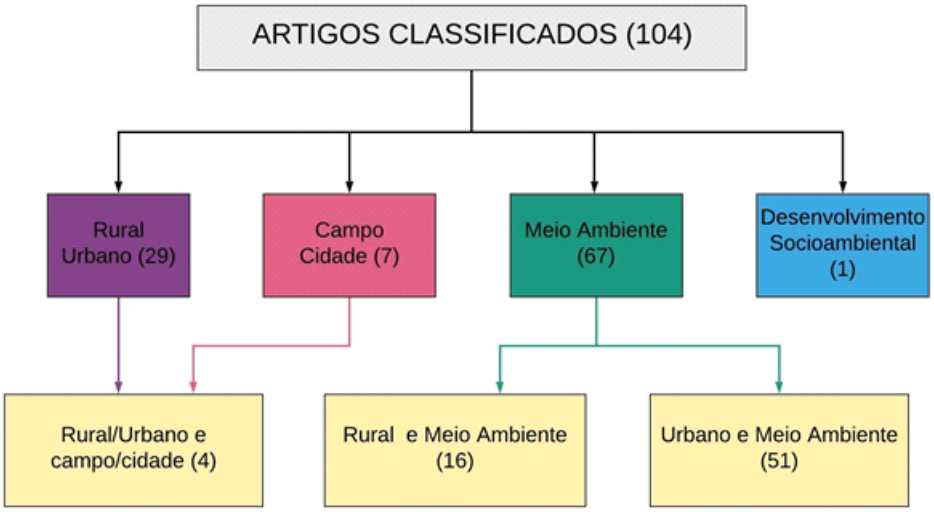


Figura 4- Seleção final de artigos

A terceira etapa tratou de analisar os artigos localizados nos periódicos e verificar seu conteúdo. Os 297 artigos passaram por nova triagem, conforme observado na figura 3, no qual tiveram seus títulos e resumos revisados e 193 foram removidos do conjunto final de artigos por não preencherem os requisitos delimitados na pesquisa[7], apesar de durante o processo conterem elementos de aptidão.

Ao final, foram identificados 104 artigos (figura 4), para ter o conteúdo analisado, sendo 29 com as palavras-chave rural/urbano, sete com campo/cidade, 67 com meio ambiente e um com desenvolvimento socioambiental. Porém, quatro artigos, por apresentarem tanto as palavras-chave rural/urbano, quanto campo/cidade são contabilizados em ambos os grupos, sendo assim, o número final de artigos a serem analisados é de 100 artigos.

O panorama das publicações sobre rural, urbano, campo e cidade e meio ambiente

O conjunto de artigos classificados pela métrica da produção científica sobre rural, urbano, campo, cidade, meio ambiente e desenvolvimento socioambiental, publicado em periódicos científicos na América Latina entre 2013 e 2016, disponibilizados e qualificados pela base Qualis/periódicos da CAPES, reúne 100 artigos com as palavras-chave pesquisadas, após aplicados todos os critérios de depuração conceitual e duplicidade de contagem.

Dos 67 artigos referentes ao meio ambiente, apesar de não apresentarem a discussão sobre rural/urbano, o mesmo discute a relação do meio ambiente tanto com o rural, com 16 artigos, quanto com o urbano com 51 artigos, o que aponta o âmbito de estudos temáticos interdisciplinares, intersetoriais ou territoriais para a integração da discussão meio ambiente, ruralidade e urbanidade qualificada como conteúdo de lacuna de pesquisa.

Quando a questão é desenvolvimento socioambiental, em termos numéricos, constatou-se que o debate precisa ser amadurecido em matéria de constituição do tema como identificação de um campo de estudos, o que traria a discussão do interior do artigo para apresentar-se como tema ou no título da pesquisa ou no seu resumo, possibilitando a identificação do debate e seus contextos em assuntos de interesse de pesquisas.

7. A palavra-chave Rural/Urbano apresentou 18 artigos inaptos, nesta fase foi identificada uma falha no buscador do periódico Revista Rural e Urbano – UFPE, onde o mesmo ao fazer a busca no resumo identificava a palavra rural e urbano, mesmo na ausência destas, devido a este erro, 13 artigos foram removidos. Os outros cinco artigos foram removidos por estarem fora do contexto pesquisado. A palavra-chave Campo/Cidade apresentou 50 artigos inaptos, 37 devido a palavra campo ser referente a pesquisa de campo, um por não ser artigo, mas um ensaio, nove apresentavam campo em contextos diversos. A palavra-chave "meio ambiente" apresentou 124 artigos inaptos por estarem fora do contexto pesquisado. A palavra-chave desenvolvimento socioambiental apresentou um artigo inapto por estar fora do contexto pesquisado.

Em referência ao rural/urbano e campo/cidade, a apreciação dos dados apresentados deixa patente que dentro da América Latina a publicação de artigos sobre o tema, em periódicos tidos como o lugar de referência da produção científica, ainda é baixo, porém quando comparado com meio ambiente, um tema em destaque na sociedade atual que apresentou 67% dos artigos, os 32% discutindo a relação rural/urbano e campo/cidade demonstra que o tema está ganhando força, quer como termos de espacialidades quer como termo de relações.

Portanto, ao final foram considerados para o estudo 100 artigos de 17 periódicos de 4 países (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia). O Brasil dentre os países apresentados é o que mais publicou artigos, e detém também o maior número de periódicos publicando sobre as palavras-chave (figura 5).

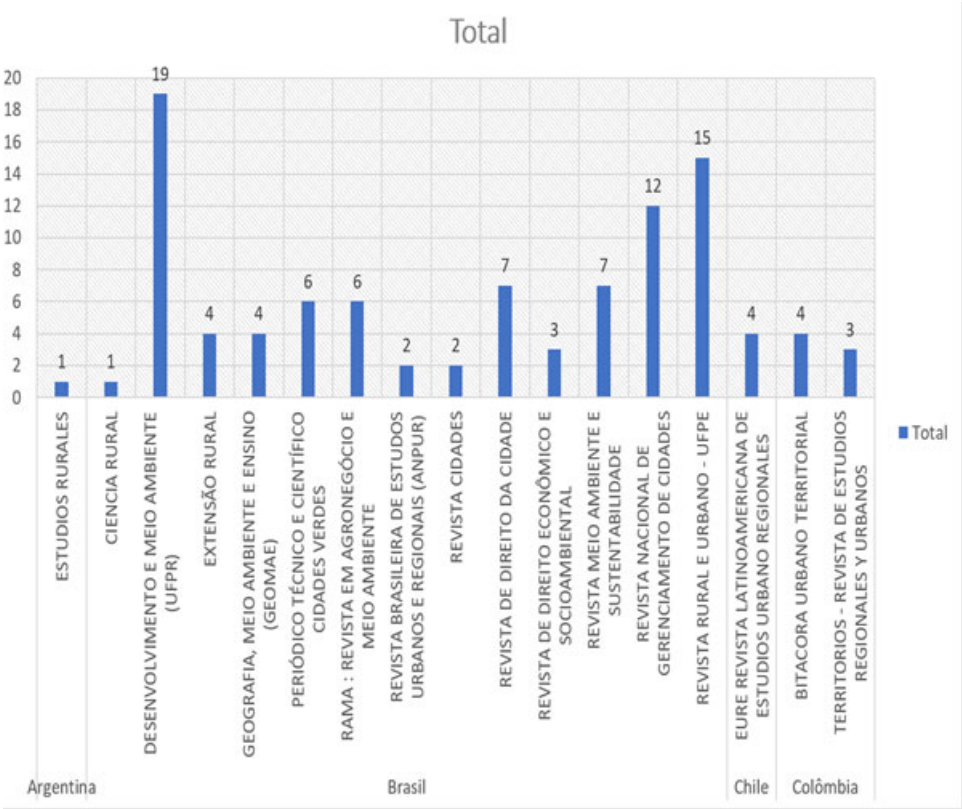


Figura 5 - Quantidade de artigos publicados anualmente por periódico e país de origem

A publicação de artigos nos periódicos no quadriênio 2013-2016, apresenta-se de forma assimétrica, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 19 artigos (figura 4), que totalizam os referidos 100 trabalhos. O Brasil publicou 88% dos artigos, bem como é o país que apresenta o maior número de periódicos (13).

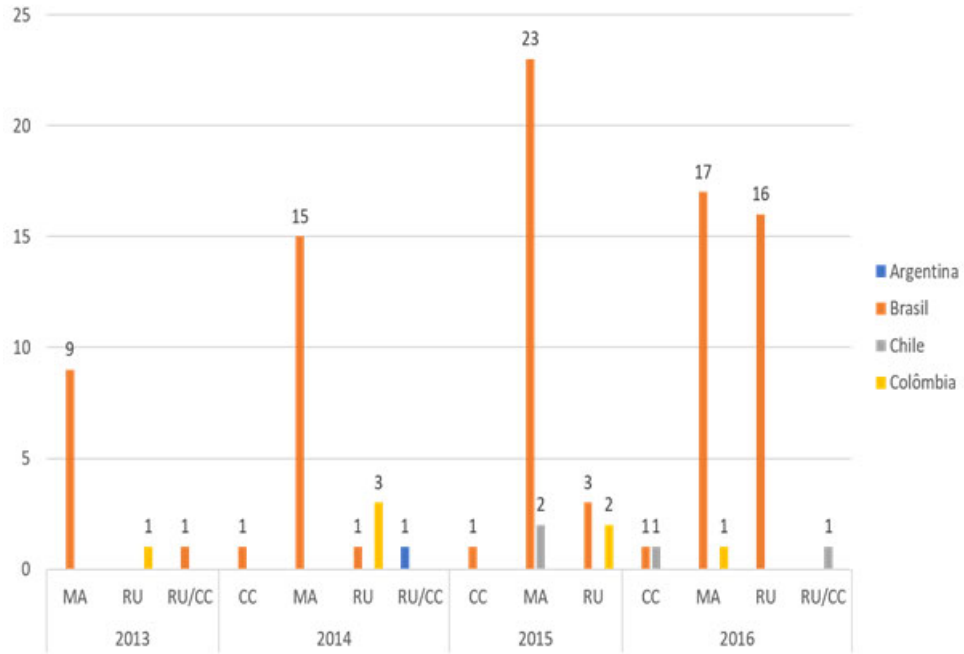


Figura 6 - Quantidade de artigos publicados anualmente por palavra chave e país de origem

A análise dos artigos publicados por ano, país e palavras-chave (figura 6), demonstra duas coisas: primeiro, ocorreu um crescimento gradativo no quadriênio do número total de artigos publicados, enquanto que em 2013 ocorreu um total de 11 publicações; já no ano de 2016 as palavras-chave apresentaram 37 publicações; segundo, a ascensão do debate rural/urbano (RU), no ano de 2013 houve somente um artigo publicado, porém, no ano de 2016 foram publicados 16 artigos, se aproximando de meio ambiente que publicou 17 artigos.

Diálogo na evolução da produção científica nucleada pelo rural na relação com o urbano e meio ambiente

O recurso metodológico de análise quantitativa de produção científica tem ganhado espaço acadêmico quer como bibliometria que como cientometria (Santos, Kobashi, 2009), o que, ao lado de pesquisas bibliográficas sistemáticas (Contandriopoulos *et al*., 2010) emergem como recursos metodológico significativos para fazer avançar a ciência. Contudo, o exame qualitativo dos resultados metrificados a partir dos seus critérios, possibilitam a identificação de interesses e lacunas conforme a perspectiva teórico-epistemológica assumida na descrição do quantitativo.

A preocupação ou interesse científico que move os autores para reconhecer a natureza do diálogo científico brasileiro com a América Latina através do rural na relação com o urbano e o meio ambiente e desenvolvimento socioambiental se assenta numa perspectiva contra hegemônica diante daquela que aponta a inexorabilidade da urbanização homogeneizante dos espaços e das relações sociais, ou diríamos, dos territórios e suas sócio-espacialidades, tomadas como relações entre sociedade e natureza, na qual os seres humanos assumem papel preponderante na configuração de problemáticas ambientais. Dito de outro modo, compreende-se que problemáticas ambientais o são aquelas decorrentes das intervenções humanas em toda a sua complexidade social, econômica, política e cultural, configuradoras do que denominam de desenvolvimento socioambiental.

O lugar do Brasil nessa parametrização realizada neste artigo evidencia a importância e, por conseguinte, a responsabilidade brasileira na indução científica de determinada mentalidade sobre o desenvolvimento, na medida em que ocupa o lugar de maior número de publicações quer como periódicos quer como artigos, onde é parca a interseção entre o rural, anunciado como a desaparecer, mas que está sempre na pauta de conflitos, e o urbano, anunciado como padrão civilizatório industrial de desenvolvimento, mas que carrega a crise ambiental, e efetivamente o desenvolvimento socioambiental que envolve o planeta Terra em sua totalidade.

Em que pese a simplificação metodológica para garantia de credibilidade analítica quantitativa, que resultou na análise de apenas 5 periódicos dos 28 rastreados para a palavra-chave rural, 6 dos 15 para urbano, 1 dos 32 para campo, 7 dos 33 para cidade, 5 dos 20 para meio ambiente e 1 dos 4 para socioambiental, cabe-nos chamar a atenção para o fato de que, parte dessa redução é decorrente da privatização do conhecimento científico através da restrição de publicação e acesso aos periódicos e artigos mediante pagamento.

Esta situação se revela agravada ao se considerar que, numa temática que atinge os que vivem no mundo rural como lugar de trabalho e vida, dos 678 artigos capturados na primeira triagem, apenas 100 atenderam a todos os critérios de inclusão, dos quais

29 com as palavras-chave rural/urbano, 7 com campo/cidade, 67 com meio ambiente e 1 com desenvolvimento socioambiental. Portanto, os números ilustram lacuna de pesquisa que interconecte as problemáticas, mas também que trate especificamente sobre desenvolvimento socioambiental[8].

Considerações finais

Ao término da busca, adotando a metodologia apresentada, ao tentar identificar o diálogo entre as palavras-chave ficou constatada não haver artigos publicados no quadriênio que tragam o debate da relação campo/cidade, rural/urbano com meio ambiente e desenvolvimento socioambiental na América Latina.

A filtragem dos artigos demonstrou que não houve nos periódicos analisados um debate relacionando o campo/cidade e rural/urbano, com o meio ambiente e o desenvolvimento socioambiental, porém as temáticas, quando observadas em separado, ao serem analisados os artigos, evidenciaram, principalmente em relação ao meio ambiente, que existe relação com o rural ou com o urbano, dissociação que pode ser qualificada como lacuna de pesquisa.

Por fim, para além da metrificação, este artigo aponta para nova fase de pesquisa em que sejam examinadas a abordagem teórica e epistemológica e conceitual ou categórica do desenvolvimento, vislumbrando as condições de vida humana em países da América Latina a partir de conflitos socioterritoriais que carreguem tensões entre o rural e o urbano.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão nº 702. IPEA: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2360>. Acesso: 01 nov. 2017.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Campo e rural na metrópole*:* sinais de um padrão civilizatório. *Tese de Doutorado*. Tese (Doutorado)–CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo e MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: *Identidades Sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

8. Distingue-se esta perspectiva daquela que trata a problemática ambiental vislumbrando o desenvolvimento como sustentável.

BRUIT, Héctor Hernán. A invenção da América Latina. In: *V Encontro da ANPHLAC*. 2009, Disponível em: < http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf> Acesso em 19 de dez. 2017

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: *Mundo rural e política*. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 95-118, 1999.

CONTANDRIOPOULOS, Damien et al. Knowledge exchange processes. In: *Organizations and policy arenas: a narrative systematic review of the literature*. The Milbank Quarterly, v. 88, nº 4, p. 444-483, 2010.

CORNELL, Elias. *Arquitetura da relação campo e cidade*. Brasília: Editora Alva, 1998.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues**.** *América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, nº 23, p. 30-42, 2011. Disponível em:< http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012023002> Acesso em: 15 de dez. 2017.

SANTOS, Milton (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, Nair Yumiko. *Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações*. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 2009. Disponível em:< https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10089/1/BIBLIOMETRIA%2c%20CIENTOMETRIA%2c%20INFOMETRIA_CONCEITOS%20E%20APLICA%C3%87%C3%95ES.pdf> Acesso em: 15 de dez.2017

SILVA, Rhafic Concolato da. Ruralidades, urbanidades e relações campo-cidade. Nadir: *Rev. electron. geogr. Austral*. Ano 6, n° 1 Jan-Jul 2014. Disponível em: <http://revistanadir.yolasite.com/a%C3%B1o-6-n%C2%B0-1-enero—julio-2014.php>. Acesso: 02 out. 2017.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 4, nº 4, p. 29-39, 2012. Disponível em:<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>. Acesso em 12 dez. 2017.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 4, nº 4, p. 29-39, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>. Acesso: 12 dez. 2017.

SUBER, Peter et al. *Bethesda statement on open access publishing*. 2003. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso: 06 set. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *CLACSO*, Norma Giarracca. *Una nueva ruralidad em América Latina***?** Consejo Latinoamericano de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso: 02 out. 2017.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história da literatura*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

América Latina: a política do urbano no contexto do neopopulismo democrático e a negação das políticas sociais

Margarita Maria Lara Neves*

Introdução

A iniciativa foco deste estudo é a de promover uma reflexão sobre a necessidade de superar o abismo analítico entre a ciência politica e os estudos urbanos. Uma tentativa inicial de desenhar os contornos teóricos de um estudo de pós-doutorado em que a partir da politica do urbano, formulada no contexto de uma plataforma democrática eleitoral inercial, fundamentada no populismo, na corrupção e na preservação dos privilégios de parte das elites politicas nos aponta para alguns indicadores que acentuam a negação do direito à cidade, a despolitização das massas e a segregação urbana.

Desde outra perspectiva de análise, a cidade, enquanto espaço de materialização das politicas públicas configura um espaço de fragmentação da lógica de localização dos equipamentos urbanos e programas sociais, dificultando a formação de uma centralidade urbana favorável à construção de uma cidadania ativa. O resultado não se configura outro que o de um retrocesso nas condições de preservação da dignidade humana, uma acentuação da vulnerabilidade nas relações de contratação, de emprego e renda, repercutindo negativamente no desenvolvimento socioeconômico.

Este tem sido o panorama das metrópoles latino-americanas desde o fim das ditaduras militares, preservando as devidas diferenças decorrentes dos níveis de capital social e o respectivo empoderamento quando em presença da construção de um projeto coletivo de sociedade civil organizada.

Em etapa seguinte se identificam algumas variáveis de análise e se apresentam algumas ponderações conceituais que permitem avaliar a dimensão dos conflitos, e ainda, uma reflexão que propicia entender a condição de violência urbana que tem alcançado algumas cidades, consequência da desmoralização dos agentes políticos, da deslegitimação das instituições públicas e da descentralização do Estado.

* Doutora em Desenvolvimento Urbano/Políticas Públicas pela UFPE (2006). Professora do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UNICAP desde 2011. E-mail: margarita.neves@gmail.com

Neopopulismo democrático

Há certos aspectos da cultura politica latino-americana que dificultam a implantação de uma forma democrática representativa de governo: o clientelismo, o patrimonialismo, a intervenção das crenças religiosas na politica e a cultura hierárquica. Ao longo do século XX a historia de América Latina tem constituído uma busca por soluções alternativas à crise de predomínio oligárquico que dificulta a construção de uma ordem democrática estável e o atendimento às demandas sociais de elevados contingentes populacionais.

Posteriormente aos processos de descolonização latino-americana na primeira metade do século XIX a ordem oligárquica era elitista e excludente em todas as instancias da vida em sociedade. O populismo detinha contornos acentuadamente nacionalistas, autoritários em algumas circunstancias, de encontro ao imperialismo e às oligarquias mais do que ao regime capitalista. Na contemporaneidade o neopopulismo caracteriza-se por constituir um obstáculo à consolidação de um processo democrático representativo e à modernização das estruturas produtivas; em algumas ocasiões o ideário liberal se reaproxima do autoritarismo e se distancia da democracia, privilegiando as liberdades econômicas em detrimento das liberdades políticas.

Talvez um dos dilemas mais difíceis de superação na América Latina no período posterior à derrocada das ditaduras militares seja a exclusão social. Esta realidade excludente acompanhada do desinteresse das elites tradicionais em responder às demandas sociais tem favorecido o fortalecimento do populismo e a demagogia associada a este. Pode-se falar então de democracia participativa, de democracia eleitoral, mas não de democracia representativa, aquela que de fato e de direito reúne as aspirações de um povo que estabelece suas prioridades junto aos agentes políticos que atuam nas diversas instancias do poder.

Walker (2006) analisa o fenômeno do neopopulismo e afirma que se caracteriza pela existência de partidos políticos ausentes de ideologia e pela presença no governo de um líder personalista e de uma massa popular uniforme. Constitui uma ameaça à consolidação democrática o desempenho medíocre de um governo e o seu desinteresse em satisfazer as demandas sociais; reivindicações populares por melhores condições de vida anunciam a obsolescência do sistema politico tradicional e apelam por transformações na base econômica do sistema.

Fenômeno recorrente na historia da América Latina e compatível com diversos modelos econômicos, o neopopulismo corresponde a uma ruptura da ordem politica e institucional vigente. Quando se busca instituir uma nova ordem politica se fazem evidentes as fissuras entre a democracia e o populismo, o discurso de ruptura fica agravado pela crise de governabilidade instalada entre os agentes políticos impopulares que vao perdendo legitimidade perante o povo.

Na visão de Panizza (2008) os discursos populistas radicais criticam o neoliberalismo contemporâneo, denunciando como corruptos os partidos políticos tradicionais que reduziram a atuação do Estado, no que se refere às politicas sociais, empobrecendo a população. O autor afirma que a polarização politica entre os excluídos e o *establishment* se materializa nos *outsiders*, candidatos presidenciais que não se enquadram nas regras do jogo eleitoral tradicional do passado e se propõem a enfrentar a falta de perspectivas na superação de conflitos de ordem econômica.

Na atualidade o que impulsiona o populismo e outras formas personalistas de liderança conforme Savarino (2006) é a vocação messiânica e redentora de um povo rodeado de incertezas, consumido pelo desemprego, a insegurança e os conflitos étnicos e religiosos associados à erosão de um universo de valores de referencia, consequência de uma globalização cultural arrasadora e homogeneizadora dos universos simbólicos.

Democracias eleitorais

Alguns antecedentes históricos propiciam elementos que permitem entender a cultura politica latino-americana: concentração de renda, desigualdade social e precariedade da oferta de serviços sociais. Curiosas afirmações falam da indiferença do povo entre optar por um regime democrático ou por um regime autoritário, desde que seja assegurado o acesso às politicas sociais, atitude que demonstra o lamentável estado de apatia politica alcançado de parte da sociedade civil.

Na atualidade as democracias latino-americanas deixam transparecer antecedentes inerciais no que se refere à preservação das liberdades politicas e individuais, à prática da justiça social e da equidade. O retrocesso evidenciado em algumas práticas politicas tem ocasionado alguns retornos ao autoritarismo em democracias que se apresentavam em processo de transição. Estes novos autoritarismos não se revestem mais de golpes de Estado e sim se apresentam na condição de personalismos presidenciais, causa e consequência da crise que vicia a autonomia dos distintos poderes de Estado, alcançando legitimidade pela via eleitoral livre e competitiva.

Fragilizam-se as instituições democráticas, propiciando claras evidencias da intervenção da politica nas questões jurídicas e vice-versa. Novas formas de dominação autocrática surgem, não mais pela via das armas e sim pelo voto popular. Investimentos em capital social que empoderam os cidadãos com discernimento, responsabilidade e capacidade associativa e que permitem fortalecer a construção do coletivo não constituem pauta prioritária na agenda governamental.

A medida do capital social de que um agente individual dispõe é diretamente proporcional à extensão de sua rede de relações, Putnam (1996) entende que estas redes contribuem para fortalecer a estabilidade dos governos democráticos, consolidando hábitos de cooperação, solidariedade e confiança interpessoal no ato de participação na

politica. Segundo o autor, a confiança politica é essencial à legitimidade e governabilidade de um regime democrático. Uma crise de confiança politica ocorre quando a estagnação do desempenho socioeconômico se confronta com o crescimento das demandas populares, da insatisfação, da erosão da comunidade cívica e da desconfiança interpessoal.

Power; Jamison (2005) se referem à crise de confiança como a falta de *accountability,* isto é, a ausência de ética e transparência nas contas públicas, nas instituições e nos partidos políticos, um sentimento inútil dos eleitores de que as autoridades não podem ser cobradas. Eles acrescentam que o frágil desempenho econômico dos governos, o comprometimento da legitimidade alcançada pelos agentes políticos viciados nas práticas de corrupção e o uso instrumental das instituições públicas em favor dos interesses das elites detentoras do poder, fatores indutores da desconfiança politica; afirmam ainda, que os seus beneficiários são as forças históricas da ordem: os militares. As elites autoritárias são privilegiadas pelo caminho traçado pela desconfiança politica. Fortalece-se o sentimento de apatia de parte da população em relação à corrupção, reflexo direto da impunidade que acompanha esse delito; a indiferença acarreta graves consequências aos direitos e às politicas sociais.

Há 25 anos Huntington (1993) anunciava o inicio da terceira onda democrática na América Latina, fenômeno que parece estar chegando ao fim; são civis e não militares aqueles que conduzem os Estados a níveis mínimos de democracia, a regimes políticos com características populistas, em presença de lideranças medíocres, incompetentes e vazias que adotam práticas clientelistas, acentuando o descaso com as politicas sociais e a cidadania passiva. Na terceira onda democrática observa-se uma paralisação da democracia de cunho liberal no que diz respeito à amplitude dos direitos políticos e das liberdades individuais, e ainda, praticam-se frequentes violações aos direitos humanos, caracterizando um regime politico híbrido, uma forma incompleta de transição democrática.

A sociedade não faz parte de um projeto coletivo de construção do bem estar social, esta é utilizada funcionalmente para o processo de produção e privatização da riqueza. O Estado capitalista desempenha duas funções básicas: acumulação e legitimação. Os grupos sociais fornecem os recursos financeiros para a realização das politicas sociais e o Estado mantém as condições para uma expansão capitalista, minimizando os efeitos da função de acumulação. As politicas sociais entendidas como legitimadoras do aparelho do Estado se encontram a serviço do capital, favorecendo financeiramente à classe dominante. Partidos políticos de esquerda e direita respondem invariavelmente aos mercados, desafiando a representatividade politica do sistema de governo e as metas de inclusão social, acentuando, portanto, as desigualdades e comprometendo a distribuição da riqueza.

Vícios de caráter ético-político, dentre eles as práticas corruptivas que se configuram como atos de imoralidade pública e privada comprometem os gastos com politicas

sociais e elevam os índices de regressividade do sistema fiscal. Outro fator de politica governamental, componente formal e material da estrutura do Estado e que atua em etapa anterior à tomada de decisão é a burocracia pública. Impossível pensar em politicas públicas sem a compreensão da função que desempenha a administração publica burocrática. A formação do aparelho burocrático no interior do Estado e das instituições representativas acentua o distanciamento entre a sociedade e os agentes políticos, dificultando a articulação necessária para a garantia dos serviços públicos e a implementação das politicas sociais, segundo analisa Leal (2013) In Souza; Machado (2016).

A burocracia de conformidade com esses autores estabelece um critério de promoção hierárquica baseado na competência e nos incentivos privados individuais, um conjunto de regras de organização que obedecem ao preceito de eficiência administrativa. Constitui um processo de decisão politica cujos conteúdos essenciais são definidos em sistemas de negociação que se realizam entre as burocracias estatais e os grupos detentores do poder na sociedade, e ainda, entendida enquanto forma de organização humana pautada na racionalidade, a burocracia relaciona os meios e os fins e se propõe a objetivar eficiência sem comprometer a justiça social.

Martorano (2007) indaga o porquê no regime capitalista não se verifica uma maior participação popular na politica, além do simples comparecimento eleitoral, tanto esporádico como obrigatório. A democracia então parece estar relacionada a uma determinada estrutura social que estabelece determinadas condições ao seu funcionamento; esta cria barreiras institucionais frente à possibilidade de emergência de conflitos sociais e reivindicações populares. A presença de sistemas de filtragem no funcionamento das instituições politicas privilegia a determinados grupos de interesse que se beneficiam das decisões politicas e não oferecem riscos ao sistema, ocasionando um atraso nas esferas da vida social, excluindo assim, expressivos grupos da participação dos resultados da ação do poder publico.

As instituições politicas da democracia eleitoral permitem a presença, no cenário politico, de interesses funcionais à reprodução do capitalismo. Esta ação estratégica faz com que o conjunto da população vá perdendo o interesse pela politica. A liberdade politica é o reconhecimento jurídico formal da igualdade entre os cidadãos na esfera politica, no entanto, seu usufruto é desigual, admite o autor.

Constitui uma barreira à ação politica popular o exercício do uso politico das instituições publicas no processo decisório estatal. Uma das formas de exercício do poder na democracia eleitoral é manifestada pela representação politica, onde os eleitores delegam poder aos eleitos pelo voto. O povo é apenas o titular formal da soberania politica. Questionada a noção de representação, a democracia deixa de ser uma forma de poder delegado pelo povo, passando a configurar uma forma de poder exercido pelos políticos e funcionários públicos sobre o povo.

Políticos profissionais do sistema capitalista consolidam regimes democráticos pelo interesse comum de assegurar suas carreiras e seus privilégios, vivendo "mais da" politica e "menos para" a politica. Um segmento significativo do eleitorado politico parece ter perdido qualquer expectativa de poder influenciar decisões politicas pelo voto, especialmente aquelas relacionadas a interesses vinculados à manutenção do sistema capitalista.

Nestas condições a democracia seria bem sucedida se limitasse a participação dos cidadãos na política, entendendo que um incremento da intervenção deste grupo social colocaria em risco o regime democrático. Pode-se concluir que um elemento valioso da democracia é a formação de uma elite politica que disputa os votos de um eleitorado passivo. Uma gestão coletiva constitui um ato de aprendizado da ação politica, onde se discutem os obstáculos para efetivar uma ação popular e as condições necessárias para a superação dos conflitos.

Politica do urbano

A intervenção do Estado no espaço urbano brasileiro repercutiu com maior intensidade a partir da década de 1980 quando da constituição de empresas públicas nas áreas de saneamento, energia, habitação e transporte, reservando à esfera local os serviços de limpeza urbana e a regulamentação do uso do solo. Na década de 1990 novas iniciativas foram implementadas nas áreas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos de baixa renda, zoneamentos especiais e parcerias publico-privadas que viabilizaram grandes projetos urbanos em áreas metropolitanas.

A cidade é o espaço de realização das politicas publicas que constituem ações do Estado que incidem no território e na vida urbana. A implementação local das politicas sociais gera um fluxo espacial de agentes públicos e usuários que se centraliza na localização de equipamentos urbanos e na implementação de programas sociais. A interação entre a politica do urbano e o espaço da cidade gera uma espacialidade de processos que, dependendo da qualidade dessa interação, fala de justiça social ou de desigualdades sociais advindas do processo de segregação urbana.

No seu artigo Kowarick (1979) aborda o fenômeno social denominado de espoliação urbana que se caracteriza por um sentimento de exclusão, de injustiça social, da precariedade da oferta de serviços de consumo coletivo, de negação da cidadania, configurando um ato de violência urbana no espaço público. A apropriação privilegiada do espaço público desmoraliza as instituições democráticas, se realiza pelo empoderamento dos detentores do excedente que, pela espacialização segregada da politica do urbano, atuam no sentido de preservar a concentração de riqueza e poder, fazendo do espaço uma dimensão constitutiva da politica onde interagem governos e instituições. A segregação do cotidiano, produto da espoliação urbana analisada pelo autor, é um contraponto à concentração espacial que favorece a sociabilidade indutora da construção de uma comunidade de interesses.

Os atores que participam das relações Estado/espaço são os políticos, os capitalistas do urbano e as organizações da sociedade civil onde a politica do urbano se entende como uma interação de parcerias, negociações, conflitos e alianças entre os agentes e as instituições. A despeito destas intervenções da politica no campo das cidades, Marques (2017) fala de um abismo analítico entre os estudos urbanos e a ciência politica, ponto fundamental na agenda de estudo do pós-doutorado da autora desta reflexão, porque alerta para um distanciamento inoportuno e inexplicável, dada a relevância transdisciplinar imprescindível quando da abordagem dos conflitos que inviabilizam a materialização das politicas públicas no espaço das cidades metropolitanas.

Nos territórios locais predominam formas de poder horizontalizadas, estas se relacionam entre si, com o serviço público, o empresariado e a esfera politica; as formas de poder verticalizadas falam de como estes agentes se relacionam com agentes de outras dimensões escalares. A esfera econômica, politica, cultural, os valores e as tradições, entre outras, se entrelaçam e se articulam nos territórios locais.

Na visão de Meyer (2009) as localidades são um meio e um entorno determinantes do bem estar coletivo. Assim, incentivar a sua compreensão como um produto social objeto da politica tende a enfatizar a ideia de que podem ser orientadas a melhorar as condições de vida de expressivos contingentes populacionais localizados em áreas urbanas. É fundamental entender sobre as condições de trabalho, emprego, qualidade de vida, sociabilidade, existência ou não de politicas sociais, proteção ambiental, transporte coletivo, espaços públicos de recreação, conectividade e a promoção de uma inteligência institucional capacitada a resolver conflitos e privilegiar os interesses de uma coletividade.

A politica do urbano enquanto construção coletiva requer o compartilhamento do seu estudo, desprovido da monopolização epistemológica de parte de uma ciência especifica. Xavier (2006) entende que analisar a cidade pela diversidade ótica das diferentes ciências é o caminho fértil para avaliar as perspectivas de materialização da cidadania e o preparo do terreno politico e dos espaços públicos para o exercício das liberdades politicas e individuais.

Viver em sintonia com a natureza não é algo simplesmente estético ou ecológico, é uma questão também ética, uma obediência a uma lei natural e moral, a valores adotados pela sociedade. Se aceita o relativismo moral e cultural, no entanto não se questiona a conduta ética que direciona a convivência humana.

É preciso dar uma resposta ao profundo sentimento de injustiça social, fiscal e territorial que se materializa nos grandes centros urbanos. Nas cidades a procura por estruturas urbanas que ampliem os indicadores de dignidade e de justiça, que rompam com o *ethos* utilitarista e individualista na perspectiva das relações sociais é essencial. Nas cidades contemporâneas foram criados espaços insignificantes, inexpressivos e neutralizantes, espaços que dissipam a ameaça do contato social. A despolitização das

massas e a inexistência de ideais políticos comuns colaboram na negação do direito à cidade.

Os estudos urbanos integram arte e técnica no processo de planejamento e intervenção na cidade, o direito urbanístico revigora os limites e o controle do poder publico na relação entre os indivíduos e os seus bens de consumo coletivo, corrigindo os desequilíbrios urbano-ambientais e promovendo ações democrático-participativas.

Desagregação da vida politica na cidade

O vínculo entre cidadania civil e cidadania politica defendido por Habermas (1997) estabelece a dependência mutua entre as liberdades de ação do sujeito de direito privado e a autonomia publica do cidadão, quer dizer, o vinculo entre os direitos humanos e a soberania popular, uma articulação entre o Estado de Direito e o Estado Democrático. Os direitos civis fundamentam a concepção da cidadania. As instituições democráticas formais convivem com uma cidadania expressa pela reduzida capacidade participativa, pelo descrédito na eficácia do Estado e pela existência de uma cultura cívica predatória, estabelecendo um vazio de controle democrático e de expectativas legítimas, características da nossa cultura cívica, elemento fundamental à eficácia das politicas governamentais.

Santos (1993) define a expressão *agency* como a habilitação dos cidadãos na participação da dinâmica democrática, dotando o sujeito racional das condições necessárias ao exercício da autonomia, da preservação da integridade física e da promoção da capacidade de decidir em termos dos seus reais interesses. A segregação urbana interfere diretamente nas possibilidades de habilitação da *agency* e no exercício efetivo dos direitos da cidadania. Os desequilíbrios de acesso aos recursos materializados no espaço urbano em razão da localização residencial e da distribuição desigual dos equipamentos e serviços urbanos, da apropriação da riqueza e do bem estar social, reproduzem e acentuam as desigualdades. A violência urbana retrai o tecido associativo e promove formas perversas de sociabilidade, disseminando a cultura do medo e constituindo novos significados políticos e culturais do espaço urbano. Processos de fragmentação social do espaço urbano caminham na direção da negação dos requisitos para a habilitação da cidadania e o fortalecimento da *agency*.

Na visão de Brandão (2016) o Brasil ergueu uma sociedade urbana complexa, fruto de uma urbanização precária que ocupava espaços urbanos ilegais, sob o controle de elites fundiárias e imobiliárias, escassamente submetidas ao disciplinamento do poder publico e dos desígnios coletivos. A resultante foi uma maquina de crescimento urbano instalada no contexto periférico do capitalismo mundializado, de elevada concentração espacial. Uma sociedade multicultural que se desenvolve no contexto de uma economia urbana, simultaneamente moderna e excludente, social e ambientalmente predatória. As condições de habitabilidade no meio urbano se agravaram pela violência,

a insegurança, o desemprego e a precarização das relações de trabalho, concomitantemente às operações de *gentrification* que promoviam a apropriação seletiva do espaço urbano.

O sentimento de insegurança e de desconfiança interpessoal tem destruído os laços de sociabilidade, debilitando os processos identitários e impedindo a construção de ações coletivas. O cidadão não encontra, cultural e institucionalmente, incentivos seletivos para buscar solucionar os conflitos diários que se apresentam na esfera pública dos centros urbanos. Esta situação foi amenizada a partir da criação do Estatuto da Cidade em 2001 que regulamentou um conjunto de instrumentos que garantem a função social da propriedade, gerando uma elevada expectativa politica sobre o avanço participativo dos Planos Diretores Municipais.

A politica social deveria ser pensada a partir de coletivos portadores de direitos, no entanto a ela se incorpora uma noção utilitária onde os beneficiários devem negociar junto ao poder publico uma relação de troca contratual, na condição de cliente, parceiro ou consumidor que detêm diferentes poderes aquisitivos. A cidade passa a ser gerida por formas diferenciadas de poder corporativo que participam da acumulação urbana: capital promotor de operações imobiliárias, capital empreiteiro de obras publicas, capital concessionário de serviços públicos e capital incorporador imobiliário.

As conquistas da cidadania devem ser entendidas como conquistas na construção de novas formas de sociabilidade. A noção de direito à cidade dialoga concreta e historicamente com as conquistas por cidadania entre os moradores da periferia urbana que detêm seus direitos negados cotidianamente. A democracia, portanto, passa a ser o melhor mecanismo de afirmação dos interesses das elites e das classes medias, excluindo, privilegiando e subordinando; ações perversas que materializadas no espaço urbano favorecem a desigualdade e a injustiça social.

Ter direito à cidade significa assegurar infraestrutura urbana e serviços públicos, direito a uma centralidade renovada e a locais específicos de trocas e de encontros comunitários. Desse modo, o conceito de direito à cidade se aproxima da dimensão social da cidadania, ampliando as reivindicações em torno das garantias e a efetivação de espaços de participação politica.

Demandam-se novos direitos políticos de participação popular na formulação de politicas publicas e na efetivação dos direitos sociais. A cidadania não deve ser estruturada de forma a negar os direitos sociais à periferia urbana, violando ainda os direitos civis. Fontes (2018) entende que esse processo de exclusão do status de cidadania plena e a negação do direito à cidade constituem uma estratégia politica desagregadora que acentua os contornos inerciais da democracia eleitoral.

No contexto atual, os movimentos culturais e identitários ganham força nas periferias urbanas, então o direito à diferença ganha força em detrimento do direito à igualdade, historicamente reivindicado nesses lugares. Entende-se o direito à periferia,

na interpretação do autor, como uma categoria capaz de reconhecer a existência de um vínculo intrínseco entre a igualdade e a diferença, uma estreita relação entre a vida politica e cultural de um lugar, uma conquista do direito à cidade.

Considerações finais

As práticas autoritárias presentes tanto em governos de esquerda como de direita vem promovendo o abandono dessa rotulação binária em regimes democráticos; essas condutas se espelham e vão de encontro ao exercício de críticas aos governos e seus representantes, ameaçando a autonomia, as liberdades, a dignidade do indivíduo e a preservação dos direitos humanos. Marlies Glasius, cientista politica da Universidade de Amsterdam na Holanda, em entrevista a BBC Mundo em 25 de maio de 2019 descreve os contornos políticos deste fenômeno.

O autoritarismo civil que se configura na ausência de prestação de contas e de transparência de parte dos agentes públicos, vem comprometendo os recursos destinados às politicas e programas sociais; em presença de regimes democráticos que se consolidam legal e legitimamente como formas concretas de repressão aos menos favorecidos. Diante da ausência de um movimento social expressivo e organizado das massas, há uma forte tendência de fortalecer esse novo autoritarismo civil, sem que seja necessário o recurso de novas intervenções militares.

As democracias latino-americanas se fundamentam em regimes presidencialistas de coalizões multipartidárias, onde a burocracia estatal está dotada de um maior poder de tomada de decisão; questiona-se a legitimidade representativa em presença de poderes legislativos centralizadores e ancorados nas ações de partidos políticos, fortalecendo o denominado personalismo politico atuante nas democracias neopopulistas do continente.

Frente a este cenário que sinaliza perspectivas desanimadoras de consolidação de regimes democráticos maduros, a politica do urbano privilegia a fragmentação de antigas solidariedades urbanas que se reintegram pelas novas formas de apropriação e legitimação cultural e de manifestação do poder politico e econômico. A paisagem constitui uma poderosa expressão das restrições urbanas, narrativas históricas espacializadas pelos desprovidos de poder, em contraponto às novas centralidades urbanas ocupadas pelos detentores de poder. As paisagens urbanas contemporâneas sugerem, paradoxalmente, que a democratização da sociedade é coordenada por uma intensa transformação do espaço enquanto objeto de consumo, se distanciando de uma perspectiva de preservação de espaços públicos solidários.

Referências

BRANDÃO, C. A. *Espaços de destituição e as politicas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica.* Nova Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 26, numero especial, p. 1097 -1132, 2016.

FONTES, L. de O. Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade. Plural, In: *Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, volume 25. 2, pg. 63-89, 2018.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre praticidade e validade*. Volume II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

HUNTINGTON, S. P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. USA, University of Oklahoma Press, 1993.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LEAL, R.G. Patologias corruptivas nas relações entre Estado, administração publica e sociedade: causas, consequências e tratamentos. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2013. In: SOUZA, I. F. de; MACHADO, R. R. *Corrupção e politicas públicas: diretrizes para a garantia de direitos sociais fundamentais*. Revista Espaço Acadêmico, Santa Catarina, ano XVI, numero 185, 2016.

MARQUES, E. C. L. Em busca de um objeto esquecido: a politica e as politicas do urbano no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, USP, São Paulo, vol. 32, nº 95, 2017.

MARTORANO, L. C. *Democracia burguesa e apatia politica*. São Paulo, Crítica Marxista, Ed. Revan, vol. 1, nº 24, pg. 37-50, 2007.

MEYER, R. G. Lo local en la teoría y en la política. Lo local: ámbito de contención de la globalización perversa. Polis, In: *Revista latino-americana*, 22, 2009.

PANIZZA, F. Fisuras entre populismo y democracia en América Latina. Stockholm, *Review of Latin American Studies*, Issue number 3, 2008.

POWER, T.; JAMISON, *G. Desconfiança política na América Latina*. Campinas, Florida International University, Opinião Pública, vol. 11, nº 1, pg.64-93, 2005.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, editora FGV, 1996.

SANTOS, W.G. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SAVARINO, F. *Populismo: perspectivas europeas y latino-americanas*. Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad, vol. 13, nº 37, 2006.

WALKER, I. Democracia en América Latina. In: *Foreign Affairs en español, reproducido en la serie Documentos de CADAL*, año IV nº 54, 2006.

XAVIER, L. N.*O novo ethos urbano*. Fortaleza, Pensar, vol. 11, pg.142-153, 2006.

Políticas públicas e caracterizações da pobreza na América Latina

Carlos A. Bello*

Políticas públicas e caracterizações da pobreza na América Latina

Há um conjunto muito amplo e diversificado de pesquisas que discutem os fundamentos, as características e os resultados das políticas públicas contra a pobreza. O presente artigo se propõe a discutir como a fundamentação das variadas propostas de políticas contra a pobreza poderia estar articulada a diversas caracterizações da pobreza. Tais articulações permitem analisar mais detidamente as diferenças entre tais políticas e as possibilidades de articulação entre elas, tendo em mente produzir uma perspectiva analítica para a América Latina, e mais especificamente para o Brasil, num contexto no qual tais políticas se difundiram amplamente ao mesmo tempo em que houve predomínio de governos de centro-esquerda na região. Cumpre salientar que há caracterizações que não estão vinculadas diretamente a um tipo de política, mas parece possível articulá-las logicamente com certas espécies de políticas contra a pobreza.

Entre tais políticas, é possível definir previamente um conjunto de políticas cujo objetivo central é modificar a inserção dos pobres no mercado e outro grupo cujo objetivo maior seria realizar transformações em modos de funcionamento do mercado, para que então os pobres melhorassem sua situação. As políticas de inserção partem do pressuposto de que não é necessário realizar mudanças substantivas no mercado para criar condições para a superação da pobreza, pois se trataria de propiciar novas condições aos pobres para que eles possam mudar de situação.

As políticas de transformações do mercado pressupõem ações mais abrangentes sobre o mercado e a sociedade, na medida em que postulam que a pobreza se reproduz em função dos mecanismos do mercado e de outros aspectos institucionais relativos ao mercado de trabalho e à provisão de serviços públicos. Enquanto faz pouco sentido supor que medidas dessa espécie sejam incorporadas às políticas de inserção citadas acima, nessas últimas há ações que podem estar presentes em políticas pautadas por aquelas transformações, como as transferências de renda, por exemplo.

* Doutor em Sociologia pela USP, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) da FFLCH/USP.. E-mail: carlosabello@uol.com.br

As caracterizações da pobreza podem ser classificadas em três grupos. Aquelas de caráter mais estrutural rendem a adotar o postulado sobre a reprodução da pobreza exposto acima. Podem não estar articuladas fundamentalmente a políticas contra a pobreza porque sua preocupação principal está direcionada à redução das desigualdades sociais de um modo geral, o que engloba, mas não particulariza, a pobreza como questão a ser enfrentada.

Há caracterizações que vinculam a pobreza a conjuntos variados de carências locais, as quais não são consideradas essencialmente resultantes da operação dos mecanismos de mercado. Auxiliar os pobres a superar tais carências pode ocorrer através de diversas combinações de medidas públicas e de mudanças na atuação dos pobres.

O terceiro grupo de caracterizações da pobreza se pauta pelo pressuposto de que a causa essencial da pobreza seria a falta de estímulos adequados para que os pobres alcancem uma satisfatória inserção socioeconômica. Consideram haver oportunidades no mercado que os pobres podem aproveitar se estiverem capacitados para tanto, o que pode depender de modo variado de comprometimentos anteriormente não assumidos pelos pobres.

Cabe iniciar mencionando que há uma série de caracterizações da pobreza que não estão conectadas diretamente com alguma espécie de política contra a pobreza. Esta desconexão decorre do fato de que tais caracterizações têm como objetivo discutir como a pobreza está inserida na dinâmica das relações entre as classes sociais, de modo que a pobreza em si não é o eixo central da discussão.

Exército de reserva é um conceito marxiano exposto em *O Capital* (Marx,1979) que qualifica as formas de existência da superpopulação relativa sob o capitalismo, enquanto população supérflua face às necessidades de reprodução do capital. Trata-se de uma caracterização da pobreza como um fenômeno estrutural e recorrente, resultante dos processos de concentração e centralização do capital, sistematicamente impulsionados pela busca pelo aumento da mais valia relativa. Nesse sentido permanente, a única solução que seria plausível para Marx seria a abolição do capitalismo, face à sua lógica que tenderia a expandir o exército de reserva a tal ponto, como o Manifesto Comunista evidencia, que tenderia a situar a maior parte da população na condição de pauperismo a qual, senão em circunstâncias muito especiais, não faz parte sequer do exército de reserva do qual o capitalismo se serve para rebaixar os salários e/ou condições de trabalho dos proletários. Nesse sentido, Marx no Manifesto é levado a concluir que o capitalismo se tornaria insustentável social, econômica, política e ideologicamente. No Capital não chegou a conectar a discussão do exército de reserva com a superação do capitalismo, embora a conclusão do Manifesto não seja de modo algum uma dedução inconsistente frente aos efeitos decorrentes dos processos de concentração e centralização analisados no Capital.

Entretanto, é possível tomar essa análise como fundamento para pensar políticas sociais, mesmo sem pressupor a abolição do capitalismo. Numa perspectiva que remete à constituição de estados de bem estar social de caráter universalista (Esping-Andersen, 1991), entre as quais políticas abrangentes de pleno emprego e de seguro desemprego estariam articuladas a outras políticas de garantia de direitos sociais (saúde e educação, dentre outras), haveria condições para limitar significativamente os efeitos dos citados processos. Nos países que adotaram essa perspectiva de bem estar social, não há evidências de que a pobreza tenha continuado a existir, apesar da permanência de desigualdades entre capital e trabalho. Nesse contexto, tornam-se residuais ou muito limitadas as políticas voltadas especificamente à eliminação da pobreza, uma vez que a hipótese subjacente é a plena inserção num mercado de trabalho cujo piso salarial está situado acima da condição de pobreza. No contexto contemporâneo no qual muitos não acreditam na possibilidade de ser alcançada uma condição de pleno emprego, em função da caracterização da pobreza como resultado oriundo da reprodução do sistema capitalista, políticas abrangentes de renda mínima seriam compatíveis com a análise aqui desenvolvida, certamente sem a necessidade de os beneficiários assumirem algum compromisso como contrapartida ao recebimento do auxílio.

Um conceito desenvolvido mais recentemente é o de subproletariado, definido exclusivamente a partir de um corte de renda (todos aqueles que ganham abaixo de um salário mínimo mais metade dos que recebem entre 1 e 2 salários mínimos) e utilizado em função da avaliação de que esse contingente de trabalhadores teria passado a ser o principal responsável pela eleição dos presidentes do Brasil desde 2006 até 2016 (período conhecido como lulismo), uma vez que sobre ele teriam impactado significativamente o aumento do salário mínimo, dos beneficiários do programa Bolsa Família (BF) e do crédito consignado (Singer, 2009). As informações revelam que houve grande redução da pobreza até 2013, tendo como medida a linha de pobreza vigente sob o BF. Na medida em que esse conceito é puramente descritivo, sem remissão detalhada aos processos responsáveis pela reprodução da pobreza, torna-se difícil estabelecer com alguma precisão que espécie de política contra a pobreza poderia alcançar especificamente ao subproletariado. Isto porque diversas ações estatais podem resultar em aumento da renda desse segmento, desde as políticas mais abrangentes mencionadas quanto ao exército de reserva até as medidas ocorridas sob o lulismo, essencialmente aquelas citadas logo acima. Como o subproletariado é uma espécie de segmento social cujo nível de renda é típico de países subdesenvolvidos, notadamente da América Latina, é possível supor que ações voltadas ao aumento da formalização no mercado de trabalho, além de medidas voltadas ao aumento das atividades geradoras de maior valor agregado (um dos eixos das políticas de desenvolvimento mais discutidos até os anos 1970), também poderiam estar em pauta. Na linha de Celso Furtado (Furtado, 2000), o subproletariado seria a mais característica expressão da heterogeneidade social que expressaria o subdesenvolvimento latino-americano.

Outro conceito de difusão recente é o de precariado. Parte-se aqui da definição de Standing (2013), ou seja, pessoas desprovidas das sete formas de garantia relacionadas ao trabalho (não incluindo direitos sociais relacionados à saúde e educação, por exemplo) perseguidas pelos partidos de centro-esquerda e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial, conformando o que ficou conhecido como cidadania industrial. Nesse sentido, ser precarizado significa levar "... uma existência precarizada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento, alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida." (p. 37). Standing discute as características desse segmento enquanto classe diferente do assalariado, o qual dispõe de boa parte das garantias citadas pelo autor, e também como posição de status desvalorizado inclusive frente às atividades artesanais de médio status.

Nessa chave interpretativa, parece imediata à associação desse conceito às políticas públicas vigentes no período de predomínio dos estados de bem estar social universalistas, apesar da não inclusão dos direitos sociais entre as garantias mencionadas pelo autor. Como as análises contemporâneas consideram pouco plausível um retorno ao citado conjunto de políticas públicas, o autor parece sugerir a possibilidade de reconfiguração de um novo acordo social entre capital e trabalho, baseado num conjunto de medidas semelhantes àquelas analisadas quando foram discutidos os estados de bem estar social de caráter universalista, com menor ênfase aqui nos direitos sociais e maior preocupação com a revalorização do status profissional do trabalho.

È um consenso que a pobreza possui um caráter multidimensional, ou seja, não se refere apenas à ausência de renda monetária para fazer frente às despesas necessárias à subsistência. Uma conceituação que buscou estabelecer uma definição mais precisa nessa direção foi elaborada por Yazbek (2009), que articulou à carência de renda a exclusão dos serviços públicos e a subalternidade na vida social, entendida como falta de condições para participar ativamente do ambiente de trabalho e da vida pública de um modo geral.

Este caminho analítico permite discutir a regulação estatal dos serviços públicos enquanto potencial fonte de pobreza, notadamente através da exclusão de direitos sociais ou do financiamento adequado para tornar efetivos os direitos dos pobres. Para necessidades como saúde, educação e moradia, tornar os pobres mais dependentes de fornecedores privados agrava uma pobreza que poderia ser menor em função de uma melhor atuação estatal como provedor ou regulador dos serviços. Subalternidade é uma dimensão essencialmente social, simbólica, cultural e/ou institucional, que no mínimo inibe, no máximo inviabiliza, uma atuação mais livre e qualificada dos pobres na sociedade. Além da opressão nos ambientes de trabalho, preconceitos e discriminações sociais diversas podem contribuir para a reprodução da pobreza, desde aspectos ligados à classe até aqueles referentes a origens regionais (nordestinos, por exemplo), passando pelos aspectos étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual.

Nesse sentido, esta caracterização da pobreza coloca em discussão um conjunto ainda amplo de políticas sociais de caráter estrutural, desde aquelas discutidas quanto ao mercado de trabalho até ações afirmativas, passando por uma rediscussão da regulação de serviços públicos privatizados ou estatais. Trata-se de transformações de longo prazo que exigem essencialmente mudanças nas relações entre a sociedade e os pobres de um modo geral.

Outro conceito recentemente utilizado para caracterizar a pobreza é a noção de ralé, associada por Souza (2011) à avaliação de que os pobres teriam um habitus precário, inferior ao habitus primário vigente para aqueles inseridos na lógica meritocrática da vida social. Caracterizando o habitus precário como um conjunto de valores e de condutas transferidos na infância através de práticas afetivas não reflexivas, Souza sugere que sua transformação em habitus primário não só supõe grandes períodos de tempo (ao menos uma geração para que uma nova sociabilização familiar resulte em práticas derivadas de um novo habitus) como também ações públicas que extrapolem em muito as transferências de renda, por exemplo. Estas poderiam fazer parte da estratégia de mudança de habitus, mas somente se articuladas com medidas voltadas principalmente aos adultos, com o sentido de valorizar a formação escolar e a qualificação para o trabalho, desse modo buscando fazer com que os pobres incorporem valores como disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo, essenciais para que possam se integrar a uma vida social pautada pela dimensão meritocrática.

Cabe ressaltar aqui que os adultos deveriam ser o foco das medidas, pois somente assim poderiam influenciar as crianças e adolescentes na direção da mudança de habitus, uma vez que este se (re) produz através dos exemplos familiares e dos estímulos afetivos. Uma mudança dessa espécie também sugere a necessidade de que transferências de renda não tenham prazo de duração nem condicionalidades a serem exigidas dos beneficiários, uma vez que a contrapartida que os últimos poderiam dar dependeria de mudanças de valores, não de atitudes ou condutas deliberadamente assumidas pelos indivíduos, já que o habitus precário teria sido incorporado por eles de modo pré-reflexivo.

As cinco caracterizações da pobreza de caráter mais estrutural analisadas - exército de reserva, subproletariado, precariado, pobreza multidimensional e ralé- suscitam políticas de transformações do mercado e de aspectos institucionais relativos ao mercado de trabalho, enquanto as duas últimas sugerem adicionalmente ações afirmativas, aumento da provisão de serviços públicos e ações formativas de caráter pedagógico e cultural visando à mudança de habitus.

Passemos a discutir agora outra série de caracterizações da pobreza, vinculadas a carências locais. As ideias de Amartya Sen (Sen 2000 e Uga 2011) têm sido bastante discutidas nos últimos vinte anos, mostrando-se muito relevantes para o debate acerca da pobreza e das políticas a ela voltadas. Sen foi um dos principais estudiosos a

contribuir para a consolidação da visão de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, ou seja, não restrito à insuficiência de renda, tendo colaborado para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano utilizado amplamente pela ONU, composto por indicadores de renda, saúde e educação da população de cada país ou região. Assim, acesso a serviços públicos, bem como a condições dignas de saúde e educação ao menos, seriam também necessários para deixar a situação de pobreza.

Avaliando que o principal fator responsável pela reprodução da pobreza seria a ausência de capacidades de funcionamento sem as quais não seria possível exercer a liberdade de escolher como realizar a inserção na sociedade, Sen sugere que os pobres devem ter acesso a melhores condições de vida, embora não sugira explicitamente um conjunto de políticas contra a pobreza, inclusive porque sua definição implica considerar as especificidades locais de cada condição de pobreza existente.

Diferentemente das caracterizações da pobreza vistas até o momento, Sen não parte de fatores estruturais reprodutores da pobreza, o que fica evidente na sua hipótese de que os pobres podem vir a ter uma ampla liberdade de escolha. Nesse sentido, mesmo partindo dos limites colocados pela inexorabilidade da globalização, o autor avalia que há oportunidades disponíveis para inserção dos pobres, expressando assim uma visão otimista e favorável à liberdade de mercado. Entretanto, à diferença de boa parte dos autores liberais e neoliberais, Sen deixa claro que há necessidade de um amplo espectro de ações voltadas aos pobres. Como o autor não chega a formular propriamente um conjunto articulado de políticas voltadas aos pobres, torna-se uma tarefa algo especulativa avaliar que medidas seriam sugeridas, embora não seja muito arriscado postular que Sen fosse favorável a transferências de renda e talvez a algumas medidas de fortalecimento da cidadania (para fomentar a capacidade de exercer a liberdade), passando por medidas ligadas à qualificação para o mercado de trabalho. Não parece ser provável que Sen apoiasse reformas sociais mais amplas, como aquelas discutidas até aqui, ou exigências de contrapartidas por parte dos beneficiários, embora nesse ponto o autor tenha deixado poucas pistas do que poderia pensar a respeito.

A mais antiga caracterização da pobreza, vinda pelo menos do século XVIII, foi constituída e reformulada simultaneamente com a implantação de ações públicas pautada pelo governo moral dos pobres (expressão de Lautier, 2014), por defini-los como um segmento muito diferenciado do corpo social sobre o qual os segmentos dominantes da sociedade dirigem um olhar pautado pela moral da compaixão ou da caridade, para aqueles merecedores de ajuda, da punição ou repressão para os pobres que representem ameaça real ou virtual (Ivo 2008, referindo-se à conceituação de Georg Simmel). Essas espécies de juízos morais não sinalizavam para um conjunto minimamente articulado de políticas públicas, ao menos até os anos 1930, quando avanços das lutas sociais revelaram a necessidade de uma política mais estruturada para fazer face às propostas de partidos e movimentos de esquerda.

Assim, em princípio havia a filantropia privada para os pobres julgados dignos de ajuda e a polícia para os potencialmente infratores. Na América Latina, na qual a pobreza sempre teve dimensões muito maiores que nos países centrais, as ações citadas acima também existiam. Mesmo sem haver uma política abrangente, ocorriam arranjos específicos orientados por finalidades clientelísticas dos grupos políticos.

Nos tempos atuais, nos quais nenhuma nação minimamente integrada no mundo deixa de ter uma política contra a pobreza, Lautier (2014) postula que há um governo moral dos pobres, retomando assim um olhar pautado pela moral da compaixão ou da caridade para aqueles merecedores de ajuda. Cabe ressaltar que Lautier postula que a moral que orienta este tipo de política não é compartilhada como tal pelos beneficiários, que não repudiam a assistência porque pragmaticamente não estão em condição de recusá-la. Como Simmel e Lautier salientam, esta espécie de política não tem por objetivo atenuar significativamente a pobreza, mas sim evitar situações mais extremas que poderiam provocar muitas ações violentas na sociedade, inclusive de caráter político. Como esta política depende do julgamento prévio do filantropo ou do Estado e não prevê atividades específicas dos pobres, não está em pauta exigir condicionalidades para que os beneficiários tenham acesso a transferências de renda.

Avaliando que o principal fator responsável pela reprodução da pobreza seria a ausência de capacidades de funcionamento sem as quais não seria possível exercer a liberdade de escolher como realizar a inserção na sociedade, Amartya Sen não parte de fatores estruturais reprodutores da pobreza, não sendo muito arriscado postular que Sen fosse favorável a transferências de renda e talvez a algumas medidas de fortalecimento da cidadania. Para as análises de Simmel e Lautier sobre o governo moral dos pobres, não há como considerar os citados fatores, pois se trata de ações limitadas a evitar males maiores à sociedade.

Outra caracterização originada em meados do século XX atribui a pobreza à falta de capital humano (Schultz, 1971), a qual poderia ser superada através de ações públicas voltadas ao aumento da instrução e da qualificação da mão de obra. Cabe ressaltar que tais ações públicas não visam somente aos mais pobres, pois também buscam incrementar a produtividade da força de trabalho já dotada de alguma qualificação. É evidente que esta avaliação supõe haver oportunidades disponíveis para inserção dos pobres, reconhecendo a existência de deficiências do sistema educacional e/ou de formação de mão de obra, nesse sentido atuando sobre falhas do mercado e/ou do Estado, quando este já estiver atuando nessa direção. Até os anos 1980 o foco dessa espécie de política estava centrado nos adultos, não só pelos objetivos de aumentar a produtividade para buscar sustentar o pleno emprego (políticas keynesianas então vigentes) como também para eliminar a pobreza, face aos objetivos de aumentar o bem estar social nos países centrais.

Na América Latina, a preocupação com a pobreza surge de modo sistemático apenas nos anos 1990, contexto no qual se espraia uma nova política voltada à formação de capital humano focada em crianças e adolescentes, posto que seu objetivo é propiciar a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, caso do Programa Bolsa Família e da grande maioria dos programas contra a pobreza implantada na América Latina (Lavinas, 2013), tendo havido a opção por assegurar a busca desse objetivo através da necessidade dos beneficiários comprovarem a frequência escolar e a vacinação dos filhos para poderem continuar recebendo as transferências de renda.

A partir dos anos 1980, boa parte dos países centrais começou a implantar programas apoiados numa outra caracterização da pobreza, nomeada aqui como carência de capacidade empreendedora. O programa Renda Mínima de Inserção (RMI) da França se insere nessa categoria, posto que o beneficiário deve elaborar uma espécie de projeto voltado a esta reinserção satisfatória na economia, contando com a colaboração de assistente social para tanto. Mesmo que esta reinserção não seja objeto de cobrança em curto espaço de tempo, cabe salientar, acompanhando Castel (1998), que obrigar um cidadão pobre que perdeu suas referências de mercado de trabalho (caso muito comum face aos processos recentes de natureza tecnológica e socioeconômica – globalização e desregulamentação do trabalho – que expandiram o desemprego e o subemprego pelo mundo afora) a elaborar e tentar levar a cabo um projeto de reinserção tende a produzir nele produz sentimentos como humilhação e vergonha.

Uma das mais recentes caracterizações da pobreza foi impulsionada pelo Banco Mundial, o Social Risk Management – SRM – (Holzmann & Jorgensen, 2000 e Lavinas, 2013), o qual pressupõe que os pobres não possuem capacidade de gerenciar riscos numa mundo tão complexo e globalizado, derivando desse diagnóstico uma variante das políticas de fomento ao capital humano, porém numa chave mais ligada ao empreendedorismo – ajudar o beneficiário a desenvolver sua própria empresa ou a gerenciar sua carreira como empreendedor de si mesmo (como exposto em Dardot & Laval, 2016).

Treinar e capacitar pobres para que possam ter condições de avaliar custos e benefícios das oportunidades disponíveis seria uma alternativa que certamente Castel avaliaria ser injusta para com os beneficiários. Otimista quanto às oportunidades de mercado, algo relativamente comum às políticas contra a pobreza implantadas nas últimas décadas, a SRM sugere atividades de capacitação para novos empreendedores, sem ficar claro se haveria necessidade de maior qualificação profissional ou instrução formal ou outra espécie de condicionalidade para fazer jus a uma transferência de renda. Aliás, essa política parece ser mais restritiva em termos de seleção dos beneficiários das transferências de renda, uma vez que estas visariam apenas àqueles nomeados como criticamente pobres. Mesmo sem menção ao nível de renda correspondente, fica explicitada a preocupação de evitar ajudas que pudessem produzir acomodação em pobres que supostamente já teriam condições de andar com suas próprias pernas.

Esta espécie de política parece ser aquela que mais tende a resultar em culpar os pobres por sua condição, pela intensidade das exigências colocadas sobre seus ombros.

Cabe realizar uma síntese da discussão conceitual e buscar aplicar esse arcabouço teórico para analisar os programas de transferência de renda, em especial ao caso brasileiro. Pelo exposto acima, é possível avaliar que há uma incompatibilidade teórica entre as caracterizações da pobreza de caráter estrutural e aquelas pautadas pela carência de capacidade empreendedora, na medida em que para essas últimas seria suficiente viabilizar condições para os pobres aproveitarem as oportunidades existentes para caminharem no sentido da superação da pobreza. Por outro lado, as primeiras caracterizações tornam imperativas as transformações estruturais para poder bloquear a reprodução da pobreza.

É precisamente esse imperativo que é recusado pelas caracterizações ligadas à carência de capacidade empreendedora, por estas pressuporem haver oportunidades adequadas disponíveis na sociedade, de modo que transformações estruturais seriam mais que desnecessárias; seriam indesejáveis, pois alterariam os parâmetros de mercado que tenderiam a propiciar o mais estável caminho para a superação da pobreza.

As caracterizações da pobreza referentes a carências locais se diferenciam quanto à sua incompatibilidade com os dois primeiros grupos de caracterizações analisados acima. As caracterizações antigas assentadas na filantropia privada consideram a pobreza como um fenômeno não só local como individual ou familiar, sendo assim incompatíveis com as caracterizações da pobreza estrutural. As visões mais contemporâneas remetem também à carência de capacidade empreendedora, analisada logo acima.

As caracterizações da pobreza referentes a carências de capacidades de funcionamento (Sen, 2000), também revelariam a incompatibilidade citada acima, uma vez que o autor não considera viável realizar transformações estruturais para a superação da pobreza, pois seu programa de desenvolvimento com liberdade e sua descrença na construção de pactos sociais amplos tornam muito difícil imaginar que ele pudesse assumir uma posição favorável a uma ação transformadora.

As caracterizações da pobreza atribuídas à falta de capital humano, no mundo atual tecnologicamente avançado e globalizado, estarão sempre entre os entraves à superação da pobreza, aliado ou não a outros fatores estruturais ou a outras carências individuais. Nesse sentido, deixariam de ser incompatíveis com as caracterizações estruturais, pois não estaria pressuposta a existência de oportunidades adequadas aos pobres. Por sua definição, esta caracterização não se opõe e nem se alinha às caracterizações relativas à carência de capacidade empreendedora, inclusive porque não incorpora o pressuposto de que cabe aos pobres sair da condição em que se encontram, de modo que suas políticas de natureza típica de inserção poderiam ser acompanhadas de políticas de transformação do mercado.

Nesse sentido, o fato de os programas de transferência de renda (PTR) serem adotados pelos governos de centro-esquerda não implica em contradição política ou ideológica; de fato não houve críticas contundentes a tais programas pelos segmentos de esquerda que apoiaram tais governos, notadamente se levarmos em conta as críticas que tais segmentos fizeram quanto à ausência de mudanças substanciais nas politicas macroeconômicas.

Analisemos a partir de agora como se deu a implantação dos PTR no Brasil. Como em diversos países da América Latina, no Brasil também predominaram as políticas de industrialização entre os anos 1930 e 1980, nas quais a pobreza estava associada ao escasso desenvolvimento das forças produtivas, de modo que estava implícita a adoção de uma política de transformação do mercado. Embora boa parte do debate acerca desse período tenha demonstrado que a superação da heterogeneidade social dependia também de outras iniciativas estatais (como a reforma agrária, por exemplo), é necessário ressaltar que a pobreza não era objeto de políticas específicas porque se assumia que ela seria superada pelo aprofundamento da industrialização e daquelas iniciativas.

Na medida em que tais políticas, e boa parte destas iniciativas, deixaram de orientar os governos da região a partir dos anos 1980, as perspectivas de superação da pobreza e de melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras estiveram associadas principalmente aos efeitos que supostamente seriam produzidos pelas reformas liberalizantes dominantes desde essa década. Entretanto, face às crises econômicas ocorridas nos anos 1990, órgãos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a colocar a pobreza como tema fundamental para a região, modificando a ênfase anterior exclusiva nas reformas liberalizantes. Os programas de transferência de renda (PTR) adotados na América Latina têm sido elogiados por esses órgãos, salientando o fato de eles atingirem seu público alvo, apontarem para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza e não implicarem despesas muito onerosas para os orçamentos públicos.

Como grande parte dos países passaram a ser governados por partidos situados à esquerda no espectro político, seria razoável esperar iniciativas de mudança face à perspectiva que combinava reformas liberalizantes com políticas sociais centradas na pobreza. Estas não são incompatíveis com políticas de transformação no funcionamento do mercado, mas seriam incompatíveis com as PTR se as razões principais para manter tais programas fossem as virtudes apontadas pelos citados órgãos, como não onerar muito os orçamentos públicos e ter como objetivo central a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Cabe salientar que este objetivo, explicitado claramente no programa Bolsa Família (PBF) e na maioria dos programas adotados na América Latina, significa abrir mão da perspectiva de superar a pobreza em um prazo inferior a uma geração, posto que

assumidamente não cria condições para que os adultos possam mudar sua inserção no mercado e na sociedade. Isto não quer dizer que não houvesse programas de formação ou de requalificação de mão de obra, mas sim que eles não possuíam abrangência suficiente para projetarem um impacto significativo sobre a pobreza. De todo modo, é bastante discutível a suposição implícita de que a presença de crianças e adolescentes saudáveis na escola seria suficiente para romper o citado ciclo intergeracional.

Face ao exposto, cabe indagar que indicações existem de que os governos de esquerda buscaram de alguma maneira se diferenciar frente aos modelos de PTC sugeridos por tais órgãos, o que requer uma contextualização que aqui só é possível fazer para o caso brasileiro. Como expôs Singer (2009), o aumento do salário mínimo, dos beneficiários do programa Bolsa Família (BF) e do crédito consignado foram fatores importantes de redução nos indicadores de pobreza, além do contexto de crescimento econômico entre 2004 e 2011. Do ponto de vista da dos conceitos aqui utilizados, talvez se pudesse dizer que o aumento do salário mínimo seria uma medida de caráter estrutural. Embora aqui não se possa desenvolver mais esta questão, a evolução dos indicadores de repartição da renda entre capital e trabalho a favor deste último não foi tão expressiva ao ponto de sugerir uma transformação e não apenas uma mudança significativa, mas incremental. Aliás, não houve análises no sentido de que o aumento desse piso salarial implicasse em elevação da renda dos trabalhadores situados em faixas de renda superiores.

No entanto, se agregarmos às medidas citadas acima os impactos do aumento do salário mínimo sobre as aposentadorias, pensões e benefícios para pobres idosos ou deficientes, pode-se dizer que este conjunto possibilitou aos pobres uma inserção no mercado de alcance muito superior a uma política compensatória voltada apenas a atenuar a pobreza extrema.

Rearticulando esta hipótese com o quadro histórico mais geral, vimos que a história de lutas frente ao subdesenvolvimento e à heterogeneidade social foi pautada pelo foco na industrialização, não sinalizando na direção de políticas específicas contra a pobreza e pouco se aproximando da busca por uma politica social universalista nos moldes da socialdemocracia europeia, uma vez que os problemas da América Latina tornavam virtualmente inviável um grande crescimento da ação social do Estado, exceto se houvesse uma mudança na ordem social. De 1980 para cá as crises econômicas (dívida externa, inflação e recessão) mudaram o eixo da politica na região, na qual ainda não havia se obtido a integração da maioria dos trabalhadores ao mercado de trabalho formal ou a um conjunto básico de direitos sociais (saúde, educação, aposentadoria, moradia).

Nesse contexto, a combinação de trajetórias de longa duração com a conjuntura das décadas recentes torna em boa medida compreensível a ausência de formulações que pudessem se contrapor às orientações oriundas dos órgãos multilaterais quanto à

questão da pobreza. Entretanto, a chegada ao poder de governos de esquerda propiciou oportunidades para inovações políticas. No caso brasileiro, a maior intensidade das políticas de inserção discutida há pouco pode ser considerada uma inovação, porém com que potencial para apontar para a superação da pobreza? Ao não inscrever o PBF na legislação, o que o tornaria um direito universal, e não ter sido criado um contexto que propiciasse a mobilização social na direção daquela superação, é possível avaliar que a maior intensidade da ação estatal não sinalizaria para a superação da pobreza.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista do debate público acerca da desigualdade social e da pobreza, os governos do período do lulismo não se dedicaram intensamente a buscar suporte social para a continuidade das suas políticas, sugerindo que os próprios efeitos produzidos por elas seriam suficientes para angariar apoios no sentido de torná-las resistentes a mudanças. Considerando as limitações dessas políticas, bem como a manutenção das políticas macroeconômicas e sociais afinadas ao ideário neoliberal (nas sociais, ressalte-se a ausência de iniciativa para coibir a elevada rotatividade do trabalho), a combinação dessas políticas neoliberais de um lado, de inserção intensa no mercado de outro, não teria como um dos seus objetivos centrais obter apoios das classes populares sem que eles ameaçassem produzir maiores resistências ou oposições dos segmentos empresariais tendencialmente refratários ao lulismo?

A adoção de políticas de inserção e a contenção de políticas de transformação reduziriam os atritos do governo com os segmentos burgueses, pois evitariam respectivamente aumento dos gastos públicos e incrementos dos custos empresariais, além de permitirem buscar nova base de apoio eleitoral, os mais pobres. Se esta combinação fizer sentido enquanto conciliação de demandas potencialmente antagônicas, a resultante não tende a favorecer os segmentos empresariais, na medida em que na estrutura socioeconômica tem permanecido o escasso vigor dos interesses ligados às classes populares? Isto porque é possível avaliar que, durante o período entre 2004 e 2011, o aumento do emprego formal não foi suficiente para evitar que 95% dos empregos gerados tenham sido de rendimentos inferiores a dois salários mínimos e que o aumento do número de greves refletisse pautas bastante modestas - ganhos de salário real inferiores a 2%.

Nas trilhas de Gramsci, as características citadas permitem falar de uma revolução passiva (Bello, 2015), ou seja, o atendimento a parte dos interesses das classes populares que se combina com o fortalecimento do domínio da burguesia sobre a sociedade, fundamentalmente através da passivização das classes populares.

Referências

BELLO, C. A revolução passiva dos governos Lula. *Estudos de Sociologia* vol. 20, nº 38, jan/jun. 2015, pp. 197-215.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DARDOT, P. & LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova,* São Paulo, nº 24, 1991.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, 10ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HOLZMANN, R. & AND JØRGENSEN, S. (2000): Social Risk Management: A New Conceptual Framework for Social Protection, and Beyond. *World Bank Social Protection Discussion Paper 0006*, at http://tinyurl.com/HJWB2000 (last access 19/06/2013).

IVO, A. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume, 2008.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Cadernos CRH*, vol.27, nº 72, pp.463-477, 2014.

LAVINAS, L. "Latin America: Anti-Poverty Schemes Instead of Social Protection", desiguALdades.net *Working Paper Series 51*, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

MARX, K. *O capital*: *Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, cap. XXIII, 1979.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, n° 86 (nov), pp. 83-102, 2009.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

STANDING, G. *O precariado: A nova classe perigosa*. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2013.

UGA, V. D. *A questão social como pobreza: crítica à conceituação neoliberal*. Curitiba: Appris, 2011.

YAZBEK, M. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2009.

As *think tanks* liberais no Brasil enquanto aparelhos privados de hegemonia: Formação de intelectuais orgânicos e atuação nas instituições de educação e ciência

Evandro Coggo Cristofoletti*

Introdução

O artigo objetiva debater as estratégias de ação das *think tanks* liberais – também chamadas de institutos liberais – no Brasil, com foco na atuação destas organizações nas instituições de educação e ciência (principalmente faculdades e universidades)[1]. Este foco de pesquisa remete aos processos de construção das bases político-ideológicas e cognitivas (produção de conhecimento) das *think tanks* liberais, especialmente à mobilização de seu corpo de intelectuais orgânicos e a criação de suas próprias estruturas formativas e de pesquisas para atuação político-ideológica.

Metodologicamente, utilizamos o referencial gramsciano, buscando historicizar o fenômeno das *think tanks* liberais enquanto parte dos projetos neoliberais levados a cabo na América Latina e no Brasil desde os anos 1970 e 1980. Empiricamente, o artigo trará uma série de exemplos referentes à iniciativas e ações levadas a cabo por *think tanks* liberais brasileiras, de acordo com os objetivos elencados. Tais exemplos referem-se às seguintes organizações: Instituto Ludwig Von Mises Brasil (IMB), Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e Students For Liberty Brasil. Para além destes, debateu-se algumas iniciativas recentes de atuação política nas escolas, faculdades e universidades: o UniLivres e o Movimento Brasil Livre Estudantil (MBLE). Dessa forma, o intuito de nosso artigo é realizar um debate, a partir de uma visão geral sobre as temáticas mencionadas em nosso objetivo. O texto está organizado da seguinte forma: i. considerações acerca dos institutos liberais no Brasil, buscando caracterizá-los; ii. discussão acerca das relações entre os institutos liberais e os aparelhos de educação e pesquisa no Brasil e seus processos de formação de intelectuais orgânicos; e, por fim, as conclusões parciais do estudo.

---

* Doutorando em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências das Unicamp. E-mail: evandro.coggo@gmail.com

1. O texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa ainda em andamento.

Antes de passarmos aos próximos tópicos, pontuamos que nossa pesquisa toma por referencial o aparato gramsciano, sobretudo as discussões relativas à hegemonia, aparelhos de hegemonia e intelectuais orgânicos (Gramsci, 1999; 2000; 2001). Com efeito, as *think tanks* liberais, na forma como se apresentam pelo menos a partir da década de 1970, constituem-se enquanto aparelhos privados de hegemonia característicos do neoliberalismo.

Para Gramsci, os aparelhos de hegemonia, com forte cunho educativo, formativo e organizativo, são as manifestações materiais, na sociedade civil, dos processos de disputa ideológica e de produção de consensos que contribuem à sustentação e desenvolvimento de determinadas relações de classe nas sociedades capitalistas (Gramsci, 1999; 2000; 2001; Campione, 2006; Coutinho, 1999; Kohan, 2007; Liguori, 2015) – o que só pode ocorrer em conjunto ao elemento coercitivo, que caracteriza, em última instância, o aparato estatal enquanto assegurador da dominação e exploração de classe. Ainda que exista largo debate sobre o tema, grosso modo, hegemonia pode ser considerada como o domínio, liderança e direção intelectual e moral exercida pela classe dominante sobre a vida social (Hobsbawn, 2011). Em termos concretos, ela é exercida nos ambientes sociais onde os indivíduos convivem entre si, "através de aparelhos hegemônicos públicos ou privados, como escolas, polícia, parlamento, associações culturais, sindicais, partidos, organizações religiosas, editoras ou jornais" (Silva, 2016, p. 157). Nesse aspecto, Gramsci (1999; 2000; 2001) destacou, dentre outras coisas, o papel do conhecimento (seja ele acadêmico, filosófico, etc.) e dos chamados intelectuais orgânicos, elementos chaves de intervenção ideológica, política e prática na sociedade civil e no Estado. Para ele, cada classe social, ancorada no terreno essencial no mundo da produção econômica, "cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função" (Gramsci, 2001, p. 15). Os intelectuais configuram-se, assim, como elos de mediação entre grupos sociais, exercendo função organizativa em diversos espaços e aparelhos de hegemonia (Silva, 2016).

Evidentemente, a utilização do arcabouço gramsciano não é algo novo ao se tratar das *think tanks* liberais. Para além de outras bibliografias utilizadas, destacamos as pesquisas de Casimiro (2012; 2018), que historiciza uma série de aparelhos de hegemonia construídos pela burguesia no Brasil ao longo dos últimos trinta anos, incluindo algumas *think tanks*. Ainda que não adotando o mesmo referencial, também apontamos as pesquisas pioneiras de Gros (2004; 2008) acerca dos institutos liberais no país.

As *think tanks* liberais no Brasil

Com epicentro nos EUA, com o surgimento e fortalecimento do neoliberalismo na década de 1970, uma série de organizações nascidas da interação entre capitalistas e

acadêmicos passaram a atuar com buscas a influenciar os processos políticos das democracias burguesas, apoiadas principalmente nas teorias provenientes da Escola Austríaca e da Escola de Chicago de economia (Pautz, 2012; Ito; Machado, 2016; Fischer; Plewhe, 2017). Estas passaram a ser denominadas de *think tanks* liberais ou ultraliberais: "centros de pensamento", pesquisa e formação política que se expandiram substancialmente, em âmbito global, no final de século XX e início de século XXI (Pautz, 2012; Castro Rea, 2018; Prego, 2016; Rocha, 2017). Contribuíram, no âmbito político-ideológico, aos processos de destruição de políticas de base keynesiana e de Estado de Bem-Estar Social nos EUA e nos países hegemônicos europeus, bem como na disseminação das políticas neoliberais em diversos países do globo, incluindo a América Latina (Silveira, 2013; Gros, 2004; Faria, 2017; Onofre, 2018). Caracterizam-se, grosso modo, pela defesa intransigente da propriedade privada, da livre iniciativa e da autorregulação do mercado; as intervenções e regulações estatais na economia, os processos de distribuição de renda e políticas de cunho universal são considerados enquanto "graus de socialismo"; e pelo individualismo metodológico, teoria subjetiva do valor e aplicação de métodos lógico-dedutivos e a-históricos ao estudo da economia e da política (Gros, 2008).

Por exemplo, podemos mencionar duas das primeiras e mais importantes *think tanks* liberais dos EUA (ainda em atividade): a *Heritage Foundation* (1973) e o *Cato Institute* (1977), fundadas por assessores políticos dos partidos Republicano e Libertário dos EUA, e que influenciaram diretamente a redefinição de diversas políticas no país, como de taxação e de saúde (Rich, 2004). Financiada por empresários e suas fundações, objetivavam promover de forma mais agressiva a defesa do livre mercado – a *Cato*, segundo Rich (2004), foi financiada por bilionários da indústria do petróleo, destacando-se Charles Koch, hoje a décima primeira pessoa mais rica do mundo pela Forbes[2]. Além destas, destaca-se a *Atlas Economic Research Foundation*, sediada em Washington, e que atua desde 1981 como propulsora – apoio e treinamento intelectual, organizacional e financeiro – da criação de *think tanks* liberais pelo mundo (Baggio, 2016).

Neste mesmo período, estes "centros de pensamento" liberais começaram a surgir na América Latina, resultado da intervenção direta das organizações norte-americanas e possibilitados pelos processos concretos de implantação das políticas neoliberais no continente (Gros, 2004; 2008; Fischer; Pçehwe, 2017). No Brasil, as *think tanks* liberais vêm atuando desde a década de 1980, momento em que a burguesia e suas frações buscavam se reorganizar politicamente (Casimiro, 2018)[3]. Segundo Gros (2004, p.

2. Disponível em: <https://www.forbes.com/billionaires/#f31e648251c7>. Acesso em: 23 de mai. 2019.

3. Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil passou por um processo de redemocratização e, logo em seguida, pela implementação do neoliberalismo no país (CASIMIRO, 2018). Seus traços principais se mantiveram ao longo do século XXI, mesmo considerando os governos do Partido dos Trabalhadores (2002 – 2015), no quadro superestrutural (política macroeconômica, focalização, parcerias público-privadas, reforma gerencial do Estado, dentre outras).

144), as *think tanks* liberais se constituíram "como centros de difusão ideológica do neoliberalismo", diferenciando-se das organizações corporativas como associações de classe e partidos através de seus "especialistas", que buscavam defender interesses econômicos imediatos, mas também "de construir a hegemonia burguesa, ou seja, difundir uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em pensamento único".

Segundo Ito e Machado (2016), o precursor deste tipo de organização foi o empresário Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal, em 1983, na cidade do Rio de Janeiro. Para ele, seria necessário que "a massa crítica da sociedade brasileira (estudantes, jornalistas e empresários, entre outros) fosse doutrinada de acordo com os princípios do ideário liberal" (p. 4), principalmente para que exercessem influência nas decisões do governo. O Instituto Liberal, posteriormente, estabeleceu filiais em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (Casimiro, 2012). Outros dois institutos pioneiros podem ser mencionados, como o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Atlântico, criados no final da década de 1980 (Rocha, 2017). Este último, aliás, surgiu sob iniciativa de pesquisadores da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), criada em 1980 por economista brasileiro formado pela Escola de Chicago nos EUA, composta principalmente por economistas egressos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (Rocha, 2017).

Ao longo do tempo, diversas outras *think tanks* foram surgindo[4]. Para além das três mencionadas, identificamos algumas: Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade (1992, SP) – filial de uma *think tanks* alemã que trabalha com a formação de empresários e jovens lideranças; Instituto Liberdade (2004, RS) – com foco em realização de cursos e publicação de artigos e estudos, composto por economistas, advogados, jornalistas dentre outros; Instituto Millenium (2006, RJ) – fundado por economistas, e que hoje conta, em seu quadro, com figuras da mídia, do mundo acadêmico, político e empresarial (como Rodrigo Constantino, Jorge Gerdal, Armínio Fraga, Henrique Meirelles e Paulo Guedes); Instituto Mises Brasil (2007, SP) – que realiza uma gama ampla de atividades de pesquisa, publicações e formação de intelectuais orgânicos liberais; *Students For Liberty Brasil* (2010, MG) – filial estudantil da *think tank* norte-americana, a *Students For Liberty*; Mackenzie Center for Economic Freedom (2016, SP) – laboratório de pesquisa da universidade Mackenzie. Para além destas, identificamos diversas outras: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), Instituto de Formação de Líderes, Líderes do Amanhã, Atlantos,

4. Estas *think tanks* não são totalmente homogêneas em termos político-ideológicos, mas todos têm influência da Escola Austríaca e estão unidas no combate político-ideológica do que é considerado como esquerda.

Instituto Ordem Livre, Instituto Ajuricaba, Instituto Mercado Popular, Clube de Estudos Empreendedorismo e Liberdade, Instituto Liberdade e Justiça, Instituto Ling, Instituto Rothbard, Instituto Liberal do Nordeste, Instituto Democracia e Liberdade, Instituto Carl Menger, Expresso Liberdade, Clube Farroupilha, Academia Liberalismo Econômico, Ayn Rand Brasil, Instituto Bastiat, Burke Instituto Conservador, Instituto Eric Voegelin Brasil, Instituto Hayek Brasil, Instituto Borborema, Fundação Índigo, dentre outros.

A literatura consultada, bem como nossa pesquisa empírica, identificou que estas organizações atuam em duas grandes frentes (Gros, 2004; 2008; Ito; Machado, 2016; Prego, 2016; Baggio, 2016; Plehwe, 2017; Rocha, 2017; Silveira, 2013, Onofre, 2018; Casimiro, 2018): doutrinação ideológica de segmentos considerados importantes na formação da opinião pública, como universidades (estudantes e docentes), mídia (jornalistas e capitalistas do setor), políticos (partidos e movimentos), militares, juízes e advogados, além de empresários; e formulação de propostas de políticas públicas. Grosso modo, tais organizações geralmente são compostas por empresários, políticos, especialistas (economistas, cientistas políticos, filósofos, dentre outros) e profissionais liberais em geral, obtendo recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como de *think tanks* norte-americanas. Suas ações centram-se na tradução e divulgação de obras literárias liberais; produção de artigos e pesquisas; difamação do pensamento de esquerda e principalmente do marxismo; realização de cursos e treinamento de lideranças; elaboração de propostas de políticas públicas; publicações mensais de revistas, cadernos e cartilhas; realização de eventos, conferências e seminários; atuação em redes sociais diversas; bem como atuação política direta em manifestações e interações diversas com partidos, inserção na mídia oligopólica (rádio e televisão) e em associações de classe. Possuem grande inserção em redes sociais, em conjunto com canais e portais liberal-conservadores, na tentativa de disponibilizar conteúdos direcionados a maior gama de pessoas possível. Com Casimiro (2018, p. 18), pode-se dizer que:

> Tais organizações atuam tanto no sentido doutrinário – de difusão de diferentes matrizes do pensamento liberal e recrutamento de intelectuais orgânicos – tanto no campo considerado mais pragmático de elaboração de diretrizes, intervenção e proposição de políticas públicas, e de ação estrutural, alicerçada em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado.

Cabe pontuar que o eixo de atuação destas organizações centra-se na criação e disseminação de conteúdo que, em geral, tentam se apresentar enquanto conhecimento acadêmico, muitas vezes postulando a superioridade acadêmica e política do liberalismo (Gros, 2008; Prego, 2016).

Formam, também, uma rede articulada de instituições em âmbito nacional, a Rede Liberdade[5], e em âmbito latino-americano, a Red Liberal da América Latina (RELIAL)

5. Disponível em: < https://www.redeliberdade.org>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

(Baggio, 2016). Tal rede congrega, também, alguns movimentos políticos, como por exemplo o Movimento Brasil Livre (MBL) e o "Movimento Endireita Brasil". Os eventos nacionais da rede também são importantes, com destaque ao "Fórum da Liberdade" e o "LibertyCon".

Ao longo dos últimos anos, observou-se significativa atuação destas organizações nas manifestações antipetismo, entoando slogans como "Mais Mises, menos Marx" ou "imposto é roubo" (Baggio, 2016; Barbosa, 2016). Para além da difamação do pensamento e das experiências socialistas e comunistas, tais organizações procuraram construir a identificação destas correntes com o *mainstream* governamental e cultural no país desde a redemocratização (incluindo-se o "marxismo cultural" e enquadrando as discussões sobre gênero, raça e sexualidade). Nesse sentido, as *think tanks* são parte integrante do que vem sendo chamado de "Nova Direita" no Brasil (Onofre, 2018) – cabe pontuar o crescimento da atuação de uma série de organizações e movimentos políticos de direita e extrema-direita, sobretudo a partir de 2010, que sustentam a defesa intransigente do livre mercado e da propriedade privada, bem como discursos de ódio e ataques diversos para com minorias, movimentos e organizações de esquerda (Casimiro, 2018; Barbosa, 2016).

Nesse sentido, em nossa análise, as *think tanks* liberais vêm atuando, enquanto aparelhos privados de hegemonia, como organizações de base cognitiva a diversos outros movimentos políticos liberal-conservadores. Para além da atuação política direta através de seus intelectuais orgânicos, oferecem um corpo de conhecimento e de especialistas, um conteúdo "técnico-político-ideológico", para diversos outros atores políticos.

As relações com instituições de educação e ciência no Brasil e a formação de intelectuais orgânicos

Partiremos à discussão acerca da atuação destas organizações nos aparelhos de educação e pesquisa brasileiros, com foco nas universidades. Nesse debate, deve-se considerar a criação das próprias estruturas de formação e de pesquisa, por parte das *think tanks* liberais, a fim de construir um corpo de especialistas. Argumentamos que estes dois movimentos são aspectos centrais para se entender como os institutos produzem seus intelectuais orgânicos. De antemão, é preciso ter em mente que escolas, faculdades e universidades são visados pelas *think tanks* liberais na América Latina e no Brasil desde seus primórdios (Fischer; Plewhe, 2017; Gros, 2004; 2008; Casimiro, 2018; Onofre, 2018; Rocha, 2017). Identificamos, a partir da bibliografia e da pesquisa empírica, duas motivações: i. influenciar na agenda acadêmica (visando inserir as perspectivas liberais no ambiente acadêmico, curricular e de pesquisa); ii. recrutamento e treinamento de especialistas (intelectuais orgânicos) provenientes das faculdades e universidades, a fim de compor "corpo intelectual" próprio. Observa-se, mais recentemente, a atuação de algumas organizações liberais na política estudantil, com a formação de grupos políticos.

Segundo Gros (2004), os primeiros institutos visavam influenciar, particularmente, os cursos de economia, sob alegação de que o keynesianismo e o marxismo eram correntes excessivamente doutrinárias e ideologizadas na academia brasileira. Rocha (2017) pontua, por exemplo, que o Instituto Liberal, em 1993, planejava influenciar diretamente mais de 400 professores universitários. Para isso, as *think tanks* disponibilizavam, assim como hoje, livros sobre liberalismo para estudantes e docentes, realizavam seminários e encontros, concediam bolsas de estudos, faziam concursos de monografia, dentre outras.

É seguro dizer que, nos últimos anos, tal padrão de atuação aumentou em termos quantitativos e qualitativos. Por exemplo, em 2011, houve o lançamento, por parte do Instituto Millenium, do programa "IMIL na sala de aula". Segundo Ferreira (2018, p.32): "mirando o público formado por estudantes de cursos de graduação, tal programa existe desde o ano de 2011 e já realizou 120 edições até outubro de 2018". A partir de solicitação de estudantes, docentes ou diretores das instituições, a *think tank* envia seus especialistas para realização de palestras sobre política e economia a partir de abordagens liberais.

Antes de mencionarmos outros casos, é importante dizer que as *think tanks* liberais, no geral, procuram construir a narrativa de que as escolas, faculdades e universidades públicas são dominadas por perspectivas de esquerda, sobretudo pelo marxismo – algumas apelam ao "marxismo cultural". Para ilustrar o debate, em setembro de 2018, o portal do Instituto Mises Brasil traduziu e publicou um artigo escrito por Murray N. Rothbard em 1992 (tido como um dos principais discípulos de Mises), intitulado: "Progressistas, reacionários, histeria e a longa marcha gramsciana. O que mais apavora a esquerda é o conservadorismo efetivamente oferecer alguma reação"[6]. Neste, procurou denunciar alguns perigos:

> a esquerda progressista possui um objetivo similar ao dos comunistas, mas não idêntico: um estado socialista igualitário, gerido totalmente por burocratas, intelectuais, tecnocratas, "terapeutas" e pela Nova Classe iluminada, geralmente em colaboração com – e sempre sendo apoiada por – credenciados membros de todos os tipos de grupos vitimológicos, aquela gente que se diz perseguida e que vive lutando por "direitos iguais" – sendo que o 'iguais' significa na verdade 'superiores'. Estes grupos são formados por negros, mulheres, gays, lésbicas, trans, índios etc. (…) Daí a histeria [da esquerda] em relação a Franco e a Pinochet; daí o linchamento de Joe McCarthy, que realmente ameaçou ser bem-sucedido em fazer recuar não apenas os comunistas, mas até mesmo os progressistas e social-democratas.

O pensamento "vitimológico" seria cada vez mais cultivado nas instituições educativas, muito por conta da participação dos intelectuais de esquerda, que predominariam no ambiente escolar e acadêmico. Encontramos outros exemplos no

6. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1292>. Acesso em: 01 de jun. de 2019.

mesmo sentido[7]: do IMB, "O marxismo cultural e o politicamente correto **c**ontra o povo – quem vence?" (2018), "A Escola de Frankfurt, o marxismo cultural, e o politicamente correto como ferramenta de controle" (2016); do Instituto Liberal, temos "Há vida inteligente fora do marxismo?" (2018), "Os sinais de que o marxismo cultural é o ópio da universidade contemporânea" (2017) e "Relatos da boca do Inferno: um estudante de direita em uma universidade brasileira" (2017); do Instituto Rothbard, "Mises e Hayek sobre o socialismo, os graves erros de Keynes e o problema com as universidades" (2012); do Instituto Burke, temos "A doutrinação nas escolas para além das conspirações" (2018) e "O ataque marxista à ciência" (2018).

Partindo desta justificativa, argumentam à necessidade de combater o problema da doutrinação esquerdista (particularmente a marxista) na educação e na pesquisa social. No entanto, ao mesmo tempo que fazem críticas à academia e a educação pública, é central, para estas organizações, mobilizar conhecimento que almeja o status acadêmico – e que muitas vezes se afirma superior – a fim de construir legitimidade, por vezes argumentando que a economia liberal seria científica, neutra e livre de ideologia (Gros, 2004; 2009; Rocha, 2017; Baggio, 2016; Casimiro, 2012; 2018). Com efeito, estes institutos buscam valorizar a figura do especialista. Nesse ponto, é interessante recuperar, do site do IMB, a descrição que a *think tank* faz de seu principal teórico[8]:

> Um dos mais notáveis economistas e filósofos do século XX, Ludwig von Mises (…) desenvolveu uma ciência dedutiva e integrada para se entender a economia, baseada no axioma fundamental de que seres humanos individuais agem propositadamente para atingir as metas desejadas. Mesmo que sua análise econômica fosse "livre de juízo de valor" – no sentido de simplesmente descrever as coisas, dizer como elas são, sem defender nenhum ponto de vista em particular –, Mises concluiu que a única política econômica viável para a raça humana seria uma política de laissez-faire irrestrito, de livre mercado e de respeito total aos direitos de propriedade privada.

Nesse debate, convém explorar algumas iniciativas do Instituto Mises Brasil. Fundado em 2007 na cidade de São Paulo, tem como principal nome o empresário Hélio Coutinho Beltrão, um dos fundadores e atual presidente da *think tank*. Outro membro fundador, e uma das principais referências intelectuais, é Ubiratan Jorge Iorio, economista ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2000/2003). O IMB se inspira em seu irmão norte-americano, *Ludwig von Mises Institute*, e objetiva produzir estudos em ciências sociais,

7. Nem todos os institutos compartilham da tese do "marxismo cultural", mas há consenso de que o pensamento de esquerda é hegemônico nestas esferas. Os artigos podem ser encontrados nos sites oficiais (www.mises.org, https://rothbardbrasil.com, https://www.burkeinstituto.com, https://www.institutoliberal.org.br).

8. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=33>. Acesso em mai. de 2019.

promovendo os princípios do livre mercado a partir da Escola Austríaca (Dal Pai, 2017)[9]. Em suas próprias palavras, seus objetivos são[10]:

> I – promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca; II – restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; III – defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade (…) Portanto, esperamos que nossas ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos

No limite, objetivam constituir uma espécie de "universidade" da Escola Austríaca no Brasil (Dal Pai, 2017; Ito; Machado, 2016). Para isso, realiza uma série de ações[11]: publicação de artigos de especialistas de diversos outros *think tanks* brasileiros e estrangeiros, bem como um blog de opinião; disponibilização e venda de livros; guias de estudo e materiais didáticos – atingindo as áreas de economia, direito, ciência política e filosofia. O IMB realiza um Podcast, onde entrevista intelectuais, especialistas e diversas outras personalidades e políticos (algumas delas da mídia, apresentadores, "youtubers", etc.) da direita no país. A *think tank* também opera em redes sociais diversas, como YouTube, Facebook, Twiter e Linkedin. Há um total de trinta e três membros no corpo de especialistas do IMB (economistas, historiadores, filósofos, cientistas políticos, advogados, engenheiros, diplomata, dentre outros); além deste, está listado um total de mais de 400 autores brasileiros e estrangeiros na produção, principalmente, dos artigos vinculados pelo instituto. No que se refere aos treinamentos de novas lideranças, destaca-se o projeto Mises Summer School, um curso intensivo e imersivo realizado pelo instituto anualmente, durante quatro dias, no intuito de treinar cerca de trinta jovens selecionados (Dal Pai, 2017). Recentemente, o IMB lançou o programa *Mises Brasil Winter School*[12], descrito como *"uma grande oportunidade para aqueles que querem seguir ou já seguem carreira acadêmica de terem contato com os melhores professores"*.

Em seu flanco mais acadêmico, O IMB procura realizar uma série de eventos. Destacamos as chamadas "Conferências de Escola Austríaca", cuja primeira edição ocorreu em 2010 – atualmente, o evento está em sua sexta edição (2019). O Mises Brasil também edita uma revista: "MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia", fundada em 2013, possuindo avaliação Qualis CAPES (no evento 2013-

9. Para uma análise detalhada da produção do IMB, ver de Dal Pai (2017). Ver estudos recentes de Onofre (2018), Faria (2017), Santos (2018), sobre questões relacionadas a Escola Austríaca e *think tanks*.
10. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 20 de out. 2018.
11. Retiramos as informações do site do instituto. Disponível em: <www.mises.org.br>. Acesso em: 29 mai. de 2019.
12. Disponível em: <https://winter.mises.org.br>. Acesso em: 29 mai. de 2019.

2016, a classificação é C e B5, nas áreas de economia, direito, filosofia, ensino, história, ciência política, linguística e sociologia). Com quatorze edições publicadas, conta com um corpo editorial e científico composto por docentes de diversas universidades públicas e privadas[13]. Para além da revista, o IMB fundou uma Pós-Graduação em Escola Austríaca[14], inaugurada em 2016, onde oferece um curso de mestrado (lato sensu). Segundo Dal Pai (2017), o curso destina-se a formar quadros acadêmicos em Escola Austríaca, tendo carga horária de 400 horas e custando cerca de R$12.582,00. Novamente, a pós possui núcleos nas áreas de economia, direito, ciência política e filosofia, contribuindo academicamente, segundo o próprio instituto[15], "na defesa do liberalismo e na demonstração de sua superioridade em relação a outros sistemas político-econômicos, como o socialismo e o intervencionismo".

Estes exemplos demonstram os esforços realizados na criação de um aparato de formação e pesquisa capazes de produzir intelectuais orgânicos. Para isso, dependem, em grande medida, da relação com a academia, seja para recrutar potenciais intelectuais orgânicos, seja para buscar influenciá-la. Ainda que tenhamos focado no IMB, gostaríamos de mencionar, brevemente, outros casos com perfil diferente de atuação. O primeiro deles é o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica[16], autointitulado como "um *think tank* liberal acadêmico, único no Brasil baseado numa Universidade, fundado em 2016. É uma iniciativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM) junto à Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)". A organização é composta por docentes da instituição (um total de vinte), sobretudo nas áreas de economia e administração de empresas. O centro, com perfil de laboratório de pesquisa, atua no tripé ensino (mestrado e cursos de pós-graduação), pesquisa (estudos sobre efeitos da regulação, empreendedorismo e inovação) e extensão (cursos, palestras, seminários).

No meio estudantil, a nível nacional, temos a atuação da *think tank* "*Students For Liberty Brasil*" (SFLB), fundada em 2010. Atualmente, o SFLB é uma filial oficial da *think tank* norte-americana "*Students For Liberty*". Agindo no meio estudantil de nível superior, objetiva formar lideranças liberais, oferecendo treinamento e oportunidades de carreira dentro da rede liberal. Segundo a própria entidade[17], "nossos mais de 1.000 líderes dispõem de recursos, treinamento e uma incrível comunidade para defender o liberalismo na sua universidade e comunidade". O grupo é responsável pela organização de um dos maiores eventos liberal-conservadores da América Latina, o já citado "LibertyCon".

13. Disponível em: <https://www.revistamises.org.br/misesjournal/board>. Acesso em: 03 de fev. 2019.
14. Disponível em: <https://www.pgea.com.br/sobre_nos>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.
15. Disponível em: <https://www.pgea.com.br/docentes>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.
16. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/liberdade-economica>. Acesso em: 30 de mar. de 2019.
17. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/brasil>. Acesso em: 30 de mar. de 2019,

Ainda no meio estudantil, merece destaque a expansão de grupos e clubes de estudos liberais nas diversas instituições de educação e ciência no país. Em consulta à plataforma liberal "Ideias Radicais"[18], identificou-se a presença de 230 grupos de estudo formados por estudantes, em diversas regiões do país, destinados à discussão de temáticas relacionadas a Escola Austríaca. Destacamos cinco destes grupos: o Clube Atlas (Universidade de Fortaleza); Grupo de Estudos Dragão do Mar (Universidade Federal do Ceará); o Instituto Atlantos (atua na PUC-RS, UFRGS, FMP, ESPM-Sul e FADERGS); e o Clube Caiapós (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP Ribeirão Preto) – segundo página oficial da própria faculdade da USP[19], o clube "é um projeto de cultura e extensão da FEA-RP USP, organização apartidária formada por jovens empenhados em buscar um ambiente acadêmico mais aberto, plural e menos hostil às ideias da liberdade".

Por fim, é preciso mencionar alguns movimentos estudantis liberal-conservadores que nasceram, recentemente, com o intuito de disputar a política estudantil universitária. O primeiro deles é o movimento "Universidades Livres", ou "UniLivres", criado em 2017. Segundo manifesto[20], este constitui-se enquanto grupo de lideranças estudantis liberais e conservadoras "que busca um ambiente acadêmico mais aberto à troca de ideias, que tem como valores a busca por maior liberdade de expressão e participação de movimentos não alinhados à atual hegemonia de partidos políticos nas Universidades". O movimento nega a União Nacional dos Estudantes (UNE) enquanto entidade política representativa. Nessa linha, o Movimento Brasil Livre lançou seu braço estudantil, chamado de MBL Estudantil[21], alegando que

> Há hoje no sistema educacional um embate entre direita e esquerda. Só que no momento é a esquerda que domina o território, influenciando milhares de jovens com suas ideias – uma vez que a maioria dos professores são simpatizantes da ideologia socialista (…) o jovem liberal-conservador acaba acuado, com medo de denunciar o que acontece nas salas de aulas. Mas os estudantes que militarem no MBL Estudantil terão os meios para mudar essa realidade. O primeiro passo para participar é se cadastrar no site oficial do movimento e entrar em nossa plataforma no Discord. Feito isso, terão acesso a uma programação, passando por etapas e recebendo desafios para seus locais de atuação. Os estudantes também serão preparados intelectualmente, com videoaulas, materiais de estudo, debates e encontros periódicos. Será formando um ranking com os núcleos que apresentarem melhor desempenho. O objetivo maior é criar um movimento com diversos núcleos, capazes de alterar a trágica situação estudantil no país.

18. Disponível em: <https://ideiasradicais.com.br>. Acesso em: 29 de mai. 2019.
19. Disponível em: <https://www.fearp.usp.br/ccex/grupos-extensao/1190-caiapos.html>. Acesso em 15 de mai. de 2019.
20. Disponível em: <http://unilivres.org/manifesto-unilivres>. Acesso em: 20 de mai. de 2019.
21. Disponível em: <https://www.mblestudantil.com/comofunciona>. Acesso em: 23 de mai. 2019.

Oficialmente criado em 2018, no quarto congresso nacional da organização, objetivam atingir estudantes secundaristas e universitários. O MBL disponibiliza uma plataforma onde estudantes podem se cadastrar enquanto potenciais fundadores ou membros de núcleos do MBLE nas diversas escolas, faculdades e universidades do país (sejam elas públicas ou privadas). A partir desta seleção, o MBL disponibiliza materiais a fim de treinar e orientar a ação dos estudantes. Além disso, o movimento visa estimular e dar suporte às denúncias de "ideologização" dos espaços escolares e acadêmicos. Segundo site do projeto, há 11.000 estudantes cadastrados em mais de 3.000 instituições educativas (junho de 2019, data de nossa consulta).

Há que se mencionar que todos os exemplos e casos citados apresentam conexão e sobreposição entre si, sobretudo pela participação de seus membros, que muitas vezes integram uma ou mais organização, bem como pelos vínculos proporcionados pela Rede Liberdade. Por fim, em nossa análise, tais movimentos e *think tanks,* muitas vezes, se apresentam enquanto defensores de uma suposta "pluralidade de ideias" e "liberdade de pensamento", ceifadas pela esquerda nas escolas. Na realidade, o exame histórico das diversas organizações político-ideológicas do neoliberalismo nos permite afirmar que estas ações são estratégias deliberadas de disputas político-ideológicas. Assim, ao contrário do que as próprias organizações querem aparentar, este movimento não ocorre de maneira espontânea, mas são parte integrante dos projetos das classes hegemônicas gestadas historicamente no país.

Considerações finais

Ao longo do texto, procuramos descrever, de maneira geral, como as *think tanks* liberais brasileiras vêm atuando desde a redemocratização no país. Tomamos estas organizações enquanto aparelhos privados de hegemonia característicos do neoliberalismo, mantendo vínculos históricos com *think tanks* norte-americanas.

Através de uma abordagem geral, procuramos descrever como estas organizações liberais produzem conteúdo e formam seus intelectuais orgânicos. Dentro desse foco, identificamos a centralidade, para as *think tanks*, da atuação nos aparelhos de educação e ciência no Brasil, sobretudo nas universidades. Isso porque tais instituições são fontes significativas de especialistas – potenciais ou já estabelecidos intelectuais orgânicos –, os quais integrarão uma rede liberal-conservadora enquanto referências cognitivas. Justificam a atuação, principalmente, pela acusação do suposto caráter ideológico (de esquerda, marxista) do ensino e da pesquisa no ambiente escolar, principalmente nas ciências humanas e sociais; para então oferecer formação "alternativa" e disseminar o pensamento liberal-conservador no meio estudantil e acadêmico em geral.

Referências

BAGGIO, K. G. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norte-americano *Atlas Network* e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL APHLAC, 12, 2016, São Paulo. In: *Anais*...São Paulo: APHLAC, 2016, p. 1-26.

BARBOSA, J. R. Protestos da direita no Brasil contemporâneo: *think tanks*, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, nº 36, p.151-165, 2016.

CAMPIONE, D. Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy. Apuntes hacia una nueva época. In: *Sociohistórica*, Buenos Aires, nº 17-18, p.13-36, 2005.

CASIMIRO, F. H. C. A construção do projeto neoliberal no Brasil (1988-1998): instituto liberal e o discurso da "flexibilização" e ataque às propostas de reforma agrária. In: *Revista IDeAS*, Seropédica, v. 5, nº 2, p.33-65, 2012.

_____. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO REA, J. Right-Wing Think Tank Networks in Latin America: The Mexican Connection. In: *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 17, nº 1-2, p. 89-102, 2018.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAL PAI, R. A. 2017. 226 f. Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo. *Dissertação* (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

FARIA, A. L. B. *Os laboratórios de ideias liberais e a batalha ideológica*. 2017. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2017.

FERREIRA, E. C. *Think tanks* da nova direita e suas estratégias de cooptação: o caso do programa Imil (Instituto Millenium) na sala de aula. In: *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 4, nº 2, p. 24-40, jul./dez.2018.

FISCHER, K.; PLEHWE, D. Neoliberal Think Tank Networks in Latin America and Europe: Strategic Replication and Cross-National Organizing. In: SALAS-PORRAS, Alejandra; MURRAY, Georgina (orgs.). *Think Tanks and Global Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2017. p. 159-186.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 1ª ed. e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROS, D. B. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaios FEE,* v. 29, nº 2, p. 565-590, 2008.

_____. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº 54, p. 143-160, 2004.

HOBSBAWM, E. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ITO, R.; MACHADO, C. A volta do pensamento liberal na América Latina? Um estudo sobre a influência da escola econômica austríaca na região. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2, 2016, São Paulo. *Anais*...São Paulo: Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, p. 1-15, 2016.

KOHAN, N. Gramsci e Marx: Hegemonia e poder na teoria marxista. In: *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, p. 15-70, 2007.

LIGUORI, Guido. *Gramsci's Pathways*. Leinden: Brill, 2015.

ONOFRE, G. F. 2018. 368f. A nova direita no Brasil: o caso dos Institutos Liberais brasileiros. *Tese* (*Doutorado em História*) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

PAUTZ, H. *Think-Tanks, Social Democracy and Social Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

PREGO, M. F. Los intelectuales de derecha en América Latina: los usos sociales del conocimiento y su vinculación con la política. *Questión*, Buenos Aires, v. 1, nº 50, p. 414-427, 2016.

ROCHA, C. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Millcayac Revista Digital de Ciencias Sociales*, v. 4, nº 7, p. 95-120, 2017.

SANTOS, L. M. Ludwig von Mises como arma política da extrema-direita brasileira. *Dissertação* (*Mestrado em Serviço Social*), 133f. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, D. R. Hegemonia e educação: proposta gramsciana de superação da subalternidade. *Tese* (*Doutorado em Educação*), 435f. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVEIRA, L. Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium. *Dissertação* (*Mestrado*), 206f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

Por uma filosofia intersemiótica enquanto teoria da linguagem como semiótica primeira da filosofia latino-americana caribenha

Edivaldo José Bortoleto*
Ivan Luís Schwengber**

Eram três as caravelas
que chegaram d'além mar.
E à terra chamou-se América.
Por ventura? Por azar?
(Quinhentos Anos de Quê?)
Belchior - Eduardo Larbanois

No ano de 1992 se comemorou os 500 anos de América. Inúmeros foram os encontros, debates e simpósios, na ordem do dia, realizados, tendo por objetivos celebrar ou refletir mais criticamente – não só na América como também na Europa, principalmente, em Espanha e em Portugal – o sentido destes 500 anos: *descoberta*, *invasão*, *evangelização*, *encobrimento do outro.* Enrique Dussel em *1492 – O Encobrimento do Outro – a origem do mito da modernidade* diz que:

> "Fomos a *primeira* "periferia" da Europa moderna; quer dizer, sofremos globalmente desde nossa origem um processo constitutivo de "modernização" (embora naquele tempo não se usasse esta palavra) que depois se aplicará à África e Ásia. Embora nosso continente já fosse conhecido – como prova o mapa múndi de Henricus Martellus em Roma em 1489 –, só a Espanha, graças à habilidade política do rei Fernando de Aragão e a ousadia de Colombo, tentou formal e publicamente, com os correspondentes direitos outorgados (e em franca competição com Portugal), lançar-se ao Atlântico para chegar à Índia. Este processo não é anedótico ou simplesmente histórico: é, além disso, o processo originário da *constituição da subjetividade* moderna."(Dussel,1993, p. 16).

* Doutor em Comunicação e Semiótica e Doutor em Educação, Universidade Comunitária Regional de Chapecó. E-mail: ejbortol@unochapeco.edu.br
** Mestre em Educação, EEB Delminda Silveira. E-mail: ivan.s@unochapeco.edu.br

Assim, se está na antecâmara de um novo horizonte. O terceiro milênio já se desponta em suas duas décadas acontecidas, embora ainda não tenha mostrado a cabeça por cima do muro do horizonte, somente vêem-se as pontas dos seus dedos. Parece-nos que vivemos quase que pressionados pelo tempo, pois os mais de 500 anos de América nos remetem ao passado e, por outro lado, o advento do terceiro milênio em curso nos arremete ao futuro.

Passado e Futuro nos colocam num presente crucial. Principalmente, para nós da Latino-América-Caribenha. Num estado de tensão existencial, de insatisfação diante daquilo que fomos e pouco sabemos, e daquilo que seremos, e que, precariamente ou quase nada sabemos, três atitudes pode-se ter. A *primeira* seria de uma atitude indiferente. A *segunda*, a de esquivar-se. Já, a *terceira* seria a de, em permanecendo na tensão existencial, na insatisfação, como momento de negatividade, aí se suportar e manter-se no sentido de afirmar-se, dizer o *ser* tanto em relação ao passado como em relação ao futuro. Pois, no dizer de José Ortega Y Gasset, em seu Prólogo das *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*, de Hegel, "lo que vale más en el hombre es sua capacidad de insatisfacción. Si algo divino posee es, precisamente, su divino descontento, espécie de amor sin amado y un como dolor que sentimos en miembros que no tenemos". E no dizer também de Hegel: "O Espírito só conquista a sua verdade com a condição de encontrar-se a si mesmo na devastação absoluta" (Reale e Aantiseri, 1990, p. 105).

Portanto, a *terceira* atitude parece ser a que deva ser escolhida e assumida, porque a mais penosa, pois o assumir a negatividade na sua compreensão que foi acenada, coloca-nos na radicalidade do *nada* e, porque a mais libertadora, pois nos coloca na conquista da verdade, ou da meia-verdade. E porque também, esta atitude é inerente à exigência do filosofar, do poetar, do psicanalisar, do teologar.

Filósofos, poetas, psicanalistas, teólogos e místicos porque viveram nesta ambiência radical do nada, "souberam dizer o ser", o "absoluto", o "sagrado", o "tudo". Não será o "Ser e o Nada" que em última instância, caracterizarão o pensamento de Heidegger? Não será o "Nada e Tudo", que irão resumir o pensamento ascético de São João da Cruz? Não vai ser o "Ser e Não-Ser", pontos chaves da metafísica da alteridade de Enrique Dussel?

"A América Latina é algo difícil; somente o difícil é estimulante", diz Lezama-Lima em *A Expressão Americana* (Lezama-Lima, 1988, p. 47). Sendo difícil, já é ela portadora de complexidade. "A complexidade é uma palavra problema e não uma palavra solução", afirma Morin em a *Introdução ao Pensamento Complexo* **(**MORIN, S/D, p. 8). A América Latina Caribenha então, enquanto algo difícil e problemático deve ser enfrentada na perspectiva da terceira atitude.

Temos um quadro dramático da realidade mundial. O problema do sentido do homem é hoje mais escaldante que nunca. O nosso mundo está desmoronando-se

juntamente com os modelos paradigmáticos que dele se tem. No que diz respeito à América Latina Caribenha não vivemos uma situação diferente, muito pelo contrário. Do ponto de vista do pensamento filosófico, qual seria a situação da filosofia hoje? A esta questão, pode-se buscar minimamente uma resposta com o filósofo argentino Juan Carlos Scannone, que assim diz:

> "No nível da racionalidade filosófica, consolidou-se – sobretudo na Europa – a crítica à filosofia moderna da subjetividade, quer se faça – em forma neoconservadora – a distinção entre modernidade cultural e modernização econômico-social, ficando-se só com a última, quer se propugne uma pós-modernidade mais ou menos niilista para acabar com a pretensão absoluta e universal da razão, quer, enfim, fale-se de levar adiante o projeto não concluído da razão moderna, porém superando a filosofia do eu e a consciência por meio da racionalidade comunicativa (Habermas e Apel)." (Scannone, 1992, p. 56).

Considerando os dois níveis acima expostos, ou seja, o do quadro dramático da realidade, principalmente, no tocante à América Latina Caribenha e, o do quadro do pensamento filosófico referente à modernidade e à pós-modernidade, o que significa pesar a América Latina Caribenha enquanto uma realidade difícil e problemática? Será possível vislumbrar desde aí, uma *filosofia intersemiótic*a enquanto uma modalidade de pensamento filosófico em diálogo com a tradição do pensamento filosófico latino americano caribenho? Assim, temos que perguntar pela América Latina Caribenha: o que é isto? Também temos que perguntar pela possibilidade de uma Semiótica enquanto uma Inter-Semiótica neste vasto território de linguagens que é o Continente Americano e, de maneira especial, o Continente Latino Americano Caribenho e, minimamente, também perguntar pelo estado da Filosofia aí, para se pensar e propor um projeto de uma *Filosofia Intersemiótica* enquanto teoria da linguagem como *Semiótica Primeira* da *Filosofia Latino Americana Caribenha*.

Cremos que, vale pensar o que tem sido a filosofia na América Latina Caribenha. Talvez, até antes disso, procurar compreender o que tem sido a América Latina Caribenha na tradição ocidental do pensamento filosófico.

Desta maneira, é no pensamento filosófico de Hegel, dentre outros existentes, a partir de alguns excertos, que temos notícias da América, principalmente da América Latina Caribenha, que em Hegel aparece com o nome de América do Sul. Assim, em suas *Lições*, que foram publicadas após sua morte, pelos seus discípulos, principalmente em suas *Lições* sobre a filosofia da história universal. Assim, vejamos:

> *El Nuevo Mundo quizá haya estado unido antaño a Europa y África. Pero en la época moderna, las tierras del Atlántico, que tenían una cultura cuando fueron descubiertas por los europeos, la perdieron al entrar en contacto con estos. La conquista del país señalo la ruina de su cultura, de la cual conservamos noticias; pero se reducen a hacernos saber que se trataba de una cultura natural, que había de perecer tan pronto como el espíritu se acercara a ella. América se ha revelado siempre y sigue*

> *revelándose impotente en lo físico como en lo espiritual. Los indígenas, desde el desembarco de los europeos, han ido pereciendo al soplo de la actividad europea. La fauna tiene leones, tigres, cocodrilos, etc.; pero estas fieras, aunque poseen notable con las formas del viejo mundo, son, sin embargo, en todos los sentidos más pequeñas, más débiles, más impotentes. Aseguran que los animales comestibles no son en el Nuevo Mundo tan nutritivos como los del viejo. Hay en América grandes rebaños de vacunos; pero la carne de vaca europea es considerada allá como un bocado exquísito.* (Hegel, 1989, p. 171).

Qual a razão de Hegel pensar desta maneira sobre a América do Sul? Qual o fundamento deste seu pensamento? É inegável que o pensamento que irá caracterizar a consciência histórica do homem contemporâneo encontra-se em Hegel o seu ponto de partida, pois Hegel está introduzindo no âmbito da filosofia moderna, as novidades da *Dialética* e da *História*.

Hegel (1770-1831), situa-se no fim do século XVIII e início do século XIX. Período este, marcado pela expansão do Capitalismo Mercantilista e Comercial e, em contrapartida, é onde também se dá a consolidação da Classe Operária e seu aparecimento político. Período marcado também pela decadência da nobreza e pela consolidação do Estado Nacional Moderno.

Hegel vai ser a expressão desse tempo. É o tempo histórico quem produz Hegel. A grandeza de Hegel, está na sua sensibilidade de explicitar em forma de pensamento, de filosofia, o que os homens de seu tempo vivem. Neste sentido, pode-se dizer de Hegel o que ele mesmo diz, que "a filosofia desponta num determinado momento de desenvolvimento da cultura. Contudo, os homens não criam uma filosofia ao acaso: é sempre uma determinada filosofia que surge no seio dum povo, e a determinação do ponto de vista do pensamento é idêntica à que se apodera de todas as demais manifestações históricas do espírito desse povo, está em íntima relação com elas e delas constitui o fundamento". (Hegel, 1985, p. 355).

Até Hegel, sempre existiram os dualismos, homem-mundo, sujeito-objeto, consciência-realidade. Com ele, essa dicotomia entre os momentos é superado. É ele mesmo quem diz que, "o hábito de considerar como independente cada um dos momentos já foi superado; a expansão sucede a contração, isto é, a unidade donde brotou primitivamente". (*Idem*, *Ibidem*, p. 344). Os momentos são entendidos dentro de uma unidade. Há uma unidade de dois contrários: a tese e a antítese. Nessa união de contrários, a síntese se manifesta. A síntese une os dois contrários, a saber, a tese e a antítese. A síntese incorpora os pontos positivos dos polos negativos. Neste sentido, 'tudo está vindo a ser, nada é'. Este é o postulado básico do pensamento de Hegel. Tudo só é inteligível, quando desenvolve-se; e, nada é, se compreendermos tudo como estático. Assim, tudo vai ser inteligível à luz da Dialética, a partir do momento em que capto e compreendo as contradições. São estas contradições que provocam o desenvolvimento. E esse desenvolvimento é concreto.

Desta forma, pode-se compreender a história da civilização humana como um processo concreto no qual as infinitas possibilidades vão se manifestando. Para Hegel, a História é um processo. Se é um processo, ela tem etapas e entre uma etapa e outra há um nexo. Esse processo não se dá ao acaso, mas sim tem um sentido, um significado. "(...) Tudo, na história, tem significado só pela sua relação com algum fato geral e em virtude da sua ligação com ele; descobrir este fato geral chama-se compreender o seu significado". (*Idem*, *Ibidem*, p. 324).

É nessa concretude processual e plena de significação que o Espírito Absoluto se manifesta. Manifestar-se significa assumir formas objetivas e, portanto, perceptíveis aos homens ou à humanidade. O Espírito Absoluto, por definição, é, em Hegel, subjetivo, é sujeito, interioridade, identidade; é o Espírito *ser em si*. Pela história, ele ganha uma objetividade, exterioridade, aliena-se, se torna outro. Na medida em que tudo isso acontece, o Espírito se reconhece, se encontra. E na visão de Hegel, o Espírito se reconhece, se encontra justamente no Velho Mundo. Diz ele: "una vez que hemos terminado con el Nuevo Mundo y los sueños que puede suscitar, pasemos al Viejo Mundo. Este es, esencialmente, el teatro de lo que constituye el objeto de nuestra consideración, de la historia universal". (Hegel,1989, p. 177).

O que se pode concluir dessa visão hegeliana da América, principalmente da América do Sul? Que estamos à margem da história Universal? Que não temos uma cultura intelectual para o quefazer filosófico, pois vivemos como crianças, que se limitan a existir, longe de tudo o que significa pensamentos e fins elevados? Pois, Hegel, em sua *Introdução à História da Filosofia*, diz "que se requer num povo certo grau de cultura intelectual para que se possa filosofar". Temos essa cultura? Muitos acreditam que não. Então somente existimos. E também, que nem é possível a elaboração de um pensamento filosófico em nosso continente, bem como artístico e científico. Assim, parece que diante daquilo que fomos e, pouco sabemos, requer-se de nós ainda um sermos *alfabetizados*, no sentido de lermos criticamente o nosso passado. Parece-nos que, a questão que está por detrás dos aspectos colocados por Hegel, é fundamental, para buscarmos entender *o lugar* da filosofia. Assim, pode-se perguntar: a filosofia tem lugar no Continente Latino Americano Caribenho? Há lugar para ela em nosso horizonte?

O lugar da filosofia deslocou-se várias vezes ao longo de sua história. Assim, no horizonte da filosofia clássica a filosofia tem seu lugar no horizonte da *physis*. No horizonte dos medievais, ela tem seu lugar como *ente criado*. No horizonte da modernidade nascente a filosofia tem seu lugar na *subjetividade*. Será então que, sem perder o recuo à tradição filosófica, nos é possível dizer o lugar da filosofia em nosso horizonte cultural da América Latina Caribenha? Podemos, desde o nosso lugar, contribuir com nossa cultura intelectual que é distinta, ao panorama universal da filosofia, à comunidade humana mundial sem sermos *eco* e *reflexo* da Velha Europa?

É verdade que a Europa é nosso Grande-Outro, inspirados por Jacques Lacan. A tradição hispânico-lusa nos constitui; somos filhos da Reforma Católica e não Protestante. Mas, como bem diz Oswald de Andrade, "somos também, campeões da miscigenação tanto da raça como da cultura, somos a Contra-Reforma, mesmo sem Deus ou culto. Somos a Utopia realizada, bem ou mal, em face do utilitarismo mercenário e mecânico do Norte. Somos a Caravela que ancorou no paraíso ou na desgraça da selva, somos a Bandeira estacada na fazenda. O que precisamos é nos identificar e consolidar nossos perdidos contornos psíquicos, morais e históricos". (Andrade, 1978, p. 153). Culturalmente, a América Latina Caribenha está sob o *signo* da tradição arábico-luso-hispânico-afro-indígena, revelando-se, do ponto de vista sonoro, uma sinfonia polifônica e, sob o ponto de vista da cinemática, um mosaico de signos fílmicos que fluem de maneira diferente em cada região, como também, no interior de uma mesma região.

É neste contexto extremamente e imensamente problemático que se quer colocar a questão do pensamento filosófico também como um problema, ou dizendo d'outra maneira, *a questão do estatuto da filosofia na América Latina.*

No entretanto, pode-se vizualizar na América Latina, duas vertentes que lidam com tal questão de maneiras distintas. Uma, é a *vertente assuntiva*, que assume toda a tradição filosófica com seu rigor e profissionalismo à filosofia mundial. Pode-se dizer que é o grupo hegemônico e, a prova disso está na maneira com a qual se trabalha com a filosofia no exercício acadêmico normalizado, sem se perguntar pela possibilidade de um filosofar com características próprias na América Latina. *Tem-se aí a questão da filosofia na América Latina*. Como diz Miró Quesada:

> (...) *Hemos llamado 'asuntiva a esta respuesta porque consiste en asumir los valores de la filosofía europea y en seguir poniendo el sentido de la autenticidad en la creación de ideas originales en relación al tratamiento de los grandes problemas del pensamiento occidental. Al 'asumir' los valores de la filosofía europea asumidos y proclamados por las generaciones anteriores, la tercera generación si sitúa de plano en la necesidad de realizar las condiciones necesarias para lograr la creatividad buscada*. (Miro Quesada, 1974, p. 81).

Uma outra vertente é *a afirmativa*, que vem afirmar a possibilidade de um filosofar com características próprias que possa responder às necessidades, demandas e desejos da América Latina. Aqui, tem-se um grupo minoritário, que diferentemente do grupo hegemônico, tenta responder como se "plantea" a história das idéias na América Latina e de um filosofar latino-americano. *Tem-se aí, então, a questão da filosofia latino-americana*.

> *El GRUPO de los que asumen la actitud 'afirmativa' es el más compacto y unitário, pero el menos numeroso. En realidad, comparado con el grupo asuntivo, es numéricamente insignificante. Puede decirse sin temor a exagerar, que el último*

> *grupo abarca a la casi totalidad de la tercera generación filosófica latinoamericana. Sin embargo, la manera especialísima de haber resuelto el problema generacional, la claridad de conciencia con que han propuesto la solución, la unidad de pensamiento de sus miembros, el impulso que les guía y la fe que los anima, justifica plenamente el incluirlos al lado del enorme grupo contrario*. (Idem, Ibidem, p. 87).

Portanto, sem perder o Grande-Outro sinalizado por Jacques Lacan como referente, cremos podermos afirmar, no eixo da segunda vertente – *a vertente afirmativa* - sugerida por Francisco Miró Quesada, que a América Latina muito tem hoje a contribuir a despeito de Hegel e, para além dele, principalmente, no tocante à racionalidade filosófica com características próprias ao nosso contexto cultural.

Como afirma o filósofo argentino Arturo Andrés Roig (1922), "la naturaleza del pensamiento filosófico latino-americano, sus caracteres y desarollo, así como tambiém los modos de la práctica filosófica misma, constituyen un conjunto de temas de creciente interés en América Latina. La historia de esta preocupación no es, además, reciente y presenta un ya largo proceso de discusión y elaboración". (Andrés Roig, 1986, p. 48).

Não teria lugar aqui, fazer um inventário da vasta produção filosófica latino-americana nos seus mais variados matizes. Assim, fazendo grandes recortes cronológicos a filósofa brasileira Constança Marcondes Cesar em *Filosofia na América Latina* (1988) mostrou, no plano cronológico, uma visão de panorama em grandes linhas, os momentos relevantes da filosofia em cinco países: Peru, Uruguai, Argentina, México e Brasil, e, depois, as influências e inter-relações entre os pensadores. Depois de passar pela Escolástica espanhola e portuguesa, que vai até meados do século XVIII, pela Ilustração, que vai da segunda metade do século XVIII até o primeiro terço do século XIX, pelo Ecletismo e Positivismo que se dão no segundo e terceiro terços do século XIX, a autora desenvolve as tendências filosóficas contemporâneas, já no final do século XIX e início do século XX.

Tendo por base a periodização sinalizada por Constança Marcondes César, pode-se dizer que os fundadores da tradição filosófica latino americana caribenha se localizam no contexto da Escolástica Ibérica. Assim, no horizonte do pensamento da Segunda Escolástica vinda, principalmente, de Salamanca no século XVI, pode-se reconhecer em Francisco de Vitória, Francisco Suárez, Frei Bartolomé de Las Casas, Sór Juana Inês de La Cruz, Antonio Vieria, etc., os inícios modernos da tradição do pensamento latino-americano-caribenho, isto porque o Novo Continente, o Novo Mundo nasce moderno sem uma Antiguidade Clássica e uma Medievalidade. Desta maneira, a Segunda Escolástica Barroca é o signo decisivo que marcou e constituiu, principalmente, nos três primeiros séculos, do XVI ao XVIII o húmus da América Latina Caribenha, tendo ainda nos dias atuais, uma presença decisiva enquanto uma tradição de pensamento conjuntamente com outras formas e perspectivas de pensamento. (Bortoleto, 2017).

No entanto, o século XIX será tão decisivo quanto o século XVI. Isto por que? Isto porque é neste século que emerge a América Latina Caribenha. Ela emerge no âmbito do pensamento tão somente no século XIX. E quem dá *status* filosófico ao tema da América Latina é Hegel em sua obra *Lições sobre a Filosofia da História Universal* como anteriormente visto. No, entanto, foi em fins do século XIX com José Martí e com Juan Bautista Alberdi que o tema da América se configurou no âmbito de uma tradição de pensamento latino-americano-caribenho. José Martí (1853-1895), reconhecido como o *Apóstolo da Liberdade*, foi quem colocou por primeiro a ideia de uma América Nuestra em sua obra *Nuestra América* em oposição à uma visão Pan-Americana apresentada pelos Estados Unidos da América. Juan Bautista Aberdi (1810-1884), por sua vez, foi quem formulou por primeiro a ideia de uma filosofia latino-americana. Assim, o primeiro em Cuba e o segundo em Argentina desde o horizonte de uma tradição positivista traduzida na cultura latino-americana-caribenha, formularam um projeto de pensamento latino-americano-caribenho onde o *tema da liberdade* e o *tema da revolução* são centrais e decisivos. Ora, de Frei Bartolomé de Las Casas a José Martí e Juan Bautista Alberdi, o *tema da liberdade* encontrar-se-á doravante, bem como o *tema da revolução*, na tradição do pensamento liberacionista latino americano em âmbito da Sociologia, da Pedagogia, da Psicoterapia, da Filosofia, da Teologia. Assim, obras como: *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, *Filosofia da Libertação* de Enrique Dussel, *Psicoterapia do Oprimido* de Alfredo Moffatt e *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutierrrez serão obras decisivas, pois, irão operar um *giro liberacionista* no contexto da América Latina Caribenha (Bortoleto, 2016). Assim, toda uma geração se seguirá com Leopoldo Zea, Augusto Salazar Bondy, Francisco Miró Quesada, Arturo Andrés Roig, Enrique Dussel, Horácio Cerutti Guldberg, Juan Carlos Scannone, Germán Marquínez Argote Hugo Assmann, Franz Hinkelammert, Roque Zimmermann, Antonio Sidekum, Paulo Freire, Leonardo Boff, etc.

Uma história da Filosofia Latino Americana[1] está por ser escrita em suas influências e interrelações sempre em diálogo com a tradição europeia e as tradições africana e indígena, bem como, a tradição asiática. A América e, de modo especial, a América Latina Caribenha, este "ponto equidistante entre o Pacífico e o Atlântico" constitui-se em um cadinho de inúmeras confluências, cruzamentos, mestiçagens, hibridismos, de exageros barrocos, de ambiguidades. Se com Hegel ela ganha *status* filosófico no pensamento moderno europeu, para além de Hegel, a América não é mais o pais do porvir, mas sim, o porvir já realizado, em processo e em tensão, sem resolução. América enquanto um todo está em um processo de civilização em tensão permanente e sem

1. Faz-se necessário reconhecer a obra organizada por Dussel, Mendieta e Bohórquez, *El Pensamiento Filosófico Latinoamericano, del Caribe y "Latino" – [1300-2000]: Historia/Corrientes/Temas/Filósofos* (2011) enquanto um trabalho coletivo para uma primeira sistematização mais global da Filosofia Latino Americana Caribenha.

resolução, portanto, de uma in-conclusão real e teórica, porque movendo-se entre as teses e antíteses sem sínteses, portanto, em um movimento de uma dialética aberta, sem resolução.

A América Latina Caribenha é um continente eminentemente *complexo* e particularmente *singular*. Complexo porque tanto em sua Natureza quanto em sua Cultura se apresenta de forma exuberante, proliferante e dinâmica. Singular porque é um território de pluralidades de linguagens: visual, auditiva, olfativa, degustativa e táctil. É um *Continente Absconditus*. Este *Continente Absconditus – El Nuevo Mundo*, *Las Indias*, *Paradiso*, *Amérique Latine* – nasceu "moderno" conjuntamente com a modernidade europeia. Toda a tradição ocidental teológico-filosófico-científica enquanto um sistema de linguagens logocêntrico, linguicêntrico e hierárquico foi transportada como um sistema de valores significantes, como por exemplo: idiomático-linguístico, ético-religioso, político-econômico-jurídico. Mas, o *Continente* no contexto pré-colombiano já tinha todas estas linguagens. Astecas, Maias, Incas, e toda a diversidade étnica indígena brasileira já comportavam estes sistemas de linguagens. Esta realidade *complexa* e *singular* está a exigir a resposta à pergunta fundamental, portanto, ontológica: *a América Latina Caribenha, o que é isto?*

Ora, pode-se dizer que a América e, de maneira especial, a América Latina Caribenha é um *Complexus Semióticus in Semiosis*. Portanto, buscar articulações possíveis na complexidade e singularidade deste *Continente Absconditus*, supõe uma compreensão de linguagem que vá para além da *linguagem verbal*. E *linguagem verbal* e *linguagem não verbal* são linguagens proliferantes neste Continente eminentemente dinâmico. Faz-se necessário a interlocução com uma *Filosofia Intersemiótica* formulada desde o Pragmatismo de Charles Sanders Peirce, inaugurando assim, um diálogo Norte-Sul no âmbito do pensamento filosófico no contexto do Continente Americano. Aqui se encontra o ponto fulcral deste trabalho, portanto. Pode o Pragmatismo formulado por Charles Sanders Peirce apresentar-se como *sub specie* semiótica à tradição filosófica latino-americana-caribenha? Ou por uma Filosofia Intersemiótica enquanto teoria da linguagem como semiótica primeira da Filosofia Latino Caribenha?

Mas, algumas outras perguntas se nos impõe neste momento: por que o Pragmatismo de Charles Sanders Peirce? Por que sua Semiótica? Terá validez teórica o Pragmatismo e sua Semiótica tal qual foram formulados por Peirce – sendo que seu pensamento é a expressão do desenvolvimento científico e filosófico nos EUA de um capitalismo não dependente - no contexto da América Latina Caribenha, principalmente, no desenvolvimento em que se encontra hoje o pensamento filosófico em suas inúmeras direções, principalmente, à *vertente afirmativa* como visto anteriormente? De modo mais específico, quais contribuições poderá dar às filosofias de *vertente afirmativa* liberacionistas, principalmente, em um Continente empobrecido, onde as filosofias, pedagogias, sociologias, psicoterapias e teologias liberacionistas se comprometem

ética e politicamente por um processo de libertação e revolução das maiorias vítimas de um sistema injusto e de um capitalismo dependente? É verdadeiramente possível um diálogo entre o Pragmatismo norte americano com as filosofias liberacionistas (Arturo Roig, Enrique Dussel, Andrés Arturo Roig, Horácio Cerutti Guldberg, Juan Carlos Scannone, Germán Marquínez Argote Hugo Assmann, Franz Hinkelammert, Roque Zimmermann, Antonio Sidekum, Paulo Freire, Leonardo Boff e tantos outros)?

Faz-se necessário uma incursão ao Campo da Semiótica, portanto. A Semiótica é plural, portanto, o que há são Semióticas. Isto, porque o signo está em processo permanente de proliferação e expansão. Mas no entanto, faz-se necessário explorar um pouco mais, desde a Semiótica mesma, as possibilidades abarcantes dela para a compreensão do objeto que é a América Latina Caribenha. Portanto, se quer lê-la enquanto um complexo, enquanto um conjunto de infinitas interdependências e subordinações, enquanto território fronteiriço de linguagens próximas, contíguas e distantes ao mesmo tempo.

Para tanto, tem-se que entrar na Semiótica se se quer ter minimamente os seus traços fundamentais, para trazer pelo menos, alguns *rasgos*, algumas *notas* desta forma elevada e complexa de conhecimento, que ocupa e se destaca no contemporâneo, lugar central nas pesquisas dos mais variados objetos. Como diz Lúcia Santaella, "ela é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido" (Santanella, 1987, p. 15). E, por outro lado, ela se destaca porque, enquanto muitos a colocam como uma disciplina subalterna no conjunto dos sistemas e classificações do conhecimento, ela vem re-*signi*-ficar todo o *edifício* e os *fundamentos* das demais ciências. Sob este aspecto, a grandeza da Semiótica reside em não invadir os Campos de outros Saberes, comprometendo a autonomia e o estatuto epistemológico próprio dos Saberes, mas sim, lançar pela própria compreensão do signo, sua natureza e sua função, novos fundamentos aos Saberes. John Deely ao tocante à dimensão fundamental dos fundamentos, diz que:

> "Pela primeira vez em talvez trezentos anos, a semiótica torna possível o estabelecimento de novos fundamentos para as ciências humanas. Esses fundamentos, por sua vez, tornam possíveis uma nova superestrutura para as humanidades e as chamadas ciências exatas e naturais, uma estrutura frequentemente sonhada e que a semiótica pela primeira vez coloca ao nosso alcance, contanto apenas que tenhamos um entendimento do signo e seus funcionamentos essenciais suficientemente rico para impedir a possibilidade de isolar a pesquisa semiótica dentro da esfera da língua, no sentido dos signos construtos de que fala Perron." (Deely, 1990, pp.19-20).

Mas, a Semiótica é ao mesmo tempo antiga e recente. Enquanto antiga que é, está ligada à Medicina e enquanto recente que é, está ligada à Lógica. Ela é um campo

difícil que atravessa toda a história do pensamento Ocidental e Oriental. No contexto do pensamento Ocidental ela emerge enquanto Lógica, ela é do âmbito da Lógica e, é tão plural e infinita em suas inúmeras tendências e perspectivas (Nöth, 1995, 1996; Nöth e Santaella, 2017; Souza, 2006; Zecchetto, 2012). Em que pese que o termo semiótica atravesse a história do pensamento, principalmente, o filosófico, tanto no Oriente quanto no Ocidente, a Semiótica é uma ciência recente tanto quanto à Linguística. Lúcia Santaella assim diz: "Antes de tudo, cumpre alertar para uma distinção necessária: o século XX viu nascer e está testemunhando o crescimento de duas ciências da linguagem. Uma delas é a Linguística, ciência da linguagem verbal. A outra é a Semiótica, ciência de toda e qualquer linguagem". (Santaella, 1987, p. 10).

O termo semiótica, de origem grega – *semeiõtiké, és* –, tem a ver com "diagnóstico ou observação dos sintomas" (Houaiss, 2001, p. 2543). Portanto, a Semiótica tem sua origem no campo da medicina grega e, desde aí, vai se deslocando não só no sentido de ganhar significações em sua semiose semântica, mas vai se constituindo num vigoroso e rigoroso campo de saber como já sinalizados por Deely e por Santaella, transformando e inovando em uma outra concepção a organização dos saberes, para além ou para aquém da classificação positivista dos saberes. Aqui reside, portanto, a dimensão fundamental da Semiótica no contemporâneo, ser uma Lógica que edifique pelo signo os Saberes colocando-os em uma outra configuração dialógica.

Na busca da compreensão não só semântica do termo, mas também das respectivas áreas que começam a se preocupar com a Semiótica, Charles Morris, assim diz:

> *El término 'semiótica' fue adaptado por John Loke de los estóicos griegos, que a su vez estaban influidos por la tradición de la medicina griega, que interpretaba la diagnosis y la prognosis como procesos de signos. A Charles S. Peirce (1839-1914), que sigue a John Loke en este empleo del término, se debe el uso actualmente muy generalizado de la palavra 'semiótica'. También se emplean los términos 'significs' y 'semantics', aunque actualmente se tiende a limitar el uso de semântica para referirse sólo a una rama de la Semiótica*. (Morris, 1964, p. 13).

E, na sequência, falando das áreas e dos campos que se interessam e elaboram aportes desde a Semiótica, Morris prossegue dizendo: "Los filósofos y lingüistas son quienes han hecho las principales aportaciones a la teoría general del signo, pero en la actualidad se realizam también amplias investigaciones en este mismo campo debidas a psicólogos, psiquiatras, teóricos de la estética, sociólogos y antropólogos". (*Idem, Ibidem*, pp. 13-14).

Ora, nesta perspectiva a Semiótica tem muito a dizer aos distintos mundos das mais diversificadas culturas; aos mais distintos objetos presentes nas diversas culturas; ao mundo macro e ao mundo micro, orgânico e in-orgânico. Pode-se afirmar que a Semiótica é este saber ou ciência do todo, ou pelo menos, esta é a sua pretensão. Isto por quê? Isto porque, *os mundos e os universos se estruturam como linguagem*. Esta

é a razão pela qual a questão da linguagem é tão importante e se faz fundamental na religião, na arte, na filosofia, na ciência, na tecnologia, no mundo cotidiano das gentes, etc. Aqui talvez, reside a magnitude da Semiótica. Daí, a proposição de trazê-la ao campo plural da Filosofia Latino Americana Caribenha, principalmente, às Filosofias Liberacionistas, bem como à Psicoterapia, à Pedagogia, à Sociologia e à Teologia que desde as décadas de 60 e 70 do século XX foram reconhecendo a condição das gentes latino-americana-caribenha em contextos de exploração, de pobreza, de dependência.[2]

Assim, desde este período, das décadas de 60 e 70 do século passado um *discurso libertador* foi se configurando nas várias *epistemes* como a Sociologia, a Psiquiatria, a Pedagogia, a Filosofia, a Teologia. Foi se formulando uma "teoria filosófica da práxis de libertação dos oprimidos". O oprimido se configurou, desde então, em critério de verdade, o ponto e via de acesso de formulação de um discurso libertador. Como diz Enrique Dussel, o oprimido aponta para uma prática que não é uma prática qualquer, mas sim, uma *práxis de libertação*. Desta maneira, Dussel assim diz:

> "O oprimido como 'origem' e 'lugar' de onde procede o discurso filosófico crítico-libertador, indica que desde seu começo é um discurso prático, ético, que toma como 'ponto de partida' do discurso ainda 'possível', a situação humana produzida pela práxis de dominação. Ou seja, as 'condições *práticas* de possibilidade' de começar um discurso *verdadeiro* faz da filosofia da práxis a *prima philosophia*. Mas não de qualquer práxis e sim da práxis de *libertação*, 'critério' ou tribunal absoluto da *verdade* do discurso." (Dussel, S/D, p. 248).

Ora, a Filosofia Pragmática e a Filosofia da Libertação, entre e dentre outras perspectivas *filosóficas libertadoras afirmativas* na América Latina Caribenha, podem na proximidade se descobrirem muito mais na proximidade simpática. Sob este ponto de vista, a *Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y de la Exclusión* (1998) de Dussel já está a sugerir este diálogo que quer e deseja ser chamado de *diálogo Norte/Sul*. No Capítulo 2 da Primeira Parte (La moralidade formal. La validez intersubjetiva), Dussel está dialogando com Immanuel Kant, John Rawls, Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas. No Capítulo 3 da Primeira Parte (La factibilidade ética y el "bien"), Dussel está dialogando com El pragmatismo: Charles Sanders Peirce, com Hilary Putnam, com Niklas Luhmann, Franz Hinkelammert. No Capítulo 5 da Segunda Parte (La validez antihegemónica de la comunidade de las víctimas), Dussel está dialogando com Paulo Freire, Piaget, Vigotski, Ernst Bloch. Mas, a obra toda é um diálogo com a tradição filosófica europeia, com a tradição filosófica norte americana e com a tradição filosófica latino-americana-caribenha.

2. Sobre a Teoria da Dependência vale reconhecer duas leituras sobre tal questão, quais sejam, a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e, a de Ruy Mauro Marini. Para tanto, vale conferir de Mathias Seibel Luce, *Teoria Marxista da Dependência: Problemas e Categorias. Uma visão histórica* (2018).

Assim como a Filosofia da Libertação é plural, a Filosofia Pragmática também o é. Se o oprimido é a via de acesso ao discurso filosófico da libertação, Peirce, por sua vez, como diz Cornelis de Waal em *Sobre Pragmatismo*, é o princípio do pragmatismo. Carl R. Hausman em *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy* diz já na Introdução da obra que "Beginning a book on the philosophy of Charles S. Peirce is something like entering a labyrinth with almost as many entrances as passages". (1993, p. 1). Se Peirce tem quase tantas entradas e passagens, assim também acontece com a Filosofia da Libertação em sua pluralidade, principalmente, Enrique Dussel. Ambos constroem arquitetônicas fortes desde o Continente Americano. Peirce na América do Norte, Dussel na América Latina Caribenha. Ambas as arquitetônicas comportam suas respectivas fenomenologias, suas respectivas ciências normativas (Estética, Ética e Lógica) e suas respectivas Metafísicas. A do primeiro é uma *Metafísica Científica* e a do segundo é uma *Metafísica da Alteridade*. Se Peirce tem uma entrada no pensamento europeu, principalmente, por meio de Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, no pensamento de Dussel, Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas fazem-se presentes. O diálogo *Norte-Sul* foi inaugurado por meio do cubano-germano Raúl Fornet-Betancourt onde Dussel, Apel e Habermas, principalmente, dentre outros, encetaram o respectivo diálogo entre a Ética da Libertação e a Ética do Discurso.

Peirce e Dussel comportam um pensamento labiríntico para um Continente labiríntico desde "sua origem". Transitar em trânsitos intersemióticos enquanto teoria da linguagem como Semiótica Primeira da Filosofia Latino Americana Caribenha é transitar por labirintos densos de mistérios por um lado, pois o maravilhoso desde o início faz-se presente, e de outro, de realidades as mais difíceis, pois marcadas pelos signos da violência, da exploração, da dominação, mas com um desejo infindo de libertação. Assim, "vale dizer que a América Latina Caribenha pode ser pensada como um 'vasto *representamem*', ou seja, um complexo sígnico cultural, que num processo não-linear, está em semiose e, que ela, a América Latina Caribenha, se desempenha já em forma de um argumento inacabado, por fazer-se infinitamente". (Bortoleto, 2003, p. 82).

Referências

ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Manifestos, Teses de concursos e Ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRÉS ROIG, Arturo. Interrogaciones sobre el Pensamiento Filosófico. In*: ZEA, Leopoldo (Coordinación e introducción). América Latina en sus Ideas*. Primera Edición. México: UNESCO: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

BORTOLETO, Edivaldo José. Da Escolástica Latino Americana e o Constitucionalismo Latino Americano: Em torno de Las Casas e de Suárez. In: CAOVILLA, M. A. L.; PEREIRA, R. e WINCKLER, S. (Orgs.). *Constitucionalismo, Direitos Humanos, Justiça e Cidadania na América Latina.* São Leopoldo-RS: Editora Karywa, 2017.

_____. *A Filosofia como elemento compreensivo da História da Educação Brasileira*. XI ANPED-SUL. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais. 24 a 27 de Julho de 2016/UFPR – Curitiba/Paraná, 2016.

_____. *América Latina e Caribenha: Comunicação e Alteridade*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Comunicação e Semiótica sob a orientação do Prof. Dr. José Amálio Pinheiro Branco. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CÉSAR, Constança Marcondes. *Filosofia na América Latina*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

DEELY, John. *Semiótica Básica*. São Paulo: Editora Ática: 1990.

DUSSEL, Enrique, MENDIETA, Edurdo, BOHÓRQUEZ, Carmen *El Pensamiento Filosófico Latinoamericano, del Caribe y "Latino" [1300-2000] - Historia/ Corrientes/Temas/Filósofos*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

DUSSEL, Enrique D. *Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y de la Exclusión*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 1998.

DUSSEL, Enrique D. *l492 – O Encobrimento do Outro – A origem do "mito da modernidade"*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. *Filosofia da Libertação na América Latina*. Co-edição: São Paulo: Edições Loyola: Piracicaba-SP: Editora Unimep, S/D.

HAUSMAN, Carl R. *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy*. Cambridge: University Press, 1993.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal*. Madrid: Alianza Editorial, 1989

_____. *Introdução à História da Filosofia. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEZAMA LIMA, José. *A Expressão Americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência:* problemas e categorias. Uma visão histórica. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MIRO QUESADA, Francisco. *Despertar y Proyecto del filosofar latino-americano*. Primera Edición. México: Fondo de Cultura Económica – Tierra Firme: 1974.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, S/D.

MORRIS, Charles W. *La Significación y lo Significado*. Madrid: Albert Editor Corazón,

1964.

NÖTH, Winfried e SANTAELLA, Lucia. *Introdução à Semiótica*. São Paulo: Paulus, 2017.

NÖTH, Winfried. *A Semiótica no Século XX*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Panorama da Semiótica:* de platão a peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

REALE, Giovanni e Antiseri, Dario. *História da Filosofia* (Tomo III). São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

SCANNONE, Juan Carlos. Fé cristã e filosofia hoje na América Latina. In: *Revista Síntese*, vol. 19, nº. 56, 1992.

SOUZA, Licia Soares de. *Introdução às teorias semióticas*. Petrópolis-RJ: Vozes: Salvador, BA: 2006.

ZEA, Leopoldo (Coord. e Introd.). *América Latina en sus Ideas*. México: UNESCO: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

ZECCHETTO, Victorino (Coordinador). *Seis Semiólogos en busca del Lector*. 4ta. Edción. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2012.

WAAL, Cornelis de. *Sobre Pragmatismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

O papel da memória coletiva e unidade nacional na construção da identidade latino-americana do sujeito brasileiro

Letícia Cestari Matui*
Paula da Costa Souza**

Considerações iniciais

Tendo em vista a concepção de identidade na era pós-moderna adotada por Hall (2006, p. 12-21) ao dizer que esta é apresentada como um conceito em constante mutação, entende-se que o indivíduo moderno não se vê mais atrelado à noção de uma identidade irreversível e imutável; pelo contrário, é possível adotar diversas identidades, deslocando-as em inúmeros momentos de sua existência. Ainda, Bauman (2005, p. 17-18) aponta que a busca por uma identidade, e todos os questionamentos que a permeiam, só surge quando o sujeito se depara com a sua sensação de "pertencimento" abalada, encarando essa busca como uma tarefa a ser realizada.

Depreendendo o sujeito pós-moderno como passível de adquirir e mobilizar diversas identidades, sendo elas colocadas à sua frente desde o nascimento ou adquiridas ao longo de sua existência, volta-se o olhar para a identidade latino-americana sob a ótica do brasileiro com o propósito de tentar delinear seu movimento de aproximação e rejeição, ao passo que também se considerar externo à realidade latino-americana. É relevante ressaltar que não se almeja engessar uma definição daquilo que envolve o "ser latino-americano", muito menos pressupor essa identidade como única – já que, como realçado por Bauman (2005, p. 35), "uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente". Ao visar essas condições de pertencimento do sujeito brasileiro ao encarar a identidade latino-americana, o trabalho propõe percorrer a temática levando em consideração o que acarreta a construção do "imaginário" da identidade.

Então, sob esse aspecto da identidade construída em nível social, dirige-se a atenção para a identidade nacional construída no imaginário coletivo do brasileiro que, ao

* Graduanda em Licenciatura em Letras com habilitação em Espanhol. Universidade Federal de Alfenas. E-mail: leticiamatui@gmail.com
**Doutora em Letras. Professora Adjunta do Departamento de Letras. Universidade Federal de Alfenas. E-mail: paula.souza@unifal-mg.edu.br

assegurar o conflito entre o "eu" e o "outro", fortalece a ideia de unidade entre aqueles que fazem parte de uma nação. Halbwachs (1968, p. 27-32) assegura que o distanciamento de uma sociedade ou grupo com o "outro" faz com que a familiaridade entre eles seja dificultada, esquecendo-se a relação e similaridades que possam existir ao passo que se constroem representações no imaginário coletivo de caráter excludente. Para mais, Bauman (2005, p. 26) destaca que a identidade nacional não fora concebida de forma natural, sendo forçada na realidade das pessoas em forma de uma tarefa, um dever de todos, sendo assegurada pelo Estado moderno. Dessa maneira, sugere-se, as ações em prol de uma identidade nacional servem de combustível para a formação de uma memória coletiva.

Perante as premissas apresentadas, as reflexões presentes neste artigo fazem parte de um recorte do Projeto de Iniciação Científica Voluntária da *Universidade Federal de Alfenas* (UNIFAL/MG) intitulada "A percepção do brasileiro acerca de sua identidade latino-americana: um recorte sociolinguístico", vigente ao longo de 2019, em que são propostas uma série de entrevistas que visam compreender, através das falas dos participantes, a percepção identitária dos sujeitos abrangendo essas questões aqui previamente assinaladas.

O projeto direcionou o seu olhar para o grupo participante do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), também da *Universidade Federal de Alfenas*, partindo do princípio de que tal grupo seja contemporâneo de movimentos culturais, políticos e sociais que ocorreram na América Latina, de modo geral, durante as décadas de 60, 70, 80 e 90. Neste artigo, propõe-se explorar os resultados parciais obtidos na execução do projeto, atendendo as questões que permeiam a unidade nacional como uma das contribuições para a relação que o sujeito brasileiro estabelece com a identidade latino-americana em seu imaginário coletivo.

O sujeito moderno e a identidade nacional

Considerando as representações que se fazem do sujeito como uma forma de apresentar a sua própria identidade, é preciso salientar o caráter politizado que envolve as questões identitárias. As representações do sujeito inserido em contexto social, de comunidade, contribuíram para a construção do ideal de identidade nacional apresentado pelos Estados modernos ao longo dos séculos XIX e XX. Nessa esfera, a nação deixa de ser entendida como apenas uma entidade política, e passa a ser concebida também como aquela que produz sentidos por meio de um sistema de representações culturais – a cultura nacional, apresentada pela identidade nacional, trouxe a representação daquilo que significa ser parte daquela nação, colocando os cidadãos como parte desse contexto. Trata-se de um discurso que influencia e organiza as ações dos participantes daquela nação, apresentando à população as concepções que essa deveria ter de si mesma. É importante salientar que a identidade nacional apresentou-se como

uma proposta unificadora, mas que se trata de um conceito que pode acarretar na anulação e subordinação das diferenças culturais, sendo uma estrutura de poder cultural. (Hall, 2006, p. 21-62)

Essa ideia de identidade nacional fora inserida, implantada no imaginário da população, e não era, portanto, parte natural da experiência humana. Perante à crise do "pertencimento" dos sujeitos e fomentada pela brecha sentida de forma dolorosa pelo o que esse conceito representa, emerge a necessidade de busca por uma identidade. Assim, advinda de uma ficção ideal, a identidade nacional fora apresentada pelo Estado moderno como uma tarefa de todo e qualquer cidadão. (Bauman, 2005, p. 26)

A nação e o Estado necessitavam andar de mãos dadas para garantir a obediência dos indivíduos de seu território e, assim, a sua estabilidade política. Bauman (2005, p. 27) diz que uma nação sem Estado "estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária". O autor ainda assegura a necessidade do Estado de organizar, separar e selecionar as tradições, leis e modos de vida que garantiriam a sensação de unidade e coesão na comunidade nacional; e, assim, mostrando-se como futuro da nação, apresentou-se também como indispensável para indicar à nação um destino compartilhado, uma pátria confiante de uma unidade.

O imaginário coletivo e o uso da linguagem em prol da identidade nacional

É imprescindível vincular a construção da memória do sujeito com a configuração da identidade nacional, levando em consideração as ponderações de Halbwachs (1968, p. 25-32) quando o autor aponta que a consolidação de uma memória no imaginário de uma pessoa não é uma ação individual; seja ela uma memória pessoal ou de acontecimentos externos ao sujeito, buscam-se sempre considerações e referências de terceiros, mesmo que essa seja uma operação inconsciente – quando nos apoiamos não somente em nossas lembranças, mas também sobre a dos outros indivíduos a nossa volta, temos uma maior confiança na exatidão dessa memória construída. A memória sempre é consolidada em nível coletivo, e o grupo no qual se está inserido irá ditar de que forma as memórias serão construídas tendo em vista as referências que essa comunidade irá fornecer ao indivíduo. Para mais, a fim de que a construção da memória coletiva se dê de modo eficaz, é preciso que o sujeito esteja em contato constante com o grupo social, ou nação, pois, da mesma forma que uma memória pode ser construída, ela pode ser esquecida, necessitando constante manutenção e ressignificação a fim de mantê-la vigente.

Hall (2006, p. 48-49) aponta que o Estado procurou fornecer todas as representações que se esperavam do indivíduo inserido em seu território para que esse construísse, em nível coletivo, o seu papel como cidadão de uma nação unificada. Uma das características mais marcantes da tentativa de construção de uma identidade nacional

unificadora foi a demanda de exclusão do "outro", de impor uma fronteira entre "nós" e "eles". Bauman (2005, p. 28) sustenta que o sentimento de pertencimento almejado teria perdido o seu brilho e seu poder disciplinador caso a ideia da ameaça externa não fosse constantemente alimentada, fomentando a prática da exclusão. Portanto, aquilo que se encontra "fora" da localidade territorial proposta é mal-visto: representa o caos, tempestades, furacões e perigos por todos os lugares. Já aquilo que se encontra "dentro" representa a cordialidade, a segurança, a proteção. (Bauman, 2005, p. 65)

Essa barreira construída na prática de exclusão, dentre diversos outros artifícios utilizados, teve a linguagem como uma das ferramentas mais exatas de manipulação do imaginário coletivo – segundo Charaudeau (2015, p. 13), a linguagem é a base para a construção individual e coletiva do sujeito. No caso do discurso, em específico, entende-se que é preciso que um valor seja dito para que ele exista, sendo esse domínio de valores considerado pelo autor um dos fatores que constitui o cerne da atividade humana, assim como a socialização e o pensamento.

Através do discurso de unidade nacional, embasado na exclusão do outro, a percepção de identidade fornecida à população de uma nação fora atrelada à diferença. Charaudeau (2015, p. 18-19) ressalta que essa diferença do outro faz com que o indivíduo olhe para si e se compare com ele; a identidade é fortalecida ao passo que as diferenças são acentuadas. No caso do Brasil, perante os demais países da América Latina, há também a questão da diferença de idiomas nacionais: Charaudeau (2015, p. 25-26) coloca o falar da mesma língua por um grupo de indivíduos como aquilo que os identifica e acaba auxiliando a consolidação do discurso de identidade nacional sob a premissa de "uma língua, um povo, uma nação".

O sujeito pós-moderno e o sujeito latino-americano

O pós-modernismo é visto por Hall (2006, p. 7-13) como alicerce de um mundo em estado de fragmentação composto por um universo social desestabilizado, o que coloca em xeque as "velhas identidades" a partir do final do século XX. O sujeito pós-moderno já não concebe uma ideia identitária fixa, entendendo-se como composto por não apenas uma, mas diversas identidades – e essas, por vezes, são mal resolvidas entre si, sob contraste e contradição. Portanto, a identificação já não é mais dada de forma automática ao sujeito; ela muda, se transforma e se perde dependendo da maneira que o próprio sujeito, ou o grupo em que ele está inserido, é representado. Bauman (2005, p. 19) também sugere essa flexibilidade das identidades atuais dizendo ser quase impossível que alguém seja capaz de evitar a passagem por mais de uma comunidade de ideias e princípios durante sua trajetória.

Então, em um contexto de pós-modernidade, o mundo começa a se mover de forma rápida e o indivíduo já não confia mais nas estruturas que forjam uma ideia de

durabilidade. Essas estruturas se mostram desconfortáveis e incontroláveis demais para que seja possível acomodar todas as novas identidades apresentadas pelas diversas referências que se colocam à frente dos indivíduos. As identidades estritamente definidas e desprovidas de ambiguidade perderam a sua força e não são mais almejadas por uma necessidade de pertencimento único do sujeito. Agora, as identidades coabitam, mesmo que se manifestem em níveis diferentes de consciência. (Bauman, 2005, p. 33-38)

Nessas circunstâncias que colocam em xeque as noções de identidades previamente apresentadas como estáveis, únicas e desejáveis, o mundo pós-moderno passa por um processo cada vez mais acelerado de "liquefação" das estruturas e instituições sociais; a modernidade não é mais sólida em si, e uma identidade construída de forma coesa e fixa passa a ser a representação de uma repressão, limitação da liberdade de escolha do indivíduo. A identidade, antes vista como um conceito de paz, agora é incontestavelmente um território de batalhas. Porém, apesar de sua liquidez, não pode ser eliminada do pensamento ou afastada da experiência humana. (Bauman, 2005, p. 57-84)

Um dos fatores mais relevantes quando se pensa em possíveis causas para o processo de deslocamento das identidades atuais, principalmente quanto às identidades culturais nacionais, é a globalização, já que ela atravessa fronteiras nacionais, procurando integrar comunidades e organizações em novas combinações, interconectando o mundo – ao menos em teoria. Aumentando o fluxo cultural entre as nações, possibilitou-se a aceleração no desenvolvimento de "identidades partilhadas". (Mcgrew, 1992 *apud* Hall, 2006, p. 67-74)

Tratando-se do sujeito latino-americano, qualquer definição interpretativa perante essa identidade que se dê de forma engessada e absoluta acaba fugindo do conceito próprio da América Latina, segundo Guirin (1999), já que o mundo latino-americano é complexo, singular, construído sob um conjunto de fatores étnicos e culturais.

Voltando o olhar para o caso do Brasil em sua atitude frente à definição do "ser latino-americano", especificamente, existem diversos fatores que podem ser assinalados a fim de tentar compreender o posicionamento do sujeito brasileiro perante sua própria identidade latino-americana. Aqui, volta-se a atenção para as questões de discursos previamente construídos no imaginário coletivo do povo brasileiro acerca de sua identidade nacional e o modo com que passam a ressignificar sua postura perante os demais países latino-americanos.

Sob essa perspectiva, evidenciam-se as tentativas de uma construção de identidade nacional em território brasileiro em meados do século XIX, como destaca Prado (2001, p. 129-146), através de discursos em prol da Monarquia vigente no país – discursos esses amplamente difundidos em escolas, jornais, etc. Documentos foram redigidos à época de forma a se referir negativamente ao sistema republicano adotado pelos países vizinhos; o "nós" dos brasileiros era marcado como forte, unido e poderoso, enquanto o "outro" era visto como desordem, desunião, fragmentação. Aos poucos, a população

brasileira começou a internalizar em seu imaginário coletivo essas informações amplamente difundidas, mesmo com o posterior fim da Monarquia. A chegada da República ao território brasileiro não acabou com a distância já estabelecida pelos discursos abundantemente disseminados entre o Brasil e a América Latina, com as diferenças muito mais destacadas que as semelhanças, principalmente com o estabelecimento de "linhas de simpatia" com os Estados Unidos ao início do século XX.

Outro período histórico que utiliza do discurso nacional para consolidação de uma identidade voltada aos interesses governamentais vigentes é, sem dúvida, a ditadura civil-militar brasileira, corrente entre 1964 e 1985. Nesse contexto, o golpe de Estado e a implementação da ditadura foi impulsionado em nome da ordem, do combate à subversão comunista e da erradicação da corrupção sob a premissa da ideologia de segurança nacional, pregando que, assim, seria possível a defesa dos valores de moral cristã e, também, o desenvolvimento do país. O lema "ordem e progresso" estampado na bandeira nacional já era utilizado pelos militares anteriormente ao golpe de 64 - sendo a busca pelo progresso vista como possível apenas através da existência da ordem -, mas emerge sua força acobertada pela ideologia adotada em período ditatorial e, mundialmente, de Guerra Fria. Para legitimar a ideologia imposta, o governo militar viu a necessidade de "educar o povo", "formar almas", consolidando o espírito nacional nos cidadãos brasileiros. (Germano, 2008, p. 80-81)

O discurso de ordem, amplamente difundido em regime ditatorial, implica sua natureza de combate à resistência. Quando a ordem é imposta, uma ação é desencadeada – quando um dedo esticado aponta para uma direção, todos sob esse comando voltam-se para a mesma direção. A ordem não é passível de discussão, de explicação ou de relativização e, a partir do momento em que um grupo se encontra sob a imposição das leis da ordem, o medo da desestabilidade mantém esse grupo unido, já que uma ordem dada a muitos acaba por constituir uma massa, e o sentimento de união é fortificado pelo medo da exposição individual e de uma possível ameaça que essa exposição poderia acarretar. (Canetti, 1995, p. 303-311)

Aqui, o discurso militar surge como salvacionista, sendo ligado ao imaginário social do brasileiro, sob a justificativa de que a população seria salva da desordem, da subversão, do comunismo e, assim, abrindo o caminho para o progresso. (Germano, 2008, p. 100) Para difundir a ideologia da "defesa da moral e dos bons costumes", medidas como a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), em 1968, foram implantadas, enchendo os grandes veículos de mídia com propagandas acerca do "Brasil potência", *slogans* como "este é um país que vai pra frente", o amor pela pátria, etc. Além disso, a chamada "linha dura" da ditadura apostava em *slogans* como "Brasil: ame-o ou deixe-o", dando incentivo a uma política de "guerra psicológica". Enquanto a polícia política tratava de eliminar os "comunistas subversivos" e os "corruptos", instâncias como a Aerp buscavam educar o povo brasileiro nas premissas de "moral e bons costumes". (Fico, 2004)

Ao passo que engrandecia o discurso nacional dentro do território brasileiro, o país também adotava medidas de políticas externas pautadas na premissa de que, para alcançar a independência nacional, era necessário estabelecer certo grau de interdependência com os Estados Unidos, sendo esse um "líder" dos valores do mundo ocidental e cristão. (Fernandes, 2010, p. 158) Nos chamados "anos de chumbo", quando o Brasil vivenciou, durante o regime militar, a alta repressão e a busca pelo "Brasil potência" repercutiram na política externa, atingindo os demais países do Cone Sul de forma a interferir na política interna como nas suas relações com Bolívia, o Uruguai e o Chile, apoiando golpes em nome da Segurança Nacional (Fernandes, 2010, p. 162)

Assim, é imprescindível apontar que o Brasil já vinha tomando medidas que o colocavam como sendo mais favorável que os demais países da América Latina aos interesses norte-americanos em questões como, por exemplo, o pan-americanismo, sendo o único país latino-americano a seguir os Estados Unidos quando este declarou guerra contra a Alemanha, em 1917, assim como proveu bases aéreas em Belém, Natal e Recife para o país norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial, como indica Bethell (2009, p. 298-299); o Brasil estreitava, ao longo dos tempos, sua relação com os Estados Unidos ao passo que voltava suas costas ao restante da América Latina.

Essas questões podem ser apontadas como fatores que contribuíram na consolidação do imaginário coletivo do brasileiro, vigente até a atualidade, deixando a aproximação com os demais países latino-americanos fragilizada, tímida – já que, como pondera Diehl (2002, p. 177-178), a memória sofre da fraqueza de se desgastar ao longo do tempo; a medida que a distância aumenta, tanto mais ela se desgastará. Trata-se de uma corrosão temporal que acarreta no desgaste da capacidade explicativa da memória, da capacidade de informar, chegando ao ponto de sobrar apenas restos, vivências, fragmentos do passado, lembranças descoloridas.

Metodologia e análise dos dados parciais

O projeto dedicou-se, em primeira instância, à pesquisa bibliográfica das teorias que abrangem identidade, imaginário coletivo e questões da América Latina sob uma perspectiva histórica e contemporânea, tendo em vista que as sociedades sempre existem em um espaço determinado com formações e configurações específicas; as sociedades, de modo geral, vivem um presente que está sempre marcado pelo passado e buscando projetar para o futuro, com um embate entre aquilo que se constrói no presente e aquilo que já fora dado pelo passado. (Minayo, 1994, p. 13) Portanto, entende-se a importância da pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento pleno do projeto, já que se trata de um procedimento metodológico que viabiliza a postulação de hipóteses ou interpretações. (Sasso de Lima e Tamaso Mioto, 2007, p. 44) Bortoni-Ricardo (2008, p. 49-50) também dá ênfase ao processo de pesquisa bibliográfica

com leituras especializadas ao afirmar que, assim, é possível esquematizar as "perguntas exploratórias" da pesquisa qualitativa, além de auxiliar na construção da análise dos dados, posteriormente.

Em um segundo momento da pesquisa, voltou-se o foco para a análise dos dados obtidos através das entrevistas. As entrevistas seguiram a proposta de Gaskell (2013, p. 66-67), utilizando-se do "tópico guia" para o desdobramento das entrevistas, considerando que este não é uma série de perguntas específicas; são lembretes de que há um foco específico para a entrevista, ao passo que permite que o entrevistado responda de forma aberta e com suas próprias palavras. Gaskell (2013, p. 64-65) também enfatiza que a entrevista qualitativa é fornecedora de dados básicos para que seja possível compreender a relação entre os atores sociais e a situação em que eles se encontram; ela permite que se explorem interpretações que outros métodos não alcançariam, de modo geral.

Os dados obtidos pelas entrevistas foram averiguados a fim de identificar na fala dos sujeitos entrevistados considerações sobre a identidade latino-americana, sempre relacionando-as com as referências bibliográficas que embasam o projeto. As análises dos dados obtidos basearam-se nos princípios da Análise de Conteúdo, que leva em consideração que o emitir de mensagens está relacionado às condições de contexto de seus produtores, sendo estas situações econômicas e socioculturais em que os entrevistados estão inseridos; leva em consideração, também, os componentes ideológicos que estão presentes nas mensagens socialmente construídas – a linguagem é uma construção real de toda e qualquer sociedade. (Franco, 2008, p. 12-13)

O que fora falado sempre será o ponto inicial para que se identifique o conteúdo transmitido, seja ele explícito ou não. A contextualização é considerada um dos principais fatores e tece um pano de fundo que garante a relevância dos sentidos atribuídos aos dados. (Franco, 2008, p. 16-17)

Foram selecionadas três entrevistas semi-dirigidas realizadas com os alunos do curso de Espanhol do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), da *Universidade Federal de Alfenas* (UNIFAL-MG), para a análise dos dados parciais obtidos no decorrer do desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica Voluntária intitulada "A percepção do brasileiro acerca de sua identidade latino-americana: um recorte sociolingüístico". As entrevistas selecionadas foram efetuadas com três mulheres que, aqui, serão identificadas por [*E1*], [*E2*] e [*E3*], de faixa etária entre 57 e 74 anos, com Ensino Superior completo e com locais de nascimento em cidades no interior de Minas Gerais.

O primeiro questionamento ("a senhora se considera latino-americana?") obteve as respostas:

> [*E1*] "Se eu me considero latina?... Não. Não me considero, não... Latina... (...) me reiterando aqui... estou no Brasil, mas, assim, eu acho que os princípios de certas [partes] da América Latina e algumas coisas da América do Norte me satisfazem. Então, assim, (...) hoje eu estou aqui [no Brasil], e eu me considero mais latina do que... estou no Brasil com ideias latinas, algumas coisas da América do Norte... sabe? Porque eu acho que... que funciona. (...) Eu sou mais latina do que... estou no Brasil por... é isso".

Aqui, é interessante observar que todas se colocam como latino-americanas, porém a entrevistada [*E1*] deixa implícito em sua fala que o "ser latino-americano" é diferente do "ser brasileiro" – já que, de início, nega sua identidade latino-americana e, logo em seguida, justifica que se considera "mais latina", pois "os princípios de certas [partes] da América Latina e algumas coisas da América do Norte [lhe] satisfazem". Já as demais entrevistas responderam de forma positiva a uma identidade latino-americana: [*E2*] "Latina, assim, como? Porque eu sou brasileira, então... eu sou. Me considero latina" e [*E3*] "Considero. Sim".

Quando questionadas acerca da Constituição brasileira de 1988, principalmente sobre o art. 4º que diz: "Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações", apenas a entrevistada [*E1*] comentou sobre o tópico, dizendo:

> [*E1*]: "Se tivesse realmente acontecido [o que a Constituição propôs]... agora eu vou voltar [na] Lei: escreveu uma lei, um parágrafo (...) e que não foi feito, eu tenho *plena* certeza, eu não falo isso com termos de... "achismo", não, eu falo isso consciente de que não houve [integração latino-americana], né? Nós poderíamos, hoje, estar— nos anos 70 existiu um *slogan* que era o seguinte: "*Esse é um país que vai pra frente...*". Adoraria. O Brasil seria celeiro do mundo: deveria ser. (...). Então, se tivesse havido o que falou nesse parágrafo [da Constituição], seria maravilhoso. A gente sabe que não houve essa interação (...). Então, assim, eu gostaria imensamente que fizesse jus às leis, né? Ao que tá no papel e que as pessoas, é... as coisas acontecem porque eles não seguem as leis.".

É interessante ressaltar o discurso da entrevistada [*E1*] que cita o *slogan* amplamente difundido pelos grandes veículos de mídia na época do regime militar brasileiro, o que faz alusão ao discurso de "Brasil Potência", do desenvolvimento, "o celeiro do mundo" – e que tudo isso só não fora alcançado porque, segundo ela, o Brasil, atualmente, não "segue as leis", o que pode ser apontado como uma alusão à ideologia de "ordem e progresso", sendo a lei um viés de organização para o desenvolvimento do país. Tais inferências podem ser apontadas como um fator do discurso nacional vigente na época que se manifesta, ainda, nos dias atuais, principalmente de um indivíduo que vivenciou tal período.

Quando questionadas acerca do MERCOSUL ("você poderia me dar uma definição geral do que é o MERCOSUL, ou dar a sua opinião quanto à relevância para o país?"), a entrevistada [*E1*] não soube responder; as demais respostas foram:

[*E2*] "Lembro. Era um intercâmbio, não é? De... o Brasil ficou como a sede, não foi? Desse MERCOSUL (...). Mas eu tenho a impressão que [o Brasil] é um país com um pouco de... mais evolução do que [os outros países]. Porque o Brasil é muito rico! (...) Eu tenho a impressão que foi isso, o Brasil virou sede por causa disso. [Está] mais à frente que os outros."

Pode-se dizer que entrevistada [*E2*] já coloca o Brasil em primeira instância em seu discurso (como líder) e, ainda, como um país de "mais evoluído" em relação aos demais países latino-americanos (mesmo sem proporcionar um respaldo para tal afirmação); um "país muito rico", "mais à frente" que os demais, o que pode ser interpretado como um sentimento de superioridade brasileira perante os demais povos latino-americanos.

[*E3*] "Ah, foi o MERCOSUL, né? (...) Foi positivo, sim, só que quando o Lula entrou que não foi bom, que ele começou a querer ajudar esses países que tão em decadência, né? Aí foi que ele... tirou daqui e pôs lá, né? Fez com muitos, né? Não virou nada e prejudicou o país [Brasil], né? Que tirou da gente e pôs pra lá. Isso não foi bom, não (...). O que tinha que fazer era trazer aqui pro país, e não ficar tirando daqui pra por pra outro."

Perante a resposta da entrevistada [*E3*], é possível apontar que, para ela, a interação latino-americana se manifesta como positiva a partir do momento que o Brasil consegue retirar algo bom para a sua estrutura; mas, a partir do momento em que a perspectiva de ajudar o outro é apresentada, o posicionamento da entrevistada muda: ajudar um país "em decadência", como ela coloca, traria prejuízo como consequência ao país. Além disso, o uso do termo "decadência" para se referir aos demais países latino-americanos pode ser entendido como uma inferência de superioridade brasileira.

Quando questionadas acerca do que seria, na opinião delas, a maior diferença entre o brasileiro e os demais povos latino-americanos, as respostas foram:

[*E1*] "(...) Cada país tem a sua identidade, tem o seu costume (...)... a gente vê... a partir desses povos latinos, eles já têm... eles são muito machistas, a gente vê isso, assim. (...) O Brasil não é diferente nesse sentido... eu acho o nosso país muito permissivo. (...) Minha sobrinha foi lá em Guadalupe [México] e lá te muita cara de [ser uma região] isolada. Mas assim, existe um temor em relação às leis; aqui nós somos muito permissivos (...). Lá não. (...) Não que o país [México] seja melhor [que o Brasil]. (...) O brasileiro precisa de muita consciência em termos de [como ser] cidadão, de vida em comum, de respeito, sabe? E os anos 90 – eu vou fazer um adendo aqui agora -, uma degeneração (...). Porque... agora com essas contestações, com esses absurdos, com essa falta de respeito, se você não respeita a religião de

qualquer segmento, se você não respeita o patrimônio público."

Em um primeiro momento, a entrevistada [*E1*] já argumenta que os demais países latino-americanos são "muito machistas" – mesmo dizendo, em seguida, que o Brasil "não é diferente nesse sentido". De modo geral, o discurso da entrevistada em questão é colocado como avessa às ideologias atuais – que ela coloca como "permissivo", "degeneração", "falta de respeito" e sem respeito "à religião"; diz, também, que tudo isso se iniciou a partir dos anos 90, e que o brasileiro não sabe se portar como "um cidadão". Ainda, ela volta a frisar a importância que ela encontra no seguir das leis. Os valores impressos em sua fala podem ser atrelados aos discursos nacionais vigentes na época da ditadura militar (os valores vinculados à família, à moral cristã e à tentativa de ensinar o povo brasileiro a se portar como um bom cidadão). Em relação aos demais povos latino-americanos, sua fala é permeada com inferências como "*esses* povos latinos", "*eles* já tem..." – o que pode ser interpretado como um distanciamento entre o "eu" e o "outro"; apesar de não considerar o Brasil atual como um bom exemplo a ser seguido (pela permissividade, falta de respeito, não cumprimento de leis, etc.), ela também não enquadra o brasileiro como parte do que seria o "ser latino-americano".

Já a entrevistada [*E2*] diz que "O brasileiro é melhor. O argentino não é tão ruim, o argentino é hospitaleiro. Mas o Brasil ainda é melhor que a Argentina. Agora, o Paraguai não, o Paraguai... Nossa Senhora. Foi muito ruim, não gostei daquilo lá, não". Aqui, a entrevistada coloca pontos negativos e positivos em outros países específicos da América Latina, mas sempre apontando o Brasil como melhor.

[E3] "A diferença é que o nosso país é um país rico, né? Só que... Acontece que... Tem a corrupção que não deixa o país se desenvolver... [Mas] muito desses outros países aí, eles não tem tantos recursos quanto o Brasil tem, né? Tanto é que muitas vezes eles precisam da ajuda do Brasil, né?"

Por último, a fala da entrevistada [*E3*] também expressa um sentimento de superioridade brasileira ao dizer que "a diferença é que nosso país é um país rico" – o que coloca, então, os demais países latino-americanos como provenientes de menor riqueza, com menos "recursos [que] o Brasil", e seria, assim, o motivo de tais países necessitarem da "ajuda do Brasil". Outra inferência interessante de se ressaltar é o citar da corrupção como um motivo "que não deixa o país [Brasil] se desenvolver".

Considerações finais

De modo geral, é possível apontar, juntamente com Bauman (2005, p. 105), que "a ambivalência que a maioria de nós experimenta (...) ao tentarmos responder à questão da nossa identidade é genuína" e que "não há receita infalível para resolver os problemas a que essa confusão nos conduz". Assim, entende-se que as identidades em um contexto pós-moderno não estão mais alinhadas sob a premissa de se mostrarem

únicas na vida do indivíduo, o que pode gerar confusão e transformações, de modo geral. Para além disso, é necessário recordar que os entrevistados fazem parte de um grupo de estudantes da língua espanhola e que, assim, subentende-se que questões de interculturalidade tenham sido abordadas ou, ao menos, apresentadas durante as aulas, partindo da premissa de indissociabilidade da língua, cultura e sociedade.

Aqui, se por um lado as entrevistas se mostraram positivas quanto ao questionamento da identidade latino-americana do sujeito, por outro, nota-se que prevalece o sentimento de superioridade brasileira, muitas vezes respaldado por falas e usos de terminologias que remetem aos discursos nacionais vigentes em décadas passadas, principalmente se tratando de discursos presentes no regime militar brasileiro. Inferências como a propaganda vigente na época ditatorial ("esse é um país que vai pra frente"), a ideia de um país potência e "celeiro do mundo" evidenciam como o discurso nacional propagado na época ainda se faz presente no imaginário coletivo do brasileiro; são utilizados como referências, seja de forma positiva ou negativa.

É imprescindível dizer que a maioria dos entrevistados, quando questionados acerca do período ditatorial, se posicionou contra o regime militar; porém, ainda assim, o discurso nacional contra a corrupção e a favor da moral cívica e cristã ainda se faz presente nas inferências das falas dos entrevistados. O discurso nacionalista e, ainda, o de superioridade brasileira perante os demais países da América Latina pode, portanto, ser colocado como presente no imaginário coletivo do sujeito brasileiro.

Apresenta-se, portanto, um contraste presente entre as duas identidades: o "ser latino-americano", aqui, é reconhecido e aceito entre o grupo, em sua maior parte; porém, ainda assim, o "ser brasileiro" acaba se sobrepondo nessa comparação, corroborado pelo discurso nacional presente no imaginário coletivo do brasileiro, por mais que essa retomada dos discursos nacionais não seja feita de forma consciente pelo entrevistado.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BETHELL, Leslie O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 44, p. 289-321, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Tradução de Sérgio Tellarori. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. A identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. Tradução por Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. In: LARA, Glaucia Proença & LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do "Brasil Potência" na América Latina. In: *História Social*, v. 1, nº 18, p. 157-176, 2010.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista brasileira de História*, v. 24, nº 47, São Paulo, 2004.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 11ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 2013, p. 64-89.

GERMANO, José Willington. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. In: *Revista Educação em Questão*, v. 32, nº 18, Natal, p. 79-112, maio-ago., 2008.

GUIRIN, Yuri. En torno de la identidad cultural de América Latina. In: *Actas de la II Conferencia de Hispanistas de Rusia.* Embajada de España en Moscú: Moscú, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* Tradução de Laurent León Schaffter. 2ª Ed. Paris: Presses Universitaires de France. 1968.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criativdade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-30.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*, nº 145, p. 127-149, 2001.

SASSO DE LIMA, Telma Cristiane; TAMASO MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis. In: *Revista Katálysis*, v. 10, p. 37-45, 2007.